SECRETARIA DA CULTURA
SPI
CADASTRO

FLS. V1-001C-F

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

002778 - 11.00
SEDAC 95 1

DATA: 28.11.95

VOL. I

REQUERENTE: _____

SPI 2778-1100/95-1
ORIGEM : IPHAE
NOME : SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

LOCALIDADE: ASSUNTO : 0223 - TOMBAMENTO
VILA - VILA
CEP 96200 - RIO GRANDE

VILA RHEINGANTZ

ASSUNTO: _____

ANDAMENTO			FLS. VOL1-001C-V
ORIGEM	ENTRADA	SAÍDA	DESTINO
Sedac	28.11.95	28.11.95	IPABE

IPHAE
Proc. nº 2778-11.00
Fl. 01 /95-1

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO
ARQUIVOS E MUSEUS DO ESTADO

MEMO DEPHAAM/ IPHAE Nº 130/95

PARA: SETOR ADMINISTRATIVO

EM: 31.10.95

Solicito providenciar na abertura do processo de tombamento da Vila Rheingantz, localizada no município de Rio Grande, a fim de que seja instruído e analisado técnicamente por este Instituto.

Estamos anexando material já existente no IPHAE, a respeito do assunto.

Juliana Erpen

Arq. Juliana Erpen
Diretora do Dep. de Patrimônio Histórico e Artístico,
Arquivos e Museus do RS.

SEDAC
PROTOCOLO
Nº 6133
ENTRADA 24/11/95

IPHAE
Proc. n.º 2778-11.00
95.1
Fls 02

MEMO. IPHAE Nº 50/95

DE: DIRETORA INTERINA DO IPHAE - ARQ. JULIANA ERPEN

PARA: SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA - PROF. CARLOS JORGE APPEL

EM: 27/03/95

Estamos enviando o Projeto de Tombamento da Vila Rheingantz, elaborado pelo arquiteto Renato Mathias , já DEVIDAMENTE ANALISADO PELOS TÉCNICOS DO IPHAE, CONFORME SUA DETERMINAÇÃO.

Submetemos à sua decisão quanto ao encaminhamewnto a ser dado.

Juliana Erpen
Diretora Interina do IPHAE

SEDAC
PROTOCOLO
Nº 1495
ENTRADA 21/03/95

VEO 217

IPHAE
Proc. n.º 2778-11.00
95.1
Fls. 03

MEMO IPHAE Nº 36/95

DE : Sr. Luiz Carlos Carneiro - Diretor Interino do IPHAE.

PARA : Sr. Carlos Jorge Appel - M.D. Secretário de Estado da Cultura.

EM : 17 de março de 1995.

ASSUNTO : Envio-lhe o Memo IPHAE, solicitando o tombamento da vila Rheingantz, em caráter de urgência.

atenciosamente

_____

FLS. 03V

1/ Para uma distanciação e análise ulterior do IPHAE

21.3.95

2/ AOS COLEGAS, PARA ANÁLISE E, SUGESTÕES E/OU DÚVIDAS POR ESCRITO, PARA POSTERIOR DISCUSSÃO.

21.3.95

3/ Endosso posição Arq. Renato, salientando urgência sobre ações, também em outros sítios urbanos.

23.3.95

5/ É evidente a necessidade de uma rápida ação do IPHAE no sentido de preservar todo o conjunto, presentemente ameaçado, por constituir importante depoimento da memória industrial original do RS e de suas relações operárias. Endosso o proposto pelo Arq. Renato Mathias e sugiro a máxima urgência.

Luiz Carlos Carneiro
23.03.95

SOBRE O MEMO IPHAE Nº 36/95 E O 32/95.

ENDOSSO A POSIÇÃO DO ARQUITETO RENATO MATHIAS SOBRE A IMPORTÂNCIA DO SÍTIO FABRIL DENOMINADO VILA RHEINGANTZ, BEM COMO SEU ENTORNO.

POA 22/03/95

Roberto Luiz Gaudzka.
ARQ. 55.439 IPHAE.

SOBRE O MEMO IPHAE Nº 36/95 E O Nº 32/95

REITERO A SUGESTÃO DE TOMBAMENTO DO CONJUNTO DENOMINADO VILA RHEINGANTZ E SEU ENTORNO. Sugiro que seja aberto processo em seu encaminhamento normal e que a título de ilustração procure-se anexar à proposta existente reconstituição do prédio de um shopping center no local.

POA 22/03/95

De acordo com

Renata Saldanha.
ARQ. CREA 48548 - IPHAE

Proc. n.º 2778-11.00/95.1
Fl. 04

I. . . . E
Proc. n.º 2778-11.00
95.1
Fl 05

Memo IPHAE nº 32/95

DE : Sr. Renato Mathias

PARA : Sr. Carlos Jorge Appel - M.D. Secretário de Estado da Cultura.

ASSUNTO : Solicitação de Tombamento do conjunto da Vila Rheingantz, na cidade de Rio Grande, em caráter de urgência.

DESENVOLVIMENTO : O motivo do pleito decorre do projeto de um "Shopping Center" no referido conjunto que irá alterar completamente o único conjunto urbano de vilas operárias e uma das primeiras fábricas intacta que resta no Estado.
O projeto de um "Shopping Center" no local está sendo realizado por um escritório de arquitetura do Rio de Janeiro, acompanhado por um arquiteto de Porto Alegre.
A questão não é impedir a construção de "Shopping Center", ou melhor reciclar a fábrica para uma atividade comercial, muito pelo contrário, sou extremamente favorável ao novo uso. A questão é mantermos o controle desta intervenção, de modo a garantir a presença na paisagem urbana do raro testemunho que temos do inicio do nosso processo industrial.
Para tanto envio a Vossa Senhoria, um projeto meu apresentado em setembro de 1993 à Secretária de Estado da Cultura da época, de registro das imagens, onde consta um razoado que melhor dimensionarás a importância de preservar o conjunto da Vila Rheingantz.

Sem mais, agradece

160395

A FÁBRICA - PRÉDIO CENTRAL

IPHAE
Proc. n.º 2778-11.00
95.1
fl. 06

A FÁBRICA

A FÁBRICA AOS FUNDOS DA AVENIDA

CASÁRIO DOS OPERÁRIOS BRASILEIROS

CASÁRIO DOS TÉCNICOS ALEMÃES

A VILA RHEINGANTZ

IPHAE
Proc. n.º 2778-11.00
95.1
Fl 07

FÁBRICA AO FUNDO

O CASARIO DOS OPERÁRIOS BRASILEIROS

IPHAE
Proc. n.º 2778-11.00
95.1
Fl. 08

A ESCOLA

O CASÁRIO DOS TÉCNICOS ALEMÃES

IPHAE
Proc. n.º 2778-11.00
95.1
Fl 09

FLS.010

O CASARIO DOS TECNICOS ALEMÃES

IPHAE
Proc. n.º 2778-1100
95.1
Fl. 10

FLS.011

O CASARIO DOS TECNICOS ALEMÃES

IPHAE
Proc. n.º 2778-11.00
95.1
FLS.11

IPHAE
Proc. n.º 2778-1100
Fls. 12 95.4
95.1

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA

MUSEU ANTROPOLÓGICO DO RIO GRANDE DO SUL

OF. Nº 85 /93 Porto Alegre, 14 de setembro de 1993.

Senhora Secretária

Ao cumprimentá-la, apresento-lhe o projeto "Vila Rheingantz", que, nesta primeira fase, consiste em documentar, via fotografia e diapositivos, a Fábrica Rheingantz, compreendendo o seu interior, o entorno urbano e a Vila Rheingantz, na localidade de Rio Grande-RS.

A iniciativa para tal projeto decorrem do fato que o referido imóvel e o seu entorno urbano servirão para a implantação de um "Shopping Center", desaparecendo, desta forma, importante documento para o estudo do nosso patrimônio histórico urbano e de nossa Antropologia Industrial.

Neste sentido, seguem, anexos, o projeto e o orçamento dos recursos necessários para a sua viabilização.

No aguardo de sua manifestação, subscrevo-me,

atenciosamente,

Sergio Baptista da Silva
Diretor Geral
MARS

Exma. Sra.
MILA CAUDURO
M.D. Secretária de Estado da Cultura
N/C

SEDAC
PROTOCOLO
Nº 3626
ENTRADA 17/09/93

IPHAE
Proc. n.º 2778-11.00
Fls 13 95.1

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA

MUSEU ANTROPOLÓGICO DO RIO GRANDE DO SUL

PROJETO VILA RHEINGANTZ

DO AUTOR: Arquiteto RENATO TADEU VATHIAS.
Museu Antropológico do RS.

DO OBJETIVO: Documentação visual do sítio urbano formado pelo complexo industrial da Cia. União Fabril (Ex-Rheingantz), na cidade de Rio Grande-RS.

Da RAZÃO: Dois grupos empresariais da zona sul do Estado pretendem construir dois "Shopping Centers". Na cidade de Rio Grande. (Zero Hora 03.08.93).
Um dos locais do empreendimento é a antiga fábrica textil Rheingantz, cujo espaço será redimencionado na sua área industrial, sendo o resultante de 17.000,00 m^2, transformados em lojas, cinemas, supermercados, etc.
Com a alteração de uso, perderá toda a composição espacial que marca aquela tipologia urbana e também a identificação do processo de formação de nossas primeiras indústrias.

DO HISTÓRICO: Fundada em 1874, pelo comendador Rheingantz, em Rio Grande, é a primeira fábrica textil do Rio Grande do Sul e já de grande importância, como afirma Raul Singer:[1]

IPHAE
Proc. n.º 2778-11.00
95.1
Fl. 14

"É com Rheingantz que a indústria se inicia realmente no Rio Grande do Sul".

Esta importância é corroborada por Jean Roche;[2]

"Em 1895, o Rio Grande do Sul contava com 30 Sociedades Anônimas, entre as quais dez novas empresas industriais, fundadas precisamente a partir do Império e quase todas por Alemães. A mais importante era a União Fabril, sucessora de Rheingantz".

DO
SÍTIO URBANO:

As relaçoes sociais, trabalhistas e a hierarquia estabelecidas naquela Unidade Fabril estão configuradas e uma maneira muito marcante e jamais vista, pelo menos no RS, na forma de apropriação do espaço urbano, que se desenvolve ao longo da avenida Rheingantz, onde está implantada a fábrica, o casario do proprietário e dos trabalhadores.
A fábrica, em seu prédio central, em volumetria marcante, mantém, por inércia cultural, o aspecto de castelo, uma vez que o programa arquitetônico "Fábrica", era um empreendimento novo não tendo os arquitetos e engenheiros da época criado uma linguagem plástica própria definidora deste novo uso, como afirma Nestor Goulart Reis:[3]

IPHAE
Proc. n.º 2778-11.00/95.1
Fl. 15

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA

MARS

"..... acomodavam-se em galpões com feições de residência, edificadas em tijolos sobre os limites das vias públicas."

Porém, a riqueza maior está na forma de abordagem do espaço urbano, através do casario e de sua implantação, onde se cristalizam as formas de relações sociais e a hierarquia dos diversos grupos que compõem o universo dos primórdios de nossa industrialização.

De um lado da via pública, desenvolveram-se as casas dos operários brasileiros, em linguagem de casa em fita, de porta e janela, em um pavimento, avançado sobre o alinhamento público, simples, em uma arquitetura típicamente colonial do século XIII.

Do lado oposto da via pública desenvolveram-se os casarios dos técnicos alemães, em prédios recuados do alinhamento público, implantados no centro do terreno, coberto por jardins. Por vezes, a casa desenvolve-se em dois pavimentos, denunciando a hierarquia funcional do técnico alemão na fábrica, e também, apresenta uma tipologia arquitetônica de pequenos castelos ou chalés.

DO

FINAL: Estas e outras relações que a partir deste estudo hão de vir, tornam necessária a documentação deste patrimônio cultural, antes que estes espaços sejam destruídos pelo novo destino da fábrica e pela própria especulação imobiliária que dele decorrerá, pe

IPHAE
Proc. n.º 2778-11.00
Fl. 16 95.1

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA

MARS

la formação de um pólo comercial com advento de um "Shopping Center".

O ideal seria a Secretaria de Estado da Cultura tombar o sítio urbano, de modo que toda e qualquer intervenção passaria por critérios técnicos.

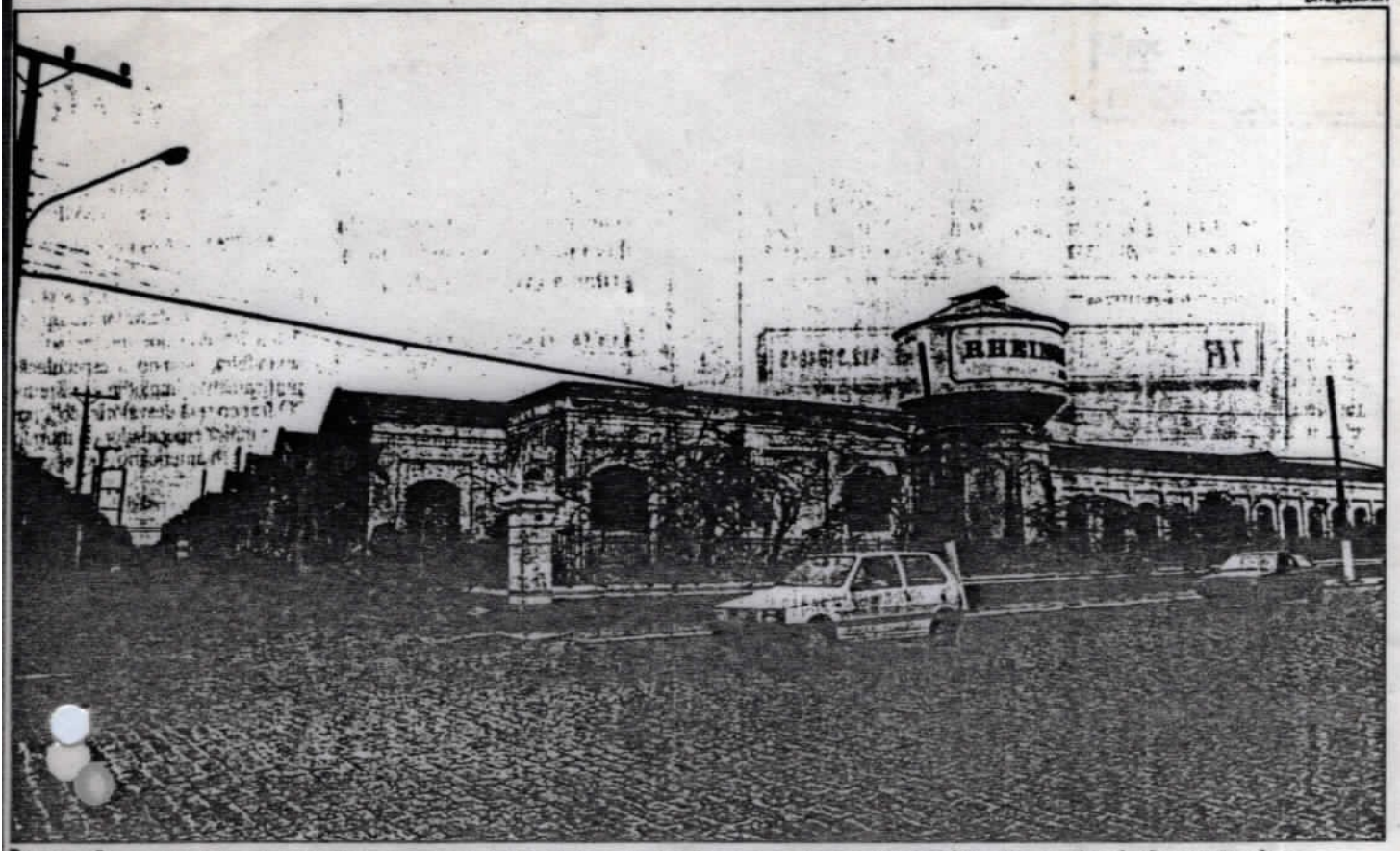
ARQ. RENATO MATHIAS
Téc. Responsável

1 - SINGER, Paulo. "Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana". São Paulo. Nacional, 1968, pág. 171.

2 - ROCHE, JEAN. "A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul" Porto Alegre. Globo, 1939.

3 - REIS, Nestor Goulart. "Quadro da Arquitetura no Brasil. Perspectiva. São Paulo, 1970.

Divulgação/ZH



Preservação: *as instalações da indústria têxtil Rheingantz vão abrigar um novo centro de compras que terá 80 lojas, cinema, área de alimentação e lazer*

COMÉRCIO

Rio Grande deve inaugurar dois shopping centers até 95

□Os dois empreendimentos vão custar US$ 4,5 milhões e proporcionar a criação de 700 pontos de vendas para servir à Região Sul

EUNICE LEME
Correspondente

Rio Grande — O município de Rio Grande pode ganhar dois *shopping centers* até 1995. Confiantes no Mercado Comum do Sul (Mercosul) e nos consumidores locais, dois grupos empresariais de Pelotas e de Rio Grande vão investir cerca de US$ 4,5 milhões nesse empreendimento. O Figueiras Shopping Center, na Rua Aquidaban, e o centro de compras que será construído nas dependências da fábrica têxtil Rheingantz prometem movimentar a economia do município com a criação de quase 200 novos pontos de vendas e novos empregos.

O Figueiras Shopping Center terá quatro pisos com a área construída de 10 mil metros quadrados. Wilmar Luiz Zanin, diretor comercial da Incorporadora Zanin, de Pelotas, associado a empresários locais, pretende montar o Figueiras Shopping Center na zona central da cidade.

A construção do Figueiras Shopping Center está orçada em US$ 2,5 milhões. Os empresários pretendem recuperar esse investimento num prazo de quatro anos. O *shopping* terá aproximadamente 80 lojas, quadras poliesportivas, cinema, estacionamento, praça de alimentação e diversão. O responsável pela venda dos pontos no Figueiras, Antônio Carlos Romanelli, diz que 85% dos pontos já estão reservados. O Figueiras Shopping Center deverá estar concluído em 30 meses. As obras vão ser iniciadas no máximo em três meses.

FÁBRICA — As obras do outro *shopping*, ainda sem nome definido, começaram há um mês, informa o diretor da Rheingantz, Paulo Lawson. O empresário diz que a idéia é reaproveitar a área que ficou ociosa na fábrica devido à aquisição de maquinário compacto para o setor de produção. Segundo Lawson, com um espaço de produção menor, cerca de 17 mil metros quadrados vão ficar disponíveis para a construção das 80 lojas, cinema, área de alimentação e diversão. Além disso, o *shopping* contará com supermercado e estacionamento.

O investimento previsto é de aproximadamente US$ 2 milhões, diz Lawson, acrescentando que o *shopping* será simples. "Isso vai deixar o condomínio barato", afirma. A construção vai preservar a fachada original do prédio.

ZH - 03/08/1993

IPHAE
Proc. n.º 2778-11.00
95.1
Fl. 17

Proc. n.º 2778-11.00
Fl. 18 95.1
(1)

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA

MARS

PROJETO VILA RHEINGANTZ

RECURSOS

1 - HUMANOS

1.1. Um Arquiteto

1.2. Um Antropólogo

Disponíveis na Instituição

2 - MATERIAL

2.1. Duas máquinas fotográficas, sendo uma para foto P & B e outra para "slides". Disponíveis na Instituição.

2.2. Dois filmes P & B 36 poses. Disponíveis na Instituição.

2.3. Dois filmes para "slides" 36 poses.

2.4. Dez folhas ofício. Disponíveis na Instituição.

2.5. 200 litros de combustível.

3 - SERVIÇOS

3.1. Uso de veículo, com motorista, desta Secretaria

3.2. Revelação e copias.

4 - FINANCEIROS

4.1. Diárias

Antropólogo .. 1.545,38 x 2,5 diárias 3.863,45

4.2. Combustível

220 litros x 40,90 ..... 8.998,00

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA

MARS

Proc. n.º 2778-11.00
Fl. 19
95.1

4.3. Filme

Dois filme para "slides" 36 poses
A Cr$ 1.300,00 unidade 2.600,00

4.4. Revelação/cópias

4.4.1. "Slides" a Cr$ 1.016,00 ..... 2.032,00

4.4.2. P & B, tamanho 10 x 15
a Cr$ 3.440,00 unidade 6.880,00

TOTAL: 24.372,55

NOTA:

1. A Revelação poderá ficar para uma 2ª etapa, neste caso o orçamento passaria para um total de Cr$ 15.461,45

2. Cotação dolar comercial Cr$ 100,04 em 03/09/93.

ARQ. RENATO MATHIAS
CREA 34791

FL. 20

IPHAE
Proc. n.º 2778-11.00
95.1
Fl. 20

Juliana
Vamos contactar c/
o prefeito de
Rio Grande.
5.4.95

Ao Prof. Luiz Carlos,
p/ LIGAR AO PREFEITO.

Juliana Orpen
18.04.95.

Liguei. Considera bem-
vinda a idéia. Carlos
20/4/95

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO,
ARQUIVOS E MUSEUS DO ESTADO

ENCAMINHE-SE AO AUTOR DO AUTE. PROJETO, ARQUITETO RENATO MATHIAS, PARA INSTRUIR TÉCNICAMENTE O PROCESSO, COM O DEVIDO ACOMPANHAMENTO PELO CHEFE DA DIVISÃO.

POA, 29 DE NOVEMBRO DE 1995

Joliana Espen
DIRETORA DO DEPARTAMENTO.

IPHAE
Proc. n.º 2778-11.00/95.1
Fl. 14

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
INST. DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 56 / 95 - IPHAE

DE : Arq. Renato Mathias.

PARA: Juliana Erpen - Diretora DEPHAAM.

EM: 01 de dezembro de 1995.

Em relação ao Projeto de Tombamento da Vila Rheingantz, na cidade de Rio Grande, de 16 março de 95, informo a V.S. que a formação e instrução de processo para o Tombamento de Bens Culturais só com ordem escrita do Senhor Secretário de Estado da Cultura.

Recebido em 02/12/95
Juliana Erpen

IPHAE
Proc. nº 2778-11.00/95.1
Fl. 22

Fl. 13

PROC: 2778 - 11.00/95.1

IPHAE

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

Memo. IPHAE 117/ 2007

De: Maria Beatriz Kother- Diretora do IPHAE

Para: AJUR/SEDAC

Em: 24/07/07

Fomos informados verbalmente pela arq. Letícia Fernandez, da Prefeitura Municipal de Rio Grande, que o Estado e o Município haviam sido condenados em ação referente a Vila Rheingantz.

Solicitamos que seja verificada a veracidade da informação.

Atenciosamente,

Maria Beatriz Medeiros Kother
Diretora do IPHAE

PROC: 2778-11.00/95.1 Fls 24

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA DO DOMÍNIO PÚBLICO ESTADUAL

Of. PDPE n.º 0261/2008 Porto Alegre, 31 de janeiro de 2008.

Senhora Assessora:

Encaminhamos a Vossa Senhoria, a pedido do Procurador do Estado Dr. Marcos Tubino Bortolan, cópia dos acórdãos judiciais proferidos nos Embargos de Declaração n.° 70021750187 (Embargante ERGS e Embargado **MINISTÉRIO PÚBLICO**) e na Apelação Cível n.° 70019992270 (Apelante ERGS e Apelado **MINISTÉRIO PÚBLICO**), para ciência e cumprimento das medidas determinadas.

Atenciosamente,

CINARA COELHO KANARZVESKI,
Chefe de Secretaria da PDPE.

SEJAC
PROTOCOLO
GABINETE
Nº
DATA 31/01/08

A Ilustríssima Senhora
Juliana Erpen,
M.D. Assessora de Gestão.
Secretaria da Cultura.
Nesta Capital.

PROC: 2778-11.00/95.1 Fls 25

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - RS

LFSD
Nº 70021750187
2007/CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE A JUSTIFICAR O MANEJO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ART. 535 DO CPC. O ACÓRDÃO É CLARO QUE A PRETENSÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E A SENTENÇA SE RESTRINGEM A DETERMINAR A ABERTURA E CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO DE TOMBAMENTO, SEM TECER QUALQUER CONSIDERAÇÃO ACERCA DO CONTEÚDO DA REFERIDA CONCLUSÃO.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	SEGUNDA CÂMARA CÍVEL - REGIME DE EXCEÇÃO
Nº 70021750187	COMARCA DE RIO GRANDE
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	EMBARGANTE
MINISTERIO PUBLICO	EMBARGADO
MUNICIPIO DO RIO GRANDE	INTERESSADO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Acordam os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível - Regime de Exceção do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, rejeitar os embargos de declaração.

Custas na forma da lei.

Participaram do julgamento, além do signatário, os eminentes Senhores **DES. ARNO WERLANG (PRESIDENTE) E DES. ROQUE JOAQUIM VOLKWEISS**.

Porto Alegre, 31 de outubro de 2007.

SEDAC
PROTOCOLO
GABINETE
Nº
DATA 31/01/08

DES. LUIZ FELIPE SILVEIRA DIFINI,

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - RS -

Relator.

RELATÓRIO

DES. LUIZ FELIPE SILVEIRA DIFINI (RELATOR)

Trata-se de embargos de declaração opostos pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL contra o acórdão de fls. 1488/1500 que negou provimento ao apelo por ele interposto, bem como ao apelo interposto pelo Município de Rio Grande.

Em suas razões (fls. 1504/1505) sustenta que o acórdão embargado apresenta contradição, uma vez que ora afirma que o tombamento já está determinado e ora dá a entender que apenas está determinado que seja instaurado o procedimento de tombamento.

É o relatório.

VOTOS

DES. LUIZ FELIPE SILVEIRA DIFINI (RELATOR)

Não merece acolhida os embargos declaratórios.

Conforme se verifica dos próprios excertos do acórdão reproduzidos pelo embargante, não há falar em contradição do julgado. Observe-se:

> *"Efetivamente, o ato de tombamento tem natureza de ato discricionário, entretanto, na hipótese, a pretensão do Ministério Público, a quem incumbe inequivocamente a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos do art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como a sentença, ora impugnada, restringe-se a determinar apenas que o ente federado instaure o respectivo procedimento e não, obrigatoriamente, decrete o tombamento.*

> *...nessa mesma perspectiva, não há falar em ausência de razoabilidade e proporcionalidade na determinação da abertura do referido procedimento de tombamento, ou mesmo na fixação de prazo de um ano para a respectiva conclusão."*

Ora, em ambos os excertos resta evidente que a pretensão do Ministério Público, assim como a sentença, restringe-se a determinar a instauração do procedimento de tombamento, estipulando prazo de um ano para sua conclusão.

Ressalte-se que em momento algum há qualquer referência ao conteúdo da referida conclusão, até mesmo porque, como ressaltado no julgado, ora embargado, o ato de tombamento tem natureza de ato discricionário.

Pelo exposto, REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

DES. ARNO WERLANG (PRESIDENTE) - De acordo.

DES. ROQUE JOAQUIM VOLKWEISS - De acordo.

DES. ARNO WERLANG - Presidente - Embargos de Declaração nº 70021750187, Comarca de Rio Grande: "À UNANIMIDADE, REJEITARAM."

Julgador(a) de 1º Grau: ANDREA REZENDE RUSSO

PROC: 2778-11.00/95-1 Fls 28

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
Av Borges de Medeiros, 1501-4° andar- Ala Norte
Porto Alegre- CEP 90119-900

INFORMAÇÃO ASSEST Nº 05/2008

Processo de tombamento: **Nº 002778 - 11.00 –SEDAC-95-1**
Vila Rheingantz – Rio Grande
Assunto: **PGE** - Procuradoria do Interior – **Determinação Judicial para instrução técnica de tombamento.**

Senhora Secretária adjunta,

Em atenção ao solicitado pela Procuradoria do Interior da PGE, para que esta Secretaria instrua processo de tombamento da Vila Rheingantz, informamos que o IPHAE já possui um processo iniciado em 1995, na gestão do Secretário Appel, porém o expediente ficou paralisado a partir de manifestação negativa de funcionário do IPHAE.

Depois de passada mais de uma década, vem o Poder Judiciário determinar a instrução processual para fins de averiguação do valor cultural dos bens que integram a denominada "Vila Rheingantz". Salientamos: o Judiciário não determina o tombamento, mas sim a instrução processual, cujo estudo minucioso, detalhado e individualizado para cada imóvel, redundará em conclusão a respeito do valor histórico e/ou arquitetônico e sua relevância estadual, condição ***sine qua non*** para o tombamento nesta instancia.

Anexamos a este cópia do acórdão.

Submetemos a vossa decisão o encaminhamento ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, para a continuidade do procedimento administrativo.

Porto Alegre, 17 de abril de 2008

Juliana Erpen
Arquiteta-urbanista especialista em Direito Ambiental e Urbanístico
Assessora Estratégica de Gestão e Planejamento
Secretaria de Estado da Cultura

À Direção do IPHAE para providenciar este processo de tombamento com conclusão prorrogado até 31/10/2008.
Em 23/04/2008

Flora Leães
Diretora - Geral / SEDAC

FL. 28 V

IPHAE
RECEBIDO
Em: 29/04/08
Ass.:

PROC: 2778-11.00/95.1

FL. 29

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
Av Borges de Medeiros, 1501-4º andar- Ala Norte
Porto Alegre- CEP 90119-900

Ofício ASSEST Nº 07/2008/ SEDAC Porto Alegre, 29 de abril de 2008.

Prezada Senhora,

Ao cumprimentá-la, encaminhamos a cópia dos atos administrativos contendo as iniciativas tomadas por esta Secretaria a partir dos documentos acompanhados do **ofício PDPE Nº 0261/2008,**enviados pela Senhora. Solicitamos a gentileza de repassar as cópias ao excelentíssimo Procurador do Estado Dr Marcos Tubino, para ciência e providências cabíveis, já que atendem em parte o que consta nos Embargos de Declaração nº 70021750187 .

Despedimo-nos enviando cordiais saudações,

Juliana Erpen,
Assessora Estratégica de Gestão e Planejamento
SEDAC

Excelentíssima Senhora
Cinara Coelho Kanarzveski
Chefe da Secretaria da PDPE
Procuradoria do Estado
Nesta Capital

Recebi em 30.04.08.
Cinara C. Kanarzveski
PDPE/PGE.

Ao IPHAE,

PARA APENSAR

ESTE OFÍCIO AO

PROCESSO

Nº 02778-11.00-

SEDAC-95-1

TOMBAMENTO

DA VILA RHEINGANTZ

Juliana Erpen

IPHAE
RECEBIDO
Em: 29/5/08
Ass.:

FL. 23 V

PROC: 2778-11.00/95.1
FL. 30

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL
CORAGEM PARA FAZER
SECRETARIA DA CULTURA

Memo. IPHAE n.º 78 / 2008

De: Maria Beatriz Kother- Diretora do IPHAE

Para: Assessoria Jurídica SEDAC

Em: 23/06/08

Assunto: Tombamento da Vila Rheingantz – Rio Grande/RS
Processo n° 002778-11.00 – SEDAC – 95-1

Dando continuidade ao processo de tombamento da Vila Rheingantz, com prazo de conclusão de um ano estipulado pelo Poder Judiciário, são necessárias informações sobre a situação legal dos bens a serem tombados, para que os proprietários venham a ser notificados do tombamento.

A Vila Rheingantz é constituída de um grande número de imóveis, entre os quais a antiga fábrica de tecidos, a escola, o cassino dos mestres e as casas dos técnicos e operários, que constituíam uma vila operária completa. Uma parte das edificações está dentro da massa falida da Companhia União Fabril (nome oficial da fábrica têxtil), mas as demais são de propriedade particular, sendo necessária a identificação dos proprietários.

Em primeiro lugar, é necessária a listagem dos imóveis incluídos na massa falida, e sua situação legal atual. A partir destes dados, o IPHAE poderá desmembrar o processo em duas partes, separando os imóveis pertencentes à massa falida dos imóveis particulares. Esta decisão poderá agilizar a conclusão do processo de tombamento, pois a localização e notificação dos proprietários particulares provavelmente será mais demorada, e os dois processos terão andamentos diferentes.

Enquanto se aguarda estas informações, a instrução do processo de tombamento será retomada, com o agendamento de visita ao local.

Atenciosamente,

Arq. Maria Beatriz Medeiros Kother
Diretora do IPHAE

Av. Borges de Medeiros, 1501 19º and. Porto Alegre/RS CEP 90110-150 Fone/Fax 51 3225.3176 e-mail: iphae@via-rs.net www.iphae.rs.gov.br

PROC: 2778-11.00/95.1

FL. 31

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA

Assessoria Jurídica
Av. Borges de Medeiros, nº 1501 – 4º andar, Porto Alegre/RS
e-mail: ajur@cultura.rs.gov.br

OFÍCIO Nº 151/2008/GAB/JUR/SEDAC
ASSUNTO: Relação de imóveis da Vila Rheingantz – Rio Grande
Expediente: 2778-1100/95-1

Porto Alegre, 30 de Junho de 2008.

Prezada Senhora,

Ao cumprimentá-la, solicitamos informações acerca dos imóveis que pertencem a Vila Rheingantz, no município de Rio Grande, objeto de tombamento nesta Secretaria.

Para o breve atendimento da decisão do Acórdão dos Embargos de Declaração nº 70021750187, o Instituto do Patrimônio Histórico do Estado – IPHAE solicita que seja remetida a relação dos imóveis bem como a situação legal deles identificando os que fazem parte da massa falida e os de propriedade partícula para os devidos encaminhamentos legais.

Atenciosamente,

Flora Leães,
Secretária de Estado da Cultura, adjunta.

Exma. Sra.
Cínara Coelho Kanarvzveski
Chefe da Secretaria da PDPE
Procuradoria Geral do Estado
Nesta Capital

FL. 31-V

à PR

de Rio Grande,

com urgência.

03-07-08

Marcos Tubino Bortolan
Procurador do Estado
OAB/RS 36.584

RECEBIDO
08 JUL. 2008
PI/PGE

17.ª PRE - Rio Grande - PGE
RECEBIDO
09 JUL. 2008
Ass.:

Ao Dr. Eduardo em 10-03-08

PROC: 2778-11.00/95.1 FL. 32

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
17ª PROCURADORIA REGIONAL

OF. 17ª PRE N.º 121/09 Rio Grande, 26 de Fevereiro de 2009

Senhor Diretor:

Através do ofício PI/ASS/3379/07/17 foi solicitado o cumprimento provisório da r. sentença da ação civil pública movida pelo Ministério Público contra o Estado do Rio Grande do Sul e o Município do Rio Grande.

Tendo em vista o trânsito em julgado da r. sentença, solicito a Vossa Senhoria sejam informadas quais as providências adotadas pelo Instituto Histórico e Artístico do Estado, para o cumprimento da decisão judicial.

Observa-se ainda, a existência de multa diária por atraso no cumprimento da r. sentença.

Seguem em anexo as cópias da sentença e do acórdão do Tribunal de Justiça.

Atenciosas saudações.

Eduardo Ribeiro Isaacsson
Procurador do Estado

Ilustríssimo Senhor Diretor
Instituto Histórico e Artístico do Estado
Secretaria Estadual da Cultura
Porto Alegre – RS

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - RS

FL. 33

PROC: 2778-11.00 /95.1

COMARCA DE RIO GRANDE
3ª VARA CÍVEL
Rua Silva Paes, 249 - CEP: 96200340 Fone: 53-3231-3033

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Oficial de Justiça: Denise Schabbach - Zona 6 - Oficial substituto

Processo nº:	023/1.04.0018455-6
Natureza:	Ação Civil Pública
Valor da Ação:	R$ 276,50 AJG
Autor:	Ministerio Publico
Réu:	Municipio do Rio Grande e outros Adv: Eduardo Ribeiro Isaacsson - RS/26727 Adv: Oscar Cornelsen Neto - RS/34851

O(A) Doutor(a) Juiz(a) de Direito **MANDA** ao(a) Oficial(a) de Justiça que, em cumprimento ao presente mandado, proceda a **INTIMAÇÃO** da(s) pessoa(s) neste mencionada(s) para dar cumprimento à sentença, conforme despacho infra.

DESPACHO: "Intimem-se os requeridos Município de Rio Grande e Estado do Rio Grande do Sul, pessoalmente, para que dêem cumprimento à sentença contendo condenação de obrigação de fazer, nos prazos nela estabelecidos: "a) instaurarem procedimento de tombamento do conjunto urbano da Fábrica Rheingantz, disciplinando o entorno, no prazo de um ano, sob pena de multa diária de dois salários mínimos nacionais; e b) condenar os réus – o Estado no que tange aos bens por ele tombados e ao Município no se refere aos prédios relacionados como de interesse sócio-cultural – a fiscalizá-los, expedindo relatório das condições em que se encontram e das providências que serão adotadas, no prazo de três meses, sob pena de multa diária de dois salários mínimos nacionais;", com a devida comprovação nos autos. (...) Em 01/09/2008. (a) Rita de Cassia Muller, Juíza de Direito."

DESTINATÁRIO(S):

Estado do Rio Grande do Sul, réu
End: Rua Conde de Porto Alegre, 396, Procuradoria (PGE), Centro, Rio Grande, RS, 96200-330

CUMPRA-SE.

Rio Grande, 19 de janeiro de 2009.

Escrivão(ã)/Oficial(a) Ajudante,
que assina por ordem do(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito

ALEXANDRE FOSSATI REICHERT
Escrivão Judicial
Mat. 1422480

FL. 34
PROC: 2778-11.00/95.1

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA

Ofício nº 47/2009/GAB/AJU/SEDAC

Porto Alegre, 19 de março de 2009

Assunto: Solicitação de indicação de bens imóveis – Vila Rheingantz – Rio Grande
Expediente: 2778-1100/95-1

Senhor Procurador,

Ao cumprimentá-lo, reiteramos os termos do Ofício nº 151/2008/GAB/JUR/SEDAC (cópia anexa), onde foi solicitada a relação dos imóveis bem como a situação legal deles, identificando os que fazem parte da massa falida e os de propriedade particular para os devidos encaminhamentos legais.

Atenciosamente,

p/p Juliana Eryen

Mônica Leal
Secretária de Estado da Cultura

Juliana Eryen
Secretária Adjunta da Cultura
Estado do Rio Grande do Sul

Exmo. Sr.
EDUARDO RIBEIRO ISAACSSON
Procurador do Estado
PGE - 17ª Procuradoria Regional
Rua Conde de Porto Alegre, n. 396
Rio Grande/RS
CEP 96200-330

PROC: 2778-11.00/95.1 FL. 35

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
17ª PROCURADORIA REGIONAL

REF.: SPI Nº 002778-1100-95-1

Excelentíssimo Senhor Coordenador da 17ªPRE:

Tendo em vista a solicitação de informações efetuada pela Secretaria da Cultura, por telefone, acerca dos imóveis da Vila Rheingantz informa-se o seguinte:

Inexiste uma Massa Falida da empresa Cia. Inca Textil, uma vez que não foi decretada a falência.

A referida empresa apenas encerrou irregularmente as atividades, há vários anos, deixando elevados débitos de tributos estaduais, federais e trabalhistas.

Salienta-se ainda, a existência de várias ações de usucapião tramitando na Comarca de Rio Grande relativas às casas situadas na Vila Rheingantz.

Além disso, alguns imóveis que eram de propriedade da Cia. Inca Textil foram arrematados em leilão.

Entende-se que a Procuradoria do Estado em Rio Grande não dispõe de recursos humanos e materiais, para efetuar o levantamento e verificar a situação de todos os imóveis que fazem parte da Vila Rheingantz.

A autuação da PGE restringe-se à defesa judicial do Estado, sendo que o cumprimento de ordens materiais do Poder Judiciário é atribuição de cada Secretaria, conforme as respectivas competências.

Caso a Secretaria da Cultura não disponha de recursos humanos para efetuar o levantamento detalhado e individualizado da situação dos imóveis da Vila Rheingantz necessário ao processo de tombamento, sugere-se a realização de um convênio com a Fundação Universidade do Rio Grande - FURG ou contratação de uma empresa terceirizada mediante licitação, para essa atividade.

Assim sendo, sugiro a Vossa Excelência a remessa do expediente à Secretaria da Cultura solicitando seja providenciado o tombamento dos imóveis e depois remetido à PGE, para fins de comprovação no processo judicial.

Atenciosamente,

Em 25/11/10

Eduardo Ribeiro Isaacsson
Procurador do Estado

PROC: 2778-11.00/95.1 FL. 36

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
17ª PROCURADORIA REGIONAL

Ref.: SPI Nº 002778-1100/95-1

Senhora Coordenadora da Procuradoria do Interior:

Sugerimos, nos exatos termos da manifestação retro, da lavra do Dr. Eduardo Isaacsson, o encaminhamento do presente à Secretaria da Cultura, para ciência, enfatizando que esta Procuradoria Regional efetivamente não possui recursos humanos e materiais que possibilitem o levantamento anteriormente solicitado por aquela Secretaria de Estado.

Atenciosamente,

Fábio Macedo Bainy
Procurador do Estado

RECEBIDO
29 NOV. 2010
PI/PGE

FL. 36 V

À Secretaria Estadual de Cultura.

Cur. 29.11.10.

PROCURADORIA DO INTERIOR
MARCIA S. DO NASCIMENTO
ASSESSORIA JURÍDICA

SEDAC
PROTOCOLO
DIRETORIA GERAL
Nº Joane Silva.
DATA 02 / 12 / 10

VILA RHEINGANTZ
ENCAMINHA-SE AO IPHAE, P/ O RESPECTIVO ASSENTAMENTO

Fl. 20
PGE/17ª

FL. 37
Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 37 Rub.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
17ª PROCURADORIA REGIONAL

REF.: EXPEDIENTE ADMINISTRATIVO N.º 01723-1000/10-8

À Sra. Diretora do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado - IPHAE:

Cuida-se de solicitação encaminhada pelo sr. Paulo Lawson, Diretor da Cia. Inca Têxtil Industrial, perquirindo acerca da viabilidade de entabular acordo para doação de bens imóveis de propriedade da citada empresa em pagamento de dívidas tributárias. Discorreu o solicitante acerca da relevância histórica e arquitetônica dos imóveis oferecidos em doação (Vila Operária), mencionando realização de anterior reunião com este Instituto, em que teria havido manifestação de interesse acerca da incorporação deste patrimônio ao acervo imobiliário do Estado.

Em vista disso, previamente ao exame do mérito da proposta, solicito confirmação por parte deste Instituto acerca do efetivo interesse nos imóveis em questão, especialmente diante do possivelmente elevado custo para sua restauração e conservação, bem como pelo fato de encontrarem-se ocupados, há longa data, por particulares, o que provavelmente reclamará o ajuizamento de diversas ações possessórias pelo Estado, nas quais poderá, até mesmo, ser reconhecida a usucapião em favor dos possuidores (lei 10.257/01, art. 13).

Atenciosamente,

Rio Grande, 16 de setembro de 2010.

Octavio Cordeiro Noronha
Procurador do Estado
OAB/RS 61.827

IPHAE
RECEBIDO
Em: 22/12/10
Ass.:

CÓPIA

PROCESSO: 2778-11.00/95.1

FLS. 37-V

ENCAMINHE-SE À DIREÇÃO DO IPHAE P/ MANIFESTAR-SE QUANTO AO CUSTO DA RESTAURAÇÃO,

RECEBIDO
21 SET 2010
PI/PGE

CONSIDERANDO QUE A COMPETÊNCIA P/ OPINAR SOBRE PATRIMÔNIO DO ESTADO É A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS.

Juliana Erpen
Secretária Adjunta da Cultura
Estado do Rio Grande do Sul

OBS: AO REFERIR "CUSTO DA RESTAURAÇÃO", SOLICITA-SE AS FLS BAIXO A MANIFESTAÇÃO DO SENHOR PROCURADOR: "ESPECIALMENTE DIANTE DO POSSÍVEL ELEVADO CUSTO P/ SUA RESTAURAÇÃO E CONSERVAÇÃO".

18.10.2010

CÓPIA

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 38 Rub.

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA

INFO IPHAE Nº 111/10

Porto Alegre, 30 de outubro de 2010.

Senhora Diretora:

Respondendo ao solicitado no verso da folha 20 do processo n.° 1723-1000/10.8 referente à oferta de conjunto de casas pertencentes à Vila Operária da Fábrica Rheingantz, informamos:

- Existe decisão judicial referente ao Complexo da Fábrica Rheingantz.

- Este Instituto abriu o processo de tombamento do complexo da Fabrica Rheinghantz – Proc 2778-11.00/95-1, o qual foi enviado à Promotoria de Justiça de Rio Grande visando esclarecimentos com relação à propriedade dos imóveis que fazem parte deste complexo industrial, pois para a conclusão do processo é necessário saber quem será notificado. A continuidade e a finalização do processo de tombamento dependem deste esclarecimento.

- Para a realização de um orçamento da restauração de um bem cultural edificado é necessário a elaboração de um projeto de restauro, o qual compreender o levantamento métrico-arquitetônico, diagnóstico de patologias, projeto de restauro (que para sua elaboração é necessário definir o ocupação que será dada a estas edificações) para então ser orçada a sua restauração. Sem o cumprimento destas etapas, qualquer valor orçado será aleatório.

- Igualmente, salienta-se que grande parte destas edificações existentes na vila operária encontra-se ocupada.

- Em relação ao valor cultural destas edificações, trata-se de uma vila operária construída pelos proprietários da fabrica em suas proximidades, visando o beneficio de ambas as partes. É, portanto, um raro exemplar deste tipo de arquitetura e do modo como funcionavam os grandes complexos industriais no final do século XIX e inicio do século XX.

Atenciosamente,

Roberto Luiz Sawitzki

Arq. Roberto Luiz Sawitzki
CREA 55.439

De acordo em: 03/11/2010

Maria Beatriz Medeiros Kother- Diretora do IPHAE

10 11 10

CÓPIA

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-11.00/95-1
Fls. 39 Rub.

Ofício GAB 200/2010/SEDAC Porto Alegre, 14 de dezembro de 2010

Excelentíssimo Senhor,

Ao cumprimentá-lo, remetemos o expediente **001723-10.00/10-8**, *por competência*, tendo em vista que o requerente, Diretor da Cia Inca Textil e Industrial, vem propor quitação de dívidas de ICMS através de dação em pagamento de imóveis que integram o Complexo Rheingantz.

Esta Secretaria de Estado da Cultura possui tão somente atribuição legal para quantificar o valor histórico-cultural dos referidos bens, assunto este objeto do Processo 02778-11.00/95-1, para instruir o possível tombamento de todo o complexo.

Quanto ao valor patrimonial para eventual compensação tributária, este compete ao DEAPE-SARH, que poderá buscar a dominialidade e titularidade dos respectivos bens e quantificar o correspondente valor venal, dentro de critérios de precisão , conforme determina a Norma Técnica (ABNT); ademais, deverá ser **levado em conta o custo de restauração e manutenção dos imóveis do Complexo,**

FL. 40
Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 40 Rub.

que inquestionávelmente são históricos, cabendo apenas definir se de relevância Estadual ou Municpal. Em relação à manifestação do IPHAE, acrescenta-se que entre os *valores aleatórios* e os *valores de precisão* , *há os valores estimados*, que, s.m.j., em se tratando de bens culturais, estima-se acima dos valores usuais de mercado, dada as especificidades quanto a materiais e mão de obra, corroborando-se dessa forma a manifesta preocupação do Douto Procurador de Estado, Dr Octavio Cordeiro Noronha, quando registra: " especialmente diante do possivelmente elevado custo para sua restauração e conservação".

Encaminhamos portanto ao Departamento da Secretaria competente_para análise e manifestação, conforme solicitado pela 17ª PRE, constante às folhas 20 do referido expediente.

Cordialmente,

Juliana Erpen
Secretária de Estado da Cultura, adjunta.

CÓPIA

Excelentíssimo Senhor
Elói Francisco Pedroso Guimarães
DD Secretário de Administração do Rio Grande do Sul .
Nesta Capital.

94 verso

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
M. ——

Maria Alcemira de Mello Gralha, Oficial do Registro de Imóveis do município de Rio Grande, etc.

Proc: 2778-11.00/95.1

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-11.00/95-1
Fls. 41 Rub.

Certifico, por me ser verbalmente pedido que, revendo em Cartório o Livro número 3-A antigo, nêle à fls.134, consta que em 7 de maio de 1884, sob número de ordem 468, foi transcrita a transmissão de dois terrenos, sendo um foreiro à Câmara Municipal a praça da Cadeia com 10 mts 40 cms. de frente á rua Conde de Pôrto Alegre, fundos ao Sul á rua Gal. Câmara, dividindo a leste com a rua Barroso, ao oeste com Henrique José Pereira Júnior, e outro terreno próprio, com 312 mts 40 cms de frente a estrada que vai para a Mangueira, fundos ao Saco com esta denominação, dividindo a leste com terrenos da compradora e que foram do Dr. João de Miranda Ribeiro Sobrinho, ambos os terrenos com as propriedades, seus cômodos e servidões; em nome da SOCIEDADE EM COMANDITA E AÇÕFS RHEINGANTZ & CIA., desta cidade, que comprou de Rheingantz & Cia., firma Social desta cidade, pela quantia de Rs.50:000$000; conforme escritura pública de compra e venda, lavrada nas nótas do Tabelião Noronha. CERTIFICO, mais, que o imóvel situado á estrada que vai para Mangueira, acima descrito, entre outros, está gravado pela inscrição hipotecária sob número 1, à fls.1/2 do Livro nr.2, à favor do Banco do Rio Grande do Sul, com séde em Pôrto Alegre; conforme escrituras de promessa de hipoteca, lavrada em 6 de abril de 1929, nas nótas do 2º Notário Miranda, desta cidade, e escritura definitiva de empréstimo, lavrada em 31 de dezembro de 1929, nas Nótas do 5º Notário Maciel de Pôrto Alegre. O referido é verdade e dou fé.

RIO GRANDE, treze (13) de novembro de 1968.

Maria Alcemira de Mello Gralha

Maria Alcemira de Mello Gralha
Oficial do
Registro de Imóveis
RIO GRANDE
Rio Grande do Sul

93

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PODER JUDICIÁRIO

M. —

Maria Alcemira de Mello Gralha, Oficial do Registro de Imóveis do município de Rio Grande, etc.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2770-1400/95-1
Fls. 42 Rub.

Certifico, por me ser verbalmente pedido que, revendo em Cartório o Livro número 3-A antigo, nêle à fls.134, consta que em 9 de maio de 1884, sob número de ordem 470, foi transcrita a transmissão de um terreno próprio, com 10 braças de frente, sito fora das antigas trincheiras desta cidade, dividindo-se ao oeste, com a rua que passa ao Cemitério, ao sul, com a Lagôa da Mangueira, a leste, com Carlos Gats, antigo comprador: em nome da SOCIEDADE EM COMANDITA P. AÇÕES RHEINGANTZ & CIA., que comprou do Dr.João de Miranda Ribeiro Sobrinho, pela quantia de Rs.650$000, conforme escritura pública, lavrada nas nótas do Tabelião Noronha. CERTIFICO, mais que em 25 de março de 1929, foi averbado à margem da referida transcrição, que em face do documento apresentado, fica o imóvel constante da transcrição acima de número 470, pertencendo a Sociedade Anônima Cia. União Fabril, Pastoril, com séde nesta cidade, constituída em sucessão a Sociedade de Comandita Rheingantz & Cia. CERTIFICO, ainda, que em 30 de abril de 1929, foi averbado à margem da citada transcrição, que em face do documento apresentado, fica o imóvel constante da transcrição óra referida, pertencendo à Cia. União Fabril, com séde nesta cidade, visto a palavra Pastoril, ter sido suprimida em sessão efetuada em 18 de julho de 1895. CERTIFICO, finalmente, que o imóvel acima descrito, entre outros, está gravado pela inscrição hipotecária sob número 1, à fls.1/2 do Livro nr.2, à favor do Banco do Rio Grande do Sul, com séde em Pôrto Alegre; conforme escrituras de promessa de hipoteca, lavrada em 6 de abril de 1929, nas nótas do 2º Notário Miranda, desta cidade, e escritura definitiva de empréstimo, lavrada em 31 de dezembro de 1929, nas Nótas do 5º Notário Maciel, de Pôrto Alegre. O referido é verdade e dou fé.

RIO GRANDE, treze (13) de novembro de 1968.

Maria Alcemira de Mello Gralha

Maria Alcemira de Mello Gralha — Oficial do Registro de Imóveis — Rio Grande do Sul — RIO GRANDE

SPI 2778-1100/95-1

Fls 43

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 43 Rub.

ESTA DIRETORIA GERAL SOLICITOU A DEVOLUÇÃO DESTE EXPEDIENTE À PROCURADORIA DE RIO GRANDE, ATRAVÉS DE CONTATO TELEFÔNICO. A ASSESSORIA JURÍDICA DA SEDAC ENCONTROU CÓPIA DA APELAÇÃO CÍVEL À SENTENÇA QUE DETERMINAVA O TOMBAMENTO DO COMPLEXO RHEINGANTZ, ONDE MANTIVERAM OS DESEMBARGADORES A CONDENAÇÃO QUANTO À INSTAURAÇÃO DO PROCESSO DE TOMBAMENTO, "MAS SEM A VINCULAÇÃO NECESSÁRIA DO RESULTADO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO À DECISÃO PELO TOMBAMENTO DOS IMÓVEIS!" POSTERIORMENTE, NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, REJEITADOS, CONCLUEM OS NOBRES DOUTOS: "RESSALTE-SE QUE EM NENHUM MOMENTO HÁ REFERÊNCIA AO CONTEÚDO DA CONCLUSÃO, ATÉ MESMO PQ, COMO RESSALTADO NO JULGADO, ORA EMBARGADO, O ATO DE TOMBAMENTO TEM NATUREZA DE ATO DISCRICIONÁRIO."

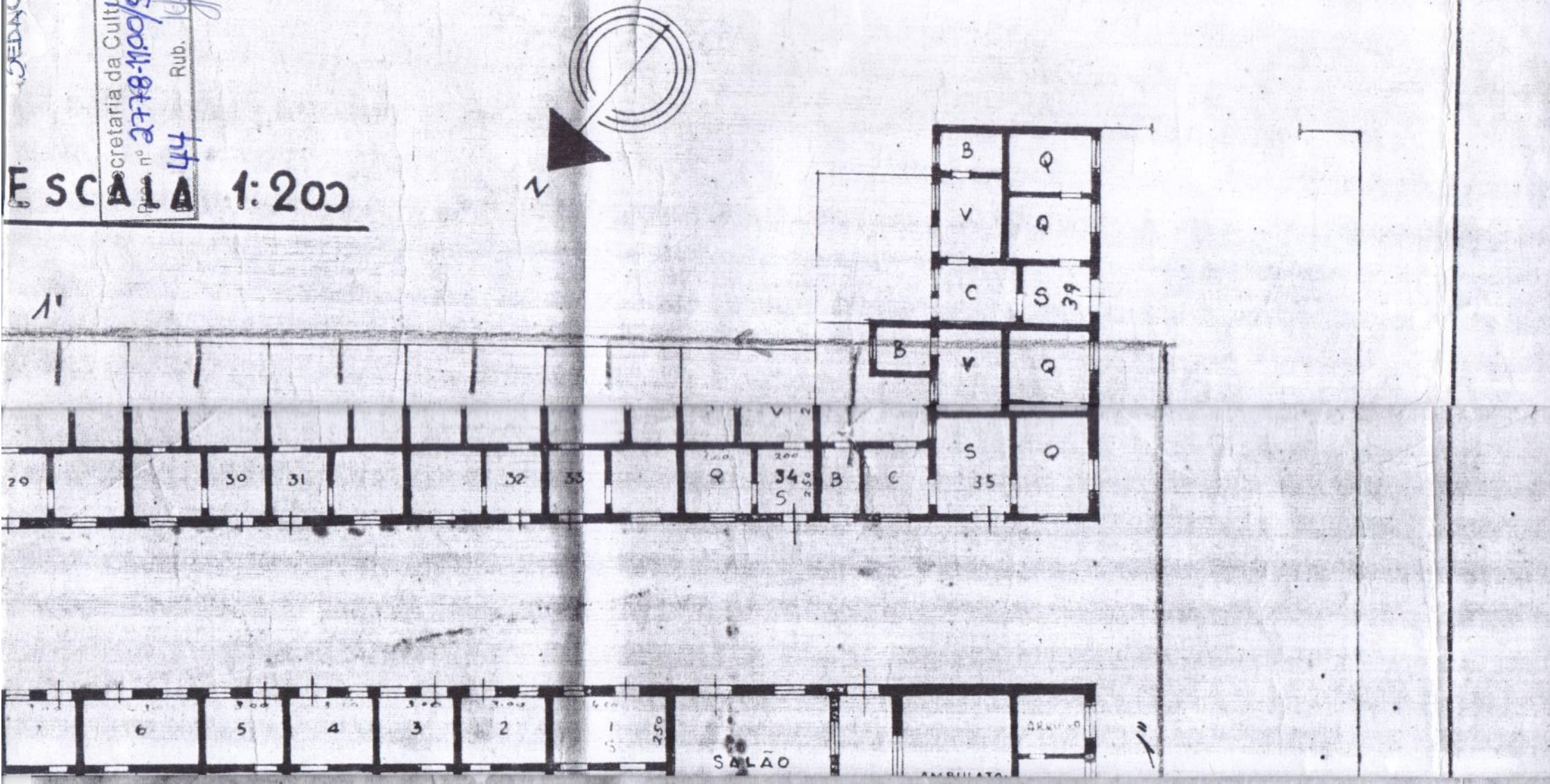
DIANTE DO EXPOSTO, RETORNE AO IPHAE PARA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Juliana Erpen
Secretária Adjunta da Cultura
Estado do Rio Grande do Sul

06.12.2010

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Rub. 44

ESCALA 1:200



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PODER JUDICIÁRIO

LC

Maria Alcemira de Mello Gralha, Oficial do Registro de Imóveis do município de Rio Grande, etc.

Fls. 45

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 45

Certifico, por me ser verbalmente pedido que revendo em Cartório o livro 3-A antigo, nele à fls.134, consta que em 7 de maio de 1884, sob número de ordem 168, foi transcrita a transmissão, entre outro, de um terreno próprio, com 312,40 mts de frente à estrada que vai para a Mangueira, fundos ao Saco com esta denominação; dividindo a leste com terrenos da compradora e que foram do Dr. João de Miranda Ribeiro Sobrinho; com as propriedades, seus cômodos e servidões; em nome da SOCIEDADE EM COMANDITA E AÇÕES RHEINGANTZ & CIA, desta cidade, que comprou de Rheingantz & Cia, firma social desta cidade, pela quantia de Rs.50:000$000, conforme escritura pública de compra e venda, lavrada nas notas do Tabelião Noronha. CERTIFICO mais, que em 27 de dezembro de 1969, foi averbado à margem da referida transcrição, que a adquirente passou a denominar-se COMPANHIA UNIÃO FABRIL, e que no terreno acima descrito existe os seguintes prédios: um prédio de alvenaria, de dois pisos, construido no alinhamento da Av. Presidente Vargas, nº201, antiga rua Rheingartz e destinado para escritório, depósito e lavagem de lã; Um prédio de alvenaria de um só pavimento, construido no interior do alinhamento da citada Avenida, destinado para fiação cardada; Um prédio de alvenaria, no interior, destinado para preparo das peças acabadas; um prédio de dois Pisos para usina e o piso térreo destinado para oficina e carpintaria; Um prédio de alvenaria destinado para revisão e escritório técnico; Um prédio de alvenaria de um pavimento para tecelagem e fiação penteada; Um prédio de alvenaria de dois pisos, destinado para cardas de fiação penteada; Um prédio de alvenaria de um só pavimento, para tapeçaria; Um prédio de material para depósito; Um prédio de alvenaria para tratamento dágua de dois pisos; Um depósito construido de pedra para depósito de enxofre, tudo com a área coberta de 45,240 mts^2. CERTIFICO, finalmente, que à margem da referida transcrição, consta refe

r

VERIFICAR AS DESCRIÇÕES

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-11.00/95-1
Fls. 46 Rub.

Fl

FLS.46

rência nº47.204, livro 3-AR. O referido é verdade e dou fé. -

RIO GRANDE, sete (7) de fevereiro de 1972.

maria milza guimarães [illegible] sub oficial

REGISTRO GERAL DE IMOVEIS
Rio Grande
MARIA MILZA GUIMARÃES LEVINSOHN
SUB - OFICIAL SUBSTITUTO

PROCESSO: 2778-11.00/95.1
- Fls. [illegible] -
Fls. 47

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 47 Rub.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE RIO GRANDE

CARTÓRIO DA SEGUNDA VARA CÍVEL

CERTIDÃO

Certifico , usando a faculdade que me confere a lei e por haver sido pedido pela parte interessada , que revendo em meu cartório os autos de FALENCIA DA CIA. UNIÃO FABRIL, deles verifiquei constar que foram arrematos pela CIA. INCA TEXTIL E INDUSTRIAL , os seguintes imoveis , localizados em Rio Grande a rua Av. RheingantzNº **199/01 - 199/02 = 199/03 - 199/04 - 199/05 - 199/06 - 199/07 - 199/08 - 199/09 - 199/10 - 199/11 - 199/12 - 199/13 - 199/14 - 199/15 - 199/16 - 199/17 - 199/18 - 199/19 -199/20 - 199/21 - 199/22 - 199/23 -199/24 - 199/25 - 199/26 - 199/27 - 199/28 199/29 - 199/30 - 199/31 - 199/32 - 199/33 - 199/34 - 199/35 - 199/36 - 199/37 - 199/38 -199/39** ... O referido é verdade e dou fé. DADA E PASSADA nesta Comarca de Rio Grande, aos vinte oito (28) dias do mês de maio de mil novecentos e noventa oito. (Eu, [illegible] (Teresa Domingues), Escrivã, subscrevo e assino.

Rio Grande, 28 de maio de 1998.

[illegible]

TERESA DOMINGUES

Escrivã

Custas R$ 1,40

2º TABELIONATO E REGISTROS ESPECIAIS
Rua Zalony, 67 - Rio Grande (RS) - Fone: (0532) 312533
MAURO ANTONIO COSTA MARTINS - Tabelião

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO a presente cópia, extraída nestas notas, a qual confere com o original.

EM TESTEMUNHO DA VERDADE

Rio Grande, 28 de maio de 1998

Mauro Antonio Costa Martins Tabelião
Emolumentos: 1,28 14:48:56 14567-83

...o Ricardo Votto Costa
SUBSTITUTO

CARTÓRIO AMÉR RIO GRANDE

FLS. 47-V

ENCAMINHE-SE AO
IPHAE, PARA PROSSEGUIMENTO.
EM 07.12.2010

SUGERE-SE QUE SEJAM
SOLICITADOS AO SR PAULO LAWSON,
DIRETOR DA CIA INCA INDUSTRIAL,
OS DOCUMENTOS RELATIVOS À INDIVIDUALI-
ZAÇÃO DAS PROPRIEDADES, EM ESPECIAL
AQUELAS QUE CONTORNAM A ARQUITETU-
RA INDUSTRIAL (TIPOLOGIA) E QUE
OCUPAM A MAIOR "FRAÇÃO IDEAL" DO
COMPLEXO.

Juliana Erpen
Secretária Adjunta da Cultura
Estado do Rio Grande do Sul

Recebido em
07/12/2010.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-11.00/95-1
Fls. 48 Rub.
Fls. 48

PATRIMÔNIO CULTURAL: RHEINGANTZ – UMA VILA OPERÁRIA EM RIO GRANDE – RS

VIVIAN S. PAULITSCH[1]

A presente síntese trata de uma dissertação de mestrado defendida em 2003 na Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP-São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Jorge Coli. Pretendeu-se abordar um patrimônio edificado no sul do Brasil denominado Complexo Cia. União Fabril (ex-Rheingantz & Cia.), que inclui, além das instalações da fábrica, uma vila operária. O complexo Rheingantz é um patrimônio cultural do país e compreende obras de arquitetos, criações anônimas de construtores surgidas da alma popular e um conjunto de valores histórico-culturais que dão sentido à vida desta específica vila neste período histórico.

O conjunto encontra-se ainda totalmente edificado e está direta e materialmente ligado à história cultural da industrialização do sul do Brasil e das tradições de criação de animais que caracterizam a região do Estado do Rio Grande do Sul. Assim, faz parte de uma cultura arquitetônica daquele tempo, e pode-se claramente observar que os construtores, dos quais não temos informações, conheciam certos modelos internacionais, pois existe um ambicioso desenho dentro do contexto deste conjunto de habitações.

O Complexo de Casas Rheingantz revela um importante intercâmbio de valores e experiências consideráveis do final do século XIX e começo do XX, tanto no âmbito da arquitetura, do planejamento e expansão urbanos da cidade do Rio Grande – RS, do desenho da paisagem, bem como da história da indústria do Rio Grande do Sul e do Brasil. A propriedade é única em termos de conjunto edificado, pois outras vilas que existiram nos bairros mais antigos da cidade de São Paulo, como Bom Retiro, Brás, Moóca, Belém, Belenzinho, Lapa, Ipiranga, que eram repletos de vilas construídas junto às fábricas, não mais existem, pois foram demolidas. A as propriedades do conjunto têm grave deterioração de materiais, alteração e deterioração da estrutura e de elementos ornamentais como óculos, frisos, festões e apliques.

Notando-se uma carência de políticas públicas, o presente trabalho contemplou não somente o trabalho acadêmico de pesquisa, mas também uma forma de proteger a memória deste patrimônio através de um levantamento exaustivo ressaltando a necessidade de uma restauração deste patrimônio industrial.

---

[1] Arquiteta graduada pela Universidade Federal de Pelotas -UFPel- Pelotas/RS, Mestre em História da Arte pela Universidade Estadual de Campinas –UNICAMP -Campinas/SP, Doutoranda em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP - Campinas/SP.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 49 Rub.

Vivian S. Paulitsch
Rua General Câmara 430
Rio Grande –RS
96200320
Telefone: (53) 32324427

12ª Superintendência Regional,
Avenida Independência nº867,
Porto Alegre/RS,
Cep 90.035-076.
Telefones: (51) 3311-1188

Procuração

Eu, Vivian da Silva Paulitsch, CI n. 7014753771, CPF número 93564910034, venho por meio desta, outorgar plenos poderes a Eduardo da Silva Paulitsch, CI número 7036992365 de inscrever-me à 20ª edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Cordialmente,

Vivian S. Paulitsch

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-11.00/95-1
Fls. 50 Rub.

Serviço Público Federal
Ministério da Cultura
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN

Processo nº 01450.002.465/2007-44
Concurso: Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, ano de 2007

FICHA DE INSCRIÇÃO 2007

CATEGORIA ESCOLHIDA

- ☐ apoio institucional e/ou financeiro
- ☐ divulgação
- ☐ educação patrimonial
- ☒ pesquisa e inventário de acervos
- ☐ preservação de bens móveis e imóveis
- ☐ proteção do patrimônio natural e arqueológico
- ☐ salvaguarda de bens de natureza imaterial

DADOS SOBRE A CANDIDATURA

Pessoa física, instituição ou empresa: Vivian da Silva Paulitsch

Nome para contato em caso de empresa ou instituição: _____

Endereço: Rua General Câmara, 441

Bairro: centro

Cidade: Rio Grande

Estado: RS CEP: 96200-320

Telefone: 53-32321759, 53-99756049

Fax: _____

Endereço eletrônico: VIVPAULITSCH@Hotmail.com

OBSERVAÇÕES

- anexar ao dossiê uma síntese do projeto/ação, datilografada em no máximo duas laudas de 30 linhas cada, corpo 12.

relacionar anexos, quando houver.

- anexos 1 e 2 → cópias da dissertação

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 51 Rub.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM HISTÓRIA DA ARTE E DA CULTU RA

RHEINGANTZ:
UMA VILA OPERÁRIA EM RIO GRANDE – RS

Vivian da Silva Paulitsch

CAMPINAS (SP)
Agosto, 2003

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-11.00/85-1
Fls. 52 Rub.

VIVIAN DA SILVA PAULITSCH

RHEINGANTZ:
UMA VILA OPERÁRIA EM RIO GRANDE – RS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Jorge Coli.

CAMPINAS (SP)
Agosto, 2003

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/85-1
Fls. 53 Rub.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em _____ / _____ / 2003.

BANCA

Prof. Dr. Jorge Coli (Orientador)

Prof. Dr. Marcos Tognon (Membro)

Prof. Dr. Günter Weimer (Membro)

Prof. Dr. Pedro Paulo Funari (Suplente)

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/85-1
Fls. 54 Rub.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

P284r

Paulitsch, Vivian da Silva
Rheingantz : uma vila operária em Rio Grande - RS / Vivian da Silva Paulitsch. - Campinas, SP : [s.n.], 2003.

Orientador: Jorge Coli.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Arquitetura industrial. 2. Arqueologia industrial. 3. Cidades e vilas. 4. Modelos arquitetônicos. 5. Edifícios históricos. 6. Patrimônio histórico. 7. Habitações – Século XIX. I. Coli, Jorge, 1947-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 55 Rub.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Luanda e Vilson, e aos meus irmãos Felipe, Nicole e Eduardo.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778.11.00/95-1
Fls. 56 Rub.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS vii

LISTA DE PLANTAS xvi

LISTA DE MAPAS xvii

AGRADECIMENTOS ixx

RESUMO xxi

ABSTRACT xxiii

INTRODUÇÃO 25

1. HISTÓRICO DA INDÚSTRIA NO RIO GRANDE DO SUL 29

2. EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE DO RIO GRANDE (RS) 47

3. HISTÓRICO DA FÁBRICA RHEINGANTZ 61
3.1 Fontes primárias 61
3.2 Viabilidade 64
3.3 Auxílio aos funcionários 66
3.4 Ampliações 66

4. A INDIVIDUALIZAÇÃO DO ESPAÇO 75
4.1 Imagens dos partidos formais do complexo da vila operária 85
4.1.1 Casas para mestres 105

5. ANÁLISE DAS CONSTRUÇÕES COM RELAÇÃO A MODELOS INTERNACIONAIS 111

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/85-1
Fls. 57 Rub.

CONSIDERAÇÕES FINAIS 213

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 217

ANEXOS 223

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95.1
Fls. 58 Rub.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: *"Tempora Mutantur"*, Pedro Weingartner – Roma, 1916 32

FIGURA 2: *"Pousada de Carreteiros"*, Pedro Weingartner, Roma, 1916 32

FIGURA 3: *"Estudo de Interior"*, Pedro Weingartner, s/d 37

FIGURA 4: *"Chegou Tarde"*, Pedro Weingartner, 1891 37

FIGURA 5: Rua Marechal Floriano Peixoto, década de 1920 52

FIGURA 6: Alfândega, Praça Xavier Ferreira, década de 1920 53

FIGURA 7: Echo do Sul – 1 de março de 1874 62

FIGURA 8: Foto retirada de uma propaganda da Companhia União Fabril do Guia Bemporat, da qual pode tratar-se da primeira fábrica localizada na Rua Almirante Barroso 63

FIGURA 9: Aerofotogramétrico da cidade do Rio Grande 65

FIGURA 10: Imagem das casas construídas para os operários 69

FIGURA 11: Vista geral da avenida, com as casas de mestres e operários 69

FIGURA 12: Imagem do quadro 72

FIGURA 13: Vista geral da fábrica 73

FIGURA 14: Sociedade Italiana Mutua Cooperazione 76

FIGURA 15: Sociedade União Operária, 1893 76

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 58 Rub.

FIGURA 16: Associação Clube do Comércio 76

FIGURA 17: Banco da Província 77

FIGURA 18: Loja Maçônica União Constante 77

FIGURA 19: Loja Maçônica Acácia Rio-Grandense 78

FIGURA 20: Associação de Caridade Santa Casa do Rio Grande 78

FIGURA 21: Prefeitura Municipal do Rio Grande 79

FIGURA 22: Secretarias Municipais do Rio Grande 79

FIGURA 23: Vista da cidade na primeira década do século XX- Matriz (hoje Catedral de São Pedro) ao fundo 80

FIGURA 24: Catedral de São Pedro 80

FIGURA 25: Exemplo de tipologia de quadra e construções do início do século XX 81

FIGURA 26: Exemplo de tipologia de quadra e construções do início do século XX 81

FIGURA 27: Vista das docas do Mercado Público 82

FIGURA 28: Linha do IPHAE 82

FIGURA 29: Marechal Floriano Peixoto 83

FIGURA 30: Marechal Floriano Peixoto 83

FIGURA 31: Marechal Floriano Peixoto 83

FIGURA 32: Praça Xavier Ferreira, Rua Marechal Floriano Peixoto 84

FIGURA 33: Sobrado dos Azulejos 84

FIGURA 34: Docas do mercado e Biblioteca Rio-Grandense 84

FIGURA 35: Casas dos operários na avenida principal (ex-Rua Rheingantz, atual Av. Presidente Vargas) 86

FIGURA 36: Foto antiga da Vila Operária 86

FIGURA 37: Tipologia de casa de operário com recuo frontal 86

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95.1
Fls. 60 Rub.

FIGURA 38: Detalhe de Casa em Fita dos Operários 87

FIGURA 39: Casas do corredor – implantação 88

FIGURA 40: Casas dos operários, rua paralela à principal 88

FIGURA 41: Tipologia destas casas 89

FIGURA 42: Ambulatório médico (1886) 89

FIGURA 43: Datação no frontão triangular da fachada 90

FIGURA 44: Mutualidade 90

FIGURA 45: Aerofotogramétrico – implantação dos chalés 91

FIGURA 46: Casas de 1900 92

FIGURA 47: Parte das casas demolidas 92

FIGURA 48: Casas para operários com recuo 93

FIGURA 49: Vista das primeiras casas construídas nesta nova área em 1904 93

FIGURA 50: Tipologia da casa operária destas novas construções 94

FIGURA 51: Chalés trazidos de Uruguaiana (RS). 95

FIGURA 52: Típico chalé trazido de Uruguaiana (RS) 95

FIGURA 53: Detalhe do quadro que possui a datação na fachada, e acima o ano em que foi pintado 97

FIGURA 54: Foto do quadro 98

FIGURA 55: Fachada do prédio do Escritório Central 98

FIGURA 56: Detalhe da janela na cobertura 98

FIGURA 57: Detalhe das esquadrias na fachada 99

FIGURA 58: Foto mostrando o Cemitério Municipal, que se encontra em frente ao Escritório Central 99

FIGURA 59: O Cassino ou Clube dos Mestres 101

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 61 Rub.

FIGURA 60: Cassino dos Mestres 101

FIGURA 61: Detalhe da esquina - Cassino dos Mestres 101

FIGURA 62: Sociedade de Mutualidade 102

FIGURA 63: Grupo Escolar Comendador Rheingantz 102

FIGURA 64: Detalhe do óculo no ático 103

FIGURA 65: Grupo Escolar Com^{dor} Rheingantz 103

FIGURA 66: Jardim de Infância 104

FIGURA 67: Vista da rua com casas para mestres (ao fundo) foto atual, com uma nova construção de uma academia 105

FIGURA 68: Casa n. 156 106

FIGURA 69: Casa n. 130 106

FIGURA 70: Vista da Av. Presidente Vargas (ex-Rheingantz) 107

FIGURA 71: Casa n. 102 107

FIGURA 72: Creche 107

FIGURA 73: Casas n. 60 – 70 108

FIGURA 74: Casas n. 60 – 70 108

FIGURA 75: Casa n. 46 109

FIGURA 76: Casas n. 4 – 6 109

FIGURA 77: Vistas das Casas de Operários 112

FIGURA 78: Vista da conformação da rua com as casas 112

FIGURA 79: Foto antiga da Vila Operária 115

FIGURA 80: Foto atual das casas de operários 116

FIGURA 81: Casas de operários 116

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95.1
Fls. 62 Rub.

FIGURA 82: Conjunto de casas de 1900 118

FIGURA 83: Detalhe de uma casa 119

FIGURA 84: Casas n. 131 – 137 120

FIGURA 85: Casa n. 131 120

FIGURA 86: Hospital Ana Cintra, SP 123

FIGURA 87: Vila Maria Zélia 123

FIGURA 88: Vila Maria Zélia 123

FIGURA 89: Vila Matarazzo 124

FIGURA 90: Brasital S.A. 124

FIGURA 91: Ítalo Americana, SP 124

FIGURA 92: Eisenheim Estate e Dortmund – Sölderholz 125

FIGURA 93: Fotos antigas das casas n. 4 – 6 128

FIGURA 94: Casa n. 6 à esquerda 129

FIGURA 95: Detalhe da lucarna curva ou sobrancelha 130

FIGURA 96: Janela da casa n. 6 130

FIGURA 97: Casa n. 4 (esquina) 131

FIGURA 98: Casa Conyn-On Renssealer 133

FIGURA 99: Van Loon House 133

FIGURA 100: Verplanick – Van Wyck House 134

FIGURA 101: Casa n. 46 136

FIGURA 102: Detalhe da empena 137

FIGURA 103: Amberley House 138

FIGURA 104: South Square, Gray's Inn em Londres 139

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-11.00/85-1
Fls. 63 Rub.

FIGURA 105: Manuais da Alemanha 139

FIGURA 106: Habitação de subúrbio inglês 140

FIGURA 107: Grupo de casas 142

FIGURA 108: Grupo de casas do meio 142

FIGURA 109: Habitações econômicas e residências 144

FIGURA 110: Manual de construção – fig. 5 e 4 144

FIGURA 111: Trapeiras das casas 62 – 68 145

FIGURA 112: Margaretenhof – Estate 145

FIGURA 113: Société dês Cites Ouvrière en Le Havre 146

FIGURA 114: Foto antiga da casa n. 102, e seu entorno 148

FIGURA 115: Foto atual da casa de mestre n. 102 149

FIGURA 116: Detalhe da casa n. 102 150

FIGURA 117: Hudson Valley – Casas holandesas 151

FIGURA 118: Hudson Valley – Casa Verplank 151

FIGURA 119: Casas para operários em Waziers – Douai, Inglaterra 152

FIGURA 120: Conjunto de casas 154

FIGURA 121: Detalhes 154

FIGURA 122: Detalhes da porta e gradil 154

FIGURA 123: Casas de Mulhouse, França 156

FIGURA 124: Casas de Mulhouse – implantação 157

FIGURA 125: Mulhouse Sociètè Industrielle 158

FIGURA 126: Habitações em Lille, França 158

FIGURA 127: Habitations ouvrière en Passy – Auteuil 159

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 64 Rub.

FIGURA 128: Casa n. 130 162
FIGURA 129: Projeto do arquiteto Günsten Fried W. Lob Muller 164
FIGURA 130: Detalhe do muro da casa n. 128 165
FIGURA 131: Detalhe da casa 165
FIGURA 132: Foto antiga da casa n. 156 168
FIGURA 133: Foto atual da casa n. 156 168
FIGURA 134: Detalhe atual da casa 169
FIGURA 135: Detalhe da cobertura 169
FIGURA 136: Casas de operários de Karl Henrici, Alemanha 171
FIGURA 137: Vila de Port Sunlight, Inglaterra 172
FIGURA 138: Casa n. 176 174
FIGURA 139: Fachada da casa n. 176 174
FIGURA 140: Treliçado da cobetura 175
FIGURA 141: Detalhe da cobertura 175
FIGURA 142: Deutscher Holzhausbau & Dickmann Berlin 177
FIGURA 143: Deutscher & Dickmann – Catálogo 177
FIGURA 144: Residência de Letchworth 178
FIGURA 145: Foto da escola em 1921 180
FIGURA 146: Detalhe do busto do Comendador 180
FIGURA 147: Estado atual da escola 181
FIGURA 148: Fachada atual da escola 181
FIGURA 149: Detalhe da coluna da fachada 182
FIGURA 150: Castelo Heidelberg 183

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1600/95-1
Fls. 65 Rub.

FIGURA 151: Frontão do manual de Pianca 183

FIGURA 152: Tesoura da cobertura 184

FIGURA 153: Tesoura da cobertura – detalhe 184

FIGURA 154: Cobertura – detalhe 185

FIGURA 155: Frontão da fachada 185

FIGURA 156: Recueil de Constructions 186

FIGURA 157: Grupo Escolar de Luis Leite, Amparo – SP 186

FIGURA 158: Fachada do Grupo Escolar 187

FIGURA 159: Planta do Grupo Escolar 187

FIGURA 160: Casa n. 188, frente ao cemitério 190

FIGURA 161: Casa n. 188, frente à Av. Presidente Vargas (ex-Rheingantz) 191

FIGURA 162: Foto antiga da Sociedade de Mutualidade 192

FIGURA 163: Foto antiga do interior da Sociedade de Mutualidade 192

FIGURA 164: Detalhe da empena 194

FIGURA 165: Construções feitas no Rio Grande do Sul 194

FIGURA 166: Vista da fachada atual frente à Av. Presidente Vargas (ex-Rheingantz) 195

FIGURA 167: Planta original, fachadas 196

FIGURA 168: Estudos residenciais feitos por Jader Passarinho 197

FIGURA 169: Estudos residenciais feitos por Jader Passarinho 197

FIGURA 170: Estudos residenciais feitos por Jader Passarinho 198

FIGURA 171: Moradias operárias alemãs 198

FIGURA 172: moradias de catálogos alemães..... 199

FIGURA 173: moradias de catálogos alemães..... 200

PROC: 2778-11.00/95.1
Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 66 Rub.

FIGURA 174: Vila Normanda, SP 200
FIGURA 175: Foto da construção 202
FIGURA 176: Prédio ao fundo e cemitério à direita 203
FIGURA 177: Escritório Central, atualmente..... 203
FIGURA 178: Vista geral 204
FIGURA 179: Janelas de lucarna 204
FIGURA 180: Modelo do manual 204
FIGURA 181: Detalhe do madeiramento 205
FIGURA 182: Detalhe da bossagem e pilastras 205
FIGURA 183: Coleshill, Berkshire 206
FIGURA 184: Palais de Justice 207
FIGURA 185: Palais de Justice, planta 207
FIGURA 186: Detalhe da mansarda 208
FIGURA 187: Detalhe do madeiramento da cobertura 208
FIGURA 188: Exemplo do Traité de Constructions Civiles 209
FIGURA 189: Madeiramento do telhado da cobertura 209
FIGURA 190: Hotel de Flers 210
FIGURA 191: Exemplo de janela de lucarna, do manual 211
FIGURA 192: Madeiramento da janela do escritório 211
FIGURA 193: Hotel de Vile et Musée 212
FIGURA 194: Palácio Mairie du XVI Arrondissement 212

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 67 Rub.

LISTA DE MAPAS

MAPA 1: Mapa do Estado do Rio Grande do Sul – Brasil 47

MAPA 2: Forte Jesus-Maria-José 48

MAPA 3: Forte do Estreito 49

MAPA 4: Mapa de localização dos fortes 49

MAPA 5: Mapa sem data, Biblioteca Rio-Grandense, maio de 2003 50

MAPA 6: Planta naval de 1776 51

MAPA 7: Mapa de 1829, Biblioteca Rio-Grandense, maio de 2003 52

MAPA 8: Mapa de 1872, Biblioteca Rio-Grandense, maio de 2003 53

MAPA 9: Mapa de 1904 - Biblioteca Rio-Grandense, maio de 2003 54

MAPA 10: Mapa de 1904, Biblioteca Rio-Grandense, maio de 2003 54

MAPA 11: Mapa de 1926, Biblioteca Rio-Grandense, maio de 2003 56

MAPA 12: Mapa de 1926, Biblioteca Rio-Grandense, maio de 2003 56

MAPA 13: Mapa da cidade dos anos 80 58

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 68 Rub.

NOTA:

Figuras, Mapas e Plantas antigas, pesquisados em:

- Centro Municipal de Cultura da Cidade do Rio Grande – RS, fornecidos por Profª. Marisa Gonçalves Beal.
- www.guaipeca.blogger.com.br (Blog Papareia)
- Biblioteca Rio-Grandense da Cidade do Rio Grande – RS

A partir de 2002, fotografias amadoras tomadas por:

- Fabrício Vergara Mota
- Maria Amélia Goretti Estima Marasciulo
- A autora

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 69 Rub.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a *Deus* e à minha família, pelo apoio e confiança a mim dedicados; agradeço aos meus pais *Vilson* e *Luanda* e aos meus irmãos *Felipe*, *Nicole* e *Eduardo*. Aos meus avós *Saul* e *Norma* (*in memorian*), à *Vó Guinha*, e ao meu tio *Antônio Pereira* – companheiro incansável que, como mestre de construção, compartilhou e doou sua experiência nos levantamentos de campo.

Ao *Felipe*, pelo apoio, calma e companhia aos congressos; à *Nicole*, pelas críticas aos textos, amizade e parceria; ao *Eduardo*, pelo companheirismo, paciência e estímulo nesses últimos meses; à minha mãe *Luanda* que, no acompanhamento dos levantamentos nas moradias, conseguiu, com sua conversa investigativa, aumentar os dados históricos referentes aos interiores das casas; ao meu pai *Vilson*, pela minuciosa leitura-revisão desta obra – com sua opinião firme ajudando na reflexão do contexto histórico. *Pai*: obrigada pelo que sou.

Ao meu orientador *Prof. Dr. Jorge Coli*, que incentivou e estimulou o projeto, sempre acreditando e confiando no meu trabalho. Além disso, paciente, tranqüilizava nos momentos de maior insegurança e nervosismo, dispensando-me momentos de resignado atendimento. Dedico particular respeito e admiração ao *Professor Jorge*.

Ao casal de amigos que me apoiou durante a minha estada em Campinas (SP), *Celina* e *Juarez Alves*.

Aos professores, colegas e amigos da pós-graduação que sempre torceram pela conclusão deste trabalho: *Prof. Dr. Marcos Tognon, Prof. Dr. Luciano Migliaccio, Prof. Dr. Pedro Paulo Funari, Prof. Dr. Luís Marques, Prof. Dr. Nélson Aguilar, Msc. Tamara Quirico, Fabrício Nunes, Sônia Siqueira* e *Miriam Seraphim*.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 70 Rub.

Como colaboradores, agradeço aos *Prof. Dr. Marcos Tognon, Prof. Dr. Günter Weimer, Prof. Dr. Pedro Funari, Msc. Júlio Guigou-Norro, Prof. Dr. Sylvio Jantzen.*

Aos professores *Msc. Ana Oliveira* e *Prof. Dr. Sylvio Jantzen* um especial agradecimento por terem me ensinado na graduação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), toda base teórica utilizada neste trabalho.

À APHAC (Associação Pró-Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Rio Grande), pelo estágio efetuado durante a graduação, que despertou o interesse pela preservação do patrimônio cultural e histórico.

À Biblioteca Rio-Grandense (Rio Grande-RS) – em nome de *Gilberto, Elda, Marcos* e demais estagiários.

Aos funcionários da Secretaria do Departamento de História do IFCH (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP), *Júnior* e *Lurdinha.*

Ao condômino da massa falida Cia. União Fabril (ex-Rheingantz), *Dr. Paulo Lawson*, que permitiu total liberdade na busca de material – medições, levantamento fotográfico, pesquisas nos arquivos da fábrica, subsídios que foram, sem dúvida, muito importantes para o desenvolvimento desta dissertação. À *Edu*, ex-funcionária e moradora da vila operária, pelos seus depoimentos e por ajudar no levantamento de medidas em sua casa.

Aos arquitetos e amigos *Fabrício Mota* e *Fabiane B. da Silva*, por terem me acompanhado no levantamento de medidas e fotográfico do prédio do escritório central; à arquiteta *Wendie Castro* que fez o layout das fichas e pelo constante apoio; ao arquiteto *Bruno Ghirardello* muito presente com a atenção e ajuda em dúvidas de técnicas construtivas. *Feijão, Co* e *Bruninho* – queridos amigos do peito.

À *Meméia* (Maria Amélia Goretti Estima Marasciulo) pela revisão do texto, amizade, carinho, atenção e levantamento fotográfico. Valeu! Obrigadão.

Ao CNPq, pelo apoio financeiro da bolsa concedida, que possibilitou esta pesquisa.

Quantas horas, quantos sacrifícios familiares, pessoais, quantas lágrimas às vezes, quanta ausência, quanto frio! Mas tudo isso foi sempre amenizado pelo carinho e atenção que todos vocês tiveram comigo – meu esforço pessoal foi impulsionado pelo ânimo coletivo que vocês me passaram e que, sem dúvida, sem isso eu não chegaria até aqui.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 71 Rub.

RESUMO

Na cidade do Rio Grande, Rio Grande do Sul, o comerciante Carlos Guilherme Rheingantz, em novembro de 1873, funda a Cia. União Fabril (ex-Rheingantz) - a primeira no Rio Grande do Sul. A empresa ao longo dos anos estabeleceu uma política habitacional, constituindo assim uma Vila Operária com casas enfileiradas, isoladas para mestres, técnicos, um Grupo Escolar, Jardim de Infância, Cassino dos Mestres, Ambulatório Médico e Armazém Cooperativo. As casas feitas para os operários desde 1884 são edifícios que estão presentes, ainda hoje, na composição da paisagem urbana. Sendo assim, fazem parte de uma cultura arquitetônica daquele tempo e pode-se claramente observar que os construtores, dos quais não temos informações atualmente, conheciam estes modelos internacionais – pois existe um ambicioso desenho dentro do contexto deste conjunto de habitações. Tais construções evocam exemplos europeus na busca de uma "modernização" dentro da cultura internacional que estava disponível, inclusive, em periódicos e manuais. A análise da produção arquitetônica desta Vila Operária, foi feita através de uma comparação de imagens de modelos internacionais e nacionais com a produção arquitetônica obtida. Busca-se conhecer a culta visual dos construtores daquela época e o diálogo que eles estabeleceram com as obras de referência, até mesmo anteriores à sua época.. Para tanto, fez–se necessário um estudo das vilas operárias têxteis que foram contemporâneas em São Paulo na segunda metade do século XIX, devido à cultura do café. Tais semelhanças proporcionaram uma maior compreensão deste tema e contribuíram para o álbum de imagens e tipologias dessas construções; haja vista que, bairros mais antigos da cidade de São Paulo como Bom Retiro, Brás, Moóca, Belém, Belenzinho, Lapa e Ipiranga estão repletos de vilas construídas junto às fábricas. Através desta busca de comparações, pôde-se ampliar as obras em referência a que se transporta este estudo de caso.

Palavra-chave: Arquitetura industrial; Arqueologia industrial; Cidades e vilas; Modelos arquitetônicos; Edifícios históricos; Patrimônio histórico; Habitações – século XIX.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 72 Rub.

ABSTRACT

At Rio Grande city, Rio Grande do Sul State, the merchant Carlos Guilherme Rheingantz, in November 1873, founds the Cia. União Fabril (ex-Rheingantz) – the first at Rio Grande do Sul. The company, along the years, established an habitational politics, so constituting Working Class Housing with semi-detached cottages, detached cottages to masters, technicians, a School Group, Kindergarten, Master's Casino, Medical Clinic and Cooperative Grocery Store. The dwellings done for the workers since 1884 are buildings that are present, still today, in the composition of the urban landscape. So, they are part of an architectural culture from that time and can clearly observe that the builders, from the which we don't have informations nowadays, knew these international models – because an ambitious draw exists inside of the context of this cottages. Such constructions evoke European examples in search of a "modernization" inside an international culture that it was available, besides, in newspapers and manuals. The analysis of the architectural production of this Housing Industry was done through a comparison of international images and national models with the obtained architectural production. Get know the builders' visual culture of that time and the dialogue that they established with the reference works, even previous to his age. So, was necessary do a study of the mills that were contemporary in São Paulo in the second half of the century XIX, due to the coffee culture. Such likeness provided a larger understanding of this subject and contributed to the album of images and typologies of those constructions; has seen that, older neighborhoods of São Paulo city like Bom Retiro, Brás, Moóca, Belém, Belenzinho, Lapa and Ipiranga are replete of villas built close to the factories. Through this search of comparisons, it could be enlarged the works in reference which is transported in this study of case.

Word-keys: Industrial Architecture; Industrial Archaeology; Cities and villas; Architectural Models; Historical Buildings; Historical Patrimony; Houses – Century XIX.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/85.1
Fls. 73 Rub.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de Mestrado trata do estudo da Vila Operária Rheingantz na cidade do Rio Grande-RS, nomenclatura local quando se refere ao complexo até os dias atuais. O comerciante Carlos Guilherme Rheingantz, em novembro de 1873, funda a Fábrica Nacional de Tecidos e Panos de Rheingantz & Vater, a primeira do Rio Grande do Sul, que mais tarde denomina-se Companhia União Fabril. A fábrica inicia suas atividades em 1874 em pequena escala e com pouco capital e, em 1895, muda a denominação para Companhia União Fabril, empresa pioneira na produção de tecidos e panos de lã. As casas feitas para os operários desde 1884 são edifícios que estão presentes, ainda hoje, na composição da paisagem urbana.

A fábrica possuía uma produção de abrangência regional, nacional e de exportação para os Estados Unidos e Europa. O complexo de casas construído ao longo dos anos no período compreendido pelo fim do século XIX e começo do XX, a República Velha, está inserido numa cultura internacional daquela época.

Os construtores, os quais não sabemos quem eram, estabelecem uma dialética com uma cultura arquitetônica daquele momento que se reflete na conformação das residências. A propriedade é única em termos de conjunto edificado, pois outras vilas que existiram nos bairros mais antigos da cidade de São Paulo (SP) como Bom Retiro, Brás, Mooca, Belém, Belenzinho, Lapa e Ipiranga, que eram repletos de vilas construídas junto às fábricas não existem mais, pois foram demolidas.

Na primeira parte do trabalho pretender-se-á contextualizar historicamente o caso na conjuntura maior da industrialização do Rio Grande do Sul, uma vez que a Fábrica Rheingantz é a mais antiga fábrica de tecidos do Estado. O desenvolvimento industrial com a vinda dos

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2770-1100/85.1
Fls. 74 Rub.

imigrantes, salientando-se que a Rheingantz também era de descendentes de alemães, e a posição ocupada pela mesma frente às indústrias no Estado, será abordada nesta parte do trabalho.

O segundo capítulo fundamenta-se na história urbana da cidade do Rio Grande-RS e sua expansão para áreas novas, tudo isso interligado a fatores sócio-político-econômicos e principalmente à industrialização. O processo de desenvolvimento urbano proporcionará uma maior compreensão da implantação da fábrica em estudo e da Vila Operária. Um panorama dos vários ramos de indústrias surgidos na cidade será apresentado para um entendimento desta expansão considerável para terrenos pantanosos e aterrados que alterarão o traçado urbano de Rio Grande. A ligação de indústria e periferia se dará por ordem econômica, por aspectos físicos e de implantação, provocando uma nova ocupação residencial na cidade.

O histórico e o desenvolvimento econômico da fábrica Rheingantz ao longo dos anos serão imprescindíveis para um maior entendimento geral do conjunto no capítulo três. A constatação através de fontes primárias, uso dos relatórios da fábrica, entrevistas com ex-funcionários e bibliografia histórica são instrumentos que irão comprovar a trajetória desde a fundação até o fechamento da Fábrica de Tecidos Rheingantz.

No quarto capítulo, há uma preparação para a análise posterior da dialética da importação de modelos e a sociedade local, sendo apresentado todo o conjunto de edificações pertencentes à fábrica. Antes, ver-se-á brevemente um panorama das construções da cidade do Rio Grande para poder-se entender que quando são feitas as casas da Vila Operária, já na execução, elas refletem diferenças dos partidos que estão sendo construídos no centro da cidade. As diferenças que serão vistas fundamentam-se em termos de implantação principalmente porque ainda mantém uma característica colonial existente na zona central, apesar do uso de ornamentos e composições de fachada.

A análise das construções relacionadas a modelos internacionais contemplará o capítulo cinco, onde algumas casas mais significantes do complexo serão consideradas primeiramente com o auxílio da ficha elaborada de casa que consta no volume dois desta dissertação, sendo utilizados os seguintes critérios: implantação, relação com entorno, volumetria, técnicas construtivas, programa espacial original, fachadas, organização espacial atual e acréscimos, instalações funcionais, revestimentos internos e externos, estruturas portantes e elementos decorativos. Após esta análise, faz-se comparações com partidos internacionais e nacionais buscando elementos em termos de constantes e variantes entre os edifícios.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/85-7
Fls. 75 Rub.

O balanço bibliográfico a respeito de teses e dissertações em relação à Fábrica Rheingantz focaliza principalmente a parte histórica no contexto industrial da época, e parte social pela política patriarcal promovida pela fábrica. Em termos de estudos da arquitetura do conjunto, a dissertação de Júlio A. Guigou-Norro é um singular embasamento teórico para um estudo da Vila Operária na República Velha.

Verifica-se através do objetivo do trabalho de Guigou-Norro que o complexo Rheingantz pode ser considerado uma forma mais qualificada de habitação, quando confrontado a alternativas como cortiço e residência unifamiliar.

Para tanto, a comparação com modelos internacionais que será mostrada, ampliará os enfoques para uma valoração das construções e da mão-de-obra local, e retirará uma teoria simplista da comunidade de que cada casa era construída conforme o país de origem dos mestres vindos da Europa.

No caso particular da Rheingantz, esta história iconográfica local não é apenas um estudo de caso que se repete em muitas cidades e Vilas Operárias, nem tampouco mais um trabalho para obtenção de título acadêmico: com este estudo de arqueologia industrial, confirma-se que Rio Grande vive até os dias atuais, a herança arquitetônica deixada nos áureos tempos da industrialização da cidade.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95.1
Fls. 76 Rub.

1. HISTÓRICO DA INDÚSTRIA NO RIO GRANDE DO SUL

O presente texto visa apresentar um panorama referente ao período do surgimento e da evolução da indústria no Estado do Rio Grande do Sul, no qual localizava-se a fábrica Rheingantz, fábrica esta localizada no município do Rio Grande. Fundada em 1873, e que no ano de 1895 mudou a razão social para Companhia União Fabril para transformar-se em S/A, e em 1968 veio a ser vendida a Abdalla & Cia. com a falência decretada.

Este período compreende a transição do Império para a República, partindo da segunda metade do século XIX e ingressando no século XX até a década de 1970. A contextualização histórica ajudará na compreensão do desenvolvimento da trajetória da fábrica. Como a Rheingantz possuía uma política habitacional muito significativa com grande alcance social, a sua posição mereceu destaque em relação às demais empresas contemporâneas, auxiliando a compreensão de sua Vila Operária inserida na planta industrial.

A partir do século XIX, o Rio Grande do Sul se tornou o principal fornecedor de charque para o mercado brasileiro. O fundamental uso do charque era servir de alimentação para os escravos da lavoura agroexportadora. Os estabelecimentos escravistas e as atividades dos artesãos que existem neste período não podem ser considerados indústrias, estas somente surgem a partir da segunda metade do século XIX, relacionadas com a vinda dos imigrantes europeus ao Estado.

A imigração ocorrida aqui no Rio Grande do Sul, está num processo mais amplo de capitalismo mundial, como descreve Pesavento[1]:

---

[1] Pesavento, S.J. *História da indústria sul-rio-grandense.* Guaíba (RS): Riocell, 1985. p. 26

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95.1
Fls. 77 Rub.

A vinda de imigrantes estrangeiros para o Brasil no século XIX é um movimento que se insere no processo mais amplo de expansão do capitalismo a nível mundial. No plano europeu, foram países de imigração para o Brasil justamente aqueles que tardiamente se industrializaram, como a Alemanha e a Itália.

Os imigrantes estrangeiros entraram no país num momento de transição em âmbito nacional da economia, baseada na força de trabalho para a fundamentada na mão-de-obra livre. No Rio Grande do Sul os colonos foram localizados em terras virgens, o que implicou na abertura de estradas facilitando as comunicações. Os alemães foram os primeiros a chegar em 1824, e passaram a praticar uma agricultura de subsistência em pequenos lotes com mão-de-obra familiar.

A partir de 1870 a agricultura dos imigrantes gerou um excedente comercializável, passando a ser vendido ao mercado regional. A economia regional imigrante propiciou a existência da agricultura colonial e o artesanato doméstico, que proporcionaram ao comerciante uma acumulação de capital que foi primordial para o aparecimento da indústria.

A capital gaúcha, devido ao desenvolvimento da economia imigrante, tornou-se o maior centro comercial de destaque na passagem do século XIX para o XX. Algumas indústrias já nasceram prontas, ou seja, o comerciante aplicou seu capital na montagem de uma empresa que já surgiu como indústria. Esta utilizava maquinaria, capital inicial e trabalhadores assalariados.

Os exemplos deste tipo de caso são a Cervejaria Ritter, fundada em Porto Alegre em 1894; Fábrica de Capas montada em Caí por Anton Jacob Renner, em 1911; Fábrica da Banha fundada por Adolpho Carlos Oderich em 1908, em Canoas; e a Companhia Fiação e Tecidos Porto-Alegrense, fundada em Porto Alegre em 1891 por comerciantes.

A indústria em outros exemplos apareceu como resultado da evolução da pequena empresa de origem familiar para a grande fábrica, ou da unidade artesanal para a fabril-manufatureira. Tem-se o exemplo também de capital comercial acrescentado a empresas já constituídas, como é o caso do Lanifício de São Pedro[2]. Pesavento[3] inclui mais um fator nas origens do processo de industrialização do Estado, que seria um empreendedor com mais experiência e capital de sua terra de origem:

---

[2] Lanifício fundado em Galópolis em 1898, por um grupo de imigrantes italianos. Hércules Galló, tintureiro-químico, em 1906 ingressou na firma e em 1912 associaram-se os comerciantes de Porto Alegre, os irmãos Chaves Barcellos.

[3] Pesavento, S.J. *História da indústria sul-rio-grandense.* Guaíba (RS): Riocell, 1985. p. 32.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/85-1
Fls. 78 Rub.

> Caberia colocar ainda, nas origens do processo de industrialização no Rio Grande do Sul, a presença de outro elemento: o chamado "burguês imigrante", aquele que trouxe consigo, da sua terra de origem, capital e experiência profissional na gestão de alguma empresa. (...) É o caso de Joseph Becker, chegado da Europa em 1854 e estabelecido com fundição em Porto Alegre, em 1856; (...).

Deve-se também fazer menção ao capital bancário presente na formação de empresas, como é o caso do Banco da Província que, junto a alguns comerciantes da capital, foi incorporador da Companhia Fiação e Tecidos Porto-Alegrense fundada em 1891. Determinados condicionantes da sociedade gaúcha ajudaram no surgimento das indústrias, tais como o mercado de trabalho constituído de homens livres, o colono imigrante[4] que se demandou à cidade em busca de trabalho nas indústrias nascentes nos núcleos coloniais ou em centros urbanos já conformados, e a conservação do processo de imigração-colonização que deu entrada a estrangeiros que também eram operários em seus países de origem.

Em 1890, a população se concentrava mais nas zonas coloniais (serra) e urbanas (litoral) e a campanha era a zona de menor população, apesar de ser onde se desenvolvia a principal atividade econômica do Estado – a pecuária. Love[5] destaca o não-interesse do pecuarista em investir em outros setores da economia e a participação ativa dos comerciantes da zona colonial na formação de empresas industriais:

> O pecuarista não mostrava interesse, portanto, em investir em outros setores da economia, disso decorrendo que o capital industrial se gerasse preferentemente no interior do setor mercantil. Destacando a importância da participação dos produtores e comerciantes vinculados à economia da zona colonial na formação de empresas industriais, Love afirma:... os teuto-brasileiros destacavam-se especialmente nas atividades industriais não relacionadas com ocupações pastoris. Do valor total da produção em 1915, as firmas industriais com sobrenomes alemães somavam quase o mesmo número daquelas de nomes portugueses; os italianos tinham uma importância de aproximadamente um quarto em relação aos outro dois. O charque e a erva-mate continuavam a ser dominados por luso-brasileiros, o vinho e a manteiga pelos italianos; em todos os setores restantes, os alemães tinham primazia. Os grupos de colonos também penetravam no comércio em larga escala. Em 1924, três dos seis diretores e 40% dos membros da Associação Comercial de Porto Alegre eram teuto-brasileiros. Ao mesmo tempo, havia 17 italianos entre os 327 membros...

---

[4] O motivo do êxodo do colono imigrante foi um esgotamento e perda de produtividade da terra, que era de propriedade de um núcleo familiar subdividido por herança para um número muito grande de descendentes.

[5] Love, J. *O regionalismo Gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 139.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 79 Rub.

FIGURA 1: *"Tempora Mutantur"*, Pedro Weingartner – Roma, 1916

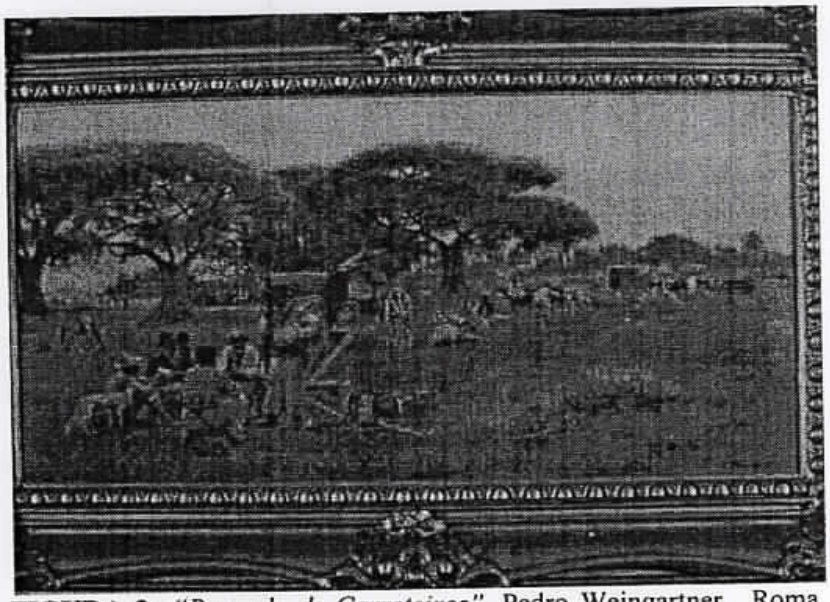


FIGURA 2: *"Pousada de Carreteiros"*, Pedro Weingartner, Roma, 1916

As agroindústrias[6] eram as que melhor representavam o parque industrial do Rio Grande do Sul. A economia colonial imigrante foi a fornecedora de matéria-prima para este ramo da

[6] Indústria de vinho, banha, cerveja, farinha, fumo e etc...

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 80 Rub.

indústria. Todo este processo de imigrantes como donos de pequenas propriedades, e o desenvolvimento do comércio gerado por este processo, estabeleceu um mercado interno significativo no Estado.

A presença das charqueadas foi marcante ao lado das indústrias – a do charque foi a empresa manufatureira mais característica da Região Sul, mas era um setor em crise no final do século XIX, enquanto que as empresas vinculadas ao complexo de imigração-colonização estavam em ascensão. A falta de incentivo à tecnologia e aprimoramento de beneficiamento da carne foi o que desencadeou a decadência das charqueadas.

Em relação à mão-de-obra, as empresas muitas vezes tinham que mandar vir da Europa pessoal habilitado, como é o caso da Rheingantz. As empresas do eixo Rio Grande-Pelotas continham um mercado de trabalho menos abrangente que o da região colonial.

O Rio Grande do Sul e São Paulo foram contemporâneos no começo de seu desenvolvimento industrial, sendo que são Paulo voltado para a exportação do café e o Rio Grande do Sul voltado para o mercado interno. Nas últimas duas décadas do século XIX, ocorreu um surto industrial significativo concomitantemente com a troca do regime monárquico para o republicano. Em particular no RS, além da existência de um capital comercial, de um mercado consumidor e de um grupo de trabalhadores livres, acrescentou os efeitos de uma política econômica chamada Encilhamento[7]. Constata-se que na época do primeiro surto industrial, caracterizados pelo Encilhamento, houve um aumento na produção respectivo ao aumento no número de empresas.

Na exposição de 1901, as maiores empresas da época que expuseram foram Berta, Becker e Ullner (fundição), Companhia União Fabril, Companhia Fiação e Tecidos Porto-Alegrense, Companhia Ítalo-Brasileira, Steigleder (carpintaria), Rodolpho França (banha), Neugebauer (chocolates) e Christoffel e Ritter (cervejarias). Neste período se pode delinear o perfil das indústrias do Estado, a oriunda de produtos da agropecuária colonial ou da pecuária tradicional.

---

[7] Encilhamento: Política econômico-financeira que se desenvolveu entre 1891 a 1894. Consistiu em ampliar o meio circulante, concedeu aos bancos o direito de emissão na proporção de três vezes o seu lastro-ouro, tendo estes bilhetes bancários de igual reconhecimento que as cédulas emitidas pelo Tesouro Nacional. O lastro das emissões bancárias foi dado por títulos da dívida federal, tendo-se criado a situação na qual o papel-moeda (títulos do tesouro) garantia o curso de papel-moeda (títulos bancários). Essa medida foi complementada por um sistema de fácil e amplo crédito para as novas iniciativas. Acarretou numa baixa de câmbio e aumento das taxas de importação.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/85.1
Fls. 81 Rub.

A maioria destas empresas citadas acima adquiriu maquinário estrangeiro mesmo com o câmbio desfavorável. O uso da tecnologia foi um importante instrumento da industrialização, consistindo-se na importação de maquinário e também atribuído ao processo de colonização-imigração, como enfatiza Pesavento[8]:

> Como se viu, foi ainda o complexo imigração-colonização o responsável tanto pela importação de máquinas necessárias à instalação de uma unidade fabril quanto pela produção interna das mesmas, além da fabricação de peças e realização de reparos. (...) Quanto à tecnologia importada e adquirida pelas maiores empresas destacou-se a grande firma comercial Bromberg, de Porto Alegre, responsável pela entrada e divulgação das mais recentes máquinas fabricadas na Europa.

O Estado solidificou uma posição de "celeiro do país". Os ramos industriais da carne, do vinho, da banha, da cerveja, do couro, dos sabões, do fumo, das velas e têxtil prevaleceram durante a República Velha. As indústrias gaúchas surgiram em função do abastecimento regional e nacional, como foi o caso da Cia. União Fabril.

A Fábrica de Charutos Poock, também do Rio Grande, vendia seus artigos para o comércio interno brasileiro. No começo do período Republicano, o Rio Grande do Sul começou a exportar artigos manufaturados da sua indústria para o mercado interno. O governo estadual procurava manter uma economia diversificada, mas sem deixar de colocar no mercado interno os produtos rio-grandenses. A partir de 1899, o governo pôs em prática uma política de redução de impostos de exportação, substituindo-se gradualmente pelo imposto territorial como forma de arrecadação fiscal estadual.

A encampação da Viação Férrea e do Porto do Rio Grande também foram metas do governo estadual. A intenção era colocar com mais prontidão os produtos gaúchos no mercado e diminuir os altos custos dos fretes. A nova política de restrição ao crédito e saneamento da moeda brasileira encerrou o surto de industrialização do Encilhamento no Rio Grande do Sul, no começo do século XX.

Em 1907, o Rio Grande do Sul, conforme um levantamento promovido pelo Centro Industrial do Brasil, está em terceiro lugar em relação ao bom desempenho do setor no conjunto da indústria nacional. Em relação à indústria têxtil, há dois enfoques distintos: abordam a posição ocupada pela indústria têxtil no setor secundário da economia rio-grandense.

---

[8] Pesavento, S.J. *História da indústria sul-rio-grandense.* Guaíba (RS): Riocell, 1985. p. 36

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2770-1100/95-1
Fls. 82 Rub.

Um trata como sendo a primeira a se desenvolver em bases verdadeiramente industriais e o outro é o destaque entre as maiores indústrias do estado na época. No panorama das indústrias fundadas a partir do fim do império, a Rheingantz é a que possui maior destaque, como vemos em Roche[9]:

> Em 1895, o Rio Grande do Sul contava com 30 sociedades anônimas, entre as quais 10 novas empresas industriais, fundadas precisamente a partir do fim do império, e quase todas por alemães. A mais importante era a União Fabril, sucessora da Rheingantz (capital 3500 contos; produção, 5000 contos), com 907 operários e 102 costureiras (manufatura de capotes para o exército). Depois vinha a Cia. de Fiação e Tecidos Porto-Alegrense, fundada em 1891, com capital de 2400 contos e a produção de 2100 contos, com 263 operários; a seguir , a Cia. Fabril Porto-alegrense, também criada em 1891, com um capital de 200 contos, produzindo por dia de 120 a 150 dúzias de camisas e meias (100 operários).

A formação do setor industrial na economia gaúcha encontra-se vinculada a um processo de integração do Brasil de tornar-se um país exportador de café e um importador de produtos manufaturados. A substituição da mão-de-obra escrava por assalariada deu-se pela participação mais efetiva na economia mundial, exigindo uma modernização de infra-estrutura, transportes e superestrutura político-administrativa.

A partir desta realidade o mercado interno brasileiro era concentrado no eixo Rio-São Paulo, centro político-econômico do país. A economia rio-grandense intensificou-se como primária – exportadora vinculada ao mercado interno brasileiro. O Rio Grande do Sul tinha uma participação comercial bem restrita ao mercado nacional e iniciou-se, nesta época, um período de prosperidade econômica (começo do século XX).

O mercado interno do Estado é vital para a industrialização do Rio Grande do Sul, e contribui para o surgimento de indústrias tradicionais, como vemos na citação de Reichel[10]:

> No caso do Rio Grande do Sul, adquire especial importância o seu próprio mercado interno, dado à característica regional da sua indústria. É a partir de um desenvolvimento como área periférica da economia nacional que se pode compreender o alargamento de seu mercado interno e, conseqüentemente, o surgimento de indústrias tradicionais, dentre as quais as de fiação e tecelagem.

A imigração alemã e italiana teve um importante papel na composição deste mercado interno. Formaram-se áreas de produção agrícola com pequenas propriedades, compondo uma

---

[9] Roche, J. *A colonização alemã e o Rio grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 506
[10] Reichel, H.J. *A Indústria Têxtil do Rio Grande do Sul*; 1910 a 1930. Porto Alegre: IEL/ Mercado Aberto, 1978. p. 17

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95.1
Fls. 83 Rub.

parcela de população com médio poder aquisitivo – o imigrante tinha um poder aquisitivo bem maior do que os radicados em outras regiões do país. No centro e no norte do Rio Grande do Sul prosperou um comércio baseado não só no mercado nacional com importações e exportações, mas sim com sistema de trocas que se faziam de região para região do Estado.

O desenvolvimento do comércio ocorrido no Estado deve muito à colonização alemã. A importância econômica e social de um número significativo de comerciantes alemães proporcionou as vinculações dos mesmos com o grande comércio de Porto Alegre. A capital gaúcha se constituía no principal mercado das colônias, como Roche[11] analisa nesta frase: "Se Porto Alegre deve o que é a seu comércio, é à colonização alemã que esse comércio deve o que é".

A respeito desta atividade comercial, a loja vinculada à zona da colônia foi do mesmo modo respeitável para o processo de industrialização do Estado, na medida que delimitou capital. Roche[12] grifa a respeito destes estabelecimentos:

> ...nas colônias nunca houve mercados nem feiras: é a loja que faz parte integrante de sua paisagem. Por isso, o comerciante único agente das trocas, tornou-se muito poderoso no seu feudo. Quando ele próprio não se punha à testa de uma grande casa, era sobre ele que se apoiavam os exportadores ou os importadores da capital.

---

[11] Roche, J. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 434 nota 1
[12] Roche, J. Op. Cit. [11] p. 403

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 84 Rub.

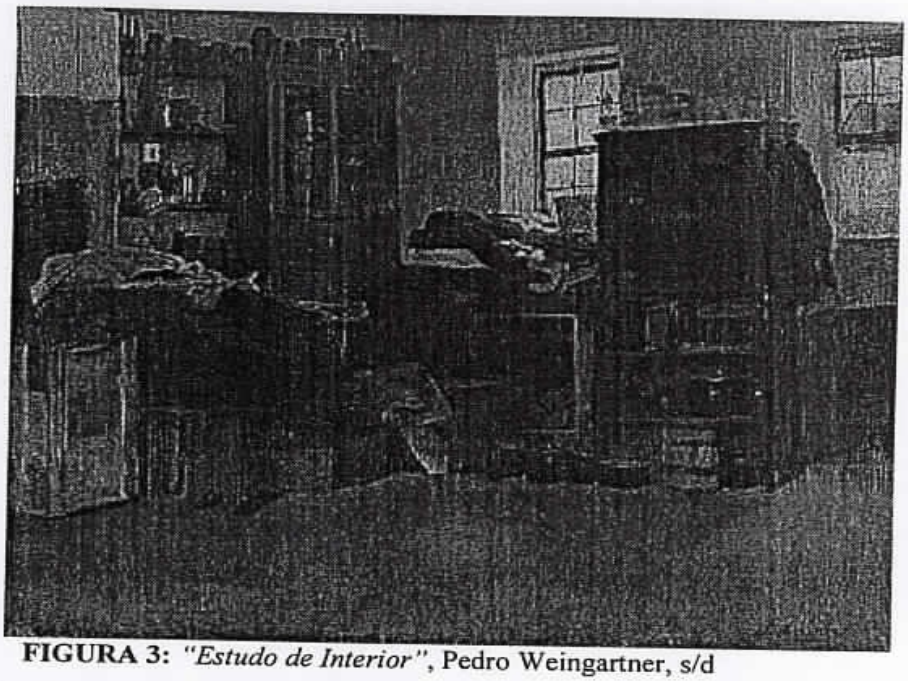


FIGURA 3: *"Estudo de Interior"*, Pedro Weingartner, s/d

FIGURA 4: *"Chegou Tarde"*, Pedro Weingartner, 1891.

Por volta de 1910, verificava-se que metade da lã produzida pelo Estado ficava para ser aproveitada pelas indústrias locais. Porém, a inferior qualidade e a baixa tecnologia empregada nas indústrias obrigavam a uma importação de lãs de qualidade superior nesta época.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/85-1
Fls. 85 Rub.

As indústrias de fiação e tecelagem procuravam livrar-se da importação de matéria-prima adquirindo maquinários capazes de produzirem o fio penteado com a lã Estadual. A Cia. União Fabril (ex-Rheingantz), já em 1902, apresentava a fiação de fio penteado conforme o relatório da fábrica[13] que cita textualmente:

> **Fiação de Fio Penteado (*worsted*).** Dando execução à resolução mencionada no ultimo Relatório, a Directoria já tem em seu poder o orçamento e plantas de uma installação de fiação penteada, com o emprego de lans deste Estado. Se conseguirmos com nossas lans produzir fio penteado, ficaremos completamente independentes da importação estrangeira. (...) Tratando-se de um ensaio ainda não tentado no Brazil, esta Directoria usará da prudência necessária nesta nova installação.(...)

Neste período não foram criados incentivos à indústria têxtil com bases nacionais. Alguns momentos da crise exportadora proporcionaram taxas cambiais favoráveis para importação de tecnologia e renovação do maquinário. Na análise dos relatórios da Cia. União Fabril, entre 1900 e 1910, a produção esteve ligada à instabilidade do câmbio – apesar disto foram feitos investimentos em maquinários. No Rio Grande do Sul, as situações de desenvolvimento determinadas pelo encilhamento e mais tarde pela reforma aduaneira durante o governo de Campos Sales contribuíram para o surgimento de indústrias e para a expansão do setor têxtil. Assim, excetuando a Cia. União Fabril, todas as outras fábricas de tecidos do Estado se instalaram no período republicano.

A Cia. União Fabril (ex-Rheingantz) foi fundada em 1874 em Rio Grande; a Cia. Fiação e Tecidos Porto-Alegrense em 1891, na cidade de Porto Alegre; Santos Bocchi e Cia., Cia. de Tecelagem Ítalo-Brasileira em 1906, em Rio Grande; Cia. de Fiação e Tecidos Pelotense S/A em 1908, na cidade de Pelotas, e a Cia. de Tecidos de Lã em 1909, em Caxias do Sul.

No Estado foi na capital, Porto Alegre, onde se concentraram as funções de centro comercial e industrial, passando, assim, a concorrer com Rio Grande e Pelotas. O ramo têxtil era líder no setor industrial do Estado do Rio Grande do Sul.

A posição geográfica do Estado distanciava-o dos principais centros consumidores do país, a deficiência de seus portos e a insuficiente rede férrea federal contribuíam para o alto preço dos fretes pagos pelos produtos gaúchos. O charque, principal produto de exportação, tinha

---

[13] Relatório da Directoria da Companhia União Fabril Succesora de Rheingantz & Cia. Anno Social 1/09/1902 a 31/08/1903 – p. 4 item - fiação de fio penteado (*worsted*)

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95.1
Fls. 86 Rub.

concorrência platina e os produtos agrícolas estavam sujeitos à concorrência dos produtos próprios da região do mercado interno a que se destinavam.

A reforma tributária do Estado ocorrida no início do século XX foi um fator de desenvolvimento da indústria gaúcha – incentivou o comércio da produção e intensificou-se a acumulação de capital.

A Companhia União Fabril (ex-Rheingantz & Vater), fundada em 1874, foi a primeira indústria de tecidos de lã do Brasil. Localizou-se na cidade do Rio Grande, principal porto exportador do Estado naquela época. Em 1887 a fábrica já produzia tecidos de algodão. O lugar de destaque ocupado pela Cia. União Fabril, dentre as exportações feitas através do Porto do Rio Grande, tem relação com a política econômica do governo provisório que estendeu seus efeitos até 1895, aproximadamente. As duas primeiras décadas da República assinalam um modelo agro-exportador e a difícil integração do mercado nacional.

O destaque da indústria têxtil na primeira década do século XX, em relação ao processo de industrialização do Rio Grande do Sul, deu-se pelo fato da produção se destinar ao mercado interno do leste e norte do país, como notamos em Reichel[14]:

> Concluindo, pode-se dizer que a produção têxtil do estado, até 1910, se realizava em bases industriais e se destacava do processo geral de industrialização no Rio Grande do Sul, na medida em que orientava grande parte da sua produção para os mercados do leste e norte do país. Entre os produtos exportados para fora do estado, se destacavam os tecidos de algodão, que, além de figurarem entre os principais produtos exportados, lideravam a lista dos manufaturados.

As empresas de maior vulto no Estado no período pré-guerra foram: no ramo metal-mecânico Wallig, em Porto Alegre, Mernack, em Cachoeira do Sul; na refinação da banha Oderich, em São Sebastião do Caí; na produção de farinha o Moinho Rio-grandense, na capital; no setor têxtil a Fábrica Rio Guayba, em Porto Alegre e a A.J.Renner, que em 1912 se transferiu para a capital.

A primeira guerra mundial alterou os cursos da industrialização e a política econômica-financeira federal. A suspensão da entrada de capitais estrangeiros dificultou a manutenção da política do café estabelecida desde 1906. A compra e estocagem do excedente de café com financiamento externo mantinham um determinado preço do produto no mercado internacional.

---

[14] Reichel, H.J. *A Indústria Têxtil do Rio Grande do Sul ;* 1910 a 1930. Porto Alegre: IEL/ Mercado Aberto, 1978. p. 36

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/85-7
Fls. 87 Rub.

A grande emissão de papel moeda em 1915 e 1917 desvalorizou a moeda brasileira, acentuou as dificuldades de importar, aumentaram os preços dos gêneros alimentícios e as exportações ficaram mais caras. Foi, em suma, uma fase desinteressante para a importação e atraente para investir na produção do mercado interno.

Quanto às indústrias que importavam matéria-prima do exterior tiveram de buscar substituição nacional para continuar a produção; foi o caso da Fábrica de Charutos Poock, de Rio Grande, que importava fumo de Havana e buscou produto similar rio-grandense.

Apesar da visão de que o período da guerra foi favorável ao desenvolvimento das empresas, produtos como fumo, bebida e têxteis passavam a representar os grupos de maior incidência de imposto de consumo.

A elevação dos impostos e os problemas dos fretes elevavam os custos da produção industrial. As indústrias que abasteciam o mercado local eram as que menos se prejudicavam com o sistema deficitário dos transportes. No período pós-guerra o Estado conseguiu assumir o Porto do Rio Grande, em 1919, e a Viação Férrea, em 1920.

A inflação e o aumento dos preços dos gêneros de primeira necessidade fizeram decair as condições dos trabalhadores, incidindo em movimentos de greve. O período pós-guerra caracterizou-se pelo recuo de crédito e retorno à política deflacionária federal, a partir de 1924. A crise mundial afetou o Estado e as perspectivas reduziram-se ainda mais ao fim da Primeira Guerra, como vemos na afirmação de Weimer[15]:

> As perspectivas deixaram de ser tão otimistas ao fim da I guerra. A crise econômica mundial levou a uma retração cada vez maior dos investimentos do estado. Quando as forças pecuaristas-latifundiárias fizeram a tentativa de retomar o poder na chamada "revolução de 1923", a situação se agravou ainda mais. A conseqüência mais imediata foi a concentração do capital, na medida em que as empresas viram-se forçadas a encerrar suas atividades. A década de 20 na realidade gaúcha constituiu-se pela ampliação das firmas de maior porte preexistentes.

A década de 1920, no setor têxtil, foi marcada pela redução do número de suas fábricas. Em Porto Alegre de 10 passou para 3, demonstrando a falência das pequenas empresas ou a sua compra pelas fábricas maiores. As maiores fábricas realizavam sucessivos aumentos de capital e material. Em 1919, a Companhia União Fabril, de Rio Grande, comprou a Companhia Fiação e

---

[15] Weimer, G. *A vida cultural e a Arquitetura na República Velha rio-grandense 1889-1945*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. p. 123

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 88 Rub.

Tecidos Progresso da Fronteira, de Uruguaiana. A própria compra da Fiação e Tecidos Progresso demonstra que as pequenas fábricas foram incorporadas pelas maiores e mais tradicionais.

Nessa época, as indústrias rio-grandenses eram mais mecanizadas. Mesmo assim, o parque industrial paulista era superior ao gaúcho. Havia todo esforço por parte da política estadual para o Estado manter sua posição e, paralelo a isto, o desenvolvimento cultural e arquitetônico foi impressionante, como afirma Weimer[16]:

> (...) apesar das modificações, o Rio Grande do Sul praticamente manteve a sua posição. Se tivermos em mente que, à época, o "Brasil era um trem puxando 20 vagões carregados de dinheiro para pagar o café paulista", percebe-se o estóico esforço realizado pelo extremo sul para desenvolver a sua indústria. (...) Paralelamente, o Estado foi cenário de um desenvolvimento cultural e arquitetônico como jamais se tivera notícias.

Os produtos da indústria paulista começaram a fazer-se presentes no mercado gaúcho. A revolução de 1930 pôs fim à República Velha e o Rio Grande do Sul, um dos participantes, isolou-se do resto do país. Essa postura, é claro, afetou a indústria. Durante a República Velha o Estado submeteu-se a uma grande transformação econômica.

Nos relatórios[17] da Companhia União Fabril (ex-Rheingantz) podemos ver claramente o quanto esta crise afetou a indústria:

> (...) não deixamos de sentir os efeitos da grande crise que assola a indústria têxtil, com a anomalia patente de obrigar a vender-se algodões grossos manufacturados quase que pelo preço desse producto em rama, tendo como conseqüência a paralysação da secção dos tecidos de algodão. Junte-se a essa medida de emergência, os impostos, fretes e outras despezas, sempre crescentes, e mais matérias-primas, sobretudo as lans, que se conservaram por preços altíssimos e pouco compensadores para a collocação dos respectivos artigos fabricados, e termos como conseqüência que o ano relatado não corresponde a expectativa, dando por isso, um resultado menos compensador.(...) O capital social, devido á desvalorisação da moeda e a outros factores, vem se revelando ser bastante exíguo.(...).

A matéria-prima ficou interrompida, pois os meios de transportes estavam em funções militares, finalizando a remessa de produção local para os mercados centrais do país. A crise de 1929 só fez acelerar um processo que agravava as condições de vida dos trabalhadores urbanos, prejudicando o interesse de economias que tinham o fornecimento do mercado interno como principal alvo.

---

[16] Weimer, G. Op. Cit. [15] p. 124
[17] Relatório da Companhia União Fabril sucessora de Rheingantz & Cia. Rio Grande: Typ. Trocadero, 1928. p. 1

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/85-1
Fls. 89 Rub.

A Revolução de 1930 marcou no país por duas décadas uma fase de transição. A grande depressão e as medidas governamentais do protecionismo do café acarretaram novamente em um período de dificuldades de importar. Favoreceu-se, assim, as indústrias têxtil, calçadista, fumo, bebidas e alimentícia que podiam operar com matéria-prima local. Até o momento a indústria se desenvolvera com surtos de aumentos de produção alternados com aumento de capacidade produtiva, que se favorecia com desvalorizações da moeda ou de políticas tarifárias protecionistas.

O período de 1930-1937 oscilou entre o liberalismo-democrático[18] e o autoritário, chegando em 1937 na decretação do Estado Novo[19] que se estendeu até 1945. Em 1939, com a eclosão da 2ª Guerra Mundial, o café experimentou uma alta e houve diversidade nas exportações, figurando assim produtos manufaturados, como os têxteis.

Em nível nacional, o governo definiu a indústria de base como meta prioritária devido ao empréstimo concedido pelos E.U.A. O Rio Grande do Sul manteve sua estrutura de produção inalterada com relação às décadas anteriores, reconfirmando sua posição de celeiro do país.

No decorrer do período do pós-1930 acentuou-se a defasagem entre a indústria gaúcha e a do centro econômico do país. A indústria no Rio Grande do Sul nesta época está concentrada nos centros urbanos maiores, tendenciando a uma especialização dos ramos do município. É o caso da indústria de couros no Vale dos Sinos, da alimentação em Rio Grande-Pelotas, metalúrgicas e vinícolas em Caxias do Sul. Ao longo das décadas de 1930 e 1940, São Paulo passou a produzir quase todos os tipos de artigos rio-grandenses. O Rio Grande do Sul teve de enfrentar a concorrência paulista tanto no mercado interno brasileiro como no regional.

A solução encontrada para esta concorrência foi o Rio Grande do Sul tornar-se especialista na produção de vinho, produtos alimentícios[20], tecidos de lã e calçados com uma maior qualidade. As roupas de lã fabricadas pela Renner e Cia. União Fabril, cofres Berta, artigos da Metalúrgica Eberle, couros curtidos do vale do Rio dos Sinos, são exemplos de tais produtos de qualidade. As empresas do ramo têxtil no período pós-1930 tiveram sucessivos aumentos de capital, do número de operários e de instalações fabris, além, é claro, da redução progressiva do número de fábricas no Estado num processo de concentração empresarial. Houve um aumento

[18] O liberalismo-democrático implica na abertura política e a proposta de conciliar o desenvolvimento econômico com a ampliação da participação social.
[19] Forma de regime autoritário que contou com o apoio do Exército.
[20] Produtos como charque, biscoitos, conservas de frutas e etc...

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 90 Rub.

das exportações gaúchas, de um modo geral no período da Segunda Guerra e um aumento da produção do seu parque industrial. A guerra mundial repercutiu em um aumento do custo de vida e da produção industrial; ao fim do conflito, reduzindo a demanda internacional, restaria colocar os produtos industriais no mercado brasileiro.

Em 1942, no Rio Grande do Sul, ocorreu a criação do SENAI[21], ensino industrial, para suprir necessidades crescentes de mão-de-obra especializada. Funcionavam nos maiores centros fabris do Estado diversas escolas vinculadas ao_SENAI. A diversidade da economia gaúcha predominava neste período. A agropecuária fornecia alimentos para o mercado regional e nacional e a matéria-prima para a indústria tradicional.

O ramo metal mecânico era responsável pela produção de máquinas e implementos para o setor primário. A nova etapa política que se instalou no país após 1945 deu-se através de um regime democrático. Na década de 1950 houve uma integração do RS com o Centro do País com a inauguração da BR-116. Nesse período o RS reduziu a agricultura e investiu na indústria, porém, o desenvolvimento econômico do Estado não foi exitoso.

As determinantes do desenvolvimento capitalista entre os anos de 1946 a 1964 foram primeiramente a Segunda Guerra Mundial, após a aproximação econômico-militar com os E.U.A e, finalmente, a redemocratização da política brasileira.

A grande expansão da indústria nesta fase foi acompanhada de uma inflação acelerada. Os agentes deste processo de expansão industrial no país foram o estado e o capital estrangeiro. Nesse novo padrão de industrialização a indústria pesada passou a comandar a expansão, alterando os padrões tecnológicos e fazendo desaparecer pequenas e médias empresas.

Neste período pré-1964 a integração econômica do país consolidou a hegemonia do parque industrial instalado na região centro-sul. No Rio Grande do Sul, evidenciaram-se as distinções qualitativas e quantitativas que apresentavam a economia gaúcha em relação ao eixo Rio-São Paulo.

Em 1950, a liderança da indústria gaúcha era de produtos alimentares, seguida pela indústria da madeira, couro, tecidos e fumo, com indústrias familiares e individuais, localizadas principalmente na zona colonial e na capital do Estado. Frente a toda uma situação de crise que passou a vivenciar a indústria na segunda metade da década de 1950, começou um movimento na

[21] A sigla significa Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/85-1
Fls. 91 Rub.

sociedade questionando os fatores que estariam conduzindo a economia regional a essa situação, o setor primário gaúcho não acompanhava o desenvolvimento da agricultura nacional e o setor secundário ao desenvolvimento industrial do país quando este ingressara na sua última etapa.

Em 1955, acentuou-se a defasagem do parque industrial gaúcho com relação ao centro do país, devido à nova tendência do desenvolvimento industrial para produção de bens de capital e semiduráveis, ingressando o país num processo de substituição de importações.

Em 1960, a concentração da produção industrial apresentava poucos ramos como alimentos, químico, vestuário, calçados e metalurgia que somavam 50% do setor secundário gaúcho. Nesse ano foi criado o GAP (Gabinete de Administração e Planejamento) que tinha por objetivo traçar normas para uma política de desenvolvimento para o setor secundário e auxiliar a expansão das indústrias existentes. Nota-se que o Rio Grande do Sul permanecia ligado aos ramos tradicionais que beneficiavam matéria-prima do setor primário.

A indústria gaúcha participou fracamente do processo de instalação da indústria de base no país. Ao Rio Grande do Sul restou a produção de bens intermediários – autopeças – que eram vendidos para o parque industrial de São Paulo e Rio de Janeiro. Uma empresa que vinha se desenvolvendo no estado era a Refinaria de Petróleo Ipiranga, instalada em Rio Grande.

Em relação aos transportes, o parque industrial gaúcho tinha uma rede ferroviária, rodoviária e marítima precárias, não existindo uma ligação satisfatória entre o único porto marítimo, com as principais regiões produtoras.

A energia elétrica, fornecida pela CEEE (Companhia Estadual de Energia Elétrica), empresa fundada em 1947, era precária na sua oferta a qual limitou a expansão industrial de municípios como Novo Hamburgo, São Leopoldo e Caxias do Sul. O uso de geradores era muito alto e a solução deste problema era vital para o crescimento da indústria gaúcha.

A falta de crédito era um problema revelador da baixa capitalização das indústrias locais. No caso específico do Rio Grande, havia um maior número de empréstimos sobre os depósitos. A indústria gaúcha foi perdendo cada vez mais para a do eixo Rio-São Paulo devido à orientação política federal e restrições de implantar no Estado um setor de bens semiduráveis, como descreve Pesavento[22] :

---

[22] Pesavento, S.J. *História da indústria sul-rio-grandense.* Guaíba (RS): Riocell, 1985. p. 106

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/85-1
Fls: 32 Rub.

Além disso, a orientação política econômica federal foi de concentrar os investimentos no centro econômico do país, deixando o estado sulino à margem do programa de metas levado a efeito no governo de Juscelino Kubitschek. Ficou, desta forma, a indústria de ponta do país concentrada no eixo Rio-São Paulo, tendência reforçada pelas restrições impostas pelo governo federal à implantação no Rio Grande do Sul de um setor de produção de bens semiduráveis, referido anteriormente. Neste sentido, o Rio Grande do Sul passava a participar do Programa de Metas como proporcionador da acumulação de capital da nova etapa industrial em que ingressava o país.

A marginalização do Rio Grande do Sul e o desenvolvimento e crescimento inferior da indústria local em relação à paulista é o que se destaca nesta época. Os meios encontrados para vencer a crise da economia gaúcha variaram de acordo com a orientação político-partidária dos governos estaduais. A orientação da política governamental no Rio Grande oscilou entre a proposta do PSD[23] e do PTB[24], ambos conscientes da problemática industrial no Estado.

O governo Brizola posicionou-se contra a presença de capital estrangeiro. Encamparam empresas estrangeiras que ainda trabalhavam no setor de eletricidade de Porto Alegre e Canoas e a Telefônica Rio-Grandense. Havia uma consciência comum por parte dos governantes do Estado da crise da economia gaúcha. A partir dos anos 1960, o país já possuía um diversificado parque industrial e neste já havia significado capital estrangeiro.

O país se expandia, porém o poder aquisitivo da população incapacitava o consumo dos produtos devido à inflação que se instalara desde o governo de Kubitschek. Com toda esta tensão social proliferaram as greves e as agitações sociais. O golpe de 1964 foi fruto da ligação de setores representativos[25] da sociedade brasileira com o apoio externo dos Estados Unidos, implantando-se assim no país um período autoritário marcado pelo desenvolvimento aliado ao capital estrangeiro. Este golpe militar instalou-se em meio a uma crise que vinha desde 1962 e ocasionou a desaceleração da industrialização brasileira. A recessão ocasionada no período pós-1964 teve como medidas o congelamento salarial agravando o esgotamento do poder aquisitivo dos assalariados urbanos. Isto acarretou na retração da demanda urbana de bens não-duráveis, e a

---

[23] Partido Social Democrático - representado pelos governos de Walter Jobim (1947-51) e de Ildo Meneghetti (1955-59 e 1963-64) identificava o problema da industrialização como uma meta a atingir.

[24] Partido Trabalhista Brasileiro - representado pelo governo de Ernesto Dornelles (1951-55) e Leonel Brizola (1959-63) considerava imprescindível assegurar o primado da sociedade urbano-industrial sobre a agrária tradicional.

[25] Como: proprietários de terra, industriais, comerciantes, banqueiros, militares, etc...

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 83 Rub.

um achatamento das indústrias tradicionais, como foi o caso da Companhia União Fabril (ex-Rheingantz & Cia.) que faliu em 1968.

Neste mesmo ano retomou-se o crescimento da economia brasileira com recuperação de taxas mais altas para o crescimento industrial. O governo autoritário pós-1964 estimulou as exportações e garantiu a importação de insumos e bens de capital. Deste processo que se intensificou na década de 1970, o capital estrangeiro passou a marcar presença na formação de novos empreendimentos industriais e ser acionista de empresas já instaladas.

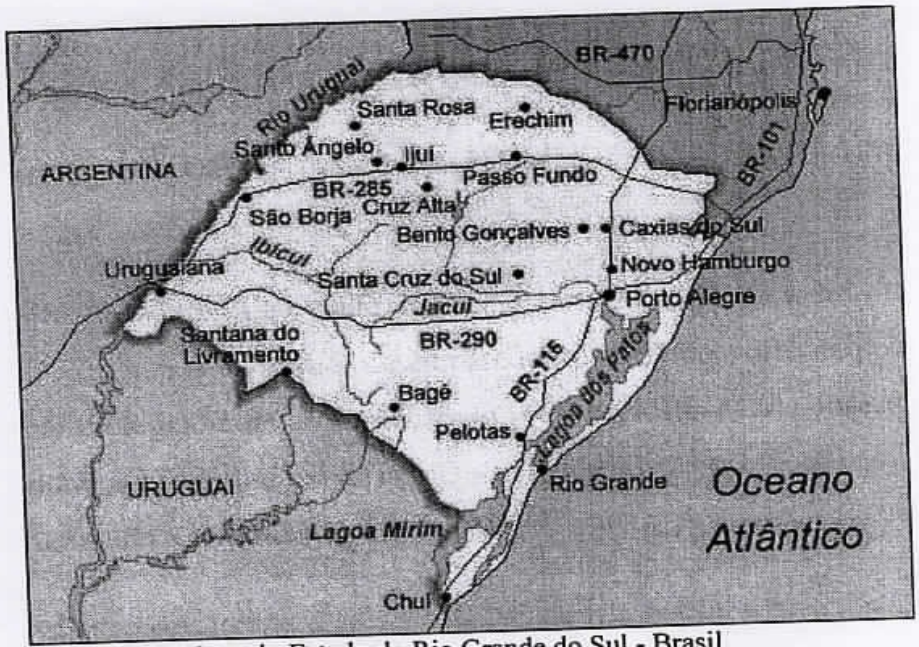
Em termos de Rio Grande do Sul, esse novo período pós-1964 tendeu a atrelar a economia gaúcha de uma forma mais intensa à economia brasileira. O Estado no começo da década de 1970 começou a implantar uma política de distritos industriais, tentando poupar recursos e concentrar as indústrias em determinadas áreas – uma política que estava interligada com o poder público federal, dependendo os projetos dos distritos industrias com uma conjugação de interesses locais e nacionais.

Até os dias de hoje, o grande desafio para a indústria gaúcha é uma maior consolidação do parque industrial, para diminuir a defasagem com o eixo Rio-SP. Para tanto, faz-se necessária a ampliação do mercado de trabalho, um planejamento específico para o setor e definir as metas da participação no conjunto da produção secundária do país. Estes fatores são o permanente desafio para o Estado.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 94 Rub.

2. EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE DO RIO GRANDE (RS)

A origem da povoação da cidade do Rio Grande[26] deu-se quando o Brigadeiro José da Silva Paes, em 1737, transpôs a Barra e desembarcou no extremo norte da península. Iniciou-se assim o povoamento da região com a formação do Presídio Jesus-Maria-José. A conformação do presídio fazia parte do processo de expansão lusitana em direção ao Prata devido ao interesse na manutenção da Colônia do Sacramento.



MAPA 1: Mapa do Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

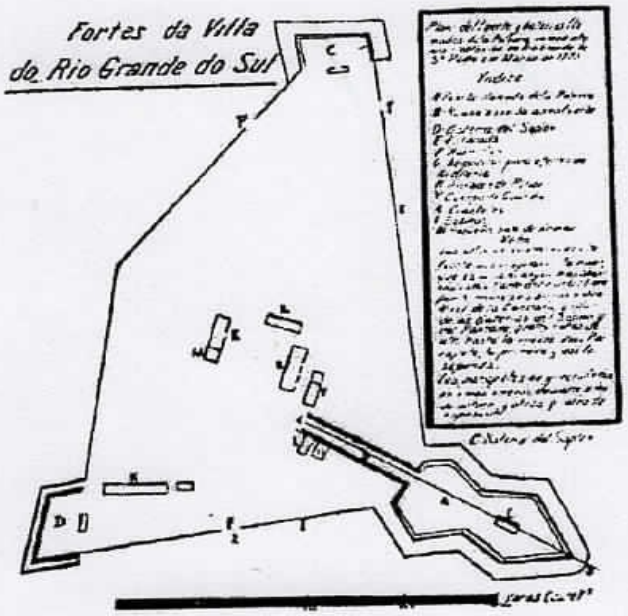
[26] O município do Rio Grande está localizado na planície costeira atlântica do Rio Grande do Sul, junto ao ecossistema oceânico costeiro, lacustre e lagunar-estuariano, sendo esse formado pela Lagoa Mirim e zona estuariana da Lagoa dos Patos. O território do município compreende uma faixa de terras baixas, na restinga do Rio Grande a sudoeste da embocadura da Laguna dos Patos. Está situado ao sul do Trópico de Capricórnio, encontrando-se sujeito a condições climáticas temperadas brandas, com forte influência oceânica. Limita-se ao norte com o Município de Pelotas e Laguna dos Patos

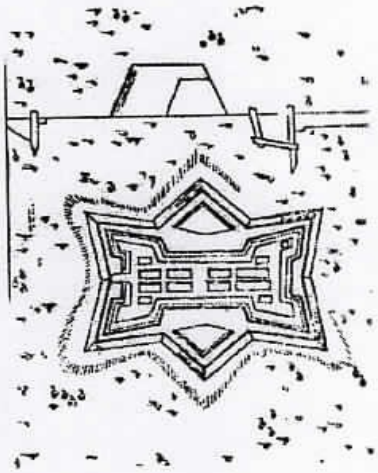
Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 95 Rub.

Rio Grande surgiu para permitir uma melhor defesa da Colônia do Sacramento. A Vila foi o primeiro ponto de ocupação oficial portuguesa em território rio-grandense. Neste período o maior problema para o desenvolvimento era as dificuldades de acesso através da Barra.

O Canal da Barra tinha muito pouca profundidade e isto atrapalhava a travessia de embarcações. Muitos estudos e medidas foram promovidos durante o Império e primórdios da República, mas o problema da desobstrução da Barra somente foi resolvido na segunda década do século XX. Houve a construção dos Molhes da Barra[27], uma grandiosa obra de engenharia de extrema importância econômica para o Estado.

O assentamento urbano da cidade no primeiro ano foi voltado ao sistema defensivo para a região. Além do Forte Jesus-Maria-José a cidade possuía um forte no Estreito, ou seja, na parte mais estreita da península. Esta fortificação se estendia da Lagoa dos Patos até o Saco da Mangueira e ficava a 3 km do Porto.

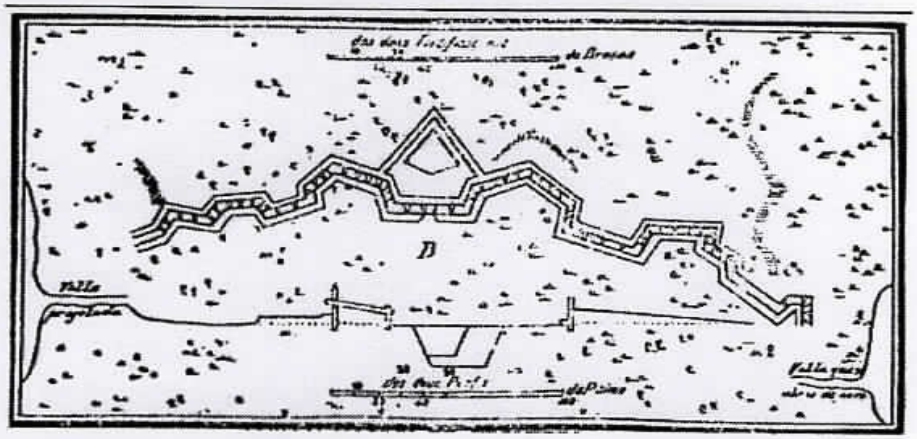




MAPA 2: Forte Jesus-Maria-José

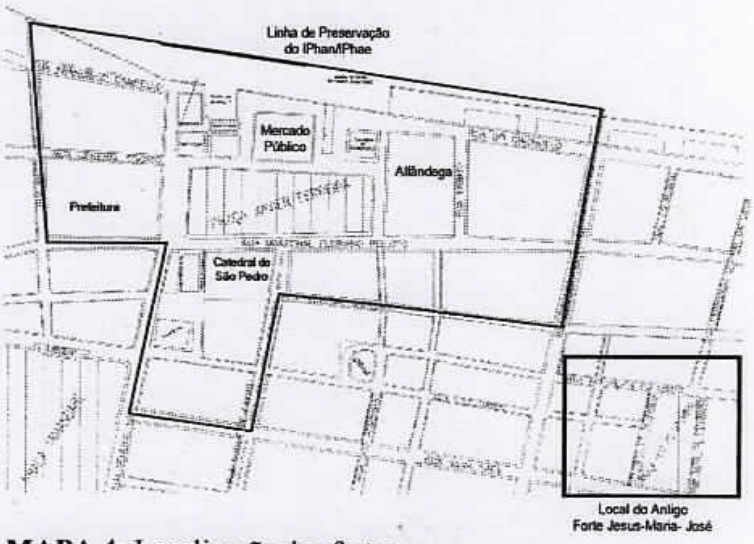
[27] Molhes da Barra (quebra-mar) caracterizam-se uma estrutura marítima composta por barreiras de pedras que adentram no Oceano Atlântico, tendo como função manter constante a profundidade do canal de acesso ao porto da cidade do Rio Grande. Através deste canal embarcações de grande calado trafegam até o porto. Os molhes constituem-se por dois braços de pedras, a leste, no interior do Município de São José do Norte e o braço oeste no início da praia do Cassino.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 86 Rub.



MAPA 3: Forte do Estreito

O Forte do Estreito foi concluído em 1738 e transferindo-se então a tropa e a administração da povoação. Entre 1738 e 1749, o Presídio de Rio Grande agrupou dois núcleos de população: o núcleo do Porto, civil e comercial e o do Estreito, militar. Neste a população localizava-se junto ao Forte onde situava-se a Comandância Militar. Ali se concentravam os edifícios mais importantes, o maior número de moradias e maior aglomeração populacional. A povoação do Porto era civil e comercial, constituía-se por poucas moradias de casas simples e uma pequena igreja, ambas implantadas em torno do Forte Jesus-Maria-José. A provável localização do Forte, que foi demolido em princípios do século XIX, situa-se no atual centro histórico na parte da atual praça Sete de Setembro e as quadras entre as ruas República do Líbano, Andrade Neves, Francisco Marques e General Bacellar.

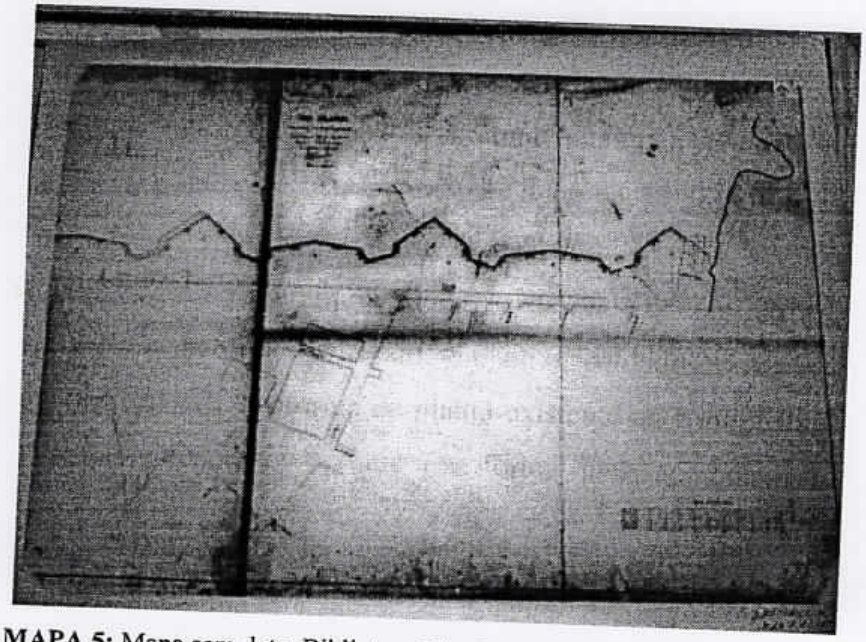


MAPA 4: Localização dos fortes

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 97 Rub.

A edificação de casas tanto na povoação do Porto como no Estreito enfrentavam dificuldades devido à obtenção de materiais adequados para a construção, bem como o assentamento das casas era dificultado pelos areais. A madeira utilizada nas construções era extraída da Ilha dos Marinheiros e as coberturas eram feitas com couro e posteriormente com palha. Por volta de 1747 a população se transfere para a Povoação do Porto devido ao avanço das areias.

Nesta época havia uma hierarquia social rígida onde o domínio era do alto comando militar, tendo ao seu lado os sacerdotes. Depois vinham os soldados, os civis, o povo e, na base, os escravos. O primeiro registro em forma de planta existente na Biblioteca Rio-grandense data de 1767, onde o assentamento urbano assume uma forma linear acompanhando a margem norte da península.



MAPA 5: Mapa sem data, Biblioteca Rio-Grandense, maio de 2003

Rio Grande já havia sido elevado à condição de Vila, e o Tratado de Madri já estava assinado, quando um raio atingiu um paiol de pólvora explodindo próximo à igreja e destruindo-a. Gomes Freire de Andrade viera nesta época para delimitar as novas fronteiras da demarcação do Tratado de Madrid e promover melhorias na sede do governo do "Continente de São Pedro". Frente a esses acontecimentos, Gomes Freire de Andrade e o padre Manoel Francisco da Silva

Secretaria da Cultura
Doc. nº 2778-1100/85-1
Fls. 98 Rub.

encaminharam a construção da igreja dedicada ao padroeiro. A data de início da construção da Catedral de São Pedro é de 25 de agosto de 1754, sendo concluída em 1755.

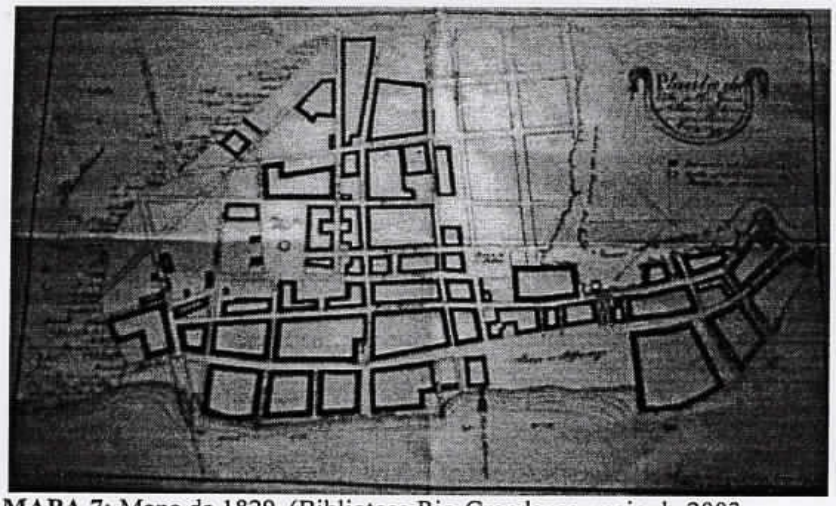
Entre 1763 e 1776 a Vila foi ocupada por espanhóis e o assentamento original foi modificado. Em abril de 1776, pela retomada da margem Sul do Canal e da Vila de São Pedro pelo Governo Português, graças à ação do Sargento-Mor Rafael Pinto Bandeira, os espanhóis deixaram a Vila. Até meados de 1780, a agricultura era a forma de subsistência, estando Rio Grande dependente de mercados externos. A partir desta época as atividades do Porto se intensificam com a perda da Colônia do Sacramento e ao início do ciclo do charque no Estado.

A produção do charque passava pelo Porto do Rio Grande, causando um crescimento urbano considerável. A drenagem do cais e a construção do Porto em 1823 permitiram a passagem de navios de maior porte, que até então somente atracavam no porto de São José do Norte.

No início do século XIX a Vila do Rio Grande possui uma característica mais comercial do que militar. Em 1829 foi elaborada a primeira planta que mostra o sítio urbano com maiores detalhes: o crescimento da cidade era prejudicado ao sul pelas dunas e ao leste pelos terrenos inundáveis.

MAPA 6: Planta Naval de 1776

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/85-1
Fls. 88 Rub.



MAPA 7: Mapa de 1829, (Biblioteca Rio-Grandense, maio de 2003

A prosperidade trazida pelo desenvolvimento do comércio modifica a fisionomia da cidade. O conjunto arquitetônico formado por meados de 1830 é de sobrados e casas térreas. As fachadas possuem cunhais, aberturas de madeira com janelas de guilhotina, beiral com cimalha, cobertura de telhas de barro.

FIGURA 5: Rua Marechal Floriano Peixoto, década de 1920

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/85-1
Fls. 100 Rub.

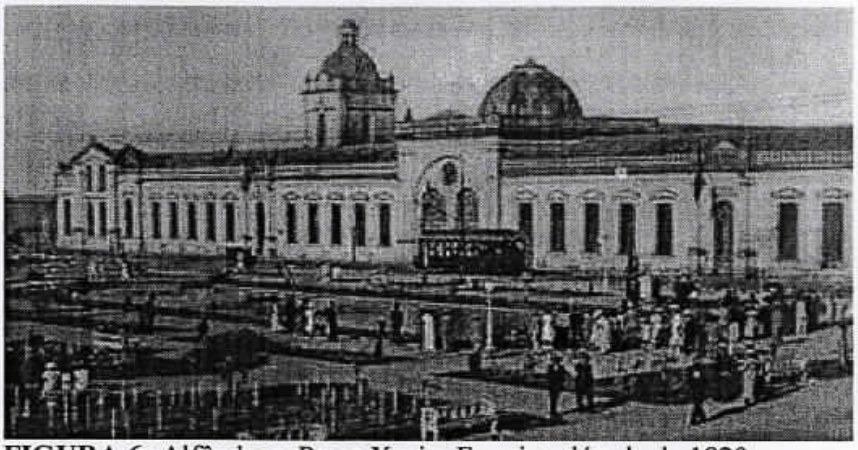


FIGURA 6: Alfândega, Praça Xavier Ferreira, década de 1920

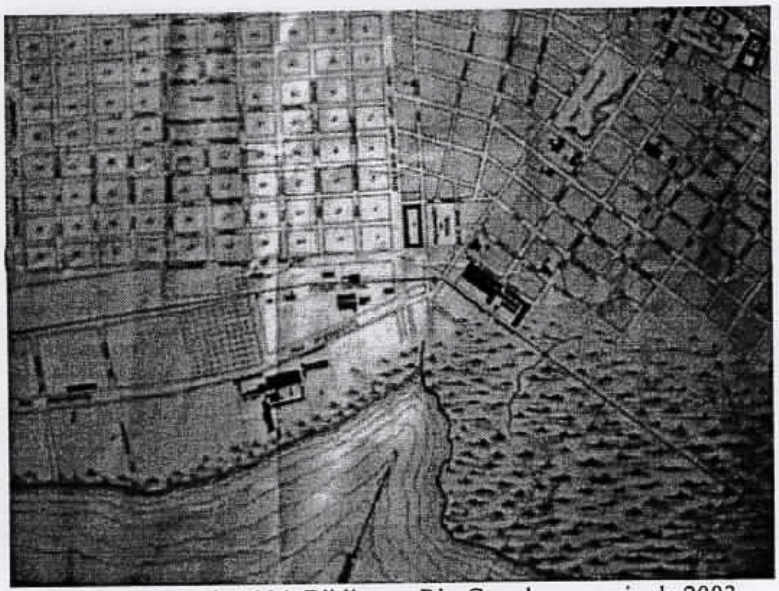
MAPA 8: Mapa de 1872, Biblioteca Rio-Grandense, maio de 2003

Em 1835, a Vila do Rio Grande de São Pedro, passou à denominação de Cidade do Rio Grande. Com a Revolução Farroupilha, Rio Grande retornou à condição de Capital da Província, devido à transferência da Sede do Governo Imperial de Porto Alegre, ameaçada pelos Farroupilhas, para o nosso Município. Em fins do século XIX iniciaram as obras de melhoramento da Barra com a construção do Porto Novo, resultando numa considerável área aterrada com o material recolhido com a dragagem do canal.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 3778-1100/95-1
Fls. 101 Rub.

O mapa de 1904 mostra uma área de expansão urbana, a Cidade Nova, onde está localizada a Fábrica Rheingantz, podendo-se verificar um crescimento longitudinal ao longo da Lagoa dos Patos, a presença do Cemitério, da estrada dos Carreiros – principal acesso terrestre.

MAPA 9: Mapa de 1904 - Biblioteca Rio-Grandense, maio de 2003



MAPA 10: Mapa de 1904, Biblioteca Rio-Grandense, maio de 2003

Rio Grande é considerada uma das cidades mais industrializadas do Estado do Rio Grande do Sul. Desde as últimas décadas do século XIX em Rio Grande iniciam as atividades industriais. O momento histórico coincide com os investimentos feitos no Porto e na Barra. Em

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2770-1100/95-1
Fls. 102 Rub.

1874 surge a primeira indústria com atividade fabril, com a fundação da Fábrica Rheingantz e Vater[28], a Fábrica de Charutos Poock[29], A Companhia Fiação e Tecelagem Rio Grande[30].

O desenvolvimento da indústria gaúcha neste período está voltado para atender a expansão do mercado interno. Foi durante a República Velha que surgiram as indústrias na cidade do Rio Grande. Estas caracterizavam-se por apresentar grandes estabelecimentos, com investimentos de capital acima da média e pouca diversificação de ramos, sendo os que mais se destacavam no Município o da tecelagem, charutos, conservas alimentícias, somando em 1913 cerca de 18 indústrias.

Dentre as fábricas de produtos alimentícios do período da República Velha em Rio Grande, as que mais se destacam é S.A. Moinhos Rio-Grandenses[31], a Fábricas de Biscoitos e Conservas Leal, Santos e Cia.[32], Fábrica de Conservas de Cunha Amaral & Cia. Ltda.[33],Pontes Ayres & Cia.[34].

Em 1917, iniciam as instalações do Frigorífico Swift do Brasil S/A[35], com importante papel na vida econômica da cidade até fins de 1950. O frigorífico influenciou numa corrente migratória para a cidade contribuindo para o crescimento da antiga Vila dos Cedros[36], atual bairro

---

28 Denominação que foi alterada em 1884 para Rheingantz & Cia. e em 1890 foi convertida em uma sociedade anônima com o título de Companhia União Fabril.

29 Companhia de Charutos Poock, primeira fábrica de charutos havaneses e nacionais no gênero fundada no país. Instalada na cidade do Rio Grande em 1891 pelo Commendador Gustavo Poock. Sua localização era próxima à Fábrica Rheingantz e possuía uma vila operária nos fundos da fábrica. A maioria dos funcionários era constituída por mulheres.

30 A Companhia Fiação e Tecelagem Rio Grande, fábrica especializada em tecidos de algodão, foi fundada em 1894 começando suas atividades em 13 de abril de 1896. Seu fundador foi Giovanni Hessemberger passando em seguida para a firma Santo Becchi & Cia., de Genova. Em 1921, a empresa foi transformada em Sociedade Anônima sob a denominação de Companhia de Tecelagem Ítalo-Brasileira, sendo seu incorporador o Sr. Paulo Ângelo Pernigotti. Os principais produtos eram: brins, cassinetas, atoalhados, panos para colchões, tecidos fantasia e artefatos. A fábrica possuía uma área de 10.000m² e ocupava um quarteirão, uma Vila Operária ao seu redor e atualmente no local situa-se um supermercado e um conjunto habitacional de classe média.

31 Fundada em Rio Grande em 1894, pelo Sr. Albino Cunha, tinha por principal atividade a moagem de trigo onde chegou a uma capacidade de produção de 45 t/diárias para três tipos de farinhas.

32 Instalada em meados de 1889 na atual rua Coronel Sampaio, próximo da Rua Riachuelo, obtendo uma privilegiada localização próxima ao Porto. Os sócios iniciais do empreendimento foram: Francisco Marques Leal Pancada, Moisés Marcondes, José Antônio Juca Santos e Antônio Marques Leal Pancada. Fabricava produtos como conservas em geral, biscoitos, frutas cristalizadas, pregos e artigos de lataria. Vendia para todo o país e tinha uma filial em Pelotas. Quanto a equipamentos comunitários para seus operários, contava com uma assistência médica e creche.

33 Fundada em 1876, produzia conservas de frutas, legumes, doces, peixes e camarões.

34 Fundada em 1° de setembro de 1938 e sua principal atividade era a industrialização do pescado, frutas, legumes e crustáceos.

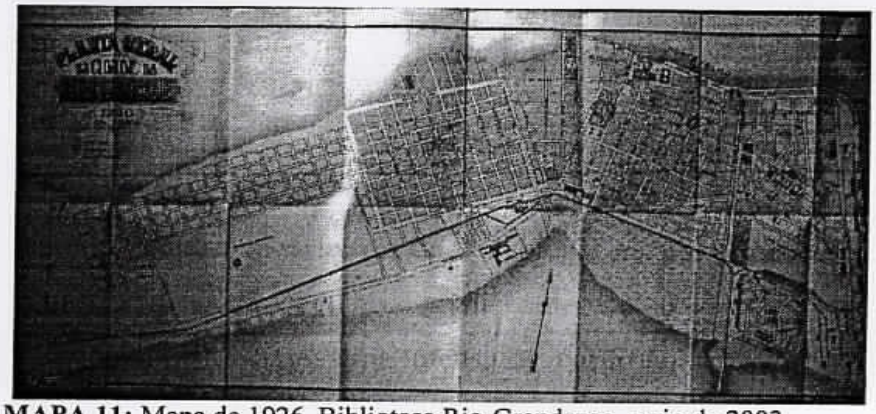
35 A fábrica Swift movimentou a vida sócio-econômica da cidade e produzia enlatados de carnes e outros sub-produtos de bovinos, suínos, aves e etc.

36 A Vila dos Cedros situa-se a leste do mapa de 1926, e está próxima ao Porto Novo.

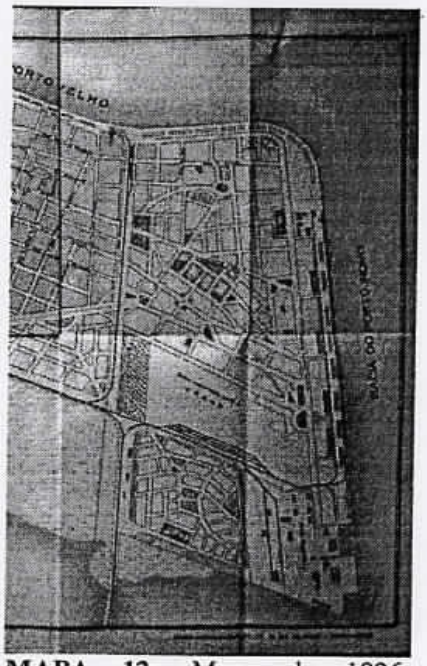
Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 103 Rub.

Getúlio Vargas. Apesar do porto marítimo, que favorecia as importações e exportações, Rio Grande teve de adaptar sua produção industrial ao mercado nacional.

No mapa de 1926, observamos uma intensa ocupação junto ao Porto Novo (a leste) e de alguns vazios junto às indústrias instaladas: há diferença de concentração de população bastante grande para o mapa de 1904.



MAPA 11: Mapa de 1926, Biblioteca Rio-Grandense, maio de 2003



MAPA 12: Mapa de 1926, Biblioteca Rio-Grandense, maio de 2003

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95.1
Fls. 104 Rub.

A partir de 1920, a indústria rio-grandina começou a diversificar os ramos com o crescimento da indústria do pescado, conservas, bolachas, bebidas e outras, e em 1937 foi fundada a indústria de Petróleo Ipiranga S.A.[37]. Em 1940, com a industrialização sendo a principal atividade econômica do município do Rio Grande, o número de trabalhadores era de cerca de 6200, um número bastante elevado e superior ao da agropecuária. Nos anos de 1950 e 1960 ocorreram fases de grande crescimento e outras de estagnação, que podem ter sido as responsáveis pelo fechamento de indústrias têxteis – como foi o caso da Rheingantz, Fábrica Nova e da Hering. O crescimento horizontal da cidade acompanha estas fases e se estagna depois do fechamento dessas fábricas.

A indústria de pescados[38] obteve uma fase enérgica, mas devido à falta de visão das condições ecológicas e do manejo incorreto dos recursos renováveis esta entrou em crise. A década de 1970 é um período próspero para o município com a construção do Distrito Industrial do Rio Grande: a área portuária transformou-se em terminal marítimo servindo como corredor de exportação para toda produção gaúcha. As obras foram iniciadas com a construção da infra-estrutura viária e instalação do primeiro terminal graneleiro.

Os investimento públicos e federais não se limitaram ao Distrito Industrial, mas também incentivaram uma reestruturação do super porto e de melhorias ao canal de acesso à Barra do Rio Grande.

No Distrito Industrial foram sendo implantadas indústrias de fertilizantes, óleo vegetal, central de gaseificação e terminal de petróleo. Esta nova área foi eleita devido às facilidades de escoamento de matéria-prima, recebimento e produção de produtos industrializados.

Nos anos de 1970, ocorre a fundação da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Na mesma época, junto à rodovia Rio Grande/Pelotas, é implantado um grande loteamento de alto padrão. Na década de 1980, tem-se planejamentos de mais loteamentos, com características

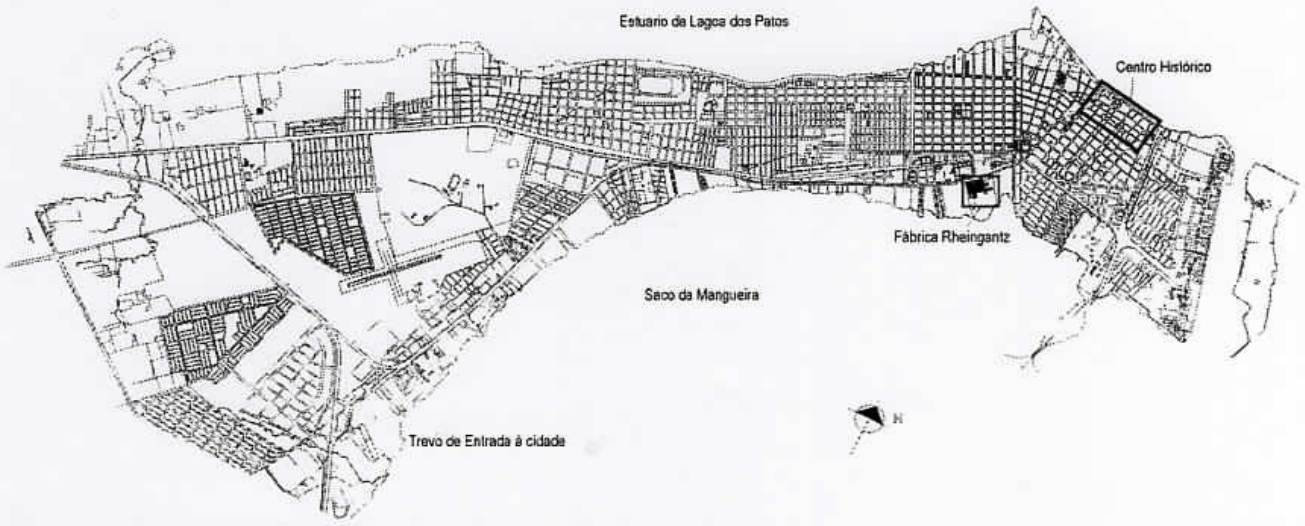
---

[37] Com sua fundação, a cidade passou a ter umas das mais importantes indústrias brasileiras. A refinaria produz gasolina, querosene, *trator diesel oil*, *spraying-oil*, água-raz, etc... As suas instalações chegam a 60.000m² e compõem-se de laboratórios, áreas de armazenagem, fábrica de latas, caixas e escritórios. A matéria-prima é importada do Equador.

[38] Uma das grandes indústrias do Município. As águas salgadas se juntam com as do canal do Rio Grande com grandes cardumes de peixes como tainha, corvina, bagre e a pescadinha de alto-mar. A pesca também é feita em alto-mar e o peixe fresco é salgado e manufaturado, sendo vendido a outros estados e também exportado.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-11.00/95-1
Fls. 105 Rub.

populares. A densidade destes loteamentos acumula-se principalmente nas áreas próximas às rodovias Rio Grande/Pelotas e Rio Grande/Cassino[39].



MAPA 13: Mapa da Cidade dos anos 80

A partir de 1980, o limite urbano é ultrapassado e em janeiro de 1987 – com a aprovação do plano diretor de desenvolvimento integrado – a área urbana legal reconhece a área urbana até o Cassino, abrangendo o Distrito Industrial e Super Porto, ampliando-se assim consideravelmente a área de jurisdição urbana.

---

[39] O balneário foi projetado e fundado em fins do século XIX resultante de uma realidade econômica deste período. Rio Grande contava com uma elite industrial e comercial fortemente capitalizada. Outro aspecto importante foi a construção do trecho ferroviário da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a Estrada de Ferro Rio Grande-Bagé, inaugurada em 1884. Um grupo de industriais e comerciantes do Rio Grande, liderados neste momento pelo empresário Antonio Cândido Sequeira, mas seguido por homens de porte financeiro como o comerciante Antonio Manoel de Lemos Junior e o industrial Carlos Guilherme Rheigantz, projetaram o futuro balneário. O apoio do poder público deu-se através das concessões das marinhas e das desapropriações, medida garantidora do investimento, comprovado pela Lei Provincial 1551 de 17 de dezembro de 1885. O balneário do Cassino foi inaugurado oficialmente com a abertura definitiva do tráfego ferroviário em 20 de janeiro de 1890 e entregue ao público em 26 de janeiro deste mesmo ano. A administração do balneário foi marcada por várias sucessões desde a sua inauguração em 1890. Em 1892, a CIA. Carris e Estrada de Ferro à Costa do Mar sucedeu a Cia. Estrada de Ferro à Costa do Mar. Em 1895, a Cia. Rio-Grandense tornou-se proprietária do balneário, durante cinco anos. Em 1900, a Southern Brazilian Rio Grande do Sul Railway adquiriu o ramal ferroviário deixando o restante do patrimônio de posse da Cia. Rio-Grandense. Em 1909 as propriedades foram leiloadas e vendidas para o Coronel Augusto Leivas Otero, administrando o balneário até 1926, quando veio a falecer, ficando como herdeira universal Maria José Leivas Otero. Vários fatos e evidências nos mostram a influência européia no Cassino: a maioria das construções começou a partir de 1895 e caracterizava-se por chalés isolados num lote de quadra inteira.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95.1
Fls. 106 Rub.

A evolução urbana da cidade do Rio Grande está condicionada a fatores físicos e sócio-econômicos. Os fatores físicos são a configuração estreita de península e a cidade ser litorânea. Os sócio-econômicos estão divididos em momentos distintos. Conforme Maria Luisa Queiroz[40], o desenvolvimento de Rio Grande pode ser delineado em três períodos distintos:

> O primeiro tem início com a fundação do presídio, em 1737, passa pela depressão do período de dominação espanhola (1763-1776), estendendo-se até a recuperação econômica e demográfica da década de 1780, e é marcado pelos fatos políticos e militares ligados ao processo de definição de fronteiras do Brasil no contexto geopolítico platino, que entravaram o crescimento da povoação. No segundo período, de 1790 a 1819, a histórica função militar recua para segundo plano, e a Vila do Rio Grande assume a posição de principal centro de comércio legal e ilegal do sul do país, dando início a um rápido processo de urbanização. No terceiro período de 1820 a 1849, a atuação direta da elite comercial coloca o Rio Grande entre as mais importantes cidades da América do Sul.

Além destes períodos citados anteriormente teríamos uma etapa de modernização industrial (anos 1920-1950), uma de estagnação (1950-1970) e do Super Porto e Distrito Industrial, depois da década de 1970. A expansão urbana da cidade do Rio Grande sempre se caracterizou por sua linearidade, onde o porto marca um ponto de encontro entre os dois sistemas de transporte (ferrovia-porto). As áreas fora do eixo porto-ferrovia-indústrias caracterizaram-se por áreas de pouca densidade urbana. O atual centro histórico[41], compreendido pelos usos de comércio, serviços e serviços público-administrativos da cidade, localiza-se na parte norte da península, local onde se situa o Porto Velho e o antigo Forte Jesus-Maria-José, a partir do qual começou a se desenvolver a aglomeração e seu centro.

A nova expansão de ocupação residencial está sendo assentada em um único feixe viário de acesso que compreende a sudoeste a antiga estrada dos Carreiros[42] e mais ao sul, ao longo da rodovia Rio Grande/Cassino[43] até o Trevo. Do trevo de acesso até o Balneário Cassino temos vários loteamentos interligados conformados por propriedades rurais, conjuntos de casas de classe média e baixa.

---

[40] Alves, F.N. ; Torres, L.H. (org.) *Temas de História do Rio Grande do Sul.* Rio Grande: EDIFURG, 1994. p. 21

[41] O Centro Histórico possuía um caráter comercial, portuário e residencial; atualmente possui um caráter comercial e institucional e de serviços. A área portuária do Porto Velho está desativada em detrimento ao Porto Novo, Super Porto e ao Tecon. O Centro possui 3 prédios tombados pelo IPHAN - Catedral de São Pedro, Capela de São Francisco e Alfândega, e 4 pelo IPHAE - Hotel Paris, Sobrado dos Azulejos, Prefeitura e antigo Quartel General.

[42] Com residências de baixa renda e casas térreas simples.

[43] Assentamentos de conjuntos habitacionais de classe média baixa e um loteamento de alto padrão e mais um de baixa renda na saída para Pelotas.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1.200/95-1
Fls. 107 (107) Rub.

A ocupação, apesar dos diversos períodos, manteve-se linear com o sistema regional de transportes atualmente moldando o espaço urbano da cidade; após a acelerada expansão urbana causada pelas indústrias, que garantiram à cidade um componente vital da infra-estrutura urbana, a cidade estagnou economicamente causando uma diminuição na expansão urbana.

3.1 R

Rhein
imigr
empr
grand

técni
para
eixo
do co

São
produ

[44] Pesa

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls: 108 Rub.

3. HISTÓRICO DA FÁBRICA RHEINGANTZ

3.1 FONTES PRIMÁRIAS

Na cidade do Rio Grande, Rio Grande do Sul, o comerciante Carlos Guilherme Rheingantz fundou a primeira fábrica de tecidos do Estado. A fundação de fábricas por imigrantes de primeira ou segunda geração fora uma constante que permitiu a proliferação de empresas de diversos ramos. Nos dados de Pesavento (1985) em "A história da indústria sul-rio-grandense"[44] podemos notar isto claramente:

> Veja-se o caso de Pelotas: em 1864, Friedrich Lang, possuindo experiência técnica no ramo, fundou uma empresa para fabricar velas e sabões; em 1880, Carlos Ritter, comerciante, estabeleceu-se com uma cervejaria. Em Rio Grande, o comerciante Carlos Guilherme Rheingantz fundou, em 1873, a primeira fábrica de tecidos do Rio Grande do Sul; em 1891, Gustavo Poock, filho de um fabricante de charutos da Alemanha, fundou uma fábrica deste tipo, e, no mesmo ano, o comerciante Albino Cunha formou a Moinhos Rio-Grandenses para fabricação de farinha de trigo.

Em relação à mão-de-obra, as empresas da região muitas vezes mandavam vir da Europa técnicos especializados que recebiam, além do trabalho, moradia e todos os recursos disponíveis para sua instalação. Diante destas condições de falta de pessoal especializado, as empresas do eixo Pelotas-Rio Grande dispunham de um mercado de trabalho menos amplo do que o da região do complexo colonial.

A arrancada industrial do Rio Grande do Sul foi contemporânea a de São Paulo, porém São Paulo partia de uma base de ponta na economia brasileira da época – o café, principal produto de exportação – enquanto o Rio Grande do Sul vincula-se ao fornecimento do mercado

[44] Pesavento, S.J. *História da indústria sul-rio-grandense*. Guaíba (RS). RIOCELL, 1985. p. 37

Secretaria da Cultura
Proc. nº 277841100/951
Fls. 109 Rub.

interno. Desta forma, o ponto de partida do mercado do Rio Grande do Sul era de uma acumulação relativamente menor que a de São Paulo, mesmo que na época o mercado interno estivesse em ascensão.

Em novembro de 1873 Carlos Guilherme Rheingantz funda com seu sogro, o Comendador Miguel Tito de Sá, e Hermann Vater, de nacionalidade alemã, a Fábrica Nacional de Tecidos e Panos de Rheingantz & Vater, a primeira do Rio Grande do Sul. A fábrica inicia suas atividades em 1874 em pequena escala e contava com um capital de 90 contos de réis. A localização inicial da fábrica era em frente à cadeia, no quarteirão formado pelas ruas Conde de Porto Alegre, Almirante Barroso, General Câmara e Coronel Sampaio[45].

FABRICA NACIONAL

DE

TECIDOS DE LÃ

Temos a honra de participar ao respeitavel commercio que a nossa

FABRICA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE LÃ

Em breve começará a funccionar o edificio, já se acha em construcção e em breve esperamos um machinismo extenso e do systema mais aperfeiçoado, como tambem habeis operarios, de maneira que para o inverno proximo futuro já poderemos apresentar no mercado os nossos productos. Estes constarão por emquanto em baetas, cobertores, flanellas e tecidos semelhantes; — mais tarde conforme adquirirem mais experiencia os trabalhadores, que aqui temos de instruir, encetaremos a fabricação de panos de differentes qualidades e de outros lanificios, esperamos que a nossa empreza que por ser a primeira d'esta ordem, terá ainda toda de lutar contra muitas difficuldades, principalmente por ter de reunir em si todos os processos da manufactura de lanificios — desde a lavagem da lã até a tinturaria do tecido prompto — encontrará a protecção do commercio em geral e especialmente dos Srs. compradores de fazendas.

Rio Grande do Sul, 1º de Janeiro de 1874.

FIGURA 7: Echo do Sul – 1 de março de 1874[46]

[45] Guigou-Norro, J.A. *A Vila Operária na República Velha*: o caso Rheingantz. Porto Alegre: UFRGS, 1994. p. 69 (Dissertação de Mestrado – Faculdade de Arquitetura, Orientador: Günther Weimer).

[46] Xerox, Biblioteca Rio-Grandense

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1600/95-1
Fls. 110 Rub.

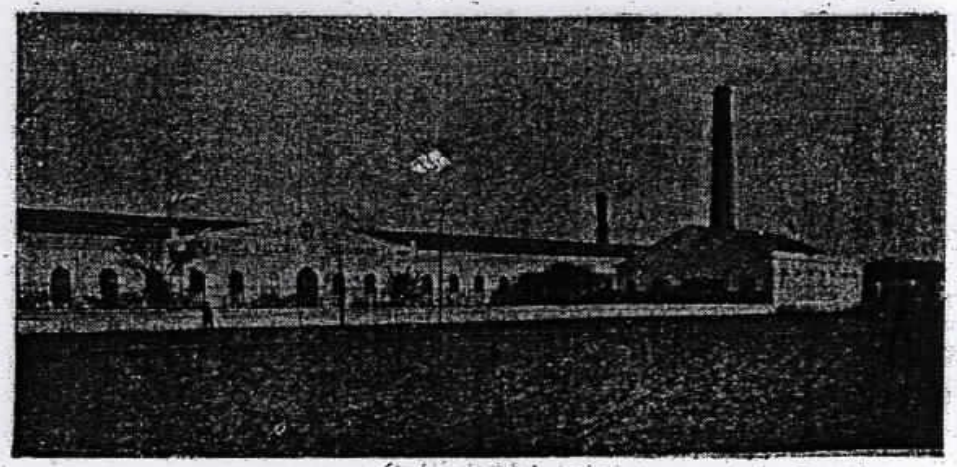


FIGURA 8: Foto retirada de uma propaganda da Companhia União Fabril do Guia Bemporat, da qual pode tratar-se da primeira fábrica localizada na Rua Almirante Barroso

Carlos Guilherme Rheingantz era natural de Pelotas (RS), filho de Jacob Rheingantz natural da Renânia (Alemanha) e de Maria Carolina Von Fella, nascida numa fragata dinamarquesa ao entrar na Barra do Rio Grande. Jacob Rheingantz é empregado da firma Ziegenbein, que se preparava para explorar o transporte marítimo entre Pelotas e Rio Grande.

Sendo assim, foi designado a vir para Pelotas como agente da firma nessa cidade e sonha com a idéia de colonizar a região, até então chamada "Serra de Tapes" – e consegue após vários anos de trabalho e de lutas. É o responsável pela fundação de São Lourenço, que é um importante e próspero município do Estado do Rio Grande do Sul.

Carlos Guilherme Rheingantz fora mandado estudar na Europa, como era costume com quase todos os filhos de grandes comerciantes e industriais, trazendo de lá experiência tecnológica e organizacional para seus negócios. Ao retornar para o Brasil, após percorrer vários países da Europa e terminar sua formação intelectual e cultural, dedica-se ao comércio em Pelotas. Em 1° de março de 1873, casa-se com Maria Francisca de Sá.

A sociedade com seu sogro Miguel Tito de Sá não obteve muita duração, e logo em seguida Carlos Guilherme Rheingantz assumiu o ativo e o passivo da fábrica, sendo que a mesma passou a denominar-se Fábrica Nacional de Tecidos de Lã de Rheingantz & Cia., nas mesmas instalações.

Em 31 de agosto de 1881, Carlos G. Rheingantz adquire em Pelotas a Fábrica de Chapéus Pelotense que sob nova administração desenvolve-se rapidamente. A 27 de outubro de

Secretaria da Cultura
Proc. nº 3770-1100/95-1
Fls. 111 Rub.

1883, recebe a Comenda da Ordem Rosa, por decreto Imperial devido ao seu trabalho pioneiro que promoveu o surgimento e a implantação da indústria da lã no Brasil.[47]

No Catálogo da Exposição de 1901 de Porto Alegre, obtém-se a informação de que a fábrica sofreu ampliações em 1876, e posteriormente de 1882 até 1899 teria tido outros sucessivos aumentos de capital e material. E em 1891 foi transformada em sociedade anônima quando sua firma toma o nome de União Fabril e Pastoril contando com um capital de 3500 contos de réis. A razão social sofreu modificação novamente em 8 de julho de 1895 para Companhia União Fabril.

Uma série de fatores converge para a concretização desta iniciativa, dentre eles a posição geográfica do município e o porto marítimo além, é claro, da imigração – como podemos verificar no Boletim Gaúcho de Geografia, de Copstein (1975), em "O trabalho estrangeiro no município do Rio Grande"[48]:

> O êxito dos empreendimentos das colônias urbanas é resultante da situação geográfica da cidade do Rio Grande. Os alemães formaram uma das mais importantes colônias no Rio Grande. Atividades de Alemães residentes em Rio Grande - 1874: atividade de comerciante de exportação/importação. Número de estabelecimentos: 18. No campo fabril, Rio Grande, até 1870 contava apenas com estabelecimentos artesanais. Sua importância era principalmente comercial. Coube à iniciativa de origem alemã alterar a base econômica citadina pela criação de indústrias que podem ser classificadas como modernas. Em 1873, sediava a primeira fábrica brasileira de fiação e tecelagem de lã. Foram Guilherme Rheingantz e Herman Vater, alemão, os criadores do que posteriormente se chamou União Fabril. O empreendimento ampliou-se para incluir uma tecelagem de algodão, englobar uma fábrica de chapéus. Em 1887 - trabalhavam 300 operários; destes, 180 brasileiros, 45 portugueses, 30 italianos, 18 alemães, oito norte-americanos e 8 de diversas procedências.

3.2 VIABILIDADE

As obras de dragagem do Porto do Rio Grande foram concluídas em 1866, e com isso são aterrados os terrenos pantanosos do leste da cidade, criando assim uma nova área de expansão urbana denominada "Cidade Nova". Em 1878 foram demarcados os alinhamentos e o arruamento da antiga Estrada da Mangueira, ex-Avenida Rheingantz e atual Avenida Presidente Vargas.

---

[47] Companhia União Fabril. *América Magazine*. Ed. Especial. São Paulo: Varta, 1959. p 3

[48] Copstein, R. O trabalho estrangeiro no município do Rio Grande. Série Geografia – nº 4, 1975. Boletim Gaúcho de Geografia / Associação dos Geógrafos Brasileiros – Núcleo de Porto Alegre.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2770-1100/95-1
Fls. 112 Rub.

FIGURA 9: Aerofotogramétrico da cidade do Rio Grande.

No ano de 1883 foi designada uma comissão técnica para que fosse realizado um estudo de desobstrução da barra do Rio Grande, e conseqüente aumento do calado, construindo-se assim o Porto Novo. O conjunto de todas essas obras de infra-estrutura e saneamento contribuiu de certa forma para a implantação da nova fábrica de tecidos de lã. Em 1884 foi inaugurado o trecho ferroviário Rio Grande-Pelotas-Bagé, ligando as três cidades mais importantes da zona sul do Estado pelo meio de transporte mais eficiente e econômico da época.

A empresa era pioneira na produção de tecidos e panos de lã. Os empregados cumpriam um horário regular de dez horas e meia por dia e, conforme necessário, aumentavam a jornada de trabalho. A nota que saiu no Jornal Echo do Sul, de sete de março de 1885, explicita a importância deste pioneirismo na produção industrial como também o atendimento aos funcionários com assistência social, casas para trabalhadores, escola, biblioteca, assistência médica, cooperativa de consumo, banda de música e esportes estimulados pela direção da fábrica, como podemos observar nesta transcrição:

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-11.00/95-1
Fls. 113 Rub.
PROC: 2778-11.00/95-1

Fabrica de Tecidos. Antes porem de tratarmos do novo edificio, trataremos da fabrica situada nas proximidades da cadêa e há annos funccionando activa e regularmente. A fabrica nacional de tecidos de lã é atualmente propriedade da Sociedade Commanditaria Rheingantz e C., do capital de 600:000$000, todo subscripto, e da qual é sócio gerente o laborioso rio-grandense o Sr. Commendador Carlos Guilherme Rheingantz. Queremos dizer que tendo sido a primeira que se estabeleceu no Império, a sua fundação significa a fundação da industria de lanifícios no Brazil. Alem da sua importância como estabelecimento industrial, na especialidade a que se dedica, tem a de animar a de creação de ovelhas, industria que está destinada a um grande futuro, se, a exemplo do Rio da Prata, os nossos proprietários ruraes quizerem romper com a rotina e melhor curar dos seus interesses, juntando à creação do gado vaccum a de ovelhas. Na exposição Brasileira-Alemã em Porto Alegre recebeu oito medalhas. A fabrica actual que é a de que tratamos, occupa presentemente 150 pessoas, não incluindo as costureiras que trabalham fora e as orphãs do Asylo, a quem a fabrica encarrega de torcer as franjas dos chalés. Pode-se então calcular o seu pessoal em 200 operários, todos nacionaes, à exceção apenas de cinco contra-mestres. Trabalha-se diariamente 10 horas, e, quando é necessário, mais algumas, porém com correspondente aumento de salário.

3.3 AUXÍLIO AOS FUNCIONÁRIOS

O auxílio educacional dado aos filhos dos funcionários no começo era periódico, e com o passar do tempo foi adquirindo proporções cada vez maiores até a construção de uma escola com um calendário escolar regular, como podemos constatar nesta citação de Guigou-Norro (1994), o aumento do número de alunos de um ano para outro:

Nesta época, a empresa contava com uma atividade de ensino que era denominada de "aula" e funcionava aos domingos para dar instrução a 25 meninos que trabalhavam no estabelecimento, premiando aqueles que mais se destacassem e atingissem resultados satisfatórios. Já em 1884, o número destes alunos eleva-se a 31. Um ano depois este número era de 40 alunos divididos em duas turmas que revezavam as atividades de serviço da fábrica com as atividades escolares.

3.4 AMPLIAÇÕES

A iniciativa da construção de uma nova fábrica de Tecidos de Lã é compreendida pelo período dos anos de 1883 a 1885, na qual seria transladada a fábrica de tecidos de lã, e o antigo prédio seria reciclado para a produção de tecidos de algodão. Os motivos pelos quais esta iniciativa fora concretizada são: mercado consumidor que justificava a expansão da empresa e a execução de obras e serviços de infra-estrutura urbana. De acordo com Copstein (1975), tanto a

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2776-1100/95-1
Fls. 114 (114) Rub.

Fábrica de Charutos Poock e a nova Fábrica de Tecidos de Lã da Rheingantz foram as responsáveis pela expansão da Cidade Nova, como notamos nesta citação:

> (...) Independente da importância intrínseca, as grandes fábricas referidas tiveram papel saliente na vida urbana. Elas explicam a expansão da cidade em direção à chamada "Cidade Nova". A fábrica de tecidos modelou inclusive a Rua Rheingantz que reproduz exemplo de influência germânica na arquitetura citadina. A indústria têxtil conjugou a situação geográfica com tarifas aduaneiras vantajosas.

Os Relatórios anuais da empresa são um instrumento importante para, assim, poder-se reconstruir a trajetória da fábrica e ao seu crescimento tanto de capital como patrimonial. No Relatório do ano social de 1884 (1/09/1883 a 31/08/1884)[49], a empresa já tinha a denominação de Sociedade Comanditária em Ações Rheingantz & Cia., e no mesmo vem uma descrição da compra na Inglaterra da cobertura e estrutura de ferro da nova fábrica, o motor, a transmissão e caldeira e os demais maquinismos necessários e o maquinário para a fábrica de tecidos de algodões.

Além disso, o referido Relatório comunica que as obras evoluíram normalmente e que estavam a cargo do mestre Antônio dos Santos Lisboa, servindo como fiscal o Sr. Augusto Landgraf (22/08/1840 - 20/12/1906) autor do projeto da portada da Alfândega do Rio Grande. A conveniência de edificar casas para operários nos arredores da fábrica vem citada textualmente neste mesmo Relatório, que diz:

> Julgo de bom conselho, irmos refletindo sobre a construção de maior número de casas, desta vez – menores e mais simples – para acomodação de nossos operários de menor ordenado. Penso que deveríamos, oportunamente, empregar mais Rs. 10:000$000 em semelhante obra, da qual só há vantagens a esperar, não só como fonte de receita, como também pela conveniência de habitarem os operários nas circunvizinhanças da fábrica. (Oliveira, 1995)

[49] Retirado da transcrição feita por Carlos Alberto de Oliveira na Dissertação de Mestrado da Unesp.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 115 Rub.

Já no Relatório do ano subseqüente[50], 1885, obtemos uma descrição maior dos prédios que foram construídos e que ocupavam uma área sem galpões de 4.555 m² e eram divididos em: oficina principal com 3.400 m², edifício do motor e caldeiras com 315 m², edifício para lavagem de lã com 135 m² e a tinturaria, que já existia com 705 m².

Em fevereiro de 1885 ficou pronta a construção do novo edifício e a inauguração foi honrada pela presença de S.S.A.A. Imperiais, como foi descrito no jornal local Echo do Sul, datado de sete de março de 1885:

> O crescente desenvolvimento que tomou este estabelecimento aconselhou os Srs. Rheingantz e C. a mudarem sua fábrica de tecidos de lã para o grande terreno onde se acha a tinturaria e onde foi construído o vasto edifício, cujas obras foram inauguradas no dia primeiro corrente com a assistência de Suas Altezas Imperiais. É a prova de fogo. A coberta é de ferro e vidro, com grande numero de ventiladores, e as portas e janelas todas de ferro. Ocupa o principal edifício uma área de 3300 metros quadrados, não incluindo a grande casa do novo motor, inaugurada no dia primeiro do corrente e a que se deu o nome de Grão Pará. Este motor é de força de 150 cavalos. O edifício tem 35 janelas de frente, outras tantas de fundo e 8 de lado. Logo que estiver concluída a mudança do machinismo da antiga fabrica e augmentando com os novos aparelhos encommendados, será montada no antigo edifício uma fabrica de fiação e tecelagem de algodão. Os machinismos são dos conhecidos fabricantes Platt e Brothers, de Oldham. Em junho próximo devem as duas fabricas funcionarem com regularidade, empregando cerca de 400 operarios.

A Fábrica de Algodões Rio-Grandense iria funcionar no outro edifício já existente e que servia antes para a fábrica de lãs, neste foram feitas obras de restauração e as novas máquinas de fiação e tecelagem de algodão foram compradas da fábrica de Platt Brothers & C., Limited, de Oldham. E neste mesmo ano o Relatório da Sociedade Commanditaria Rheingantz & C. informa que se realizou a construção de habitações para operários conforme a resolução votada pela assembléia do ano anterior, bem como a colocação de fogões e passadiços para as cozinhas e outro aumentos nas casas dos mestres.

As casas dos operários passariam a render lucros para a empresa, que cobrava aluguéis a preços módicos. No dia 3 de janeiro de 1886, a Câmara resolve dar o nome de Rua Rheingantz à antiga Estrada da Mangueira, que depois da construção dos bondes ficou conhecida como "Linha do Parque". E nascia assim a Avenida Rheingantz, tendo de um lado as casas destinadas aos funcionários de maior graduação, mais bem equipadas e isoladas no lote em sua grande maioria, e, de outro, as mais modestas, para operários de menor ordenado.

---

[50] Relatório da Sociedade Commanditaria em Acções Rheingantz & C. apresentado à Assembléa Geral. Rio Grande, Typ. da Livraria Evangélica, 1885.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2770-1100/85-1
Fls. 116 Rub.

FIGURA 10: Imagem das casas construídas para os operários

FIGURA 11: Vista geral da avenida, com as casas de mestres e operários

A empresa deu continuidade ao longo dos anos e durante toda República Velha à sua política habitacional, constituindo assim uma Vila Operária com casas enfileiradas, casas isoladas para mestres, casas para técnicos, um Grupo Escolar, Jardim de Infância, Cassino dos Mestres, Ambulatório Médico e Armazém Cooperativo. Entretanto, no decorrer da década de 1920, em função das dificuldades da empresa, houve uma paralisação na construção e nos reparos das moradias.

Destaca-se também a fundação da sua terceira fábrica, em 1891, produtora de aniagens; e a compra de um terreno, em 1895, na cidade do Rio de Janeiro, para a instalação subsidiária da Fábrica de Tecidos de Algodão. Em 1904, *o* Comendador Rheingantz toma uma iniciativa

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2770-1100/95-1
Fls. 117 Rub.

pioneira, instalando a primeira fiação penteada do país, o que possibilitou a fabricação de tecidos finos, casimiras, etc.

Podemos constatar isso no Relatório de 1891[51], na qual a aula mantida pela empresa tem 83 alunos matriculados, 51 casas para operários e o armazém cooperativo da fábrica de lãs, prédios estes comprados ao London & Brazilian Bank juntos à fábrica de aniagens e grandes consertos em quatro casas na frente, seis quartos ao lado, quatro moradas ao fundo e um terreno de frente à Praça da Cadeia. O fornecimento de habitações alugadas para os operários perdurou até 1968, quando decretada a falência da empresa.

Um dos fatores que mais influenciou na decisão da escolha da implantação da nova fábrica na Linha Nova é o fato da proximidade da Estação Ferroviária Central de Rio Grande com a Companhia União Fabril. A facilidade com que o carvão seria entregue na fábrica, materiais de construção, matéria-prima e até o escoamento da produção da empresa favorecia esta opção não casual do novo lugar de implantação da empresa que era totalmente afastada do centro, e sendo necessária a construção de casas para os funcionários, pois o transporte era muito precário naquela época.

Através de uma entrevista com o Sr. Hilson Magalhães de Souza, ex-funcionário da C.U.F, percebemos a confirmação deste fator como decisão de projeto[52]:

> (...) E, quando entrei, em 1953, aqui, na fábrica, tudo que vinha pra fábrica vinha por trem. Não existia o caminhão, eles que entravam aqui, e carros pesados. Tudo era... a matéria-prima, tudo para construção, tudo o material, tudo vinha, tudo por trem. (...) os vagões permaneciam aqui, até que fosse descarregado aquela carga (...)

Após a construção das "Casas da Fábrica" a partir de 1884, as demais construções de semelhante tipologia foram edificadas entre 1903 e 1922, as quais foram intituladas "Vila Operária". A localização deste novo conjunto de habitações dá-se pela Avenida Presidente Vargas (ex-Avenida Rheingantz), Rua América, Rua 1° de Maio e Rua Barlém (ex-Rua Brasil). A ampliação das moradias operárias deu-se na virada do século quando foram construídos os outros prédios, como o Cassino dos Mestres, O Grupo Escolar, o Jardim de Infância e seis casas para mestres e mais seis para operários.

---

[51] Relatório da Sociedade Commanditaria em Acções Rheingantz & C. apresentado à Assembléa Geral. Rio Grande, Typ. da Livraria Evangélica, 1891

[52] Guigou-Norro, J.A. Citação transcrita da entrevista gravada em Rio Grande/RS, 22/10/93, p. 81

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-11.00/95-1
Fls: 110 Rub.

Os investimentos nos arredores da fábrica em termos de habitação eram contínuos, como percebemos neste trecho[53]:

> Consta no Relatório de 1907, da Companhia União Fabril, a aquisição de 5 casas à rua 24 de Maio, fundos à rua Moron, as que foram destinadas para moradia de contramestres. Nos anos subseqüentes a compra de outras propriedades se sucede com uma particularidade, todas elas se localizam próximas aos estabelecimentos da empresa sobre a então rua Rheingantz: nºs 07, 09, 11, 13, 15, 17, 21 – em 1920; nº 51- em 1921; nºs 23, 27, 35, 37, 39 em 1927.

Além do pioneirismo existe mais uma curiosidade, que era o treinamento dos funcionários que participavam de uma espécie de corpo de bombeiros. A função de bombeiro era desempenhada pelos funcionários que moravam nas casas da fábrica (excetuando mestres e contramestres) que ao assinar o contrato de locação assinava também um termo de compromisso de dar assistência em caso de incêndio e participar dos treinamentos.

A busca por novas atualizações tecnológicas, principalmente na Europa, era uma constante na administração da empresa e do próprio Carlos Guilherme Rheingantz, como noticia um Relatório de 1897[54]:

> Continua ausente este nosso estimado colega Sr. Commendador Carlos G. Rheingantz, que sabemos estar em viagem (...). Este nosso collega, durante sua estada na Europa, foi incansável em procurar conhecer de melhoramentos introduzidos em fabricas como as nossas, e prestou a esta Empresa valiosos e gratuitos serviços de subida importância. (...)

O fundador Carlos Guilherme Rheingantz faleceu na Capital Federal em 1909, conforme foi noticiado no jornal da cidade "Echo do Sul". Os funcionários e técnicos fizeram homenagens e noticiaram suas condolências no referido jornal.

No ano de 1923 a Companhia União Fabril completou 50 anos de sua fundação com uma festa íntima entre o pessoal da fábrica e com um quadro presenteado pelos funcionários, onde aparecia a antiga fábrica de 1873 e a de 1923, e no alto o retrato do Comendador Carlos Rheingantz, como se pode constatar na notícia do Jornal Echo do Sul de 31 de dezembro de 1923:

---

[53] Guigou-Norro, J.A. *A Vila Operária na República Velha*: o caso Rheingantz. Porto Alegre: UFRGS, 1994. p. 77 (Dissertação de Mestrado – Faculdade de Arquitetura, Orientador: Günther Weimer).

[54] Relatório da Sociedade Commanditaria em Acções Rheingantz & C. apresentado à Assembléa Geral. Rio Grande, Typ. da Livraria Evangélica, 1897.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-11.00/95-1
Fls. 119 Rub.

Completa, hoje, 50 annos de sua fundação essa importante fabrica, que tanta honra faz a industria brasileira (...) Na vitrina da Photographia Giovaninni, tem estado exposto um rico quadro allusivo ao anniversario da União Fabril e que os operários daquelle estabelecimento offerecerão á Companhia, em signal de regosijo pela data de hoje. (...) Esse quadro tem sido muito admirado.

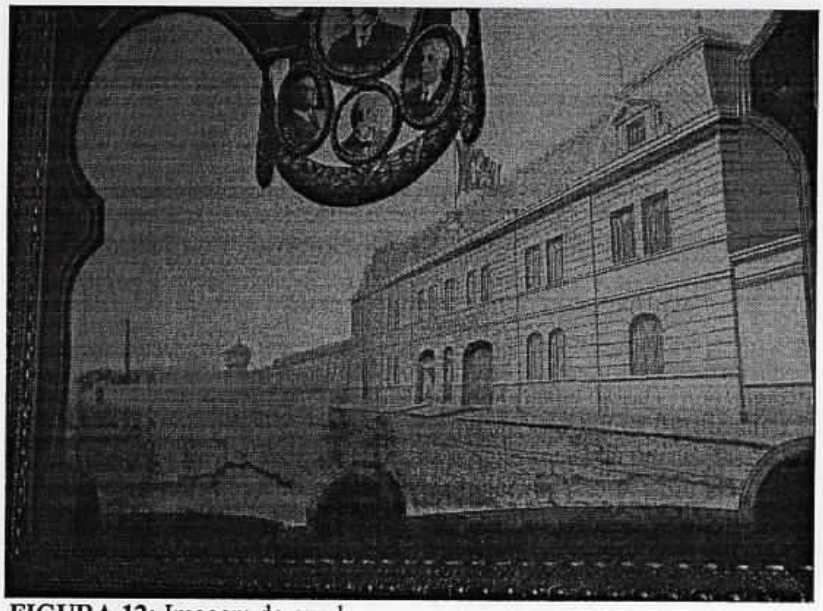


FIGURA 12: Imagem do quadro

A fábrica dispunha de atividades sociais e o Clube União Fabril, que possuía um refeitório que servia cerca de 600 refeições diárias. Além disto promovia uma revista, denominada América Magazine, na qual no exemplar de edição especial, em 1959, podemos ter um panorama da empresa naquela época além de uma descrição detalhada das instalações da indústria:

Os edifícios e escritórios da Companhia União Fabril situam-se, desde a fundação, na Avenida Rheingantz número 201, na cidade do Rio Grande. As oficinas estão instaladas em pavilhões isolados, paralelas uns aos outros, bem arejados, sendo que os de construção mais recentes dispõem de cobertura "shed" com condições ótimas de iluminação natural. Além de ambiente condicionado, com calor e umidade controladas, por motivos técnicos impostos pela natureza do trabalho, as salas, onde o serviço não exige contínua movimentação dos operários, dispõem de sistema de calefação.

A propriedade da Companhia possui 155.000m" de superfície medindo 45.000m" a área coberta. O acesso à fábrica dá-se pelo portão central, situado em baixo e ao lado dos escritórios, por onde entra a matéria-prima em caminhões e saem os produtos acabados, depois de cuidadosamente elaborados por um conjunto de operários que, juntamente com os empregados administrativos, soma 1200 pessoas e que operam num parque de máquinas entre as quais se encontram as da mais moderna fabricação. O conjunto de fotografias que ilustra esta reportagem dá uma idéia da mais antiga indústria de lã do Brasil, hoje equipada com instalações técnicas das mais modernas.

PROC: 2778-11.00/95.1
Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-11.00/95.1
Fls. 120 Rub.

A mão-de-obra da fábrica era constituída por 2/3 de mulheres e 1/3 de homens. As mulheres trabalhavam na produção e os homens na manutenção. A fábrica possuía uma produção de abrangência regional, nacional e de exportação, para os Estados Unidos e Europa. Ela fazia o fornecimento de capas e cobertores para o Exército Nacional, atingindo seu auge de produção na época da Primeira Guerra Mundial, com intenso fornecimento. Para isso, chegaram a trabalhar 2000 pessoas na fábrica. Nesta época a Fábrica já assumia a denominação Companhia União Fabril.[55]

A falência da Companhia deu-se pela concorrência de confecções e magazines que importavam lãs e produtos do Uruguai com preços menores no mercado. Este fato foi por volta de 1968, quando a fábrica foi comprada pela firma João Abdala & Cia., de São Paulo. Em 1970 a fábrica foi comprada por um grupo de Pelotas, da família Loréa, adquirindo o nome de Companhia Inca Têxtil com 81% das ações – e 19% pertencem aos operários como forma de indenização pela falência e desemprego em massa. Entretanto, o Grupo Loréa tenta manter a produção e o funcionamento, mas com grandes dificuldades, devido à crise e à concorrência com o produto uruguaio. Da década de 1970 para cá a fábrica de lã esteve parada e hoje se encontra sem nenhuma produção, com poucos funcionários designados para manutenção.

FIGURA 13: Vista geral da fábrica

[55] Informações retiradas do Seminário de Diplomação de Vanessa S. Baldoni para o Projeto Final de Graduação orientado pela Profa. Ana Lúcia Costa de Oliveira. Pelotas, 2000.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 121 Rub.

4. A INDIVIDUALIZAÇÃO DO ESPAÇO

A importação de modelos só pode se interagir no estudo da vila em si com as condições sócio-econômicas e políticas da época. Como vimos, na República a vida urbana da cidade adquire uma maior importância e um desenvolvimento substancial. A influência do porto na vida econômica da cidade do Rio Grande sempre foi marcante, bem como as facilidades para importação de materiais e inovações tecnológicas – como foi visto anteriormente que a cobertura de ferro da fábrica foi mandada vir da Inglaterra.

Os momentos de fartura com o comércio e com a indústria principalmente em fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, correspondem às fases de prosperidade e euforia local.

Em termos de produção arquitetônica a configuração da cidade, principalmente na parte central, ou seja, área nobre da cidade, destacam-se edificações com uso de ático, todas construídas no alinhamento (mantendo ainda uma característica colonial de relação com o lote urbano), uso de frontões, compoteiras, edificações assobradadas com tendência à horizontalidade pelo uso de cornijas, pilastras, janelas de arco pleno e uma série de elementos decorativos nas fachadas.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 122 Rub.
PROC: 2778-11.00/95-1

FIGURA 14: Sociedade Italiana Mutua Cooperazione

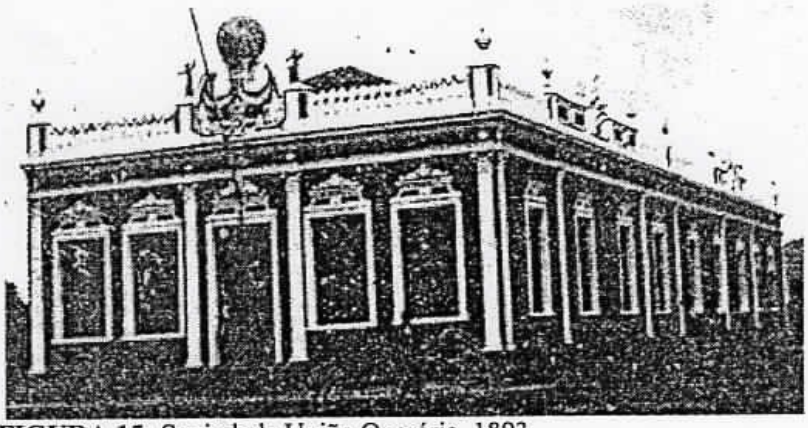


FIGURA 15: Sociedade União Operária, 1893

FIGURA 16: Associação Clube do Comércio

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/951
Fls. 123 Rub.

FIGURA 17: Banco da Província

FIGURA 18: Loja Maçônica União Constante

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95.1
Fls. 124 Rub.

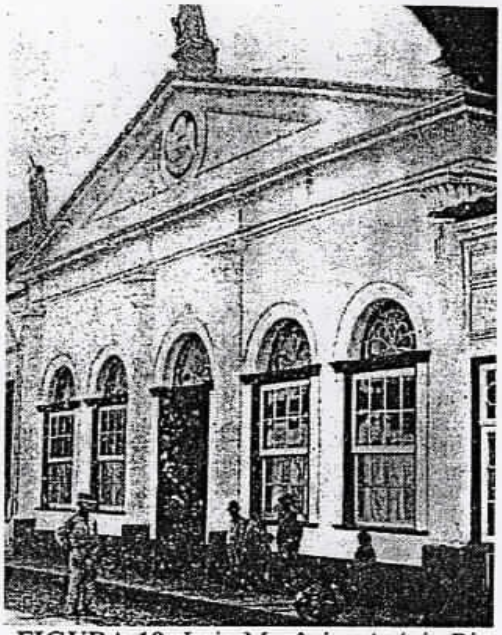


FIGURA 19: Loja Maçônica Acácia Rio-Grandense

FIGURA 20: Associação Santa Casa de Caridade

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2770-1100/95-1
Fls. 125 Rub.

FIGURA 21: Prefeitura Municipal do Rio Grande

FIGURA 22: Secretarias Municipais do Rio Grande

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-11.00/95-1
Fls. 126 Rub.

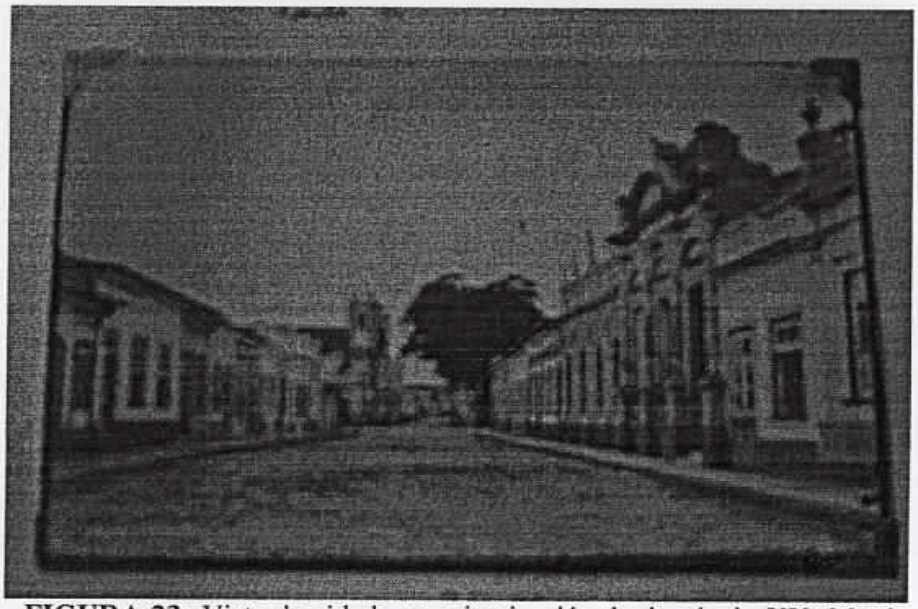


FIGURA 23: Vista da cidade na primeira década do século XX- Matriz (hoje Catedral de São Pedro) ao fundo.

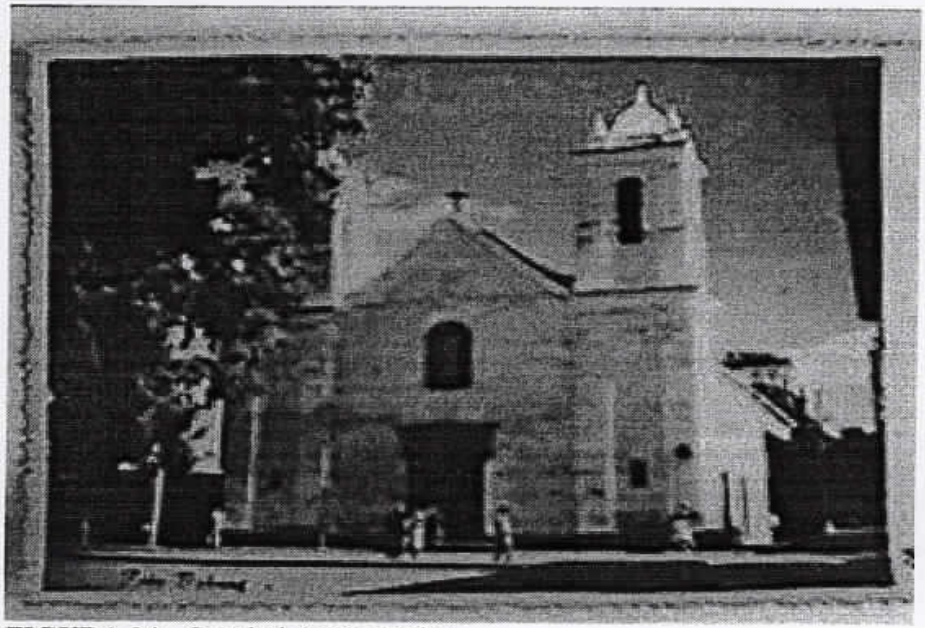


FIGURA 24: Catedral de São Pedro

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95.1
Fls. 127 Rub.

FIGURA 25: Exemplo de tipologia de quadra e construções do início do século XX

FIGURA 26: Exemplo de tipologia de quadra e construções do início do século XX

Em 1900 a população do Município eleva-se a 24.653 habitantes. O crescimento demográfico do Rio Grande correspondia ao econômico, sendo que no início do século, a cidade contava com 4.199 prédios no perímetro urbano. Este século trouxe uma série de benefícios à cidade com a chegada consecutiva dos grandes e importantes descobrimentos técnicos e científicos.

As modificações no aspecto da cidade não foram recebidas sem uma certa melancolia, aliada à grande satisfação de progredir. Em 1905, havia em Rio Grande 1092 casas comerciais, exportando para a Europa e América do Norte, e importando dos mesmos. É nessa época que uma violenta epidemia de varíola atinge a cidade, vitimando várias pessoas.

No ano de 1908, o Jornal "Times", previa que o porto do Rio Grande tornar-se-ia um dos mais importantes da América do Sul. É ainda neste ano, inaugurada a usina elétrica, dando luz e força à cidade.

Em 1912 a população do município era de aproximadamente 45000 habitantes, dos quais cerca de 35000 na cidade, ou seja, uma população rural escassa e uma urbana de alta

PROC: 2778-11.00/95.1
Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 128 Rub.

concentração. Nesse ano a cidade já estava servida por uma companhia de bondes elétricos, e o mesmo já contava com um total de 7500 prédios, dos quais 5700 na cidade.

FIGURA 27: Vista das docas e do mercado público

O Instituto do Patrimônio Histórico Estadual – IPHAE, fez uma linha de preservação do centro histórico da cidade, sendo o mesmo tombado como representado na figura:

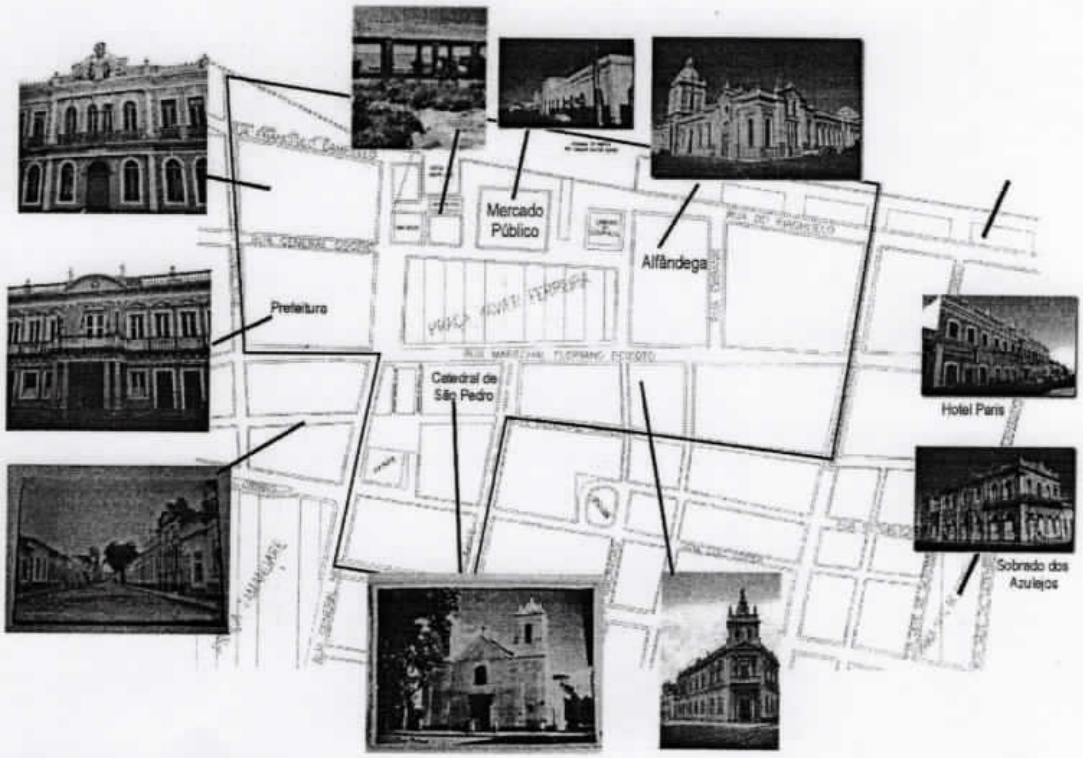


FIGURA 28: Linha do IPHAE.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 129 Rub.

FIGURA 29: Rua Marechal Floriano Peixoto

FIGURA 30: Rua Marechal Floriano Peixoto

FIGURA 31: Rua Marechal Floriano Peixoto

PROC: 2778-11.00/95.1

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-11.00/95.1
Fls. 130 Rub.

FIGURA 32: Praça Xavier Ferreira, Rua marechal Floriano Peixoto

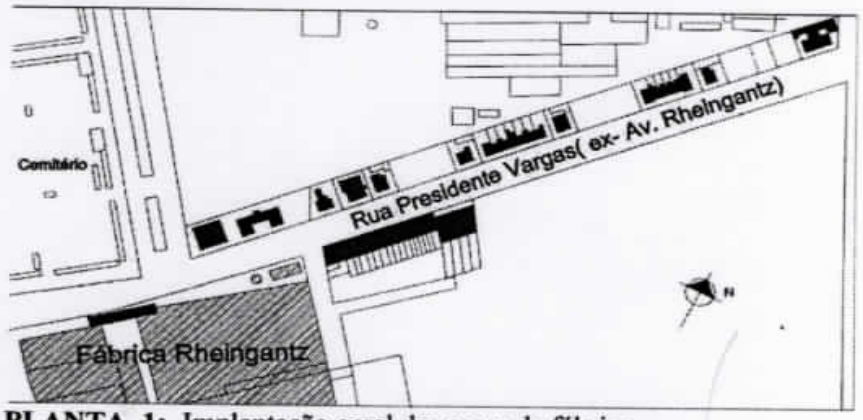
FIGURA 33: Sobrado dos Azulejos

FIGURA 34: Docas do Mercado, e Biblioteca Rio-Grandense

PROC: 2778 - 11.00 / 95.1

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-11.00/95.1
Fls. 131 Rub.

4.1 IMAGENS DOS PARTIDOS FORMAIS DA VILA OPERÁRIA E CASA DOS MESTRES



PLANTA 1: Implantação geral das casas da fábrica

A construção de moradias baratas a partir de 1884 denominadas de "Casas da Fábrica", cuja finalidade principal, dada à carência de um transporte municipal até a fábrica, proporcionava de forma menos onerosa possível um alojamento para os funcionários dentro da distância a pé da indústria. No Relatório de 1888 há uma nota de que seria dado 10% de amortização no aluguel das casas, favorecendo assim os operários, mas em contrapartida haveria a condição de estarem obrigados a acudir qualquer incêndio na Fábrica. No mesmo Relatório explicita a necessidade da construção de mais 20 casas, não contando algumas maiores para mestres, as quais seriam urgentes devido à necessidade de acomodação do pessoal da fábrica de algodões.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-11.00/95-1
Fls. 132 Rub.

FIGURA 35: Casas dos operários na avenida principal (ex-Rua Rheingantz, atual Av. Presidente Vargas).

Fabrica Rheingantz — Fundada em 1874

FIGURA 36: Foto antiga da Vila Operária

FIGURA 37: Tipologia de casa de operário com recuo frontal

PROC: 2778-11.00/95.1
Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-11.00/95.1
Fls. 133 (133) Rub.

FIGURA 38: Detalhe de Casa em Fita dos Operários

A nova implantação da fábrica para essa parte, zona de expansão urbana da cidade, promoveu este novo assentamento habitacional com casas simples. O contexto patriarcal que a fábrica ocasionou instalando tais trabalhadores, mantém-se até os dias de hoje. Os moradores não investem e não fazem modificações relevantes, o processo de manutenção e reparo das casas sempre foi feito pela fábrica.

A individualização do espaço é feita com o uso de cores distintas na pintura das fachadas e troca de materiais de revestimento internos, principalmente pisos, mas muitas casas ainda mantém o piso de cimento. As esquadrias internas e subdivisão em planta não foram modificadas em sua maioria. Atualmente estão sendo trocadas as janelas tipo guilhotina de caixilho de madeira das fachadas por janelas de ferro devido ao efeito da ação do tempo.

Algumas casas não estão fazendo manutenção pelo problema judicial em que se encontram as residências. Por isso, alguns moradores não estão permitindo a entrada e dificultando as informações para os dados das fichas a respeito de revestimentos internos.

Alguns moradores fizeram permuta do ressarcimento de contrato de quando foram despedidos tornando-se assim proprietários das casas. Neste caso, as casas possuem uma boa manutenção ou foram reformadas. A maioria mantém o mesmo uso dos espaços para os quais foram planejados, excetuando algumas que abriram bares e armazéns na sala de entrada.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-11.00/95-1
Fls. 134 (134) Rub.

O Relatório do ano de 1889 vem com a relação dos gastos com a construção das 20 moradias e o calçamento da rua interna que se fez necessário. Os anos que mais apresentam nos relatórios um expressivo número de construções de casas são de 1885 a 1889 e de 1900 a 1913[56].

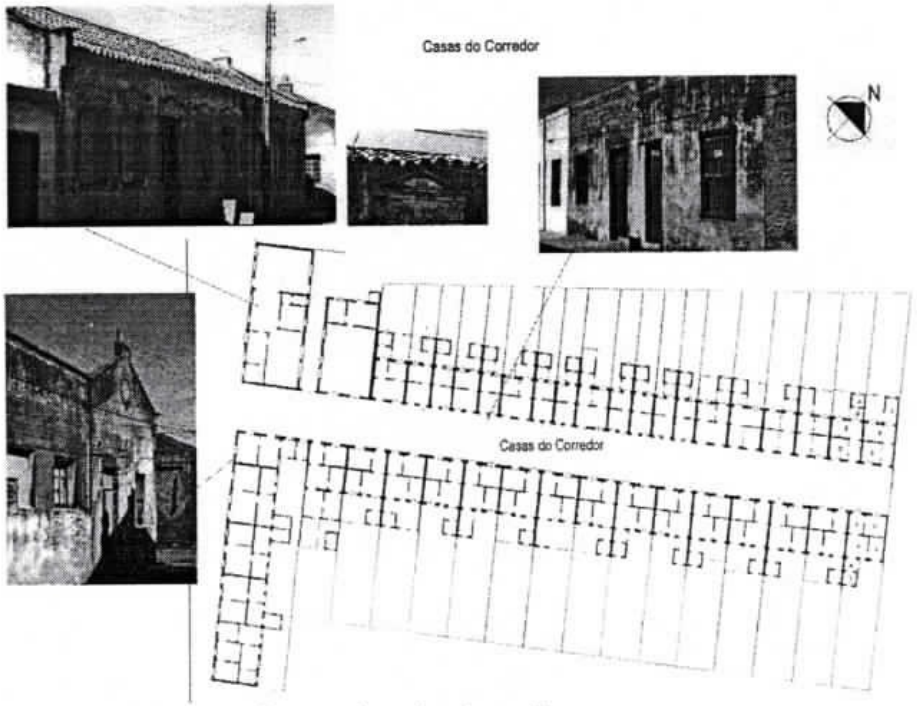


FIGURA 39: Casas do corredor – implantação

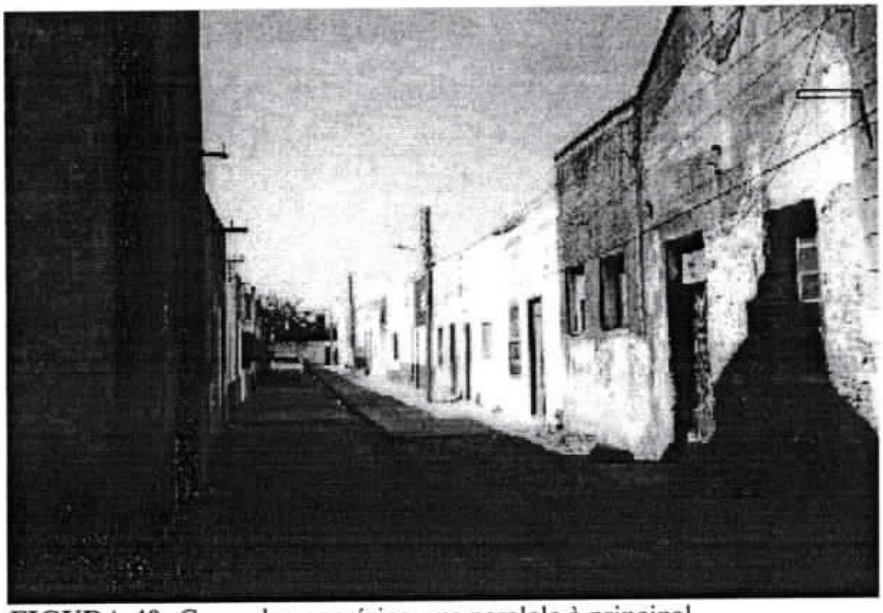


FIGURA 40: Casas dos operários, rua paralela à principal

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 135 Rub.

FIGURA 41: Tipologia destas casas

Nota-se uma semelhança formal entre o ambulatório médico (construído em 1886) e o Armazém Cooperativo – construído em 1891, a pedido dos operários para satisfazer assim o maior movimento da Cooperativa. As casas do corredor possuem uma inscrição na fachada do ano de construção de 1887, e são todas despojadas de ornamentação e de tipologia de casas de porta e janela. Na análise dos modelos internacionais que será feita posteriormente, este conjunto de habitações entrará devido ao estudo se restringir à Rua Presidente Vargas (ex-Rheingantz).

FIGURA 42: Ambulatório médico (1886)

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/951
Fls. 136 Rub.

FIGURA 43: Datação no frontão triangular da fachada

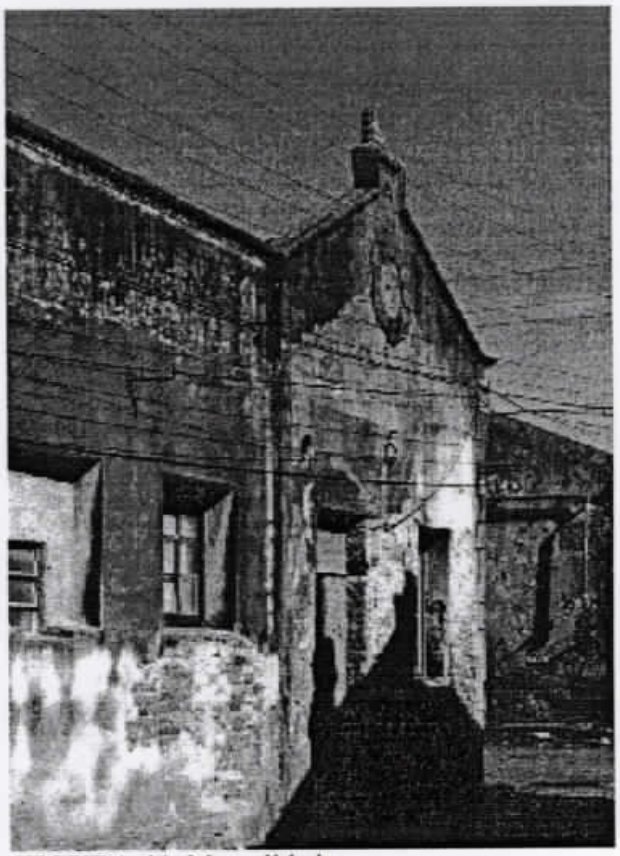


FIGURA 44: Mutualidade

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/951
Fls. 137 (137) Rub.

A empresa adquiriu um terreno que provavelmente seja onde estão construídas as casas de mestres, a escola, o cassino e as demais habitações, conforme consta no Relatório de 1891[57]:

> Figura, outrossim, na conta de propriedades, um terreno sito entre o Cemitério e a propriedade da Companhia Hydraulica, o qual aforamos da Câmara Municipal mediante o donativo de Rs. 500$000 para melhoramentos municipaes.

Num primeiro momento foram construídas 14 casas na Rua Rheingantz, conforme consta no relatório anual da fábrica de 1903. O citado relatório[58] descreve:

> A Directoria levou a effeito a construção de 14 lances de casas no terreno que possuimos a rua Rheingantz além do cemitério (...) e adquiriu 2 lances na quadra da fabrica de aniagens(..)

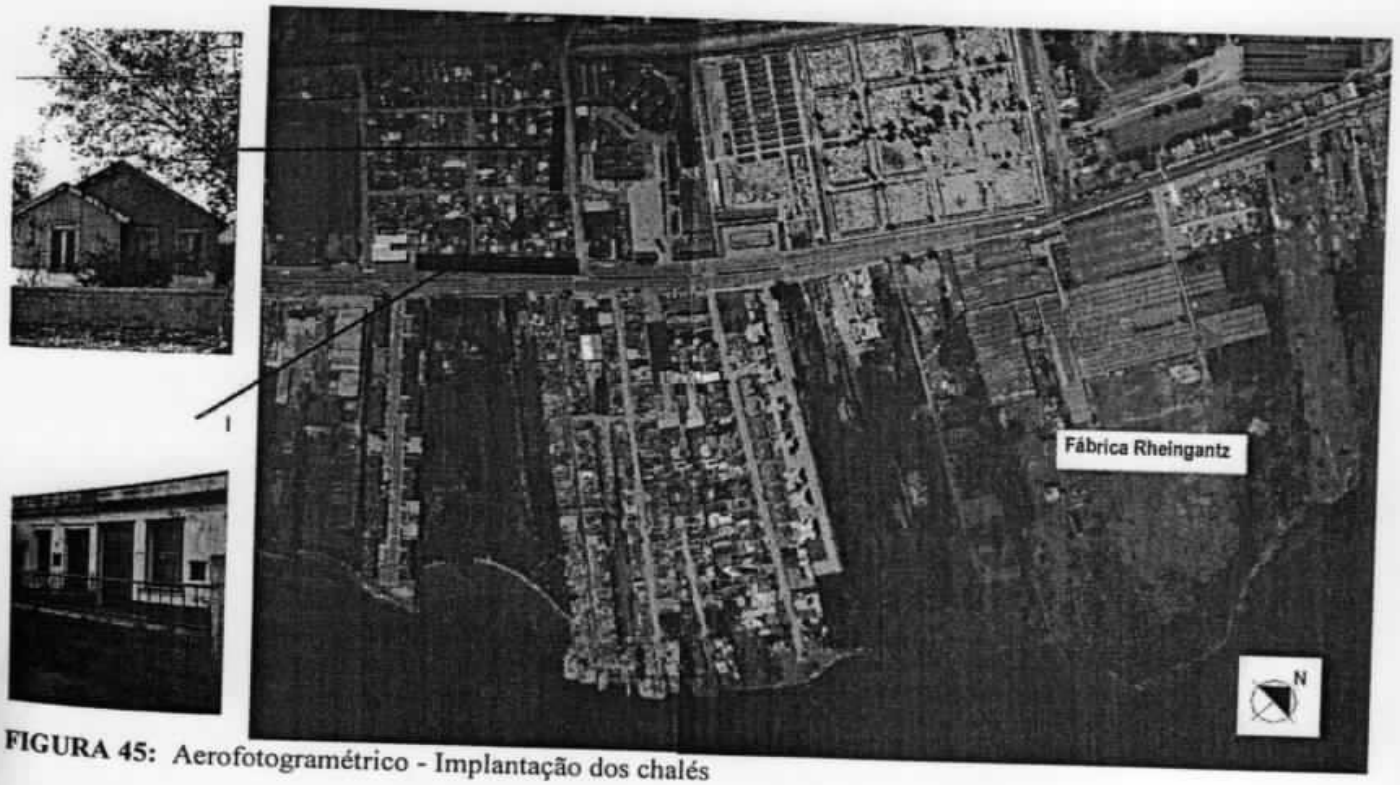


FIGURA 45: Aerofotogramétrico - Implantação dos chalés

[57] Relatórios da Fábrica. Relatorios da Directoria da Companhia União Fabril Succesora de Rheingantz & Cia. Anno Social 1/09/1891 a 31/08/1892. p.5

[58] Relatório da Cia. União Fabril, Sucessora de Rheingantz e Cia. p. 5 - 1/9/02 a 31/8/03-

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-11.00/95-1
Fls. 138 (138) Rub.

No Relatório de 1901[59] vem a descrição de quatro casas construídas para mestres:

> Propriedades. Tendo baixado o preço do material de construção e tornando-se cada vez mais urgente darmos melhores acomodações aos mestres de nossas fabricas, e de accôrdo com resoluções anteriores, fizemos construir 4 lanças de casas para habitação dos referidos mestres.

As casas possuem datação na fachada e atualmente parte delas foi demolida. O uso de ambas é residencial e não há uma descaracterização, não foi possível entrar nas referidas casas.

FIGURA 46: Casas de 1900

FIGURA 47: parte das casas demolidas.

[59] Relatório da Cia. União Fabril, Sucessora de Rheingantz e Cia. p. 8- Rel 1/9/00 a 31/08/01

Secretaria da Cultura
Proc. nº 3778-1100/85-1
Fls. 139 Rub.

As quatro casas com recuo, na Rua Presidente Vargas (ex-Rheingantz) de número 131 a 137, fogem do alinhamento das restantes e, com certeza, foram construídas posteriormente. As casas estão de acordo com o código de posturas de 1904[60]:

> 6° artigo- XV- Os prédios que não tiverem que seguir o alinhamento da rua, deverão ser afastados, pelo menos 4m. Sempre que o terreno o permitir, a juizo da Intendência, e terão de pe direito mínimo 3m sendo a esquadria relativa a essa altura.

FIGURA 48: Casas para operários com recuo

FIGURA 49: Vista das primeiras casas construídas nesta nova área em 1904

[60] Novo Código de Posturas do município do Rio Grande. Decreto n.29 de 14 de julho de 1903. Promulgado pelo Capitão Carlos Augusto Ferreira de Assumpção. Rio Grande: Typ. do Diário do Rio Grande, 1903. p. 7

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 140 Rub.

chale
mod

FIGURA 50: Tipologia da casa operária destas novas construções

Em 1924, no mesmo terreno houve a montagem dos chalés de madeira trazidos de Uruguaiana (RS) e, por fim, com o re-parcelamento da gleba para fins de comercialização do terreno, em 1957. Os chalés de madeira provêm da aquisição pela companhia de uma outra empresa do mesmo ramo na cidade de Uruguaiana. Mas, apesar de todo esse empreendimento após 15 meses, no sentido de racionalizar custos, a filial foi desativada transladando, assim, os funcionários para Rio Grande. Quanto às habitações operárias (chalés), conforme informação através de ex-funcionários, as habitações teriam sido desmontadas, transportadas e reerguidas em Rio Grande, conforme relatório de 1924[61]:

> **Habitações para Operários.**Foram feitos nas existentes os reparos necessários, tendo-se concluído a construcção da casa iniciada no periodo social p. passado e encetado a reconstrução dos chalets transportados de Uruguayana, dos quaes já estão promptos 11.

Não se pode afirmar que os 53 chalés vieram de Uruguaiana, porém há uma classificação de cinco variantes tipológicas e se ignora se as plantas que existiam eram originais ou resultado de um levantamento do patrimônio da fábrica[62]. Vários funcionários com suas famílias se mudaram de Rio Grande (RS) para a nova filial em Uruguaiana (RS) e usaram estes

[61] Relatório da Cia. União Fabril, Sucessora de Rheingantz e Cia. p.4 Rel. 1/9/23 a 31/8/24-
[62] Informação retirada da dissertação de Mestrado de Guigou–Norro, p. 133 e 134.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95.1
Fls. 141 (141) Rub.

chalés como moradia operária. Os chalés e os 14 lances de casas não entram na comparação com modelos internacionais que será feita no próximo capítulo.

FIGURA 51: Chalés trazidos de Uruguaiana (RS)

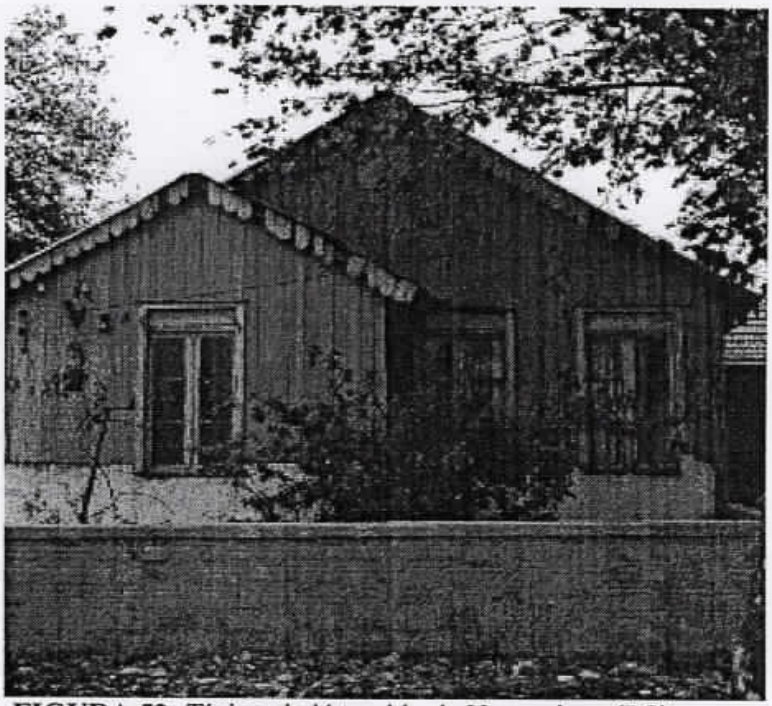


FIGURA 52: Típico chalé trazido de Uruguaiana (RS)

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 142 Rub.

Escritório Central:

No Relatório de 1909[1] destaca-se uma nota da Diretoria da Fábrica Rheingantz na qual demonstrava o interesse de reunir todos os serviços administrativos em um só edifício. O novo prédio, denominado de Escritório Central, tinha por função a entrada e saída dos caminhões com a produção e a matéria-prima, local de pagamentos e escritórios do Diretor e da Gerência, como observamos a seguir:

> Novo escriptorio Central. Havendo grande conveniência em reunir todos os serviços desta Companhia, a fim de ficarem debaixo de mais immediata fiscalização desta Directoria e gerencia, resolvemos conjunctamente com o conselho Fiscal, a construção do edificio para o escriptorio geral desta Companhia no próprio local de nossas fabricas. Esta construção foi orçada em Rs. 46:000$000.

Na falta da planta original deste edifício que é de uma sofisticação para as construções da época, com uma cobertura de telhado em mansarda[2], foi necessário recorrer aos Relatórios da Fábrica e aos jornais da época. Isto para que se pudesse ter uma data próxima de começo e término da construção, bem como o lançamento da hipótese da autoria do projeto ser de Theo Wiederspahn – pelo fato do Cassino dos Mestres ser de autoria do Escritório de R. Ahrons no ano de 1911, e o escritório ter sido iniciado em 1909 e finalizado em 1911.

Para fundamentar a hipótese acima foi utilizada uma notícia na primeira página do Jornal Echo do Sul, de 28 de novembro de 1910, no qual informava:

> Novo Escriptorio central. Acha-se ainda em construção o novo escriptorio central, de que tratamos em nosso ultimo Relatório. Esperamos que este edificio ficará prompto dentro de poucos meses. Já se dispendeu com esta construção a quantia de Rs: 27:741 $790.

No ano seguinte, nos jornais Echo do Sul (de 21 de novembro de 1911), O Intransigente e O Artista (ambos do dia 14 de novembro de 1911) há uma notícia bem enfática avisando a mudança do escritório – e igual em todos os jornais: "Communicamos ao comércio em geral e a todos os interessados que mudamos o nosso escriptório para o edifício na frente das nossas fabricas, à Rua Rheingantz, nesta cidade".

---

[1] Relatório da Directoria da Companhia União Fabril Succesora de Rheingantz & Cia. Typografia da Livraria Rio-Grandense , Rio Grande, 1909. p. 5

[2] Mansarda, conforme o Dicionário dos Estilos Arquitetônicos de Wilfried Koch (São Paulo: Martins Fontes, 1998) quer dizer "permite espaços oblíquos sob o telhado" (do arquiteto francês J. H. Mansart, 1648-1708)

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95.1
Fls. 143 Rub.

Em entrevista[65] com o Prof. Dr. Gunther Wëimer procurou-se fundamentar mais ainda a hipótese da autoria de Theo Wiederspahn neste projeto do escritório central, o que favoreceu a confirmação de tal suspeita:

> (...) o que eu sei é que a partir de 1915 quando o Wiederspahn começa a trabalhar sozinho ele continua a fazer projeto para o Rheingantz, fez uma residência isto tudo no arquivo da faculdade, não é. De forma que eu diria que é altamente provável que estes projetos sejam efetivamente do Wiederspahn. Em geral ele não usava este telhado de mansarda, mas acontece que efetivamente nesta época estava-se vivendo a época do Ecletismo, então não há porque não fazer isso aí. Em 1911 ele já estava fazendo projetos de coberturas planas, mas, enfim, algumas inovações realmente surpreendentes para a época, né. Os prédios que o Guigou levantou e que estão comprovadamente feitos pelo Wiederspahn são algumas obras importantes como o Cassino dos Mestres, o Grupo Escolar.(...) Uma coisa não tem nada a ver com a outra e o que não deve nos assustar também porque na época um arquiteto é tanto mais arquiteto quanto mais estilos ele dominava, quanto mais obras diversificadas ele fazia tanto melhor arquiteto era. (...)

A notícia do Jornal Echo do Sul[66] de 31 de dezembro de 1923, relata um quadro comemorativo ao cinqüentenário da fundação da fábrica. Buscou-se encontrá-lo e na foto[67] de detalhe vemos a datação na fachada de 1910. A notícia relata o seguinte:

> Completa, hoje, 50 annos de sua fundação essa importante fabrica, que tanta honra faz a industria brasileira (...) Na vitrina da Photographia Giovaninni, tem estado exposto um rico quadro allusivo ao anniversario da União Fabril e que os operários daquelle estabelecimento offerecerão á Companhia, em signal de regosijo pela data de hoje. (...) Esse quadro tem sido muito admirado.

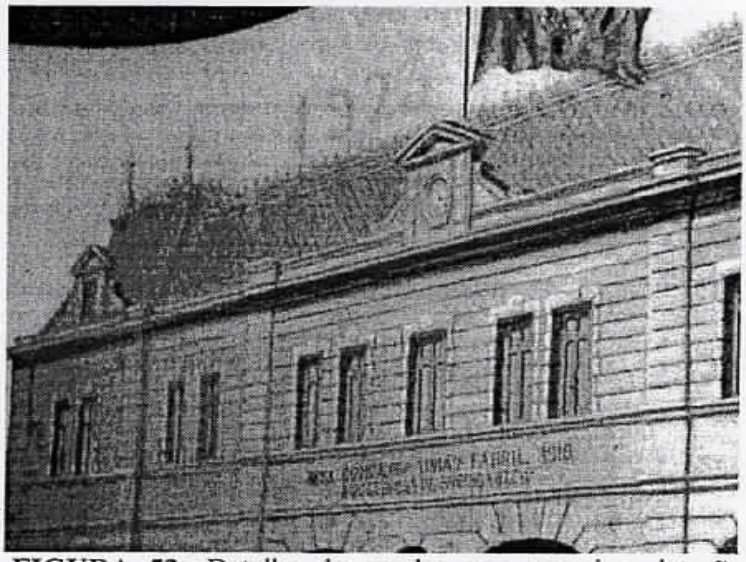


FIGURA 53: Detalhe do quadro que possui a datação na fachada, e acima o ano em que foi pintado.

---

[65] Entrevista realizada em 14 de agosto de 2002 na residência do professor Dr. Günter Weimer gravada e transcrita.
[66] de 31 de dezembro de 1923 página 1.
[67] Quadro pertencente a Sr. Paulo Lawson e encontra-se no seu escritório de Advocacia em Pelotas-RS.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2770-1100/95-7
Fls. 144 Rub.

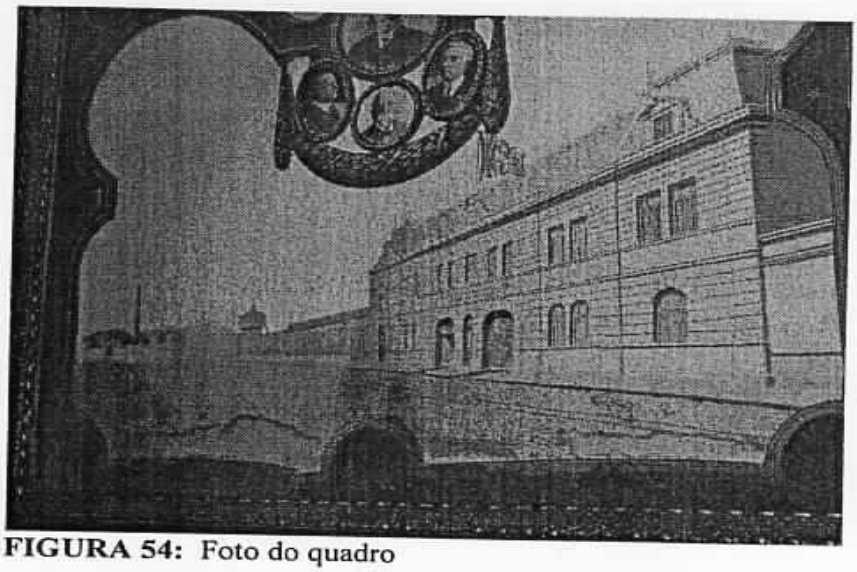


FIGURA 54: Foto do quadro

FIGURA 55: Fachada do prédio do Escritório Central

FIGURA 56: Detalhe da janela na cobertura

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 145 Rub.

FIGURA 57: Detalhe das esquadrias da fachada

FIGURA 58: Foto mostrando o Cemitério Municipal, que se encontra em frente ao Escritório Central

O Escritório central sempre permaneceu com o uso proposto para o qual foi projetado era nele que funcionava o Escritório da administração e onde os funcionários eram pagos. N cidade não há mais nenhum prédio que se iguale a este, tanto em sofisticação como no uso de cobertura com telhado em mansarda.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-11.00/95-1
Fls. 146 Rub.

FIGURA 59: O Cassino ou Clube dos Mestres

FIGURA 60: Cassino dos Mestres

FIGURA 61: Detalhe da esquina

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 147 Rub.
(147)

Cassino dos Mestres

Para começar a discorrer sobre a necessidade da construção do Cassino dos Mestres, vejamos o que diz Guigou-Norro[68] (1994):

> O que consta sobre a finalidade da edificação daquela residência em 1911 é que, devido à necessidade da empresa num determinado processo da sua evolução de contratar mão-de-obra especializada, resolve projetar a construção de um 'Cassino dos Mestres'.

O Cassino dos Mestres era um edifício que pretendia atender às funções de lazer e habitação para alguns mestres e, principalmente, aos recém chegados da Europa. O projeto foi solicitado ao escritório de R. Ahrons, que em maio de 1911 conclui este trabalho, e a autoria é, segundo Guigou-Norro[69] (1994),

> As plantas originais conferem a autoria dessa obra ao "Escritório de Engenharia R. Ahrons", a maior empresa construtora de Porto Alegre. Responsável por obras significativas da arquitetura do Rio Grande do Sul e, especificamente, de Porto Alegre, a firma contava, na sua fase mais produtiva, com o arquiteto Theo Wiederspahn, na chefia do Departamento de Arquitetura.

Para justificar tal hipótese, diz Guigou-Norro[70] (1994):

> É precisamente, no período compreendido entre os anos de 1908, ano da contratação de Wiederspahn, até 1915, ano do fechamento do escritório, que a firma foi responsável por uma série de trabalhos que revolucionaram a arquitetura de Porto Alegre.

Os terrenos onde foram construídos o Cassino dos Mestres, mais tarde a construção do Grupo Escolar e as demais casas para funcionários, foram adquiridos por uma permuta com a Intendência Municipal da cidade.

---

[68] Guigou-Norro, J.A. Citação transcrita da entrevista gravada na UFRGS, Faculdade de Arquitetura. Porto Alegre, 12 de janeiro de 1999.

[69] Guigou-Norro, J.A. *A Vila Operária na República Velha*: o caso Rheingantz. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995. p. 183.

[70] Guigou-Norro, J.A. Op. Cit. [39], p. 183.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 148 Rub.

O Cassino dos Mestres foi projetado para ser um clube para os mestres, ou seja, um local de trânsito onde se hospedavam os mestres vindos da Europa – composto por salas de reunião e até uma biblioteca. Mais tarde, em 1919, conforme os relatórios, ficou decidido que o prédio serviria para a Sociedade de Mutualidade.

FIGURA 62: Sociedade de Mutualidade

Grupo Escolar

O Grupo Escolar Comendador Rheingantz foi também projetado aos cuidados do Escritório de R. Ahrons, em novembro de 1911. A obra terminou em setembro de 1912, e foi colocado um busto de bronze diante do mesmo em 1921, como homenagem ao Comendador Carlos Rheingantz.

FIGURA 63: Grupo Escolar Comendador Rheingantz

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-11.00/95-1
Fls. 149 Rub.

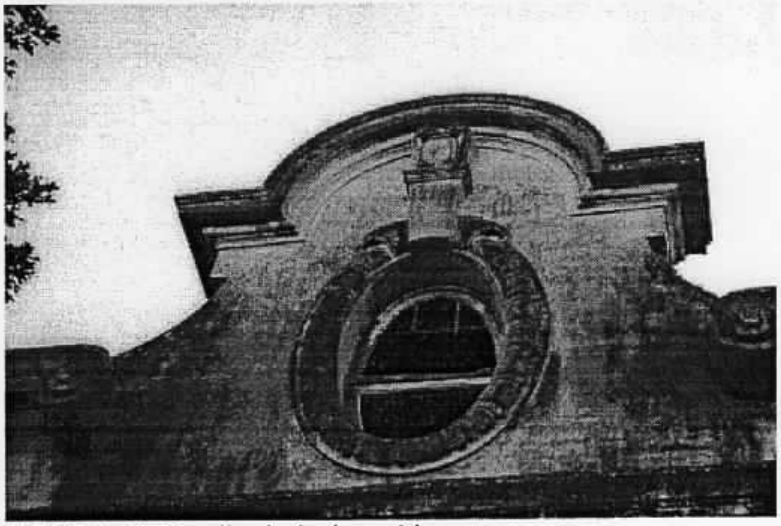


FIGURA 64: Detalhe do óculo no ático

FIGURA 65: Grupo Escolar Com[dor] Rheingantz

O Grupo Escolar sempre foi utilizado como escola, onde freqüentavam somente filhos de operários que já eram também treinados para exercerem funções na fábrica.

Jardim de Infância

O Ja
setembro de
beirado adapt
um aumento
é de serviço e

[71] Weimer, G. *A*
meio rural do R
introduzido da
4 águas anão. *A*
Anã.]

Secretaria da Cultura
Proc. nº 3778-1100/95.1
Fls. 150 Rub.

O Jardim de Infância também é um projeto do Escritório de R. Ahrons concluído em setembro de 1911. O telhado é de tacaniça-anã[71] e usa um treliçado no perímetro, abaixo do beirado adaptando à escala humana. Foi também utilizado como residência para mestre e possui um aumento nos fundos, que provavelmente não consta no projeto original. Atualmente seu uso é de serviço e funciona a central de Bip.

FIGURA 66: Jardim de Infância

[71] Weimer, G. *A arquitetura da imigração alemã:* um estudo sobre a adaptação da arquitetura centro européia ao meio rural do Rio Grande do Sul. Porto Alegre : UFRGS; São Paulo, Nobel, 1983, p. 61. [Quer dizer um elemento introduzido da arquitetura baixo-saxã conhecido como "Krüppelwalmdach", cuja tradição literal seria: telhado de 4 águas anão. Adaptando essa terminologia à cultura da arquitetura brasileira, Weimer a denomina de Tacaniça Anã.]

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/85-1
Fls. 151 Rub.

4.1.1 CASAS PARA MESTRES

As Casas para Mestres são em número de seis, sendo quatro isoladas no lote e duas agrupadas numa única volumetria. Considerando que os projetos do Cassino dos Mestres, do Grupo Escolar e do Jardim de Infância são de 1911, pode-se tomar o ano de 1913[72] com uma paralização nas construções e no de 1923 com a construção de mais uma casa. Os reparos e manutenção permanecem a configurar nos relatórios ao longo dos anos.

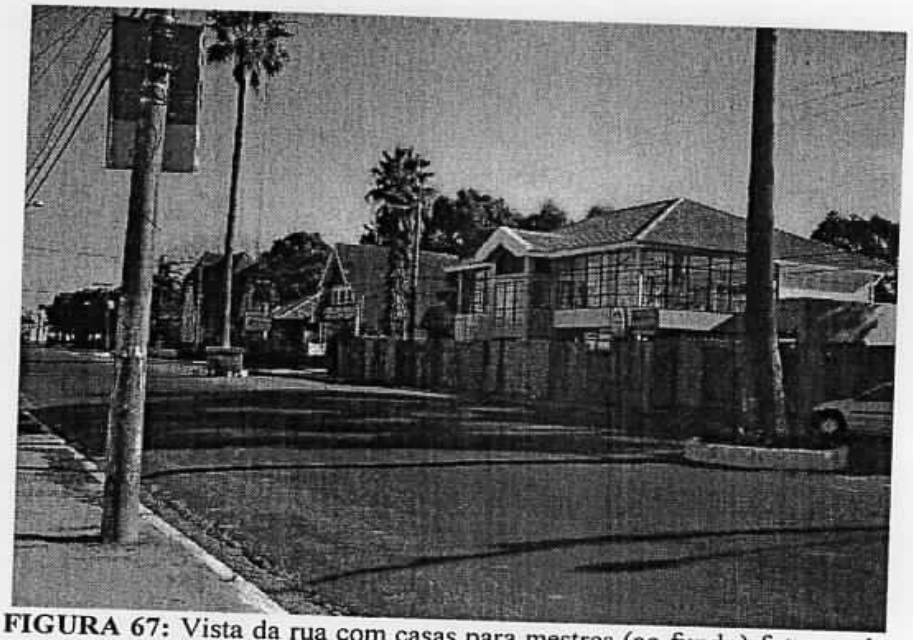


FIGURA 67: Vista da rua com casas para mestres (ao fundo) foto atual, com uma nova construção de uma academia

A casa para mestre n. 156 tem repartição do pavimento superior com tabiques de madeira. Seu uso sempre foi residencial e destinada para os mestres, atualmente seu uso é de comércio, instalada ali uma floricultura. A casa n. 130 permanece com o uso residencial. A casa de n. 102 também permanece como residencial, a cobertura é toda com estrutura de madeira e recoberta com telhas francesas e está sendo reformada. A Creche foi vendida e seu uso modificado para casa noturna – não entrará na análise posterior como forma de não se tornar cansativo o trabalho com exemplares demais.

[72] Ver Anexo 1 – Tabela de transcrição dos relatórios.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 152 Rub.
(152)

FIGURA 68: CASA n. 156

FIGURA 69: Casa n. 130

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 153 Rub.

FIGURA 70: vista da rua Presidente Vargas (ex-Rheingantz)

FIGURA 71: Casa de mestre. n. 102

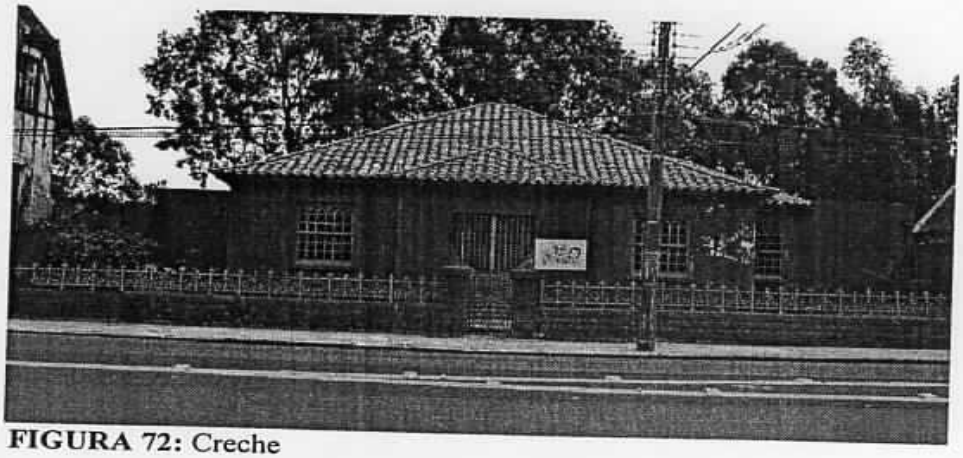


FIGURA 72: Creche

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2770-1100/95-1
Fls. 154 Rub.

O grupo de seis casas para operários, de n. 60 a 70, tem uma fonte documentada[73] de uma planta geral de 29 de setembro de 1925 da C.U.F e outras duas contendo cortes e fachadas. Partiu-se desta fonte documentada como base para um levantamento atual no local. Possui telhado em duas águas em duas posições diferentes, com a tendência em configurar uma fita.

FIGURA 73: Casas de números 60 a 70

FIGURA 74: Casas 60-70

[73] Guigou-Norro, J.A. *A Vila Operária na República Velha*: o caso Rheingantz. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995. p. 186. Partiu-se desta fonte documentada como base para um levantamento atual no local.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 155 Rub.

As duas últimas casas para mestres ficam na extremidade do terreno oposto ao Cassino dos Mestres, e são as de números 46, 4 e 8. Ambas possuem documentação de plantas da C.U.F e da P.M.R.G. Para a casa de n. 46 as plantas datam de agosto/1924, 29 de setembro de 1925, 17 de agosto de 1949; para as de n. 4 e 6 datam de 16 de outubro de 1936, 16 de março de 1950, 26 de julho de 1951 e 22 de junho de 1976, conforme registra Guigou-Norro[74]. Para todas as casas foram utilizados esses dados registrados neste autor e partiu-se para um levantamento de campo das casas. A maioria mantém revestimentos e elementos originais de fachadas, havendo expressivas diferenças em relação a pisos e pintura das paredes tanto externa como interna. O uso permanece o mesmo, residencial.

FIGURA 75: Casa 46

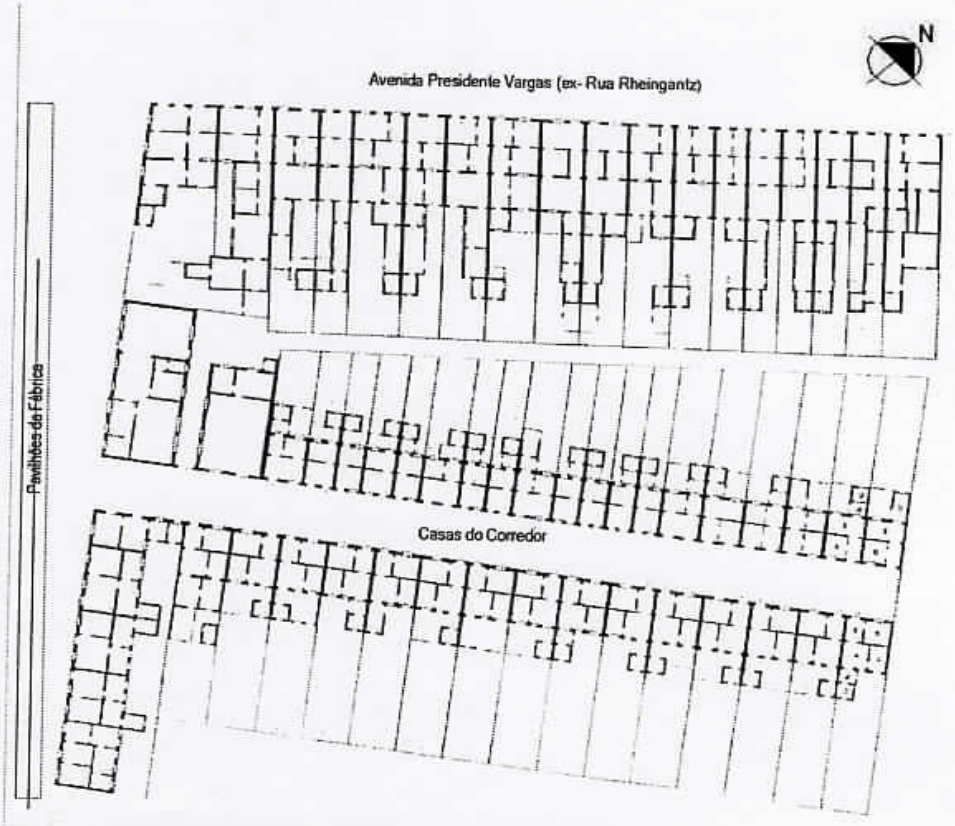
FIGURA 76: Casas 4-6

[74] Guigou-Norro, J.A. Op. Cit. p. 195 e 199.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95.1
Fls. 156 Rub.

5. ANÁLISE DAS CONSTRUÇÕES COM RELAÇÃO A MODELOS INTERNACIONAIS

Tentaremos, daqui para frente, fazer um estudo minucioso de cada uma das edificações que constituem a Vila Operária Rheingantz, quanto às casas dos operários; devido à diversidade tipológica, o estudo será mais sucinto. Primeiramente, será feita uma análise da forma de como foi implantada a Vila Operária. *(Figuras 77 e 78 e Plantas 2 e 3)*



PLANTA 2: Implantação das casas de operários

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 157 Rub.

FIGURA 77: Vista das casas de operários

FIGURA 78: Vista da conformação da rua com as casas

PLANTA 3: Implantação geral das casas da Vila Operária

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 158 Rub.

Isto se torna necessário para o entendimento das articulações e do modo como foram dispostas as residências ao longo dos anos, compondo a Vila em si. Em 3 de janeiro de 1886, a Câmara resolve dar o nome de Rua Rheingantz à antiga "Estrada da Mangueira" que depois da construção dos Bondes ficou conhecida como "Linha do Parque". Conforme Pesavento[75] a respeito desta formação da Av. Rheingantz:

> A partir de 1884, foi autorizada pela Diretoria a construção de habitações para os operários da fábrica, inauguradas no ano seguinte. (...) Nascia assim, a av. Rheingantz, tendo de um lado, as casas destinadas aos funcionários de maior graduação, mais bem equipadas, e, de outro, as mais modestas, para os operários de menor ordenado. (...)

Com essa expansão para a "Cidade Nova", a paisagem urbana modifica-se e o aspecto visual que a Vila proporcionou às pessoas foi marcante, e que, de alguma forma, registraram seu depoimento, como é o caso de Copstein[76]:

> (...) Independente da importância intrínseca, as grandes fábricas referidas tiveram papel saliente na vida urbana. Elas explicam a expansão da cidade em direção à chamada 'Cidade Nova". A fábrica de tecidos modelou inclusive a rua Rheingantz que reproduz exemplo de influência germânica na arquitetura citadina.

A maioria das casas tem uma planta simples e está no alinhamento – são casas corridas. As casas para mestres são isoladas no lote e têm recuo frontal de 4 m, com um muro com gradis de ferro. Os estilos são os mais variados, mas estão dentro de uma cultura internacional daquela época. *(ver Planta 3)*

A proposta apresentada pela fábrica era não só de construir casas para seus operários, como também de equipamentos comunitários que atendessem às necessidades dos funcionários. Copstein[77], em seu boletim, mais uma vez relata este tipo de assistência empregado pela fábrica:

> (...) Tão notável quanto o pioneirismo industrial foi a assistência social dispensada aos funcionários. Casas para trabalhadores, escola, biblioteca, assistência médica, cooperativa de consumo, banda de música e esportes eram proporcionados e estimulados pela direção da fábrica.

---

[75] Pesavento, S.J. *A Burguesia gaúcha*: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS: 1889-1930). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. p. 73

[76] Copstein, R. *O Trabalho Estrangeiro no Município de Rio Grande*. Boletim Gaúcho de Geografia – Associação dos Geógrafos Brasileiros- Núcleo de Porto Alegre. Porto Alegre, Série Geografia n. 4, 1975.

[77] Copstein, R. Op. Cit. [76]

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/954
Fls. 159 Rub.

Percebemos que este tipo de assistência também era freqüente em outras Vilas Operárias do país, como é o caso da Vila Maria Zélia[78]: era uma fábrica de tecelagem e algodão situada na freguesia de Belenzinho, na cidade de São Paulo-SP; A Brasital S.A.[79],que tinha a mesma hierarquia que produzia uma diferenciação de casas para mestres e operários que a Rheingantz. A Kronemberg Estate na Alemanha, que data de 1872-74[80], Mulhouse na França projetada pelo engenheiro Emile Muller[81], a Vila Matarazzo[82] em São Paulo, que construiu somente postos de abastecimento, "embriões dos atuais supermercados".

Durante o tempo dedicado à pesquisa, foi montada uma ficha relativa a cada construção com dados sobre a parte histórica, plantas, elementos arquitetônicos, estilo arquitetônico, grau de descaracterização e uma espécie de atlas de imagens referentes a essas casas, que pertenciam à cultura internacional desse período estudado, além do uso de manuais de construção e periódicos para que se pudesse entender a técnica construtiva empregada nas mesmas. As fontes primárias

---

[78] Com área total de 214.110 m² com seções de tinturaria, estamparia, mercerização, tecelagem e fiação. A Vila Operária Maria Zélia possuía creche, jardim de infância, dois grupos escolares, restaurante, sede de sociedade de operários da fábrica e escoteiros, armazém de comestíveis e fazendas, farmácia e gabinete médico, igreja, cassino e 181 casas térreas para residência de empregados e operários, mais um edifício térreo com 26 apartamentos para residência de operários solteiros. O dono da fábrica era o médico com especialização na Europa, Jorge Street.

[79] A fábrica projetou e construiu quatro vilas operárias: de 1920-1925 a Vila Operária Brasital com 244 casas; de 1920-1924 fez chalés para Mestres e Contra-Mestres com um total de 13 casas (substituindo as casas operárias construídas por José Weisshon & Cia.); entre 1924-1927 a Vila do Porto Góes, com 20 casas (para os empregados da fábrica de papel); e entre 1945-1946 a Vila do Tietê, com oito casas.

[80] A Kronenberg Estate pode ser vista como uma representante da maior realização na Alemanha,naquele momento através da visão dos"reformistas" para este tipo de finalidade de construir uma comunidade operária. Isto nos convida a comparar com as realizações produzidas na França e Inglaterra não nos anos de 1870, mas nos anos de 1850 com as moradias feitas pelos industriais como Jean Dolfus em Mulhouse ou Sir Titus Salt em Saltaire. A comunidade é feita em cima de um número de casas individuais reunidas sobre uma base puramente aditiva. Eles compartilham certas facilidades como igrejas, lojas, escolas, porém não há esforço para explorar em termos arquiteturais a idéia de comunidade dentro de um *layout* do local. E não possui nenhuma semelhança com as primeiras comunidades planejadas, como aquelas de Owen e Fourier, e num mesmo patamar, em ambas: habitações individuais e as "estates", a abordagem do *design* de moradias operárias permanece funcional – as questões arquiteturais são ignoradas.

[81] O projeto desenvolvido pelo engenheiro Emile Muller foi construído em Mulhouse, pela Société dês Cites Ouvrières instalado na cidade sob a liderança de Jean Dolfus[81]. Os habitantes desta pequena cidade usufruíam um leque de facilidades comuns, incluindo banheiros, piscinas, lavanderias, escolas, lojas, uma livraria e atendimentos médicos gratuitos. As facilidades rivalizavam com aquelas do Familistère, mas as habitações de Mulhouse eram baseadas numa premissa fundamental bem diferente: esta guardava a individualidade dentro da família, não da comunidade inteira. Mulhouse consistia em moradias individuais com seu próprio jardim. O uso deste tipo de habitação fazia parte de um programa específico de reforma social, o qual foi proposto num relatório enviado para a Mulhouse Société Industrielle, em 1852. O empreendimento imobiliário a qual Société viria construir era de 800 habitações em 1867, cobrindo 20 hectares e casas para cerca de 5500 pessoas.

[82] Junto às vila do grupo Matarazzo nunca foram erguidas escolas, ambulatórios ou igrejas. Encontramos apenas na rua Flórida, no Brás, junto à Fábrica Mariângela, uma antiga creche que pertenceu à Matarazzo.

PROC: 2778-11.00/95.1
Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 160 Rub.

estudadas foram baseadas em jornais da época, fotografias e, principalmente, nos Relatórios da Diretoria da Companhia União Fabril.

A proposta apresentada é tentar percorrer a Vila que permanece até hoje com um grau de descaracterização relativamente baixo, é de um memorial e levantamento arquitetônico de uma época áurea da cidade do Rio Grande-RS com uma confrontação com um Atlas de imagens que insere estas construções numa cultura internacional desta época.

Em 1884, começam a ser edificadas as habitações para operários *(Figuras 79 e 80)* como consta no relatório da Fábrica[83] deste mesmo ano, enfatizando a necessidade de tais construções. O citado relatório diz textualmente:

> (...) Penso que deveríamos, oportunamente, empregar mais Rs. 10:000$000 em semelhante obra, da qual só há vantagens a esperar, não só como fonte de receita, como também pela conveniência de habitarem os operários nas circunvizinhanças da fábrica. (...)Conviria edificar junto à nova fábrica, casinhas para alugar aos operários, para comodidade dos mesmos e segurança do estabelecimento, e ao mesmo tempo oferecendo resultado vantajoso mesmo a aluguel muito módico naturalmente garantido pelos salários.(...)

FIGURA 79: Foto antiga da Vila Operária

[83] Relatório da Sociedade Comanditaria em Ações Rheingantz & C. 1884. Ano Social de 1/9/1983 a 31/8/1884. Transcrito na dissertação de mestrado de Carlos Alberto Oliveira, p. 122

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 161 Rub.

FIGURA 80: Foto atual das casas de operários

FIGURA 81: Casas de operários[85]

As construções feitas na Rheingantz e que nas plantas[84] recebem a denominação de "Casas da Fábrica" foram construídas com uma tipologia de casas-em-fita e implantadas num quarteirão ao lado fábrica. As casas eram feitas de alvenaria de tijolos, possuíam um partido formal muito simples, não tinham rede de esgoto nem de água. Em termos de questão de escala, a usada foi a do homem, a forma pura do retângulo foi utilizada para um maior aproveitamento tanto dos materiais de construção como para a otimização do espaço com parede compartilhada pelas habitações, criando assim uma linearidade ao conjunto. Os ornamentos presentes neste caso limitam-se ao ático, frisos e cornija de entablamento separando a parede do ático.

A estrutura do telhado é de tesouras de madeira perpendiculares à fachada, constituindo um telhado único. A cobertura é simples e compartilhada, possuindo duas águas e telhas do tipo capa-canal. A horizontalidade do conjunto dessas casas, enfatizada pelos áticos e cimalhas, é

[84] As referidas plantas foram pesquisadas no Arquivo Municipal e também ilustram a dissertação de Júlio Guigou-Norro.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 162 Rub.

equilibrada pelas aberturas verticais das portas e janelas, dando um ritmo compassado à construção. As portas possuem verga reta e bandeiras simples de caixilho de madeira com vidro fixo e janelas de guilhotina com verga reta e caixilhos de madeira com vidro. É muito claro que essas habitações possuíam condições inadequadas de luz, ventilação, espaço interno e péssimas instalações sanitárias, fora os despejos de lixo contíguos. A planta baixa é muito modesta com banheiro externo primeiramente, e que mais tarde vai ser anexado para a casa, a compartimentação também é de porta e janela na fachada, uma sala ligada por corredor a outra sala, tendo entre elas uma peça sem ar nem luz diretos, a alcova. Da sala parte um pequeno distribuidor que se liga a uma cozinha e ao banheiro nos fundos *(Planta 4)*. As casas são rebatidas em um eixo de parede compartilhada (de duas a duas).

PLANTA 4: Planta das casas de números 131 A 197

Um outro conjunto de casas geminadas e de meia parede do tipo porta e janela com ático, com datação na fachada de 1900 – apesar de não se ter as plantas originais - através do relatório da Companhia pode-se constatar não só a veracidade da datação como o uso a que se referiam tais casas. O citado relatório da C.U.F de 1900[85] diz:

> **Propriedades.** Tendo baixado o preço do material de construção e tornando-se cada vez mais urgente darmos melhor accomodação aos mestres de nossas fábricas, e de accôrdo com resoluções anteriores, fizemos construir 4 lanças de casas para habitação dos referidos mestres. Custaram estas casas a quantia de Rs. 30:338$100. Tendo a Intendência Municipal dado novo alinhamento à rua Rheingantz, ficou o nosso terreno ali situado augmentado de 6238 metros quadrados.

[85] Relatório da Sociedade Comanditaria em Ações Rheingantz & C. 1884. Ano Social de 1/7/1900 a 31/8/1901.p. 8.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2770-1100/95-1
Fls. 163 Rub.

O conjunto possui uma fachada mais elaborada, com a presença de cimalha encimada por ático, sendo que neste há presença de compoteiras e um frontão com volutas localizado no eixo central da construção. Este frontão marca um acesso em arco pleno com moldura e que atualmente possui um portão de ferro. Além da datação de 1900, apliques circulares, frisos, volutas e compoteiras compõem o frontão.

As portas e janelas possuem verga reta e bandeira fixa com caixilhos de vidro e uma moldura no seu contorno, bem como um friso. A porta é de duas folhas com madeiramento macho e fêmea e a janela é de abrir com caixilhos de vidro e postigo de madeira, e também é emoldurada. Essas casas simples variavam muito pouco em relação às suas plantas: o que mudava era a ornamentação das fachadas, o que torna um grande conjunto de casas homogêneas perfeitamente integradas ao plano racional da cidade e do conjunto da Vila Operária. *(Figuras 82, 83).* Não foi possível analisar as plantas, pois as casas foram demolidas.

FIGURA 82: Conjunto de Casas de 1900

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 164 Rub.

FIGURA 83: Detalhe de uma casa

Mais tarde, foram construídas as casas com recuo e parede meia e enfileiradas de número 131, 133, 135 e 137, com formas e dimensões dos lotes diferentes das demais acima citadas que se encontram no alinhamento predial *(ver Figura 84)*. Conforme levantamento feito por Guigou-Norro[86], com base na planta original, estas edificações são posteriores às de 1884, embora a planta carece de informações sobre autoria e data de construção.

Essas casas foram executadas com material de ornamentação mais nobre, oferecendo maiores comodidades, com fachadas de mais custosa execução. O processo construtivo destas casas variou pouco das outras, pois a estrutura do telhado é a mesma.

[86] Guigou-Norro, J.A. *A Vila Operária na República Velha*: o caso Rheingantz. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995. p. 90 e ver anexo 3.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 165 Rub.

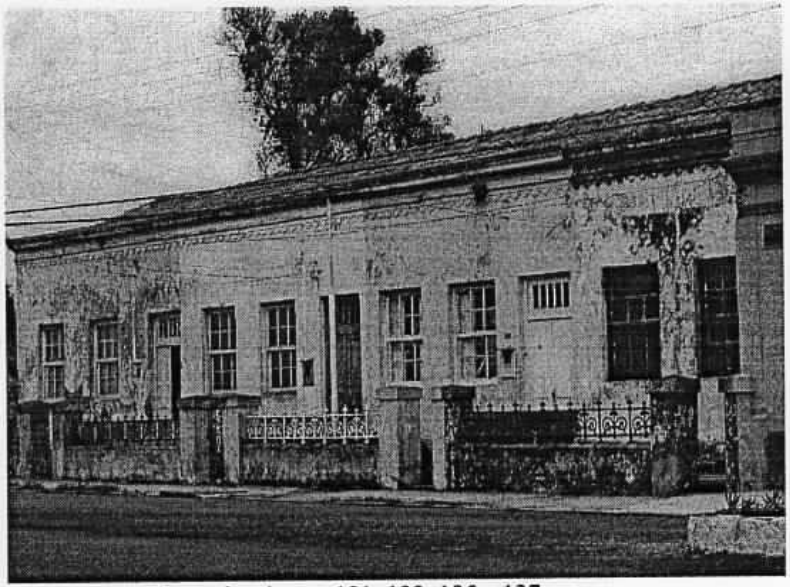


FIGURA 84: Casas de número 131, 133, 135 e 137

As casas de número 131, 133, 135 e 137 possuem recuo frontal de ajardinamento com um muro com gradis que se repetirá nas demais casas de mestres e operários do outro lado da rua, no terreno que foi adquirido por permuta com a Intendência Municipal. As casas são de parede dividida com telhado duas águas com telha tipo capa canal. A presença de cimalha, que abrange todo o conjunto que é puramente geométrico e uniforme, produz unidade. Abaixo do friso temos concha que forma um debrum ornamental e abrange toda sua extensão. ***(ver Figura 85)***

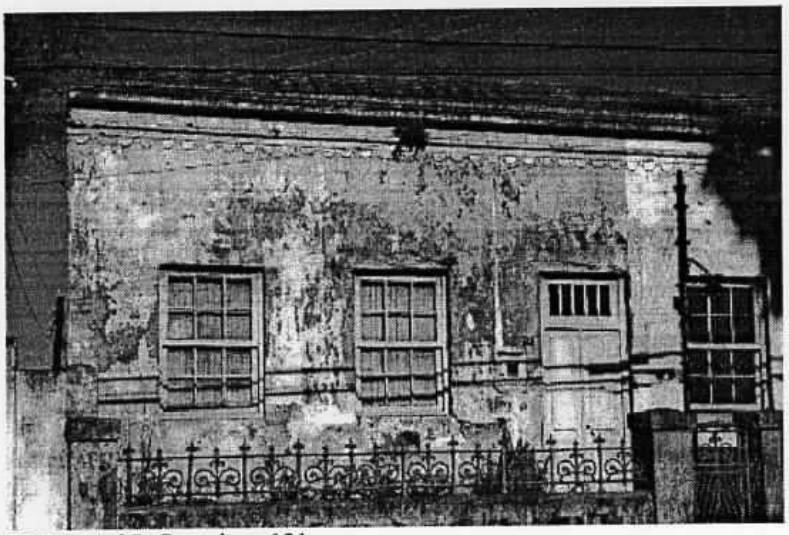


FIGURA 85: Casa de n. 131

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 166 Rub.

As aberturas possuem verga reta e as janelas são de caixilhos de vidro e do tipo guilhotina, a porta possui bandeira fixa com caixilhos de vidro e é almofadada, de duas folhas e de abrir. O conjunto das quatro casas tem um ritmo harmonioso .

Esse tipo de moradia popular recebeu a denominação de vilas industriais e essa prática foi adotada por várias outras indústrias no Brasil. Exemplos bem conhecidos podem já ser vistos em 1853 com as fábricas "Todos os Santos" na Bahia, e "Andaraí Pequeno" no Rio de Janeiro, ambas construíram dormitórios para seus empregados.

Em 1866 a fábrica "Fernão Velho" em Alagoas constrói vários dormitórios, uma pequena enfermaria e um refeitório; em Minas Gerais a "BériBéri" alojava 110 mulheres de 10 a 30 anos; a "Companhia Petropolitana" no Rio de Janeiro, em 1874; oferecia casas para os operários estrangeiros e fornos, fogões, colchões e objetos de casa aos brasileiros. Em 1892, Luiz Tarquínio inaugura em Salvador, Bahia, o "Empório Industrial do Norte" ocupando uma área de 19.337 m² que produzia tecido branco e colorido.

A Vila Operária desta fábrica era constituída de 258 residências, escola, jardim de infância, enfermaria, água e calçamento. A "Fábrica de Tecidos de lã, Algodão e Meia", de Regoli, Crespi & Cia., em 1900, tinha cerca de 280 a 300 operários e localizava-se na Mooca (SP). A área construída era de 2.000 m² e possuía 100 teares mecânicos e 40 manuais. A Vila Guilherme Giorgi tem como fundador Guilherme Giorgi, empresa que ao comprar uma gleba de 14 km² transfere-se de Belém para o Jardim Têxtil.

A Vila Operária foi construída numa gleba de terra de um tamanho semelhante ao da fábrica, e era de aproximadamente sete ruas distribuídas em cinco quadras, que até hoje estão calçadas. O total é de 104 casas, todas com tamanhos e padrões distintos. As da rua principal possuem quintal, jardim, são amplas e têm aproximadamente 100 m².

Nas ruas transversais, que se dedicavam a funcionários de escalão mais baixo, possuíam um padrão inferior e eram menores e com banheiro externo. José Galvão de França Pacheco Júnior, após ter feito estudos nos Estados Unidos, funda em 1875 a primeira fábrica de tecidos em Salto, junto à Cachoeira do Tietê. Uma outra fábrica importante em Salto foi a de Barros Júnior, instalada em 1880. A solução construtiva se assemelhava com a da fábrica de José Galvão, pois as paredes eram de pedra e tijolos, o alicerce e o primeiro andar da fiação de pedra e os demais de tijolos. A Brasital S.A era formada por acionistas brasileiros e italianos.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-11.00/95-1
Fls. 167 Rub.
PROC: 2778-11.00/95-1

A fábrica projetou e construiu quatro vilas operárias: de 1920-1925 a Vila Operária Brasital com 244 casas; de 1920-1924 fez chalés para Mestres e Contra-Mestres com um total de 13 casas; entre 1924-1927 a Vila do Porto Góes, com 20 casas (para os empregados da fábrica de papel); e entre 1945-1946 a Vila do Tietê, com oito casas.

As casas eram de propriedade das próprias indústrias que construíam habitações para seus operários. Na maioria das vezes existia uma equipe de pedreiros e mestres de obra da fábrica que eram responsáveis tanto pela construção como pela manutenção das casas.

No caso da Rheingantz funcionava um escritório denominado Escritório de Engenharia, que tomava conta da parte do maquinário e da construção das casas quando era aprovado o orçamento nos relatórios da Diretoria. As habitações eram alugadas, como dito anteriormente, a preços módicos aos operários.

Esse mesmo modelo de construção pode ser visto num conjunto de casas do hospital Ana Cintra em Amparo (SP) *(Figura 86);* na Vila Maria Zélia em São Paulo[87] *(Figuras 87 e 88);* a Vila Matarazzo *(Figura 89);* na Brasital[88] *(Figura 90)* e na Ítalo- Americana *(Figura 91),* bem como em modelos de casas construídas pelas companhias mineradoras em Eisenheim Estate em Oberhausen – Osterfeld (1844) e Dortmund – Sölderholz (1850-70)[89] *(Figura 92).*

---

[87] A Vila Maria Zélia era uma Fábrica de tecelagem e algodão situada na freguesia de Belenzinho, cidade de São Paulo, com área total de 214.110 m² com seções de tinturaria, estamparia, mercerização, tecelagem e fiação. A Vila Operária Maria Zélia possuía creche, jardim de infância, dois grupos escolares, restaurante, sede de sociedade de operários da fábrica e escoteiros, armazém de comestíveis e fazendas, farmácia e gabinete médico, igreja, cassino e 181 casas térreas para residência de empregados e operários, mais um edifício térreo com 26 apartamentos para residência de operários solteiros. O dono da fábrica era o médico com especialização na Europa, Jorge Street.

[88] A Brasital S.A era formada por acionistas brasileiros e italianos. A fábrica projetou e construiu quatro vilas operárias: de 1920-1925 a Vila Operária Brasital com 244 casas; de 1920-1924 fez chalés para Mestres e Contra Mestres com um total de 13 casas, entre 1924-1927 a Vila do Porto Góes, com 20 casas (para os empregados da fábrica de papel); e entre 1945-1946 a Vila do Tietê, com oito casas.

[89] Bullock and Read, N. and J. *The Movement for housing reform in Germany and France 1840-1914*. Cambridge: Cambridge University Press, Great Britain by the University Press, 1985.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 168 Rub.

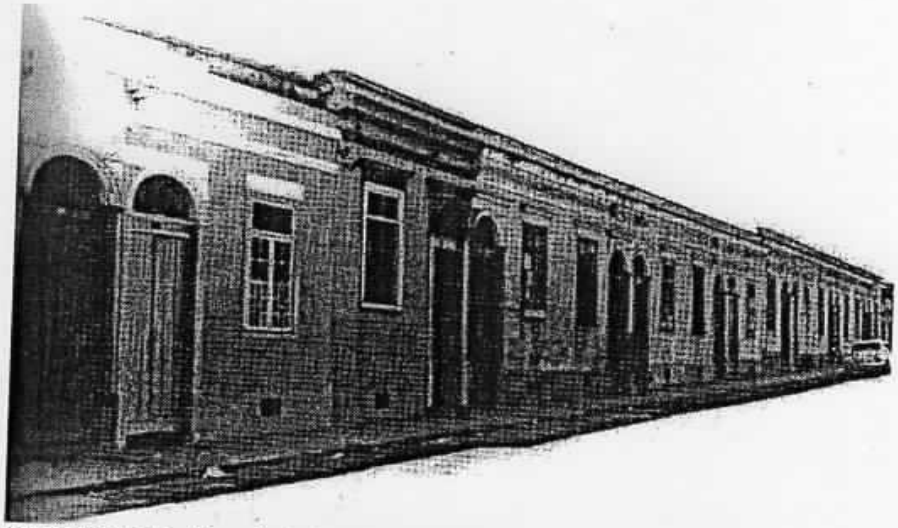


FIGURA 86: Hospital Ana Cintra, SP.

Vila Maria Zélia, uma das ruas da Vila Operária. 1918

FIGURA 87: Vila Maria Zélia

Jorge Street e autoridades eclesiásticas por inauguração da igreja da Vila. 1919

FIGURA 88: Vila Maria Zélia

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 169 Rub.

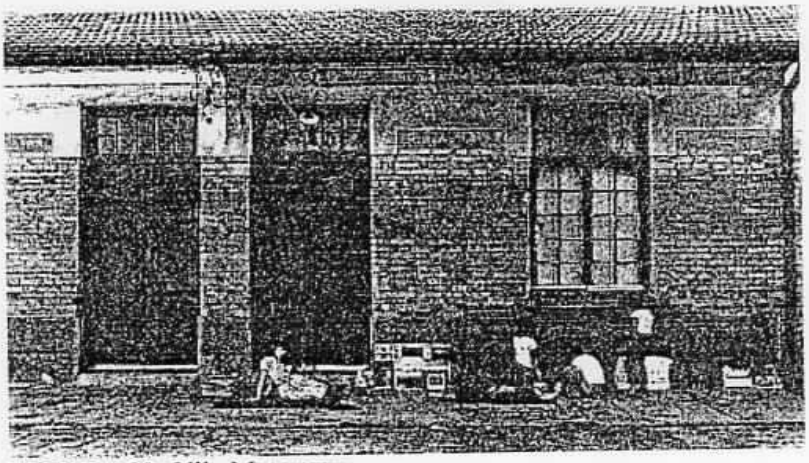


FIGURA 89: Vila Matarazzo

FIGURA 90: Brasital S.A.

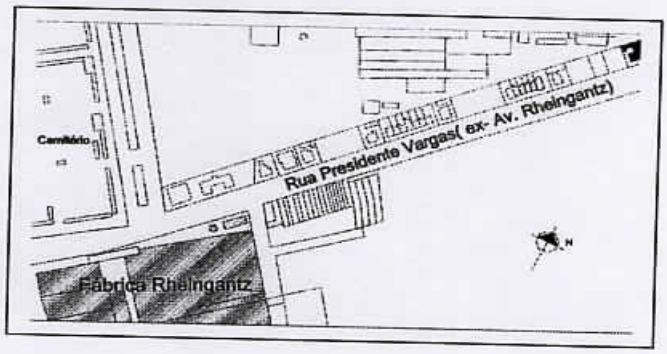
FIGURA 91: Ítalo-Americana

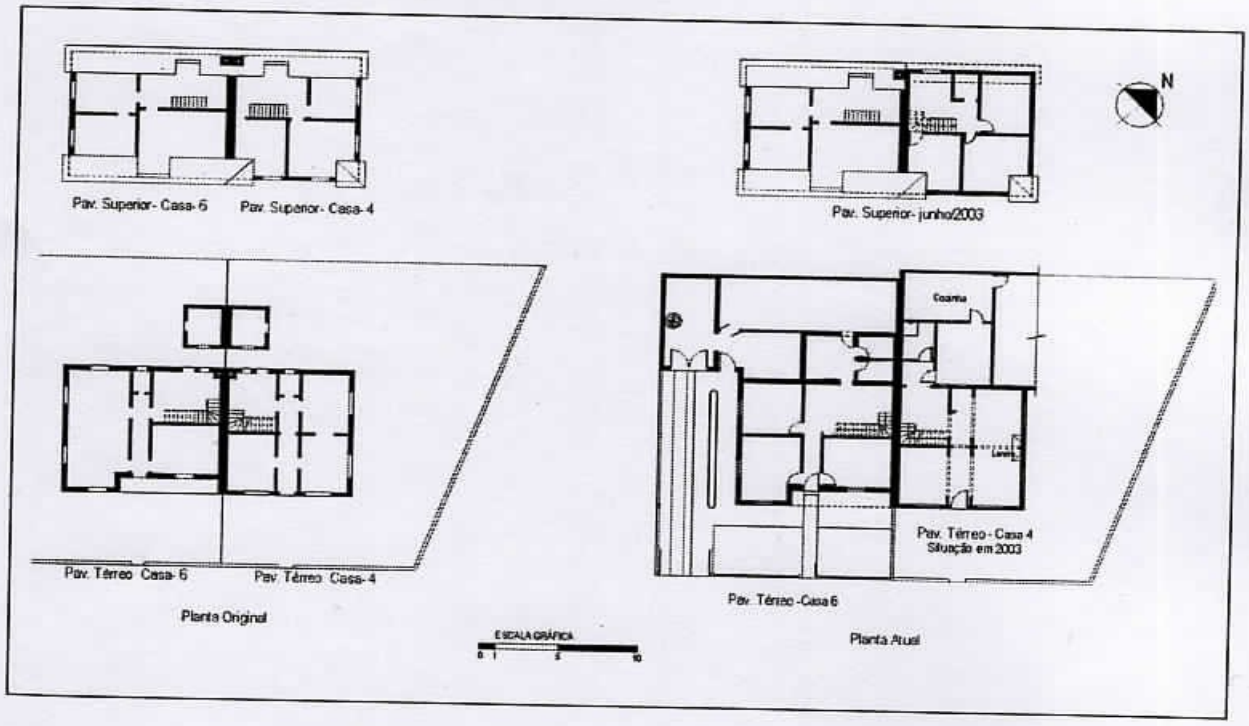
Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 170 Rub.

FIGURA 92: Eisenheim Estate e Dortmund

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2770-1100/85-1
Fls. 171 Rub.

Casas 4 e 6





Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 172 (172) Rub.

CASAS - 4 E 6

As casas para mestres de números 4 e 6 ficam no terreno de esquina oposto ao do Cassino dos Mestres. Ambas possuem documentação de plantas da C.U.F e da P.M.R.G.[90], conforme registra Guigou-Norro[91]. Utilizou-se de base a planta transcrita desta documentação, além de um levantamento no local para verificar a situação atual das habitações. *(Figura 93)* O conjunto originalmente era isolado no lote, mas atualmente possui recuos laterais e frontal devido a acréscimos feitos nos fundos. Em relação ao entorno, tem um atributo de realce por sua implantação e sua escala.

FIGURA 93: Foto antiga das casas 4 e 6

As casas de números 4 e 6 possuem unidade, apesar de se caracterizarem por duas habitações distintas. São casas de parede dividida e possuem uma complexa composição plástica e muito interessante – dispostas como um volume de base retangular com uma cobertura em forma de caixote com planos inclinados interseccionados a outros planos de cobertura no canto esquerdo do volume.

---

[90] PMRG – Prefeitura Municipal do Rio Grande

[91] Guigou-Norro, J.A. *A Vila Operária na República Velha:* o caso Rheingantz. Porto Alegre: UFRGS, Faculdade de Arquitetura, 1994. Orientador: Günther Weimer. p. 195 e 199 - Para as de n. 4 e 6 datam de 16 de outubro de 1936,16 de março de 1950, 26 de julho de 1951 e 22 de junho de 1976.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 173 Rub.

As fundações são de blocos de pedra, as paredes externas são de alvenaria de tijolos maciços e as internas são de divisórias de madeira no segundo pavimento, e de tijolos no térreo. A cobertura do telhado em mansarda é bem complexa e sofisticada para a época toda de tesouras de madeira perpendiculares as paredes apoiada num frechal com pilares de madeira apoiado nos cantos e com caibramento fechando a lateral, e apoiando-se nas paredes. O uso de telhas do tipo francesas e a água furtada são compostas de tesouras de madeira na cobertura da casa de n. 4.

O programa original da casa n. 6 (esquerda – *Figura 94*) atribuía ao térreo um longo corredor central intercomunicando duas salas de frente, sendo uma mais ampla, uma cozinha e uma despensa; o banheiro localizava-se num compartimento externo nos fundos. No segundo pavimento um grande distribuidor interligava dois dormitórios, sendo um dividido em dois.

FIGURA 94: Casa n. 6 à esquerda

Na casa de n. 4 (direita) a organização espacial é um pouco parecida com a de n. 6, porém devido à falta do alpendre possui uma conformação mais quadrática, possibilitando uma maior simetria e dimensão mais homogênea nos compartimentos. Tratando-se de um longo corredor central, que interliga três salas, a cozinha e uma pequena despensa ao fundo, o banheiro também está externamente à casa. No segundo pavimento um distribuidor interliga três dormitórios.

A distinção feita para individualizar cada residência se dá através da inserção de elementos de composição de fachada, e principalmente das coberturas. Na casa de n. 6 o plano da cobertura é um elemento de composição dominante, possui uma abertura no telhado

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/85-1
Fls. 174 Rub.
(174)

guarnecida de caixilho de madeira de arco pleno subdividido em quatro partes, denominada de lucarna curva ou sobrancelha (asa de morcego) *(Figura 95)*

FIGURA 95: Detalhe da lucarna curva ou sobrancelha

O plano da fachada de alvenaria possui um pequeno alpendre, é o caso que possui um pequeno recuo conformando uma para o acesso principal e as esquadrias do pavimento térreo *(Figura 96)* são todas janelas de abrir com bandeira fixa de arco pleno subdivididas por um montante em duas partes, e possuem veneziana. A porta principal caracteriza-se por uma porta almofadada de madeira com verga reta e bandeira fixa com caixilhos de vidro. A planta tem um programa simples com uma sala principal, cozinha, jantar e três dormitórios, sendo a lucarna a iluminação do quarto de maior dimensão do segundo pavimento. O banheiro é externo e de meia-parede com o da casa n. 4.

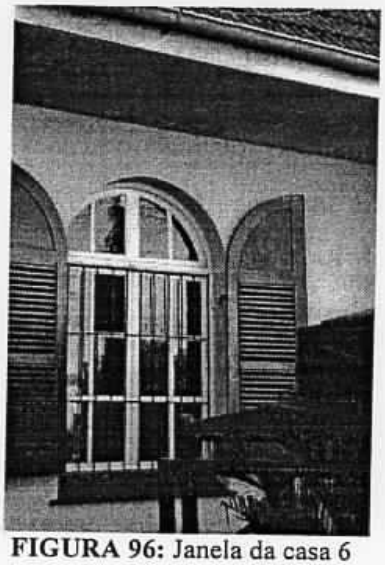


FIGURA 96: Janela da casa 6

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 175 Rub.

A casa de n. 4 *(Figura 97)* por sua vez, possui uma composição de fachada que toma partido de uma água furtada construída no sentido perpendicular à cobertura principal, que cobre as duas unidades habitacionais como um todo. Individualizando essa residência e tendo como elementos de composição de fachada um óculo no segundo pavimento, duas janelas com verga reta e veneziana, no primeiro pavimento, permanece o uso de verga reta e temos duas janelas simétricas em relação à porta principal, que tem a mesma altura de verga da porta da casa n. 6.

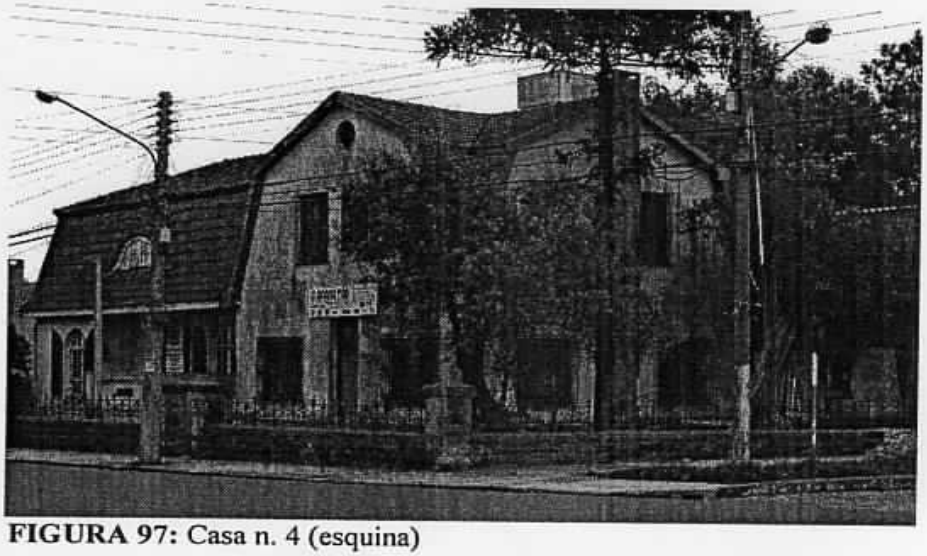


FIGURA 97: Casa n. 4 (esquina)

Atualmente a casa de n. 6 foi reformada para se adaptar ao novo uso de Escola de Informática. Na entrada permanece o longo corredor central que dá acesso à direita e à esquerda a duas salas de aula de mesma dimensões; mias ao fundo e à esquerda uma pequena sala da administração. Ao fundo, a despensa foi retirada e um amplo distribuidor interliga aos serviços no fundo e a escada. Os serviços do fundo compõem-se de um compartimento com dois banheiros que se interliga a um grande galpão que serve para reparos em computadores e se liga à esquerda a uma garagem com uma escada caracol, que dá acesso a mais um compartimento de depósito. No segundo pavimento permanece a disposição original da casa, com um distribuidor que interliga a uma sala próxima à escada à esquerda de dimensões maiores, utilizada como sala de aula; a outra sala em frente à escada, de menor dimensão, se comunica com uma outra sala que não tem acesso pelo distribuidor, utilizada para arquivos e depósito. Ambas possuem iluminação por janelas que compõem a fachada lateral da residência.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 270-1100/95-1
Fls. 176 Rub.

Na casa de n. 4 está sendo feita uma reforma atualmente, e foram modificados elementos estruturais, revestimentos e o programa original do térreo, principalmente. A entrada acessa um longo corredor central que intercomunica à esquerda a um ambiente que é a sala de estar, à direita a uma sala de dois ambientes com lareira; ao fundo à esquerda a um distribuidor grande com uma escada nova; aos fundos em frente à escada uma porta acessa ao banheiro e à cozinha. A cozinha está separada do corpo principal da casa por uma área de iluminação, e atualmente está anexada ao novo prédio comercial (loja) construído nos fundos do terreno recentemente. Na parte superior, a escada desemboca em um distribuidor amplo; na frente da escada e à direita temos dois dormitórios, à esquerda um banheiro e seguindo o distribuidor, no canto acima do vão da escada, outro dormitório.

Na casa de n. 6, os revestimentos de pisos são todos de táboa de pinho; nos banheiros, cozinha e nos fundos os pisos são de lajota; as paredes de todas as peças são rebocadas e pintadas, as paredes do segundo pavimentos são divisórias de madeira, os forros são de madeira e de Eucatex, a escada é toda estruturada em madeira. As instalações de água e luz são todas novas e alguns caixilhos de madeira das portas foram trocados por novos. Na casa de n .4, os pisos originais foram trocados por taboa de ipê, o piso do segundo pavimento foi estruturado com pré-laje, nos vãos abertos foram construídas vigas de sustentação para as paredes do segundo pavimento, piso de lajotas nos banheiros e cozinha; as paredes receberam rebocos novos e serão pintadas, as paredes dos banheiros e cozinhas têm revestimento de azulejos; numa parede do térreo há revestimento de pedra irregular, os forros são de laje aparente que receberá pintura. As instalações de luz e água são todas novas.

Esse uso de cobertura pode ser encontrado em residências construídas no século XVII, como na casa de Conyn-an Renssealer, de 1766 *(Figura 98)* ou como a casa de telhado plano e feita de pedra datada de 1724, chamada Van Loon House *(Figura 99)*. No caso das casas de n. 4 e 6 o telhado é recoberto de telha francesa, que também garante essa aparência de telhado plano.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2770-1100/95-1
Fls. 177 Rub.

FIGURA 98: casa de Conyn-an Renssealer

FIGURA 99: Van Loon House

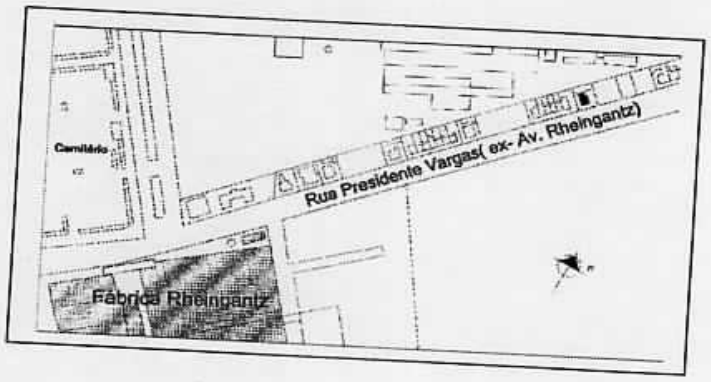
Neste outro exemplo *(Figura 100)* da Verplanck-Van Wyck House, datada de aproximadamente 1768 a 1827 de tempo de construção, onde podemos notar que também há uma utilização do óculo – elemento que serve para iluminação e ventilação, as esquadrias da fachada possuem verga reta e uma certa simetria como na casa de n. 4.

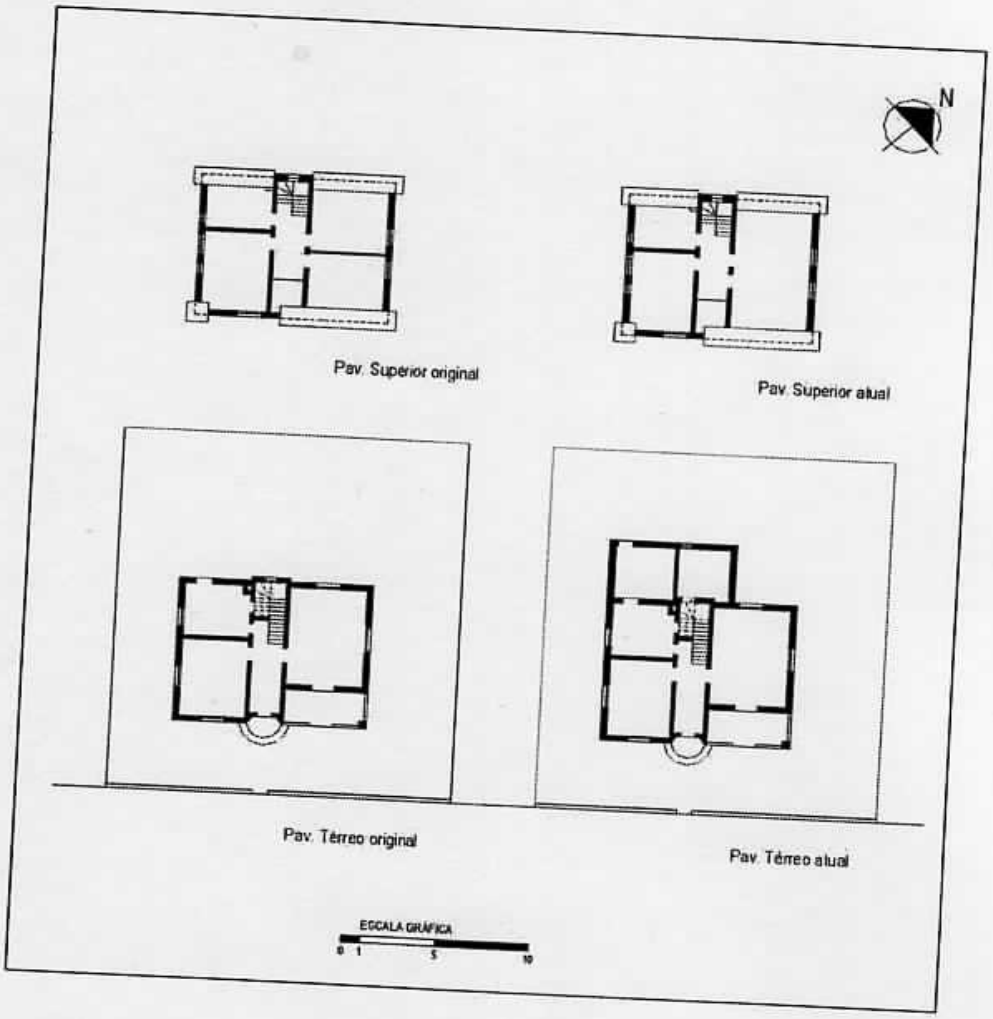
Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 178 Rub.

FIGURA 100: Verplanck-Van Wyck House

Casa 46

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2770-1100/95-1
Fls. 179 Rub.





Secretaria da Cultura
Proc. nº 2770-1100/95-1
Fls 180 Rub.

CASA - 46

Para a casa de n. 46 as plantas originais não foram encontradas, sendo feito um levantamento no local com o auxílio das plantas transcritas na dissertação de Guigou-Norro[92]. *(Figura 101)*

FIGURA 101: Casa 46

A morada possui um recuo frontal e é isolada no lote – em relação ao entorno está em harmonia com a sucessão de casas que conformam a rua, tanto em questão de escala como de implantação. Trata-se de um prédio de planta de base retangular com uma saliência em uma das faces, e com uma cobertura com dois pares planos, com altura e declividades diferentes.

As fundações são de aparelhos de pedra, as paredes externas são de alvenaria portante de tijolos maciços, paredes internas de estuque, o telhado é todo de tesouras de madeira com inclinações e posições distintas do madeiramento, coberto com telhas finas de cerâmica. Esta casa de mestre possui uma cobertura de duas águas, com uma água furtada voltada para a fachada principal, possuindo um espigão na altura mais baixa da cumeeira do telhado principal.

[92] Guigou-Norro, J. *A vila operária na república* velha: o caso Rheingantz. Porto Alegre: URGS, 1994. p. 194

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 181 Rub.

Originalmente os compartimentos da casa caracterizavam-se no térreo por duas salas, uma cozinha, um compartimento embaixo do vão da escada e um banheiro com acesso externo. No segundo pavimento, quatro dormitórios e um armário ao fundo do corredor.

A fachada tem uma bela composição de elementos e planos com o recurso de um alpendre, aproveitando o caimento do telhado. A empena da água-furtada, que é o plano mais saliente, possui decoração de escoras, janelas com verga reta e caixilhos de madeira. A porta é muito sofisticada, de madeira e almofadada com entalhes de figuras geométricas com verga em arco abatido. No alpendre há uma porta-janela com caixilhos de madeira com vidro, um pilar com base quadrada e um barrote de madeira que sustenta o vão. (*Figura 102*)

FIGURA 102: Detalhe da empena

A casa é caracterizada por um longo corredor central intercomunicando à esquerda uma sala de frente e à direita uma sala maior com ligação ao alpendre; ao fundo a escada, e à esquerda temos um compartimento – uma espécie de copa. Nesse compartimento temos duas ligações: uma à direita debaixo do vão da escada que dá acesso a um amplo banheiro, e outra porta no canto esquerdo superior liga à cozinha. No segundo pavimento, na chegada da escada, tem-se atualmente outro banheiro à direita, um dormitório ao lado e à esquerda outro quarto amplo com duas portas de acesso. Nos fundos foi construído um compartimento ocupando toda largura do lote para uso de salas para a administração da escola.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 182 Rub.

Os pisos são todos de assoalho de madeira, nas áreas de serviço e banheiros são pisos cerâmicos, nas paredes o reboco recebeu pintura nova e foi refeito em algumas partes; no banheiro do térreo as paredes são revestidas de azulejos, os forros são todos de madeira tipo saia-camisa e originais, pois não foram trocados mesmo com a reforma feita há um ano. As instalações elétricas e hidráulicas foram refeitas mas os caixilhos de madeira das portas são originais, incluindo a escada. As portas internas possuem molduras e bandeiras com caixilhos de madeira com vidro.

Em construções inglesas da década de 1920, como na dos arquitetos MM. Castle e Warren *(Figura 103)* na Amberley House em Norfolk Street, Londres, vê-se claramente o mesmo recurso usado na Casa n. 46, com a utilização de água furtada, volumetria da cobertura semelhante, uma inclinação acentuada, revestimento do telhado com telha plana e alpendre, tratando-se de características de habitações residenciais comuns naquela época.

FIGURA 103: Amberley House

Uma outra residência projetada pelos arquitetos MM. Warwick e Hall, na South Square, Gray's Inn em Londres *(Figura 104)* ilustra a mesma forma de decisão de projeto de cobertura usada na casa n. 46: o espigão da água furtada tem uma altura inferior da cumeeira do telhado principal, causando uma interessante movimentação nos planos do telhado.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2770-1100/85-1
Fls. 183 Rub.
139

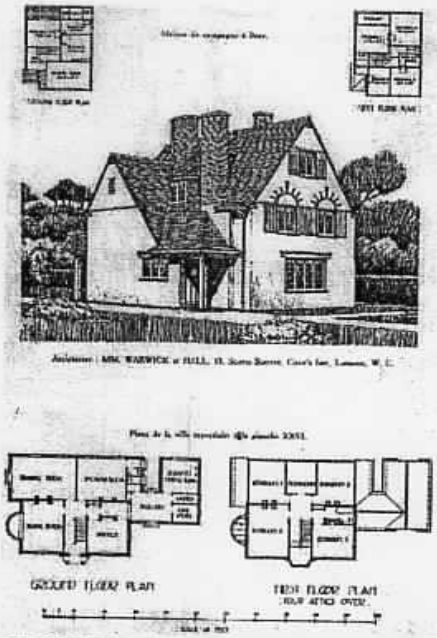


FIGURA 104: South Square, Gray's Inn, Londres.

Num outro exemplo de manuais de periódicos provindos da Alemanha (*Figura 105*), há a mesma solução de cobertura com telha plana. Um belo exemplo de habitação do subúrbio inglês projetada pelo arquiteto M.R.T. Longden segue a mesma tipologia empregada na casa n. 46. Porém com mais sofisticação, a admirável fachada do exemplo tem elementos similares ao da casa de mestre, como telhas planas, água-furtada e escoras de madeira na empena. *(Figura 106)*

FIGURA 105: Manuais da Alemanha

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/85-1
Fls. 184 Rub.

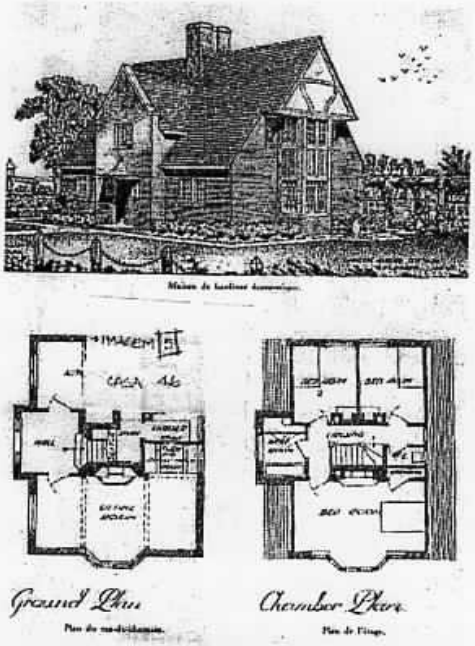
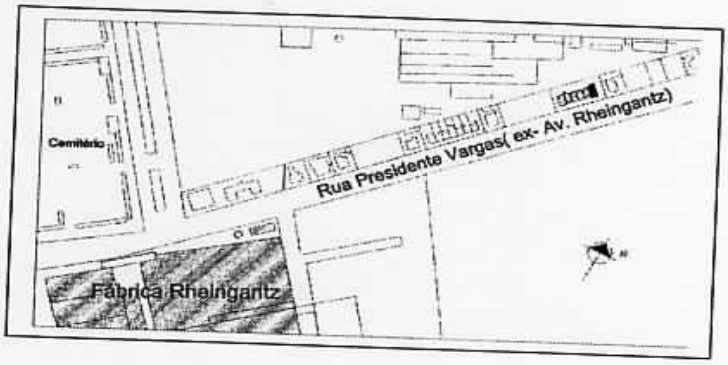


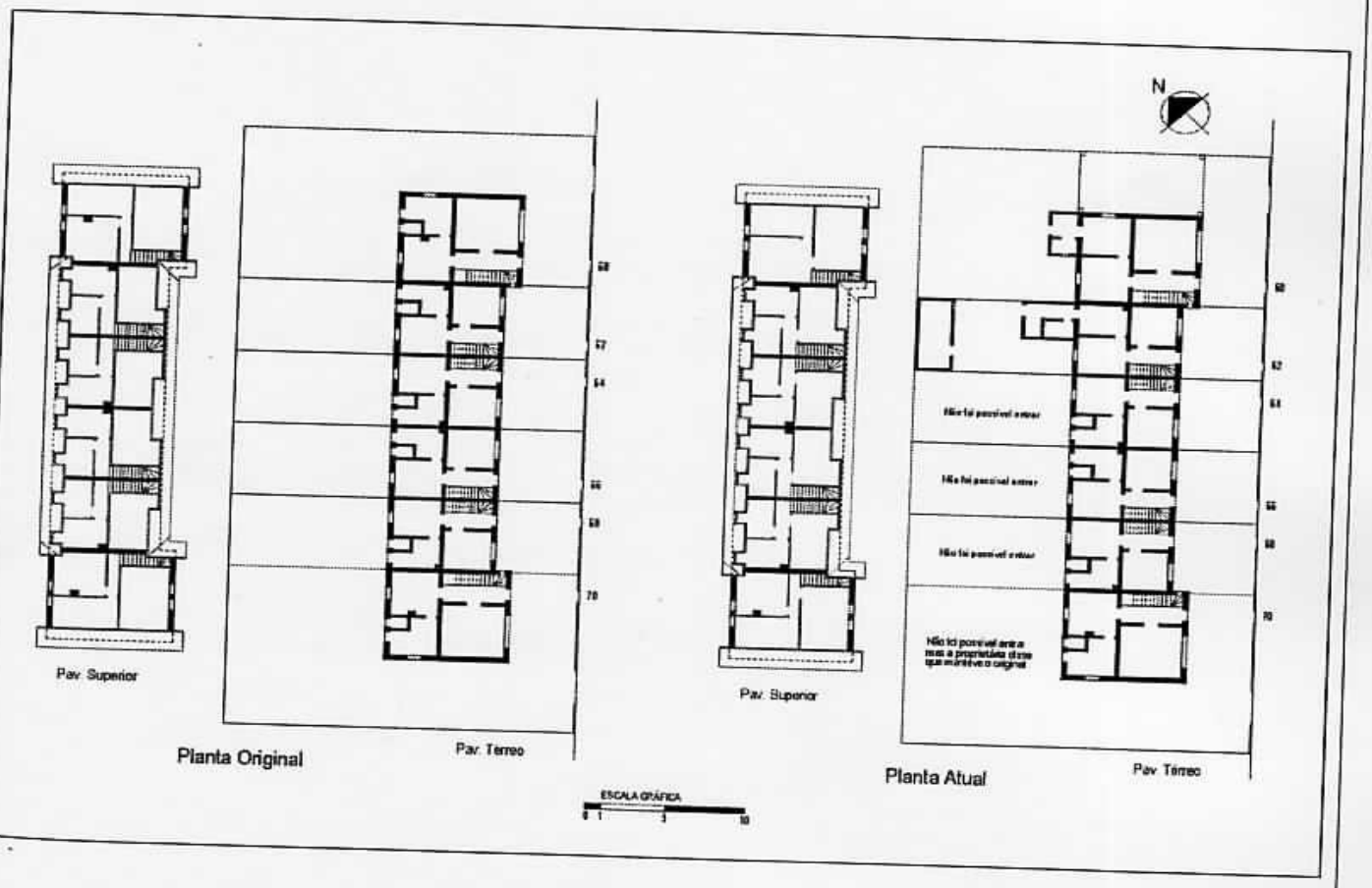
FIGURA 106: Habitação do subúrbio inglês

PROC: 2778 - 11.00/95.1

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 185 Rub.

Casas 60-70





Secretaria da Cultura
Proc. nº 2770-1100/95-1
Fls. 186 Rub.

CASAS - 60 A 70

O grupo de seis casas para operários de números 60 a 70 tem uma fonte documentada[93] (*Figuras 107, 108*). O conjunto de edificações está implantado em fita, isolado no lote e com recuo frontal, mas com acessos individuais. O volume configura uma espécie de "C" com cobertura piramidal em duas posições diferentes, mas inteiramente da mesma altura.

FIGURA 107: grupo de casas

FIGURA 108: grupo de casas do meio

As fundações são de pedra aparelhada, as paredes externas são de alvenaria de tijolos maciços e as internas do térreo igualmente, porém as paredes internas do segundo piso são de

[93] Guigou-Norro, J.A. *A Vila Operária na República Velha*: o caso Rheingantz. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995. p. 186. [de uma planta geral de 29 de setembro de 1925 da C.U.F e outras duas contendo cortes e fachadas]

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 187 Rub.
PROC: 2778-11.00/95.1

estuque e outras são de divisórias de madeira ortogonal ao caimento do telhado. A cobertura é de duas águas com madeiramento em tesouras, uma para cada unidade, com reforços de mãos francesas; as telhas utilizadas são de cerâmica finas que imitam escamas de peixe.

As habitações caracterizam-se por uma mesma organização em planta rebatida simetricamente e com parede dividida. Entretanto, as casas dos ressaltos possuem dimensões maiores que as do meio. O projeto original contemplava no térreo um quarto, uma copa/sala e uma cozinha. No segundo pavimento um corredor central e três dormitórios. Mais tarde foi anexado um banheiro ao corpo de cada casa , com acesso externo.

A fachada simétrica possui várias aberturas, janelas com caixilho de madeira com verga reta e de abrir, portas de madeira com envidraçado, trapeiras, frisos. A fachada é muito interessante e bem resolvida, usa materiais simples em contraste com um elemento sofisticado para iluminação, as trapeiras[94], promovendo um requinte ao conjunto.

Os espaços internos atualmente possuem particularidades e não foi possível entrar em todas as casas, porém será feita uma transcrição do partido geral devido a um levantamento feito no local nas casas de número 68 e 70, que permitiram a entrada. Como descrito anteriormente, as casas dos ressaltos diferenciam-se por uma dimensão um pouco maior, mas o programa espacial é o mesmo. Na entrada principal tem-se um pequeno distribuidor com uma escada que interliga à direita a um quarto de frente e ao fundo à uma copa que se comunica com a cozinha. Esta tem ligação a um anexo que se liga à direita ao banheiro para que o mesmo tivesse o acesso ao corpo da edificação internamente. No segundo pavimento, um corredor central interliga à direita a um quarto amplo e à esquerda e ao fundo a dois quartos menores.

Os pisos são de taboa de pinho em todos os compartimentos, porém na cozinha e banheiro são de cerâmica; os forros são de madeira do tipo saia-camisa e as paredes são rebocadas com pintura de cal. As instalações elétricas são aparentes e algumas foram trocadas, as hidráulicas são com canos de ferro e manilhas de cerâmica. Presença de moldura nas portas e rodapé de madeira na casa 70.

O uso dessa tipologia como o do conjunto de casas 60-70 é usual em habitações econômicas residenciais e operárias, como na do arquiteto M.R.F. Johnston *(Figura 109)* Neste

---

[94] Albernaz, M.P. ; Lima, C.M. *Dicionário Ilustrado de Arquitetura*. 2.ed. São Paulo: ProEditores, 2000. p. 634 [Trapeira - abertura no telhado guarnecida de caixilho para iluminar, ventilar ou permitir a passagem para desvão]

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 188 Rub.

exemplo, semelhante ao caso das habitações 60-70, temos o espigão na mesma altura e a simetria na composição de fachada.

FIGURA 109: habitações econômicas residenciais

Neste grupo de seis casas para operários da C.U.F., a forma como foram resolvidas as trapeiras assemelham-se às técnicas representadas nos manuais de construção civil[95] (*Figura 110, a e b*), pois aproveitam o caimento do telhado e o madeiramento para inserir este elemento. *(Figura 111).*

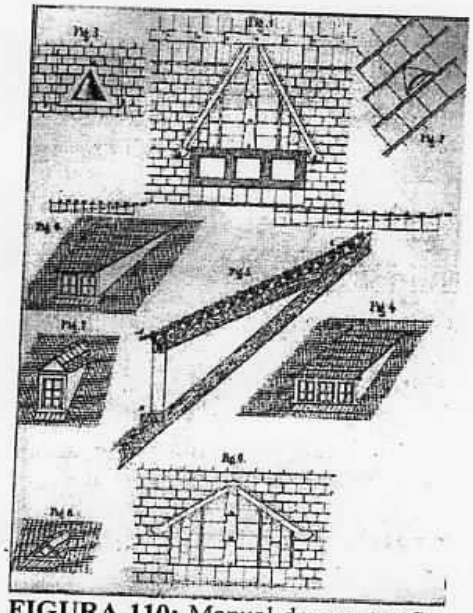


FIGURA 110: Manual de construção, fig. 5 e 4

[95] Breymann, G.A Trattato Generale di Costruzioni Civili. Vo.l I. Ed. Dottor Francesco Vallardi. Milano, 1926. p.100

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/85-1
Fls. 109 Rub.

FIGURA 111: Figuras das trapeiras das casas 62 a 68

Um outro exemplo de casas repetidas é o estágio inicial de Margaretenhof Estate em Rheinhausen, construída por Schmohl para Krupp em 1903 (*Figura 112*- Margaretenhof Estate, Rheinhausen am Rhein, 1903-5). As habitações são arranjadas em grupos de casas repetidas, uma forma de moradia mais comum na Inglaterra do que na Alemanha, arrumadas em forma ordenada na quadra. As casas são projetadas com estreitas fachadas todas iguais, e possuem uma planta e volume similares ao das casas 60-70. Neste caso, a implantação destas casas é baseada numa praça formal e distinta da usada no conjunto de habitações da C.U.F.

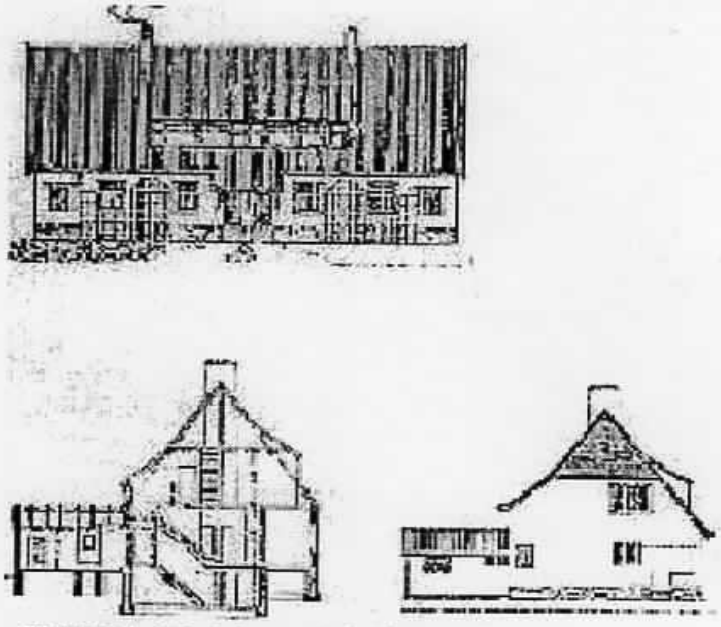


FIGURA 112: Margaretenhof Estate

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-11.00/95-1
Fls. 190 Rub.

Os anos de 1850 ofereceram muitas modificações de moradias para trabalhadores, as quais foram rejeitadas e refeitas com um modelo mais aceitável. O próximo exemplo é de moradias planejadas por sociedades com membros das prefeituras locais[96], como é o caso da casa construída pela Sociètè dês Cites Ouvrieres em Le Havre (*Figura 113*), fundada por Jules Siegfried em 1871, e projetada por F. Lemaitre.

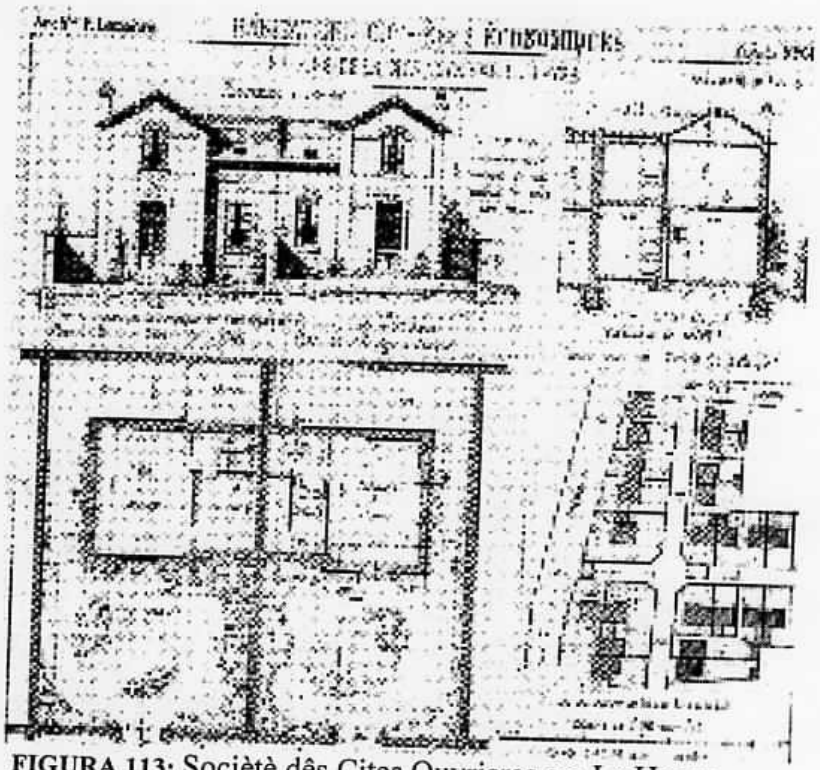


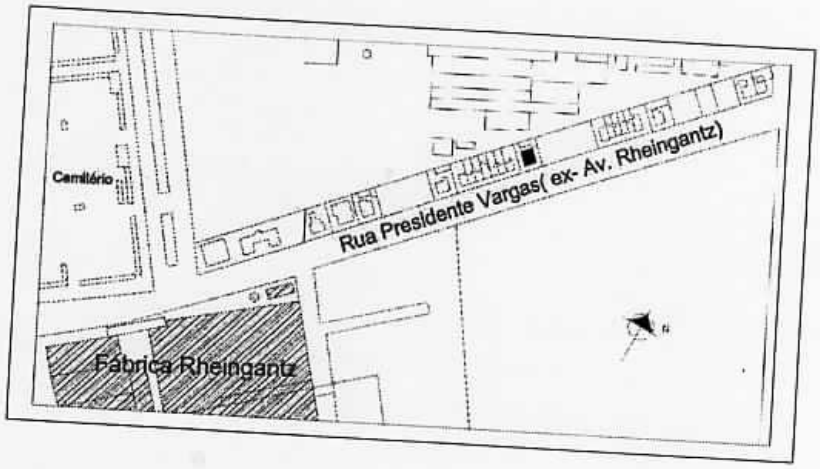
FIGURA 113: Sociètè dês Cites Ouvrieres em Le Havre

Algumas casas tinham um valor elevado, mas as mais baratas eram compradas por operários da construção civil, das fábricas de algodão, entre outros. Estas casas eram dispostas duas a duas, possuíam um jardim na frente e um eixo de simetria na parede dividida no qual a planta era rebatida, tanto em plano como em elevação. Os remates das portas e janelas possuem uma sofisticação maior do que as das casas 60-70, entretanto o tipo de implantação é o mesmo.

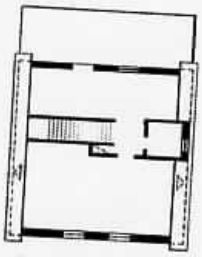
[96] Com um suporte oficial, o Imperador concedia uma quantia para as companhias que construíssem casas para venda ou aluguel, o capital repassado para financiar as construções, proporcionava aos ocupantes comprá-las em até 14 anos, em alguns casos.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2770100/95.1
Fls. 191 Rub.

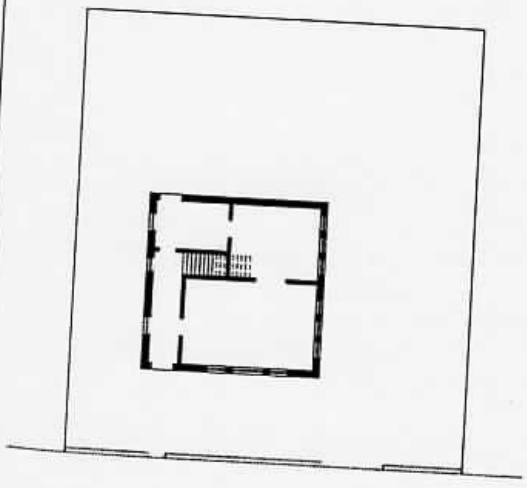
Casa 102



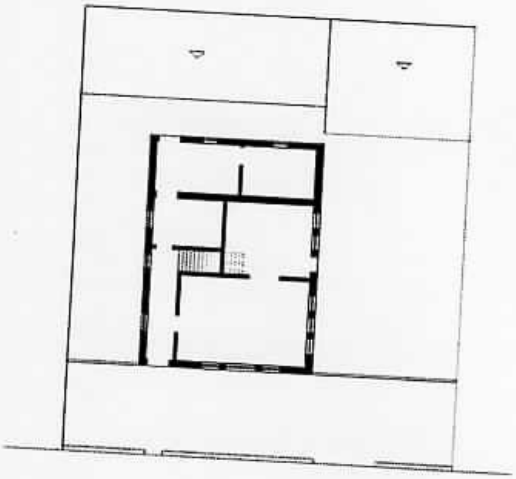
Pav. Superior original



Pav. Superior atual



Pav. Térreo original



Pav. Térreo atual

ESCALA GRÁFICA
0 1 5 10

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95.1
Fls. 192 Rub.

CASA - 102

A casa de mestre de número 102 não possui plantas originais e a autoria do projeto não pode ser constatada, pois no selo dos levantamentos encontrados o construtor sempre aparece como sendo a C.U.F. A casa tem um estilo arquitetônico que lembra o colonial holandês[97] e possui uma implantação isolada no lote com recuo frontal. Há uma relação de destaque com o entorno devido a sua volumetria como um todo. A morada é um belo exemplar arquitetônico composta por um volume de base retangular facetado na parte superior devido à decisão do uso de cobertura em gambrel. *(Figura 114)*

FIGURA 114: Foto antiga da casa 102 e seu entorno

As fundações são feitas de blocos de pedra, as paredes são de alvenaria sólida de tijolos maciços no térreo e no segundo pavimento, além de paredes de tijolos, temos também divisórias de madeira e forro seguindo até o chão, conformando algumas paredes laterais.

O telhado se subdivide em cada lado da cumeeira em uma vertente menor encimada por outra, mais íngreme. A estrutura é toda de madeira de pinho com repetidas tesouras de madeira com pendural único. A cobertura é feita com telhas francesas.

---

[97] Ching, F.D. *Dicionário Visual de Arquitetura.* São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 43 - diz-se da arquitetura residencial dos colonos holandeses de Nova York e Nova Jersey no século XVII, normalmente caracterizada por telhados curvos apoiados em pórticos situados nos lados maiores.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 193 (193) Rub. 149

O programa original consistia em um longo corredor lateral no térreo interligando duas salas, a escada e ao fundo a cozinha. No segundo pavimento, uma pequena circulação intercomunica três dormitórios, sendo um de frente e o banheiro central. A construção não-usual com este tipo de cobertura promove uma fachada destacada, sendo que as cinco aberturas e a porta de acesso na lateral são elementos que compõem um plano com a presença de mais cheios que vazios.

FIGURA 115: Foto atual da Casa de mestre n. 102

O beiral do telhado produz um marcante destaque do plano da fachada, pela forma e o recorte que produz. A lucarna caracteriza-se por um elemento de composição e destaque da fachada lateral, além da característica funcional de iluminação/ventilação do banheiro.

As esquadrias são todas de verga reta com emolduramento em seu contorno. As janelas são de abrir com caixilhos de madeira com vidro e veneziana. Na fachada principal, no térreo, temos três janelas com um emolduramento em todo contorno proporcionando uma composição única. As demais caracterizam-se por janelas emolduradas, de verga reta com caixilhos de madeira com vidro. A porta principal também possui moldura e é de madeira e almofadada. *(Figura 116)*

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 194 (134) Rub.

FIGURA 116: Detalhe da casa 102

O fechamento por muros das laterais foram aumentos feitos durante os anos, devido aos acréscimos construídos nos fundos e na lateral do terreno para garagem, churrasqueira e piscina. A residência está sendo reformada atualmente: na entrada principal o longo corredor lateral intercomunica à direita primeiramente a uma sala que se liga a outra com dimensões menores. Seguindo o corredor lateral, à direita há uma escada de acesso ao segundo andar, depois uma ante-sala pequena e a cozinha. A cozinha é um aumento posterior feito na reforma anterior, e se comunica com uma área de serviço. Nos fundos há um compartimento com banheiro, uma churrasqueira, garagem e uma piscina na lateral da casa.

No segundo pavimento a escada leva a uma circulação central pequena que liga a um quarto de frente amplo à direita, à frente há um banheiro e à esquerda há um outro dormitório com sacada.

Os pisos do corredor,cozinha, área de serviço e das salas do térreo são de lajotas, enquanto que os dormitórios têm piso de assoalho. Os forros de madeira estão presentes em todos os compartimentos da casa. Havia cimalha de madeira que provavelmente acompanhava o forro tipo saia-camisa original, mas que foi retirada pelo estado de deterioração. As paredes são todas de reboco pintado e as instalações elétricas e hidráulicas foram trocadas, pois ainda existiam manilhas de cerâmica e canos de ferro que estavam em péssimo estado.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 195 Rub.

Esse modelo internacional de construção evoca modelos holandeses, como é o caso de exemplos de construções em Hudson Valley de casas Holandesas[98] antes de 1776; no projeto construído em 1701 por Hendrick Kip, no condado de Kipsberger *(Figura 117)* as porções centrais e norte foram adições feitas provavelmente no século XIX e os telhados, portas, janelas e venezianas foram alteradas ainda mais tarde. A construção diferenciada pela qual a casa de número 102 é contemplada,possui a mesma composição de fachada e cobertura com uso de trapeiras que a casa Kip, verificando-se, assim, uma semelhante decisão de projeto. Um outro exemplo de Hudson Valley é a casa Verplank *(Figura 118)* em Beacon, Nova York. Trata-se de duas partes distintas: a de dois pavimentos mais atrás, de 1804, e a da frente de 1740. Na parte mais antiga temos materiais como pedra e estuque.

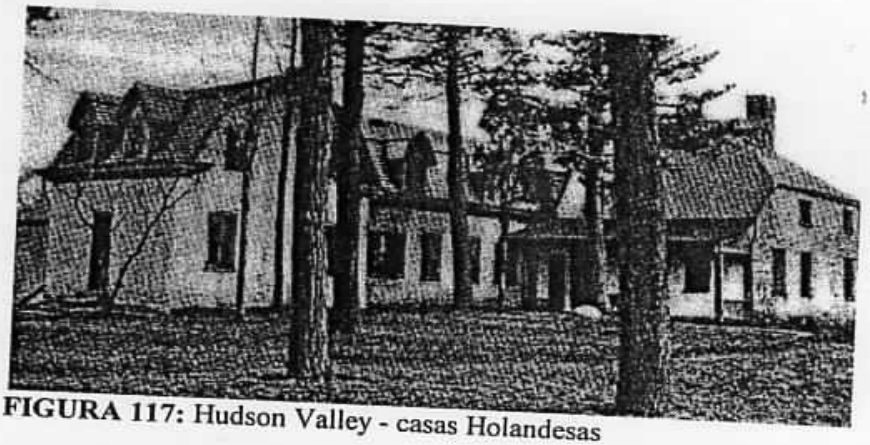


FIGURA 117: Hudson Valley - casas Holandesas

FIGURA 118: Hudson Valley - casa Verplank

[98] Reynolds, H.W. *Dutch Houses in the Hudson Valley Before 1776.* Dover Publications, Inc., New York, s/data. P. 148 e 419.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95.1
Fls. 196 Rub.

O mais intrigante é o fato de que nesse caso temos o uso da varanda, na casa de número 102 como o vão e a inclinação são diferentes, não há esse tipo de elemento.

Outro exemplo deste tipo de habitação é o conjunto de casas para operários em Waziers, perto de Douai que é um conjunto de casas corridas, mas com mesma volumetria, implantação e cobertura da utilizada na casa de número 102.

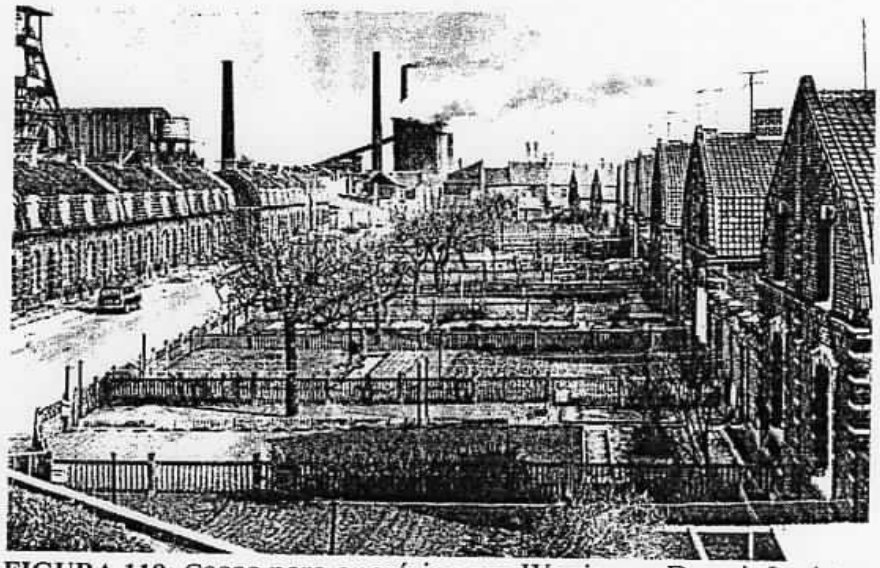
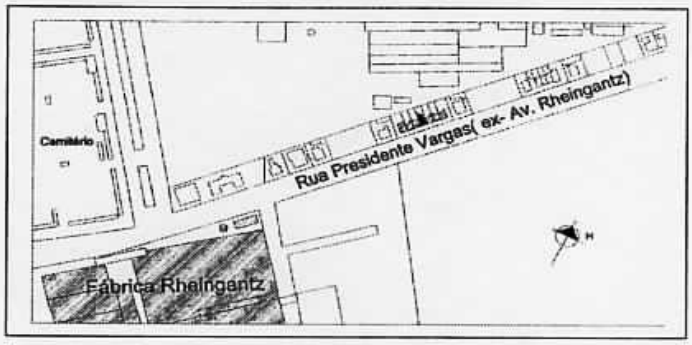
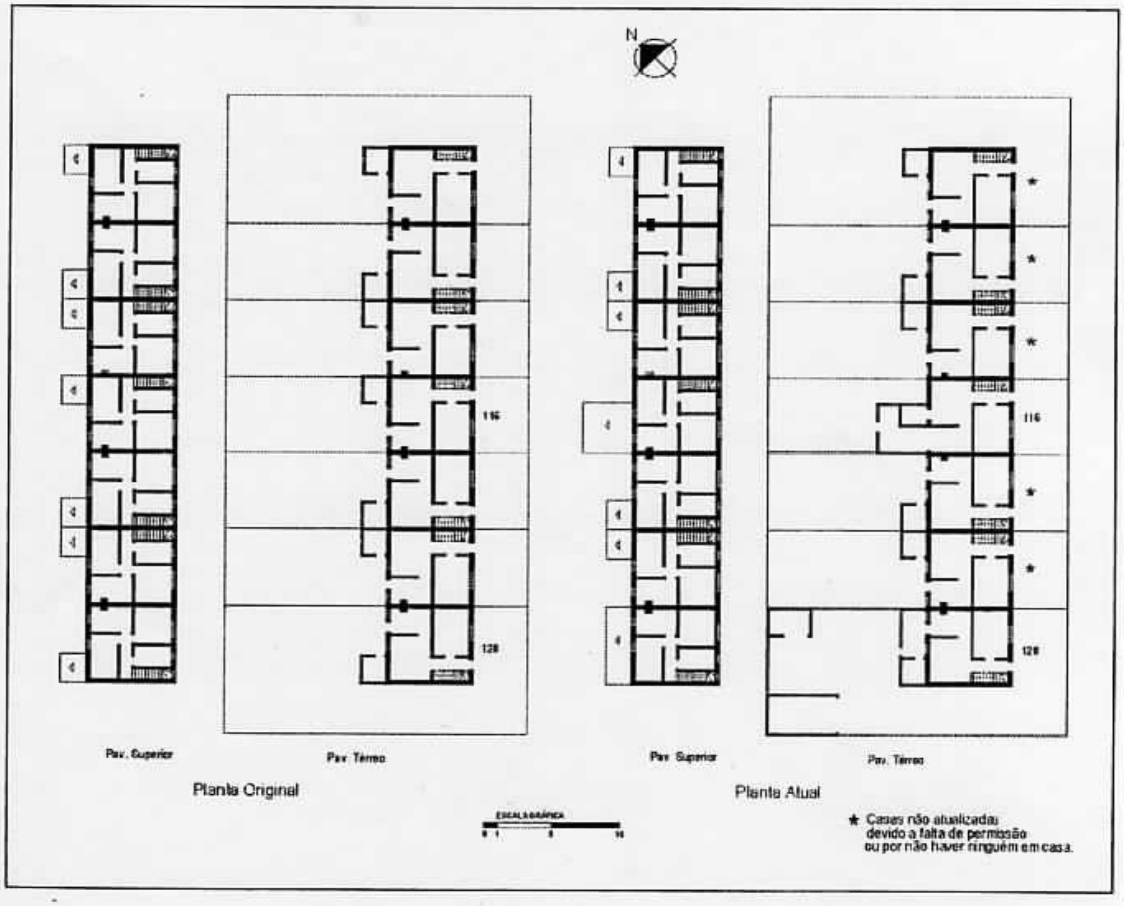


FIGURA 119: Casas para operários em Waziers – Douai, Inglaterra

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-11.00/95.1
Fls. 197 Rub.

Casas Corridas 128-110





Secretaria da Cultura
Proc. nº 2770-1100/95-1
Fls. 198 - Rub.

CASAS CORRIDAS

O conjunto de casas corridas de parede dividida *(Figuras 120 e 121)* não possui plantas originais, mas foi dada entrada na Prefeitura Municipal do Rio Grande datada de 1925, uma planta de uma das casas com uma proposta de ampliação dos fundos, o que nos possibilita a precisão da construção ser anterior ao ano de 1925.

FIGURA 120: Conjunto de casas

FIGURA 121: Detalhes

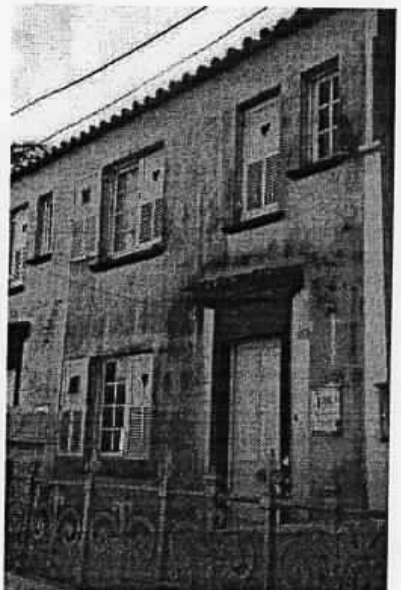


FIGURA 122: Detalhes da porta e gradil

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 199 Rub.
PROC: 2778-11.00/95.1

Conjunto de casas construídas com parede dividida com recuo frontal e isoladas no lote. O edifício compreende um volume único de base retangular conformando um prisma de formas clássicas, com uma cobertura formada por um volume único triangular. Em relação ao entorno imediato é um elemento de realce, a linearidade e a escala do conjunto fazem com que se sobressaia das demais edificações.

As fundações são de sapata corrida, presença de alvenaria de tijolos maciços nas paredes externas e internas; no segundo pavimento paredes de estuque. A cobertura é simples de duas águas com telhas tipo capa canal. A estrutura é de tesouras de madeira reforçada no sentido contrário da tesoura com mãos-francesas. Cada módulo de habitação possui uma estrutura de tesoura e duas empenas de tijolos maciços, que são a continuação da parede dividida.

As habitações possuíam um programa original que caracterizava-se pela parte térrea de um corredor lateral com escada interligando um dormitório de frente e a copa e cozinha. No pavimento superior, um corredor central interliga quatro quartos. Mais tarde foi construído um banheiro nos fundos, anexado ao corpo da casa, com acesso externo. O mais intrigante é que o programa espacial destas habitações é semelhante ao das casas de meio do conjunto de casas de números 60-70.

A fachada principal do conjunto caracteriza uma harmônica repetição de elementos de composição com predominância dos vazios em relação aos cheios. A individualidade de cada habitação se dá pelo muro com acesso com um portão individual. Os repetidos planos de fachadas apresentam cada um, no andar inferior, janela de abrir com subdivisão em duas partes e com caixilhos de madeira com vidro, com veneziana aplicada na parte inferior da folha e madeiramento fixo macho e fêmea, e um vazado em forma de coração na parte superior da veneziana. As janelas apresentam peitoril com pingadeira (*Figura 122)*. A esquadria da porta de entrada é feita de madeira com um almofadado simples. A porta é rematada por uma moldura e um friso com cimalha de sobreverga coberta com telhas, para proteção das intempéries. No segundo pavimento temos três janelas, duas de abrir com veneziana semelhante a do térreo e uma menor fixa e sem veneziana.

Os espaços internos hoje em dia permanecem os mesmos, excetuando que a maioria das habitações nos fundos do térreo fez ampliações para uso de fins de serviço e banheiro. Através do acesso principal, o corredor interliga à direita a um dormitório e à frente a uma espécie de copa/sala que se liga à cozinha. Da porta de saída da cozinha ao que anteriormente era o pátio,

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 200 Rub.

tem-se uma área com serviço de lavanderia e à esquerda um amplo banheiro, o único da casa. Nos fundos há uma garagem e um compartimento para depósito. No segundo andar, do corredor central à direita, tem-se acesso a dois quartos,há mais um ao fundo e um à esquerda mais amplo. A casa que está sendo descrita é a de número 128, nas demais as modificações sempre são neste anexo do fundo.

As paredes são rebocadas com pintura a cal, os pisos são originais de assoalho de pinho, nas áreas de serviço, cozinha e banheiro o piso é de lajota. As paredes da cozinha não são revestidas por azulejos, somente as do banheiro. Os forros, portas, escadas e janelas são todas de madeira (provável pinho). Algumas casas reformadas colocaram forro plástico na cozinha, trocaram o piso original por Paviflex e janelas novas de caixilho de alumínio.

As instalações elétricas da maioria foi trocada e são novas, porém a hidráulica permanece com manilhas de cerâmica e canos de ferro.

O recuo de ajardinamento e acessos individuais garantem uma certa privacidade ao núcleo familiar. Uma semelhança deste tipo de construção pode ser vista no projeto desenvolvido pelo engenheiro Emile Muller, construído em Mulhouse, (*Figura 123*) pela Société dês Cites Ouvrières[99] instalado na cidade sob a liderança de Jean Dolfus[100]. (*Figura 124*)

FIGURA 123: Casas de Mulhouse, França

[99] A Sociétè dês Cites Ouvrières foi fundada em 1853 por Dolfus e outros 11 industrialistas locais, após uma discussão sobre habitações operárias.

[100] Dolfus era membro da aristocracia industrial protestante de Mulhouse, gerenciando uma das maiores fábricas de algodão da área e também era um respeitado membro da Société Industrielle da cidade.

Secretaria da Cultura
Proc. nº
Fls. 200 Rub.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2770-1100/85-1
Fls. 201 Rub.

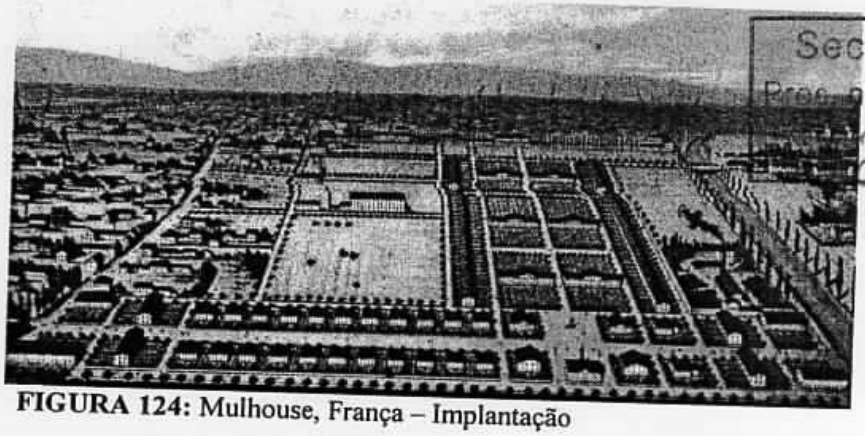


FIGURA 124: Mulhouse, França – Implantação

Os habitantes desta pequena cidade usufruíam um leque de facilidades comuns, incluindo banheiros, piscinas, lavanderias, escolas, lojas, uma livraria e atendimentos médicos gratuitos. As facilidades rivalizavam com aquelas do Familistère, mas as habitações de Mulhouse eram baseadas numa premissa fundamental bem diferente: esta guardava a individualidade dentro da família, não da comunidade inteira.

Mulhouse consistia em moradias individuais com seu próprio jardim. O uso deste tipo de habitação fazia parte de um programa específico de reforma social, o qual foi proposto num relatório enviado para a Mulhouse Société Industrièlle, em 1852. O empreendimento imobiliário a qual Société viria construir era de 800 habitações em 1867, cobrindo 20 hectares e casas para cerca de 5.500 pessoas[101]. (*Figura 125*)

Em Lille *(Figura 126)*, o conjunto era caracterizado por habitações com paredes divididas e por jardim individual e de dois pavimentos. Esta decisão de projeto posta em prática nos anos de 1850 ofereceu muitas modificações de moradias para trabalhadores. A Compagnie Immobilière projetou em 1865[102] o modelo feito pelo arquiteto M. Marteau, tratando-se de casas com similar tipologia que as de Lille na Société dês Habitations Ouvrières de Passy-Auteuil. *(Figura 127)* O projeto data de 1892, apresentando uma maior sofisticação em termos de composição de fachada e de esquadrias. O uso do jardim individual e a tipologia são semelhantes às de Marteau, de Mulhouse e destas casas da C.U.F.

---

[101] Bullock and Read. *The movement for housing reform in Germany and France 1840-1914*. Cambridge University Press: 1985. [Read, James]. Printed in Great Britain. p. 318

[102] Mas só em 1867 organizou uma competição para o *design* das casas.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2770-1100/95-1
Fls. 202 Rub.
(202)

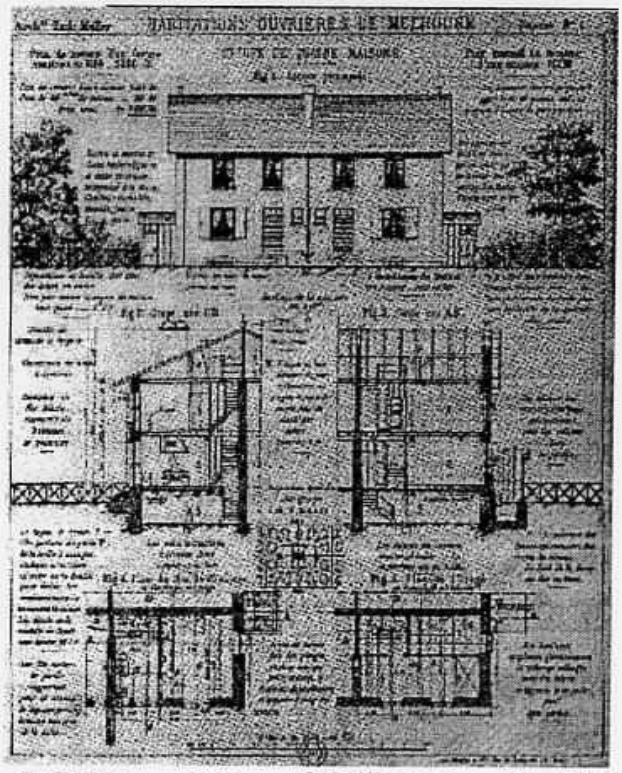


FIGURA 125: Mulhouse Société Industrièlle

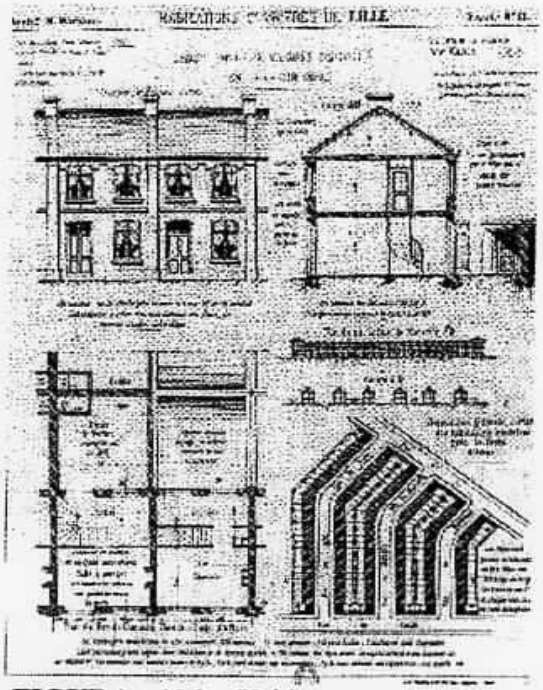


FIGURA 126: Habitações em Lille, França

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 203
Rub.
159

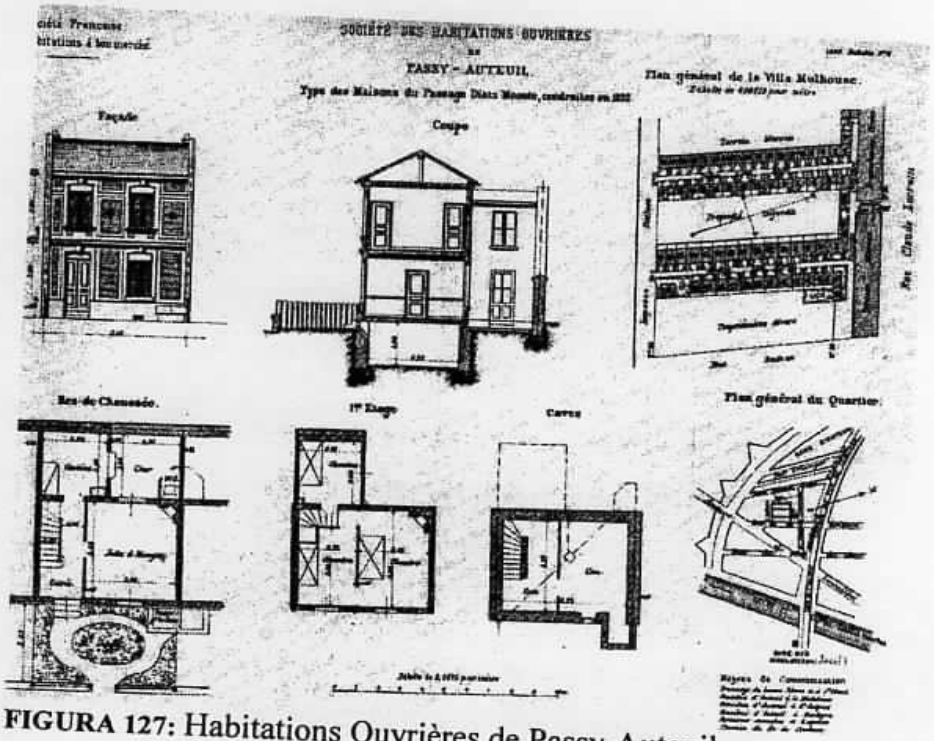
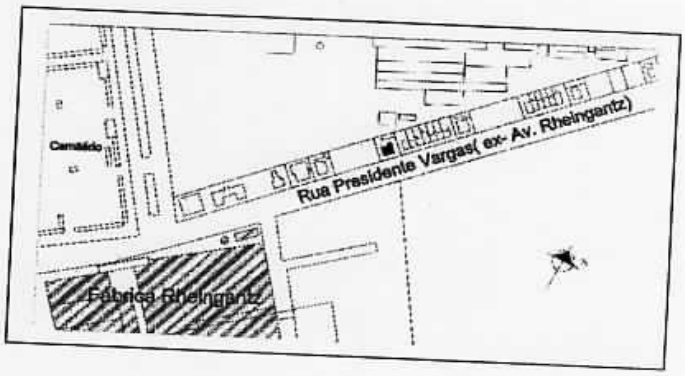
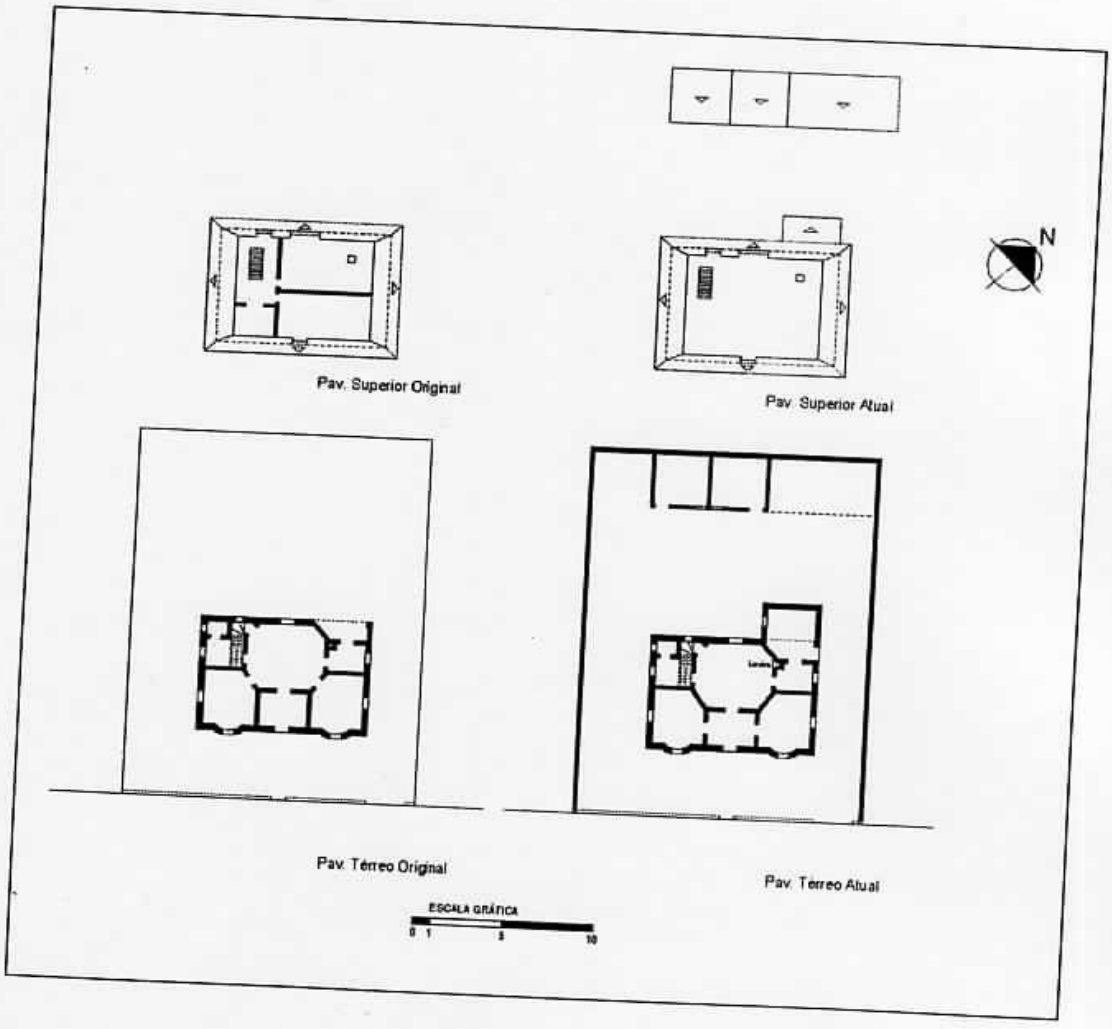


FIGURA 127: Habitations Ouvrières de Passy-Auteuil

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95.1
Fls. 204 Rub.

Casa 130





Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778/00/85-1
Fls. 205 Rub.
(205)

CASA - 130

A casa de mestre de número 130 *(Figura 128)* é uma construção eclética e uma construção isolada no lote com recuo frontal. O nível de descaracterização é pouco e não foram encontradas plantas originais, nem na Prefeitura Municipal nem no Arquivo de plantas existente na fábrica, para que assim se pudesse dar a autoria do projeto da residência. Em relação ao entorno, a construção não possui características de realce, mas está em perfeita harmonia com a continuidade de edificações, principalmente no aspecto de escala. A volumetria possui uma beleza singular e é caracterizada por um prisma de base quadrada coberto por outro volume de mesma proporção facetado com distintas inclinações.

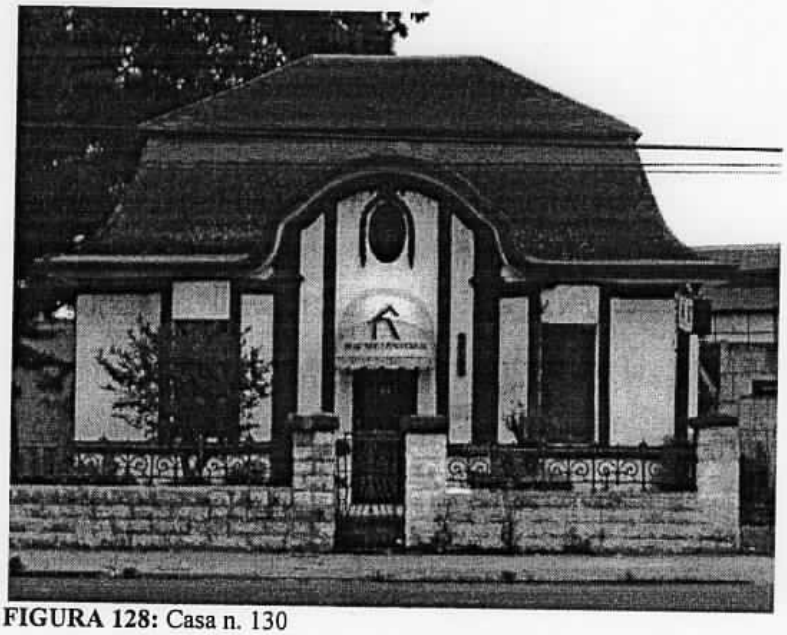


FIGURA 128: Casa n. 130

As fundações são de pedra e a alvenaria das paredes, tanto interna como externamente, é toda de tijolos maciços. A cobertura trata-se de um sótão habitável e é de uma complexidade admirável para a época. Tem-se quatro barrotes apoiados nos cantos da alvenaria portante que sustentam a armação do telhado, que é toda de tesouras de madeira. Temos dois tipos de tesouras e em sentidos opostos: nas laterais apoios de madeira em arco que se apóiam no frechal e

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-11.00/95-1
Fls. 266 Rub.

promovem o efeito curvo da cobertura. As telhas que revestem a cobertura são de uma fina cerâmica.

Originalmente, a casa foi construída com um programa composto no térreo de um hall de entrada, três salas que se intercomunicavam, um banheiro abaixo da escada com uma ante-sala e uma cozinha, que tinha acesso a um alpendre nos fundos. No sótão habitável ficavam dois quartos e um closet.

A casa 130 é sem dúvida um belo exemplar arquitetônico que apresenta uma fachada com simetria na composição dos elementos, e harmonia em relação aos planos curvos da fachada com a ornamentação e a cobertura em mansarda. As pilastras dão uma idéia de maior verticalidade da composição e servem para marcar o acesso, bem como o belo frontão curvo. A fachada apresenta frisos, pilastras, festão, óculo, janelas com verga reta e venezianas e uma porta de madeira almofadada.

Os espaços internos foram modificados com a reforma que estão fazendo atualmente, além de anexos construídos junto ao corpo da casa e nos fundos. Do hall de entrada principal tem-se acesso à direita e à esquerda a duas salas de mesmo tamanho; à frente uma sala hexagonal com lareira de dimensões maiores interliga-se à direita com a cozinha e à esquerda com uma ante-sala abaixo da escada, que dá acesso ao banheiro. Na cozinha, onde era um alpendre, foi fechado e construído um compartimento anexo ao corpo da casa para uso de área de serviço. No segundo pavimento não há divisórias, somente um grande compartimento que será um dormitório.

Foi construída laje onde antes era estuque no forro do térreo, dentre os revestimentos de paredes são todas rebocadas e receberão pintura; na cozinha e banheiro temos paredes com azulejos, nos pisos variados tipos de tijoletas, nas salas e na cozinha ladrilho hidráulico, na hall de entrada e contra-piso em algumas partes.

As instalações elétricas e hidráulicas são todas novas, e os caixilhos de madeira foram trocados em algumas partes.

Atualmente não verificou-se a existência de um elemento de beiral chamado peito de pomba, que está documentado na dissertação de Guigou-Norro[103] (1994) como vemos na citação:

---

[103] Guigou-Norro, J.A. *A Vila Operária na República Velha*: o caso Rheingantz. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995. p. 178.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 207 Rub.

No beirado, ao longo do bordo existe um friso e, no canto do mesmo, observa-se a presença de um elemento de metal a modo de "peito de pomba.

Nos fundos, para iluminar o quarto do segundo pavimento, havia uma janela de lucarna de uma água para iluminação do ambiente, hoje em dia foi destruída para arrumação do telhado e será trocada. No projeto do arquiteto e construtor Güsten Fried W. Lobmüller *(Figura 129)* foi usado o mesmo recurso do telhado, uso da verga reta e uma planta quadrangular com presença de alpendre. Nota-se que na casa 130 o alpendre também aparece mesmo que em pequena dimensão e nos fundos no projeto original.

FIGURA 129: Projeto do arquiteto Güsten Fried W. Lobmüller

Com relação à característica de tratamento de fachada, no projeto de Lobmüller tem-se uma unidade em relação à repetição das esquadrias e uma textura na parede. Na casa 130 *(Figura 130)* temos um frontão central de arco marcando o acesso principal.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 208 Rub.

No Relatório de 1909[104] destaca-se uma nota da Diretoria da Fábrica Rheingantz na qual demonstrava o interesse de reunir todos os serviços administrativos em um só edifício. O novo prédio, denominado de Escritório Central, tinha por função a entrada e saída dos caminhões com a produção e a matéria-prima, local de pagamentos e escritórios do Diretor e da Gerência, como observamos a seguir:

> Novo escriptorio Central. Havendo grande conveniência em reunir todos os serviços desta Companhia, a fim de ficarem debaixo de mais immediata fiscalização desta Directoria e gerencia, resolvemos conjunctamente com o conselho Fiscal, a construção do edificio para o escriptorio geral desta Companhia no próprio local de nossas fabricas. Esta construção foi orçada em Rs. 46:000$000.

Na falta da planta original deste edifício que é de uma sofisticação para as construções da época, com uma cobertura de telhado em mansarda[105], foi necessário recorrer aos Relatórios da Fábrica e aos jornais da época. Isto para que se pudesse ter uma data próxima de começo e término da construção, bem como o lançamento da hipótese da autoria do projeto ser de Theo Wiederspahn – pelo fato do Cassino dos Mestres ser de autoria do Escritório de R. Ahrons no ano de 1911, e o escritório ter sido iniciado em 1909 e finalizado em 1911.

Para fundamentar a hipótese acima foi utilizada uma notícia na primeira página do Jornal Echo do Sul, de 28 de novembro de 1910, no qual informava:

> Novo Escriptorio central. Acha-se ainda em construção o novo escriptorio central, de que tratamos em nosso ultimo Relatório. Esperamos que este edificio ficará prompto dentro de poucos meses. Já se dispendeu com esta construção a quantia de Rs: 27:741 $790.

No ano seguinte, nos jornais Echo do Sul (de 21 de novembro de 1911), O Intransigente e O Artista (ambos do dia 14 de novembro de 1911) há uma notícia bem enfática avisando a mudança do escritório – e igual em todos os jornais: "Communicamos ao comércio em geral e a todos os interessados que mudamos o nosso escriptório para o edifício na frente das nossas fabricas, à Rua Rheingantz, nesta cidade".

FIGURA 130: Detalhe da casa, e muro da casa 128

---

[104] Relatório da Directoria da Companhia União Fabril Succesora de Rheingantz & Cia. Typografia da Livraria Rio-Grandense , Rio Grande, 1909. p. 5

[105] Mansarda, conforme o Dicionário dos Estilos Arquitetônicos de Wilfried Koch (São Paulo: Martins Fontes, 1998) quer dizer "permite espaços oblíquos sob o telhado" (do arquiteto francês J. H. Mansart, 1648-1708)

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1120/95-1
Fls 209 Rub.

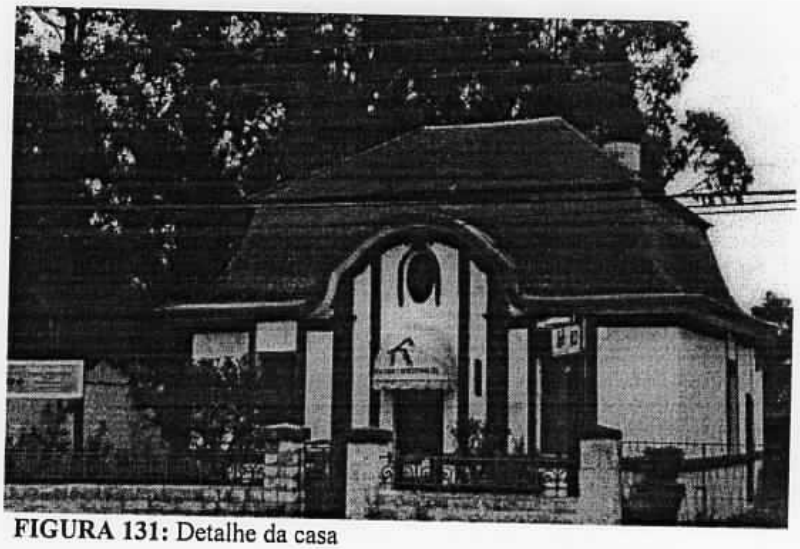
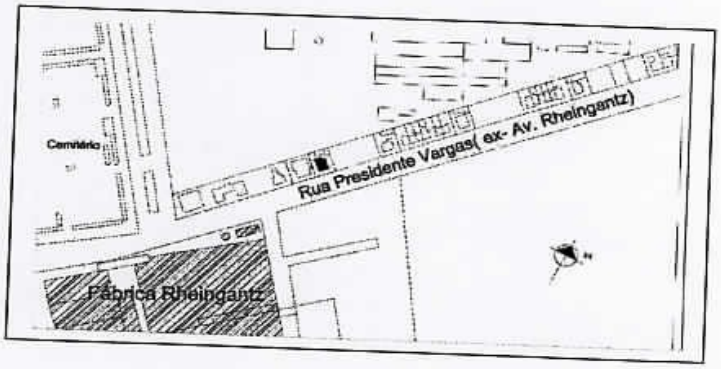
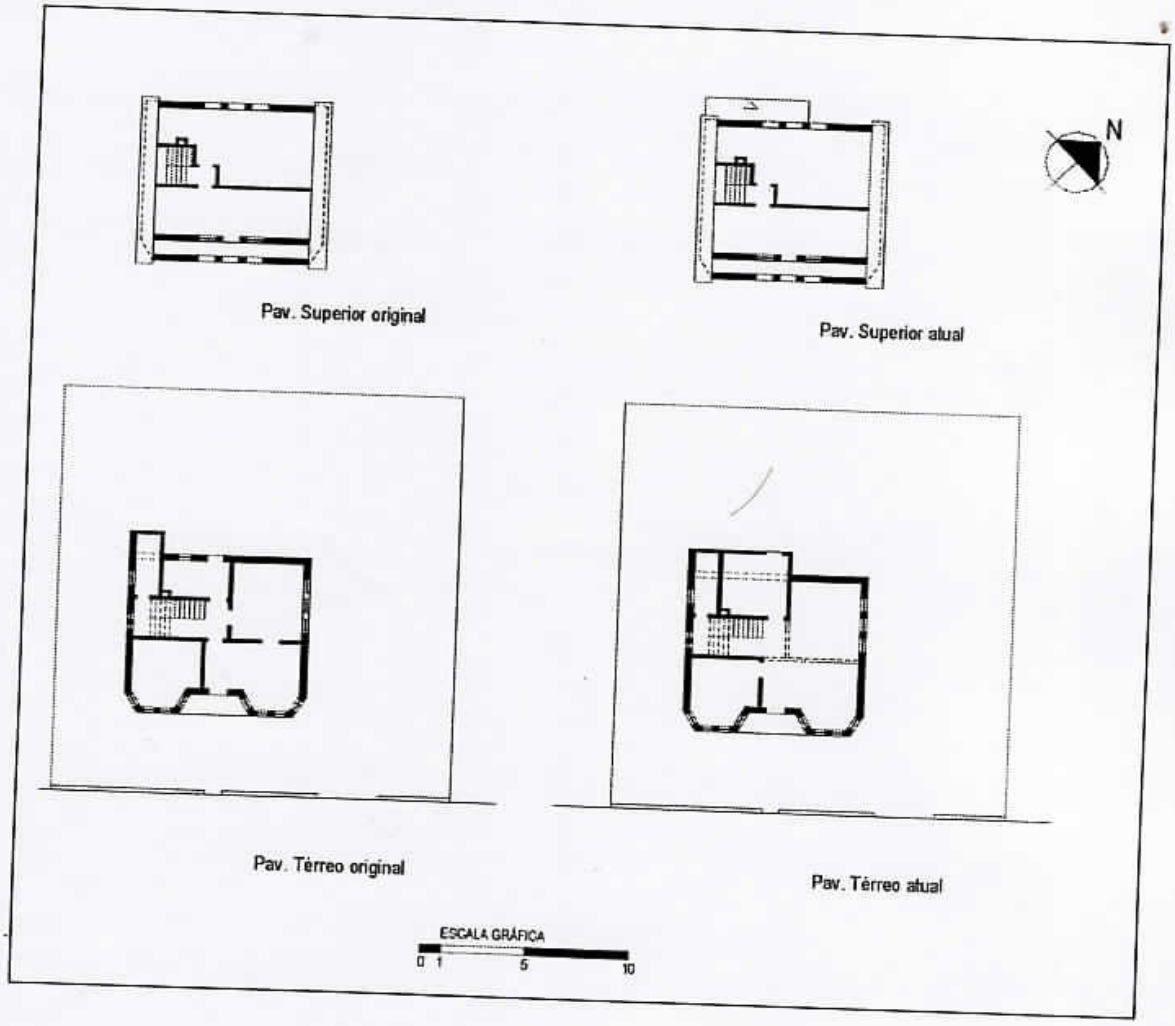


FIGURA 131: Detalhe da casa

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2770-11.00/95-1
Fls. 210 Rub.

Casa 156





Secretaria da Cultura
Proc. 2[illegible]-1100/95-1
Fls. 211 Rub.

CASA - 156

O marcante chalé de n. 156 serviu de residência para mestre *(Figuras 132 e 133)*, não foi possível encontrar plantas originais. A fonte de plantas utilizada foram as fornecidas na dissertação de Guigou-Norro[104] e o levantamento feito no local. A casa, como todas as demais, possui um recuo de ajardinamento de 4 metros e está implantada no meio do terreno. A relação com o entorno é de continuidade, pois sua dimensão e altura está padronizada com as demais.

FIGURA 132: Foto antiga da casa 156

FIGURA 133: Foto atual da casa 156

[104] Que datam de 26/05/1925, através de uma planta de instalação da rede de energia elétrica, de 29/09/1925 da Planta Geral das Casas para Mestres e de um levantamento datado de junho de 1958, em que ambas fontes são de autoria da Companhia União Fabril.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2770-1100/95-1
Fls. 212 Rub.

FIGURA 134: Detalhe atual da casa

FIGURA 135: Detalhe da cobertura

A volumetria é muito interessante, caracterizando-se por um prisma de base quadrangular com chanfros numa das extremidades e coberto por um volume triangular de mesma proporção. A forma do telhado é de duas águas com beirais e empena voltada para via pública.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2770-1100/95-1
Fls. 213 Rub.

A fundação e a base do chalé são feitas de pedras, as paredes são de alvenaria de tijolos maciços externamente e internamente têm repartição do pavimento superior com divisórias de madeira. Uso de barrotes de madeira para fixação do piso do térreo e de estuque no piso do segundo pavimento. A estrutura do telhado é de madeira com tesouras no mesmo sentido da empena e caibramento revestido por tábuas de madeira apoiando no frechal. O telhado é revestido por telhas planas de cerâmica, cuja forma imita a de escamas de peixe; na empena do telhado que comporta o pavimento superior também é recoberta pelo mesmo material.

Originalmente a casa era composta por três salas intercomunicadas a um corredor de acesso à cozinha, ao banheiro e à escada. No segundo pavimento existem dois dormitórios. Na fachada no segundo pavimento teríamos a presença de um olho de boi e de um balcão com três aberturas com caixilhos de vidro. Conforme Guigou-Norro[105]:

> O registro fotográfico da situação anterior desta casa, registra a existência de um outro tratamento na sacada, onde a mesma se apresenta aberta com pilares e grade de madeira sustentada por sistema de "mão francesa". Na situação atual, percebe-se que essa grade foi retirada, aumentada a altura do peitoril e colocadas três aberturas com tela tipo "mosquiteiro". Outro exame comparativo entre as duas situações , permite distinguir a retirada da esquadria original do óculo, na parte superior desta fachada e a substituição por outra.

A fachada principal está dividida verticalmente em três partes (base, de pedra; corpo, janelas chanfradas e coroamento, empena do telhado) e horizontalmente com simetria de elementos em relação à porta principal. O plano da fachada apresenta texturas diferenciadas no térreo e na empena, uso de janela chanfrada com esquadrias de caixilho de madeira com vidro, janela tipo guilhotina, porta almofadada com envidraçado, olho de boi, janelas de abrir na sacada coberta.

Atualmente com o uso modificado e após a reforma, na entrada principal temos acesso a uma sala ampla, à esquerda a uma de menor dimensão. Ao fundo, a cozinha que foi aumentada. Embaixo da escada de acesso temos um banheiro e uma área de circulação. No segundo pavimento um pequeno distribuidor dá acesso aos quartos (2) de frente e de fundos.

---

[105] Guigou-Norro, J.A. *A Vila Operária na República Velha*: o caso Rheingantz. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995. p. 175

2778-11.00/95.1
Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-11.00/95-1
Fls. 214 Rub.

Os pisos são todos de assoalho de madeira excetuando os da cozinha e do banheiro que são de azulejos. As paredes são rebocadas e pintadas, os forros são de pinho do tipo saia e camisa e com cimalha.

O mesmo tipo (chalé) e de cobertura com empena com textura é visto no exemplo do projeto para casas de operários de Karl Henrici em Kurnow (Alemanha) *(Figura 136)*. Neste caso em particular o que difere da casa 156 é a utilização de janelas retangulares em vez do olho de boi empregado nesta casa da Rheingantz.

FIGURA 136: casas de operários de Karl Henrici em Kurnow (Alemanha)

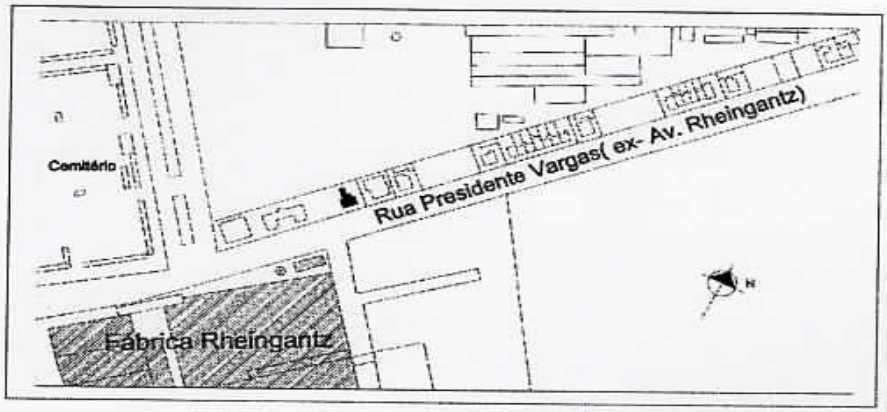
Um outro exemplo, de tipologia diversa mas com empena revestida, uso de janela chanfrada e textura em forma de escamas de peixe funcionando como elemento de composição de fachada, pode ser visto nas casas da Vila de Port Sunlight, datada de 1910. (*Figura 137*).

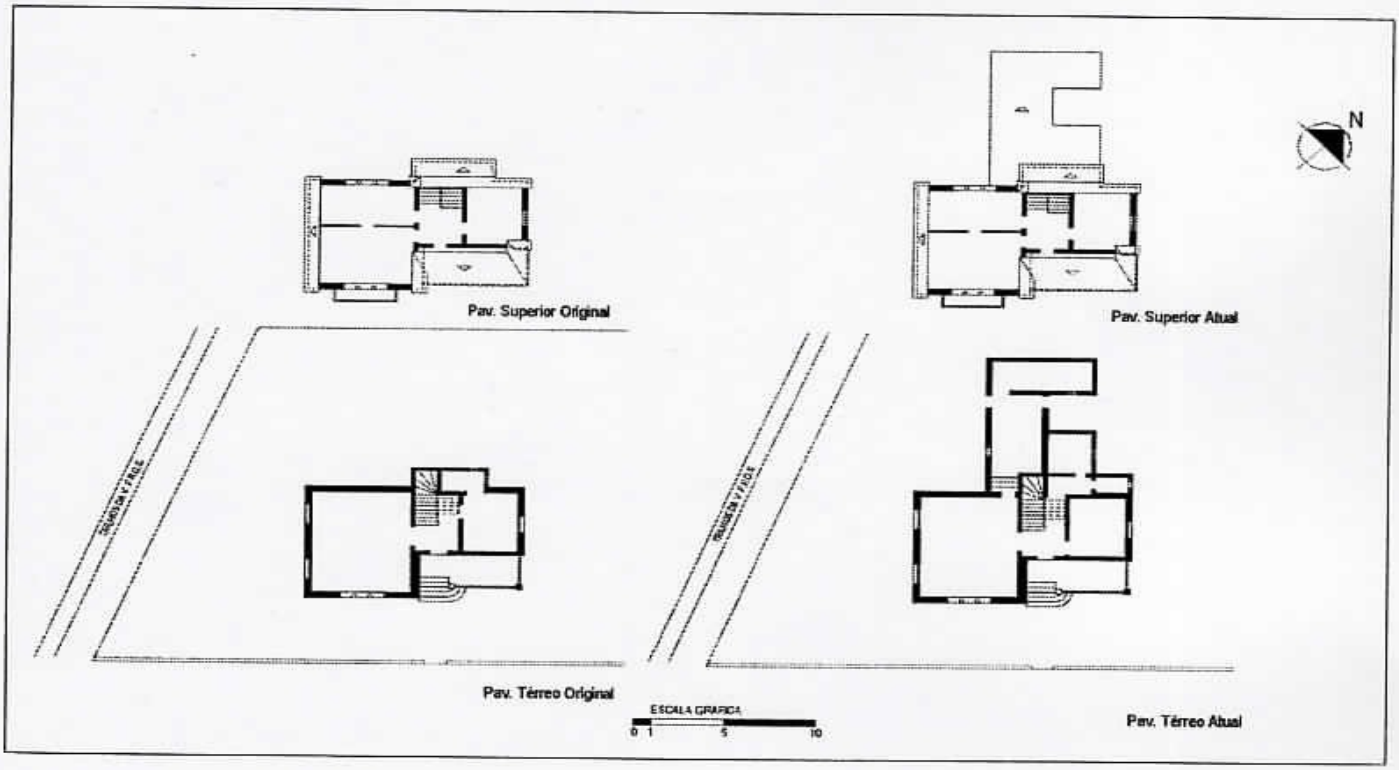
Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 215 Rub.

FIGURA 137: Vila de Port Sunlight, Inglaterra

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 216 Rub.

Casa 176 – Jardim de Infância





Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 217 Rub.

CASA - 176

O Jardim de Infância é um projeto do Escritório de R. Ahrons concluído em setembro de 1911[106]. A implantação da casa é isolada no lote com recuo frontal de ajardinamento de 4 metros como nas demais. A forma plástica é de um prisma retangular com uma articulação harmônica de saliências e reentrâncias no conjunto no volume da planta. Na cobertura, observamos vários volumes justapostos. Em relação ao entorno imediato, temos uma característica de dominância em relação às outras casas. *(Figuras 138 e 139)*

FIGURA 138: Casa 176

FIGURA 139: fachada da casa 176

[106] Isto tudo está documentado em imagens na dissertação de Guigou-Norro (1994).

2778-11.00/95.1
Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-11.00/95-1
Fls. 218 Rub.

O prédio utiliza a técnica construtiva do enxaimel, como forma de ornamentação e não estrutural. As fundações são feitas de pedra aparelhada e as paredes de alvenaria portante de tijolos maciços. O telhado é de tacaniça-anã[107] e usa um treliçado no perímetro, abaixo do beirado. As estruturas da cobertura são tesouras de madeira, caibramento revestido de tábuas que descansam no frechal, uso de telhas de cerâmica, com uma qualidade construtiva magnífica na proporção dos volumes que constitui as várias declividades das águas da cobertura. *(Figuras 140 e 141)*

FIGURA 140: treliçado da cobertura

FIGURA 141: Detalhe da cobertura

[107] Weimer, G. *A arquitetura da imigração alemã: um estudo sobre a adaptação da arquitetura centro européia ao meio rural do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS; São Paulo, Nobel, 1983, p. 61. [Quer dizer um elemento introduzido da arquitetura baixo-saxã conhecido como "Krüppelwalmdach", cuja tradição literal seria: telhado de 4 águas anão. Adaptando essa terminologia à cultura da arquitetura brasileira, Weimer a denomina de Tacaniça Anã.]

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 219 Rub.

O prédio foi projetado com a função original de servir de creche para os filhos dos funcionários da fábrica. Conforme Pesavento[108]:

> Além disto, a partir de 1914, o Fundo de Auxílios criou um Jardim de Infância para os filhos dos operários da empresa, mantido pela família Rheingantz.

Na planta original no térreo havia uma ampla sala à esquerda, uma outra à direita e embaixo da escada uma peça de serviço. No segundo pavimento haviam três quartos e uma cozinha. Atualmente, permanece a mesma composição espacial porém há um acréscimo nos fundos onde há uma área de serviço e cozinha e embaixo da escada, outros dois acréscimos que constituem-se em um grande e um pequeno banheiro.

A fachada principal, devido ao telhado de água cortada ou tacaniça-anã com empena esconsa, possui suportes estreitos característicos do Gótico tardio com madeiramento à vista do séc. XV[109] e escoras curvas. Ambos não possuem função estrutural e sim função puramente de ornamentação da composição da fachada. As janelas são triplas, de caixilho de madeira com vidro e tipo guilhotina. Não existe uma hierarquização dos elementos da fachada, todas as janelas possuem moldura em seu contorno. Nas fachadas laterais segue o mesmo tipo de composição.A porta de entrada possui verga reta e é toda almofadada com bandeira fixa.

As instalações elétricas ainda possuem fiação aparente pois não há laje, as manilhas de cerâmica não foram trocadas e os canos são de ferros os mais antigos, e de PVC os novos.

No interior há presença de molduras nas portas internas bem como rodapé de madeira trabalhada. As portas internas são todas almofadadas e os acabamentos e entalhes da madeira são muito parecidos aos utilizados no prédio do Escritório Central.

Nesta casa, assim como em exemplos de periódicos de 1870 chamado Deutscher Holzhausbau H. & F. Dickmann, Berlin, *(Figuras 142)* o uso da varanda aproveitando a inclinação do telhado e o uso de telhado cortado é um recurso bastante difundido e, inclusive nos projetos, as dimensões de tais casas são praticamente iguais à creche e também à organização em planta.

---

[108] Pesavento, S.J. *A burguesia gaúcha*: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS: 1889-1930). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. p. 69

[109] Koch, W. *Dicionário dos estilos arquitetônicos.* São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 81

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 220 Rub.

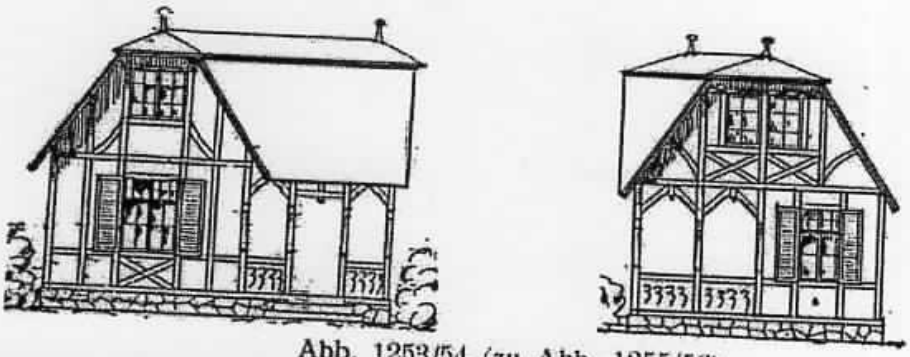


Abb. 1253/54 (zu Abb. 1255/56).

FIGURA 142: Deutscher Holzhausbau H. & F. Dickmann, Berlin

Um outro exemplo do mesmo catálogo *(Figura 143)* que utiliza além da varanda e do telhado cortado o uso do *cricket*, assim como a casa 176, em que este elemento deve servir não só para desviar águas pluviais em torno de uma projeção do telhado de grande inclinação como no caso específico das duas construções, serve também para iluminação de um cômodo do segundo pavimento.

FIGURA 143: Deutscher & Dickmann – Catálogo

No panorama da arquitetura européia do século XIX, principalmente no que concerne às cidades-jardim, este modelo de habitação com elementos como varanda, telhados inclinados, *crickets* e trapeiras são arquétipos bastante difundidos, como é o caso da residência de

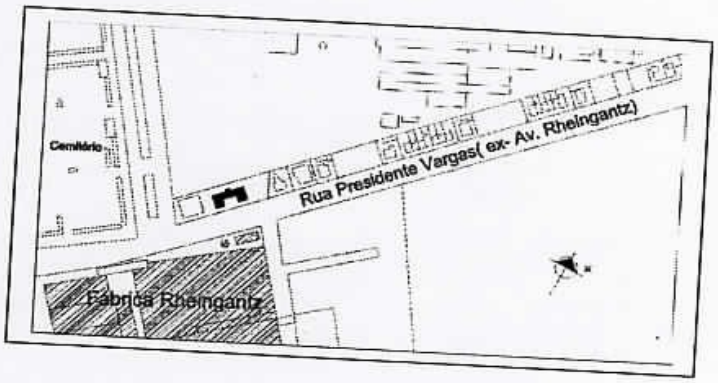
Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 221 Rub.

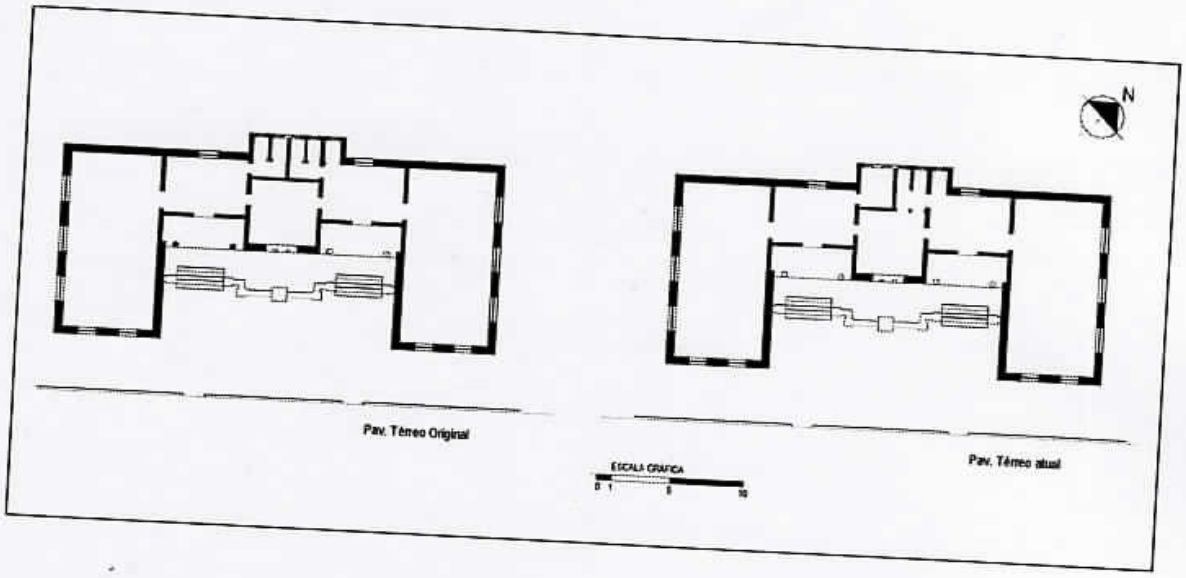
Letchworth *(Figura 144)*. Em 1903, Letchworth – uma das primeiras cidade-jardim, formou-se com o trabalho de planejamento confiado a Sir Raymond Unwin e Barry Parker. O projeto da casa foi feito pelos arquitetos Bennet e Bidwell, retirando-se particularidades de elementos de composição, a questão plástica, as decisões de cobertura e a articulação de formas que sugestionam a usada na casa 176.

FIGURA 144: residência de Letchworth

Casa 188

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2770-1100/95-1
Fls. 222 Rub.





Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 223 Rub.

Grupo Escolar (Casa 188)

O Grupo Escolar Comendador Rheingantz foi projetado pelo Escritório de R. Ahrons, em novembro de 1911. A obra terminou em setembro de 1912, e foi colocado um busto de bronze diante do mesmo em 1921, como homenagem ao Comendador Carlos Rheingantz. *(Figuras 145, 146, 147)*

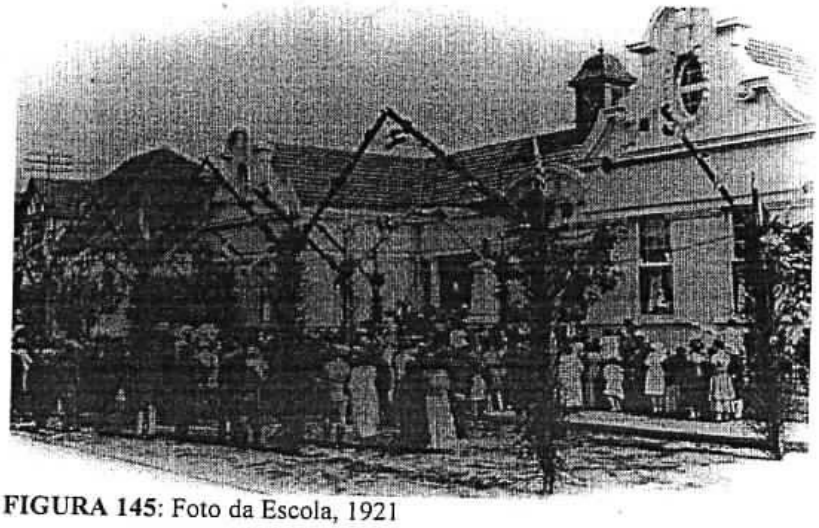


FIGURA 145: Foto da Escola, 1921

FIGURA 146: Detalhe do Busto

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 224 Rub.

FIGURA 147: estado atual da Escola

A construção possui um estilo arquitetônico maneirista, a implantação é isolada no lote com um recuo de 4 m, sendo diferente das demais casas de mestres e tendo o mesmo alinhamento do prédio da esquina, que é o Clube dos Mestres. *(Figura 148)* Em relação ao entorno, possui uma característica de singularidade.

FIGURA 148: Fachada atual da Escola

Trata-se de um prédio em forma de C, com um volume de cobertura único de mesmo formato e triangular. As fundações são de blocos de pedra, as paredes são duplas de alvenaria de tijolos portante, presença de porão com gateiras. A cobertura é do tipo duas águas com telha francesa e com estrutura de tesouras de madeira. O frechal se apóia no prumo das paredes externas que possuem 60 cm de espessura.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 225 Rub.

O programa espacial original caracterizava-se por duas salas de aula simétricas em cada canto da construção, no centro ficavam dois halls, a sala dos professores e os banheiros femininos e masculinos.

A fachada possui uma simetria bilateral, diferença de tratamento de fachada nos ressaltos e na parte central. O frontão para marcar os acessos é de arco abatido possui frisos e uma ornamentação no centro com volutas e festões; os belos frontões dos ressaltos possuem volutas e curvas e um óculo em cada um. A fachada principal apresenta nove aberturas, ático com entablamento, cornija, arquitrave, festões, colunas, óculo, janelas de caixilho de madeira tipo guilhotina, portas com bandeiras, frisos*(Figura 149)*.

FIGURA 149: Detalhe da coluna da fachada

O edifício encontra-se atualmente em péssimo estado e desprovido de materiais de revestimento devido a saques ocorridos aos longo dos anos. O programa espacial não foi modificado, com dois acessos eqüidistantes na parte central que se ligam cada um deles a uma sala ampla e aos banheiros, e uma sala de professores que se intercomunica com as duas partes.

Os pisos provavelmente eram de taboa, pois não existem mais no prédio; o forro era do tipo saia-camisa com cimalha, as paredes possuíam reboco e eram pintadas, nos banheiros não há revestimento de azulejos mas o piso é de ladrilho hidráulico. As instalações elétricas não existem mais, pois foram arrancadas, e as hidráulicas são de manilha de cerâmica e canos de ferro; os caixilhos das portas de entrada ainda existem e são de madeira entalhada com frisos. Presença de moldura de madeira nas portas internas que são de verga reta com bandeira.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2770-100/95-1
Fls. 226 Rub.

O uso de frontões no edifício da Escola nos remete, por exemplo, aos do Castelo Heidelberg, Ala Frederico de 1601-4, Schoch *(Figura 150)* trata-se de um exemplar do maneirismo alemão com frontões laterais com volutas. Outros modelos de frontões usados em Manuais de Construção, como o de Pianca[110] que recomenda o emprego no remate de corpos avançados ou pórticos, e também na decoração de aberturas *(Figura 151)* onde afirma seu uso em grande escala:

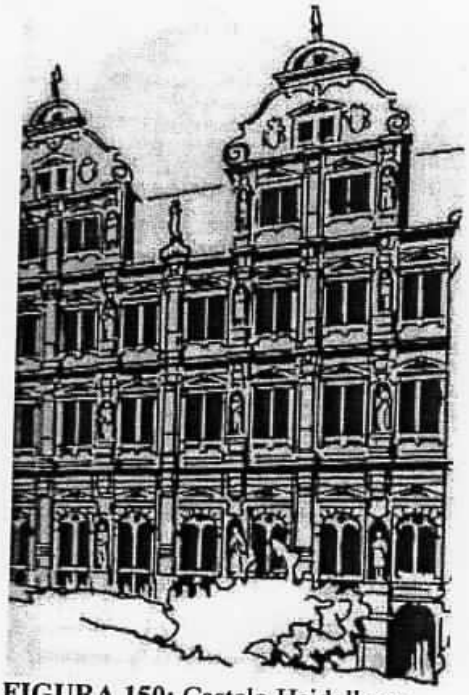


FIGURA 150: Castelo Heidelberg

FIGURA 151: Frontão do manual

[110] Pianca, J.B. *Manual do Construtor*. Porto Alegre: Globo, s/d. P. 296 e 297.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2770-1100/85-1
Fls. 227 Rub.

Os frontões têm sido empregados também no remate das empenas dos oitões. Nesse caso a sua inclinaçãé mais acentuada e não recebe base. Essa forma é muito comum nos países do norte da Europa.

É o caso do telhado duas águas contínuo com tesouras de madeira *(Figura 152)*; sendo assim, o arremate da empena com um frontão nesse caso específico do projeto da cobertura da Escola, era a técnica mais apropriada de ser utilizada. *(Figuras 153, 154, 155)*

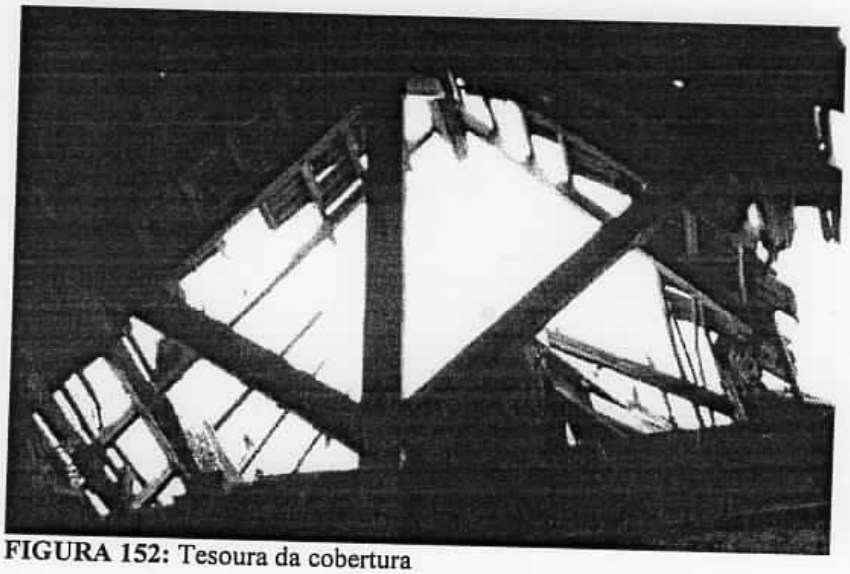


FIGURA 152: Tesoura da cobertura

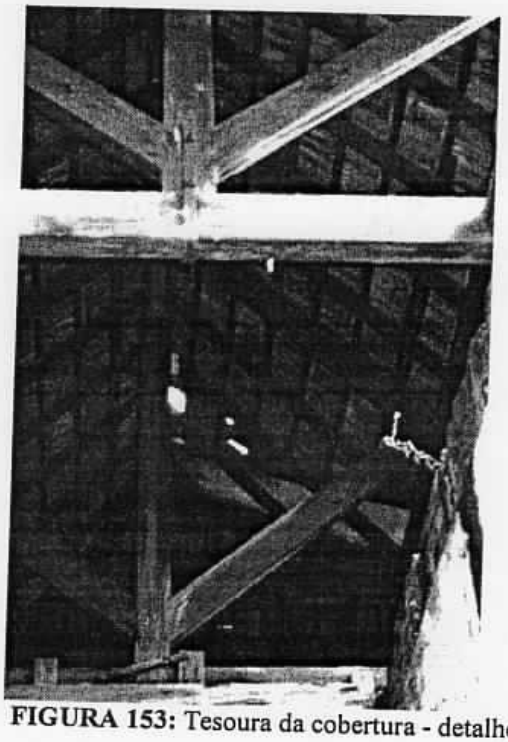


FIGURA 153: Tesoura da cobertura - detalhe

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/85-1
Fls. 228 Rub.

FIGURA 154: Cobertura – detalhes

FIGURA 155: Frontão da fachada

No Recueil de Constructions[111], *Pour Construire sa Maison*, contemporâneo a essa construção estudada, um exemplo de um projeto bem mais sofisticado de uma escola intriga por algumas similaridades e distinções quanto à implantação. No Recuel de Constructions o projeto da escola possui um pátio interno e a implantação periférica como o mais usual em prédios escolares. No caso da Escola Comendador Rheingantz há uma tipologia de palacete, porém existe semelhança entre as duas escolas, como similar estrutura de telhado, o emprego de frontão para marcar o acesso e o ritmo devido à unidade das esquadrias. *(Figura 156)*

[111] Bourniquel, M. *Pour Construire sa Maison.* Paris, Garnier Frères Èditeurs. Pl. 238

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-11.009/95-1
Fls. 229 Rub.

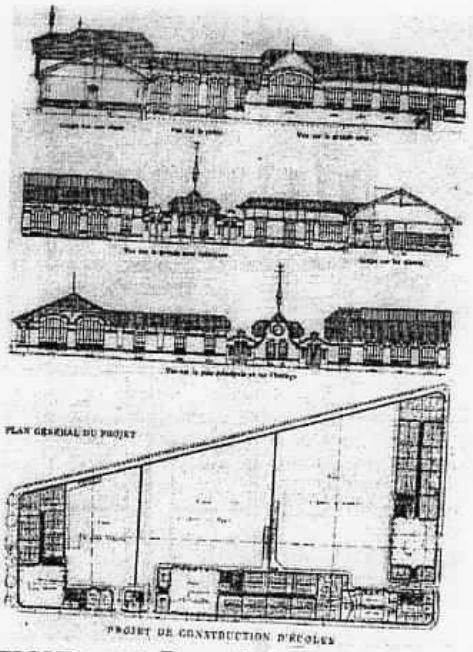


FIGURA 156: Recueil de Constructions

No projeto de grande vulto do arquiteto Victor Dubrugas, o Grupo Escolar de Luís Leite, em Amparo-SP datado de 1896, nota-se o invariável uso de um edifício singular no contexto da arquitetura local, como o utilizado na Escola Comendador Rheingantz. Apesar da complexidade do Grupo Escolar de Amparo, os sanitários integrados à edificação principal, o acesso com separação para meninos e meninas, são características marcantes que encontramos de semelhança com a Escola Com. Rheingantz. *(Figura 157, 158, 159)*

FIGURA 157: Grupo Escolar de Luís Leite, em Amparo-SP datado de 1896

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2773-1100/95-1
Fls. 230 Rub.

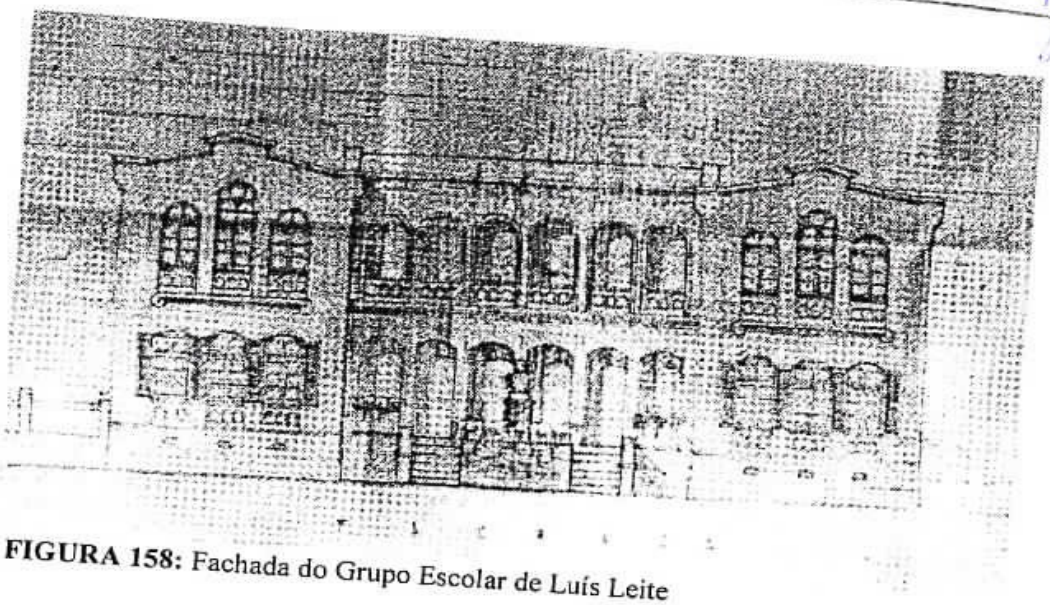


FIGURA 158: Fachada do Grupo Escolar de Luís Leite

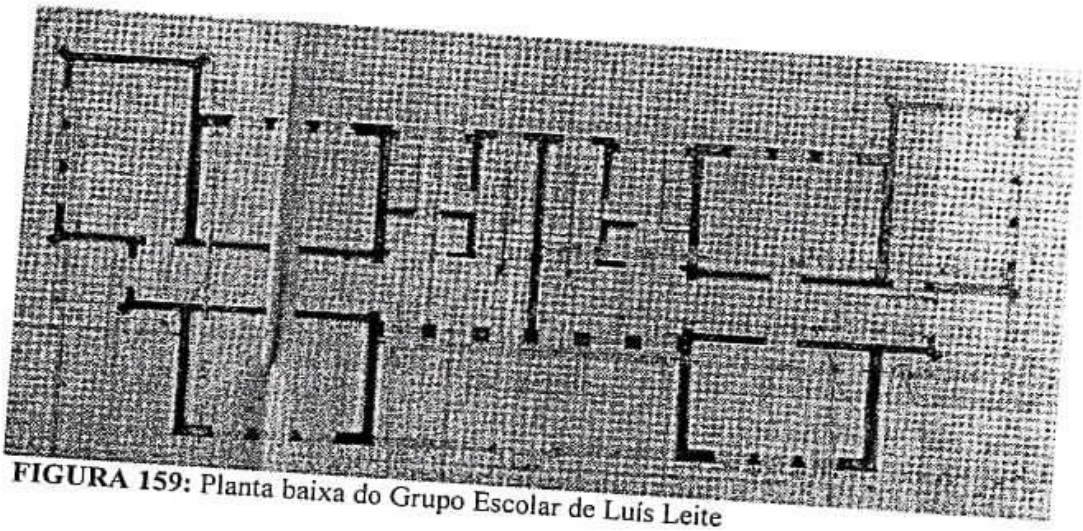
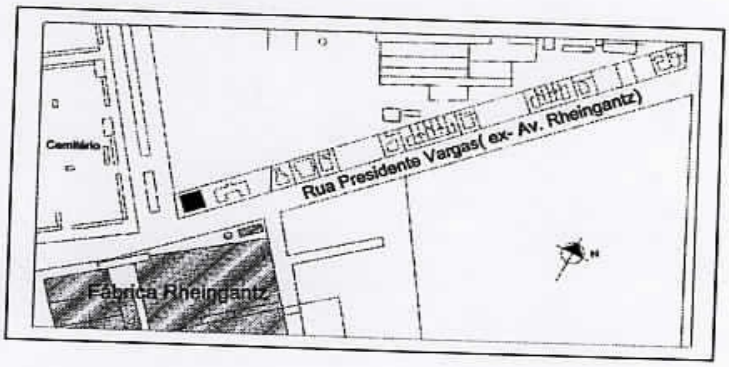
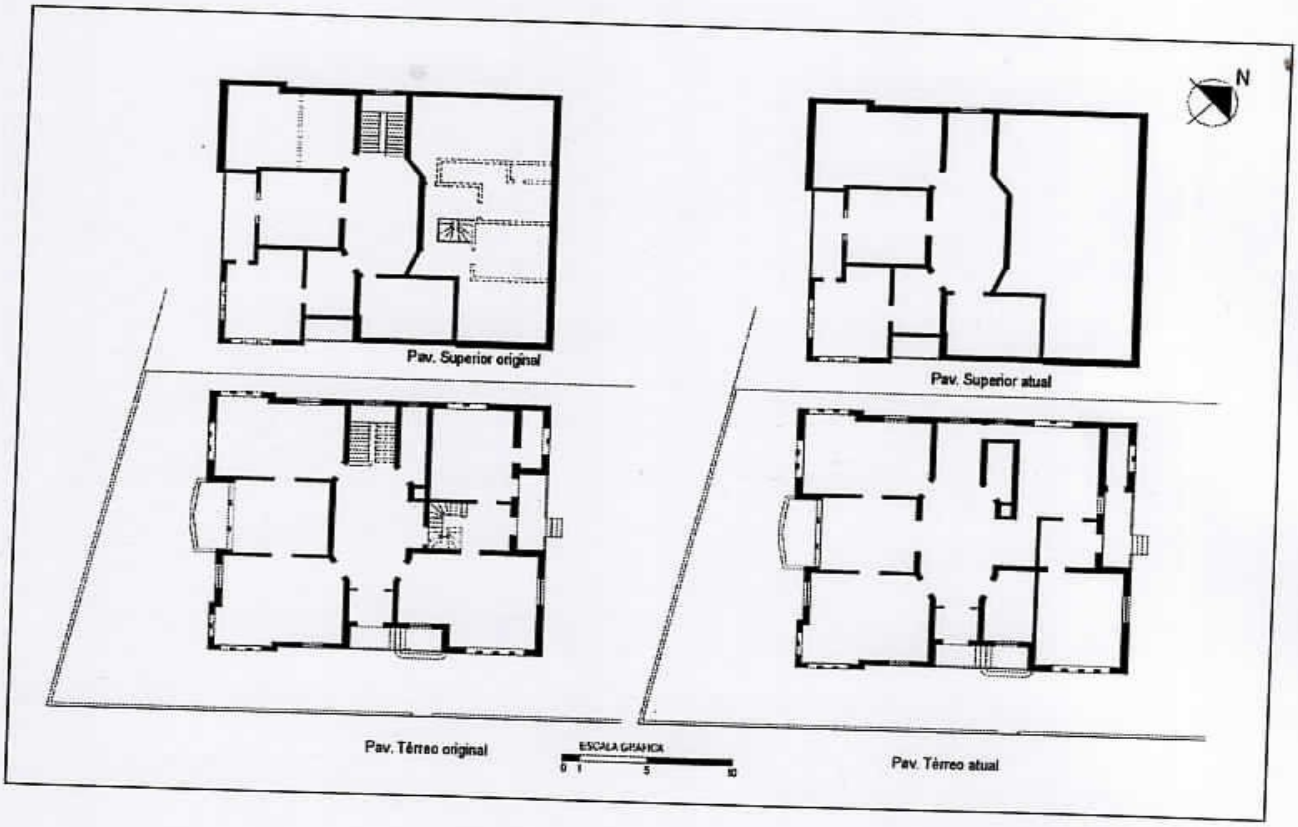


FIGURA 159: Planta baixa do Grupo Escolar de Luís Leite

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1.200/95-01
Fls. 231 Rub.

Casa 194





Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 232 Rub.

CASA - 194 / CASSINO OU CLUBE DOS MESTRES

Para começar a discorrer sobre a necessidade da construção do Cassino dos Mestres, vejamos o que diz Guigou-Norro[112] (1994):

> O que consta sobre a finalidade da edificação daquela residência em 1911 é que, devido à necessidade da empresa num determinado processo da sua evolução de contratar mão-de-obra especializada, resolve projetar a construção de um 'Cassino dos Mestres'.

O Cassino dos Mestres era um edifício que pretendia atender às funções de lazer e habitação para alguns mestres e, principalmente, os recém chegados da Europa (*Figuras 160 e 161).* O projeto foi solicitado ao escritório de R. Ahrons, que em maio de 1911 conclui este trabalho, e a autoria é de, segundo Guigou-Norro[113] (1994),

> As plantas originais conferem a autoria dessa obra ao "Escritório de Engenharia R. Ahrons", a maior empresa construtora de Porto Alegre. Responsável por obras significativas da arquitetura do Rio Grande do Sul e, especificamente, de Porto Alegre, a firma contava, na sua fase mais produtiva, com o arquiteto Theo Wiederspahn, na chefia do Departamento de Arquitetura.

FIGURA 160: Casa 188, frente ao Cemitério

[112] Guigou-Norro, J.A. Citação transcrita da entrevista gravada na UFRGS, Faculdade de Arquitetura. Porto Alegre, 12 de janeiro de 1999.

[113] Guigou-Norro, J.A. *A Vila Operária na República Velha*: o caso Rheingantz. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995. p. 183.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 233 Rub.

FIGURA 161: Casa 188, frente Av. pres. Vargas (ex-Rheingantz)

Para justificar tal hipótese, diz Guigou-Norro[114] (1994):

> É precisamente, no período compreendido entre os anos de 1908, ano da contratação de Wiederspahn, até 1915, ano do fechamento do escritório, que a firma foi responsável por uma série de trabalhos que revolucionaram a arquitetura de Porto Alegre.

Os terrenos onde foi construído o Cassino dos Mestres, e mais tarde a construção do Grupo Escolar e as demais casas para funcionários, foram adquiridos por uma permuta com a Intendência Municipal da cidade, conforme consta no Relatório da Fábrica[115]:

> Habitações para operários e outras: No terreno à rua Rheingantz que adquirimos por permuta com a Intendência Municipal desta cidade, iniciamos a construção do club para os mestres e opportunamente trataremos da construção da escola e casas para operários.

O Cassino dos Mestres era uma casa que serviu como ponto de encontro dos mestres da fábrica, com acomodações para convenções, sala de leitura com biblioteca, bilhar , podendo inclusive servir para o fornecimento de refeições para os mestres solteiros, e foi sede da Sociedade de Mutualidade e da Biblioteca da Fábrica Rheingantz.

---

[114] Guigou-Norro, J.A. Op. Cit., p. 183.

[115] Relatório da Directoria da Companhia União Fabril Successora da Rheingantz & Cia. Anno Social de 1 de setembro de 1910 a 31 de agosto de 1911. Rio Grande, Typographia da Livraria Rio- Grandense, 1911. p. 5

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2776-1100/95-1
Fls. 234 Rub.

FIGURA 162: Foto antiga da Sociedade de Mutualidade

FIGURA 163: Foto antiga do interior da Sociedade de Mutualidade

A edificação é construída em terreno de esquina isolada no lote, com recuos frontais iguais nos dois cantos do mesmo. A casa salienta-se no entorno por sua posição, de ser lote de esquina favorecido pela conformação das vias. O Cassino dos Mestres ocupa uma localização de destaque em termos de marco visual e ponto focal, e é dos equipamentos da Vila Operária o de maior proximidade com o prédio da administração.

Trata-se de uma edificação com um volume único retangular e algumas reentrâncias e saliências; com uma cobertura extremamente complexa com planos e distintos ângulos, assimétricos, suscitam uma movimentação nas formas plásticas da cobertura.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 235 Rub.

As fundações são feitas de blocos de pedra, as paredes são duplas de alvenaria de tijolos maciços, estuque nos pisos do segundo pavimento, no térreo sistema de barroatemento para prender o assoalho. A cobertura da edificação é toda estruturada em madeira com revestimento de telhas francesas, possui água furtada e várias inclinações do telhado assimétrico.

O programa espacial original caracterizava-se por quatros salas no térreo, um banheiro e uma cozinha, área de serviço. No segundo pavimento tinha-se três dormitórios e um compartimento habitável no canto ao lado da escada, apesar da inclinação do telhado.

O nível de deteriorização do prédio é bastante elevado, não havendo mais alguns elementos estruturais de piso, forro e a maioria das aberturas. A técnica construtiva do enxaimel[116], é usada somente com função de ornamentação e não estrutural – como podemos ver no detalhe *(Figura 164)*. Proferindo sobre o uso do enxaimel nas construções feitas no Rio Grande do Sul, *(Figura 165)* este tipo de arquitetura é singular e autêntico da sociedade de imigrantes alemães do Estado. Conforme Weimer[117]:

> Quando comparamos a extrema variedade do enxaimel na forma como era praticado na Alemanha com o do Rio Grande do Sul, chegamos a conclusão que houve uma enorme simplificação e uma integração entre as diversas correntes formadas. Se tivéssemos examinado apenas as construções daqui, ignorando as alemãs, certamente teríamos chegado a conclusão de que se originaram de uma forma comum que evoluiu para variantes locais. Na realidade aconteceu o contrário.

---

116 A técnica de enxaimel, o imigrante trouxe-a em sua bagagem cultural e, por isso, ela é essencialmente germânica. Por contingências ambientais e existenciais, o enxaimel teve de ser recriado e por isso ele é totalmente brasileiro, em sua expressão. Weimer, G. *Arquitetura da imigração alemã* - Um estudo sobre a adaptação da arquitetura centro-européia ao meio rural do Rio Grande do Sul. Ed. da Universidade/UFRGS, Porto Alegre 1983. p. 3

117 Weimer, G. *Arquitetura da imigração alemã* - Um estudo sobre a adaptação da arquitetura centro-européia ao meio rural do Rio Grande do Sul. Ed. da Universidade/UFRGS, Porto Alegre 1983. pág 42

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2776-1100/95-1
Fls. 236 Rub.

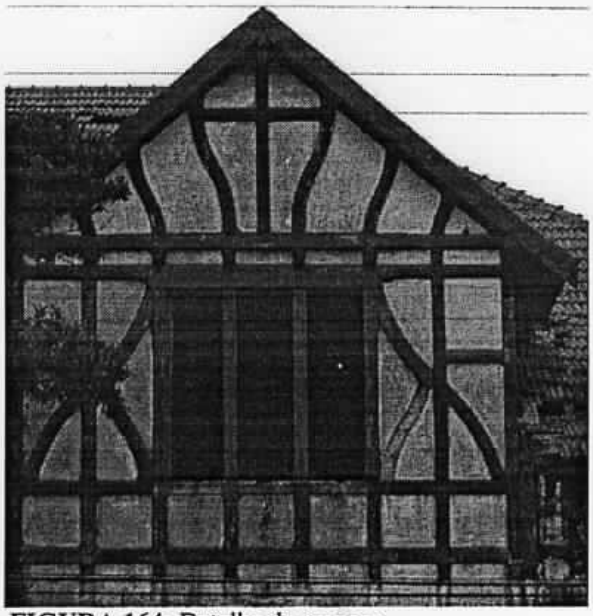


FIGURA 164: Detalhe da empena

FIGURA 165: Construções feitas no Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 237 Rub. 195

Na fachada da Rua Rheingantz *(Figura 166)* no segundo pavimento, temos escoras curvas na empena com tramos pequenos, esteios secundários, vergas (Sturzriegel), peitoris (Brustriegel) e peças inclinadas que formam uma triangulação. As esquadrias são todas de verga reta em agrupamentos de três ou quatro, tipo guilhotina, com uma moldura em todo seu contorno.

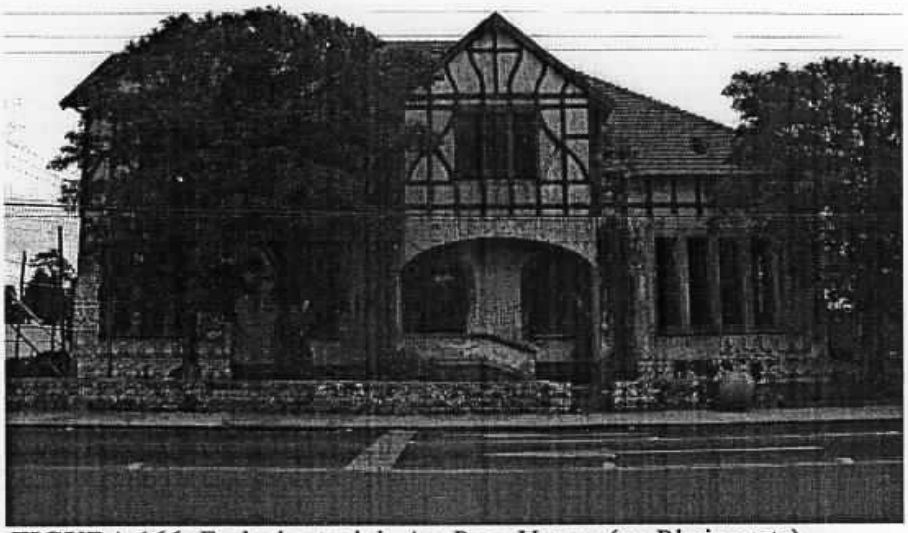


FIGURA 166: Fachada atual da Av. Pres. Vargas (ex-Rheingantz)

O acesso principal é marcado por um arco abatido com uma escadaria devido à casa ser do tipo de porão alto. Na fachada da rua Dois de Novembro temos os mesmos elementos de composição no segundo pavimento, a mesma evocação do acesso principal com arco abatido, caracterizando-se por uma janela tripla com dois montantes de alvenaria.

As esquadrias todas de verga reta do tipo guilhotina e emolduradas. *(Figura 167)*, podemos constatar a simetria e o rebatimento na composição dos elementos da fachada em contraste com o telhado assimétrico.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2776-11.00/95-1
Fls. 238 Rub.

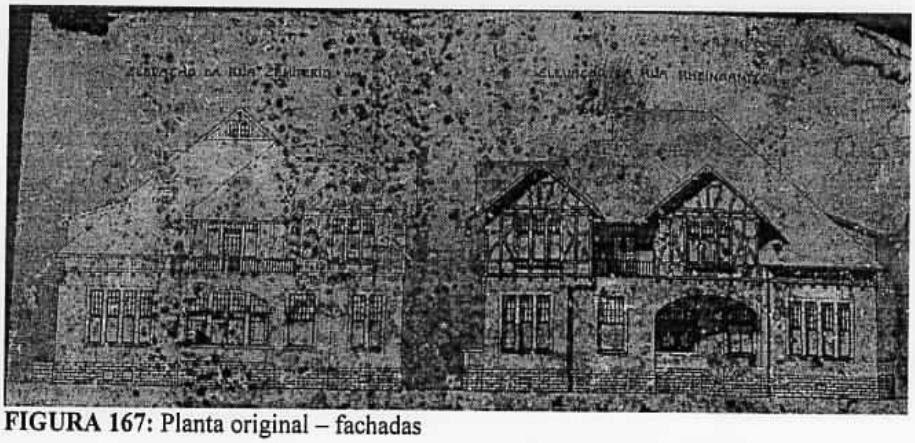


FIGURA 167: Planta original – fachadas

Atualmente a casa está sendo muito saqueada e não existem mais pisos, escada, basicamente restam os elementos de alvenaria e partes da cobertura. Da entrada principal tem-se acesso a um amplo distribuidor que intercomunica às três salas à esquerda, a escada ao fundo e à direita a uma sala, um acesso aos serviços e a um compartimento menor que seria um banheiro. Neste vão de acesso, que seria a parte de serviços, temos um compartimento amplo (provável cozinha) que se comunica a um distribuidor que se liga a uma porta de fundos e a uma sala de frente à rua principal. Um anexo, que seria parte da cozinha, foi fechado e aberta uma porta para ter um acesso independente.

Na parte de cima não é possível subir, pois não há piso – mas provavelmente caracterizava-se por um amplo distribuidor que intercomunica a um dormitório central que se comunica pela sacada a outro dormitório de esquina, o qual possui um compartimento como um closet e uma sacada, e mais um dormitório ao lado deste de mesma dimensão.

Os revestimentos de paredes no projeto original contemplava molduras e lambris, mas atualmente não se tem como verificar isso. Os pisos não existem mais excetuando na entrada principal que são ladrilhos hidráulicos, uma parte dos forros de um compartimento é do tipo saia-camisa, nas paredes do hall de entrada até a metade é revestida de azulejos. As instalações provavelmente seguem o padrão das demais casas com manilhas de cerâmica e canos de ferro e fiação aparente. As portas internas possuem bandeira em arco abatido e são de madeira entalhada.

A aproximação deste tipo de solução com outros exemplos brasileiros pode ser vista em estudos residenciais feitas por Jader Passarinho[118] no Rio de Janeiro, que data de 1942, posterior

[118] Passarinho, J. *Estudos Residenciais*. Rio de Janeiro, 1942. Monografias da FAU.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-11.009/95-1
Fls. 239 Rub. 197

ao Cassino mas com similaridades em termo de cobertura, ornamentação, de resolução em planta. *(Figuras 168, 169 e 170)*

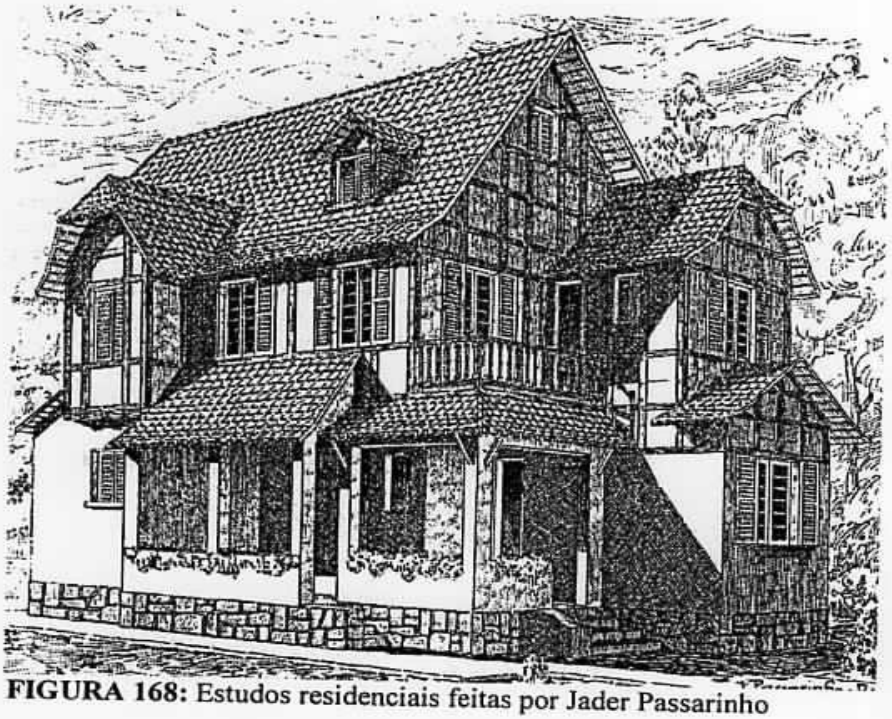


FIGURA 168: Estudos residenciais feitas por Jader Passarinho

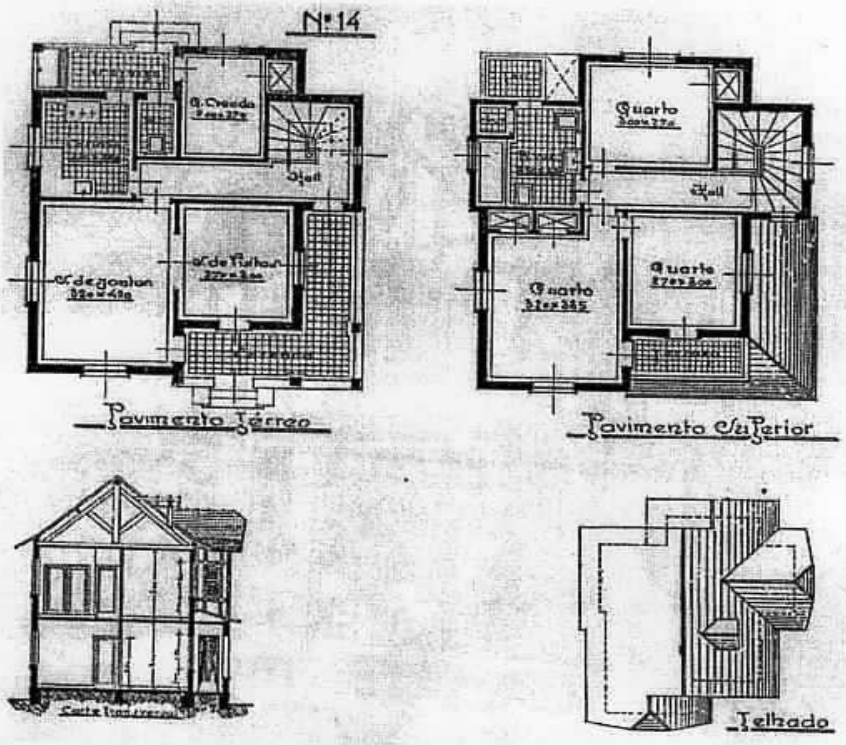


FIGURA 169: Estudos residenciais feitas por Jader Passarinho

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2776-1100/95-1
Fls. 240 Rub.

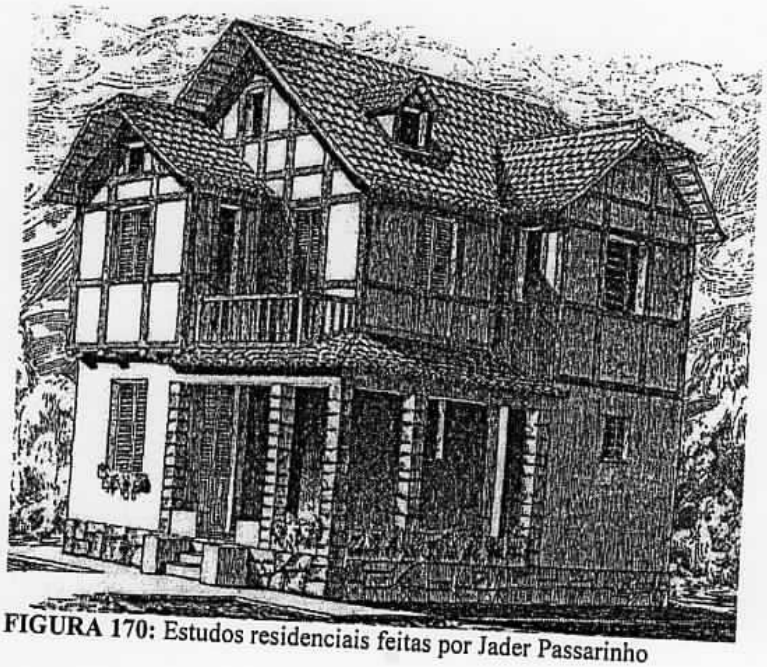


FIGURA 170: Estudos residenciais feitas por Jader Passarinho

Os desenvolvimentos no design de moradias operárias alemãs do século XIX, como na *(Figura 171)* da casa à esquerda – *overseer's house* e à direita ,uma casa para quatro famílias em Alfredshof Estate, (1893-6)[119]. O pitoresco tratamento das águas do telhado e da estrutura de madeira do pavimento superior é muito parecido com o utilizado no Cassino dos Mestres e diferente do utilizado nas demais habitações das Casas de Mestres, dentro de um contraste com a simplicidade dos telhados até então analisados.

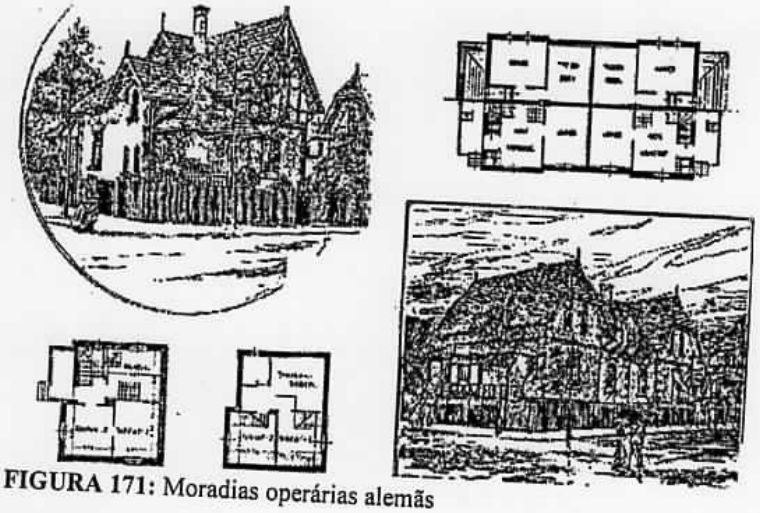


FIGURA 171: Moradias operárias alemãs

[119] Bullock and Read. *The movement for housing reform in Germany and France 1840-1914*. Cambridge University Press 1985, Read, James. Printed in Great Britain. p. 141 fig 30

projeta
de dua
projeto

nas *(Fi*
simétri
(Figur
pavime
aqui n
entend

[120] Deu

2778-11.00/95.1
Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-11.00/95-1
Fls. 241 Rub.

Nesses exemplos da *(Figura 171)* a cumeeira da cobertura de um número de blocos é projetada num formato de H, dando uma maior variedade possível de tratamento das coberturas de duas águas acima da altura da rua. Por mais tradicional que fosse a implantação geométrica, o projeto das casas individuais parece ter um design que avançou para uma transformação.

Em exemplos de moradias populares européias retirados de catálogos alemães[120], como nas *(Figuras 172 e 173)*, pode-se notar que ali o enxaimel tem função estrutural e tem-se telhados simétricos e assimétricos. Alguns exemplos em São Paulo, como é o caso da Vila Normanda, *(Figura 174)* também possuem telhados sofisticados, uma maior ornamentação no segundo pavimento, porão alto com fundação em pedra e uso de água furtada. Porém, o enxaimel usado aqui no Cassino é bem distinto, e esta integração vista em diferentes partes do País deve ser entendida como uma aproximação e não como uma unificação das mesmas.

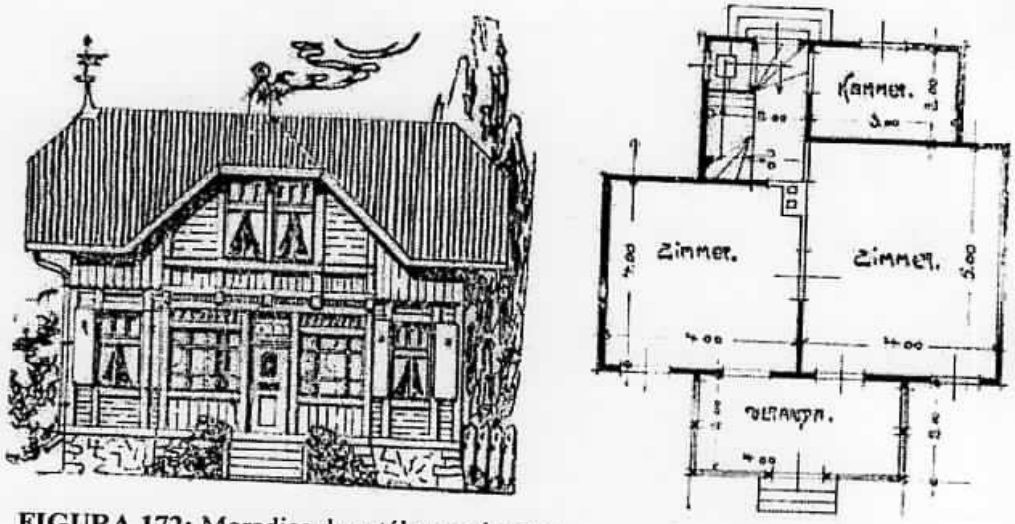


FIGURA 172: Moradias de catálogos alemães

[120] Deutscher Holhausbau H. & F. Dickmann, Berlin. Abb. 1276/78 e Abb. 1273

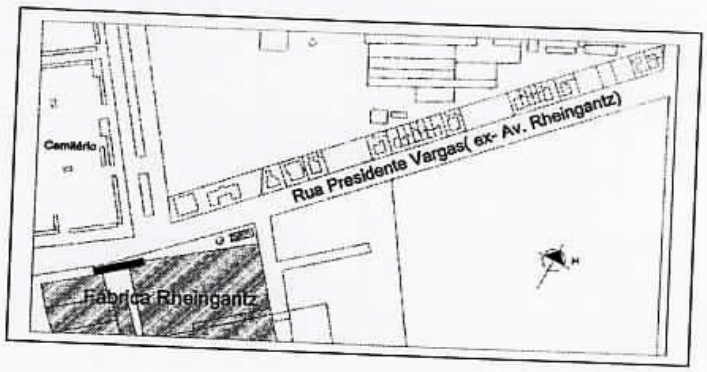
Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 242 Rub.

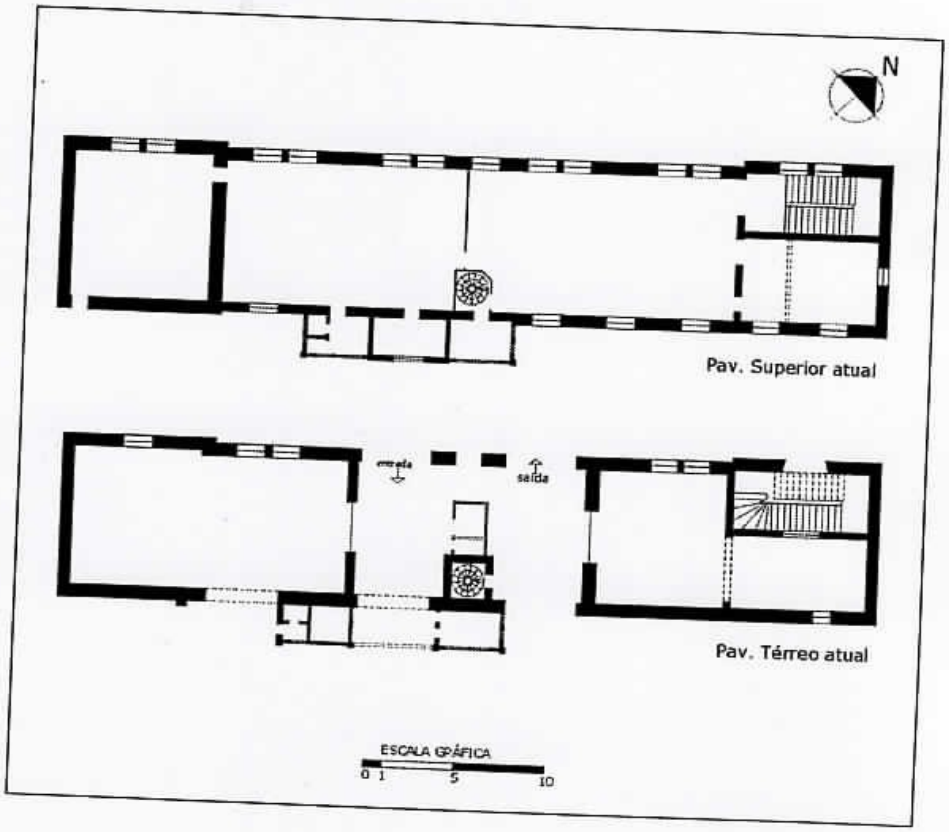
FIGURA 173: Moradias de catálogos alemães

FIGURA 174: Vila Normanda, SP

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2770-1100/95-1
Fls. 243 Rub.

Escritório Central





Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 244 Rub.

ESCRITÓRIO CENTRAL

Na falta da planta original deste edifício, que é de uma sofisticação ímpar para as construções da época, foi necessário recorrer aos Relatórios da Fábrica e aos jornais da época – como já foi abordado anteriormente, além de levantamento detalhado feito através de medições e fotografias com a elaboração de plantas.

Para que se pudesse ter uma data próxima de começo e término da construção, bem como o lançamento da hipótese da autoria do projeto ser de Theo Wiederspahn[121] – pelo fato do Cassino dos Mestres ser de autoria do Escritório de R. Ahrons no ano de 1911 e o escritório ter sido iniciado em 1909 e finalizado em 1911, assim como para fundamentar a hipótese acima, foi utilizada uma notícia na primeira página do jornal Echo do Sul, de 28 de novembro de 1910. No ano seguinte, nos jornais Echo do Sul (de 21 de novembro de 1911), O Intransigente e O Artista (ambos do dia 14 de novembro de 1911) há uma notícia bem enfática avisando a mudança do escritório e igual em todos os jornais.

FIGURA 175: Foto da construção

[121] "Wiederspahn, Theodor Alexander Josef: Nasceu em 12.2.1878 em Wiesbaden. Formou-se na Koenigliche Baugewebeschule de Idstein, no Taurus. Em 1908, aproveitou sua viagem de núpcias de seu segundo casamento para emigrar para o Rio Grande do Sul onde já estava seu irmão Heinrich Josef, que fora contratado para construir o ramal Montenegro-Caxias da Viação Férrea. Problemas burocráticos impediram sua contratação na mesma empresa em razão do que se empregou como arquiteto responsável pelo departamento de projetos do "Escriptório de Engenharia Rudolf Ahrons". Neste posto permaneceu de setembro de 1908 até dezembro de 1915 quando esta firma encerrou suas atividades devido à guerra em andamento. - Texto de autoria de Gunther Weimer.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-11
Fls. 245 Rub.

Secretaria da Cultura 208
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 245 Rub.

FIGURA 176: Prédio ao fundo e o cemitério à direita

O prédio denominado Escritório Central *(Figura 177)* possui uma modenatura formada por base, corpo e coroamento e é um prédio típico do Maneirismo[122] internacional. O edifício possui uma forma plástica de paralelepípedo do paladianismo inglês[123] que deu origem a uma tradição classicista utilizada por vários anos *(Figura 178)*

FIGURA 177: Escritório Central, atualmente

[122] "Em sentido lato, a imitação, claramente apócrifa, de um estilo. O Maneirismo surge no fim de uma época estilística, aproveitando habilmente suas capacidades formais e técnicas, sem possuir, no entanto, uma ligação profunda com as suas temáticas fundamentais. Em sentido restrito, maneirismo indica a arte figurativa e a literatura do período compreendido entre o Renascimento tardio e o Barroco, de 1525 a.C. 1620. (...) Todos os traços do Maneirismo reaparecem acentuadamente nas obras de Palladio (Cristo redentor, em Veneza), de El Greco e de Tintoretto. O Maneirismo é considerado, hoje, como um estilo independente". p. 170. Koch, W. *Dicionário dos estilos arquitetônicos*.São Paulo: Martins Fontes, 1998.

[123] O paladianismo notadamente imprime a sua marca na arquitetura inglesa, introduzido por Inigo Jones, nos duzentos anos que se seguem à metade do século XVII. Exerce influência determinante na França e no resto da Europa após C. 1650. p. 189. Koch, W. Op. Cit. 3

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2770-1100/95-1
Fls. 246 Rub.

FIGURA 178: Vista geral

Possuindo dois ressaltos laterais e uma simetria bilateral na fachada caracterizada por um eixo que parte do frontão triangular[124] central com um relógio presente no telhado em mansarda. No telhado de mansarda nos ressaltos temos duas janelas de lucarna *(Figura 179)*, recorrendo a Manuais de Construção como o de Pianca[125] *(Figura 180)* vemos a citação do autor num exemplo de lucarna semelhante ao utilizado no Escritório Central:

> (...) Contribuem muito para o caráter pitoresco das habitações, dada grande variedade de formas. As trapeiras têm freqüentemente a forma retangular, com predomínio ou não da largura. As mais graciosas são aquelas em que a largura é maior que a altura.(...) A sua decoração merece a maior atenção do arquiteto dada a posição que ocupa no edifício; deve ser leve e delicada e estar sempre em harmonia com o conjunto. As trapeiras são feitas com ossatura de madeira, exceto a frente quando é continuação da fachada, caso em que se executa do mesmo material. (...)

FIGURA 179: Janelas de lucarna

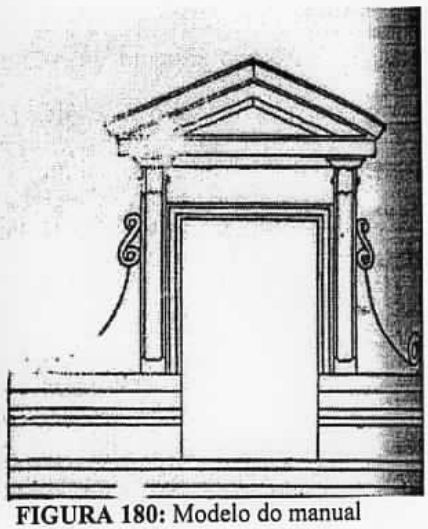


FIGURA 180: Modelo do manual

[124] Com desenvolvimento de cornija do frontão do sécs. XVI-XVIII (Renascimento)
[125] Pianca, J.B. *Manual do Construtor*. Porto Alegre: Globo, s/data. p. 316

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/85-01
Fls. 247 Rub.

A janela de Lucarna ou trapeira do prédio do Escritório Central, *(Figura 181)* também foi estruturada com madeira, e sua face exterior é feita da mesma alvenaria que a face da parede externa da construção. No corpo do edifício há presença de bossagem inserida na superfície da parede, a estruturação é composta por pilastras e a textura feita pelas linhas retas da bossagem diminuem a verticalidade proposta pelas pilastras. *(Figura 182)*

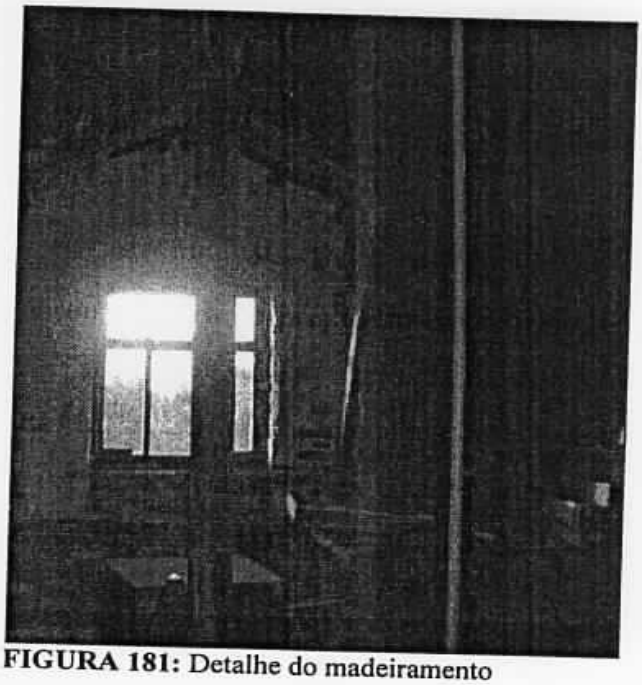


FIGURA 181: Detalhe do madeiramento

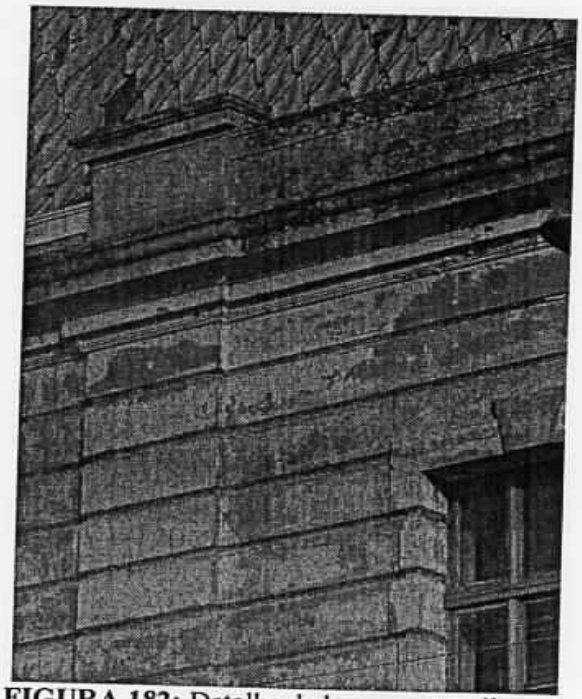


FIGURA 182: Detalhe da bossagem e pilastras

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 248 Rub.

A decisão de projeto com as linhas da fachada enfaticamente horizontais, e juntamente com uma simetria absoluta tanto em planta como em elevação, pode ser vista em mansões do século XVII como no caso de Coleshill, Berkshire, do arquiteto Roger Pratt, que data o projeto de 1662 *(Figura 183)*.

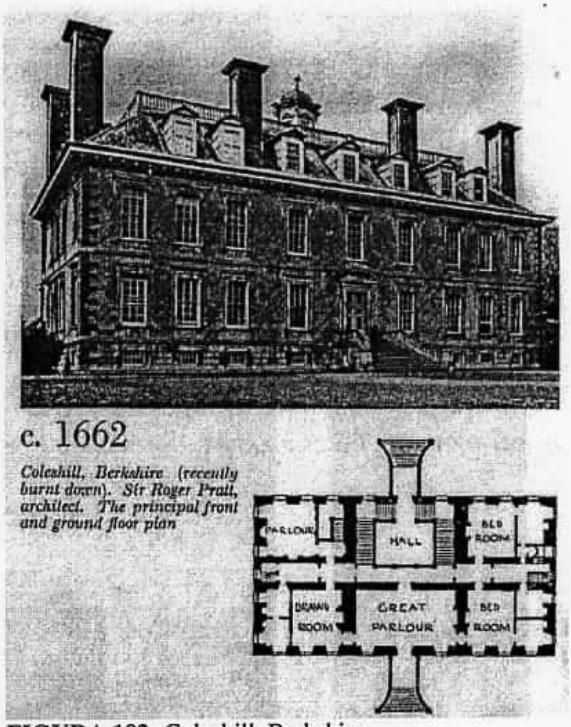


FIGURA 183: Coleshill, Berkshire

Nota-se, também, que no edifício da administração a preocupação com a simetria é pertinente tanto na planta quanto em elevação (fachada). Incidindo num outro exemplo, é o Palais de Justice de autoria de Salomon de Brosse, de 1626 *(Figuras 184 e 185)*, que apesar de possuir um pátio interno e ocupar um quarteirão, a simetria em termos de planta e elevação são características similares ao da administração e do exemplo anterior, bem como os ressaltos e a cobertura.

2778-11.00/95.1
Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-11.00/95-1
Fls. 249 Rub.

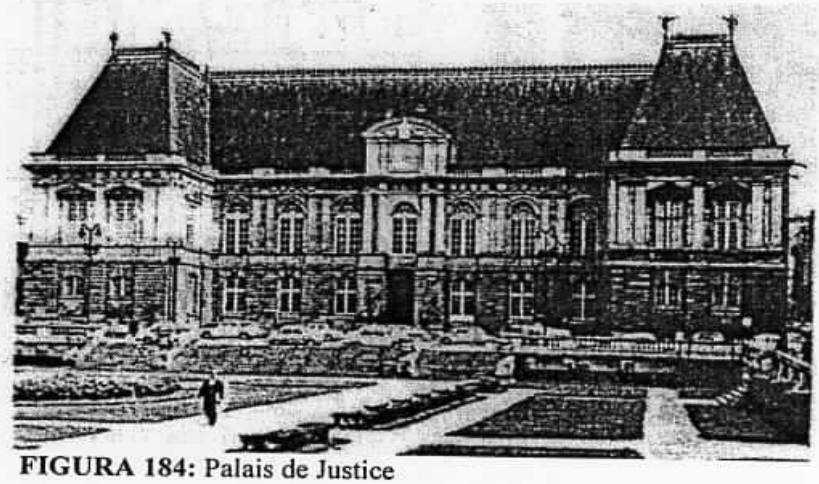


FIGURA 184: Palais de Justice

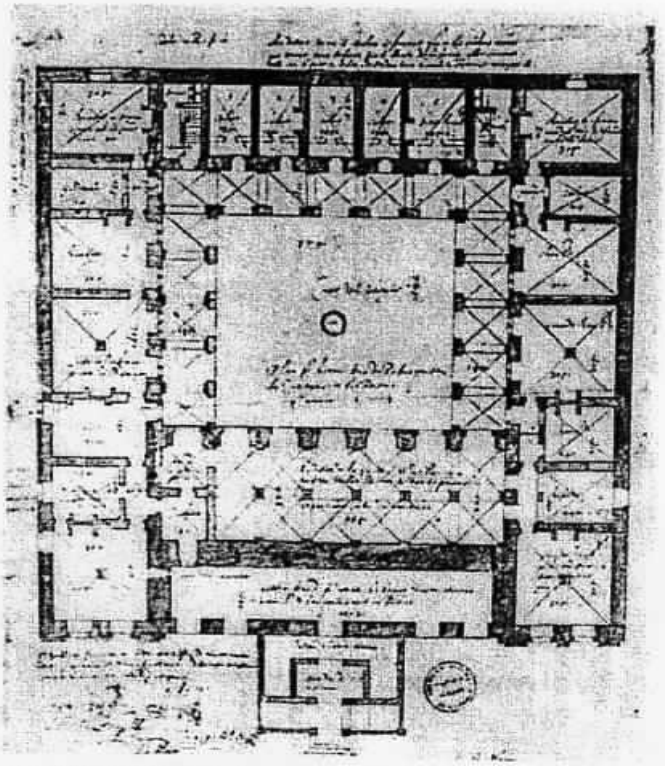


FIGURA 185: Palais de Justice, planta

O telhado em mansarda do prédio da administração *(Figuras 186 e 187)* diferentes, na parte dos ressaltos é mais alto que na parte central do corpo do prédio. Essa diferença de altura promove uma perspectiva do observador da rua que os ressaltos possuam uma maior saliência em planta, porém isto não ocorre pois a saliência é bem sutil em relação à prumada da parede

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 250 Rub.

externa. A cobertura é feita com estrutura de madeira e telha de escama de zinco, imitando o método de assentamento de ardósias com revestimento diagonal.

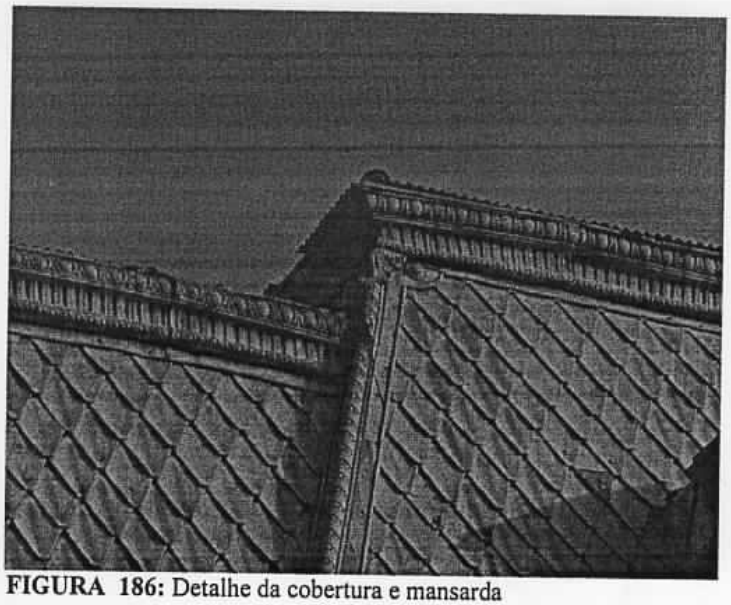


FIGURA 186: Detalhe da cobertura e mansarda

FIGURA 187: Madeiramento da cobertura

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/85-1
Fls. 251 Rub.

No Traité de Constructions Civiles do arquiteto E. Barberot[126], na parte que trata de telhados em mansarda, na *(Figura 188)* temos pendurais laterais e não empregam-se escoras, como é o caso do prédio estudado. O revestimento indicado é de ardósia e o telhado é apoiado numa mureta que nada mais é do que uma elevação da prumada da parede externa, sendo que no Escritório Central também é adotada esta solução. *(Figuras 189)*

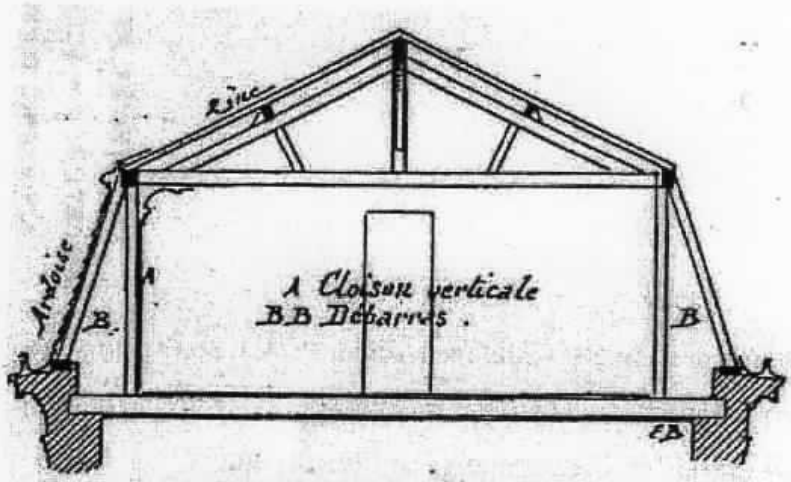


Fig. 685. — Comble à la Mansard.

FIGURA 188: Exemplo de Traité de Constructions Civiles

FIGURA 189: Madeiramento do telhado da cobertura

[126] Barberot, E. *Traité de Constructions Civiles.* Paris, Librairie Polytechinique, Baudry et Cie. Éditeurs, 1895. p. 246

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-11.00/95-1
Fls. 252 Rub.

Na junção da parede nota-se o uso de cimalha encimada de ático. No segundo pavimento, permanece a mesma estruturação de pilastras com a bossagem na parede, as janelas possuem uma moldura com verga reta e fecho saliente, a esquadria é subdividida em montantes de três partes.

O mesmo tipo de remate de janelas é encontrado em projetos do começo do século XX[127] como o do Hotel a Flers (Orne) do arquiteto M.Louis Amiard *(Figura 190)*, bem como o plano da fachada caracteriza-se por uma sobriedade elegante dentro de um estilo severo, e observa-se que o partido formal do edifício é feito por facções de grandes linhas ou bandas horizontais que dominam a decoração da fachada.

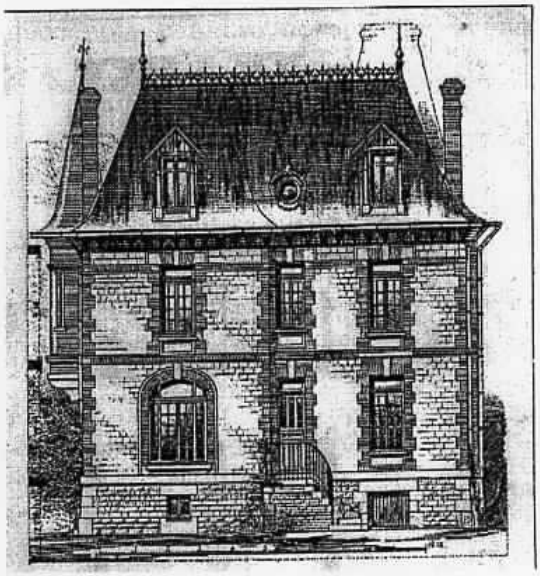


FIGURA 190: Hotel a Flers (Orne)

Uma faixa com frisos divide o segundo e o primeiro pavimento, e as esquadrias do pavimento térreo caracterizam-se por portas de duas folhas almofadadas com fechos com redentes assimétricos; nas janelas temos a presença de arco de consola, e nos portões presença de arco elíptico.

A bossagem também é presente no revestimento deste pavimento. Nos dois ressaltos simétricos há presença de janela de lucarnas com frontão triangular e volutas, e uma esquadria

[127] Retirado do periódico Petites Maisons Modernes de Ville et de campagne, recemment construites. S/data.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 253 Rub.

de madeira também subdividida em três partes. Este tipo de janela de lucarnas está presente nos ressaltos, que se utilizavam do ático para esconder a calha de captação das águas pluviais *(Figura 191)*.

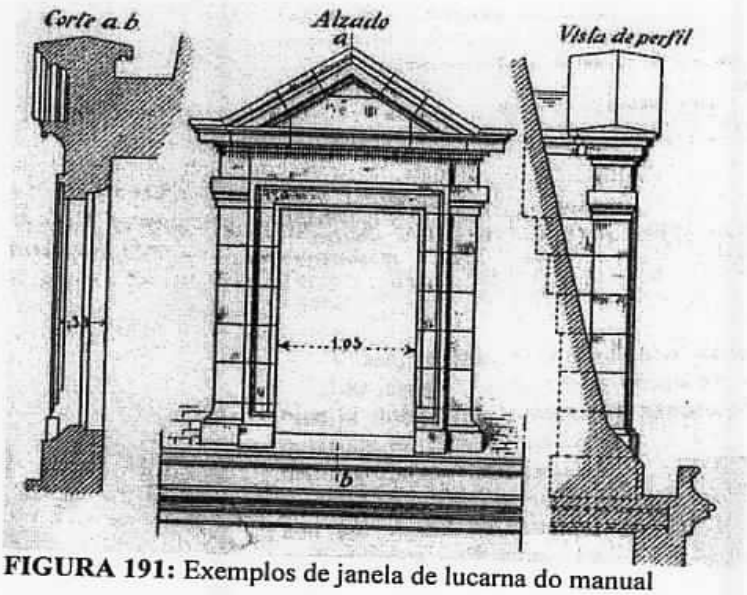


FIGURA 191: Exemplos de janela de lucarna do manual

Normalmente criavam dificuldades para a cobertura e não eram recomendadas pelos manuais por causa da junção com o telhado, que na maioria das vezes era problemática; porém no caso específico do prédio da administração esta junção foi feita da forma mais simplificada possível *(Figura 192)*.

FIGURA 192: Madeiramento da janela do escritório

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100195-1
Fls. 254 Rub.

Na base o soco não possui texturas nem gateiras, e um friso o separa da bossagem; somente a marcação da base das pilastras se ressalta no soco contínuo. Em Guérinot, Poitiers no Hotel de Ville et Musée *(Figura 193)* e em Goderboeuf, Paris, no palácio Mairie du XVI Arrondissement, *(Figura 194)* temos modelos ecléticos com a mesma composição estilística de fachada e de elementos de composição que no prédio do Escritório Central da Fábrica Rheingantz.

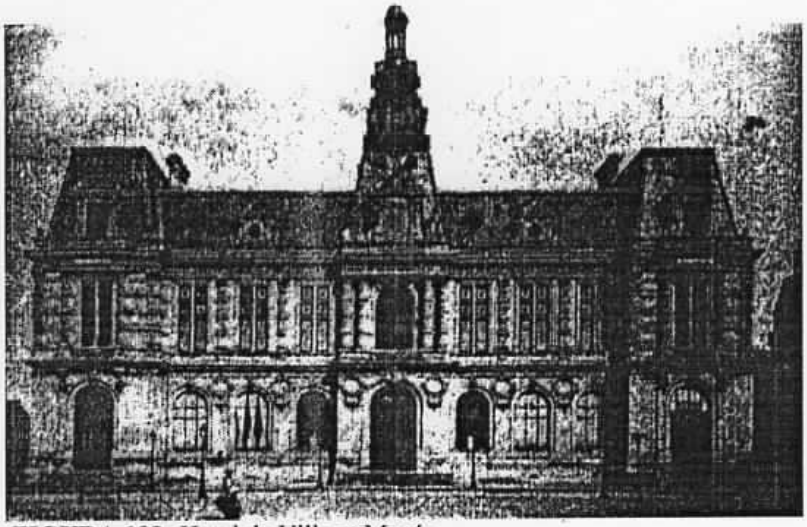


FIGURA 193: Hotel de Ville et Musée

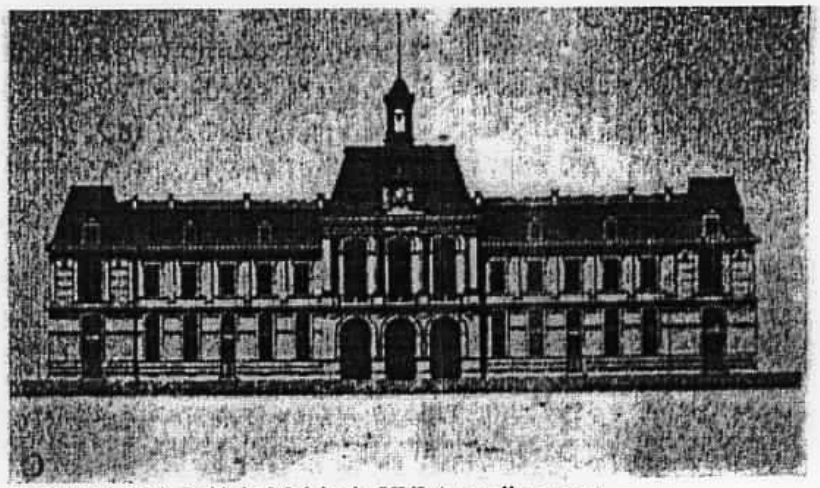


FIGURA 194: Palácio Mairie du XVI Arrondissement

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 253 Rub.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira fábrica têxtil do Rio Grande do Sul revela um importante intercâmbio de valores e experiências consideráveis do final do século XIX e começo do XX, tanto no âmbito da arquitetura, do planejamento e expansão urbanas da cidade do Rio Grande-RS-Brasil, do desenho da paisagem, bem como da história da indústria do Rio Grande do Sul.

A Vila Operária edificada está direta e materialmente ligada à história da industrialização do Rio Grande do Sul e das tradições de criação de animais que caracterizam o Estado. O complexo Rheingantz é um patrimônio cultural, compreendendo obras de arquitetos, criações anônimas de construtores surgidas da alma popular e um conjunto de valores histórico-culturais que dão sentido à vida desta específica vila nesse período histórico.

Sendo assim, faz parte de uma cultura arquitetônica daquele tempo e pode-se claramente observar que os construtores – dos quais não temos informações atualmente – conheciam certos modelos internacionais, pois existe um ambicioso desenho dentro do contexto deste conjunto de habitações.

A identidade e o caráter da Vila Operária Rheingantz é de suma importância não só por sua estrutura física, mas também por suas características sociológicas - considerando sua integração ao processo vivo do desenvolvimento urbano da cidade do Rio Grande, e da marcante valoração que a população local tem em relação à "Vila Alemã", às "Casas da Rheingantz", pois este sítio pertence à cultura visual da cidade e ainda permanece devido à estagnação econômica e falta de especulação imobiliária. Mas, sobretudo, por uma consciência intrínseca da comunidade local de preservar o que restou dos tempos áureos do Rio Grande industrial, como era nomeada a cidade por periódicos do começo do século XX, o qual tem o potencial de ser um pólo turístico com a preservação do patrimônio que restou do apogeu da indústria.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/85-1
Fls. 256 Rub.

O trabalho de levantamento feito para o Mestrado tentou obter o máximo de informações possíveis, dentro do limite de dados conseguidos, para que se possa valorar o quanto estas construções podem nos ceder de informações tecnológicas e plásticas.

As condições físicas atuais das propriedades do conjunto possuem uma deterioração grave de materiais, de estrutura e dos elementos ornamentais, tais como óculos, frisos, festões e apliques. Há de fato uma carência de políticas de conservação, tanto pelos órgãos Federais e Estaduais como por planos urbanísticos da Prefeitura local, devido ao perigo de violência que os prédios abandonados causam à população que mora nos arredores. Há ocorrência freqüente de depredação dos elementos estruturais tais como barrotes, forros, portas e janelas pela ação de vandalismo.

Evidentemente, uma perda de autenticidade histórica está se dando pela reforma das casas por moradores sem possuírem um projeto e esclarecimento do valor do patrimônio histórico e cultural das edificações. As mudanças graduais devido a fatores climáticos com grandes períodos de chuva e maresia, por se tratar de uma cidade litorânea, aumentam ainda mais o desgaste das moradias. A maior causa desta ameaça às propriedades é dada a uma carência, inadequação e falta de recursos financeiros, uma implementação eficaz de um plano de gestão, inventário do patrimônio histórico e cultural que representa a Vila Operária Rheingantz.

Detendo-se mais ao sofisticado prédio do maneirismo internacional – o Escritório Central – edificação singular na arquitetura da cidade, enfatiza-se a importância cenográfica e estimada, devendo ser prioridade para uma futura política de preservação. Apesar da comunidade local se ater mais ao Club dos Mestres (ou Cassino dos Mestres) como referência material à Vila Operária – por sua posição de destaque no entorno, o prédio do Escritório Central é evidentemente mais importante e, através deste trabalho de resgate da cultura material e arquitetônica, é proposto que, caso algum projeto de Lei venha a restaurar a Vila Operária, sejam prioritárias obras de restauração no Escritório Central.

Neste caso específico do Escritório Central, a tarefa acadêmica foi a de buscar o conhecimento crítico sobre esse patrimônio comum (Vila), a fim de democratizar a informação e a educação para a comunidade local e aos órgãos competentes. Através de um breve levantamento arquitetônico e fotográfico, com a produção das fichas, conseguiu-se demonstrar o panorama de técnicas construtivas e a atual situação das moradias, bem como tentou-se descobrir a trama pela qual o edificador pensou ao projetar as residências. Com isso, buscamos a história e

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/85-1
Fls. 257 Rub.

memória deste patrimônio averiguando a riqueza de detalhes, a sofisticação da estrutura dos telhados, a organização funcional que possui em planta, assim como também de outros elementos ornamentais.

A restauração desta herança histórica está mais ligada a valores culturais do que materiais, porque recuperariam de certa forma o saudosismo e o orgulho que haviam quando a cidade estava numa fase mais próspera.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 258 Rub.

BIBLIOGRAFIA

ALBERNAZ, M.P. ; LIMA, C.M. *Dicionário Ilustrado de Arquitetura*. 2.ed. São Paulo: ProEditores, 2000.

ANDREANI, I. *Il Projetista Moderno di Costruzioni Architettoniche*. Milano: Editore Libraio Della Real Casa, 1918. ULRICO HOEPLI.

ANDREANI, I. *L' Arte Nei Mestieri III il Muratore*. Milano: Editore Libraio Della Real Casa, 1909. ULRICO HOEPLI.

ARFVIDSON, A. et al. *Maisons Les Plus Remarquables.*Construites a Paris de 1905 a 1914. Librairie Centrale des beaux-Arts Albert Lévy Editeur, 1920.

BALDONI, V. *Complexo Rheingantz*. Pelotas (RS): UFPEL, 2000. Monografia.

BARBEROT, E. *Traité de Constructions Civiles*. Paris, Baudry et Cie. Éditeurs, 1895.

BARBEROT, E. *Tratado Práctico de Edificación*. 2.ed. Barcelona: Gustavo Gili Editor, 1927.

BEAL, M.G. *Patrimônio de tradição germânica na Cidade do Rio Grande*. Levantamento – histórico - registro. Pelotas (RS): UFPEL, agosto de 1997. Especialização em Patrimônio Cultural Inst. de Letras e Artes.

BLAY, E.A.*Eu não tenho onde morar:* vilas operárias na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1985.

BLAY, E.A. *Vilas Operárias.* São Paulo 1981. Tese de livre docência apresentada à disciplina de Sociologia do Dept. de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

BOURNIQUEL, M. *Pour construire sa maison.* Recuel de Constructions. Paris, Garnier Frères Èditieurs.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 253 Rub.

BREYMANN, G.A. *Costruzioni Metalliche.*Casa Editrice Dottor Francesco Vallardi, Roma, s/data.

BULLOCK and READ, N. and J. *The Movement for housing reform in Germany and France 1840-1914*. Cambridge: Cambridge University Press, Great Britain by the University Press, 1985.

CAMPI, M. *Riqualificare Napoli*. Il Rapporto Rilievo / Intervento nei progetti di riqualificazione urbana e paesaggistica. Roma: Ufficio Centrale per i beni ambientale e paesaggistici.

CHING, F.D.K. *Dicionário Visual de Arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

CHOAY, F. A Alegoria do Patrimônio. [Tradução de Luciano Vieira Machado]. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2001.

CIVERA, I.A. *Arquitetura Industrial*. Concepto, método y fuentes. Colección Arqueología Industrial. Valencia: Diputación de Valencia, 1998.

COLLINS, P. *Los Ideales de la Arquitectura Moderna*; su Evolución (1750-1950). Barcelona: Gustavo Gili, 1970.

COPSTEIN, R. *O trabalho Estrangeiro no Município de Rio Grande*. Série Geografia n 4, 1975 - Boletim Gaúcho de Geografia. Ass. dos Geógrafos Brasileiros Núcleo de Porto Alegre.

CORREIA, T.B. *Artigo* - A indústria e a moradia operária: as diferentes formas de acesso a casas em vilas operárias e núcleos fabris. Sinopses. São Paulo: n.28 p.9-18 dez. 1997. Universidade de São Paulo - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Publicação Semestral.

DE FUSCO, R. *A Idéia de Arquitetura*. [Tradução de José Eduardo Rodil] São Paulo: Martins Fontes, 1972.

DENFER, J. *Charpenterie métallique Menuiserie em fer & Serrurerie*. Tome Second. Paris: Gauthier-Villars et Fils, Imprimeurs - Libraires, 1894.

DUCHER, R. *Característica dos estilos*. [Tradução de Maria Galvão] 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ENCONTRO Ibero-americano de Patrimônio Industrial. Lisboa, 1999. Anais de Congresso.

FRAMPTON, K. *História Crítica da Arquitetura Moderna*. [Tradução de Jefferson Luis Camargo] São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FUNARI, P.P. *Destruction and conservation of cultral property:* a peripheral outlook from Brazil. New York: Routledge, 2001.

FUNARI, P.P. *Os desafios da destruição e conservação dos patrimônio cultural do Brasil*. Porto, Portugal, 2001.

FURA
ABNT

GONZ
norma

GUIG
UFRG

GUTI
y Espa
Partal,

GUTI

ISAA
Congr

JANT
prátic

KOCH

KRUF
Prince

LA V

LEMC

LIMA
Campi
em Hi

MOU
Urban
Paulo

OLIV
União
Mestr

PASS

PEDR

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 260 Rub.

FURASTÉ, P.A. *Normas Técnicas para o Trabalho Científico*. Explicitação das Normas da ABNT. Porto Alegre: Dáctilo Plus, 2002.

GONZÁLES-VARAS, I. *Conservación de bienes Culturales*. Teoría, historia, principios y normas. Madrid: Cátedra, 1999.

GUIGOU-NORRO, J.A. *A Vila Operária na República Velha:* o caso Rheingantz. Porto Alegre: UFRGS, Faculdade de Arquitetura, 1994. Orientador: Günther Weimer.

GUTIERREZ, R. (org.) *Autores vários*. Preservación de la arquitectura industrial en Iberoamerica y Espanha. Cuadernos del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, CEDODAL. Granada: El Partal, 2001.

GUTIERREZA, R. *Arquitectura y Urbanismo en Iberoamerica*. 3.ed. Madrid: Cátedra, 1999.

ISAAC, A. *Ecletismo y Pensamiento Arquitectónico em Espanha*. Discursos, Revistas, Congresos 1846-1919. Granada: Diputación Provincial de Granada.

JANTZEN, S.A.D. ; OLIVEIRA, A.L.C. *Renovação urbana e reciclagem, orientação para prática de atelier*. Pelotas (RS): Mundial, 1996.

KOCH, W. Dicionário dos Estilos Arquitetônicos. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

KRUFT, H.W. *A history of Architectural Theory from Vitruvius to the present*. New York: Princeton Architectural Press, 1994.

LA VAL, P. ; CRESPI, D'A. *Village operai in Italia*. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1981.

LEMOS, C. *Alvenaria burguesa*. São Paulo: Nobel, 1985.

LIMA, R.P.T. *A cidade racional: Amparo*: um projeto urbanístico do "oitocentos". Amparo, Campinas (SP): Faculdade de Ciências e Letras Plínio Augusto do Amaral, Centro da Pesquisa em História da Arte e da Arqueologia - UNICAMP, 1998.

MOURA, C.A. ; MOURA, S. *Paisagem e Ambiente:* ensaios: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.- São Paulo: FAU, 1997. N.12, dez 1999 p 29-68- *As Antigas e as Novas Vilas de São Paulo:* Conceituação e Estudos de caso.

OLIVEIRA, C.A. *Indústria e Trabalho no Município de Rio Grande:* A trajetória da Companhia União Fabril (1873-1930). UNESP, Assis/SP, 1995, Or: Dra. Beatriz M. Cerqueira Leite / Mestrado em História.

PASSARINHO, J. *Estudos Residenciais*. Rio de Janeiro: 1942. Monografia.

PEDRAZA, P. *Tratado de Arquitectura*. Antonio Averlino Filarete. Madrid: Ephialte, 1990.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-110/95-1
Fls. 261 Rub.

PESAVENTO, S.J. *A Burguesia gaúcha*: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS: 1889-1930). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PESAVENTO, S.J. *História da Indústria Sul-Rio-Grandense.* Guaíba (RS): Riocell, 1985.

PEVSNER, N. *A History of Building Types*. The National Gallery of Art. Washington: Princeton University Press, 1970.

PIANCA, J.B. *Manual do Construtor*. Porto Alegre: Globo, 1980.

Pierson Jr, W.H. American Buildings and their Architects. Vol. 2 Oxford: Oxford University Press, 1978. Chapter II.

PUPPI, L. *Andrea Palladio*. Electa Editrice.

Relatórios da Fábrica. *Relatorios da Directoria da Companhia União Fabril Succesora de Rheingantz & Cia*. Anno Social 1/09/1891 a 31/08/1892.

Relatórios da Fábrica. *Relatorios da Directoria da Companhia União Fabril Succesora de Rheingantz & Cia*. Anno Social (anos estudados de 31/08/1894 a 31/08/1926).

Relatórios da Fábrica. Relatorio da Sociedade Comanditaria em Ações de Rheingantz & C. Em 29/10/1886, 21/11/1885, 30/10/1888, 9/11/1889.

ROCHE, J. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Globo, 1969.

ROSSI, A.Z. *O quintal da Fábrica.* Dissertação de Mestrado IFCH - UNICAMP- Or. Profa. Dra. Maria Clementina Pereira Cunha. Dez. 1991.

SAUVEUR, H. *Cottages Anglais recuellis et mis em order par*. Paris CH.: Massin Éditeur, 1920.

SCAMOZZI, O.B. *Le fabriche e i disegni di Andrea Palladio*. Vicenza: Raccolti,1796.

SCHMITT, H. *Tratado de construcción, elementos,estructuras y reglas fundamentales de la construcción.* Barcelona: Gustavo Gili, 1974.

SINGER, P. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Nacional, 1968.

SUMMERSON, J. *The Architecture of the eighteenth century*. Massachussets: Institute of Tecnology. Cambridge: The MIT Press.

SUMMERSON, J. *The Classical Language of Architecture*. Massachussets: Institute of Tecnology. Cambridge: The MIT Press, 1995.

TEIXEIRA, P.P. *A Fábrica do Sonho:* trajetória do industrial Jorge Street. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

TOGNC
UNICA

WEIME

WEIME
Porto Al

WEIME
UFRGS,

WEIME

WEIME
UFRGS.

WEIME

WEIME

WHITTI
Crosby L

ZEQUIN
de Itu 18

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 262 Rub.

TOGNON, M. *Arquitetura Italiana no Brasil:* a obra de Marcelo Piacentini. Campinas (SP): UNICAMP, 1999.

WEIMER, G. *A Arquitetura.* Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 1992.

WEIMER, G. *A vida cultural e a arquitetura na República Velha Rio-Grandense* – 1889-1945. Porto Alegre: EDIPUC/RS, 2003. Preâmbulo: Elvam Silva.

WEIMER, G. *Arquitetura do Positivismo.* GEDAB, Faculdade de Arquitetura. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

WEIMER, G. *Ecletismo na Arquitetura Brasileira.* Porto Alegre Mercado Aberto,1990.

WEIMER, G. *Engenheiros Alemães no Rio Grande do Sul, 1848/58.* Faculdade de Arquitetura – UFRGS. Porto Alegre.

WEIMER, G. *O Arquiteto Theo Wiederspahn.* Faculdade de Arquitetura - UFRGS. Porto Alegre.

WEIMER, G. *O Engenheiro Rudolf Ahrons.* Faculdade de Arquitetura – UFRGS. Porto Alegre.

WHITTICK, A. *European Architecture in the Twentieth Century.* Vol. One. London, 1950, Crosby Lockwood & Son. Ltd.

ZEQUINI, A. *Personagens do urbano*: o saber itinerante e a formação do proletariado na região de Itu 1869-1920. São Paulo, 1998. Doutoramento - FFLCH-USP.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-110/95-1
Fls. 263 Rub.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM HISTÓRIA DA ARTE E DA CULTURA

VOLUME 2:

RHEINGANTZ:
UMA VILA OPERÁRIA EM RIO GRANDE – RS

Vivian da Silva Paulitsch

CAMPINAS (SP)
Agosto, 2003

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 264 Rub.

VIVIAN DA SILVA PAULITSCH

VOLUME 2:

RHEINGANTZ:
UMA VILA OPERÁRIA EM RIO GRANDE – RS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Jorge Coli.

CAMPINAS (SP)
Agosto, 2003

2778-11.00/95-1
Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-11.00/95-1
Fls. 265 Rub.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em _____ / _____ / 2003.

BANCA

Prof. Dr. Jorge Coli (Orientador)

Prof. Dr. Marcos Tognon (Membro)

Prof. Dr. Günter Weimer (Membro)

Prof. Dr. Pedro Paulo Funari (Suplente)

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2770-11.00/85-1
Fls. 266 Rub.

CASA NÚMERO:		**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**	
REGIÃO: Sul	**ESTADO:** Rio Grande do Sul	**MUNICÍPIO:** Rio Grande	**DISTRITO/BAIRRO:** Cidade Nova
LOCALIZAÇÃO: Rua Presidente Vargas,		**COORDENADAS:**	
ÁREA CONSTRUÍDA: 00,00 m²		**ENTORNO:** área urbana	
NOTAS HISTÓRICAS: **Construtor:** Companhia União Fabril (ex Rheingantz & Cia.) **Data da Construção:**			
SITUAÇÃO E AMBIÊNCIA:			
DESCRIÇÃO:			

	MATERIAL (IS) ENCONTRADO (S)
	Arquivo interno da Fábrica
	Catálogos
	Cortes
	Cortes feitos em cima de levantamento em campo
	Fachadas desenhadas em cima de levantamento em campo e fotos do local
	Fachadas - planta
	Fotografias antigas
	Levantamento da C.U. F
	Planta baixa original
	Planta baixa reproduzida em outra fonte
	Projeto de ampliação na Prefeitura Municipal de Rio grande
	Outra documentação .....

	1.Funções da Edificação
	Em atividade na Função Original
	Em atividade em outra Função
1.a	**Função Original**
	Comercial
	Misto
	Residencial poli
	Residencial unifamiliar
	Industrial

Planta de localização

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2776.1100/95-1
Fls. 267 Rub.

	Outros nonononononononononono .....
1.b	**Função Atual**
	Residencial unifamiliar
	Residencial poli
	Comercial
	Misto
	Industrial
	Outros nonononononononononono .....

2.Estado de Conservação	
	Bom
	Satisfatório
	Mau
	Ruínas
2.a	**Estado de conservação**
	Deformidade na disposição das telhas
	Repintura generalizada
	Estrutura apodrecida por umidade excessiva
	Fissuras
	Falta de partes de elementos decorativos
	Desprendimentos
	Lacunas
	Apodrecimentos
	Reboco danificado por umidade provinda por capilaridade
	Outros .....

3.Fatores da degradação	
	Salinidade
	Cupim
	Umidade nas paredes
	Umidade do terreno
	Peças danificadas pela ação do tempo
	Peças danificadas pela ação de chuvas
	Ataque por insetos xilófagos
	Outros

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2770-1100/85-1
Fls. 268 Rub.

4.Tipologia Arquitetônica	
	Residencial
	Comercial
	Misto
	Industrial
	Uso especial

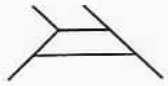
5.Tipo de implantação no lote	
	Fita
	Isolada no lote
	Geminada
	Com recuo lateral
	Com recuo frontal

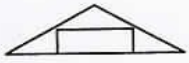
6.Planta	
	Quadrangular
	Em L
	Em U
	Irregular
	Com pátio interno central
	Com dois pátios internos
	Outros
6.a	**Número de pisos**
	Térreo
	Dois pavimentos
	Mais pavimentos .....

Observações da planta- baixa:

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2770-1109/95-1
Fls. 269 Rub.

7.Telhado	
	Telhado em mansarda
	Telhado duas águas
	Telhado gambrel
	Telhado de uma água
7.a	**Elementos do telhado**
	Água furtada
	Lucarna ou Trapeira
	Espigão de duas águas
	Empena esconsa
	Empena
7.b	**Técnicas Construtivas do telhado**
	Tesouras de Madeira
	Uso de Barrotes 16X8
	Viga de Cumeeira
	Tesoura de Pendural Único
	Tesoura de Pendural duplo
7.b.1	**Técnicas Construtivas do telhado**
	Tesoura
	Tirante





Observações a respeito da composição do telhado:

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 270 Rub.

8. Técnicas Construtivas	
8.a	**Fundações**
	Aparelho em pedra
	Bloco de concreto
	outros
8.b	**Paredes**
	Alvenaria sólida de tijolos
	Parede dupla
	Alvenaria de blocos vazados
	Alvenaria de bloco de concreto

9. Elementos arquitetônicos	
9.a	**Revestimento de Superfícies**
9.a.1	**Paredes**
	Cerâmica
	Escaiola
	Lambri
	Reboco
	Tijolo á vista
	outros
9.a.2	**Pisos**
	Cerâmica
	Ladrilho hidráulico
	Madeira macho fêmea
	Tábua Corrida
	Tabuão
9.a.3	**Forros**
	Cedrinho
	Estuque
	Forrinho plástico
	Gesso
	Tipo saia e camisa

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 221 Rub.

Observações sobre os elementos de revestimento das superfícies:

9.b	**Janelas**
9.b.1	**Vãos**
	janela de arco pleno
	janela de verga reta
	janela com bandeira
	outros
9.b.2	**Tipo de abertura**
	Janela de abrir
	Janela arredondada
	Bay window
	Janela chanfrada
	Janela circular (olho -de -boi)
	correr
	Guilhotina
	Janela de lucarna
	Janela pivotante
9.b.3	**Material Utilizado**
	Alumínio
	Ferro
	Madeira

9.c	**Portas**
9.c.1	**Quanto aos Vãos**
	de arco pleno
	de verga reta
	com bandeira

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/85-1
Fls. 272 Rub.

	outros
9.c.2	**Quanto ao tipo**
	Porta Almofadada
	Porta francesa
	Porta Simples maciça
	Porta Simples Oca
	Porta Veneziana
9.c.3	**Quanto a abertura**
	Porta de abrir
	Porta Articulada
	Porta Correr
9.c.4	**Material Utilizado**
	Alumínio
	Ferro
	Madeira

9.d	**Escadas**
	Em dois sentidos
	Em L
	Reta
9.d.1	**Material Utilizado**
	Alvenaria portante
	Ferro
	Madeira
	Misto M/F

Observações:

10. Ornamentos – Decoração Externa - Fachadas

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2776-1100/85-1
Fls. 273 Rub.

	Bossagem
	Colunas
	Faixas
	Festão
	Frisos
	Frontão
	Moldura
	Óculo
	Pilastras
	Volutas

Outros: Componentes Artísticos (decorações em estuque, pinturas e molduras).

Observações a respeito da descrição dos componentes artísticos:

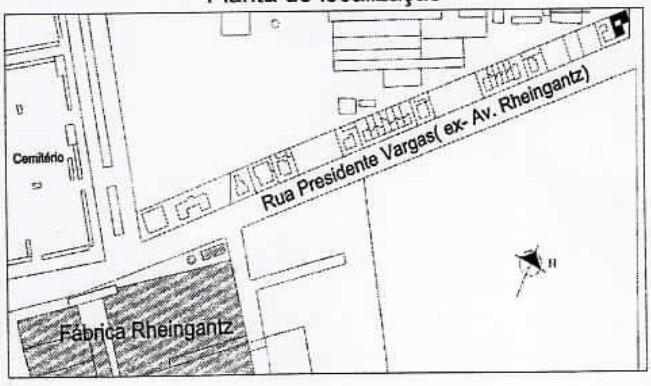
Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-11.00/95-1
Fls. 274 Rub.

CASA NÚMERO: 4		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
REGIÃO: Sul	**ESTADO:** Rio Grande do Sul	**MUNICÍPIO:** Rio Grande	**DISTRITO/BAIRRO:** Cidade Nova
LOCALIZAÇÃO: Rua Presidente Vargas,		**COORDENADAS:**	
ÁREA CONSTRUÍDA: 222,58 m² (aprox. atualmente)		**ENTORNO:** área urbana	
NOTAS HISTÓRICAS: Construtor: Companhia União Fabril (ex Rheingantz & Cia.) **Data da Construção:** não se tem este dado preciso			
SITUAÇÃO E AMBIÊNCIA: Residência de lote de esquina, situada na bifurcação da via arterial de acesso de entrada e saída da cidade com a Av. Major Carlos Pinto (canalete). Cerca de 1400 m do centro histórico e com fundos para a Estação ferroviária.			
DESCRIÇÃO: Casa geminada, de esquina e com dois pavimentos. Possuindo entrada pela porta principal na parte central da fachada com frente à Av. Presidente Vargas.			

MATERIAL (IS) ENCONTRADO (S)	
	Arquivo interno da Fábrica
	Catálogos
	Cortes
	Cortes feitos em cima de levantamento em campo
	Fachadas desenhadas em cima de levantamento em campo e fotos do local
	Fachadas - planta
x	Fotografias antigas
	Levantamento da C.U. F
	Planta baixa original
x	Planta baixa reproduzida em outra fonte
x	Projeto de ampliação na Prefeitura Municipal de Rio grande
	Outra documentação .....

1.Funções da Edificação	
x	Em atividade na Função Original
	Em atividade em outra Função
1.a	**Função Original**
	Comercial
	Misto
	Residencial poli
x	Residencial unifamiliar
	Industrial

Planta de localização

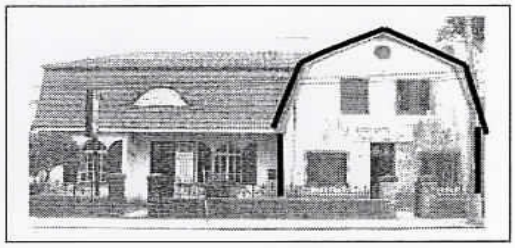


Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 275 Rub.

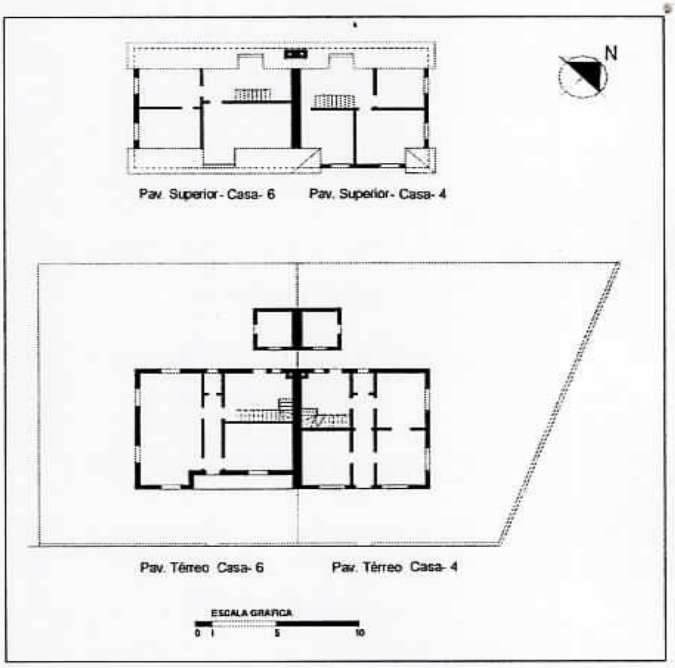
	Outros .....
1.b	**Função Atual**
x	Residencial unifamiliar
	Residencial poli
x	Comercial
	Misto
	Industrial
	Outros .....

2.Estado de Conservação	
x	Bom –sendo reformada
	Satisfatório
	Mau
	Ruínas
2.a	**Estado de conservação**
	Deformidade na disposição das telhas
x	Repintura generalizada
	Estrutura apodrecida por umidade excessiva
	Fissuras
	Falta de partes de elementos decorativos
	Desprendimentos
	Lacunas
	Apodrecimentos
	Reboco danificado por umidade provinda por capilaridade
	Outros .....

3.Fatores da degradação	
	Salinidade
x	Cupim
x	Umidade nas paredes
	Umidade do terreno
x	Peças danificadas pela ação do tempo
	Peças danificadas pela ação de chuvas
	Ataque por insetos xilófagos
	Outros



Casa 4 – em negrito



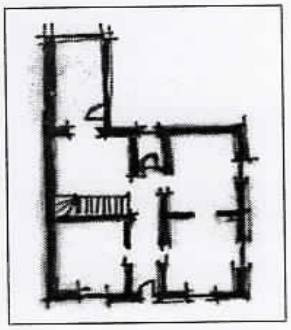
Provável planta original
Casa 4 (direita) – como são geminadas, o desenho teve de ser feito das duas casas juntas.
Fonte : dissertação Guigou-Norro

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 276 Rub.

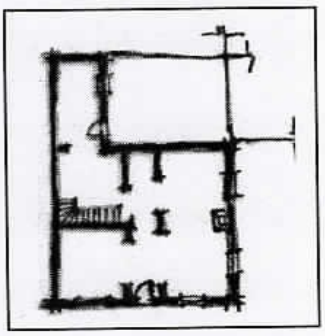
4.Tipologia Arquitetônica	
x	Residencial
	Comercial
	Misto
	Industrial
	Uso especial

5.Tipo de implantação no lote	
	Fita
	Isolada no lote
	Geminada
x	Com recuo lateral
x	Com recuo frontal

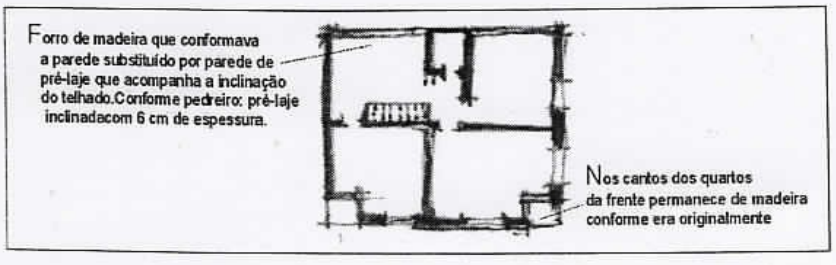
6.Planta	
	Quadrangular
	Em L
	Em U
x	Irregular
	Com pátio interno central
	Com dois pátios internos
	Outros
6.a	**Número de pisos**
	Térreo
x	Dois pavimentos
	Mais pavimentos .....



Croqui da situação da casa anterior à reforma ocorrida em junho/2003- fonte: Levantamento no local



Croqui da situação da casa durante a reforma em junho/2003- térreo
fonte: Levantamento no local



Croqui da situação da casa durante a reforma em junho/2003- 2 pav.
fonte: Levantamento no local

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/85-1
Fls. 277 Rub.

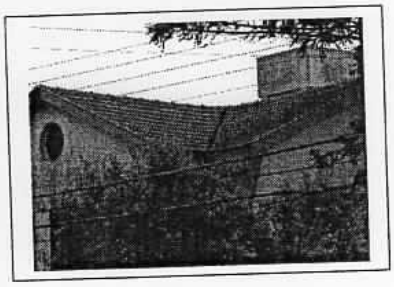
Observações da planta- baixa:

Foram demolidas duas paredes que eram de duas Salas transformando-se numa sala de dois ambientes e a antiga despensa ao fundo do corredor central foi transformada em bar. O antigo banheiro foi todo reformado com peças novas de cerâmica. Construída uma lareira no centro desta nova sala de dois ambientes.

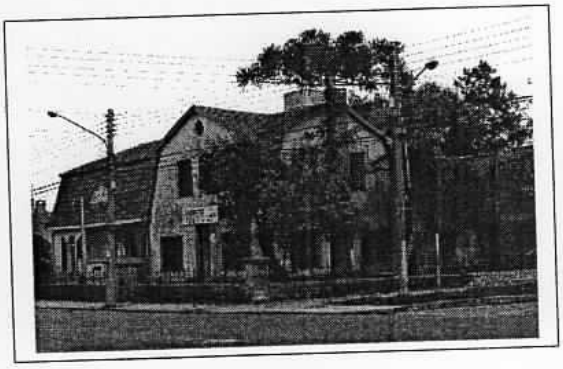
7.Telhado	
x	Telhado em mansarda
	Telhado duas águas
	Telhado gambrel
	Telhado de uma água
7.a	**Elementos do telhado**
	Água furtada
	Lucarna ou Trapeira
	Espigão de duas águas
	Empena esconsa
x	Empena voltada para alinhamento predial
7.b	**Técnicas Construtivas do telhado**
	Tesouras de Madeira
	Uso de Barrotes 16X8
	Viga de Cumeeira
x	Tesoura de Pendural Único
	Tesoura de Pendural duplo
7.b.1	**Técnicas Construtivas do telhado**
x	Tesoura
	Tirante

Observações a respeito da composição do telhado:

Telhado em mansarda com tesouras de madeira de lei compondo-se de 3 tesouras (segundo o pedreiro entrevistado dia 14 de junho de 2003) de seções de 24x24cm e demais terças com seções de 12x12 cm . Empena voltada para o alinhamento predial com



Detalhe da Cobertura
Foto:outubro /2002



Detalhe da esquina onde está implantada a casa 4
Foto:outubro /2002

Detalhe da esquina onde está implantada a casa 4
Foto:outubro /2002

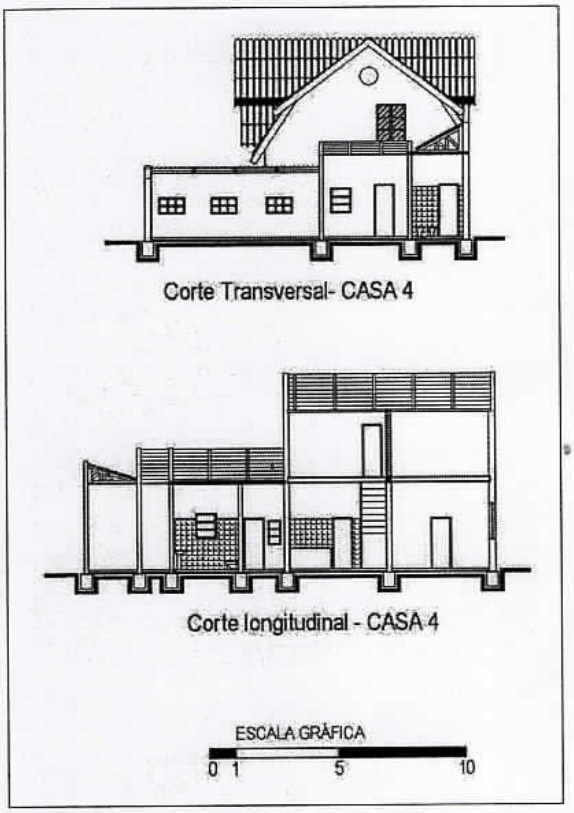
Secretaria da Cultura
Proc. nº 2278-1100/95-1
Fls. 278 Rub.

cobertura duas águas encaixada no telhado em mansarda com cumeeira de mesma altura da cobertura principal.

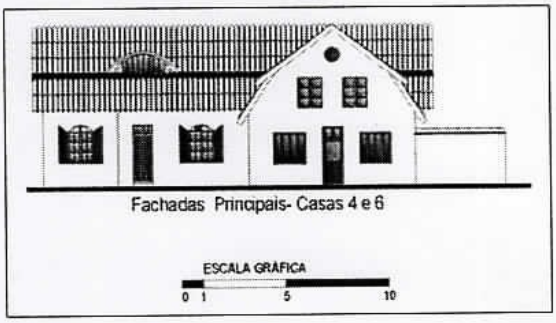
Uso de telhas francesas e pé-direito de 3m.

8. Técnicas Construtivas	
8.a	**Fundações**
x	Aparelho em pedra
	Bloco de concreto
	outros
8.b	**Paredes**
x	Alvenaria sólida de tijolos
	Parede dupla
	Alvenaria de blocos vazados
	Alvenaria de bloco de concreto

9. Elementos arquitetônicos	
9.a	**Revestimento de Superfícies**
9.a.1	**Paredes**
x	Cerâmica
	Escaiola
	Lambri
x	Reboco
	Tijolo á vista
x	Outros - pedra irregular
9.a.2	**Pisos**
x	Cerâmica
	Ladrilho hidráulico
	Madeira macho fêmea
x	Tábua Corrida
	Tabuão
9.a.3	**Forros**
x	Pré-laje
	Estuque
x	Forrinho plástico
	Gesso
	Tipo saia e camisa



Cortes desenhados conforme uma planta de ampliação pesquisada nos arquivos da Prefeitura Municipal de Rio Grande em setembro/2002



Fachada desenhada com base nos cortes da Prefeitura

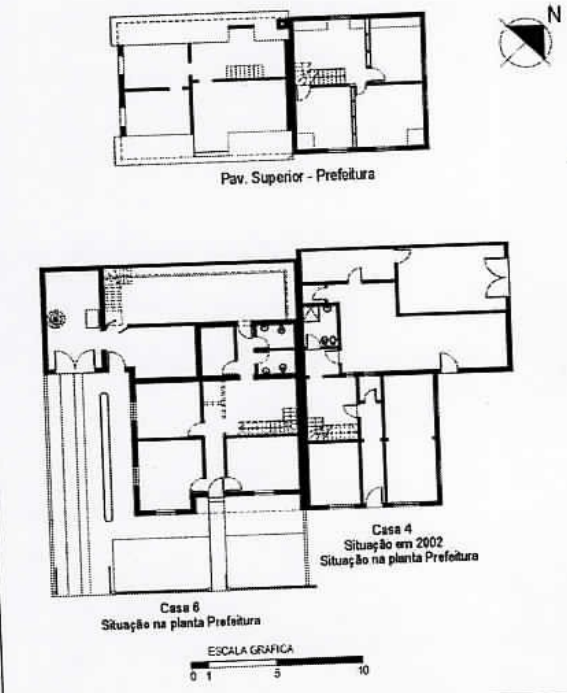
Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 279 Rub.

Observações sobre os elementos de revestimento das superfícies:

Revestimento de pedra em uma das paredes com fins de ornamentação. Uso de tijolos de vidro para iluminar o banheiro. O forro de madeira e o piso do segundo pavimento foram todos retirados e feitos com pré-laje. As paredes do 2°pavimento foram refeitas com alvenaria de tijolos e construídas vigas de concreto para sustentá-las.

9.b	**Janelas**
9.b.1	**Vãos**
	janela de arco pleno
x	janela de verga reta
	janela com bandeira
	outros
9.b.2	**Tipo de abertura**
x	Janela de abrir com veneziana
	Janela arredondada
	Bay window
	Janela chanfrada
	Janela circular (olho -de -boi)
x	Correr com persiana
x	Guilhotina
x	Janela basculante
	Janela pivotante
9.b.3	**Material Utilizado**
x	Alumínio
	Ferro
x	Madeira

9.c	**Portas**



Plantas desenhadas conforme uma planta de ampliação pesquisada nos arquivos da Prefeitura Municipal de Rio Grande em setembro/2002

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 280 Rub.

9.c.1	Quanto aos Vãos
	de arco pleno
x	de verga reta
x	com bandeira
	outros
9.c.2	**Quanto ao tipo**
x	Porta Almofadada
	Porta francesa
	Porta Simples maciça
	Porta Simples Oca
	Porta Veneziana
9.c.3	**Quanto a abertura**
x	Porta de abrir
	Porta Articulada
	Porta Correr
9.c.4	**Material Utilizado**
	Alumínio
	Ferro
x	Madeira

9.d	Escadas
	Em dois sentidos
x	Em L
	Reta
9.d.1	**Material Utilizado**
x	Alvenaria portante
	Ferro
	Madeira
	Misto M/F

Observações:

A escada de madeira foi demolida e construída uma Nova em concreto armado e toda vazada e foram revestidos todos os degraus com piso cerâmico.

Obs: Não foi permitido fotografar o interior da casa. Atualmente está na fase de acabamento da reforma.

Fotos de outubro/2002

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2798-1100/85-1
Fls 281 Rub.

10. Ornamentos – Decoração Externa - Fachadas	
	Bossagem
	Colunas
	Faixas
	Festão
x	Frisos
	Frontão
	Moldura
x	Óculo
	Pilastras
	Volutas

Outros: Componentes Artísticos (decorações em estuque, pinturas e molduras).

Observações a respeito da descrição dos componentes artísticos:

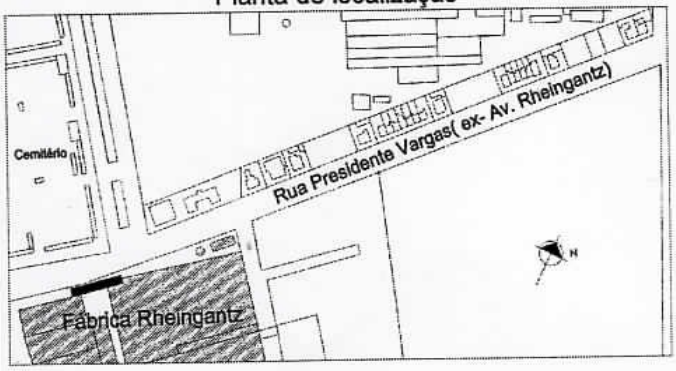
Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 202 Rub.

CASA NÚMERO: Escritório Central		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
REGIÃO: Sul	**ESTADO:** Rio Grande do Sul	**MUNICÍPIO:** Rio Grande	**DISTRITO/BAIRRO:** Cidade Nova
LOCALIZAÇÃO: Rua Presidente Vargas, s/n		**COORDENADAS:**	
ÁREA CONSTRUÍDA: 00,00 m²		**ENTORNO:** área urbana	
NOTAS HISTÓRICAS: Construtor: Companhia União Fabril (ex Rheingantz & Cia.) **Data da Construção:** provável em 1910			
SITUAÇÃO E AMBIÊNCIA: Prédio situado na frente do Cemitério Municipal com entrada principal voltada para a via arterial de acesso de saída e entrada da cidade. Distando cerca de 1700m do centro histórico.			
DESCRIÇÃO: Edifício situadoà frente dos galpões da fábrica, possuindo dois pavimentos, possui duas entradas principais para caminhões no centro e uma para pessoas. Existe outra entrada principal de acesso na lateral para o segundo pavimento. Cobertura em mansarda com teto habitável.			

MATERIAL (IS) ENCONTRADO (S)	
x	Arquivo interno da Fábrica – fachada e planta do térreo(parcial)
	Catálogos
	Cortes
x	Planta - baixa térreo feita levantamento em campo –pela arquiteta Jane Borghetti
	Fachadas desenhadas em cima de levantamento em campo e fotos do local
	Fachadas - planta
x	Fotografias antigas
	Levantamento da C.U. F
	Planta baixa original
	Planta baixa reproduzida em outra fonte
	Projeto de ampliação na Prefeitura Municipal de Rio grande
	Outra documentação .....

1.Funções da Edificação	
x	Sem atividade na Função Original
	Em atividade em outra Função
1.a	**Função Original**
	Comercial
	Misto
	Residencial poli
	Residencial unifamiliar
x	Industrial

Planta de localização

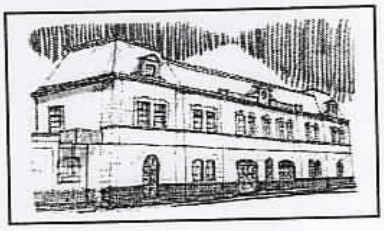


Secretaria da Cultura
Proc. nº 2770-1100/95-01
Fls. 283 Rub.

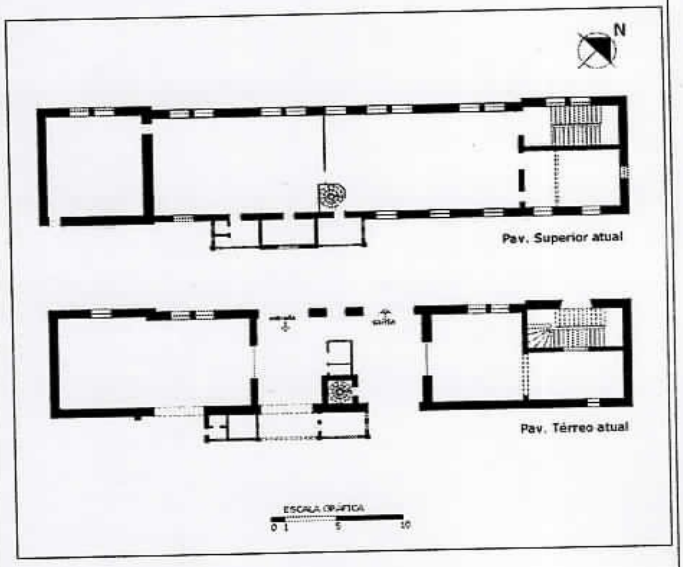
x	Outros Administração/ Escritório .....
1.b	**Função Atual**
	Residencial unifamiliar
	Residencial poli
	Comercial
	Misto
	Industrial
x	Outros Abandonado- Sem função .....

2.Estado de Conservação	
	Bom
	Satisfatório
x	Mau
	Ruínas
2.a	**Estado de conservação**
x	Deformidade na disposição das telhas
x	Repintura generalizada
x	Estrutura apodrecida por umidade excessiva
x	Fissuras
x	Falta de partes de elementos decorativos
	Desprendimentos
x	Lacunas
x	Apodrecimentos
x	Reboco danificado por umidade provinda por capilaridade
	Outros .....

3.Fatores da degradação	
x	Limo
x	Cupim
x	Umidade nas paredes
	Umidade do terreno
x	Peças danificadas pela ação do tempo
x	Peças danificadas pela ação de chuvas
x	Ataque por insetos xilófagos
	Outros



Croqui da Fachada



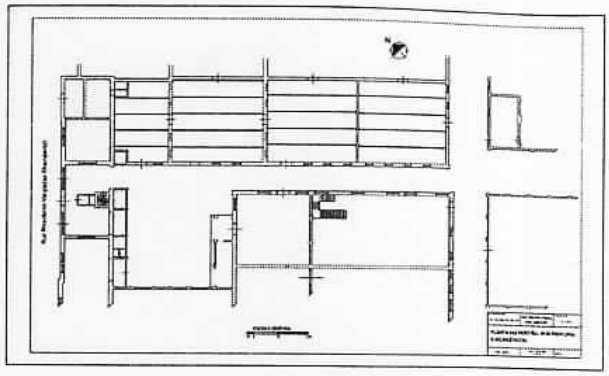
Planta- Baixa Atual
Provavelmente não sofreu modificações ao longo dos anos.
As medições e lev. Fotográfico foram feitos no local pela pesquisadora com o auxílio dos arquitetos Fabiane B. da Silva e Fabrício Mota.
Data do Levantamento:13 outubro/2002
Das fontes de desenhos que existem é um levantamento da fábrica mas está incompleto pois continha somente a parte térrea.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2798-1100/95-1
Fls. 284 Rub.

4.Tipologia Arquitetônica	
	Residencial
	Comercial
	Misto
	Industrial
x	Uso especial

5.Tipo de implantação no lote	
x	No alinhamento
	Isolada no lote
	Geminada
	Com recuo lateral
	Com recuo frontal

6.Planta	
x	Retangular
	Em L
	Em U
	Irregular
	Com pátio interno central
	Com dois pátios internos
	Outros
6.a	**Número de pisos**
	Térreo
x	Dois pavimentos
	Mais pavimentos .....



Planta da C.U.F pertencente ao acervo da fábrica contendo somente a parte térrea do prédio do escritório central e parte dos galpões. Foi transcrita(em autocad 2000) e devolvida para o proprietário Sr. Paulo Lawson.Não possuía data .

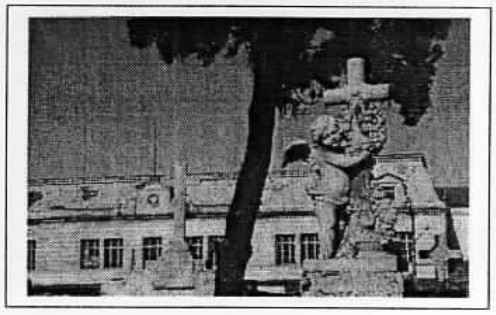
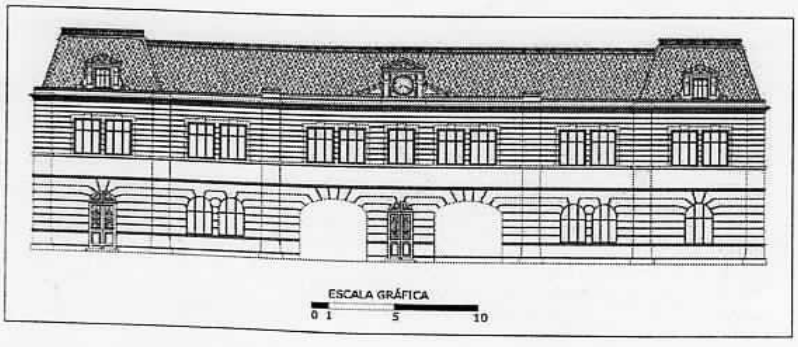


Foto mostrando o prédio desde o cemitério municipal
Data:agosto/2002



Fachada desenhada através de medições verticais usou-se uma trena com peso .
Obs. Apesar do relógio atualmente não estar funcionando foi representado na fachada pois fazia parte do projeto original.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95.1
Fls. 285 Rub.

Observações da planta- baixa:

Planta apresentando simetria e funcionalidade.

Divisória de madeira na parte superior para separar o ambiente de um enorme compartimento onde ficava O escritório de engenharia e a administração. A planta não sofreu alterações muito relevantes.

7.Telhado	
x	Telhado em mansarda
	Telhado duas águas
	Telhado gambrel
	Telhado de uma água
7.a	**Elementos do telhado**
	Água furtada
x	Lucarna ou Trapeira
	Espigão de duas águas
	Empena esconsa
	Empena
7.b	**Técnicas Construtivas do telhado**
x	Tesouras de Madeira
	Uso de Barrotes 16X8
	Viga de Cumeeira
	Tesoura de Pendural Único
	Tesoura de Pendural duplo
7.b.1	**Técnicas Construtivas do telhado**
x	Tesoura
x	Tirante

Observações a respeito da composição do telhado:

A cobertura possui duas alturas distintas pois no ressalto a estrutura é mais alta. Tesouras de madeira não triangulares repetem-se a cada 2m perpendiculares ao plano da fachada e no sentido longitudinal com tirantes de ferro no centro que se ligam a barrotes no piso. Secões do madeiramento 15x18cm e 16x9 cm.

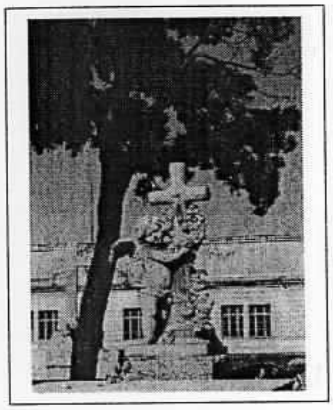
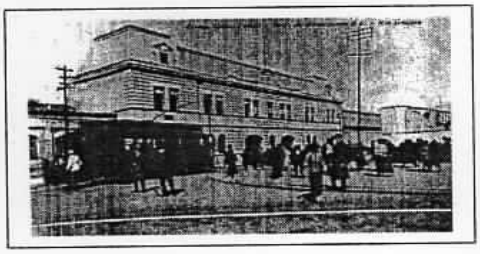
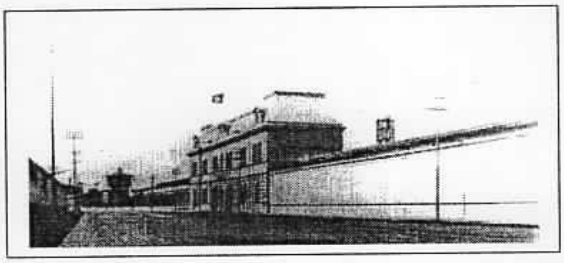
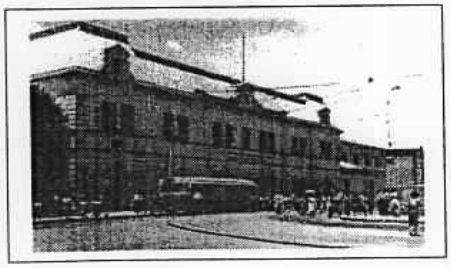


Foto mostrando o prédio desde o cemitério municipal
Data:agosto/2002

Abaixo:Fotos antigas sem data pertencentes ao Centro municipal de Cultura da cidade do Rio Grande





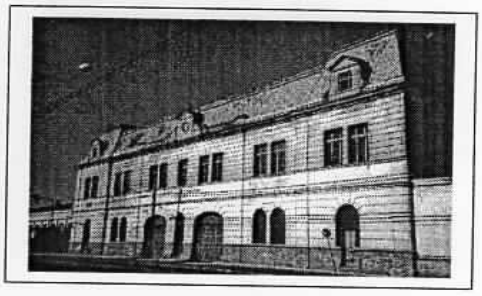


Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/85-1
Fls. 286 Rub.

piso. Seções do madeiramento 15x18cm e 16x9 cm.

8. Técnicas Construtivas	
8.a	**Fundações**
x	Aparelho em pedra
	Bloco de concreto
	outros
8.b	**Paredes**
x	Alvenaria sólida de tijolos
	Parede dupla
	Alvenaria de blocos vazados
	Alvenaria de bloco de concreto

9. Elementos arquitetônicos	
9.a	**Revestimento de Superfícies**
9.a.1	**Paredes**
x	Cerâmica
	Escaiola
x	Lambri
x	Reboco
	Tijolo á vista
	outros
9.a.2	**Pisos**
x	Cerâmica
x	Ladrilho hidráulico
x	Madeira macho fêmea
	Tábua Corrida
	Tabuão
9.a.3	**Forros**
	Cedrinho
	Estuque
	Forrinho plástico
	Gesso
x	Tipo saia e camisa c/ desenhos geométricos



Fachada do Prédio
Data:setembro/2002

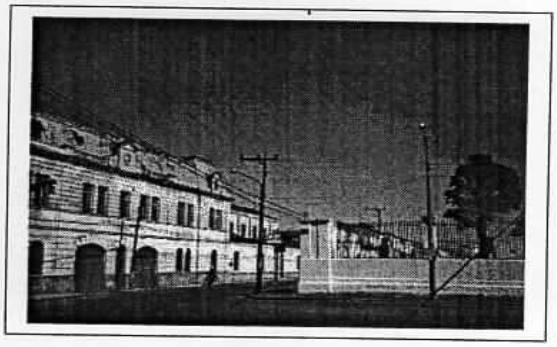
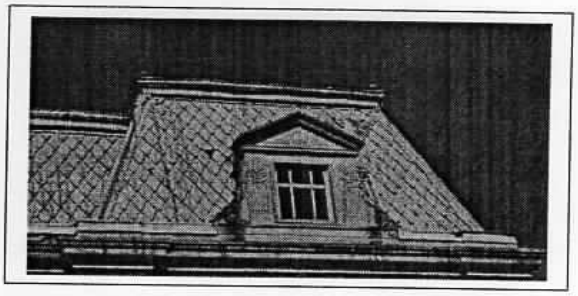


Foto mostrando o prédio e o cemitério à frente
Data: setembro/2002



Detalhe da Janela de Lucarna
Data foto: setembro/2002

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 287 Rub.

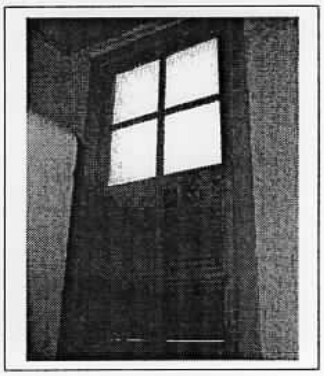
Observações sobre os elementos de revestimento das superfícies:

O forro apresenta desenhos geométricos e cimalha.

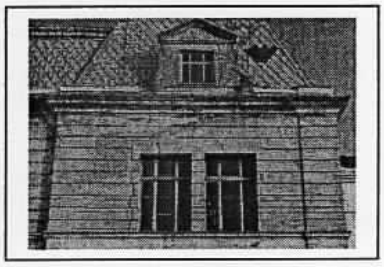
Na sala do presidente há um lambri com um sofisticado desenho geométrico. Presença de rodapé de madeira com friso.

9.b	Janelas
9.b.1	Vãos
x	janela de arco pleno
x	janela de verga reta
x	janela com bandeira
	outros
9.b.2	Tipo de abertura
x	Janela de abrir
	Janela arredondada
	Bay window
	Janela chanfrada
	Janela circular (olho -de -boi)
x	correr
x	Guilhotina
	Janela de lucarna
	Janela pivotante
9.b.3	Material Utilizado
	Alumínio
	Ferro
x	Madeira

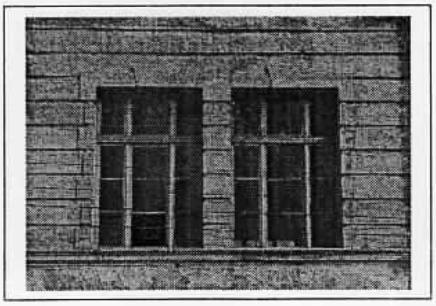
9.c	Portas
9.c.1	Quanto aos Vãos



Janela do Banheiro do pavimento superior
Data:outubro/2002



Modelo de Janelas do Pav. Superior
Foto:outubro/2002



Modelo de Janelas do Pav. Superior
Foto:outubro/2002

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2710-1100/95-1
Fls. 288 Rub.

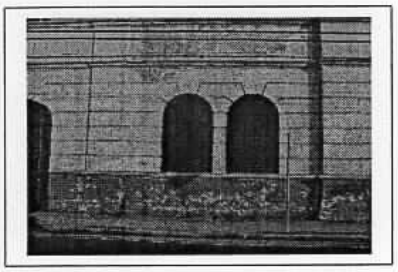
x	de arco pleno
x	de verga reta
x	com bandeira
	outros
9.c.2	**Quanto ao tipo**
x	Porta Almofadada
	Porta francesa
x	Porta Simples maciça
	Porta Simples Oca
	Porta Veneziana
9.c.3	**Quanto a abertura**
x	Porta de abrir
	Porta Articulada
	Porta Correr
9.c.4	**Material Utilizado**
	Alumínio
x	Ferro
x	Madeira

9.d	**Escadas**
x	Em dois sentidos
x	Caracol
	Reta
9.d.1	**Material Utilizado**
	Alvenaria portante
	Ferro
	Madeira
x	Misto M/F

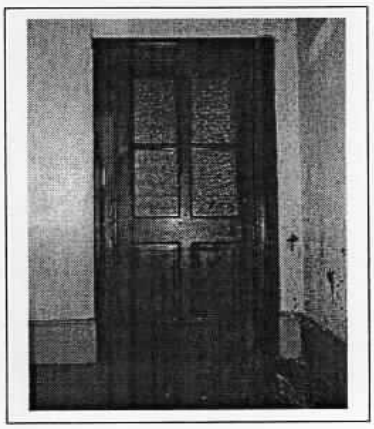
Observações:

A escada é estruturada em ferro fundido e com degraus de madeira. As portas internas possuem vidro jateado com desenhos geométricos e são almofadadas Embaixo há um guichê todo de madeira e vidro.

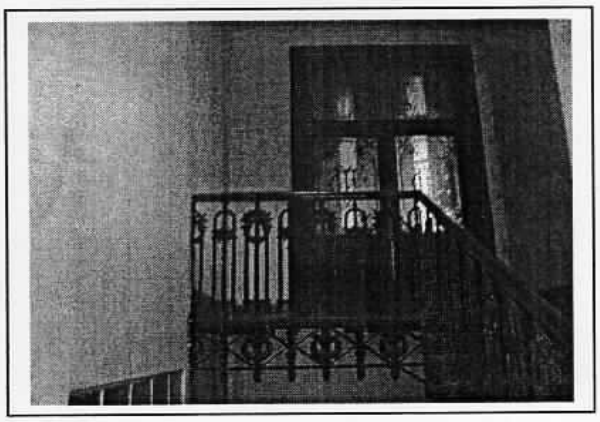
A escada caracol é toda em ferro fundido.



Janelas do Pav. Térreo
Foto:outubro/2002



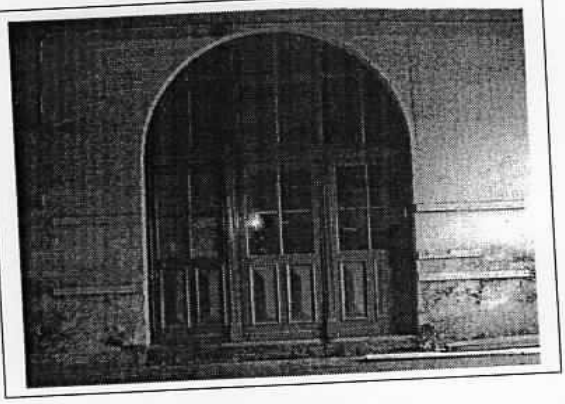
Porta interna do Pav. Superior
Foto:outubro/2002



Porta(interna) de entrada principal
Foto:outubro/2002

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 209 Rub.

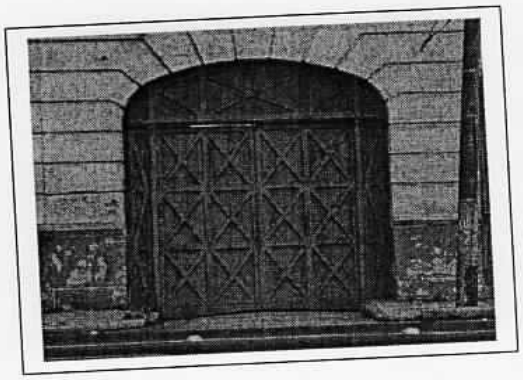
10. Ornamentos – Decoração Externa - Fachadas	
x	Bossagem
	Colunas
x	Ático e cimalha
x	Fecho saliente
x	Frisos
x	Frontão
x	Moldura
	Óculo
x	Pilastras
x	Volutas
x	Lucarnas



Porta interna do térreo- acesso princ.
Foto:outubro/2002

Outros: Componentes Artísticos (decorações em estuque, pinturas e molduras).

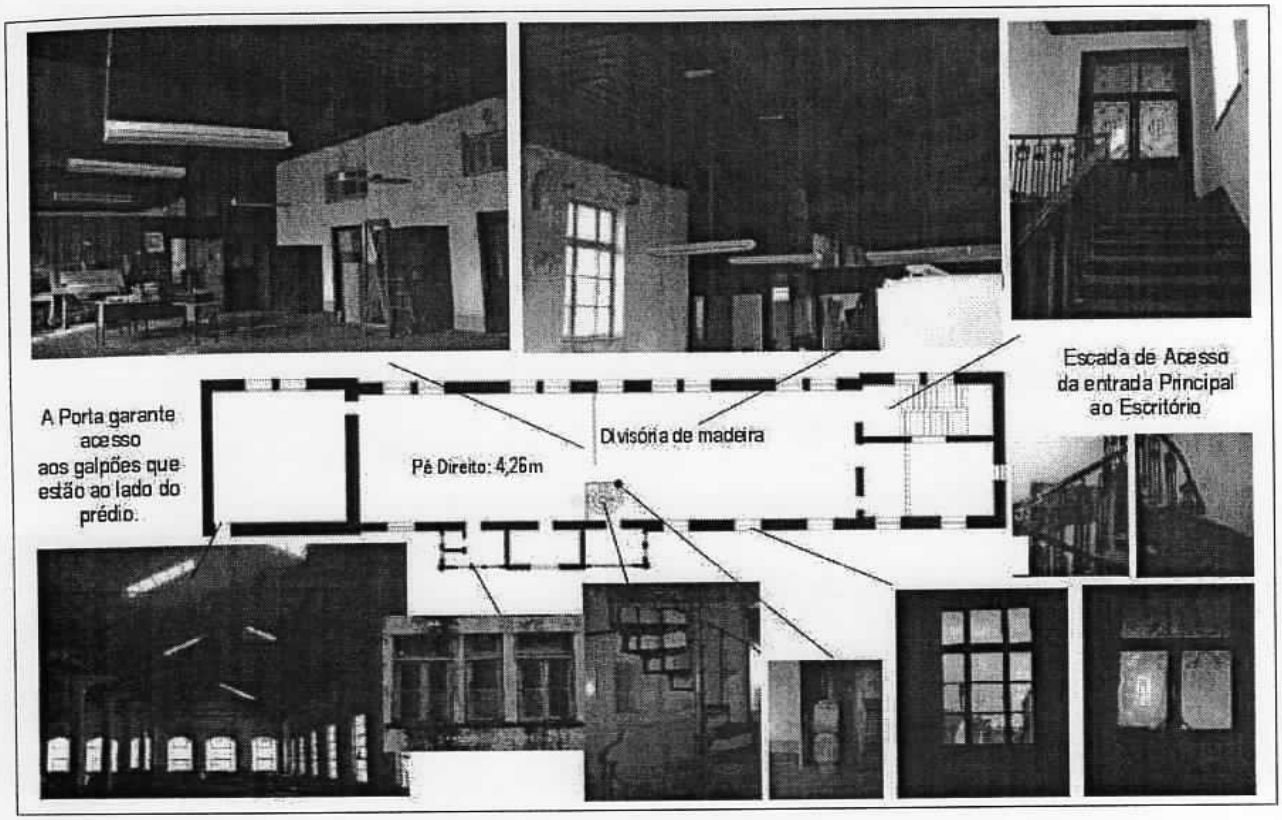
Observações a respeito da descrição dos componentes artísticos:
Uma faixa com frisos divide o segundo e o primeiro pavimento e as esquadrias do pavimento térreo caracterizam-se por portas de duas folhas almofadadas com fechos com redentes assimétricos, e nas janelas temos a presença de arco de consola e nos portões presença de arco elíptico .A bossagem também é presente no revestimento deste pavimento.Nos dois ressaltos simétricos há presença de janela de lucarnas com frontão triangular e volutas e uma esquadria de madeira também subdividida em três partes.

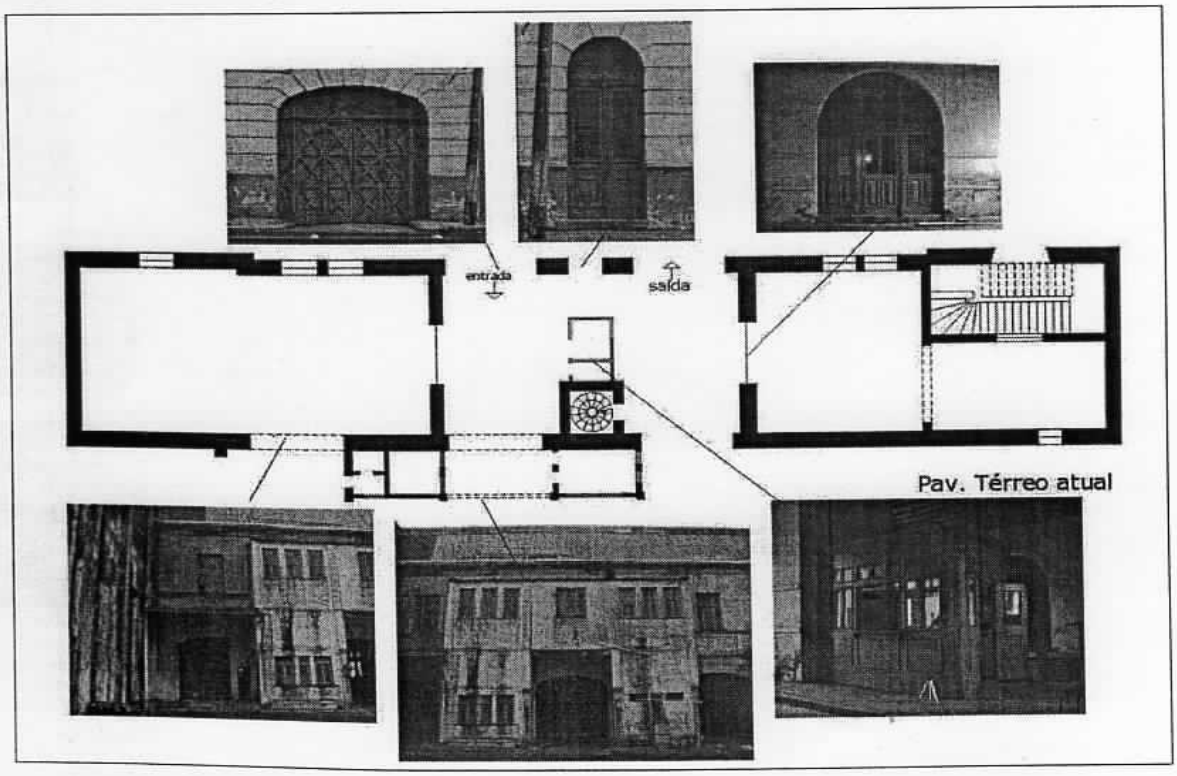


Portão de entrada de veículos
Foto:outubro/2002

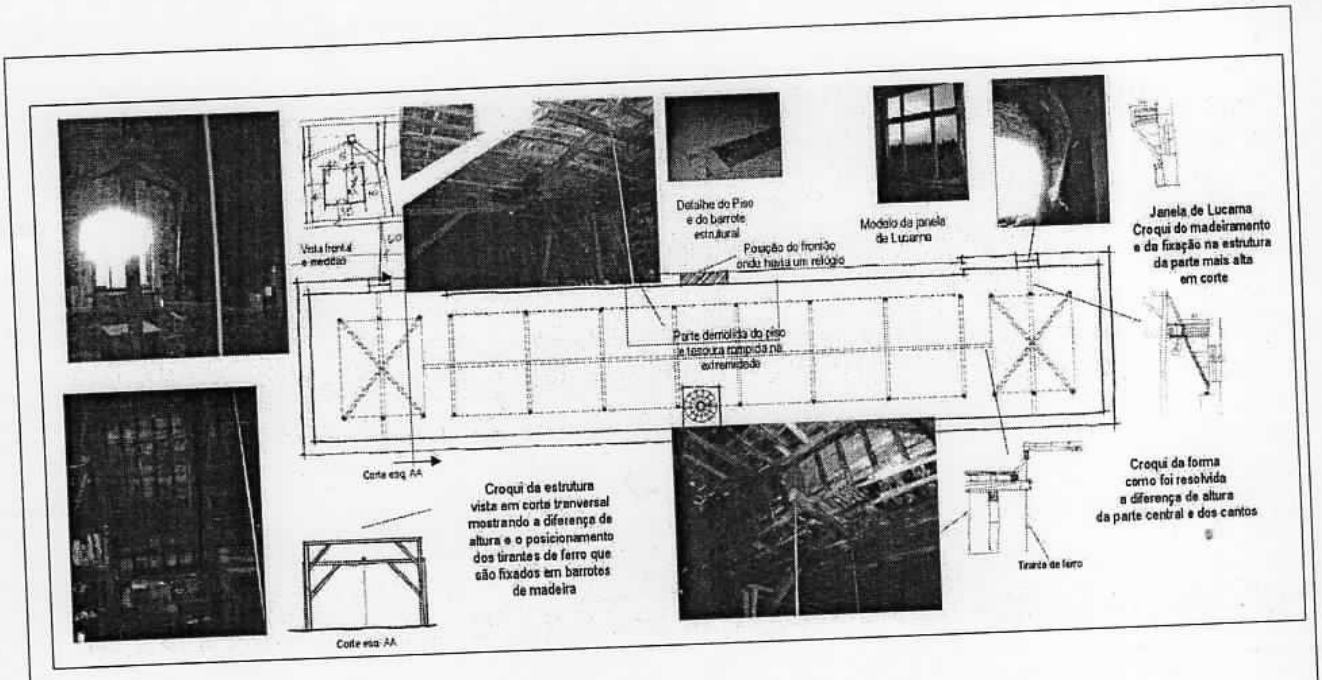
Porta de entrada principal (térreo)
Foto:outubro/2002

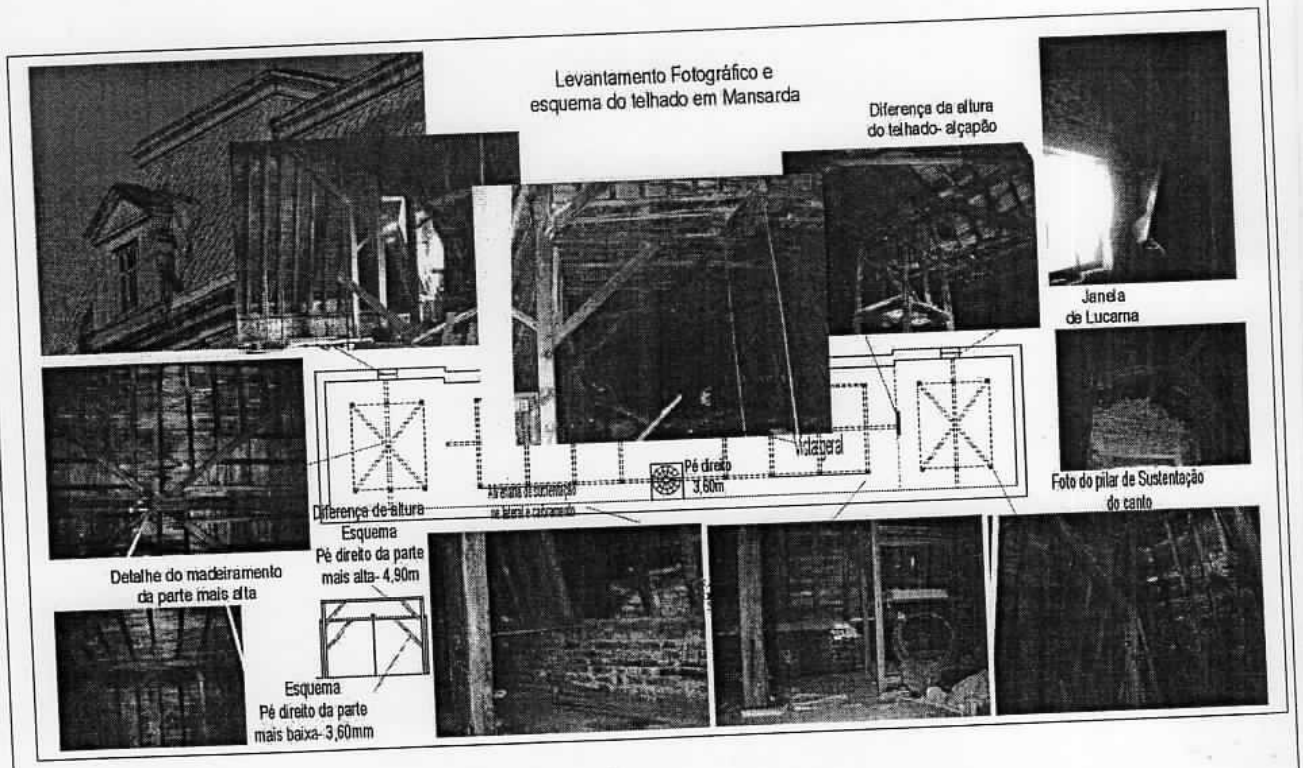
Secretaria da Cultura
Proc. nº 2770-1100/95-1
Fls. 290 Rub.





Secretaria da Cultura
Proc. nº 2776-1100/95.1
Fls. 291 Rub.





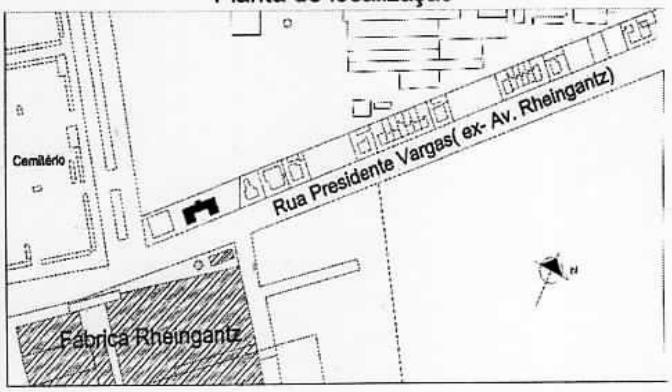
Secretaria da Cultura
Proc. nº 2738-1100/95-1
Fls. 282 Rub.

CASA NÚMERO: 188		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
REGIÃO: Sul	**ESTADO:** Rio Grande do Sul	**MUNICÍPIO:** Rio Grande	**DISTRITO/BAIRRO:** Cidade Nova
LOCALIZAÇÃO: Rua Presidente Vargas,188		**COORDENADAS:**	
ÁREA CONSTRUÍDA: 313,00 m² (atual aprox.)		**ENTORNO:** área urbana	
NOTAS HISTÓRICAS: Construtor: Companhia União Fabril (ex Rheingantz & Cia.) **Data da Construção:** projeto de 1911- Esc. Eng. Rudolph Ahrons			
SITUAÇÃO E AMBIÊNCIA: Edifício escolar próximo ao cemtitério Municipal e com frente à via arterial de principal acesso de entrada e saída da cidade. Distando cerca de 1500m do centro histórico da cidade.			
DESCRIÇÃO: Prédio de um pavimento com duas entradas eqüidistantes na fachada principal, esta se caracteriza por estar recuada em relação aos dois volumes salientes que são duas salas amplas. Possui grande ornamentação nas fachadas e recuo frontal.			

MATERIAL (IS) ENCONTRADO (S)	
x	Arquivo interno da Fábrica – Pertencente ao Sr. Paulo Lawson
	Catálogos
	Cortes
	Cortes feitos em cima de levantamento em campo
x	Fachada desenhada em cima de levantamento em campo e fotos do local
	Fachadas - planta
	Fotografias antigas
x	Levantamento da C.U. F – planta baixa pertencente ao Sr. Paulo Lawson
	Planta baixa original
x	Planta baixa reproduzida em outra fonte
	Projeto de ampliação na Prefeitura Municipal de Rio Grande
x	Outra documentação ..Croqui reproduzindo a planta atualmente feito em levantamento de campo.....

1.Funções da Edificação	
x	Sem atividade na Função Original
	Em atividade em outra Função
1.a	**Função Original**
	Comercial
	Misto
	Residencial poli
	Residencial unifamiliar
	Industrial

Planta de localização

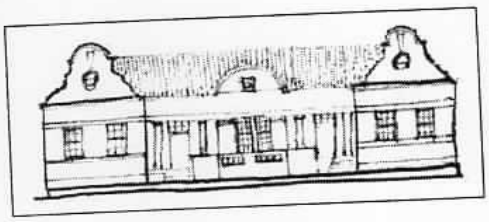


Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 283 Rub.

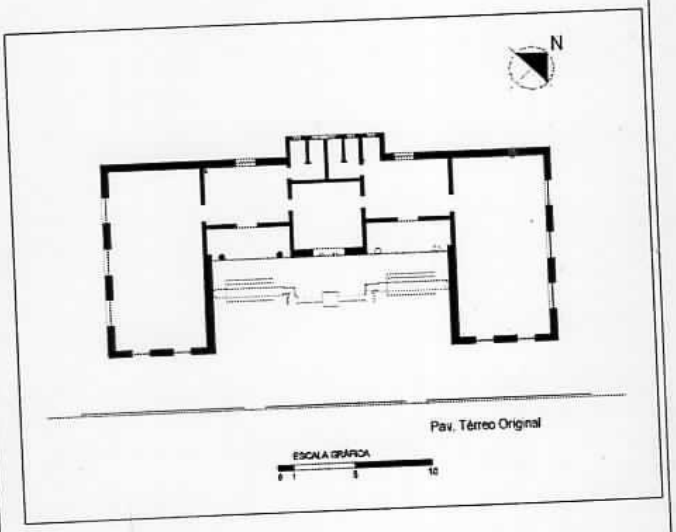
	Outros Escola
1.b	**Função Atual**
	Residencial unifamiliar
	Residencial poli
	Comercial
	Misto
	Industrial
	Outros Abandonada

2.Estado de Conservação	
	Bom
	Satisfatório
	Mau
x	Ruínas
2.a	**Estado de conservação**
x	Deformidade na disposição das telhas
	Repintura generalizada
x	Estrutura apodrecida por umidade excessiva
x	Fissuras
x	Falta de partes de elementos decorativos
x	Desprendimentos
x	Lacunas
x	Apodrecimentos
	Reboco danificado por umidade provinda por capilaridade
x	Outros incendiado madeiramento do telhado

3.Fatores da degradação	
	Salinidade
x	Cupim
	Umidade nas paredes
	Umidade do terreno
x	Peças danificadas pela ação do tempo
x	Peças danificadas pela ação de chuvas
x	Ataque por insetos xilófagos
x	Outros- Incêndios e Vandalismo



Croqui da Fachada



Provável Planta Original
Fontes: dissertação de Guigou-Norro e planta baixa pertencente ao Sr. Paulo Lawson

Detalhe do Frontão
Foto:setembro/2002

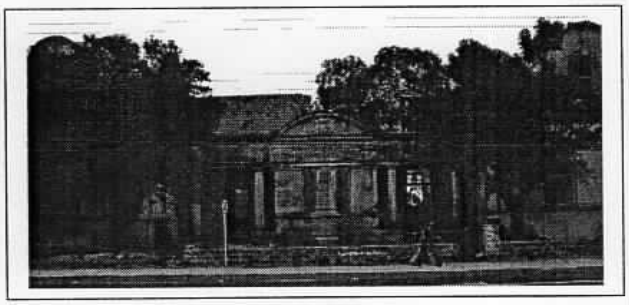
Secretaria da Cultura
Proc. nº 2776-1100/95:1
Fls. 294 Rub.

4.Tipologia Arquitetônica	
	Residencial
	Comercial
	Misto
	Industrial
x	Uso especial

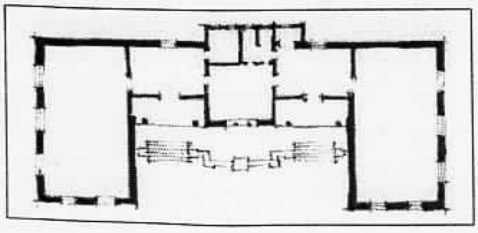
5.Tipo de implantação no lote	
	Fita
x	Isolada no lote
	Geminada
	Com recuo lateral
x	Com recuo frontal

6.Planta	
	Quadrangular
	Em L
x	Em U
	Irregular
	Com pátio interno central
	Com dois pátios internos
	Outros
6.a	**Número de pisos**
x	Térreo
	Dois pavimentos
	Mais pavimentos .....

Det. Acessos Laterais e Fachada
Foto:setembro 2002



Acessos Laterais e Fachada
Foto:outubro 2002



Croqui da planta atual
Levantamento feito em maio/2003

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 295 Rub.

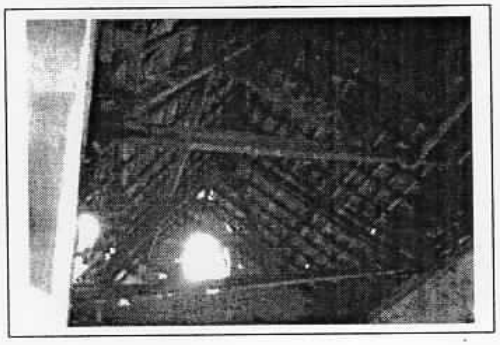
Observações da planta- baixa:

Feitas modificações na parte onde eram os banheiros femininos e masculinos. Praticamente só existem as paredes e partes da cobertura. A estrutura em planta apesar dos saques e destruição não foi muito modificada.

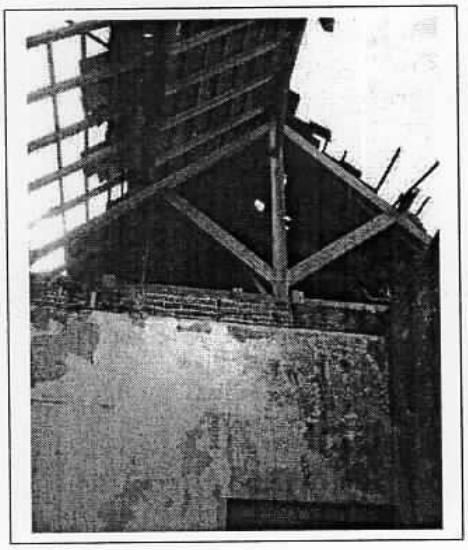
7.Telhado	
	Telhado em mansarda
x	Telhado duas águas
	Telhado gambrel
	Telhado de uma água
7.a	**Elementos do telhado**
	Água furtada
	Lucarna ou Trapeira
x	Espigão de duas águas
	Empena esconsa
	Empena
7.b	**Técnicas Construtivas do telhado**
x	Tesouras de Madeira
x	Uso de Barrotes 16X8
	Viga de Cumeeira
	Tesoura de Pendural Único
x	Tesoura de Pendural duplo
7.b.1	**Técnicas Construtivas do telhado**
x	Tesoura
	Tirante

Observações a respeito da composição do telhado:

Telhado duas águas estruturado com tesouras de Madeira, caibramento apoiado em frechal que se fixa na prumada das paredes. Uso de telhas francesas.



Tesouras do Madeiramento do Telhado – Foto:junho/2003

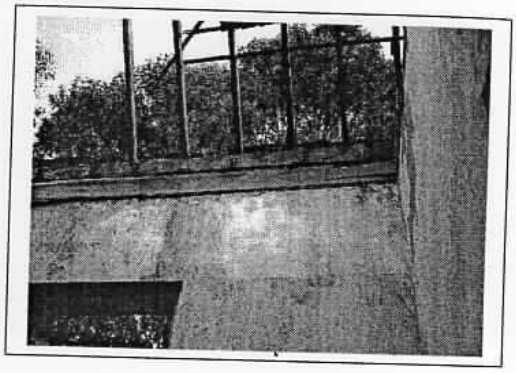


Tesouras do Madeiramento do Telhado – Foto:junho/2003

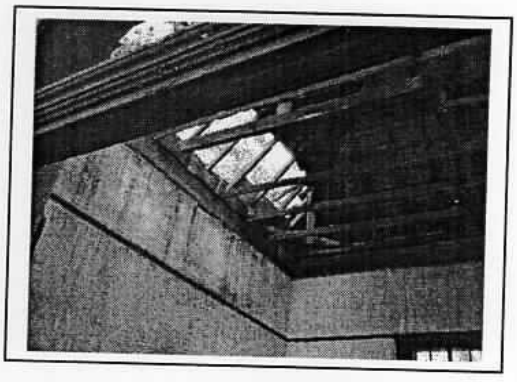
Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 286 Rub.

8. Técnicas Construtivas	
8.a	**Fundações**
x	Aparelho em pedra
	Bloco de concreto
	outros
8.b	**Paredes**
x	Alvenaria sólida de tijolos
x	Parede dupla – 60 cm esp.
	Alvenaria de blocos vazados
	Alvenaria de bloco de concreto

9. Elementos arquitetônicos	
9.a	**Revestimento de Superfícies**
9.a.1	**Paredes**
	Cerâmica
	Escaiola
	Lambri
x	Reboco
	Tijolo á vista
	outros
9.a.2	**Pisos**
	Cerâmica
	Ladrilho hidráulico
	Madeira macho fêmea
x	Tábua Corrida – não possui mais
	Tabuão
9.a.3	**Forros**
	Cedrinho
	Estuque
	Forrinho plástico
	Gesso
x	Tipo saia e camisa



Detalhe do Frechal
Foto:junho/2003



Detalhe do Frechal e friso da
bandeira da porta da sala de aula
Foto:junho/2003

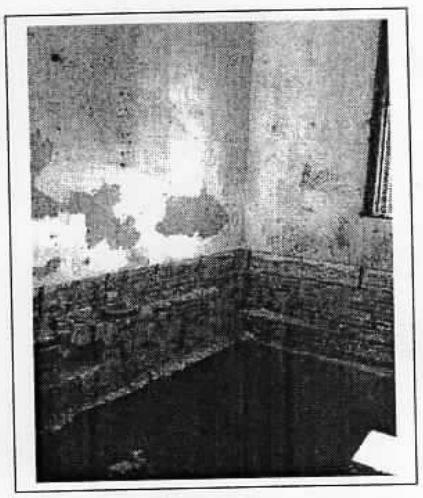
Secretaria da Cultura
Proc. nº 2776-1100/95-1
Fls. 297 Rub.

Observações sobre os elementos de revestimento das superfícies:

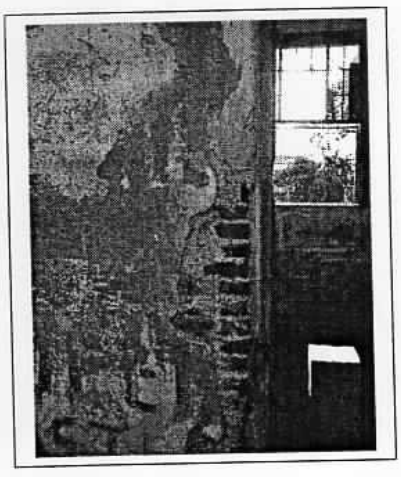
Devido a depredação e o vandalismo o estado atual do prédio não oferece nenhum vestígio de qualquer revestimento de superfície fora camadas de pinturas nas paredes.

9.b	**Janelas**
9.b.1	**Vãos**
	janela de arco pleno
x	janela de verga reta
	janela com bandeira
	outros
9.b.2	**Tipo de abertura**
	Janela de abrir
	Janela arredondada
	Bay window
	Janela chanfrada
	Janela circular (olho -de -boi)
	correr
x	Guilhotina
	Janela de lucarna
	Janela pivotante
9.b.3	**Material Utilizado**
	Alumínio
	Ferro
x	Madeira

9.c	**Portas**
9.c.1	**Quanto aos Vãos**
	de arco pleno
x	de verga reta



Revestimento das paredes e Técnica construtiva
Foto: junho/2003



Revestimento das paredes e Técnica construtiva
Foto: junho/2003

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 298 Rub.

x	com bandeira
	outros
9.c.2	**Quanto ao tipo**
x	Porta Almofadada (provável)
	Porta francesa
	Porta Simples maciça
	Porta Simples Oca
	Porta Veneziana
9.c.3	**Quanto a abertura**
x	Porta de abrir
	Porta Articulada
	Porta Correr
9.c.4	**Material Utilizado**
	Alumínio
	Ferro
x	Madeira

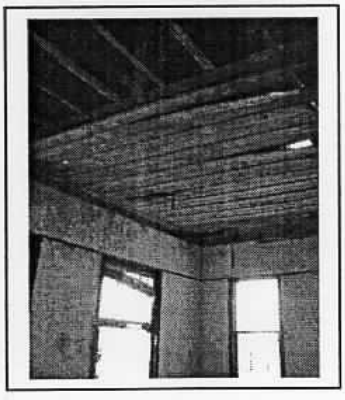
9.d	**Escadas**
	Em dois sentidos
	Em L
	Reta
9.d.1	**Material Utilizado**
	Alvenaria portante
	Ferro
	Madeira
	Misto M/F

Observações:

As portas provavelmente eram almofadadas atualmente ,só restaram as bandeiras fixas de madeira das Portas internas e externas. Algumas janelas permanecem mas o piso foi totalmente retirado incluindo a sua estrutura de sustentação.

Marco da Janela tripla da que existia na fachada
Foto:junho/2003

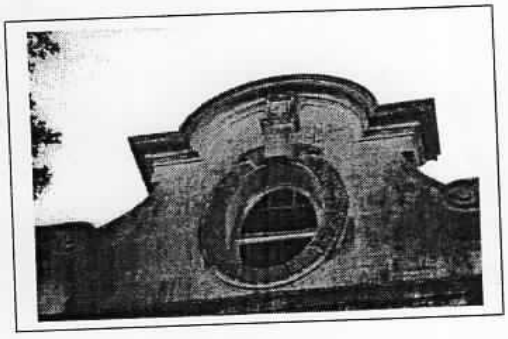
Tipo de janela das salas de aula
Foto:junho/2003



Parte do forro ainda existente-
foto:junho/2003

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2770-1100/95-1
Fls. 293 Rub.

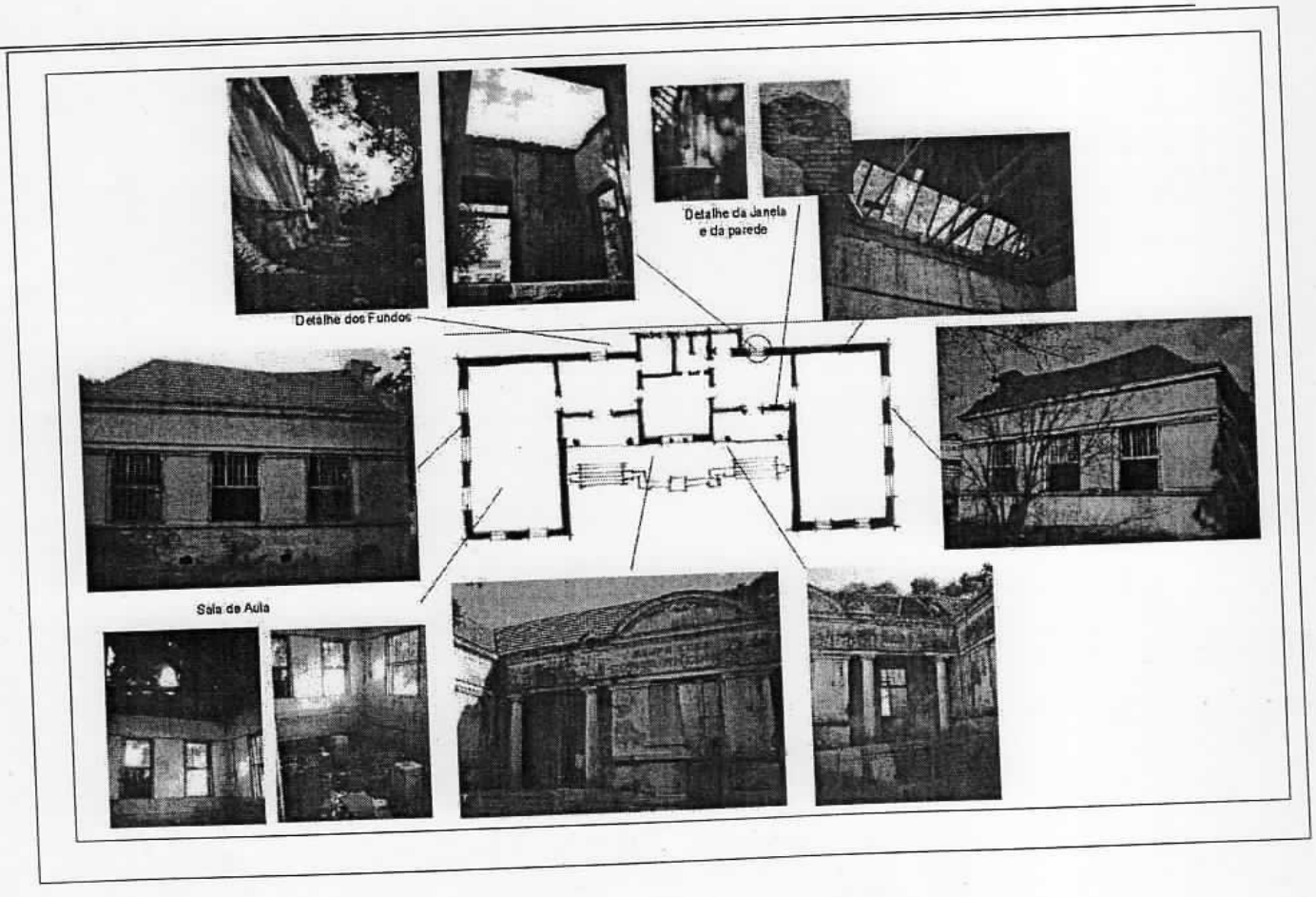
10. Ornamentos – Decoração Externa - Fachadas	
	Bossagem
x	Colunas
	Faixas
x	Festão
x	Frisos
x	Frontão
	Moldura
x	Óculo
x	Pilastras
x	Volutas
x	Ático com entablamento



Frontão, óculo e festão
Foto:setembro/2002

Outros: Componentes Artísticos (decorações em estuque, pinturas e molduras).

Observações a respeito da descrição dos componentes artísticos:



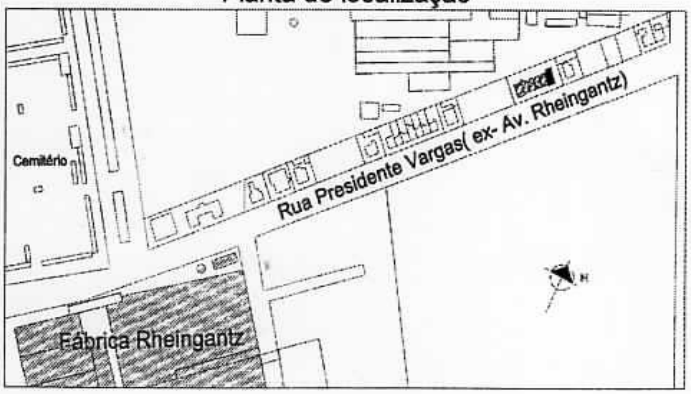
Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 300 Rub.

CASA NÚMERO: 60		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
REGIÃO: Sul	**ESTADO:** Rio Grande do Sul	**MUNICÍPIO:** Rio Grande	**DISTRITO/BAIRRO:** Cidade Nova
LOCALIZAÇÃO: Rua Presidente Vargas, 60		**COORDENADAS:**	
ÁREA CONSTRUÍDA: 74,00 m²		**ENTORNO:** área urbana	
NOTAS HISTÓRICAS: Construtor: Companhia União Fabril (ex Rheingantz & Cia.) **Data da Construção:** não se sabe			
SITUAÇÃO E AMBIÊNCIA: Conjunto de casas com frente á principal via arterial de acesso de entrada e saída da cidade. Situa-se aproximadamente a 1500m do centro histórico.			
DESCRIÇÃO: Casa da extremidade direita de um conjunto de casas com parede compartida. O telhado tipo chalé de dois pavimentos que se une ao do conjunto, possui porta de entrada na lateral esquerda da fachada e com recuos na frente e na lateral.			

MATERIAL (IS) ENCONTRADO (S)	
	Arquivo interno da Fábrica
	Catálogos
	Cortes
	Cortes feitos em cima de levantamento em campo
	Fachadas desenhadas em cima de levantamento em campo e fotos do local
	Fachadas – planta
	Fotografias antigas
x	Levantamento da C.U. F - implantação
	Planta baixa original
x	Planta baixa reproduzida em outra fonte
	Projeto de ampliação na Prefeitura Municipal de Rio grande
	Outra documentação .....

1.Funções da Edificação	
	Em atividade na Função Original
x	Em atividade em outra Função
1.a	**Função Original**
	Comercial
	Misto
	Residencial poli
x	Residencial unifamiliar
	Industrial

Planta de localização



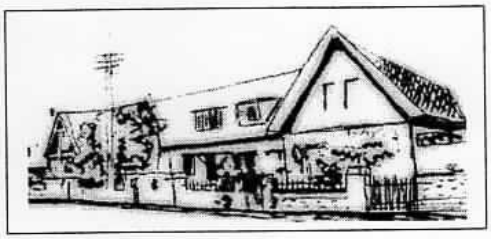
PROC: 2778-11.00/95.1

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-11.00/95-1
Fls. 301 Rub.
(301)

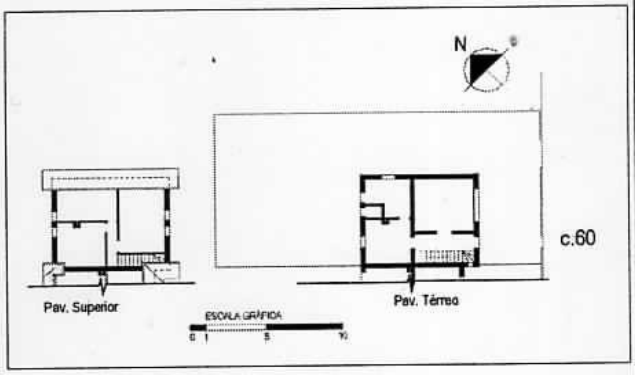
	Outros .....
1.b	**Função Atual**
	Residencial unifamiliar
	Residencial poli
x	Comercial
	Misto
	Industrial
x	Outros - Borracharia .....

2.Estado de Conservação	
	Bom
	Satisfatório
x	Mau - Péssimo
	Ruínas
2.a	**Estado de conservação**
x	Deformidade na disposição das telhas
	Repintura generalizada
x	Estrutura apodrecida por umidade excessiva
x	Fissuras
	Falta de partes de elementos decorativos
x	Desprendimentos
	Lacunas
x	Apodrecimentos
x	Reboco danificado por umidade provinda por capilaridade
	Outros .....

3.Fatores da degradação	
	Salinidade
x	Cupim
x	Umidade nas paredes
	Umidade do terreno
x	Peças danificadas pela ação do tempo
x	Peças danificadas pela ação de chuvas
	Ataque por insetos xilófagos
	Outros



Croqui do conjunto de casas para operários



Provável planta –baixa original
Fonte:dissertação Guigou-Norro

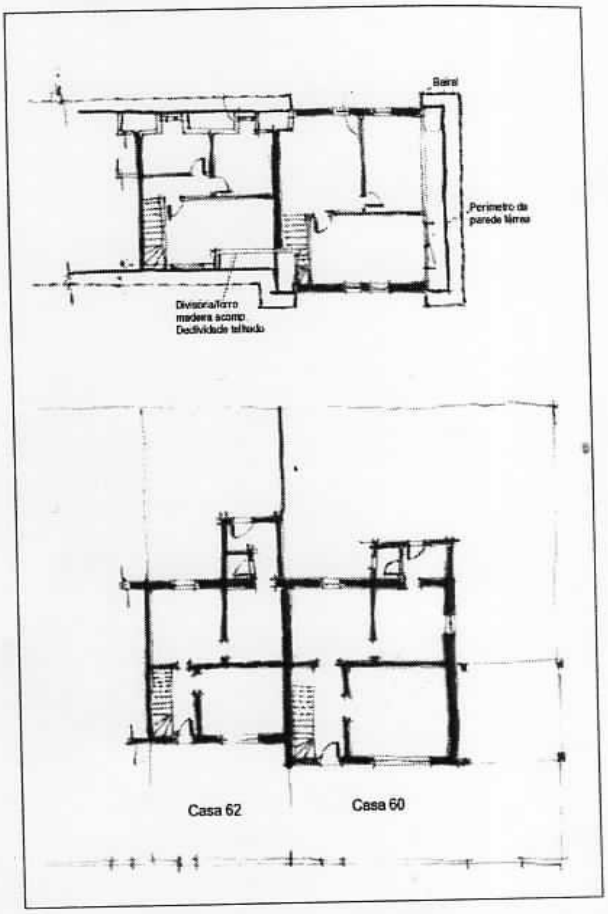
Fachada da casa n.60
Atual - Borracharia
Foto:outubro/2002

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 302 Rub.

4.Tipologia Arquitetônica	
x	Residencial - polifamiliar
	Comercial
	Misto
	Industrial
	Uso especial

5.Tipo de implantação no lote	
	Fita
x	Isolada no lote
	Geminada
	Com recuo lateral
x	Com recuo frontal

6.Planta	
x	Retangular
	Em L
	Em U
	Irregular
	Com pátio interno central
	Com dois pátios internos
	Outros
6.a	**Número de pisos**
	Térreo
x	Dois pavimentos
	Mais pavimentos .....



Plantas da casa n.60 atualmente (planta da direita)
Fonte:Levantamento no local em junho/2003

Obs:Do conjunto de casas somente foi permitida entrada e levantamento destas por sorte são os dois tipos distintos de casas do conjunto.

Panorama geral das Casas
À direita no canto a c.60
Foto:setembro/2002

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-11.00/351
Fls. 303 Rub.
(303)

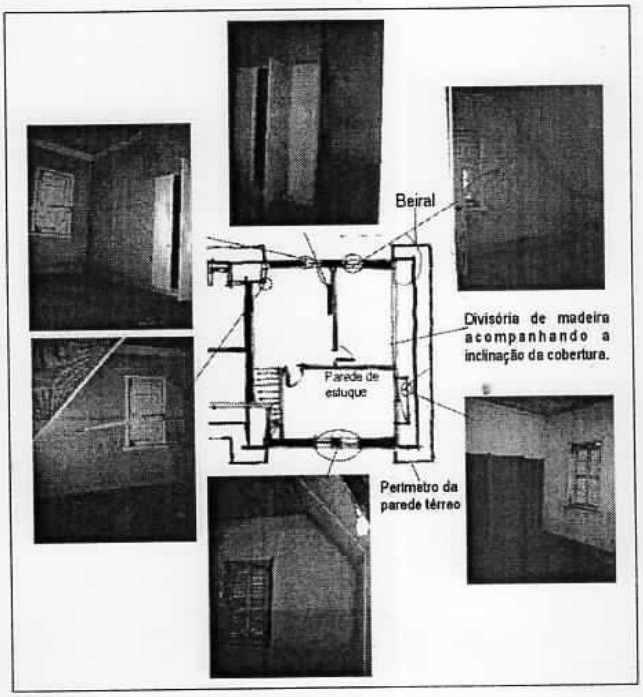
Observações da planta- baixa:

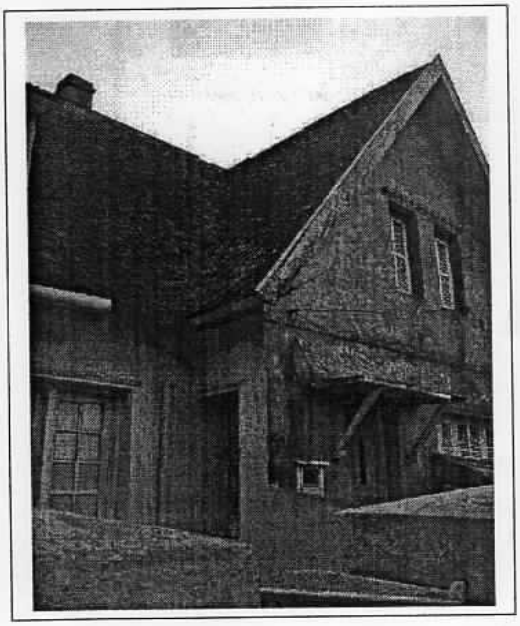
A planta permanece original com um acréscimo nos fundos onde há um banheiro que possuía acesso externo tendo sido feito um compartimento de cobertura de meia-água para anexa-lo ao corpo da casa no térreo. A parede da cozinha que dava acesso ao exterior foi demolida e construída uma nova.

7.Telhado	
	Telhado em mansarda
x	Telhado duas águas
	Telhado gambrel
	Telhado de uma água
7.a	**Elementos do telhado**
	Água furtada
	Lucarna ou Trapeira
x	Espigão de duas águas
	Empena esconsa
x	Empena
7.b	**Técnicas Construtivas do telhado**
x	Tesouras de Madeira
	Uso de Barrotes 16X8
	Viga de Cumeeira
x	Tesoura de Pendural Único
	Tesoura de Pendural duplo
7.b.1	**Técnicas Construtivas do telhado**
x	Tesoura
	Tirante

Observações a respeito da composição do telhado:

Cobertura única para todo conjunto,cumeeira de mesma altura com tesouras de madeira que se prolongam tipo cobertura de chalé até a prumada das paredes do térreo conformando as





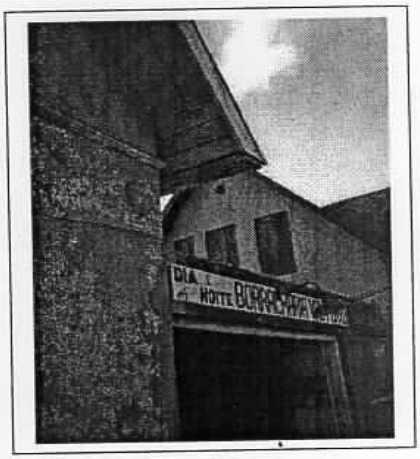
Detalhe da Cobertura
Foto:junho/2003

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 304 (304) Rub.

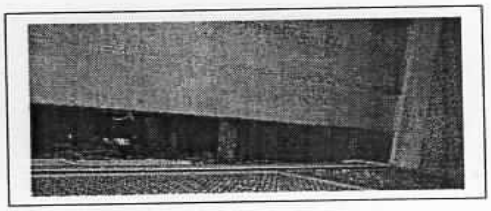
Paredes do 2° pavimento. Telhas finas de cerâmica.

8. Técnicas Construtivas	
8.a	**Fundações**
x	Aparelho em pedra
	Bloco de concreto
	outros
8.b	**Paredes**
x	Alvenaria sólida de tijolos
x	Parede de estuque (2° pav.)
	Alvenaria de blocos vazados
	Alvenaria de bloco de concreto

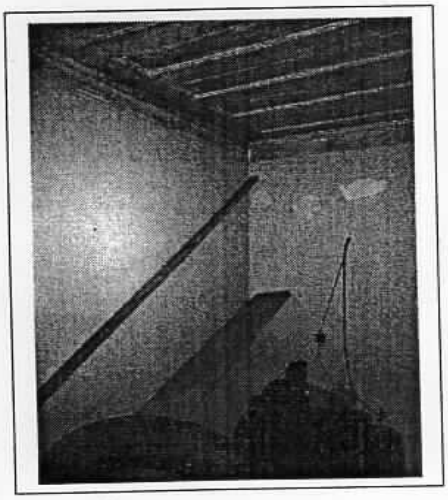
9. Elementos arquitetônicos	
9.a	**Revestimento de Superfícies**
9.a.1	**Paredes**
	Cerâmica
	Escaiola
	Lambri
x	Reboco
	Tijolo á vista
	outros
9.a.2	**Pisos**
x	Cerâmica
	Ladrilho hidráulico
x	Madeira macho fêmea
	Tábua Corrida
	Tabuão
9.a.3	**Forros**
	Cedrinho
	Estuque
	Forrinho plástico
	Gesso
x	Tipo saia e camisa com cimalha



Detalhe do Beiral e acabamento
Foto:junho/2003



Detalhe do forro onde se vê parte do Madeiramento de sustentação do Telhado.
Foto:junho/2003



Detalhe forro saia-camisa
Foto:junho/2003 local: sala frente do térreo

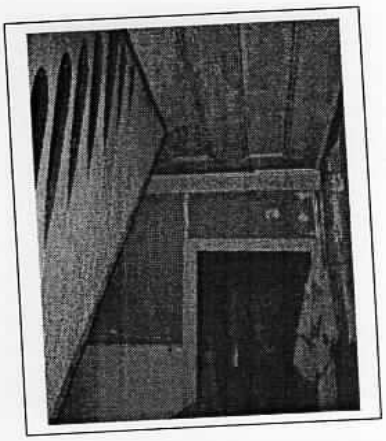
Secretaria da Cultura
Proc. nº 2718-1100/95-1
Fls. 305 Rub.
(305)

Observações sobre os elementos de revestimento das superfícies:

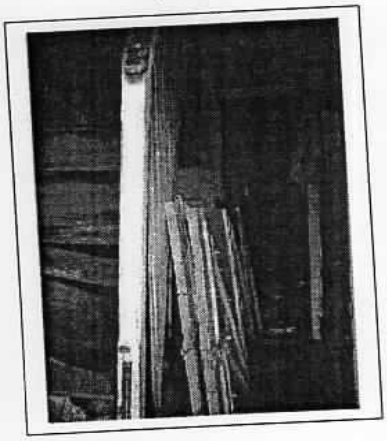
Presença de rodapé de madeira com 7 cm de altura.

9.b	**Janelas**
9.b.1	**Vãos**
	janela de arco pleno
x	janela de verga reta
	janela com bandeira
	outros
9.b.2	**Tipo de abertura**
x	Janela de abrir com postigo de madeira
	Janela arredondada
	Bay window
	Janela chanfrada
	Janela circular (olho -de -boi)
	correr
x	Guilhotina com veneziana
	Janela de lucarna
	Janela basculante
9.b.3	**Material Utilizado**
	Alumínio
	Ferro
x	Madeira

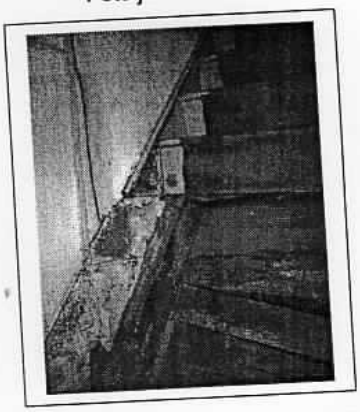
9.c	**Portas**
9.c.1	**Quanto aos Vãos**
	de arco pleno



Forro do distribuidor da entrada principal e corrimão da escada
Foto:junho/2003



Entrada principal : a escada em péssimo estado
Foto:junho/2003



Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-11.00/95-1
Fls. 306 Rub.
PROC: 2778-11.00/95.1

x	de verga reta
	com bandeira
	outros
9.c.2	**Quanto ao tipo**
x	Porta Almofadada e envidraçada
	Porta francesa
x	Porta Simples maciça
	Porta Simples Oca
	Porta Veneziana
9.c.3	**Quanto a abertura**
x	Porta de abrir
	Porta Articulada
	Porta Correr
9.c.4	**Material Utilizado**
	Alumínio
	Ferro
x	Madeira

9.d	**Escadas**
	Em dois sentidos
	Em L
x	Reta
9.d.1	**Material Utilizado**
	Alvenaria portante
	Ferro
x	Madeira
	Misto M/F

Observações:

Nesta casa a escada permanece original mas está apodrecida e infestada de cupim. O piso do 2° pavimento também está em estado precário (podre) não sendo possivel pisar-se com segurança.

Detalhe
Da parede
E do apoio
lateral da
escada
Foto:
junho/2003

Janelas da sala da frente
Foto:junho/2003

Porta de entrada Principal e fachada
Foto:setembro/2002

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 307 Rub.

10. Ornamentos – Decoração Externa - Fachadas	
	Bossagem
	Colunas
	Faixas
	Festão
x	Frisos
	Frontão
	Moldura
	Óculo
	Pilastras
	Volutas

Detalhe dos rodapés e caixilhos
·Foto:junho/2003

Outros: Componentes Artísticos (decorações em estuque, pinturas e molduras).

Observações a respeito da descrição dos componentes artísticos:

O corrimão da escada e a forma desta se repete nas casas de n. 128 a 116.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/951
Fls. 308 Rub.
(308)

CASA NÚMERO:194		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
REGIÃO: Sul	ESTADO: Rio Grande do Sul	MUNICÍPIO: Rio Grande	DISTRITO/BAIRRO: Cidade Nova
LOCALIZAÇÃO: Rua Presidente Vargas,194		COORDENADAS:	
ÁREA CONSTRUÍDA: 408,39 m²		ENTORNO:área urbana	
NOTAS HISTÓRICAS: Construtor: Companhia União Fabril- Proj. Esc. Eng. Rudolph Ahrons Data da Construção:1911			
SITUAÇÃO E AMBIÊNCIA: Prédio de esquina com fachada lateral de frente ao cemitério Municipal situado na via arterial de principal acesso ao centro histórico da cidade.			
DESCRIÇÃO:Residência de dois pavimentos, implantada em um terreno de esquina com entrada principal pela rua Presidente Vargas.			

MATERIAL (IS) ENCONTRADO (S)	
x	Arquivo interno da Fábrica
	Catálogos
x	Cortes
	Cortes feitos em cima de levantamento em campo
	Fachadas desenhadas em cima de levantamento em campo e fotos do local
x	Fachadas - planta
x	Fotografias antigas
	Levantamento da C.U. F
	Planta baixa original
x	Planta baixa reproduzida em outra fonte
	Projeto de ampliação na Prefeitura Municipal de Rio grande
	Outra documentação .....

1.Funções da Edificação	
	Em atividade na Função Original
x	Em atividade em outra Função
1.a	**Função Original**
	Comercial
	Misto
	Residencial poli
	Residencial unifamiliar
	Industrial
	Outros Club dos Mestres, Mutualidade .....
1.b	**Função Atual**

Planta de Localização

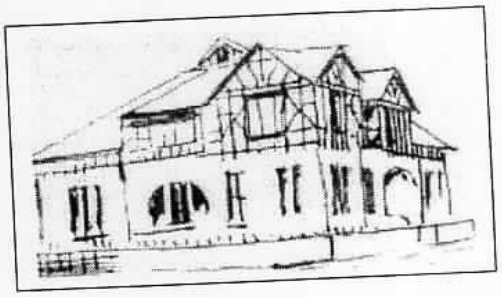
PROC: 2778-11.00/95.1

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 308 (309) Rub.

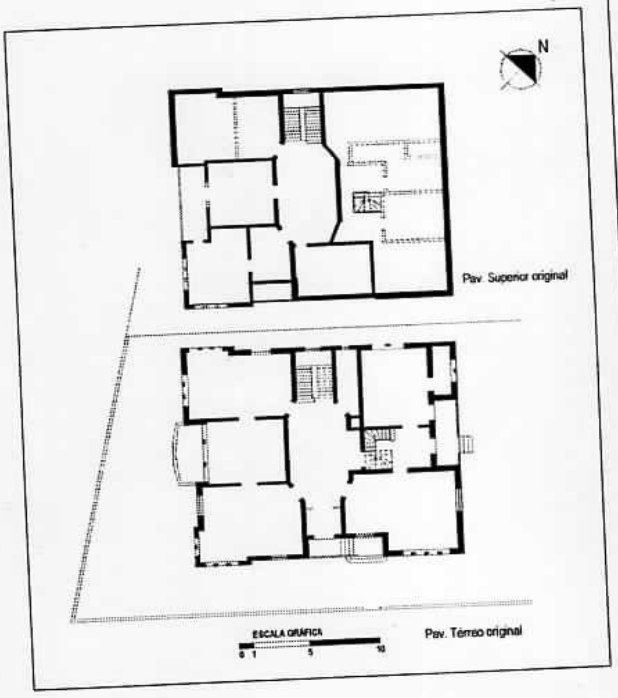
	Residencial unifamiliar
	Residencial poli
	Comercial
	Misto
	Industrial
x	Outros abandonado .....

2.Estado de Conservação	
	Bom
	Satisfatório
	Mau
x	Ruínas
2.a	**Estado de conservação**
x	Deformidade na disposição das telhas
	Repintura generalizada
x	Estrutura apodrecida por umidade excessiva
x	Fissuras
x	Falta de partes de elementos decorativos
x	Desprendimentos
x	Lacunas
x	Apodrecimentos
x	Reboco danificado por umidade provinda por capilaridade
	Outros .....

3.Fatores da degradação	
	Salinidade
x	Cupim
x	Umidade nas paredes
	Umidade do terreno
x	Peças danificadas pela ação do tempo
x	Peças danificadas pela ação de chuvas
x	Ataque por insetos xilófagos
x	Outros- Vandalismo e roubo



Croqui da fachada



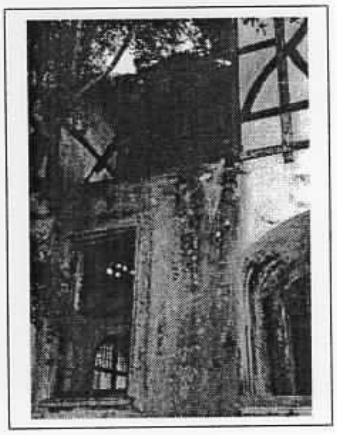
Provável Planta Original
Fontes: dissertação Guigou-Norro e plantas (cortes e fachadas) pertencentes ao Dr. Paulo Lawson.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 310 Rub.

4.Tipologia Arquitetônica	
x	Residencial
	Comercial
	Misto
	Industrial
	Uso especial

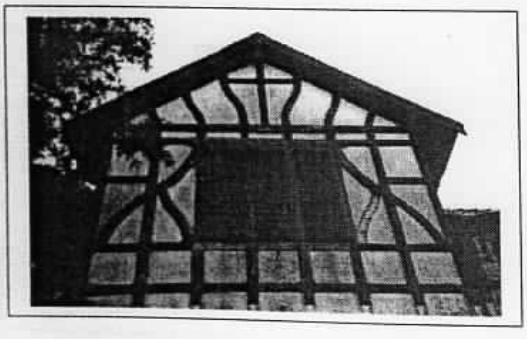
5.Tipo de implantação no lote	
	Fita
x	Isolada no lote
	Geminada
	Com recuo lateral
	Com recuo frontal

6.Planta	
x	Quadrangular
	Em L
	Em U
	Irregular
	Com pátio interno central
	Com dois pátios internos
	Outros
6.a	**Número de pisos**
	Térreo
x	Dois pavimentos
	Mais pavimentos .....

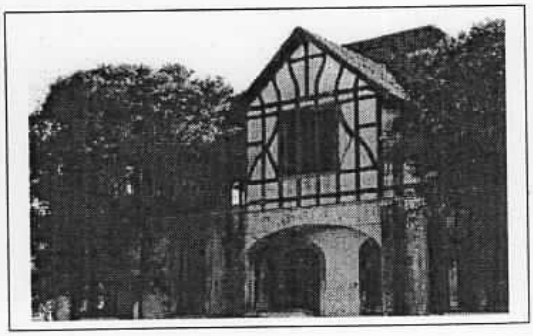


Detalhe de vãos de aberturas na entrada principal (frente à rua Presidente Vargas – ex Av. Rheingatz)
Foto:setembro/2002

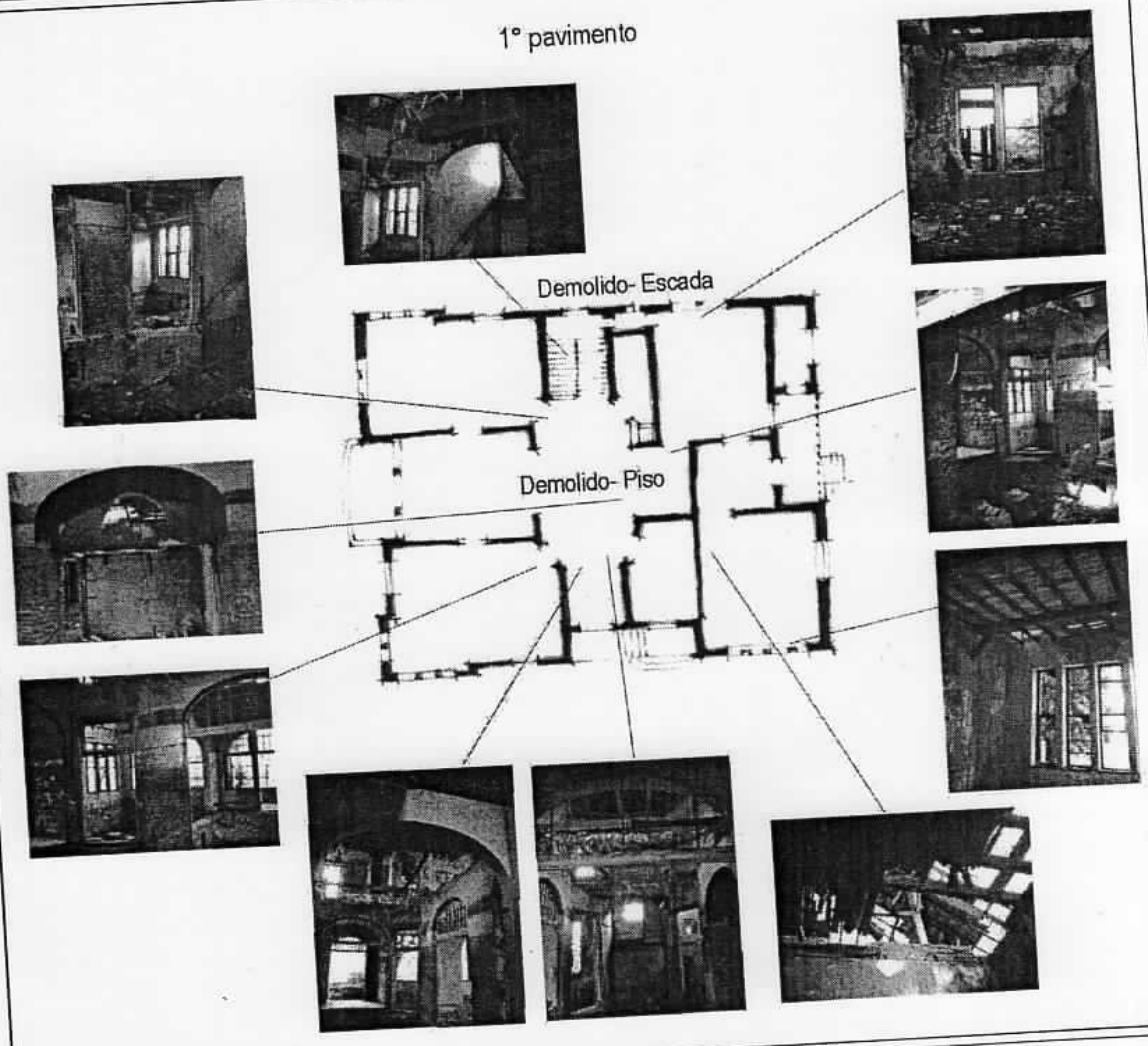
Fachada lateral –frente à lateral da Escola
Foto:junho/2003



Fachada de acesso Principal – frente à rua Presidente Vargas- Esquerda-. Detalhe do enxaimel
Fotos:setembro/2002

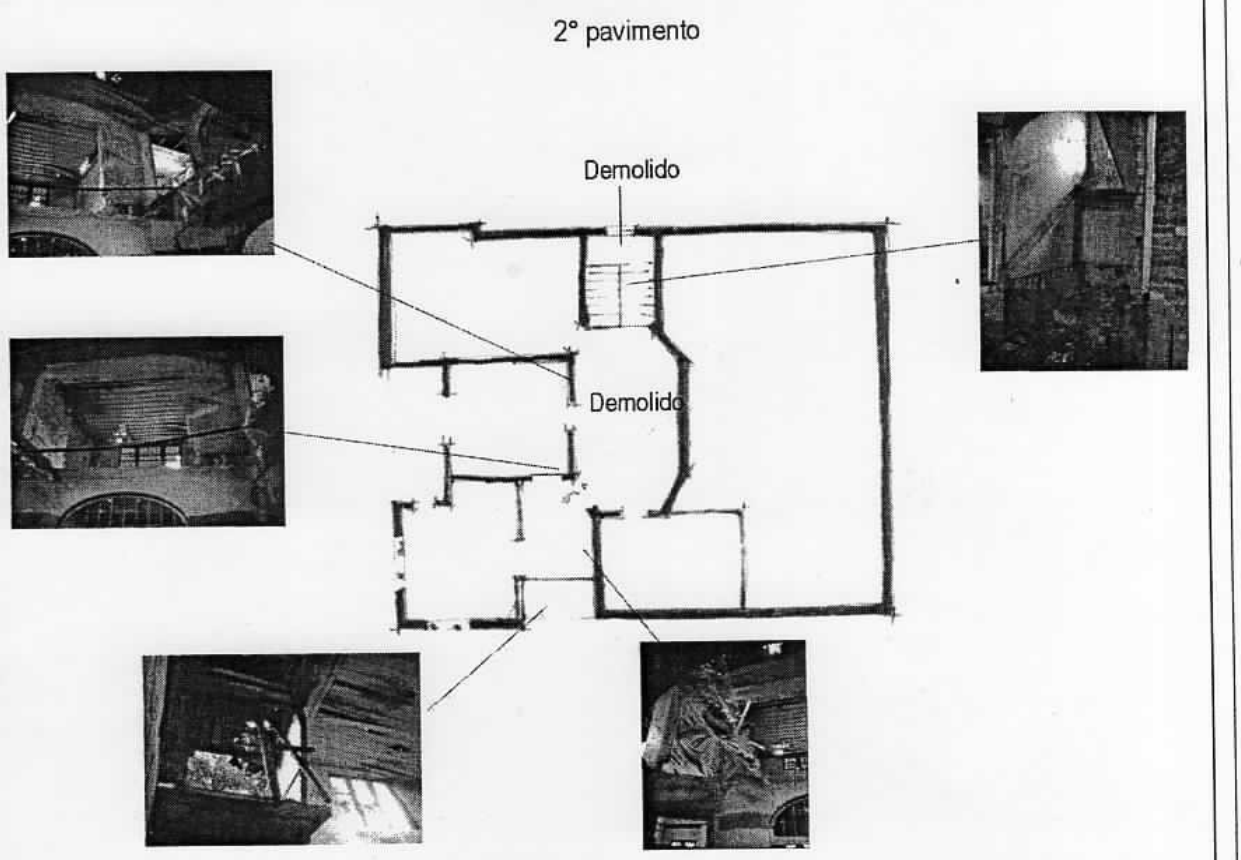


Secretaria da Cultura
Proc. nº 2798-1100/95-1
Fls. 311 Rub.



Croqui da planta –baixa(atualmente) e vistas a partir do levantamento fotográfico feito no local
Fotos e levantamento: junho/2003

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 312 Rub.



Croqui da planta –baixa do segundo pavimento (atualmente) e vistas a partir do levantamento fotográfico feito no local
Fotos e levantamento: junho/2003

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2770-1100/95-1
Fls. 313 Rub.

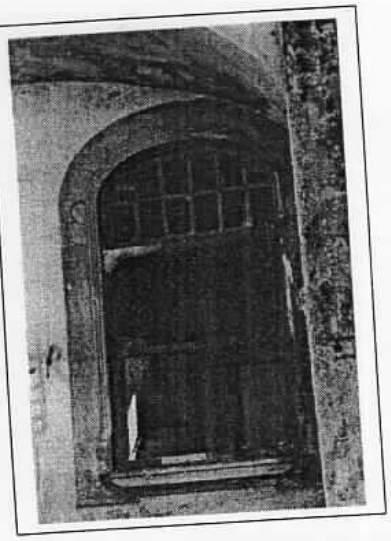
Observações da planta- baixa:

Croqui feito no local e levantamento fotográfico mostrando o estado atual de abandono em que se encontra a casa. Escada demolida e ausência de pisos, forros, portas e esquadrias.

7.Telhado	
	Telhado em mansarda
x	Telhado várias águas
	Telhado gambrel
	Telhado de uma água
7.a	**Elementos do telhado**
	Água furtada
x	Lucarna ou Trapeira
	Espigão de duas águas
	Empena esconsa
	Empena
7.b	**Técnicas Construtivas do telhado**
x	Tesouras de Madeira
x	Uso de Barrotes 16X8
	Viga de Cumeeira
	Tesoura de Pendural Único
	Tesoura de Pendural duplo
7.b.1	**Técnicas Construtivas do telhado**
x	Tesoura
	Tirante

Observações a respeito da composição do telhado:

Detalhe da fachada (frente ao cemitério)
Foto:setembro/2002



Detalhe de uma janela - presença de bandeira
Foto:setembro/2002

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2498-1100/95-1
Fls. 314 Rub.
(314)

8. Técnicas Construtivas	
8.a	**Fundações**
x	Aparelho em pedra
	Bloco de concreto
	outros
8.b	**Paredes**
x	Alvenaria sólida de tijolos
	Parede dupla
	Alvenaria de blocos vazados
	Alvenaria de bloco de concreto

9. Elementos arquitetônicos	
9.a	**Revestimento de Superfícies**
9.a.1	**Paredes**
	Cerâmica
	Escaiola
	Lambri
x	Reboco
	Tijolo á vista
	outros
9.a.2	**Pisos**
	Cerâmica
	Ladrilho hidráulico
	Madeira macho fêmea
x	Tábua Corrida
	Tabuão
9.a.3	**Forros**
	Cedrinho
	Estuque
	Forrinho plástico
	Gesso
x	Tipo saia e camisa

Vão da Escada (demolida) :detalhe da fundação
Foto:junho/2003

Paredes Internas e vãos das esquadrias
Foto:junho/2003

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 315 Rub.
(315)

Observações sobre os elementos de revestimento das superfícies:

9.b	**Janelas**
9.b.1	**Vãos**
x	janela de arco pleno
x	janela de verga reta
x	janela com bandeira
	outros
9.b.2	**Tipo de abertura**
	Janela de abrir
	Janela arredondada
	Bay window
	Janela chanfrada
	Janela circular (olho -de -boi)
	correr
x	Guilhotina
	Janela de lucarna
	Janela pivotante
9.b.3	**Material Utilizado**
	Alumínio
	Ferro
x	Madeira

9.c	**Portas**
9.c.1	**Quanto aos Vãos**
x	de arco pleno
x	de verga reta
x	com bandeira

Detalhe de Janela – frente à rua Presidente vargas
Foto:setembro/2002

Vista do interior da Casa
Antiga cozinha – provavelmente
Foto:junho/2003

Proc: 2778-11.00/95.1

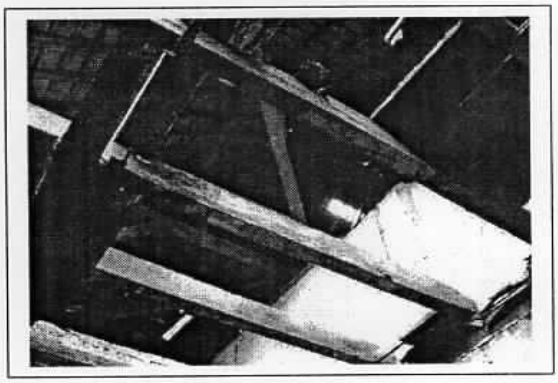
Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95.1
Fls. 316 Rub.

	outros
9.c.2	**Quanto ao tipo**
	Porta Almofadada
	Porta francesa
	Porta Simples maciça
	Porta Simples Oca
	Porta Veneziana
9.c.3	**Quanto a abertura**
	Porta de abrir
	Porta Articulada
	Porta Correr
9.c.4	**Material Utilizado**
	Alumínio
	Ferro
	Madeira

9.d	**Escadas**
x	Em dois sentidos
	Em L
	Reta
9.d.1	**Material Utilizado**
	Alvenaria portante
	Ferro
x	Madeira
	Misto M/F

Observações:

Fachada Lateral- frente à lateral da escola
Foto:setembro/2002



Detalhe da estrutura do Piso e
madeiramento do telhado
foto:junho/2003

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2770-1100/95-1
Fls. 317 Rub.

10. Ornamentos – Decoração Externa - Fachadas	
	Bossagem
	Colunas
	Faixas
	Festão
	Frisos
	Frontão
x	Moldura
	Óculo
	Pilastras
	Volutas
x	escoras

Outros; Componentes Artísticos (decorações em estuque, pinturas e molduras).

Observações a respeito da descrição dos componentes artísticos:

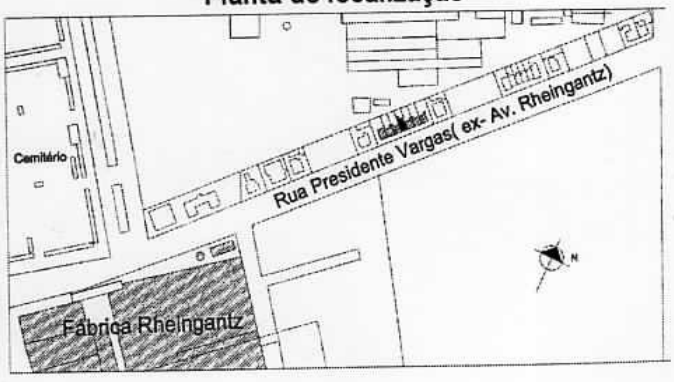
Secretaria da Cultura
Proc. nº 2770-1100/95-1
Fls. 318 Rub.

CASA NÚMERO: 116		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
REGIÃO: Sul	**ESTADO:** Rio Grande do Sul	**MUNICÍPIO:** Rio Grande	**DISTRITO/BAIRRO:** Cidade Nova
LOCALIZAÇÃO: Rua Presidente Vargas,116		**COORDENADAS:**	
ÁREA CONSTRUÍDA: 73,96 m² (atual aprox.)		**ENTORNO:** área urbana	
NOTAS HISTÓRICAS: Construtor: Companhia União Fabril (ex Rheingantz & Cia.) **Data da Construção:** não se tem essa informação			
SITUAÇÃO E AMBIÊNCIA: Conjunto de sete casas com parede compartilhada com frente à rua arterial de acesso de entrada e saída da cidade. Distando 1600m do centro histórico aproximadamente.			
DESCRIÇÃO: Conjunto de sete casas de dois pavimentos com telhado único de duas águas. Cada casa possui uma entrada individual demarcada pelo muro com gradis.			

MATERIAL (IS) ENCONTRADO (S)	
	Arquivo interno da Fábrica
	Catálogos
	Cortes
	Cortes feitos em cima de levantamento em campo
	Fachadas desenhadas em cima de levantamento em campo e fotos do local
	Fachadas - planta
	Fotografias antigas
	Levantamento da C.U. F
	Planta baixa original
	Planta baixa reproduzida em outra fonte
x	Projeto de ampliação na Prefeitura Municipal de Rio Grande - imcompleto
	Outra documentação .....

1.Funções da Edificação	
x	Em atividade na Função Original
	Em atividade em outra Função
1.a	**Função Original**
	Comercial
	Misto
x	Residencial poli
	Residencial unifamiliar
	Industrial

Planta de localização



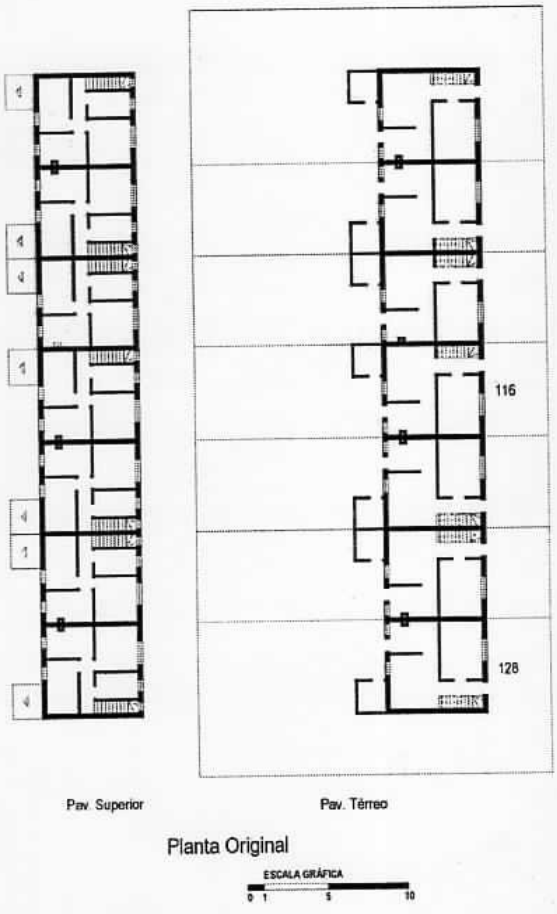
Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 319 Rub.

	Outros .....
1.b	**Função Atual**
	Residencial unifamiliar
x	Residencial poli
	Comercial
	Misto
	Industrial
	Outros .....

2.Estado de Conservação	
x	Bom (Reformada)
	Satisfatório
	Mau
	Ruínas
2.a	**Estado de conservação**
	Deformidade na disposição das telhas
	Repintura generalizada
	Estrutura apodrecida por umidade excessiva
	Fissuras
	Falta de partes de elementos decorativos
	Desprendimentos
	Lacunas
	Apodrecimentos
	Reboco danificado por umidade provinda por capilaridade
	Outros .....

3.Fatores da degradação	
x	Limo nas paredes
x	Cupim
x	Umidade nas paredes
	Umidade do terreno
x	Peças danificadas pela ação do tempo
	Peças danificadas pela ação de chuvas
	Ataque por insetos xilófagos
	Outros

Foto geral das Casas
Foto: setembro/2002



Planta Original

Provável planta original
Fonte: Levantamento no local; entrevistas com moradores; parte de uma planta de ampliação da prefeitura(fundos)

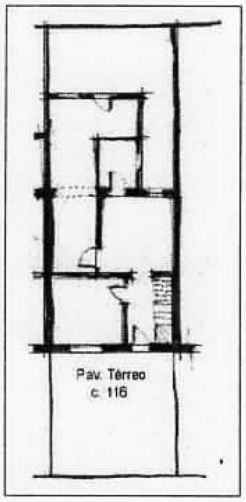
PROC: 2778-11.00/95.1

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95.1
Fls. 320 Rub.

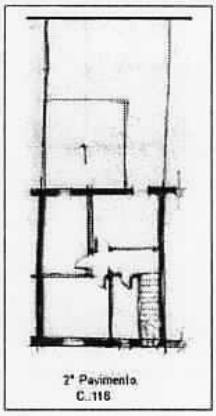
4.Tipologia Arquitetônica	
x	Residencial
	Comercial
	Misto
	Industrial
	Uso especial

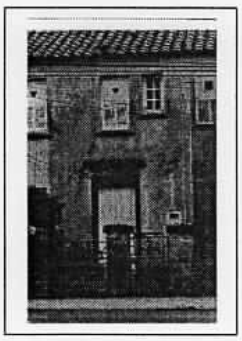
5.Tipo de implantação no lote	
x	Fita
x	Isolada no lote
	Geminada
	Com recuo lateral
x	Com recuo frontal

6.Planta	
x	Retangular
	Em L
	Em U
	Irregular
	Com pátio interno central
	Com dois pátios internos
	Outros
6.a	**Número de pisos**
	Térreo
x	Dois pavimentos
	Mais pavimentos .....



Croqui das Plantas Atuais da casa n. 116
Fonte: Levantamento no local





Fotos do conjunto (dir.) e de uma casa individual (esq.)
Data:setembro/2002 e outubro/2002 respect.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 321 Rub.

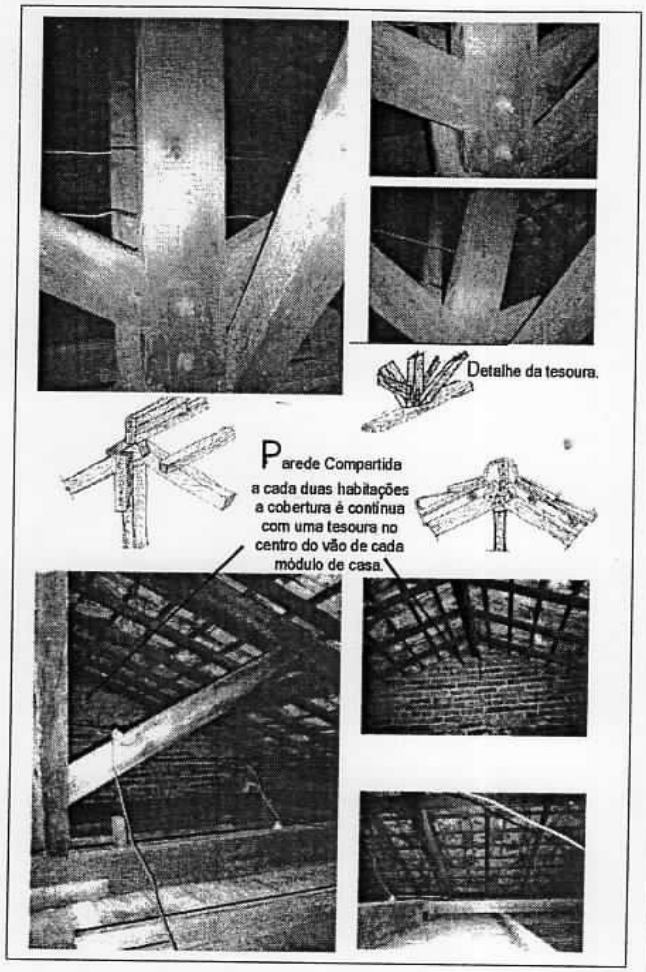
Observações da planta- baixa:

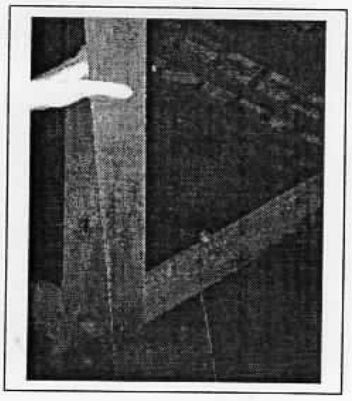
Paredes internas de estuque com 15cm de espessura no térreo e de 9cm no 2°pavimento. Foi feito um aumento e reforma no térreo foi construída uma ampla cozinha, um banheiro e uma lavanderia. Nos fundos foi construído um compartimento .

7.Telhado	
	Telhado em mansarda
x	Telhado duas águas
	Telhado gambrel
	Telhado de uma água
7.a	**Elementos do telhado**
	Água furtada
	Lucarna ou Trapeira
	Espigão de duas águas
	Empena esconsa
x	Empena lateral
7.b	**Técnicas Construtivas do telhado**
x	Tesouras de Madeira
	Uso de Barrotes 16X8
	Viga de Cumeeira
	Tesoura de Pendural Único
	Tesoura de Pendural duplo
7.b.1	**Técnicas Construtivas do telhado**
x	Tesoura com reforço de mão-francesa
	Tirante

Observações a respeito da composição do telhado:

Telhado em duas águas coberto com telhas capa canal com uma tesoura única perpendicular à prumada das paredes externas (fachadas). A tesoura possui dois reforços laterais de mão francesa aparafusados.



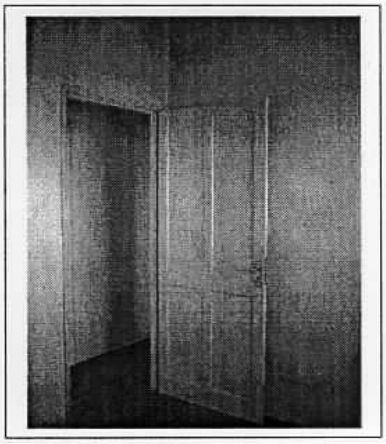


Detalhe da tesoura
Foto:junho/2003

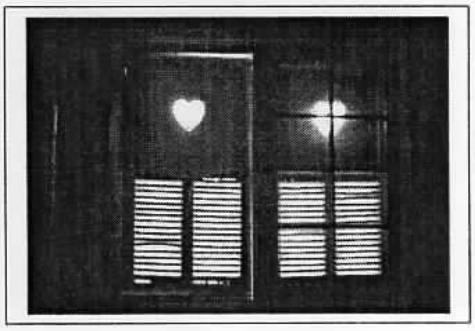
Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 322 Rub.

8. Técnicas Construtivas	
8.a	**Fundações**
x	Aparelho em pedra
	Bloco de concreto
	outros
8.b	**Paredes**
x	Alvenaria sólida de tijolos
x	Parede de estuque
	Alvenaria de blocos vazados
	Alvenaria de bloco de concreto

9. Elementos arquitetônicos	
9.a	**Revestimento de Superfícies**
9.a.1	**Paredes**
x	Cerâmica
	Escaiola
	Lambri
x	Reboco
	Tijolo á vista
	outros
9.a.2	**Pisos**
x	Cerâmica
	Ladrilho hidráulico
	Madeira macho fêmea
x	Tábua Corrida
x	Paviflex
9.a.3	**Forros**
x	Madeira – Tábua de Pinho (13 cm larg.)
	Estuque
x	Forrinho plástico
	Laje
	Tipo saia e camisa



Modelo de porta interna dos quartos
Foto:junho/2003



Modelo de janela
Local: sala térreo, quarto de frente do 2°pav.
Foto:junho/2003

Obs. A casa quando foi feito o Levantamento estava finalizando a parte de acabamentos da reforma, por isso foi possível um maior detalhamento nesta ficha.

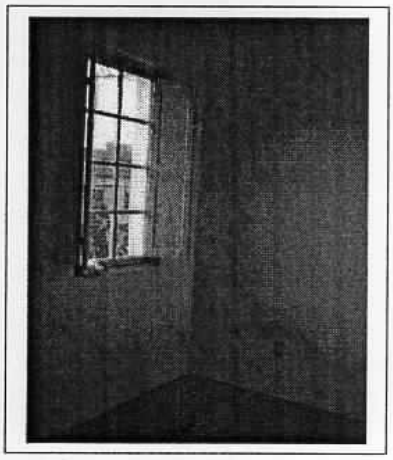
Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95.1
Fls. 323 Rub.

Observações sobre os elementos de revestimento das superfícies:

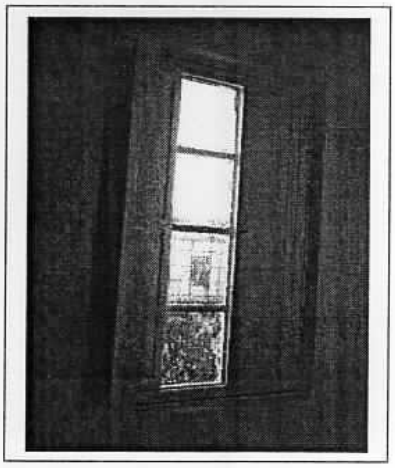
Paredes foram lixadas e pintadas com tinta látex.

Na cozinha foram colocados azulejos novos de 30x30 e no banheiro também. Informações dadas no dia 15 de junho de 2003 pelo marceneiro/pedreiro Felipe Garcia Marques que disse ter encontrado areia da praia na argamassa dos tijolos, no local também estava a proprietária Sra. Léa Zanini Sodré. Conforme o marceneiro: janelas, portas e forro original todas foram restauradas e são de pinho. O tijolo é de 30x18cm, paredes ext. de 30cm.No telhado as seções das madeiras são 8x8 e 9x16cm.

9.b	**Janelas**
9.b.1	**Vãos**
	janela de arco pleno
x	janela de verga reta
	janela com bandeira
	outros
9.b.2	**Tipo de abertura**
x	Janela de abrir
	Janela arredondada
	Bay window
x	Janela basculante
	Janela circular (olho -de -boi)
x	correr
	Guilhotina
	Janela de lucarna
	Janela pivotante
9.b.3	**Material Utilizado**
x	Alumínio
	Ferro
x	Madeira



Modelo de Janela dos quartos dos fundos
Foto:junho/2003



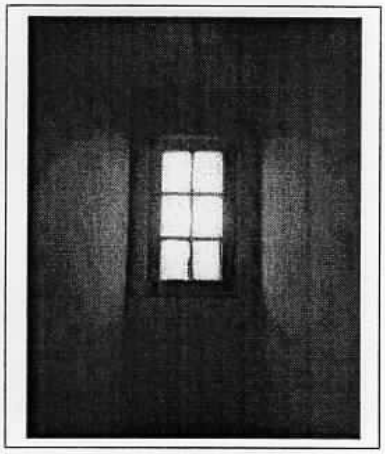
Detalhe- Modelo de Janela dos quartos dos fundos
Foto :junho/2003

PROC: 2778-11.00 /95.1

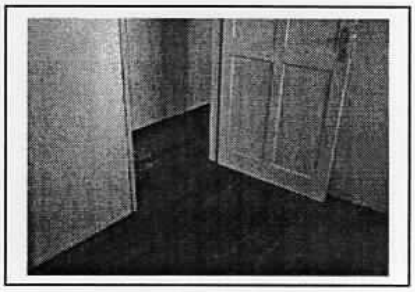
Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778.11/00 95.1
Fls. 324 Rub.

9.c	Portas
9.c.1	Quanto aos Vãos
	de arco pleno
x	de verga reta
	com bandeira
	outros
9.c.2	Quanto ao tipo
x	Porta Almofadada
	Porta francesa
	Porta Simples maciça
x	Porta Simples
	Porta Veneziana
9.c.3	Quanto a abertura
x	Porta de abrir
	Porta Articulada
	Porta Correr
9.c.4	Material Utilizado
x	Alumínio
	Ferro
x	Madeira

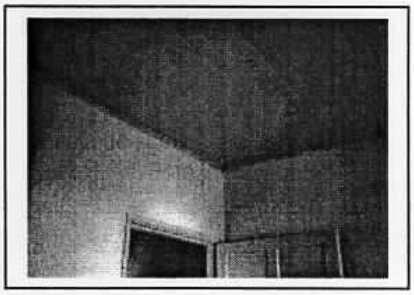
9.d	Escadas
	Em dois sentidos
	Em L
x	Reta
9.d.1	Material Utilizado
	Alvenaria portante
	Ferro
x	Madeira
	Misto M/F



Janela de iluminação do vão da escada
Foto:junho/2003



Detalhe do piso Original de pinho
Foto:junho/2003



Detalhe do forro Original de pinho
Foto:junho/2003

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 325 Rub.

Observações:

A escada é original e foi restaurada, possuindo o mesmo formato e corrimão que o das casas 60-70.

Escada Original-Vista
Foto:junho/2003

10. Ornamentos – Decoração Externa - Fachadas	
	Bossagem
	Colunas
	Faixas
	Festão
x	Frisos
	Frontão
	Moldura
	Óculo
	Pilastras
	Volutas

Outros: Componentes Artísticos (decorações em estuque, pinturas e molduras).

Observações a respeito da descrição dos componentes artísticos:

PROC: 2778-11.00/95.1

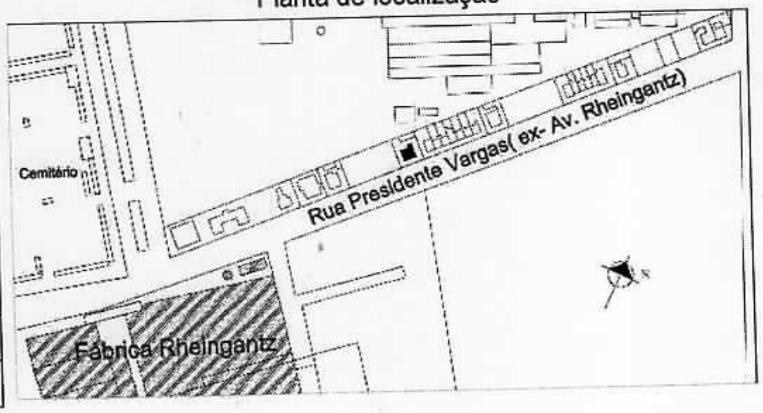
Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95.1
Fls. 326 Rub.

CASA NÚMERO: 130		**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**	
REGIÃO: Sul	**ESTADO:** Rio Grande do Sul	**MUNICÍPIO:** Rio Grande	**DISTRITO/BAIRRO:** Cidade Nova
LOCALIZAÇÃO: Rua Presidente Vargas,130		**COORDENADAS:**	
ÁREA CONSTRUÍDA: 107,85 m² (atual aprox.)		**ENTORNO:** Área urbana	
NOTAS HISTÓRICAS: Construtor: Companhia União Fabril **Data da Construção:** não se tem este dado			
SITUAÇÃO E AMBIÊNCIA: Casa de meio de quadra com frente para um dos lados da via arterial de principal acesso à cidade e ao centro histórico. Distando do mesmo cerca de 1500m			
DESCRIÇÃO: Casa térrea com cobertura habitável recuada do alinhamento predial com um muro de pedra e gradis de ferro. Reformada atualmente porque foi vendida (obra início em 04/2003)			

	MATERIAL (IS) ENCONTRADO (S)
	Arquivo interno da Fábrica
	Catálogos
	Cortes
	Cortes feitos em cima de levantamento em campo
x	Fachadas desenhadas em cima de levantamento em campo e fotos do local
	Fachadas - planta
	Fotografias antigas
x	Levantamento da C.U. F
	Planta baixa original
x	Planta baixa reproduzida em outra fonte
x	Projeto de ampliação na Prefeitura Municipal de Rio grande
	Outra documentação .....

	1.Funções da Edificação
x	Em atividade na Função Original
	Em atividade em outra Função
1.a	**Função Original**
	Comercial
	Misto
	Residencial poli
x	Residencial unifamiliar
	Industrial

Planta de localização



Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 327 Rub.

	Outros .....
1.b	**Função Atual**
x	Residencial unifamiliar
	Residencial poli
	Comercial
	Misto
	Industrial
	Outros .....

2.Estado de Conservação	
	Bom
x	Satisfatório
	Mau
	Ruínas
2.a	**Estado de conservação**
x	Deformidade na disposição das telhas
	Repintura generalizada
x	Estrutura apodrecida por umidade excessiva
	Fissuras
	Falta de partes de elementos decorativos
x	Desprendimentos
x	Lacunas
	Apodrecimentos
	Reboco danificado por umidade provinda por capilaridade
	Outros .....

3.Fatores da degradação	
	Salinidade
x	Cupim
x	Umidade nas paredes
	Umidade do terreno
x	Peças danificadas pela ação do tempo
x	Peças danificadas pela ação de chuvas
	Ataque por insetos xilófagos
	Outros

Croqui da Fachada e Volumetria

Foto tirada em agosto de 2002

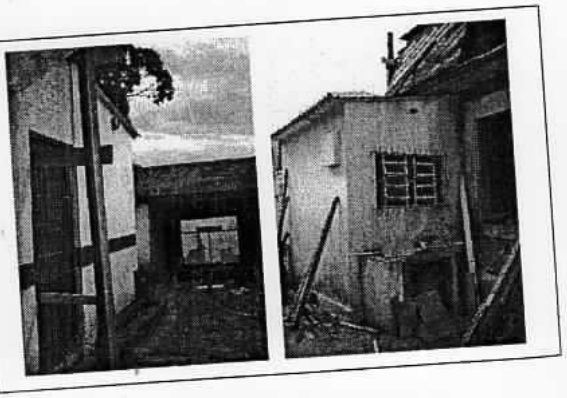


Foto tirada em junho de 2003
mostrando os fundos e lateral

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95.1
Fls. 328 Rub.

4.Tipologia Arquitetônica	
x	Residencial
	Comercial
	Misto
	Industrial
	Uso especial

5.Tipo de implantação no lote	
	Fita
x	Isolada no lote
	Geminada
	Com recuo lateral
	Com recuo frontal

6.Planta	
x	Quadrangular
	Em L
	Em U
	Irregular
	Com pátio interno central
	Com dois pátios internos
	Outros
6.a	**Número de pisos**
x	Térreo (sótão habitável)
	Dois pavimentos
	Mais pavimentos .....

Observações da planta- baixa:

Foram modificados os acessos às salas da frente onde foram fechadas as portas e abertos novos vãos com acesso pelo hall de entrada da casa.Presença de um anexo novo onde era o alpendre da cozinha,colocação de uma lareira aproveitando a antiga chaminé de fogão da cozinha.

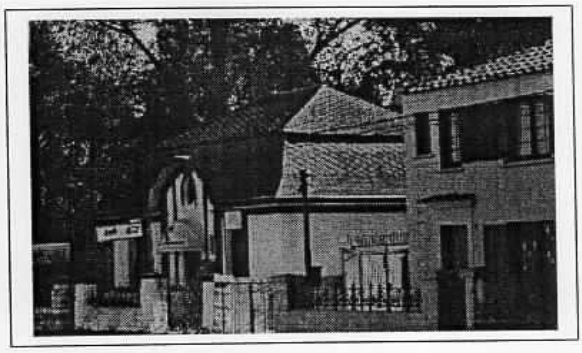
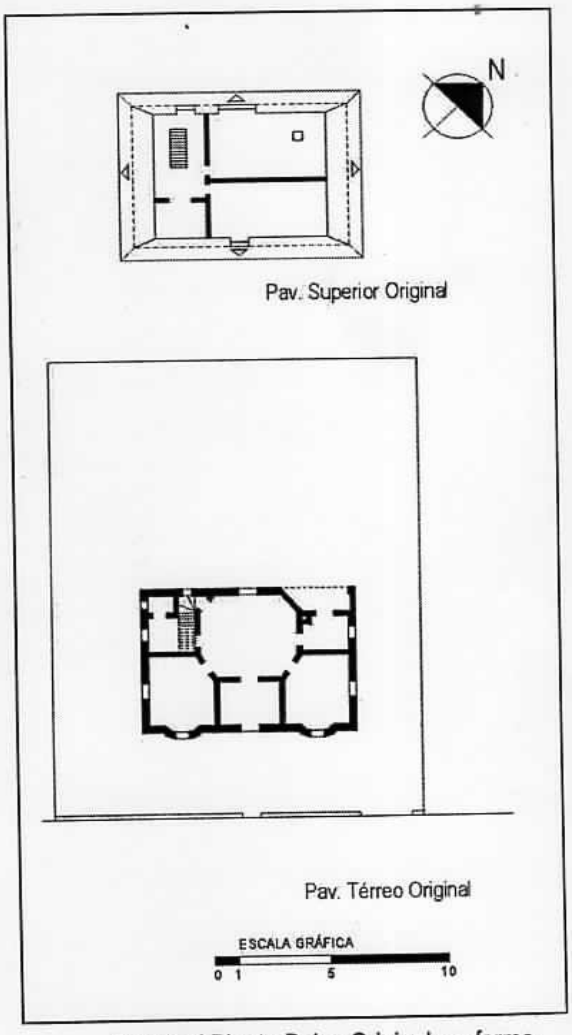


Foto tirada em agosto de 2002 mostrando o entorno



Provável Planta-Baixa Original conforme levantamento de Guigou-Norro e plantas da Prefeitura Municipal

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2718-1100/95-1
Fls. 329 Rub.

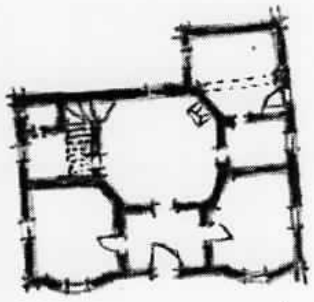
7.Telhado	
x	Telhado em mansarda
	Telhado duas águas
	Telhado gambrel
	Telhado de uma água
7.a	**Elementos do telhado**
	Água furtada
	Lucarna ou Trapeira
	Espigão de duas águas
	Empena esconsa
	Empena
7.b	**Técnicas Construtivas do telhado**
x	Tesouras de Madeira
x	Uso de Barrotes 16X8
	Viga de Cumeeira
	Tesoura de Pendural Único
	Tesoura de Pendural duplo
7.b.1	**Técnicas Construtivas do telhado**
x	Tesoura
	Tirante

Observações a respeito da composição do telhado:

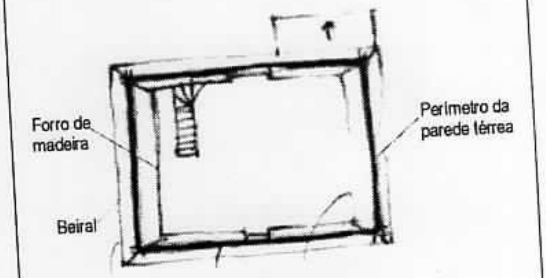
Telhas de placas de cerâmica de 4mm revestem o telhado (30x30) lisas, madeiramento do telhado em Pinho com tesouras de dois tipos distintos e posição ortogonal . Caibramento apoiado em frechal, seções do madeiramento: 4x7 cm, 8x16, 8x8.

Nas laterais apoios de madeira em arco que se apóiam no frechal promovem o efeito curvo da cobertura.

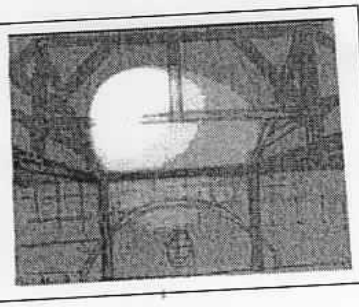
8. Técnicas Construtivas	
8.a	**Fundações**
x	Aparelho em pedra
	Bloco de concreto
	outros
8.b	**Paredes**



Croqui da planta baixa atual- junho/2003



Croqui do teto habitável junho/2003



Esquema da Cobertura

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1600/951
Fls. 330 Rub.

x	Alvenaria sólida de tijolos (45 cm esp.)
	Parede dupla
	Alvenaria de blocos vazados
	Alvenaria de bloco de concreto

9. Elementos arquitetônicos	
9.a	**Revestimento de Superfícies**
9.a.1	**Paredes**
x	Cerâmica
	Escaiola
	Lambri
x	Reboco
	Tijolo á vista
	outros
9.a.2	**Pisos**
x	Cerâmica
x	Ladrilho hidráulico
	Madeira macho fêmea
	Tábua Corrida
	Tabuão
9.a.3	**Forros**
	Cedrinho
	Estuque
	Forrinho plástico
	Gesso
x	Tipo saia e camisa (originalmente)

Observações sobre os elementos de revestimento das super

A obra ainda não iniciou os acabamentos, os originais

Foram retirados. O forro saia-camisa permanece em

um compartimento mas o restante estava atacado por cupins por isso foi feita a opção de uma laje que cobre todo o piso do sótão habitável.

Reboco novo em algumas paredes. (conforme fotos e entrevista com os pedreiros)

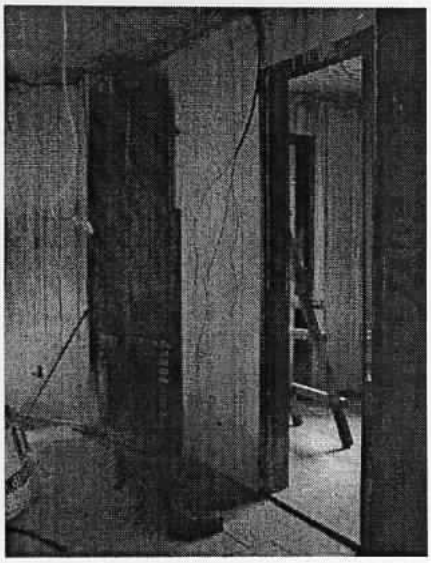


Foto da sala com lareira e porta
de acesso a cozinha
data: junho de 2003

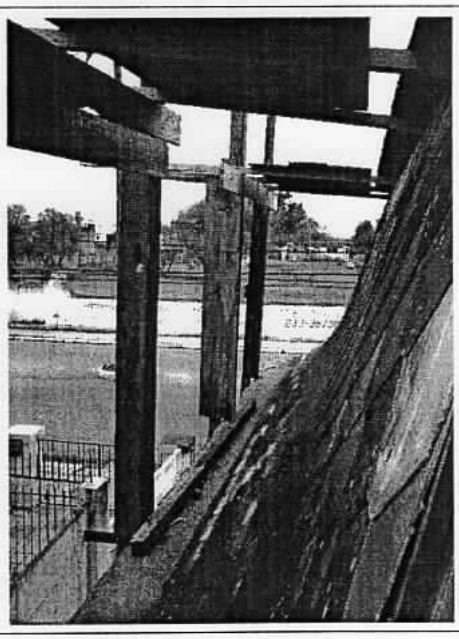


Foto mostrando inclinação curva
Da cobertura e telhas de cerâmica
Junho/2003

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2718-1100/951
Fls. 331 Rub.

9.b	**Janelas**
9.b.1	**Vãos**
	janela de arco pleno
x	janela de verga reta
	janela com bandeira
	outros
9.b.2	**Tipo de abertura**
x	Janela de abrir
	Janela arredondada
	Bay window
	Janela chanfrada
	Janela circular (olho -de -boi)
	correr
	Guilhotina
	Janela de lucarna
	Janela pivotante
9.b.3	**Material Utilizado**
	Alumínio
	Ferro
x	Madeira

9.c	**Portas**
9.c.1	**Quanto aos Vãos**
	de arco pleno
x	de verga reta
	com bandeira
	outros
9.c.2	**Quanto ao tipo**
x	Porta Almofadada
	Porta francesa
	Porta Simples maciça
	Porta Simples Oca
	Porta Veneziana
9.c.3	**Quanto a abertura**

Foto das telhas de cerâmica de aproximadamente 4mm em detalhe – junho 2003

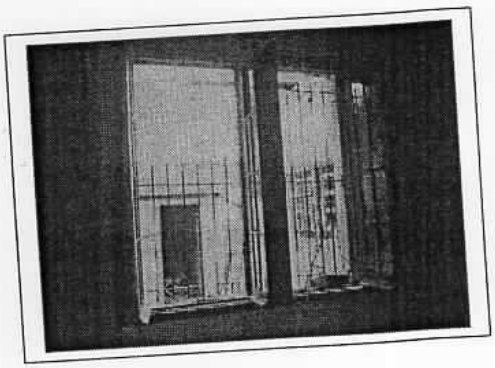


Foto das janelas
detalhe – junho 2003

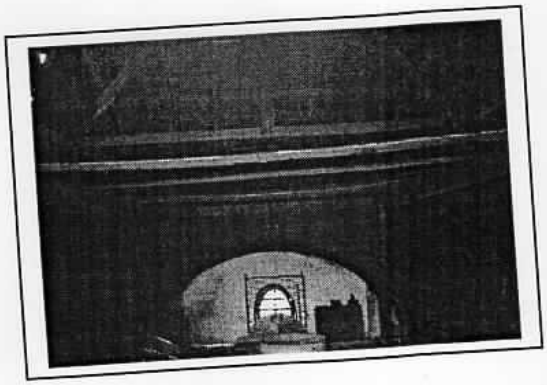


Foto do óculo
detalhe – junho 2003

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1200/95-1
Fls. 332 (332) Rub.

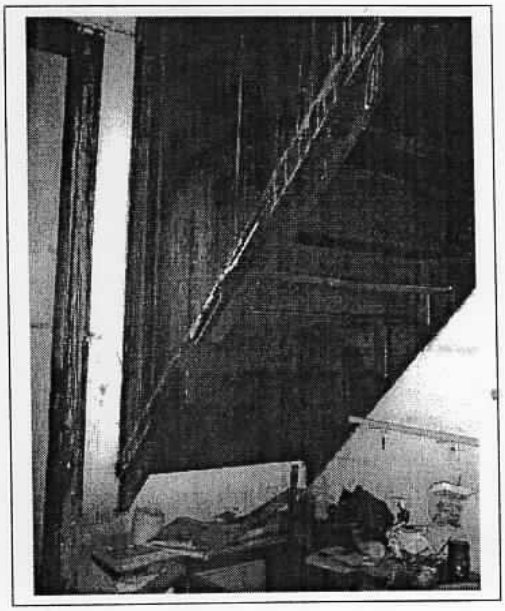
x	Porta de abrir
	Porta Articulada
	Porta Correr
9.c.4	**Material Utilizado**
	Alumínio
	Ferro
x	Madeira

9.d	**Escadas**
	Em dois sentidos
	Em L
x	Reta
9.d.1	**Material Utilizado**
	Alvenaria portante
	Ferro
x	Madeira
	Misto M/F

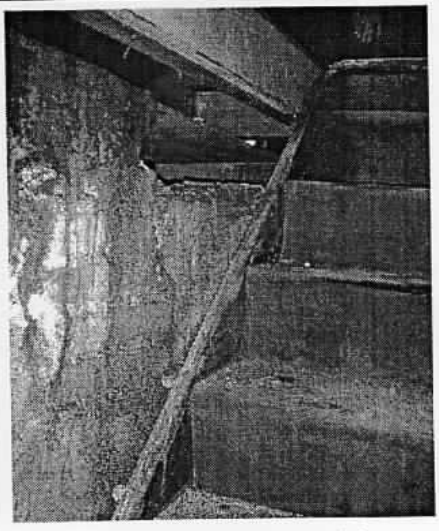
Observações:

A escada será restaurada e permanecerá a original pois está em bom estado.Os pisos foram retirados e Algumas peças só estão com contrapiso. Os pedreiros Não informaram qual será o novo revestimento. Data: 1/6/2003

	10. Ornamentos – Decoração Externa - Fachadas
	Bossagem
	Colunas
x	Faixas
x	Festão
x	Frisos
	Frontão
x	Moldura
x	Óculo
x	Pilastras
	Volutas



Vista da escada de madeira
Junho/2003



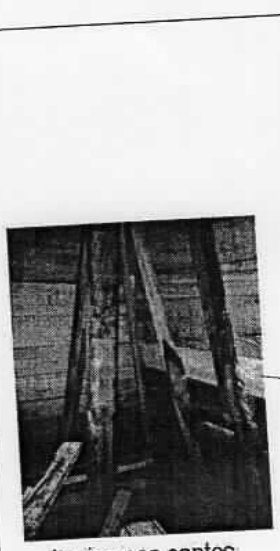
Vista da escada de madeira
Junho/2003

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95.1
Fls. 333 Rub.

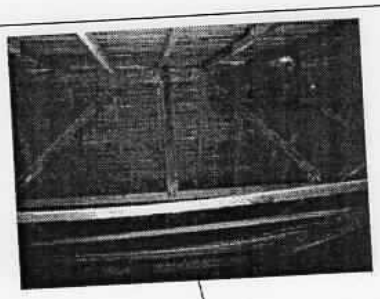
Outros: Componentes Artísticos (decorações em estuque, pinturas e molduras).

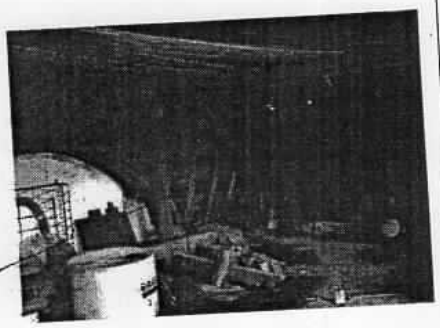
Observações a respeito da descrição dos componentes artísticos:

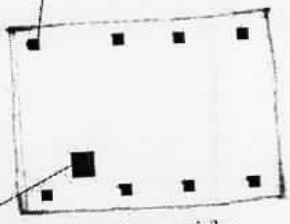
Permanecem em bom estado os elementos de ornamentação da fachada e pretendem mantê-los mesmo com a reforma. Atualmente no interior não havia vestígios de decorações nem de pinturas ou molduras .



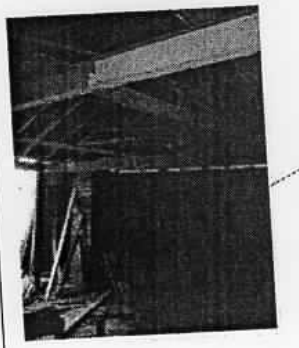
Apoios nos cantos

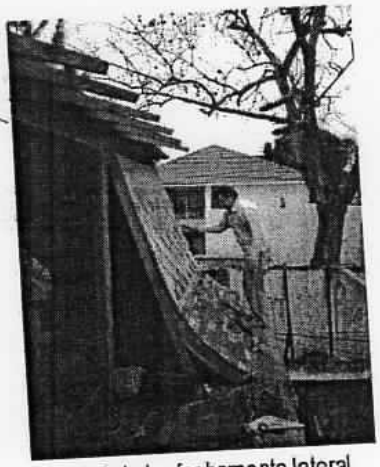






Chaminé da antiga cozinha
atual lareira





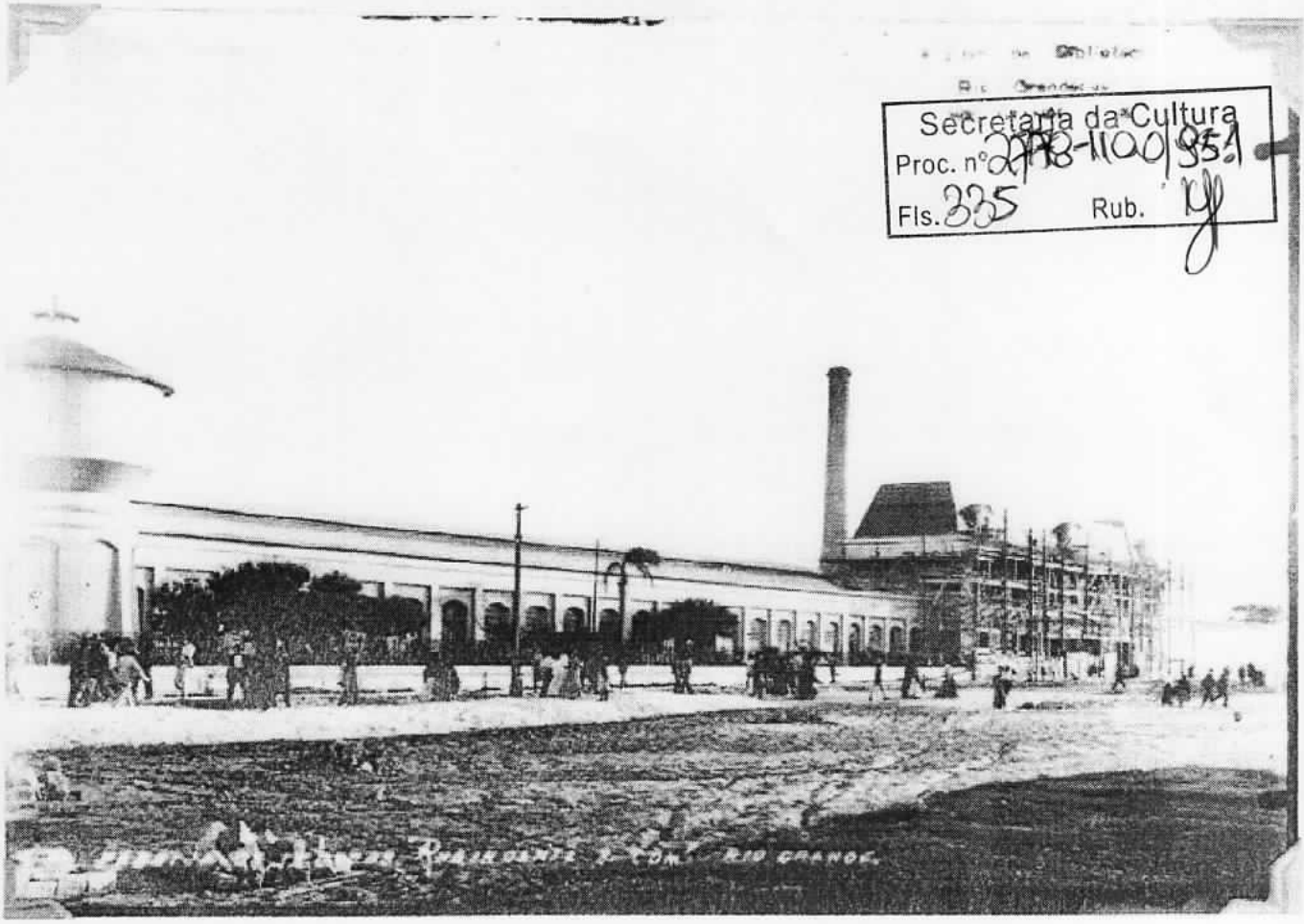
Beiral e fechamento lateral
do telhado

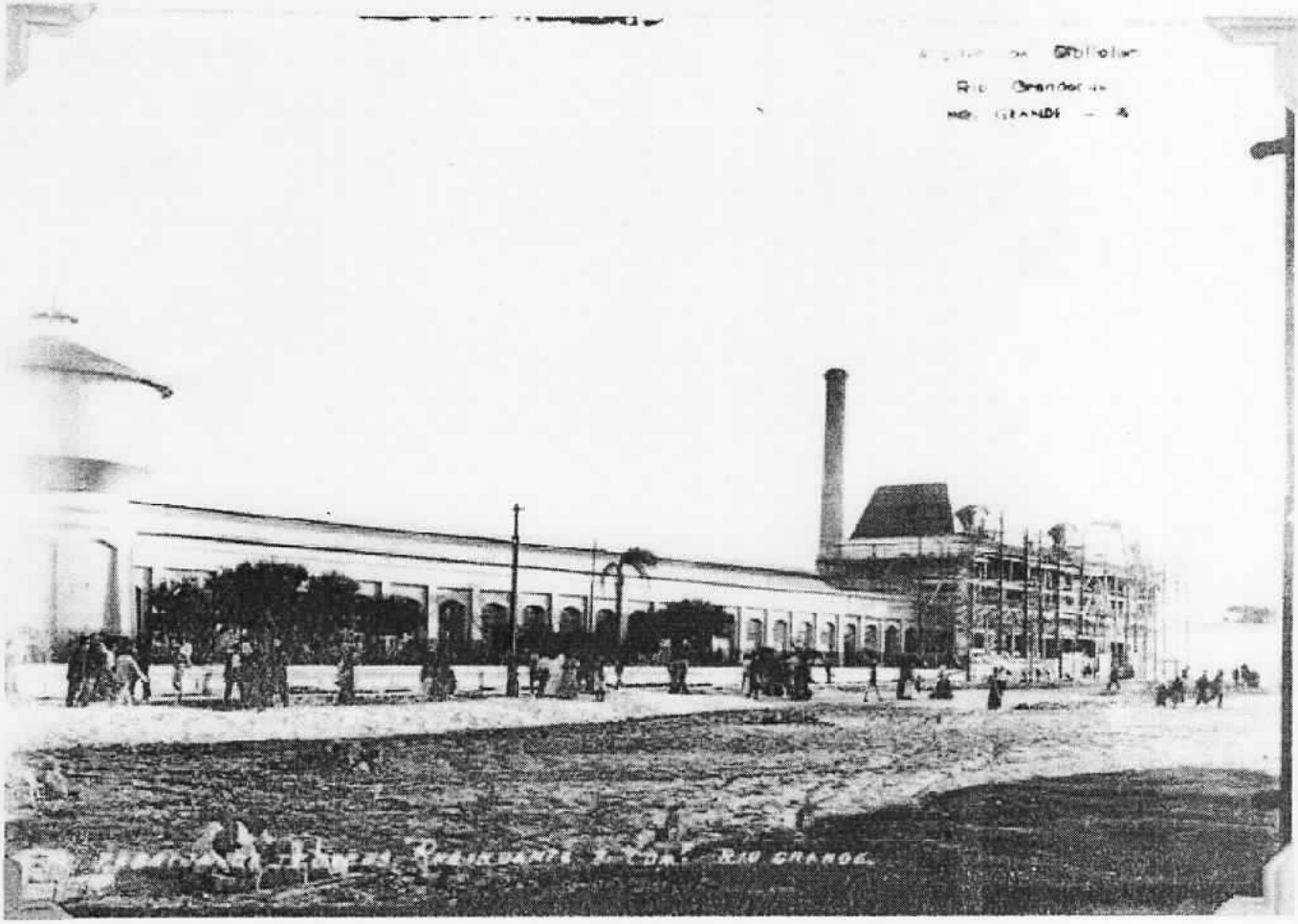
Secretaria da Cultura
Proc. nº 2776.1100/85-1
Fls. 334 Rub.

RHEINGANTZ – RIO GRANDE

No início do século a família Rheingantz instalou em Rio Grande uma fábrica. Para os funcionários construiu diversas residências e uma escola, que formam um conjunto dentro da cidade. Nas fotos estão representadas a fábrica, atualmente propriedade da Cotrijuí, a escola e algumas residências.

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2718-1100/95-1
Fls. 335 Rub.

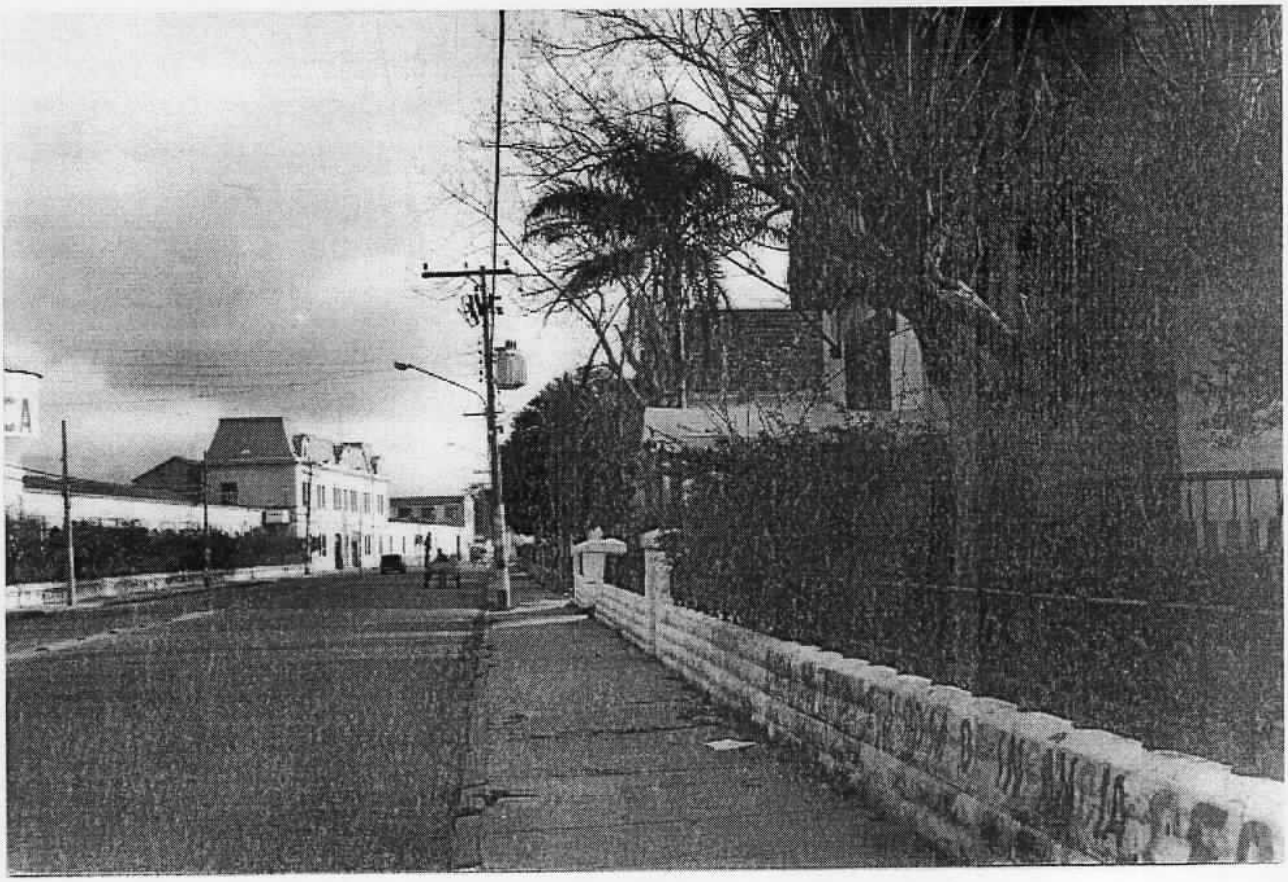




FÁBRICA RHEINGANTZ

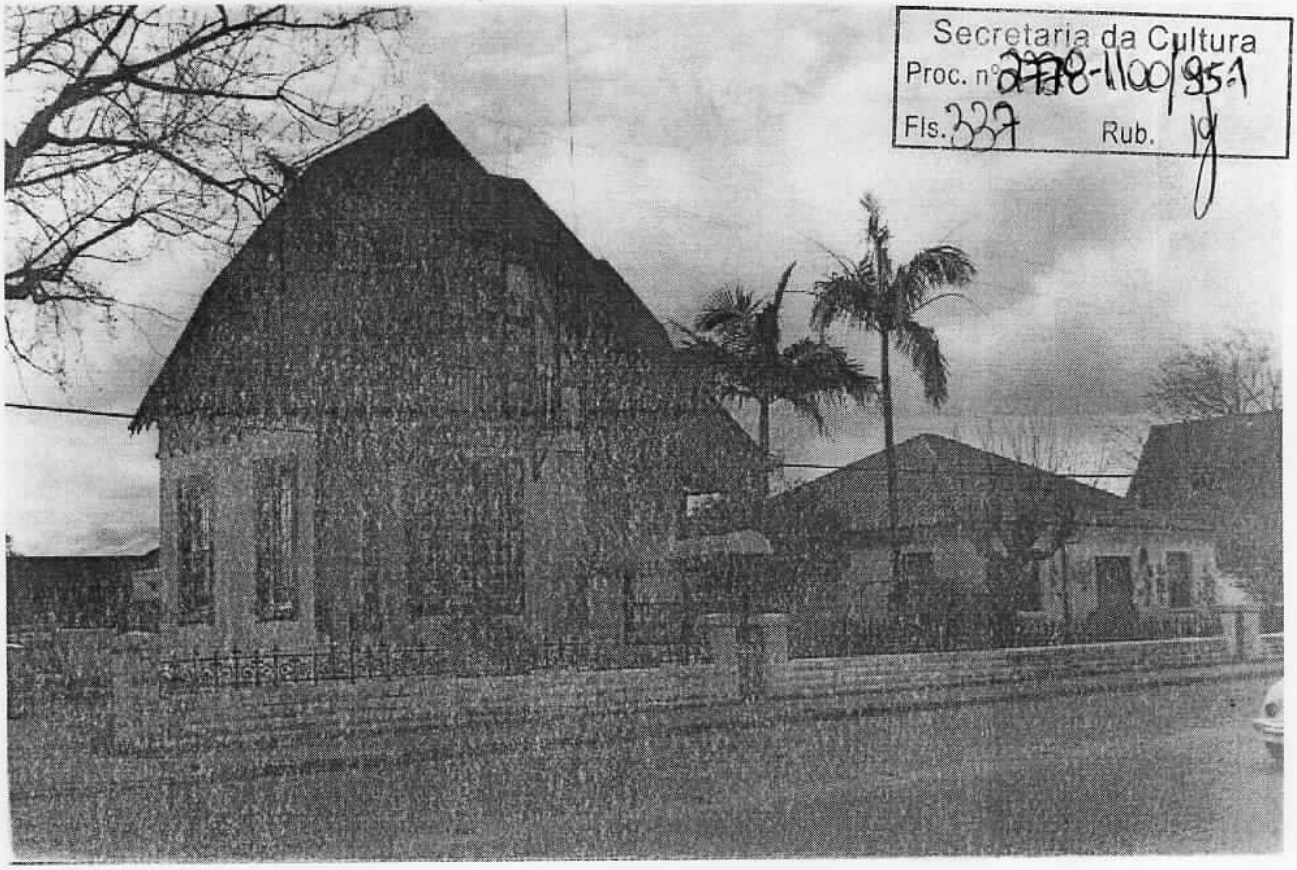
Secretaria da Cultura
Proc. nº 2710-100/95-1
Fls. 336 Rub.

RESIDÊNCIAS DA VILA OPERÁRIA



FÁBRICA RHEINGANTZ E RESIDÊNCIAS

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95-1
Fls. 337 Rub.

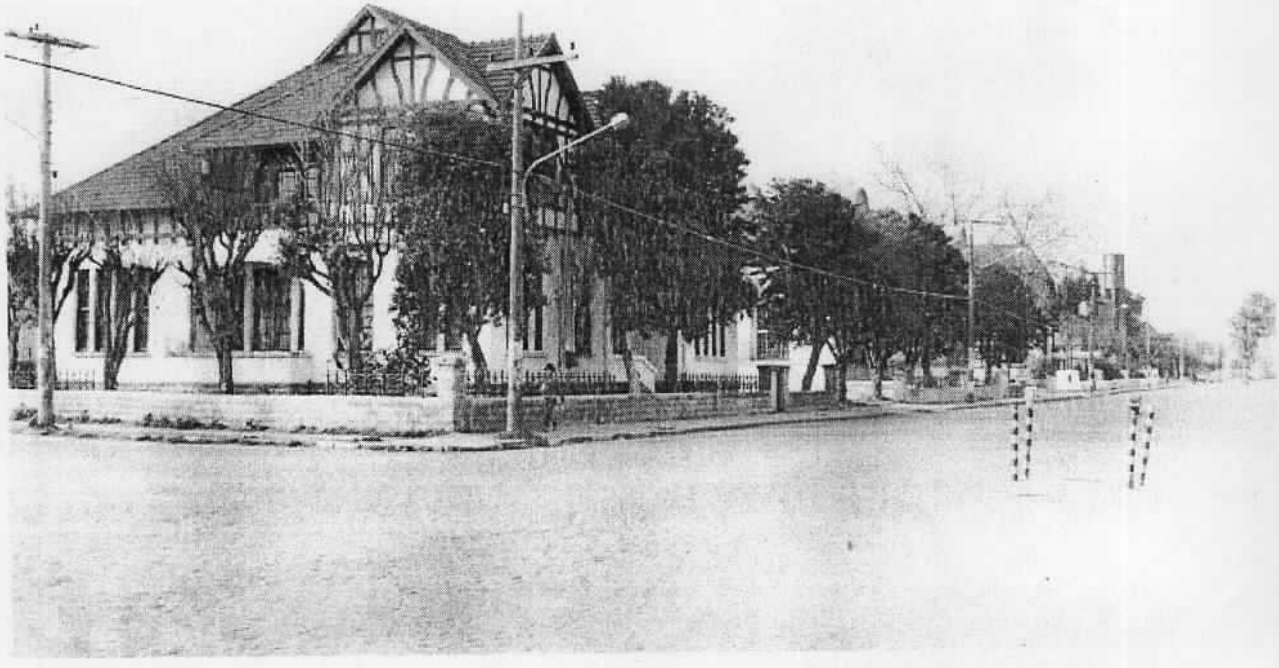


RESIDÊNCIAS DA VILA OPERÁRIA

GRUPO ESCOLAR DA VILA OPERÁRIA

Secretaria da Cultura
Proc. nº 2778-1100/95.1
Fls. 328 Rub.

GRUPO ESCOLAR DA VILA OPERÁRIA



RESIDÊNCIAS DA VILA OPERÁRIA

PROC: 2778-11.00/95-1 fl 339

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL
CORAGEM PARA FAZER
SECRETARIA DA CULTURA

Memo. IPHAE 119/ 2008

De: Maria Beatriz Kother- Diretora do IPHAE

Para: Assessoria Jurídica da SEDAC

Em: 19/09/08

Senhora Coordenadora:

Como é de seu conhecimento o Estado foi condenado a tombar a Fábrica Rheingantz, em Rio Grande, no prazo de um ano.

Conforme a decisão judicial, o IPHAE deu início a instrução do processo. Estamos elaborando documentação gráfica e fotográfica e já realizamos uma visita ao local para a descrição do bem a ser tombado.

Estamos aguardando, entretanto, a documentação complementar solicitada à PGE e necessária a notificação do tombamento.

O reduzido quadro técnico do IPHAE e as dificuldades de deslocamento também são fatores que nos impossibilitam o cumprimento do referido prazo a expirar em outubro de 2008.

Estamos solicitando portanto, a esta assessoria que pleiteie junto ao Ministério Público, a prorrogação do prazo estipulado de forma a que possamos complementar o processo de tombamento.

Atenciosamente,

p/ Arq. Maria Beatriz Medeiros Kother
Diretora do IPHAE

Av. Borges de Medeiros, 1501 19º and. Porto Alegre/RS CEP 90110-150 Fone/Fax: 51 3225.3176 e-mail: iphae@via-rs.net www.iphae.rs.gov.br

fl 340

PROC: 277B-11.00/95-1

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA
Av. Borges de Medeiros, nº 1501, 4ª andar, CAFF, Porto Alegre/RS
e-mail: ajur@cultura.rs.gov.br

Memo nº 111/AJUR - SEDAC

Porto Alegre, 13 de Agosto de 2008.

De: Assessoria Jurídica
Para: IPHAE
Assunto: Vila Rheigantz em Rio Grande

Senhora Diretora,

Em resposta ao Memo. IPHAE 098/2008, estamos encaminhando cópia da decisão judicial (sentença e acórdão) que condena o Estado a tombar a Vila Rheigantz localizada em Rio Grande. Como a decisão é omissa quanto ao montante da área a ser tombada, estamos encaminhando também cópia da Lei Municipal nº 4.556/1990, que discrimina os prédios da referida Vila considerados de interesse sócio-cultural.

Quanto ao seu questionamento acerca do registro dos imóveis para notificação dos proprietários, informamos que já foi encaminhado Ofício nº 151/2008/GAB/JUR/SEDAC, cópia em anexo, para a Procuradoria Geral do Estado, solicitando a relação dos imóveis com sua situação legal e respectivos proprietários (se da massa falida ou particular) para os devidos encaminhamentos. Tão logo sejam prestadas as informações requisitada à PGE, repassaremos ao IPHAE.

Atenciosamente,

Izabel Bohmgahren Motta
Assessoria Jurídica

IPHAE
RECEBIDO
Em: 15/08/08
Ass.:

PROC: 2778-11.00/95.1

Lei 5136 de 1997 exclui do anexo o prédio sitio a rua Benjamin Constant sob nº 249.
Lei 5122 de 1997 altera disposições.
Lei 5059 de 1996 exclui do anexo a edificação do Hotel Cassino.
Disposições alteradas pela Lei 4632 de 1991.
Disposições alteradas pela Lei 4612 de 1991.

LEI MUNICIPAL Nº4.556

(30 de outubro de 1990)

CLASSIFICA EDIFICAÇÕES DE INTERESSE SÓCIO-CULTURAL E CONCEDE BENEFÍCIOS AOS PROPRIETÁRIOS PARA QUE SEJAM PRESERVADAS.

Paulo Fernando dos Santos Vidal , Prefeito Municipal do Rio Grande, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, em seu artigo 51 inciso III.

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Ficam classificadas como Edificações de Interesse Sócio-Cultural, de conformidade com os artigos 205, 206 e 207, da Lei Municipal n9 4,116, de 03 de novembro de 1986 , e artigo 29, da Lei Municipal Nº 4.116, de 13 de fevereiro de 1987, as edificações relacionadas no anexo a esta Lei.

Artigo 2º - 0s proprietários de Edificações de Interesse Sócio-Cultural, terão direito de construir em outro local do Município, obedecidos os gabaritos máximos em cada área ou zona urbana do Município, um número de metros quadrados, equivalente ao que seu terreno suportaria, conforme o regime urbanístico do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, e descontados os já utilizados no prédio em questão.

§ 1º - O direito, descrito no caput deste artigo, que incidirá sobre a edificação uma única vez, deverá ser requerido ao Executivo Municipal, que submeterá a uma avaliação técnica da Secretaria Municipal de Coordenação e Planeja-

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

PROC: 2778-11.00/95.1

fl 342

mento sobre as condições de saúde da edificação e pareceres dos Conselhos Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrando e de Cultura.

§ 2º - O Sistema Municipal de Planejamento Integrado exercerá a função de intermediador entre os interesses municipais e dos proprietários dos imóveis, na preservação das Edificações de Interesse Sócio-Cultural.

§ 3º - Restaurada e/ou reciclada a Edificação de Interesse Sócio-Cultural, a Prefeitura Municipal fornecerá uma certidão contendo o número de metros quadrados disponíveis a ser construído em outro local, já deduzidos o percentual de 6% dos metros quadrados, para formar uma reserva de índice municipal, destinada a cumprir uma função sócio-cultural.

§ 4º - A função sócio-cultural, referida nesta Lei, será cumprida na preservação de Edificações de Interesse Sócio-Cultural, mais especificamente na restauração e/ou reciclagem de prédios públicos municipais, na desapropriação e tombamento de Edificações de Interesse Sócio-Cultural e no estudo e divulgação do Patrimônio histórico e cultural do Município.

§ 5º - Os metros quadrados de área a construir, constantes na certidão fornecida pela Prefeitura Municipal, serão utilizados nas unidades de planejamento UM-03, UM-04, UM-05, nos Corredores de Comércio e Serviços - COR-03, C0R-04, COR-05 e COR-06 (Rua Aquidaban) e áreas centrais AC-01, AC-03, AC-04, AC-05, ou em outras unidades que possuam infra-estrutura urbana indispensáveis para absorver este acréscimo de área construída, respeitando as vocações, os gabaritos máximos para cada área e as densidades propostas pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado.

§ 6º - O proprietário de Edificação de Interesse Sócio-Cultural poderá transferir a outro o direito de construir os metros quadrados constantes na certidão, atendendo as formalidades desta Lei.

§ 7º - O terreno sob o qual está construída uma Edificação de Interesse Sócio-Cultural., após usufruir os benefícios desta Lei, terá seu índice de aproveitamento limitado no valor equivalente ao utilizado para a construção da edificação origem do benefício.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, 30 de outubro de 1990.

PAULO FERNANDO DOS SANTOS VIDAL

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

PROC: 2778-11.00/95.1 fl 343

Prefeito Municipal

RELAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES DE INTERESSE SÓCIO-CULTURAL

(Anexa à Lei Municipal 4556/90)

RUAS/AVENIDAS	PRÉDIOS
- Marechal Floriano	33A, 45, 91, 101/103, 112, 162, 172, 188, 197/201, 413, 415, 431, 470, Alfândega e Capela São Francisco.
- General Bacelar	98, 369, Igreja Nossa senhora do Carmo e Catedral de São Pedro
- Largo Eng. João Fernandes Moreira	Prefeitura Municipal do Rio Grande e Quartel General.

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

PROC: 2778-11.00/85.1

fl 344

- General Osório	512, Mercado Público Municipal, Banca do Peixe, Biblioteca Riograndense e Associação de Caridade Santa Casa de Misericórdia.
- General Vitorino	481, Igreja do Salvador (conjunto).
- Conde de Porto Alegre	249 e 298.
- Dr. Nascimento	Colégio Lemos Júnior.
- Benjamin Constant	249, 304, Sociedade Cruzeiro do Sul e Empresa de Materiais Fecais.
- Andradas	358.
- Praça 7 de Setembro	Igreja Nossa Senhora da Conceição.
- Silva Paes	115, 269, 380 e Loja Maçônica União Constante.
- 24 de Maio	571 e 720.
- Duque de Caxias	60, 291, 342, 346, 496 e Igreja Nosso Senhor do Bom-Fim
- Aquidaban	717.
- Carlos. Comes	583
- Presidente Vargas	251 e 681.

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

- Major Carlos Pinto	Canalete
- Buarque de Macedo	Estação Ferroviária, Liceu Salesiano Leão XIII e Igreja Nossa Senhora Auxiliadora.
- Moron	Quartel do 6º G.A.C.
- Altamir Lacerda do Nascimento	Caixa D'água da Hidráulica.
- Comendador Henrique Pancada	Antigo Matadouro Municipal
- Rheingantz	4, 46, 60, 62, 64, 66, 68, 70, 102,104, 108,112,116,120,124,128,130,131,133,135,137,139,141,143,145,147,149,151,153,157, 161,165,167,173,175,177,179,197,199,210, toda Vila Operária da Rheingantz (interna) e Grupo Escolar Comendador Rheingantz.
- Rio Grande/Cassino	229, 317, Conjunto Hotel Atlântico, Hotel Cassino, Antiga Estação Ferroviária.
- Bairro Santa Teresa	Casas Pretas dos Franceses.
- Cais de Saneamento	Mirante
- Porto Novo e Porto Velho	Cais e armazéns.
- Taim	Capela Nossa Senhora da Conceição.

IPHAE INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

PROC: 2778-11.00/95.1

ff 346

- Luiz Loréa 581.

EM BRANCO

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

PROCESSO: 2778-11.00/95.1 fl 347

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE RIO GRANDE
3ª VARA CÍVEL
Rua Silva Paes, 249

Nº de Ordem:
Processo nº: 023/1.04.0018455-6
Natureza: Ação Civil Pública
Autor: Ministerio Publico
Réu: Municipio do Rio Grande
Estado do Rio Grande do Sul
Juiz Prolator: Juíza de Direito - Dra. Andrea Rezende Russo
Data: 10/05/2006

Vistos.

Trata-se de *Ação Civil Pública* ajuizada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO em desfavor do MUNICÍPIO DE RIO GRANDE e do ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, partes já qualificadas nos autos.

Expôs o autor que existem diversos prédios de valor histórico e de interesse sócio-cultural neste Município que não recebem o devido valor pelo Poder Público. Listou dezenas de prédios relacionados em lei, a qual os classificou como portadores de interesse sócio-cultural, muitos em mau estado de conservação. Quanto ao Município-réu, alegou que este nunca se preocupou em adotar uma política preservacionista, visto que não realizou o tombamento de um prédio sequer e ainda autorizou a demolição de dois prédios de relevância sócio-cultural. Citou legislação a respeito da matéria. Mencionou as obrigações dos réus. Requereu, liminarmente, que o Estado-réu promova a fiscalização e vigilância dos bens tombados e apure suas condições de preservação; que o Estado-réu inicie a inventariança dos bens culturais desta cidade; que o Município-réu promova a fiscalização e vigilância dos bens relacionados como de interesse sócio-cultural, verificando suas condições de conservação e, se necessário, instando os proprietários a conservarem e não descaracterizarem; que o Município-réu promova a inventariança de bens culturais não relacionados na legislação municipal. Pediu a procedência da ação: tornando definitivas as liminares pleiteadas; sendo declarada a relevância

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

histórica, cultural, arquitetônica e urbanística do conjunto urbano da Fábrica Rheingantz, com a condenação dos réus a realizarem o tombamento ou instaurarem o procedimento de tombamento do prédio da Fábrica Rheingantz, incluído a Vila Operária interna, o Grupo Escolar Comendador Rheingantz, tudo a ser especificamente delimitado, sendo os réus obrigados também a estabelecerem o Entorno; a condenação do Estado-réu a estabelecer por ato próprio a delimitação do Entorno com relação aos bens já tombados pelo mesmo; a condenação do Município-réu a indenizar os danos causados ao patrimônio cultural, histórico, estético, arquitetônico e urbanístico em razão de ter autorizado a demolição de dois prédios que estavam elencados como bens de interesse sócio- cultural na Rua Gen. Bacelar nº 98 e na Rua Mal. Floriano nº 162 (Clube Carnavalesco Saca Rolhas), cujo valor deve reverter para o Fundo de Reconstituição de Bens Lesados. Juntou documentos (fls. 28/328).

Foram indeferidos os pedidos liminares constantes nas letras "a", "b", "c" e "d" e deferido o pedido constante na letra "e" (fl.329).

O Estado do Rio Grande do Sul apresentou contestação (fls. 340/351). Em preliminar, aduziu que os denominados direitos culturais são direitos sociais, de natureza programática, de eficácia reduzida e limitada, não auto-aplicáveis. Quanto à aplicabilidade do Decreto-Lei nº 25/1937, da Lei Estadual nº 7231/1978, do Decreto Estadual 31049/1983 e alterações pelo Decreto Estadual nº 31866/1985, por serem anteriores à Constituição Federal de 1988, prega que é discutível a recepção de tais diplomas legais pela nova ordem constitucional. No mérito, no que tange ao pedido de inventário dos bens culturais existentes no Município, disse que o art. 2º do Decreto nº 3472/92 é genérico, não definindo quem, quando, e de que forma deverá ser realizado o referido inventário, enquanto as outras legislações citadas atribuem exclusivamente ao Poder Executivo tal função. Quanto ao pedido de vigilância, reiterou os argumentos lançados a respeito do pedido de inventário e sustentou que a vigilância compete ao Poder Executivo. A respeito, disse que o atendimento do requerimento do Ministério Público estaria indo contra norma constitucional, violando o Princípio da Legalidade esculpido no art. 5º da CF/88, pois não há lei específica que atribua à Brigada Militar a função de guarda e vigilância do patrimônio cultural e que da mesma forma cabe somente ao Poder Executivo definir as metas, os objetivos e os atos administrativos a serem realizados sobre a matéria, sem ingerência de outro poder. No que se

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

refere ao pedido de tombamento, alegou que para ser realizado é necessário estudo prévio do órgão competente e respectiva abertura de procedimento mediante ato administrativo de órgão subordinado ao Poder Executivo, mediante ato que deve obedecer aos elementos vinculados, porém discricionário quanto ao seu juízo de oportunidade e conveniência. Destacou, também, que há necessidade da prévia dotação orçamentária. Sustentou que vige, com relação a todos os pedidos do autor, o poder discricionário da administração pública, informado pelos critérios da conveniência, oportunidade e utilidade, a estabelecer as prioridades diante dos poucos recursos públicos existentes. Por fim, afirma que quanto ao Sobrado dos Azulejos já há demanda a respeito, não podendo ser objeto de decisão neste feito; quanto ao Hotel Paris, entende que não há provas da necessidade da realização imediata do chamado "entorno"; e no que se refere ao Quartel General alega que se trata de prédio do Município e não de responsabilidade do Estado. Requereu a improcedência da ação, a revogação da liminar concedida, visto que não observado o disposto no art. 2°, da lei 8437/92, e o julgamento antecipado da lide. Juntou documentos às fls. 354/364.

O Município contestou às fls. 365/369. Em preliminar requereu a extinção do processo baseando-se na divisão constitucional dos poderes públicos e suas respectivas gerências, sustentando a ilegitimidade do autor. No mérito, disse que a maioria dos imóveis arrolados pelo autor já foram declarados de interesse sócio-cultural, através da Lei n° 4.556/90. Quanto aos imóveis demolidos, declarou que o localizado na rua General Bacelar, n° 98, o foi antes da Lei 4.556/90 e que o segundo ruiu de tão mal conservado que estava. Insurgiu-se contra possível decretação de tombamento pelo Poder Judiciário, quando é ato do Poder Executivo. Disse que os demais prédios referidos encontram-se em perfeitas condições e que está em tramitação um projeto para transformar a antiga Fábrica Rheingantz em um "shopping center", preservando suas características originais. Pediu a improcedência da ação.

O Ministério Público replicou (fls. 376/415) e juntou documentos (fls. 416/417 e às fls. 421/424).

Em decisão saneadora de fls. 426 e 426, verso, foram declaradas legítimas as partes que compõem o feito e deferida perícia.

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

O autor requereu antecipação de tutela para evitar o perecimento total da Capela Taim, pedindo que fosse determinando aos réus a adoção de medidas mitigadoras necessárias, juntando documentos às fls.505/670.

Realizou-se audiência de justificação, na qual foi ouvido o perito nomeado pelo juízo (fls. 678/679) e juntados documentos (fls. 680/684).

O Município de Rio Grande informou sobre a execução da obra na Capela do Taim (fls. 686/687). O perito manifestou-se a respeito (fl. 693), juntando outros documentos (fls. 694/704).

O laudo técnico sobre a Capela do Taim foi apresentado às fls. 715/720.

Em fls. 724/726 foi juntada cópia do termo de acordo que pactuou as obras necessárias e emergenciais da Capela do Taim.

O Município de Rio Grande juntou aos autos o projeto executivo de restauração do telhado e estabilização necessária a preservar a Capela do Taim (fls. 730/754).

Foi apresentado laudo pericial (fls. 1334/1342), a respeito do qual manifestou-se o Ministério Público às fls. 1344/1346.

O Ministério Público juntou cópia do Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Município de Rio Grande com relação ao prédio situado na Av. Rheigantz, denominado Cassino dos Mestres (fls. 1349/1352).

O Estado do Rio Grande do Sul juntou aos autos parecer do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado nas fls. 1366/1368.

Encerrada a instrução, o Estado do Rio Grande do Sul apresentou seus memoriais às fls. 1378/1388 e o Município às fls. 1393/1394.

Em decisão de fl. 1405, foi intimado o Ministério Público para dizer acerca da perda de parte do objeto da demanda e sobre provável continência.

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

O Ministério Público manifestou-se às fls. 1406/1410.

Vieram os autos conclusos em 08/03/2006.

É o relatório.

DECIDO.

Conforme dispõe a Lei nº 7347, de 24 de julho de 1985, cabe ao Ministério Público zelar pelos interesses difusos e coletivos, especialmente àqueles voltados ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético, *histórico,* turístico e paisagístico.

E vem sendo através desse meio processual que a população consegue ver realizadas diversas obras e ações por parte do ente público, no qual o Ministério Público exerce com maestria o papel de postulante.

Nessa esteira, com inteira razão o autor quando traz a baila a vasta legislação existente, seja em nível federal ou estadual, no que concerne ao dever de preservação do patrimônio histórico e cultural, havendo, inclusive, medidas como a de tombamento para que a Administração Pública possa conservar tais sítios. Dessa forma, agir com descaso com imóveis que retratam a cultura do nosso povo seria um verdadeiro crime contra a história e estaria a Administração Pública agindo com arbitrariedade, em confronto direto com os preceitos legais estipulados para a manutenção do patrimônio histórico-cultural de Rio Grande.

Fazendo esse breve intróito, passo à análise das questões postas neste feito.

Primeiramente, não acolho a interpretação do Estado-réu de que os direitos culturais são direitos sociais e que, em razão disso, constam na Constituição Federal como normas de eficácia limitada, programáticas, não auto-aplicáveis. Não se pode interpretar que a cultura esteja incluída na educação. Assim concluo, porque o legislador constituinte separou a educação da cultura em seções diversas dentro do capítulo "Da Educação, Da Cultura e

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

Do Desporto". Ademais, a Carta Magna Federal e também a Estadual são claras ao definir as formas de proteção e preservação do patrimônio cultural.

Também não merece guarida a alegação de que as legislações infraconstitucionais citadas pelo autor não foram recepcionadas pela Carta Magna de 1988, uma vez que não contrariam as normas constitucionais, as quais são mais amplas.

Outrossim, mister rechaçar as alegações dos réus de que o acolhimento dos pleitos pelo Poder Judiciário resultaria numa ingerência no Poder Executivo, em violação ao disposto no art.2° da Constituição Federal. Isto porque, no caso concreto, está o Judiciário apenas zelando pela aplicação da lei, em razão da omissão dos entes públicos. No caso, conforme dispõe o art.216, § 1°, da Constituição Federal, reconhecido o valor histórico de um bem, independentemente do estado em que se encontra, imediatamente este se constitui patrimônio cultural brasileiro, não se podendo permitir que a administração pública use de critérios de oportunidade e conveniência para protegê-lo. Não há, pois, espaço para alegação do poder discricionário da administração pública, já que se trata de norma constitucional cogente.

I - Do pedido de Inventário.

Quanto a este, resistem os réus limitando-se a alegar que cabe ao Poder Executivo fazê-lo e que não há previsão legal de como será feito, por quem, etc..

Ora, é evidente que é atribuição do Poder Executivo. Entretanto, diante da omissão, cabe ao Poder Judiciário compeli-lo a cumprir com sua obrigação.

Quanto à forma, basta que os requeridos regulamentem. Aliás, já há regramentos a respeito, conforme referiu o autor na réplica.

Cito o Decreto Estadual n° 31049/83, no seu art.8°, já dispõe que a competência para o inventário é da Divisão de Patrimônio Histórico e Cultural do Departamento de Cultura da Secretaria da Cultura Desporto e Turismo.

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

Tanto tal argumento não é impedimento, que o Município-réu já firmou um Convênio de Cooperação Técnica com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, objetivando a feitura do aludido inventário (fls. 789/1202), o qual já consta disponível na página do Município na internet (fls.1395/1403).

Diante disso, como bem destacou o autor (fl.1407), tal pedido perdeu objeto.

II- Do pedido de fiscalização e vigilância.

Em linhas gerais foi postulado para que ambos os réus procedessem na fiscalização e vigilância de vários prédios na cidade de Rio Grande, arrolados como de interesse sócio-cultural.

É certo que esta é uma das obrigações dos requeridos. Tal dever está expresso na Constituição Federal (art.216, § 1°) e na Constituição Estadual (art.222). Não há controvérsia a respeito.

Assim, quanto ao pedido de vigilância, os réus já têm esta obrigação, não havendo, pois, interesse de agir nesse sentido.

Cabe ao Ministério Público, em casos específicos de transgressão de tal dever, acionar o Poder Judiciário a fim de que sejam todas as medidas necessárias de coerção do ente público.

Já no caso da fiscalização, considerando as alegações do autor, não contestadas pelos réus, de que há vários prédios relacionados em lei como de interesse sócio-cultural em mau estado de conservação, há de ser acolhido o pedido.

É caso, pois, de determinação de fiscalização de todos os prédios relacionados, com a feitura de relatório das condições em que se encontram e informação das providências que serão adotadas.

III - Do pedido de tombamento do conjunto da Fábrica Rheingantz, com antecedente declaração de relevância histórica, cultural, arquitetônica e urbanística.

64-1-2006/43347

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

Quanto a este pedido deve ser reconhecida a perda de objeto apenas no que se refere ao prédio "Cassino dos Mestres", consoante especificado na Cláusula Quinta do Termo de Ajustamento de Conduta realizado entre o Ministério Público e o Município de Rio Grande (fls. 1349/1352).

No que tange aos demais prédios do complexo, há de ser deferido o pedido.

Isto porque, em nenhum momento os réus contestaram o valor histórico e cultural dos imóveis, tanto que já foram declarados como "Patrimônio Cultural do Estado", através da Lei Estadual nº 11.585/2001.

Assim sendo, diante da omissão do ente público municipal, cabe ao Poder Judiciário determinar a proteção pelo tombamento.

IV - Do pedido de realização do Entorno pelo Estado dos bens já tombados.

Quanto à postulação para estabelecer o entorno dos bens públicos históricos-culturais desta cidade, entendo que a Lei nº 11.585, de 12 de janeiro de 2001, conseguiu no ser art. 1º, I, "a", "b", "c" e "d", de maneira satisfatória, atingir o requerido pelo Ministério Público.

Somente careceu tal legislação de estabelecer o entorno do sítio arqueológico industrial da Fábrica Rheingantz, o que poderá ser feito por ato administrativo como sugerido pelo Ministério Público. Merece, pois, acolhimento nesta parte.

V - Do pedido de realização de obra para recuperação da Capela do Taim.

No curso da demanda houve um acordo entre o Ministério Público e o Município de Rio Grande, no qual firmaram um termo para a recuperação da Capela do Taim (fls. 725/726). Portanto, tal pedido resta prejudicado.

VI - Do pedido de indenização por danos causados ao patrimônio cultural.

64-1-2006/43347

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

Neste ponto, cabe dizer que o autor não se desimcumbiu do ônus de provar satisfatoriamente que o dano alegado tenha sido obra de desídia da Administração Pública (Município de Rio Grande).

Assim sendo, a mera juntada de fotos do antigo local (fls. 1309/1323) não são capazes de atribuir qualquer responsabilidade ao ente público, que alega que *"os imóveis citados pelo Autor, os quais foram demolidos pelos proprietários, localizados respectivamente nas ruas General Bacelar, 98 e Marechal Floriano Peixoto, 162, não afrontaram a legislação, uma vez que aquele primeiro foi demolido em data anterior à Lei nº 4.556/90, consoante a certidão em anexo e o segundo, ruiu de tão mal conservado que estava."* (fls. 366/367).

Deixo, portanto, de condenar o Município do Rio Grande a qualquer espécie de indenização.

DIANTE DO EXPOSTO, julgo:

1) EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO quanto aos pedidos de inventário, de vigilância, de declaração de relevância histórica, cultural, arquitetônica e urbanística do conjunto urbano da Fábrica Rheingantz e de delimitação pelo Estado-réu do entorno dos bens já tombados;

2) **PROCEDENTE** o pedido feito pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL em desfavor do MUNICÍPIO DO RIO GRANDE e do ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ao efeito de: **condenar** os requeridos a instaurarem procedimento de tombamento do conjunto urbano da Fábrica Rheingantz, disciplinando o entorno, no prazo de um ano, sob pena de multa diária de dois salários mínimos nacionais; **condenar** os réus -o Estado no que tange aos bens por ele tombados e o Município no que se refere aos prédios relacionados como de interesse sócio-cultural - a fiscalizá-los,

64-1-2006/43347

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

expedindo relatório das condições em que se encontram e das providências que serão adotadas, no prazo de três meses, sob pena de multa diária de dois salários mínimos nacionais;

3) **IMPROCEDENTE** o pedido contra o Município de Rio Grande de indenização pela demolição dos prédios referidos na inicial.

Condeno os demandados ao pagamento de 80% das custas e das despesas processuais, considerando a parcial procedência e, no caso da parte extinta sem julgamento do mérito, a circunstância de que deram causa a demanda, já que a perda do objeto ocorreu após o ajuizamento.

Sem honorários, visto que o Ministério Público agiu em nome e no interesse da coletividade.

Observe-se a disposição legal do artigo 475 do CPC.

Publique-se.

Registre-se.

Intime-se.

Após o trânsito em julgado, determino a publicação de edital, as expensas dos réus, na imprensa local para conhecimento de terceiros que os prédios arrolados na Lei Municipal nº 4.556 não podem sofrer alterações sem prévia ciência do Município, bem como que todo o prédio que contenham algum dado histórico não deve ser mutilado, alterado ou destruído, sob pena do autor do dano ser responsabilizado civil e criminalmente.

Rio Grande, 10 de maio de 2006.

ANDRÉA REZENDE RUSSO
JUÍZA DE DIREITO

64-1-2006/43347

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

PROC: 2778-11.00 / 95.1 fl 357 (357)

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

LFSD
Nº 70019992270
2007/CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TOMBAMENTO. DEVER DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL. COMPETÊNCIA COMUM DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS. ARTS. 23 E 216 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. EXISTÊNCIA DE LEI MUNICIPAL QUE RECONHECE O INTERESSE SÓCIO-CULTURAL. INEXISTÊNCIA DE INGERÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO NA ESFERA DE ATRIBUIÇÃO DO PODER EXECUTIVO. PRETENSÃO E DEFERIMENTO DO PEDIDO DE EFETIVAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE TOMBAMENTO. RAZOABILIDADE DO PRAZO FIXADO PARA CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO. POSSIBILIDADE E LEGALIDADE DA FIXAÇÃO DE ASTREINTES. PROPORCIONALIDADE DO VALOR ARBITRADO. PRECEDENTE JURISPRUDENCIAL.

APELOS IMPROVIDOS, POR MAIORIA.

APELAÇÃO CÍVEL	SEGUNDA CÂMARA CÍVEL - REGIME DE EXCEÇÃO
Nº 70019992270	COMARCA DE RIO GRANDE
MUNICIPIO DO RIO GRANDE	APELANTE/APELADO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	APELANTE/APELADO
MINISTERIO PUBLICO	APELADO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Acordam os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível - Regime de Exceção do Tribunal de Justiça do Estado, por maioria, negar provimento a ambos os apelos, vencido o Des. Adão que deu parcial provimento a ambos os apelos.

Custas na forma da lei.

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

PROC: 2778 - 11.00/95.1 fl 358 (358)

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

LFSD
Nº 70019992270
2007/CÍVEL

Participaram do julgamento, além do signatário, os eminentes Senhores **DES. ROQUE JOAQUIM VOLKWEISS (PRESIDENTE E REVISOR) E DES. ADÃO SÉRGIO DO NASCIMENTO CASSIANO**.

Porto Alegre, 29 de agosto de 2007.

DES. LUIZ FELIPE SILVEIRA DIFINI,
Relator.

RELATÓRIO

DES. LUIZ FELIPE SILVEIRA DIFINI (RELATOR)

Trata-se de recursos de apelações cíveis interpostos, respectivamente, pelo MUNICÍPIO DO RIO GRANDE e pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, contra a sentença de fls. 1412/1421 que julgou: a) extinto o processo sem julgamento do mérito quanto aos pedidos de inventário, de vigilância, de declaração de relevância histórica, cultural, arquitetônica e urbanística do conjunto urbano da Fábrica Rheingantz e de delimitação pelo Estado-réu do entorno dos bens já tombados; b) procedente o pedido feito pelo Ministério Público Estadual em desfavor do Município do Rio Grande e do Estado do Rio Grande do Sul, ao efeito de: condenar os requeridos a instaurarem procedimento de tombamento do conjunto urbano da Fábrica Rheingantz, disciplinando o entorno, no prazo de um ano, sob pena de multa diária de dois salários mínimos nacionais; condenar os réus – o Estado no que tange aos bens por ele tombados e o Município no que se refere aos prédios relacionados como de interesse sócio-cultural – a fiscalizá-los, expedindo relatório das condições em que se encontram e das providências que serão adotadas, no prazo de três meses, sob pena de multa diária de dois salários mínimos nacionais; c) improcedente o pedido contra o Município de Rio Grande de indenização pela demolição dos prédios referidos na inicial.

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

Em suas razões de apelo (fls. 1423/1431) sustenta que: a) é inegável a competência concomitante dos entes federados, no sentido de proteger o patrimônio histórico, consoante previsão constitucional; b) não cabe ao Município apelante e sequer ao Poder Judiciário decretar o tombamento do bem; c) ao Município apelante cabe tão somente a proteção do bem, não se afastando da ação fiscalizadora da União e do Estado; c) o Município não possui órgão com atribuição para efetuar tombamento; d) não pode o Judiciário intervir em ato inerente à outra esfera de poder, posto que existe legislação regulamentando o procedimento aplicável ao caso; e) o ato de tombamento compete ao IPHAN e ao IPHAE, órgãos a nível nacional e estadual, autarquias instituídas para tal fim que, após acurada análise, reconhecem ou não o valor histórico ou cultural do bem e assim, em caso positivo, promovem o devido tombamento; f) além de ser imprescindível a prévia abertura de processo administrativo para apurar detidamente a situação do bem, o que é previsto em lei, o tombamento do bem é ato administrativo discricionário, pois apesar de estar previsto na Constituição Federal quais os bens que constituem patrimônio histórico-cultural passíveis de tombamento, ao executivo foi facultado a análise do caso concreto, podendo afastar a incidência do tombo; g) no caso, há a existência de interesses públicos conflitantes, conferindo-se ao executivo a possibilidade de escolha; h) a utilização de ação civil pública ou ação popular com o fito de determinar o tombamento do bem é via inadequada, nos termos do que dispõe o §1º do art. 1º do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937; i) já demonstrou realizar todos os procedimentos que a ele competem, não podendo ser responsabilizados por obrigações que fogem dos ditames legais.

Por sua vez, o Estado do Rio Grande do Sul (fls. 1433/1444) sustenta que: a) antes do procedimento administrativo, existe a necessidade da emissão de um juízo de conveniência, oportunidade e razoabilidade pela

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

PROC: 2778-11.00 / 95.1 fl 360

Administração; b) o poder discricionário do administrador público, que traçará os planos, projetos e/ou programas reputados mais urgentes, cotejando conveniência/opotunidade com necessidade/possibilidade; c) o controle dos atos administrativos é feito pelo Poder Judiciário, mas não para obrigar o administrador a fazer e praticar atos que não lhe convenham, ou que não lhe sejam possíveis, segundo avaliação do Administrador que é escolhido para tal função; d) não é razoável, nem proporcional que o Estado esteja compelido a realizar o tombamento de bens imóveis, em prazo exíguo e sob pena de multa diária; e) sem haver o descumprimento de decisão judicial ou mesmo qualquer resistência à ordem, não existe justa causa para a aplicação prévia da multa; f) uma vez que a multa é suportada pelos cofres públicos, seu poder de coação sobre os agentes estatais é sensivelmente diminuído, ou até anulado; g) não se vislumbra como poderá a sentença, proferida nos termos em que o foi, substituir o procedimento administrativo do tombamento, estabelecendo prazos, quando existe a necessidade de toda uma preparação, através de levantamento de dados e parecer técnico, notificação do proprietário do bem particular, para se manifestar, e demais formalidades legais, que poderão estender o procedimento do tombamento por tempo diverso dos prazos fixados na sentença de primeiro grau; h) a necessidade de ser apurado, caso a caso, o valor histórico, artístico, paisagístico e cultural compete ao Poder Executivo.

Contra-razões apresentadas às fls. 1446/1454.

Recebidos os apelos somente no efeito devolutivo, restou interposto agravo de instrumento, o qual restou improvido.

Ouvido, o Ministério Público (fls.1465/1474) opinou pelo improvimento dos recursos.

É o relatório.

VOTOS

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

DES. LUIZ FELIPE SILVEIRA DIFINI (RELATOR)

Analiso, conjuntamente, os recursos.

Inicialmente, impõe-se reconhecer que o dever de proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural é constitucionalmente imputado a todos os entes da federação, nos termos preconizados pelo art. 23 e §1º do art. 216, ambos, da Constituição Federal:

> *Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:*
>
> .....
>
> *III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;*
>
> *Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:*
>
> .....
>
> *§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.*

Nessa perspectiva, não merece acolhida a alegação de que não incumbe ao Município decretar o tombamento de imóveis que, inclusive, no caso concreto, em sua maioria, já foram declarados de interesse sócio-cultural pela Lei Municipal nº 4556, de 30 de outubro de 1990 (fls. 45/50).

Outra, não é a lição de Odete Medauar, em sua obra Direito Administrativo Moderno, 9ª edição, Revista dos Tribunais, página 402, quando comenta os dispositivos constitucionais acima transcritos:

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

fl 362
PROC: 2778-11.00/95-1

> *Tendo em vista que o citado dispositivo fixou, na matéria, a competência comum das entidades públicas, o tombamento pode advir do âmbito federal, estadual ou municipal (nos dois últimos casos, para bens situados nos respectivos territórios).*

Ademais, compulsados os autos, verifica-se que o Município, ora recorrente, já exerceu tal competência ao decretar o tombamento da "Capela do Taim", por meio do Decreto-Municipal nº 4493 de 03 de abril de 1985 (fl. 538).

A corroborar, destaca-se o seguinte precedente do Superior Tribunal de Justiça:

> *ADMINISTRATIVO – TOMBAMENTO – COMPETÊNCIA MUNICIPAL.*
>
> *1. A Constituição Federal de 88 outorga a todas as pessoas jurídicas de Direito Público a competência para o tombamento de bens de valor histórico e artístico nacional.*
>
> *2. Tombar significa preservar, acautelar, preservar, sem que importe o ato em transferência da propriedade, como ocorre na desapropriação.*
>
> *3. O Município, por competência constitucional comum – art. 23, III –, deve proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.*
>
> *4. Como o tombamento não implica em transferência da propriedade, inexiste a limitação constante no art. 1º, § 2º, do DL 3.365/1941, que proíbe o Município de desapropriar bem do Estado.*
>
> *5. Recurso improvido.*
>
> *(RMS 18.952/RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 26.04.2005, DJ 30.05.2005 p. 266)*

No que toca à alegação de ingerência do Poder Judiciário na esfera de atribuições do Poder Executivo, também não merece prosperar o recurso.

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

fl 363

PROC: 2778-11.00/95.1

Efetivamente, o ato de tombamento tem natureza de ato discricionário, entretanto, na hipótese, a pretensão do Ministério Público, a quem incumbe inequivocamente a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos do art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como a sentença, ora impugnada, restringe-se a determinar apenas que o ente federado instaure o respectivo procedimento e não, obrigatoriamente, decrete o tombamento.

Nessa mesma perspectiva, não há falar em ausência de razoabilidade e proporcionalidade na determinação da abertura do referido procedimento de tombamento, ou mesmo na fixação de prazo de um ano para a respectiva conclusão.

Ora, compulsados os autos verifica-se que a presente demanda já perdura há mais de 10 (dez) anos, período no qual foram efetuados inúmeros estudos históricos e arquitetônicos acerca dos imóveis que se busca tutelar, o que demonstra que o prazo de 1 (um) ano para efetivação e conclusão do referido procedimento de tombamento, e especialmente diante das disposições do Decreto-lei nº 25/37 que disciplina e organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, mostra-se perfeitamente razoável e suficiente.

Relativamente à possibilidade fixação da astreintes frente à Fazenda Pública visando compelir à efetivação da medida judicial deferida, também não há falar em qualquer abusividade ou ilegalidade da sentença ora impugnada.

A legislação processual civil (CPC), em seu art. 461, que versa acerca da execução das obrigações de fazer, expressamente prevê a possibilidade de fixação pelo juiz de multa para compelir o devedor ao cumprimento da obrigação (§ 4º).

Recentemente, foram acrescentados pela Lei 10.444, de 07/05/2002, os §§ 5º e 6º, estabelecendo, expressamente, a possibilidade

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

de arbitramento de multa pelo juiz para compelir o devedor à realização do resultado prático pretendido pela parte credora da obrigação de fazer. Vê-se que a intenção do legislador é ensejar plena efetividade aos provimentos judiciais relativos às obrigações de fazer.

Essa preocupação, inclusive, não afasta do seu âmbito de abrangência o poder público, como o caso em questão, como também pode ser compelido ao pagamento de *astreintes* na hipótese de descumprimento.

Na doutrina, NELSON NERY JÚNIOR (Código de Processo Civil e legislação extravagante em vigor, 4ª ed., ed. RT,) comenta a respeito do tema, *litteris*:

> *'Deve ser imposta a multa, de ofício ou a requerimento da parte. O valor deve ser significativamente alto, justamente porque tem natureza inibitória. O juiz não deve ficar com receio de fixar o valor em quantia alta, pensando no pagamento. O objetivo das astreintes não é obrigar o réu a pagar o valor da multa, mas obrigá-lo a cumprir a obrigação na forma específica. A multa é apenas inibitória. Deve ser alta para que o devedor desista do seu intento de não cumprir a obrigação específica. Vale dizer, o devedor deve sentir ser preferível cumprir obrigação na forma específica a pagar o alto valor da multa fixada pelo juiz'".*

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem-se pautado nessa mesma linha:

> *RESP 323985/SP; DJ 16/09/2002, PG: 220, Relator Min. FELIX FISCHER, QUINTA TURMA:*
> *"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. FAZENDA PÚBLICA. OBRIGAÇÃO DE FAZER. DESCUMPRIMENTO. IMPOSIÇÃO DE MULTA. POSSIBILIDADE. ART. 644 DO CPC. Em se tratando de obrigação de fazer, é permitido ao Juízo*

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

da execução, de ofício ou a requerimento da parte, impor multa cominatória ao devedor, mesmo que seja contra a Fazenda Pública. Recurso conhecido e provido."

RESP 418725/SP; DJ 03/06/2002, PG: 265, Relator Min. FELIX FISCHER (1109) QUINTA TURMA:
"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. FAZENDA PÚBLICA. OBRIGAÇÃO DE FAZER. DESCUMPRIMENTO. IMPOSIÇÃO DE MULTA. POSSIBILIDADE. ART. 644 DO CPC. Em se tratando de obrigação de fazer, é permitido ao Juízo da execução, de ofício ou a requerimento da parte, a imposição de multa cominatória ao devedor, mesmo que seja contra a Fazenda Pública. Recurso não conhecido."

RESP 279475 / SP; DJ 04/12/2000, PG:00116, Relator Min. VICENTE LEAL, SEXTA TURMA:
"Processual civil. Execução. Obrigação de fazer. Descumprimento. Multa diária. Imposição à fazenda pública. Possibilidade. CPC, artigo 644.
- A multa pecuniária imposta como meio coercitivo indireto para que o devedor cumpra a obrigação de fazer ou não fazer no prazo assinalado pode ser fixada de ofício pelo Juízo da execução ou a requerimento da parte, mesmo que seja contra a Fazenda Pública.
- Precedentes desta Corte.
- Recurso especial conhecido."

RESP 196931/SP; DJ 08/03/2000, PG:00166, Relator Min. VICENTE LEAL, SEXTA TURMA:
"Processual Civil. Execução. Obrigação de fazer. Multa diária. Imposição de ofício. Valor limite. Inexistência. CPC, artigo 644.
- A multa pecuniária imposta como meio coercitivo indireto para que o devedor cumpra a obrigação de fazer ou não fazer no prazo assinalado pode ser fixada de ofício pelo Juízo da execução ou a requerimento da parte.
- Inteligência do artigo 644, do CPC.
- Se a lei processual não estabelece qualquer limite para o valor da multa, não merece censura a

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

> *decisão que a arbitra dentro de um juízo de razoabilidade.*
> *- Recurso especial não conhecido."*

Ressalte-se que a incidência da multa em pauta, somente ocorrerá na hipótese de descumprimento da obrigação.

Ademais, o valor arbitrado a título de multa diária, de 2 (dois) salários mínimos nacionais a ser suportado, solidariamente, pelo Município de Rio Grande e pelo Estado do Rio Grande do Sul na hipótese de descumprimento, mostra-se proporcional e adequado ao valor histórico-cultural dos bens imóveis, objeto da pretensão deduzida no presente feito.

Por fim, destaco recente precedente jurisprudencial desta Corte no mesmo sentido do entendimento ora declinado:

> *AÇÃO CIVIL PÚBLICA - PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO, HISTÓRICO E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE VACARIA - ¿CASARÃO DE LIBÓRIO RODRIGUES¿ - INÉRCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO PARTICULAR, ATRAVÉS DA AUSÊNCIA DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA, O QUE VEM ACARRETANDO DILAPIDAÇÃO DESTE PATRIMÔNIO PELA ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA - LEGITIMIDADE DA INTERFERÊNCIA DO MINISTERIO PÚBLICO (ART. 129, III, DA CF/88 E ART. 1º, III, DA LEI Nº 7.347/85) - IMPORTÂNCIA HISTÓRICA, CULTURAL E ARQUITETÔNICA DO IMÓVEL DEVIDAMENTE COMPROVADA - PROVIMENTO DO APELO PARA JULGAR PROCEDENTE A AÇÃO, COM O TOMBAMENTO DO BEM E INSCRIÇÃO NO LIVRO PRÓPRIO POR PARTE DO MUNICÍPIO E A RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS RÉUS POR SUA RESTAURAÇÃO EXTERNA E INTERNA. Apelo provido. (Apelação Cível Nº 70013861158, Quarta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: João Carlos Branco Cardoso, Julgado em 02/05/2007)*

Pelo exposto, NEGO PROVIMENTO A AMBOS OS APELOS.

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

fl 367

PROC: 2778-11.00 / 95.1

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - RS

DES. ROQUE JOAQUIM VOLKWEISS (PRESIDENTE E REVISOR) - De acordo com o Relator.

DES. ADÃO SÉRGIO DO NASCIMENTO CASSIANO

Eminentes Colegas.

Estou dissentindo parcialmente do eminente Relator, apenas no respeitante à impossibilidade da declaração judicial de relevância histórica, cultural, arquitetônica e urbanística do conjunto urbano da Fábrica Rheingantz, ou de qualquer outro prédio ou edificação.

A sentença julgou extintos os pedidos de inventário, de vigilância e de declaração de relevância histórica, cultural, arquitetônica e urbanística do conjunto urbano da Fábrica Rheingantz e de delimitação pelo Estado-réu do entorno dos bens já tombados.

Dessa forma, evidentemente, a d. sentença não está se investindo na reserva da Administração, isto é, na esfera de competência discricionária dos entes públicos (Município, Estado e União), entre declarar ou não, o tombamento de determinado imóvel, além de intervir no exercício de prerrogativas da Administração.

Por outro lado, a condenação dos entes públicos, conjuntamente, a instaurarem procedimento de tombamento do conjunto urbano da Fábrica Rheingantz, em si, no prazo de um ano, **não pode pré-determinar a decisão discricionária da Administração Municipal e Estadual, quanto à efetiva existência de relevância histórica e cultural**.

Ocorre que obrigar a instaurar processo administrativo não pode significar garantir o resultado, isto é, há que se permitir que a Administração possa concluir tanto pela existência como pela inexistência de relevância histórica, cultural e arquitetônica do conjunto de prédios, segundo decidir pelos motivos e motivação que entender adequados.

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

A competência para tal decisão é do ente público Executivo, e não do Poder Judiciário – pelo menos não previamente –, conforme se infere do seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça:

> "ADMINISTRATIVO – TOMBAMENTO – COMPETÊNCIA MUNICIPAL. 1. A Constituição Federal de 88 outorga a todas as pessoas jurídicas de Direito Público a competência para o tombamento de bens de valor histórico e artístico nacional. 2. Tombar significa preservar, acautelar, preservar, sem que importe o ato em transferência da propriedade, como ocorre na desapropriação. 3. O Município, por competência constitucional comum – art. 23, III –, deve proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos. 4. Como o tombamento não implica em transferência da propriedade, inexiste a limitação constante no art. 1º, § 2º, do DL 3.365/1941, que proíbe o Município de desapropriar bem do Estado. 5. Recurso improvido. (RMS 18.952/RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 26.04.2005, DJ 30.05.2005 p. 266)"

Finalmente – e no que também, com a devida vênia, divirjo do eminente Relator –, o que se torna juridicamente inviável, diante da falta de interesse em agir do Ministério Público, é o pedido de declaração judicial de relevância histórica e cultural, arquitetônica e urbanística de qualquer prédio (item III do julgado monocrático, nas fls. 1418-1419), conforme restou decidido pela d. sentença.

O que não pode, no meu sentir, é o Judiciário – ou o Ministério Público – substituir a Administração no processo tendente ao tombamento ou não do bem, embora o resultado do processo administrativo, qualquer que seja, possa, *ex post*, ser controlado pelo Judiciário.

Portanto, voto no sentido de dar parcial provimento aos recursos, para reformar a douta sentença, no que tange à declaração judicial de tombamento do conjunto da Fábrica Rheingantz, com a declaração judicial de sua importância histórica ou cultural e, também, para condenar os entes públicos a instaurarem processo de tombamento, no prazo de um ano, **mas sem a vinculação necessária do resultado do processo administrativo à decisão pelo tombamento dos imóveis.**

O voto é, pois, pelo parcial provimento dos recursos.

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

PROC: 2778-11.00/95.1

fl 369

LFSD
Nº 70019992270
2007/CÍVEL

DES. ROQUE JOAQUIM VOLKWEISS - Presidente - Apelação Cível nº 70019992270, Comarca de Rio Grande: "POR MAIORIA, NEGARAM PROVIMENTO, VENCIDO O DES. ADÃO QUE DEU PARCIAL PROVIMENTO A AMBOS OS APELOS."

Julgador(a) de 1º Grau: ANDREA REZENDE RUSSO

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

fl 370

PROC: 2778-11.00/95.1

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

ATA DE REUNIÃO

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano dois mil e nove, nesta cidade do Rio Grande, às 9h30min, no Gabinete da MM Juíza Federal Substituta, Dra. Rafaela Santos Martins, presente a MM Juíza, comigo, Maristela Silva Rodrigues, Técnica Judiciária, ao fim assinadas, para a realização de uma reunião nos autos da **Execução Fiscal nº 87.0010018-8**, que o **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL** move contra a **CIA INCA TÊXTIL INDUSTRIAL**.

Feitos os pregões de estilo, verificou-se a presença do procurador da Fazenda Nacional, Dr. Marco Antônio Cardoso Silva, OAB/RS 62.942; do representante e procurador da Cia Inca, Dr. Paulo Silveira Lawson, OAB/RS 16.342; do representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (IPHAE), Sr. Clóvis Rodrigues de Borba; do Ministério Público Federal, na pessoa da Dra. Anelise Becker; do Ministério Público Estadual, na pessoa do Dr. José Alexandre da Silva Zachia Alan; do Exmo. Sr. Fábio de Oliveira Branco, Prefeito Municipal; e da Procuradora do Município, Dra. Stella Maria Ferreira Simões, OAB/RS 10.653. Ausente o representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

ABERTA A REUNIÃO, pelo Juízo foi explanada a possibilidade de adjudicação em favor da União do imóvel de matrícula nº 55.232, penhorado nos autos da presente Execução Fiscal, com a posterior doação do mesmo à Prefeitura do Município de Rio Grande. Pela União foi manifestado interesse na adjudicação do imóvel com a posterior doação em favor da Prefeitura desde que haja o compromisso de utilização do imóvel e que o Município assuma o compromisso da restauração e preservação do bem, além de vincular a futura exploração do imóvel para fins culturais ou educacionais. Há previsão legal para a adjudicação no art. 98, § 8º da Lei 8.212/91 e nos arts. 685-A e 686 do CPC. A União ressalta que, uma vez comunicada a adjudicação do bem à Secretaria de Patrimônio da União, deverá ser considerado um prazo de 06 (seis) meses até a efetivação da doação do imóvel pela União em favor da Prefeitura do Município. Nesse prazo, o Município se responsabiliza pelos cuidados de guarda e de escoramento da estrutura do imóvel. A Prefeitura, num prazo de 05 (cinco) dias, compromete-se a oficiar à União comunicando seu interesse em receber o bem em doação, informando, no ofício, que pretende restaurar o imóvel para utilizá-lo para fins culturais ou educacionais. O Município de Rio Grande reconhece que o imóvel em questão tem importância histórica e cultural e se compromete a manter a volumetria do mesmo, bem assim seu aspecto arquitetônico original, caso o receba em doação. O Ministério Público Federal requer a extração de cópia da presente ata com vistas a subsidiar a sua atuação extrajudicial de acompanhamento dos fatos. O Ministério Público Estadual requer a extração de cópia da presente ata para os mesmos fins declinados pelo Ministério Público Federal; assim como comunicação das decisões posteriores tomadas com relação ao imóvel em questão nos autos da Ação Civil Pública nº 023/1040014882-7. A Prefeitura compromete-se a encaminhar à União, por ocasião

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

PROC: 2778-11.00/95-1 fl 371

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

da remessa do ofício em que se diz interessada na doação do imóvel, o inventário administrativo do bem, onde está consignado o interesse de preservação do bem. Ultimada a doação do imóvel em favor do Município, este requer um prazo de 06 (seis) meses para a apresentação do projeto de restauração. Após a aprovação do projeto pelos Institutos de Proteção ao Patrimônio, o Município terá o prazo de 06 (seis) meses para o início das obras. A Prefeitura do Município compromete-se a comunicar a este Juízo a abertura de conta responsável pela gestão dos recursos a serem captados para a restauração do imóvel, visando uma futura inclusão da Prefeitura entre as entidades que este Juízo, na condição de competente pela execução das penas arbitradas na 1ª e na 2ª Vara Federal, tem inscritas como beneficiárias anuais no repasse dos valores recebidos a título de prestações pecuniárias e multas. Todas as partes concordaram com os encaminhamentos estabelecidos na presente reunião.

NADA MAIS. E, para constar, foi lavrado esta ata, que vai assinada pela MM. Juíza e pelos presentes. Eu, ..., Maristela Silva Rodrigues, Técnica Judiciária, digitei.

RAFAELA SANTOS MARTINS
Juíza Federal Substituta
2ª Vara do Rio Grande

Dr. Marco Antônio Cardoso Silva

Dr. Paulo Silveira Lawson

Dra. Anelise Becker

Dr. José Alexandre da Silva Zachia

Sr. Fábio de Oliveira Branco
Prefeito Municipal

Dra. Stella Maria Ferreira Simões

Sr. Clóvis Rodrigues de Borba

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

PAPELTIM63

PROC: 2778-11.00/95-1 fl 372

Menu de Opções
- Página Inicial
- Web Mail
- Downloads
- Links
- Notícias
- Galeria de Fotos
- Inventário Histórico
- Concursos Públicos
- PREVIRG
- Secretarias
- Sugestões ao Site

Nao foi encontrado nenhuma enquete

AVISOS

Devido ao transtorno das obras da Secretaria Municipal de Faze telefone da mesma momentaneamente é 3035-8360.

:: PREFEITURA REALIZA ESCORAMENTO DO CASSINO DOS MESTRES ::

Em prosseguimento às ações estabelecidas pela comissão formada junto à Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento (SMHAD)...

Prédio do Cassino dos Mestres

Em prosseguimento às ações estabelecidas pela comissão formada junto à Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento (SMHAD), pelo Plano Turístico "Rio Grande, Cidade Histórica, Cidade do Mar", para viabilizar a restauração e a revitalização futura do sítio arquitetônico da Rheingantz, a Prefeitura Municipal do Rio Grande está procedendo o escoramento das paredes do prédio conhecido como Cassino dos Mestres, localizado na esquina da Av. Rheingantz e rua 2 de Novembro.

A obra tem por finalidade evitar o desabamento do telhado e o tombamento das paredes externas e internas do imóvel, fato que praticamente dificultaria ou eliminaria por completo a chance de uma restauração posterior com a perda de um importante referencial histórico e urbano do município.

O projeto de escoramento foi elaborado pela Arq. Letícia Estima, que juntamente com a enga. Ênida Cachapuz, ambas da Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento (SMCP) supervisionam a execução pela empresa tercerizada AZV Engenharia que estará concluída nos próximos 10 dias. Nesse prazo está também prevista a limpeza do entorno da construção pela Secretaria Municipal de

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

PROC: 2778-11.00/95-1

fl 373

Serviços Urbanos (SMSU).

Além do escoramento das paredes, foi providenciada a iluminação externa e interna do prédio e retirados os inúmeros painéis publicitários que haviam junto ao alinhamento, para inibir a ação de vândalos e proporcionar maior segurança aos transeuntes.

O escoramento das paredes do Cassino dos Mestres foi uma das providências solicitadas pelo Plano Turístico ao Prefeito Municipal através do Conselho Municipal de Turismo.

A intervenção tornou-se possível após o prazo estabelecido pela ação ajuizada pelo Ministério Público através do promotor Francisco Simões Pires para que a proprietária do prédio (Inca Têxtil) realizasse o escoramento solicitado. Vencido esse prazo, o juiz Bento Barros Júnior autorizou que o município procedesse a intervenção necessária e aguardada há muito tempo pela comunidade que receava a perda completa desse patrimônio arquitetônico.

Para Abdo Nader, secretário municipal de Habitação e Desenvolvimento, a iniciativa do Poder Público fortalecerá a sensibilização da comunidade para a preservação do patrimônio cultural, um dos importantes atrativos turísticos da Cidade do Rio Grande.

De acordo com Antonio Valente, coordenador do Plano Turístico "Rio Grande, Cidade Histórica, Cidade do Mar", a próxima etapa é reunir novamente a comissão que trata da revitalização da Rheingantz. Segundo ele, juntos buscarão alternativas para a elaboração do projeto e execução da restauração do Cassino dos Mestres, bem como tratarão juntamente com o Ministério Público das questões legais relacionadas ao prédio industrial situado do outro lado da av. Rheingantz.

25.07.05

Fotos desta Notícia	
	Fachada do prédio do Cassino dos Mestres

Voltar

Prefeitura Municipal do Rio Grande / RS
Endereço: Largo Engenheiro João Fernandes Moreira, S/N :: CEP: 96200-900 :: Telefone: (53)3035-8400
Setor de Informática - Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento - Copyright ©2005

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

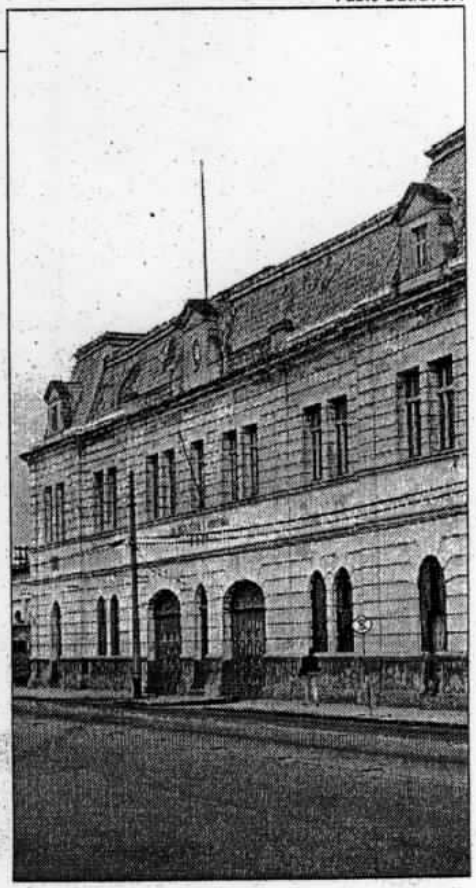
#1374

PROC: 2778-11.00/95.1

Acontece

Rheingantz

Fábio Dutra / JA



Um dos mais importantes exemplares arquitetônicos existentes em Rio Grande, o prédio da antiga Fábrica Rheingantz, ainda continua abandonado e sem previsões para ser **restaurado**. Informações extra-oficiais mostram que diversas cogitações já foram realizadas sobre o assunto, mas nada concreto. Um dos maiores problemas são as dívidas trabalhistas contraídas pela Inca Têxtil, última empresa a funcionar no local. Vários operários ainda aguardam na Justiça para receber salários e encargos atrasados.

Rheingantz II

Apesar das dificuldades, sabe-se que a Ecosul (concessionária de pedágios da BR-392) andou sondando um conhecido arquiteto rio-grandino, ao qual requisitou um orçamento de restauração para o prédio localizado entre a avenida Rheingantz e a rua 2 de Novembro, denominado Cassino dos Mestres. O objetivo seria financiar seu restauro para, posteriormente, entregá-lo ao uso da Prefeitura. Entretanto, em meio às negociações estaria o ex-ministro Eliseu Padilha. Como Padilha já deixou o Ministério, a questão ficou em banho-maria. Pena para Rio Grande.

Rheingantz III

Agora, resta apenas a possibilidade de que o Instituto Atlântico Sul, futura instituição de ensino superior riograndina, compre os prédios da Rheingantz, como vem sendo cogitado nos bastidores. Para variar, até agora nada foi confirmado neste sentido.

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

PROC: 2778-11.00/95.1

1375 (375)

Dia do Patrimônio Histórico será marcado com entrega de prêmio

■ FOTOS: FÁBIO DUTRA/JA

■ Prêmio reconhecerá trabalhos em prol do patrimônio histórico e visa estimular a educação patrimonial

O Núcleo Cidade do Rio Grande do Instituto de Arquitetura do Brasil instituiu no Município o Prêmio Memória da Arquitetura, que irá marcar o Dia do Patrimônio Histórico - 17 de agosto. Conforme explicou o presidente do Núcleo do IAB, Márcio Gomes Lontra, trata-se de um prêmio para distinguir pessoas e instituições que tenham contribuído para a divulgação ou proteção, preservação, restauração e revitalização do patrimônio edificado de Rio Grande. A intenção é que seus exemplos promovam a educação patrimonial em geral e sirvam de estímulo para outras iniciativas semelhantes.

Em cada edição, serão premiadas uma entidade e uma pessoa física que tenham trabalhado em prol do patrimônio histórico. Para a escolha das contempladas, foi criada uma comissão composta por representantes de entidades ligadas à área: Secretaria Municipal de Educação e Cultura (Smec), Fundação Universidade Federal de Rio Grande (Furg), Promotoria Especializada, Associação Pró-preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (Aphac) de Rio Grande e dois arquitetos do Núcleo local do IAB. Cabe a essa comissão escolher um agraciado da categoria pessoa física e outro da categoria entidades, firmas ou instituições.

Os nomes dos escolhidos deverão ser divulgados no próxima semana e a premiação acontecerá no Dia do Patrimônio Histórico. A premiação consiste em duas estatuetas feitas em pedra-sabão pelo escultor e artista plástico Guilherme Müller, que serão cópias das cariátides (esculturas) existentes no prédio da loja Hercílio, cuja fachada está bem preservada, de acordo com Márcio Lontra. Objetivando complementar e dar mais visibilidade aos temas do Prêmio Memória da Arquitetura, é intenção também organizar uma mostra alusiva a um ou mais aspectos da educação patrimonial, como um evento paralelo.

Em forma de teses, estudos, projetos, propostas, fotos ou outras diferentes modalidades de apresentação, serão colocados em exposição trabalhos dos agraciados, de associados do Núcleo ou de outros autores.

CARMEM ZIEBELL

IPHAE INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

PROC: 2778-11.00/95.1 fl 376

Complexo Rheingantz: histór... progresso e abandono

Em uma das principais vias de acesso ao centro da cidade, pode-se vislumbrar um imenso complexo de prédios que ainda hoje chama a atenção por sua grandiosidade. A fábrica têxtil Rheingantz, que durante muitos anos foi sinônimo de progresso e emprego para Rio Grande, hoje constitui-se apenas em um conjunto de armazéns e casas castigadas pelo tempo, que guardam nas fendas de cada parede, uma história de luta e abandono.

Em mais este capítulo da história de nossos "prédios mais ilustres", buscamos novamente motivar cidadãos e empresários para a preservação, senão pelo aspecto estrutural dos locais, pelo menos para não esquecermos da memória desta Cidade Histórica, deste povo que chegou a Rio Grande em busca de prosperidade. Preservar é não deixar morrer o espírito dos antepassados e reacender a chama de esperança a que este povo e esta terra têm direito e clamam, fervorosamente. Por que não aproveitarmos os recursos que possuímos? Por que não restaurar prédios, dando a eles novamente um sopro de vida? Um povo sem memória é um povo sem história e sem futuro.

Textos: CAROLINE TORMA

A fábrica têxtil Rheingantz durante muitos anos foi sinônimo de progresso e empregos para a cidade

OS RHEINGANTZ

Tudo começou na Renância, Alemanha, em 1817, onde nasceu Jacob Rheingantz. Em 1840, Jacob, que havia estudado comércio, com a esperança de encontrar seu irmão embarca para os Estados Unidos, onde recebe a notícia do falecimento do irmão.

Na América, consegue emprego na firma Ziegenbein, que se preparava para explorar o transporte marítimo no Brasil, mais precisamente entre as cidades gaúchas de Rio Grande e Pelotas. Jacob foi designado a vir para Pelotas como agente da empresa e, chegando na cidade vizinha, sonha com a idéia de colonizar a região, até então conhecida como "Serra de Tapes". Após vários anos de trabalho, funda São Lourenço do Sul.

Em 1848, Jacob Rheingantz torna-se sócio da Ziegenbein, e no mesmo ano casa-se com Maria Carolina Von Fella, filha de um barão irlandês. Maria Carolina nascera a bordo de uma fragata dinamarquesa ao entrar na Barra de Rio Grande, em 1829. Da união do casal nasce, a 14 de abril de 1849, Carlos Guilherme Rheingantz.

Filho de pais progressistas e dinâmicos, Carlos Guilherme Rheingantz vive os primeiros anos da sua vida entre Pelotas e São Lourenço do Sul. Entretanto, aos oito anos de idade viaja para Hamburgo, a fim de aprimorar seus estudos, onde permanece até 1865. Quando retorna ao Brasil, casa-se com Maria Francisca de Sá, residente em Rio Grande.

Em julho de 1873, junto com o sogro, comendador Miguel Tito de Sá, e com Hermann Vater, de nacionalidade alemã, Carlos Guilherme Rheingantz funda a firma Rheingantz & Vater, com o capital de 90 contos de réis. Assim, nasceu a primeira indústria de tecidos de lã do Brasil, que também durante muito tempo constituir-se na única fábrica do gênero no País.

A empresa ainda sofreu muitas mudanças antes de se consolidar como Companhia União Fabril Rheingantz. Primeiramente, Carlos Guilherme rompeu a sociedade com os demais sócios e passou a responder sozinho por ela. Em 1881, adquiriu a Fábrica de Chapéus Pelotense. Dez anos depois, começa a investir também na produção de matéria-prima para a fábrica de tecidos e denomina sua emprea de União Fabril e Pastoril, contratando muitos profissionais de outras nacionalidades para trabalhar no empreendimento. A parte pastoril da empresa extinguiu-se durante a revolução de 1893, pois várias tropas ao cruzar os campos de criação de ovinos, abateram os animais para consumo, inclusive os importados da Inglaterra e seus descendentes. Com o fracasso na criação de ovelhas, em 8 de julho de 1895, a empresa modifica novamente sua razão social, passando neste momento a ter o nome de Companhia União Fabril.

É importante ressaltar também que, em virtude de seu fecundo trabalho, iniciando a indústria de tecidos de lã no Brasil, Carlos Guilherme Rheingantz foi agraciado com a comenda da Ordem da Rosa, em 1883, por decreto imperial.

Em 1904, ainda não satisfeito com o que havia feito, Rheingantz instalou em sua fábrica a primeira fiação penteada do País, iniciando assim a fabricação de tecidos finos, tendo a fábrica nesta época o seu apogeu.

Carlos Guilherme Rheingantz faleceu em 1909, no Rio de Janeiro, aos 60 anos de idade, quando retornava da Europa, onde fora fazer tratamento de saúde.

UM RIO GRANDE EFERVESCENTE

Casas-em-fita: moradias de baixo custo, que eram alugadas por valores irrisórios aos funcionários

Em meados de 1870, havia uma efervescência na cidade de Rio Grande, com a instalação da fábrica de gás em 1871, também as obras de distribuição de água e ainda o trabalho de aprofundamento da Barra, empreendidos pelo governo de Francisco José da Cunha, intendente da cidade. Rio Grande começava a experimentar benefícios que existiam em grandes cidades, como por exemplo, água, luz, gás, esgotos e um transporte mais seguro e eficaz, com as obras da Barra.

Neste contexto, numa época em que a população clamava por prosperidade, instala-se na cidade a fábrica têxtil de Carlos Guilherme Rheingantz, trazendo numerosos empregos para a população, além de favorecer os demais ramos de serviço da cidade e até mesmo o comércio. Acredita-se que quase 70% da população residente em Rio Grande na época trabalhava na Rheingantz.

Além disso, a empresa traz consigo o que há de mais moderno em termos de tecnologia industrial, desenvolvendo um serviço de qualidade e gerando diversas modalidades de trabalho, como por exemplo, operários em serviços gerais, técnicos em tecelagem, técnicos das máquinas, controladores de qualidade, engenheiros, seguranças, etc.

IPHAE INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

JORNAL AGORA
ANO XXIV - Nº 6.706 R$ 0,50 Rio Grande, Terça-feira, 28 de Setembro de 1999 O JORNAL DO SUL

fl 377

PROC: 2778-11.00/95.1

Apresentado projeto de tombamento do complexo Rheingantz

O deputado federal pelotense Fernando Marroni - PT, encaminhou à mesa da Câmara Federal uma proposição para que o Complexo Rheingantz, em Rio Grande, seja tombado pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Um dos objetivos da proposta, segundo o deputado, é evitar a desfiguração deste importante bem histórico de Rio Grande e único sítio urbano representativo da época da industrialização no Estado. "Rio Grande contou com a participação germânica na sua formação histórico-social, portanto, é bastante significativa a conservação deste patrimônio arquitetônico de características nitidamente alemãs", ressalta.

Entretanto, o pedido de Marroni, se aprovado, não acarretará tombamento imediato, e sim, abertura de processo no Iphan (órgão técnico da União responsável pelos tombamentos) para estudo da viabilidade de decretação do Complexo Rheingantz como patrimônio histórico da União. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (Iphae), já possui um processo em andamento para o tombamento da Rheigantz, mas que ainda não tem resposta definitiva.

A Companhia União Fabril (CUF) Rheingantz, fundada em 1873, foi por muitos anos sinônimo de progresso e emprego para Rio Grande. O complexo é constituído pelo prédio principal (fábrica) e várias casas. Estas moradias eram destinadas aos funcionários da Rheingantz e seu estilo arquitetônico variava segundo o posto de cada empregado ou suas origens. As residências dos técnicos e engenheiros estrangeiros eram geralmente edificadas seguindo o estilo usado no país de onde vinham estes funcionários. Por isso, existem inúmeras variações que ainda hoje podem ser vislumbradas nas moradias que eram habitadas pelos chamados "mestres".

Para os operários mais humildes, foram construídas "casas-em-fita", caracterizadas pelo aproveitamento da parede divisória para duas casas. Atualmente, alguns descendentes dos funcionários da Rheingantz ainda residem nestas casas, encontrando-se algumas em ótimo estado e outras já quase abandonadas. Além das moradias, o complexo comporta uma escola e o Cassino dos Mestres, local que servia para reunião dos profissionais "importados" para trabalhar na empresa.

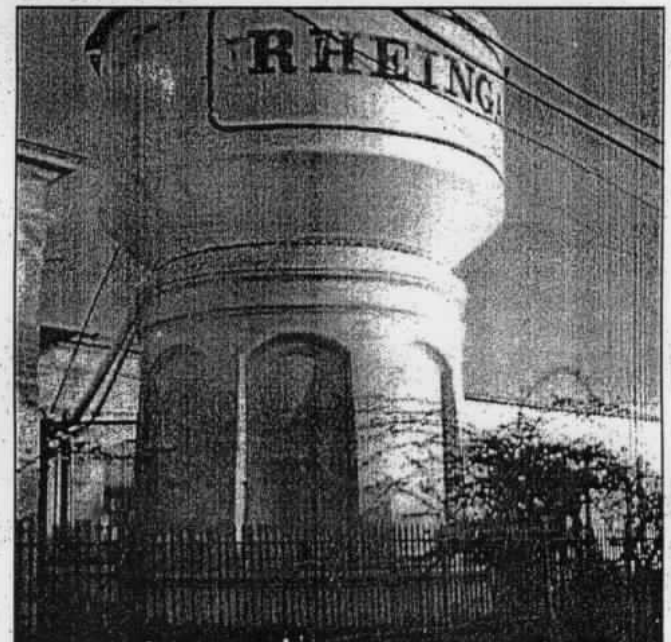
O prédio principal da fábrica foi a leilão no último dia 15 para pagamento de tais dívidas, não tendo sido vendido por falta de comprador. Apesar disso, o local ainda corre o risco de ser derrubado, se vendido, uma vez que não é protegido pelo Iphan nem pelo Iphae, apenas está na lista de edificações históricas inventariadas pela Prefeitura de Rio Grande, que não tem valor de tombamento.

"Sem sombra de dúvida, o tombamento deste imóvel constituiria uma ação do Poder Público para o resguardo da memória rio-grandina. Afinal, Rio Grande é a cidade mais antiga do Estado. Além disso, os prédios da Rheingantz ainda hoje são considerados o símbolo do surgimento da indústria têxtil no Rio Grande do Sul", explicou Fernando Marroni. *(C.T.)*

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

PROC: 2778-11.00/95.1

fl 378



Deputado quer prédio da Rheingantz como Patrimônio Histórico

O deputado federal Fernando Marroni encaminhou a proposição para o tombamento do Complexo Rheigantz, em Rio Grande, como bem cultural integrante do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Um dos objetivos da proposta, segundo o deputado, é evitar a desfiguração de importante bem histórico de Rio Grande. "Esta cidade contou com a participação germânica na sua formação histórico-social, portanto, é bastante significativo o patrimônio arquitetônico de características nitidamente alemãs, como o complexo Rheigantz".

O antigo prédio abrigou a primeira indústria de tecidos de lã do país, inaugurada em 1873, através de uma sociedade formada por Carlos Guilherme Rheigantz, comendador Tito de Sá e Hermann Valter. O Complexo é constituído pelo prédio da fábrica e várias casas que foram erguidas para os operários e situa-se numa das mais belas avenidas de acesso à cidade. Essa edificação integra o topo da lista de pelo menos 100 prédios de valor histórico, já inventariados pela Prefeitura de Rio Grande. A arquitetura germânica do prédio, com destaque para os telhados altos, cobertos de telhas planas - típicos dos países europeus onde neva - virou um cartão postal do município e um dos pontos turísticos mais visitados.

"Sem sombra de dúvida, o tombamento desse bem imóvel constituiria uma ação do Poder Público para o resguardo da memória rio-grandina, marcada pela influência germânica e que é considerado, ainda hoje, o símbolo da arquitetura têxtil gaúcha", disse o deputado.

Educação Patrimonial: A Arquiteta Vivian Escolheu a Rheingantz

H379
PROCESSO:
2778-11.00/95.1

*Arquiteto Oscar Décio Carneiro

Para a feitura da sua tese de mestrado em Arquitetura a ser defendida perante a banca formada na Universidade de Campinas, a arquiteta rio-grandina Vivian Paulitsch escolheu o tema Rheingantz: Uma Vila Operária no Rio Grande – RS. Muitos a aconselharam a trocar o assunto e estudar um tema paulista ou mesmo a arquitetura regional do Estado de São Paulo. No entanto seu orientador, o Professor Dr. Jorge Coli confiou nela e apostou no valor arquitetônico da cidade do Rio Grande. Transcrevo o resumo da tese da Vivian:"Na cidade do Rio Grande, Rio Grande do Sul, o comerciante Carlos Guilherme Rheingantz, em novembro de 1873, funda a Cia. União Fabril (ex-Rheingantz) – a primeira no Rio Grande do Sul. A empresa ao longo dos anos estabeleceu uma política habitacional, constituindo assim uma Vila Operária com casas enfileiradas, isoladas para mestres, técnicos, um Grupo Escolar, Jardim de Infância, Cassino dos Mestres, Ambulatório Médico e Armazém Cooperativo. As casas feitas para os operários desde 1884 são edifícios que estão presentes, ainda hoje, na composição da paisagem urbana. Sendo assim, fazem parte de uma cultura arquitetônica daquele tempo e pode-se claramente observar que os construtores, dos quais não temos informações atualmente, conheciam estes modelos internacionais – pois existe um ambicioso desenho dentro do contexto deste conjunto de habitações. Tais construções evocam exemplos europeus na busca de uma "modernização" dentro da cultura internacional que estava disponível, inclusive em periódicos e manuais. A análise da produção arquitetônica desta Vila Operária foi feita através de uma comparação de imagens de modelos internacionais e nacionais com a produção arquitetônica obtida. Busca-se conhecer a cultura visual dos construtores daquela época e o diálogo que eles estabeleceram com as obras de referência, até mesmo anteriores à sua época. Para tanto, fez-se necessário um estudo das vilas operárias têxteis que foram contemporâneas em São Paulo na segunda metade do século XIX, devido à cultura do café. Tais semelhanças proporcionaram uma maior compreensão deste tema e contribuíram para o álbum de imagens e tipologias dessas construções; haja vista que bairros mais antigos da cidade de São Paulo como Bom Retiro, Brás, Mooca, Belém, Belenzinho, Lapa e Ipiranga estão repletos de vilas construídas junto às fábricas. Através desta busca de comparação, pôde-se ampliar as obras em referência a que se transporta este estudo de caso".

No corpo do gentil bilhete que me escreveu, a Vivian agradece a mim, à arquiteta Letícia, à Biblioteca Rio-Grandense, aos moradores da vila operária da Rheingantz, dizendo que sem esse apoio não conseguiria ter tanto êxito. Ressalte-se que a banca examinadora era formada pelo professor Dr. Marcos Tognon e pelo grande pesquisador e escritor temático sobre arquitetura Professor Dr. Gunter Wëimer, autor de vários livros e muitos artigos, em especial na revista especializada da Unisinos. A dissertação da Vivian foi aprovada com Louvor e Distinção pela citada banca formada pela Universidade de Campinas – SP, para orgulho de seus pais, amigos, colegas arquitetos, e pode colaborar para elevar a auto-estima dos rio-grandinos. Além do Mérito, houve recomendação para publicação e serão buscados recursos além da parcela que a gráfica da Unicamp dispõe. Também uma carta que será endossada pelo arquiteto Gunter Wëimer, nosso colega do tempo de Prefeitura de Porto Alegre, dirigida ao IPHAN e ao IPHAE, pedindo o início de um processo de tombamento.

*Conselheiro Estadual do Instituto de Arquitetos do Brasil

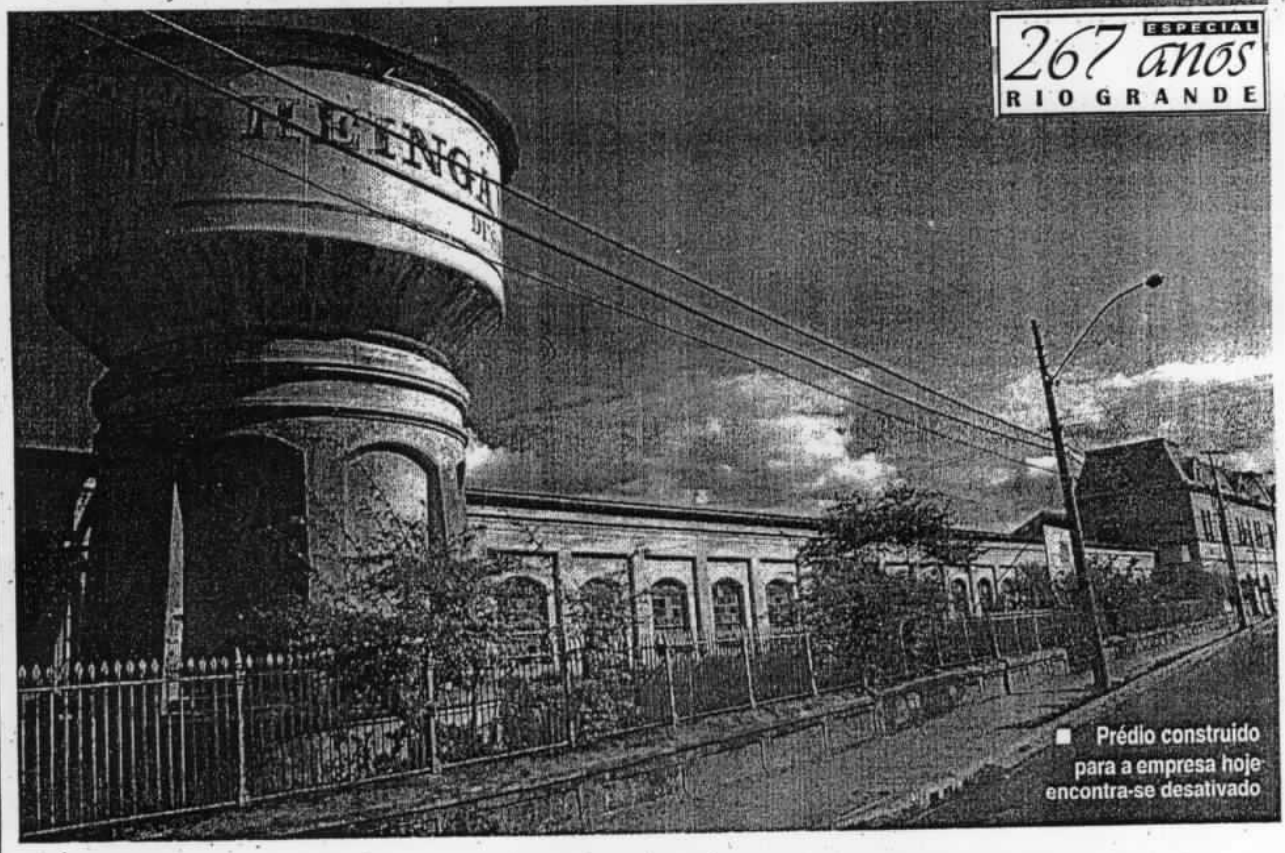
IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

A conquista do desenvolvimento Industrial

PROCESSO: 2779-11.00/95.1

ESPECIAL 267 anos RIO GRANDE

f1380



Prédio construído para a empresa hoje encontra-se desativado

Rio Grande abrigou as primeiras fábricas alemãs do Estado, Rheingantz e Poock. A criação de uma indústria tão importante quanto a fábrica de tecelagens Rheingantz marcou o começo de uma era de empregos e desenvolvimento para o município. Dessa forma, deu início às mudanças no panorama social e econômico da comunidade. Essa indústria trouxe o que havia de mais moderno em termos de tecnologia industrial.

Foi em 1873, que surgiu A Rheingantz & Vater, empresa voltada ao manufaturamento de lã ovina, que ganhou espaço no cenário das indústrias têxteis do Brasil. Um dos fundadores da empresa, Carlos Guilherme Rheingantz (1849-1909), era filho de Jacob Rheingantz, natural da Renânia (Alemanha), e participou da criação da Colônia de São Lourenço do Sul. Carlos foi mandado para a Europa, com oito anos, para estudar as atividades comerciais e industriais. Casou-se com a filha do Comendador Miguel Tito de Sá, que junto com o alemão Hermann Vater, foram os primeiros proprietários desta indústria têxtil.

Em 1881, a empresa já superara as dificuldades iniciais e produzia em escala crescente, utilizando matéria-prima produzida nesta província, isto é, lã crioula e lã mestiça. A empresa foi responsável pelo grande crescimento do operariado rio-grandino. Certa época, empregou 160 pessoas, dentro do estabelecimento, 200 operários e 12 costureiras, além dos presos na antiga cadeia, que desenvolviam o serviço de rever as peças e tirar à mão os restos de carrapicho. As órfãs do asilo da cidade do Rio Grande também trabalhavam para esta indústria, na operação de torcer as franjas dos xales.

Os funcionários trabalhavam dez horas e meia por dia. O maquinário disponível contava com 102 equipamentos. Conforme as informações que constam num Catálogo da Produção Industrial, o imóvel onde funcionava a Rheingantz & Vater foi construído especialmente para a fábrica, possuindo galpões para armazenar e fazer a separação das lãs e oficina de ferreiro. O estabelecimento foi premiado na exposição nacional, de 1875 e na Universal de Filadélfia, em 1876.

A sociedade foi extinta em 1881 passando ao controle de Carlos Rheingantz, o qual foi agraciado por Decreto Imperial de 1883, com o título de Comendador. Em 1884 a empresa passou a razão social de Rheingantz & Cia, com ampliação das instalações fabris e montagem de uma nova fábrica, destinada à fabricação de panos de algodão.

Em 1888 o seu capital chegou a 1.000 contos de réis. Em 1891, o Comendador unificou a fábrica de tecido com a produção da matéria-prima. A nova sociedade chamou-se Companhia União Fabril e Pastoril, com um capital de 5.000 contos de réis. Com a Revolução Federalista (1893-95) e os grandes danos causados a produção pastoril durante o conflito, a empresa passou a denominar-se Companhia União Fabril. Em 1904, o Comendador Rheingantz estabeleceu a primeira fiação penteada do Brasil, o que permitiu a fabricação de tecidos finos e casimiras.

Com a Primeira Guerra Mundial e a dificuldade de importar artigos têxteis da Europa, a empresa ganhou novo impulso na busca do mercado brasileiro. No ano de 1915, empregava 1.200 operários, com uma produção de 3.440 contos de réis.

O complexo industrial urbano, criado na Rheingantz, também era um complexo social e político. A preocupação com a produção e a disciplinarização da mão-de-obra para o trabalho em larga escala foram constantes.

A partir de 1885, casas foram construídas e alugadas por baixos valores pela empresa aos operários, no sentido de buscar uma disciplina permanente dos trabalhadores. Estes viviam em casas-em-fita (casas iguais, coladas umas às outras) e para os engenheiros e técnicos foram construídos imóveis conforme o estilo arquitetônico de seus países de origem.

O surgimento da escola junto ao espaço da fábrica, representou um importante papel de socialização, preparação para o trabalho e controle ideológico. A empresa também voltou-se à assistência social, através da criação de caixas de socorros, assistência médica, creches para os filhos de operários e sociedades beneficentes.

No início da década de 30, a indústria não agüenta a concorrência de empresas têxteis dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Passando por diversas dificuldades e não conseguindo adquirir novos equipamentos, a Rheingantz entra em decadência.

PROC: 2778-11.00/95.1

fl 381

Por Prof. Dr. Luiz Henrique Torres
Professor do Curso de História da Furg

Rio Grande nos quadros do capitalismo industrial

Rio Grande teve um papel relevante no surgimento e difusão da industrialização no Rio Grande do Sul. Uma história que remonta ao período Imperial e que chegou ao apogeu nas primeiras décadas do período republicano. Caracterizar os avanços e limites estruturais da industrialização na cidade do Rio Grande em relação ao Rio Grande do Sul e ao Brasil é o que faremos a seguir. A interpretação está fundada na historiadora Heloísa Reichel (A Industrialização no Rio Grande do Sul na República Velha. IN: DACANAL, J.H. (Org.) RS: economia & política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 255-275).

Fotoarte Pimentel, década 1940

Fábrica de Fiação e Tecelagem Cia. União Fabril

Rio Grande e a indústria gaúcha

Segundo Heloísa Reichel, a indústria gaúcha na República Velha dependeu dos estímulos gerados pela expansão do setor primário-exportador, principalmente no que diz respeito à capital e mercado, bem como dos estímulos de ordem externa à economia nacional, mais especificamente dos relativos ao desenvolvimento do capitalismo monopolista. O processo industrial gaúcho se caracterizou por incrementar uma produção voltada para atender a expansão do mercado interno e que exigia pequeno volume de capital e possibilitava a importação de tecnologia secundária existente nos países mais industrializados. Com a instalação do regime republicano, os grupos com renda média e inferior das maiores cidades litorâneas do Brasil eram os principais consumidores dos produtos agrícolas e do charque gaúcho, fazendo com que o comércio externo do Estado buscasse com mais intensidade os mercados internos de consumo. Isto possibilitou ao Rio Grande do Sul um período de prosperidade econômica que se caracterizou pela obtenção de um superávit na balança de comércio bem como pela ampliação de suas áreas cultivadas e pela diversificação de sua agricultura.

A indústria gaúcha esteve voltada a dois tipos de mercado interno: o nacional e o regional. Em 1907, o RS era a terceira maior força industrial do Brasil. A indústria se apresentava formada por pequenas empresas com baixo volume de capital investido, o que permite concluir pelo seu baixo nível tecnológico e pela sua estrutura quase artesanal. A maior parte da produção estava voltada ao mercado interno regional. O têxtil era o principal ramo do setor industrial gaúcho, apresentando empresas com capital investido bem acima da média e que destinavam grande parte da produção para mercados extra-regionais. O Rio Grande do Sul ocupou lugar de destaque no conjunto da economia nacional, desenvolvendo setores que aproveitavam suas riquezas agropecuárias, como a lã, para a fabricação de tecidos; as frutas, para a de conservas, e bebidas; o fumo, para a de cigarros e charutos, e o couro, para a de calçados.

A característica da concentração industrial em Rio Grande era a de apresentar grandes estabelecimentos, com índices de capital e mão-de-obra empregada acima das médias e pouca diversificação de ramos industriais (tecelagem, charutos, conservas alimentícias). Em Porto Alegre, havia um núcleo muito maior de fábricas que, apesar de se constituírem, em média, de pequenos capitais, apresentava uma maior diversificação industrial. Porto Alegre no ano de 1913 tinha 158 fábricas e Rio Grande 18.

Concorrência

Rio Grande procurava alcançar o mercado nacional através de poucos produtos, ao redor dos quais concentrava o poder competitivo das suas empresas. As indústrias de Porto Alegre procuravam penetrar no mercado da zona colonial, atendendo às múltiplas necessidades de consumo de sua população. As indústrias sediadas em Rio Grande tiveram problemas relativos à capital e matéria-prima, o que, por sua vez, diminuía-lhes a capacidade de concorrência. A cidade do único porto marítimo do Estado pôde aproveitar melhor os capitais gerados pelo comércio exportador e os mercados conquistados, porém teve que adaptar a sua produção industrial às necessidades do mercado nacional, competindo com áreas industriais mais próximas dos maiores centros consumidores do Brasil e que se beneficiavam diretamente dos lucros auferidos pelas exportações do café. Necessitando importar algumas matérias-primas, como o algodão, as indústrias do Rio Grande tinham contra si a distância que as afastava dos principais centros consumidores do Brasil, dificultando-lhes a concorrência em termos de preços. Os impostos interestaduais se constituíam numa barreira protecionista.

Rheingantz

A Rheingantz e Vater foi a primeira fábrica de tecidos criada no Rio Grande do Sul sendo a pioneira na produção de tecidos de lã no Brasil. Foi fundada em 1874 por Carlos Guilherme Vater. A firma contava com o capital de 90 contos de réis, cuja maioria pertencia a Rheingantz que, por sua vez, era filho do fundador e organizador da colonização alemã em São Lourenço. Em 1884, a sociedade se extinguiu e o sócio majoritário assumiu o ativo e o passivo. Formou-se nova sociedade, a Rheingantz e Cia, com o capital de 600 contos de réis e que ocupava 130 operários. Nessa época, a fábrica já estava bastante desenvolvida, produzindo cobertores, panos, capas e sarjas. Nesse mesmo ano, a empresa funda a primeira fábrica de tecidos de algodão do Estado, importando máquinas para a sua produção no valor de 3.777$140 e também fios de algodão do exterior e de Pernambuco.

A produção de tecidos de algodão neste ano atinge 1.442 Kg enquanto a de tecidos de lã já atingia 100.839 Kg. Esta empresa destacou-se como exemplo de organização industrial para a época, na medida em que realizou investimentos no setor primário, procurando orientar mais decisivamente a produção de lã no sentido das necessidades da indústria têxtil. Em 1891, foi inaugurada a produção de aniagens e, em 1895, foi comprado um terreno no Rio de Janeiro, para a instalação de uma subsidiária da fábrica de tecidos de algodão. Estes dois novos investimentos demonstraram que, naquela época, a sua produção já estava voltada para o mercado nacional e dependia de duas matérias-primas importadas: o algodão e a juta. Durante a Primeira Guerra, o setor têxtil apresentava ligações com o mercado extra-regional, tinha uma base verdadeiramente industrial, liderando o setor secundário da economia gaúcha, concentrando maior volume de capital e sendo responsável pelos mais altos índices de produção industrial.

As indústrias têxteis voltadas ao mercado regional (A J. Renner) apresentaram grande expansão, enquanto as produtoras de tecidos de algodão ou voltadas à exportação sentiram a dificuldade em importar matéria-prima e a concorrência com São Paulo. Com a melhoria das vias de transporte e a estrada de ferro ligando o RS ao eixo Rio-São Paulo, começou a desaparecer a proteção instável e episódica de que gozava a indústria gaúcha. O comércio interestadual vai se alterando, com o aumento gradativo das importações e a diminuição das exportações pelo Estado.

No caso da industrialização gaúcha, havia o predomínio quantitativo das indústrias de pequeno porte e vinculadas ao mercado regional, enquanto as indústrias de estrutura industrial mais sólida e vinculadas ao mercado nacional enfrentavam sérios problemas quanto à matéria-prima e distância dos mercados. O resultado foi a menor potencialidade de desenvolvimento da indústria gaúcha. Em 1914, existiam 1.752 fábricas no RS. Dessas 1.498 são pequenos estabelecimentos que empregam no máximo 6 operários. As fábricas de bebidas chegavam a 354.

Em síntese, nos primórdios do período republicano o caráter regional da indústria voltava-se a uma indústria de bens de consumo não duráveis e contava-se com grande deficiência de tecnologia e capital, bem como de dificuldades para integrar o mercado de consumo, dada a deficiência do setor de transportes. Os ramos da indústria do RS tiveram condições de se desenvolver. No Brasil, a industrialização dependia da expansão das exportações, na medida em que eram elas que determinavam a existência de capital e mercado. A integração da economia nacional na divisão internacional do trabalho se processou através de exportação de um só produto, que concentrava a sua produção em uma região apenas, ocasionando o desenvolvimento desigual entre as diferentes regiões econômicas do Brasil. Ao final dos anos 1920, a posição periférica da economia gaúcha delimitou as suas condições estruturais de desenvolvimento industrial: a definição de mercado voltado ao regional e a perda de espaço no contexto nacional.

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

PROC: 2778-11.00/95.1 fl 382

O Peixeiro

Rio Grande, SEXTA, 4 de JUNHO de 2004 — NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE

Memória e História — Prof. Dr. Luiz Henrique Torres

A indústria Rheingantz em 1881

No catálogo da exposição brasileiro-alemã, realizada em Porto Alegre em 1881, foram destacadas efusivam ente as atividades realizadas pela indústria Rheingantz, criada na cidade do Rio Grande em 1873 e que chegou a empregar mais de 1.200 operários no período da União Fabril. A projeção nacional que a empresa começou a obter ficou expressa neste catálogo-documento do século 19 publicado na tipografia do jornal *Deutsche Zeitung*, que vislumbrava a aurora da Revolução Industrial no Brasil e a superação da dependência de manufaturas vindas do exterior.

O NASCIMENTO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

A indústria Rheingantz, "trabalha a cerca de oito anos sempre em movimento progressivo. Seus proprietários, os srs. Rheingantz e Comp., são cidadãos brasileiros. É um estabelecimento *sui generis*, o primeiro e único de sua classe que existe no Império. Emprega matéria-prima produzida nesta província, isto é, lã crioula e lã mestiça, comprando-as em estado bruto e transformando-as em suas oficinas mediante processos de lavagem, cardagem, fiação, tecelagem, tinturaria e apresto em cobertores encarnados e escuros, baetas de todas as cores, flanelas, chales de diferentes padrões, casemiras, panos, etc.

Ocupa atualmente 160 pessoas dentro do estabelecimento e ainda distribui serviço fora do mesmo a 12 costureiras; emprega os presos da cadeia nos serviços de rever as peças e tirar a mão os restos de carrapicho e as órfãs do asilo da cidade do Rio Grande na operação de torcer as franjas dos chales. Este pessoal, que se eleva com os que trabalham fora ao número de 190 a 200 operários, é, com exceção de 4 contramestres, todo nacional. Trabalham 10 horas e meia por dia e mais quando é necessário, com aumento proporcional de salários.

O estabelecimento tem uma aula que funciona aos domingos para dar instrução aos 25 meninos que nele trabalham e mediante prêmios àqueles que mais se desenvolvem, tem conseguido resultados satisfatórios. Fundou também uma caixa econômica para os seus operários, na qual se recebem depósitos, nunca menores de 1$000 réis, que vencem o juro de 6% anuais creditados em cadernetas. Estabeleceu também um fundo de beneficência entre os mesmos operários, para o qual estes dão contribuições mensais e os donos da fábrica com uma quota anual e com multas recebidas pelas infrações do regulamento interno das oficinas. Este fundo garante aos operários e suas famílias não só tratamento médico, fornecimento de medicamentos e pagamento de despesas de enterro como e ainda uma diária para os operários doentes.

Os gêneros produzidos na fábrica são vendidos nas províncias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e já em regular escala que tende a aumentar no mercado do Rio de Janeiro. Ultimamente tem recebido pedidos das províncias da Bahia e Pernambuco.

O estabelecimento tem contratos em vigor com o Ministério da Marinha para fornecimento de flanela sarjada e com o da Guerra para o de cobertores encarnados de pura lã sem mistura, em substituição das mantas escuras de lã e algodão que antigamente se forneciam, e por tal preço que supondo que estes cobertores durem mais três meses do que aquelas mantas a despesa seria a mesma, havendo por sobre esta circunstância a vantagem da superioridade do artigo fornecido sobre o anterior. Tem mais a fábrica o contrato para fornecimento de capotes de pano alvedio (ocupando na sua confecção mais de 20 pessoas entre alfaiates e costureiras), assim como o de pano azul para o Exército.

Efetuados os aumentos que são indispensáveis para atender a todos estes fornecimentos, ocupará a fábrica efetivamente um pessoal de 500 operários e será o primeiro estabelecimento da indústria de tecidos no Império. As vantagens que dela derivam para o país são imensas, incalculáveis. Por um lado, este comprará a preço menor do que o atual pano de pura lã mestiça de grande duração. Por outro lado, animará e auxiliará um concorrente da indústria estrangeira, colocando esta província nas condições de aproveitar todo o valor mercantil das suas lãs que até pouco tempo eram exportadas em totalidade para serem manufaturadas em países estrangeiros.

O maquinismo atual da fábrica é bastante considerável devido aos muitos processos de fabricação a que estão sujeitos os seus produtos, pois que as lãs de carda são as fibras de mais difícil manufatura. Ao todo são 102 máquinas e aparelhos. O edifício é construído especialmente para a fábrica e tem galpões para armazenar lãs e drogas e fazer separação das lãs. Possui também oficina de ferreiro. O estabelecimento foi premiado na exposição nacional de 1875 e na universal de Filadélfia em 1876. Os produtos que ora expõe são os de sua manufatura normal atual. Pela sua inspeção e pelo conhecimento das proporções da fábrica se verá que ela é um estabelecimento de real importância e de grandes vantagens para o país, porque é o passo maior que se tem dado entre nós para emancipar o Brasil dos centros produtores da Europa, aproveitando matéria-prima nacional, dando-lhe aumento de valor e fundando uma indústria dificílima, a de fiação e teoelagem da mais trabalhosa das indústrias têxteis.

Por isto mesmo a exposição da Fábrica Nacional de Tecidos de Lã do Rio Grande é uma das coisas mais notáveis e interessantes da seção brasileira".

FABIO DUTRA

IPHAE INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

Chefe do Departamento de Biblioteconomia e História da Furg

A indústria Rheingantz

A trajetória desta que foi uma das mais importantes indústrias do Rio Grande do Sul, teve início com as atividades da Rheingantz & Vater, na cidade do Rio Grande no ano de 1873, uma empresa voltada ao manufaturamento de lã ovina e que se tornou uma importante indústria têxtil em nível de Brasil. Um dos fundadores da empresa, Carlos Guilherme Rheingantz (1849-1909), era filho de Jacob Rheingantz, natural da Renânia, e que participou da criação da Colônia de São Lourenço do Sul. Carlos foi mandado para a Europa com oito anos para realizar estudos cuja ênfase foram as atividades comerciais e industriais. Ele se Casou com a filha do Comendador Miguel Tito de Sá, que junto com o alemão Hermann Vater, foram os primeiros proprietários da indústria têxtil que marcou época.

Conforme o Catálogo da exposição de 1881, a empresa superara as dificuldades iniciais e produzia em escala crescente produtos têxteis. Segundo registrado neste Catálogo, a Rheingantz e Cia trabalhava há 8 anos sempre em movimento progressivo. Seus proprietários, os srs. Rheingantz e Comp., são cidadãos brasileiros. É um estabelecimento *sui generis*, o primeiro e único de sua classe que existe no Império. Emprega matéria-prima produzida nesta província, isto é, lã crioula e lã mestiça, comprando-as em estado bruto e transformando-as em suas oficinas mediante processos de lavagem, cardagem, fiação, tecelagem, tinturaria e apresto em cobertores encarnados e escuros, baetas de todas as cores, flanelas, xales de diferentes padrões, etc. Ocupa atualmente 160 pessoas dentro do estabelecimento e ainda distribui serviço fora do mesmo a 12 costureiras; emprega os presos da cadeia no serviço de rever as peças e tirar a mão os restos de carapicho e as órfãs do asilo da cidade do Rio Grande na operação de torcer as franjas dos xales. Este pessoal, que se eleva, com os que trabalha fora ao número de 190 a 200 operários, é, com exceção de 4 contramestres, todo nacional. Trabalha 10 horas e meia por dia e mais quando é necessário, com aumento proporcional dos salários." O maquinário disponível naquele momento compunha-se de 102 máquinas. Conforme informação do Catálogo, "o edifício foi construído especialmente para a fábrica possuindo galpões para armazenar lãs e drogas e fazer separação das lãs. Possui também oficina de ferreiro. O estabelecimento foi premiado na exposição nacional de 1875 e na Universal de Filadélfia em 1876. Os produtos que ora expõe são os de sua manufatura normal atual. Pela sua inspeção e pelo conhecimento das proporções da fábrica se verá que ela é um estabelecimento de real importância e de grandes vantagens para o país, porque é o passo maior que se tem dado entre nós para emancipar o Brasil dos centros produtores da Europa, aproveitando matéria-prima nacional, dando-lhe aumento de valor e fundando uma indústria dificílima, a de fiação e tecelagem das mais trabalhosas das fibras têxteis. Por isto mesma a exposição da Fábrica Nacional de Tecidos de Lã do Rio Grande é uma das mais notáveis e interessantes da seção brasileira", concluí o texto do Catálogo de 1881.

A sociedade foi extinta em 1881 passando ao controle de Carlos Rheingantz, o qual foi agraciado por Decreto Imperial de 1883, com o título de Comendador. Em 1884 a empresa passou a razão social de Rheingantz & Cia, com ampliação das instalações fabris e montagem de uma nova fábrica, destinada ao fabrico de panos de algodão. Em 1888 o seu capital chegou a 1.000 contos de réis. Em 1891, o Comendador unificou a fábrica de tecido com a produção da matéria-prima (lã). A nova sociedade chamou-se Companhia União Fabril e Pastoril, com um capital de 5.000 contos de réis. Com a Revolução Federalista (1893-95) e os grandes danos causados a produção pastoril durante o conflito, a empresa passou a denominar-se Companhia União Fabril. Em 1904, o Comendador Rheingantz estabeleceu a primeira fiação penteada do Brasil, o que permitiu a fabricação de tecidos finos e casimiras. Com a Primeira Guerra Mundial e a dificuldade de importar artigos têxteis da Europa, a empresa ganhou novo impulso na busca do mercado brasileiro. No ano de 1915, empregava 1.200 operários, com uma produção de 3.440:000$ e um capital de 3.5000$00.

Problemas acompanharam a existência da empresa especialmente os relativos a restrição da demanda de lã de boa qualidade oriunda da criação gaúcha, necessitando importar o produto; a instabilidade cambial na compra de equipamentos e matéria-prima; a difícil inserção no mercado nacional devido ao afastamento geográfico e político dos maiores centros de consumo e decisão; destaca-se também as políticas de proteção de outros estados (elevando os impostos para a circulação do produto) frente a penetração dos produtos têxteis da Rheingantz.

A INDÚSTRIA E O OPERARIADO

O complexo industrial urbano criado na Rheingantz também era um complexo social e político. A preocupação com a produção e a disciplinarização da mão-de-obra para o trabalho em larga escala, foram constantes. A disposição espacial das casas dos trabalhadores (casas-em-fita), dos engenheiros e técnicos (edificadas conforme o estilo arquitetônico de seus países de origem), mostra um plano urbano racionalizado que aproxima o operário de um ambiente permanente de convívio com a fábrica e a produção. As casas foram construídas a partir de 1885, sendo alugadas por baixos valores pela empresa aos operários no sentido de buscar uma disciplina permanente dos trabalhadores. O surgimento da escola junto ao espaço da fábrica, apresenta um importante papel de socialização, preparação para o trabalho e controle ideológico da atual ou futura força de trabalho. A empresa também voltou-se a assistência social através da criação de caixas de socorros, assistência médica, creches para os filhos de operários e surgimento de sociedades beneficientes. Esta série de medidas, buscavam também afastar o operário dos movimentos sindicais de caráter socialista e anarquista, que proliferaram a partir da década de 1890 até a década de 1920. As práticas assistenciais buscaram estabelecer um cinturão de defesa contra os discursos que intensificavam a crítica as práticas burguesas e o antagonismo entre o capital e o trabalho.

A PRESENÇA ALEMÃ E A INDUSTRIALIZAÇÃO

Conforme interpretação de Adão Vaz na monografia de Graduação cuja pesquisa foi sobre casarão construído em 1911 e denominado de *O Cassino dos Mestres* (FURG, 1999) "podemos dizer que nossa cidade foi privilegiada pois foi em Rio Grande que se fundaram as primeiras fábricas alemãs (Rheingantz e Poock). O fato da criação de uma indústria tão importante quanto a fábrica de tecelagens Rheingantz marca o começo de uma era de empregos e desenvolvimento para o município, começando dessa forma a mudar o panorama social e econômico da comunidade. Essa indústria traz consigo o que há de mais moderno em termos de tecnologia industrial, desenvolvendo um trabalho de qualidade e gerando diversas modalidades de trabalho, como por exemplo: operários sem serviços gerais, técnicos em tecelagem, técnicos das máquinas, controladores de qualidade, engenheiros, seguranças, etc".

Muito ainda será escrito sobre este complexo industrial que está associado ao nome Rheingantz. Infelizmente, a cidade hoje convive com este patrimônio arquitetônico-industrial conhecendo pouco de sua história e observando a decadência deste espaço físico. A potencialidade deste espaço para o resgate histórico-cultural e patrimonial precisa ser continuamente reposto a comunidade e as instâncias de competência.

O Peixeiro

Semanário fundado em 24 de dezembro de 1962, de propriedade das Organizações Risul Ltda.

DIRETOR-PRESIDENTE: Germano Toralles Leite • EDITORA: Rosane Leiria Ávila • DIAGRAMAÇÃO: Cleiton Bengua • REDAÇÃO: rua Aquidaban, 695 - CEP. 96200-480 • FONE: (53) 231.3744 • Rio Grande - RS • E-MAIL: peixeiro@jornalagora.com.br • www.jornalagora.com.br

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

PROC: 2778-11.00/95-1

fl 383

CORREIO DO POVO

Cidades

SÁBADO | 18 de julho de 2009
cidades@correiodopovo.com.br | Editor: Edison Moiano | Editora assistente: Maria Luiza Velleda

PROC: 2778-11.00/95-1
fl 384
(384)

FOTOS GERSON PANTALEÃO / ESPECIAL / CP

Prédio foi construído para lazer e habitação dos trabalhadores recém-chegados da Europa

Cassino dos Mestres será restaurado

CARMEM ZIEBELL
cziebell@correiodopovo.com.br

A Prefeitura de Rio Grande está providenciando a elaboração de projeto para restaurar o Cassino dos Mestres, um dos imóveis do complexo da fábrica Rheingantz, que forma o único sítio urbano da época do início da industrialização do Estado. A recuperação do prédio histórico localizado na confluência da rua 2 de Novembro e avenida Rheingantz tornou-se possível a partir de um processo de cessão do bem para a União e posterior doação ao município. O Cassino dos Mestres estava entre os bens penhorados como garantia dada pela Inca Têxtil na dívida de R$ 1,5 milhão que a empresa tem com a União, relativa a impostos não pagos.

Conforme explicou a juíza da 2ª Vara Federal de Rio Grande, Rafaela Santos Martins, esse imóvel tem registro de penhora apenas na Justiça Federal e poderia ser levado a leilão. No entanto, como não está com processo de tombamento concluído nos Institutos Nacional e Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, se fosse a leilão, o arrematante não teria compromisso de restaurá-lo. Em função disso, foi feita a avaliação do prédio (R$ 180 mil) e ela conversou com o procurador da Fazenda Nacional sobre a possibilidade de a União adjudicar o prédio como parte do pagamento da dívida e, não tendo interesse em usar o bem, doar à prefeitura. "O procurador da Fazenda Nacional, conhecendo a história deste bem, aceitou", relatou a juíza. Assim, em maio, Rafaela realizou audiência com todos os envolvidos na questão, incluindo a executada, na qual foi pactuado esse acerto.

A doação ao município foi decidida com o compromisso de a prefeitura restaurar e transformar o Cassino dos Mestres em um espaço cultural ou educacional. As características originais terão que ser preservadas. O governo federal tem seis meses, a contar de maio, para formalizar a transmissão do imóvel. A partir do momento em que a doação for escriturada, o município terá seis meses para apresentar o projeto de restauro e, depois, outros seis meses para começar a obra. Se os prazos não forem cumpridos, o bem será retomado pela União.

A juíza Rafaela Martins informou que a Procuradoria da República e o Ministério Público Estadual ficarão responsáveis pela fiscalização, que também deverá ser feita pela Universidade Federal de Rio Grande (Furg). Ao Iphan e ao Iphae, caberá acelerar o processo de tombamento. O prefeito Fábio Branco disse que assumiu esse compromisso e fará a restauração. "Já estamos providenciando um levantamento para ver o que será preciso fazer", frisou. Ele deseja que o mesmo processo seja feito em relação aos demais imóveis do complexo Rheingantz, para que a prefeitura possa recuperá-los, considerando seu valor como patrimônio histórico e a localização em área nobre.

De acordo com a arquiteta Vivian Paulitsch, que fez sua tese de mestrado em História da Arte sobre o complexo da Rheingantz, o Cassino dos Mestres foi construído para atender às funções de lazer e habitação para alguns mestres da fábrica de tecidos e, principalmente, aos recém-chegados da Europa. Servia como ponto de encontro desses funcionários e tinha espaço para convenções, sala de leitura com biblioteca e bilhar. No local, eram servidas refeições para os mestres solteiros. "Atualmente, o nível de deterioração é elevado. Não há mais alguns elementos estruturais de piso, forro e a maioria das aberturas. Está na hora de se recuperar", observou. O estilo da construção é da cultura internacional da época – final do século XIX e começo do XX. A técnica do enxaimel (tipo de arquitetura característica da sociedade de imigrantes alemães do Estado) é usada somente com função de ornamentação e não estrutural.

Unidade fabril da Reingantz, fundada em 1873, foi a primeira indústria têxtil do Rio Grande do Sul

Vila operária ainda é habitada

O complexo da Rheingantz compreende a unidade fabril, mais a vila operária. A empresa foi fundada em 1873, com a denominação de Fábrica Nacional de Tecidos e Panos Rheinghantz e Vater, por Carlos Guilherme Rheingantz. Foi a primeira fábrica têxtil do Rio Grande do Sul e mais tarde passou a ser chamada de Companhia União Fabril. Empregou várias gerações de trabalhadores rio-grandinos.

Conforme a arquiteta Vivian Paulitsch, ao longo dos anos, a empresa estabeleceu uma política habitacional, constituindo a vila operária com casas enfileiradas, moradias isoladas para mestres e técnicos, um Grupo Escolar, Jardim de Infância, o Cassino dos Mestres, ambulatório médico e armazém cooperativo.

"Esse complexo é um patrimônio cultural do país e compreende obras do arquiteto Theo Wiederspahn, criações anônimas de construtores, surgidas da alma popular, e um conjunto de valores histórico-culturais que dão sentido à vida desta específica vila neste período histórico", assinala. A especialista ressalta que o conjunto encontra-se ainda totalmente edificado e está direta e materialmente ligado à história cultural da industrialização do Sul do país e das tradições de criação de animais que caracterizam a região do Rio Grande do Sul.

A arquiteta destaca que o complexo de casas Rheingantz revela um importante intercâmbio de valores e experiências consideráveis do final do século XIX e começo do XX, tanto no âmbito da arquitetura, do planejamento e expansão urbanos da cidade de Rio Grande, do desenho da paisagem, quanto da história da industrialização do Rio Grande do Sul e do Brasil. "A propriedade é possivelmente única em termos de conjunto edificado, pois outras vilas que existiam nos bairros mais antigos da cidade de São Paulo foram demolidos", salienta. A tese de mestrado de Vivian Paulitsch foi transformada no livro intitulado "Rheingantz – Uma Vila Operária em Rio Grande".

O conjunto de imóveis que formava a vila operária continua sendo usado como habitação, mas alguns prédios tiveram sua destinação modificada para abrigar estabelecimentos comerciais. Outras casas mais simples são habitadas por antigos funcionários da fábrica Rheingantz ou por seus descendentes.

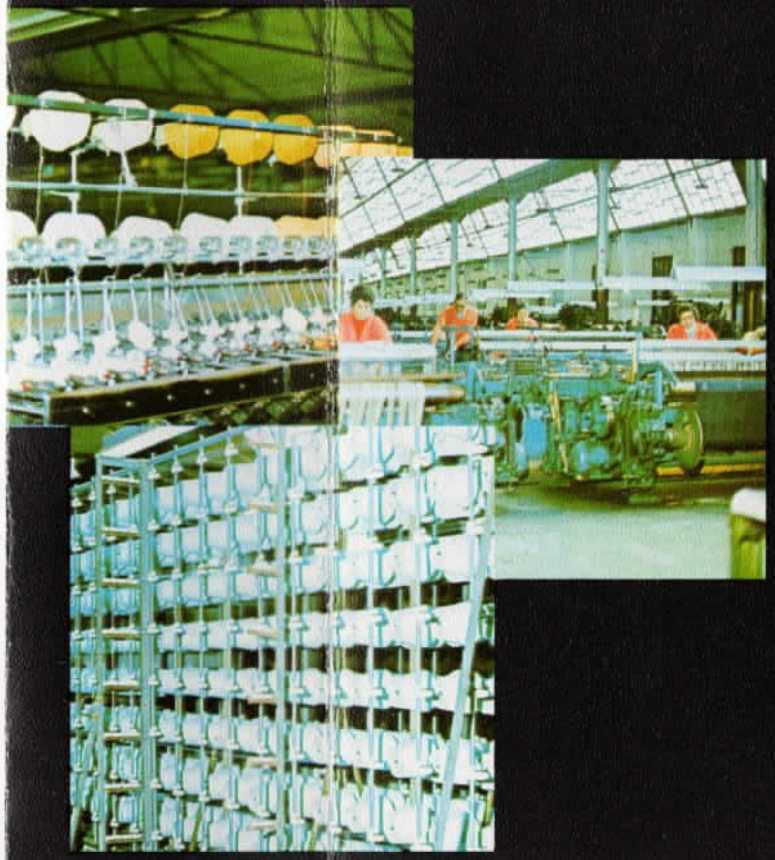
IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

PANHIA INCA TÊXTIL E INDUSTRIAL

TOS
ANTZ
OS DE
ÃO E
ADE

Produkte Rheingantz
100 jahre
tradition und
qualität

Rheingantz articles
One century of quality's
tradition.



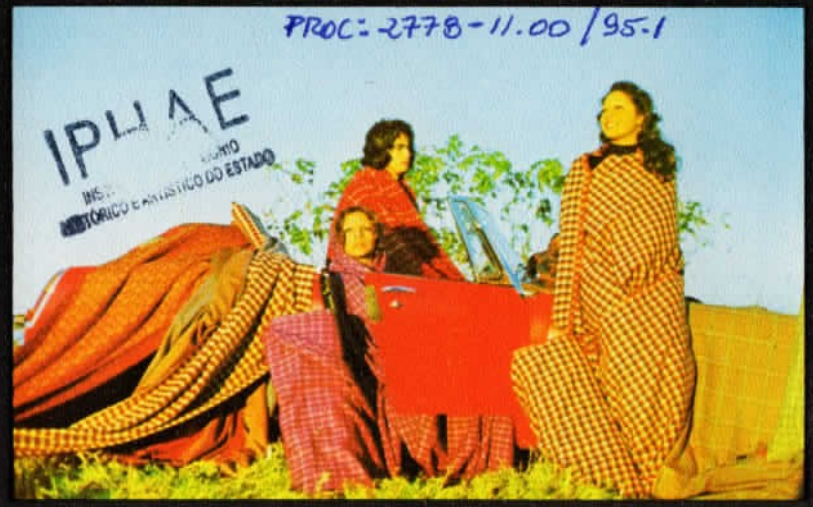
Teilansichten unserer industrie:
Streich und kammgarn —
kunstfaserstoffe, kammgarntops,
schaf- und reisedecken in reiner
wolle, handgeknuepfte teppiche,
auslegeware alles in reiner
wolle, streich — und
kammgarnfäden in reiner
wolle in kreuzspulen,
konsultieren sie unsere firma
ueber die moeglichkeiten
eventueller lieferungen.

Several aspects of our industry:
Articles: Carded and combed
pure wool cloth, syntetic and
mixed cloth hand made Carpets,
lining Carpets, typical costumes,
tops of pure wool, blankets and
cloaks of pure wool, carded and
combed threads of pure wool.
Syntetic threads. Please consult
us about special types of
natural wool, washed or in tops.

Cobertor de pura lã de alta qualidade.
Variedades de cores e padrões.

Reinwollene schlafdecken in modernen farben und zeichnungen

Blankets of pure wool of high quality.
Variety in colours and patterns.



Tecidos de pura lã, cores e padrões variados.

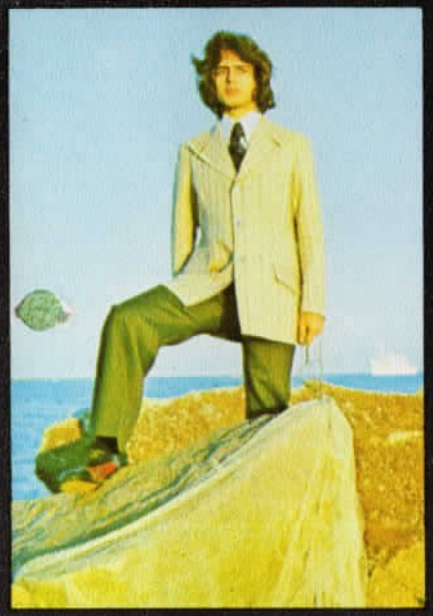
Reinwollene stoffe in modefarben und mustern

Pure wool cloth in various and modern patterns.

Carpette de alta duração e grande efeito decorativo.

Reinwollene auslegenware von grösster haltbarkeit

Carpets of hard wearing and large decoration effect.



Tecido de pura lã. Padrões modernos e variados.

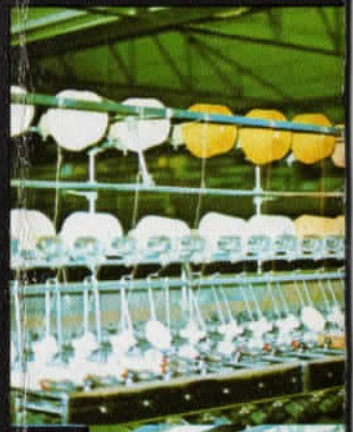
Reinwollene Gewebe. Moderne muster

Pure wool cloth. Modern and various patterns.

COMPANHIA INCA

PRODUTOS RHEINGANTZ 100 ANOS DE TRADIÇÃO E QUALIDADE

Produkte Rhe 100 jahre tradition und qualität



Aspecto parcial de nossa indústria.

Produtos: Tecidos cardados e penteados de pura lã tecidos sintéticos e mistos, tapetes feito a mão, forrações, trajes típicos, tops de pura lã, cobertores e mantas de pura lã, fios de lã pura cardados e penteados, fios sintéticos. Consultem-nos sobre tipos especiais de lã natural, lavada ou em tops.

Teilansichten u Streich und ka kunstfaserstoffe schaf- und reis wolle, handgek auslegeware al wolle, streich - kammgarnfäde wolle in kreuz konsultieren sie ueber die moeg eventueller lief

RHEINGANTZ 1873 1973

100 ANOS

Tapete de lã pura, feito a mão, de qualidade comparável às melhores do mundo

Reinwollene Handgeknüpete teppiche, vergleichbar mit den besten der welt.

Pure wool Carpets, hand made, compared in quality with the best in the world.

Conforto que só a Carpette de pura lã pode oferecer
Cobertor de pura lã especial. Grande gama
de cores e padrões modernos.

Komfort, welcher nur durch reinwollene auslegeware geboten wird
schlafdecken aus reinen spezialwollen
Grosse auswahl in farben und mustern

Confort that only pure wool Carpet can offer.
Blankets of special pure wool. Great display of colours and modern patterns.

Mostra de alguns tecidos, cobertores e mantas de viagem de nossa fabricação em pura lã.

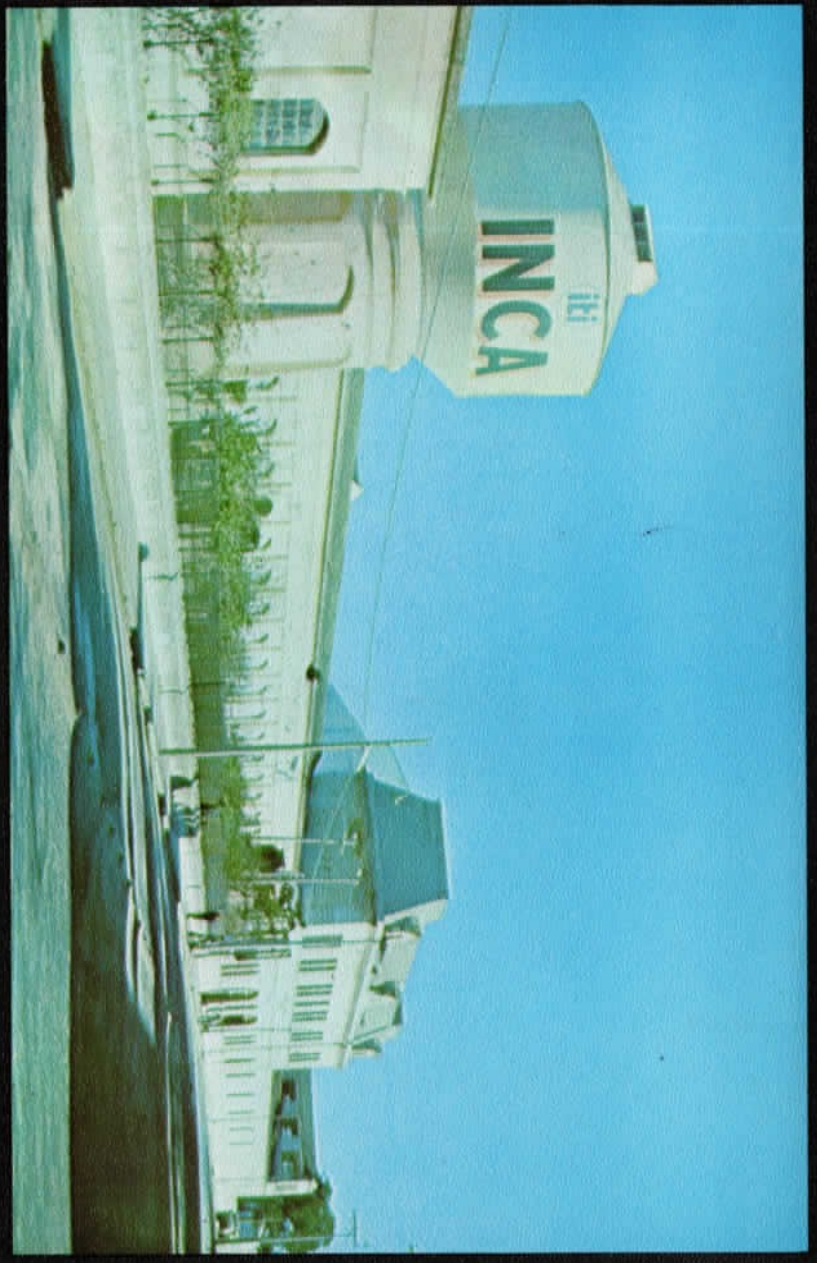
Eine kleine auswahl von wollstoffen, schlaf- und reisedecken ebenfalls in reinger wolle.

Samples of some cloths, blankets and cloaks for travelers of our brand pure wool.

Ponchos especiais impermeáveis para serviço de campo, típicos de nosso Estado.

Wasserdichte umhänge (ponchos) speziell fur die gauchos des staates Rio Grande do Sul

Special water-proof ponchos for service in the fields, typical of our state.



Cia. Inca Têxtil e Industrial (Rio Grande)

Pelotas — Rua 15 de Novembro 719 — Tel. 2-1566

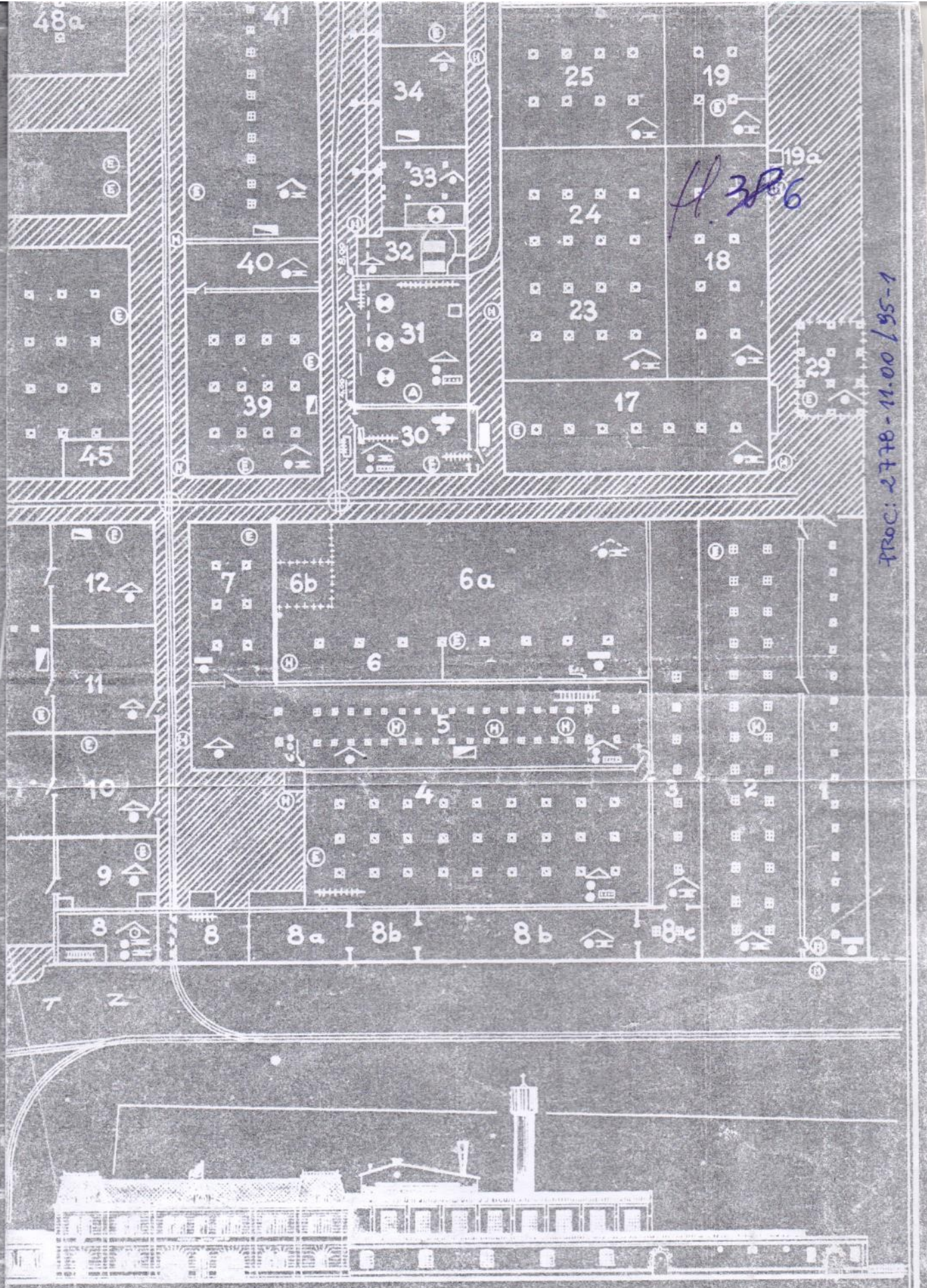
Rio Grande — Av. Rheingantz 201 — Tel. 2-2145

C.G.C. 92.233.394/002 — Insc. 100/375

End. Tel. INCATEX

Rio Grande do Sul — Brasil

CENTAURO - RIO GRANDE



RHEINGANTZ Nº 201 – RIO GRANDE

Fl. 306

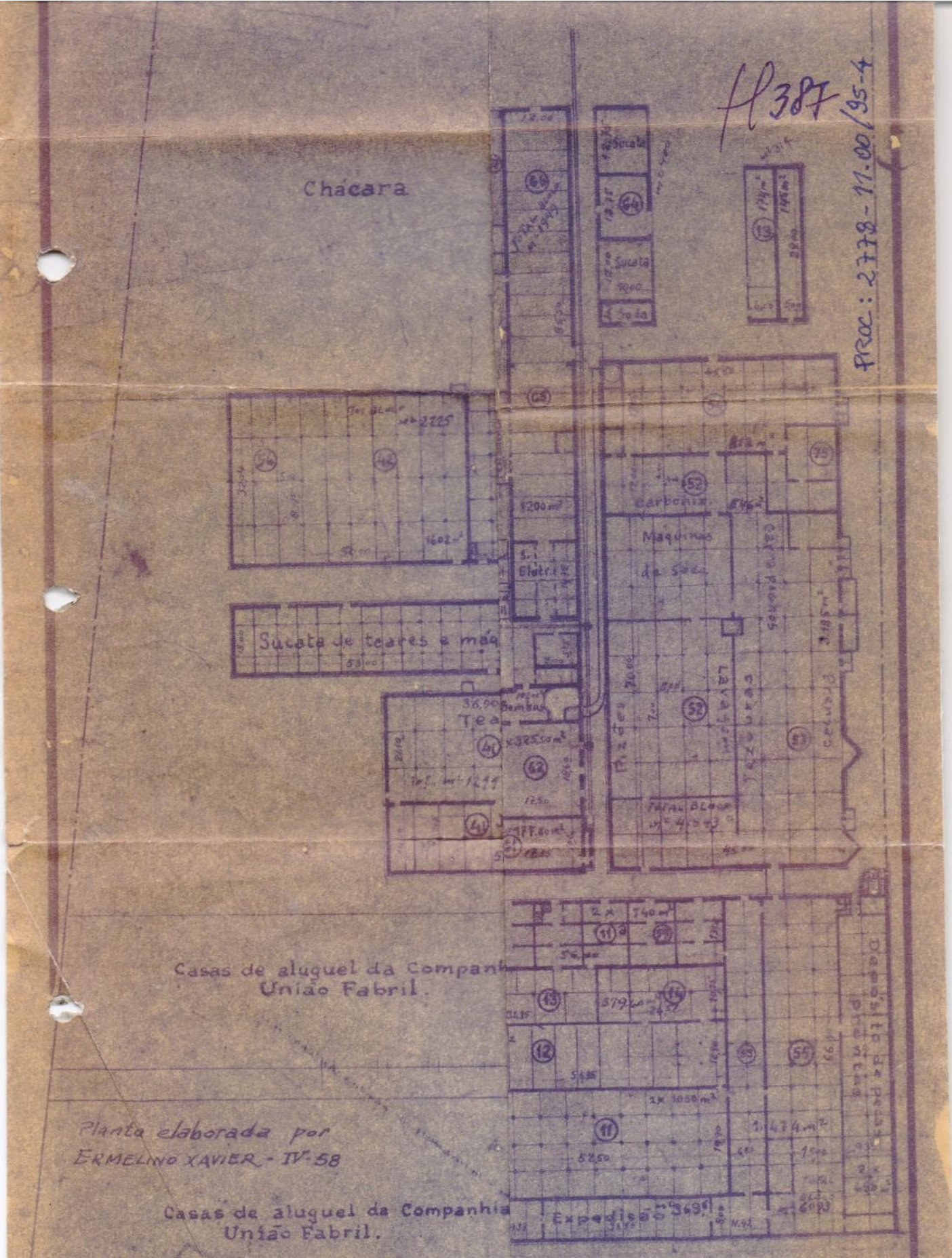
PROC: 2278-11.00/95-1

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

Rio Grande, 7-X-1943

fl 387

PROC: 2778-11.00/95-4

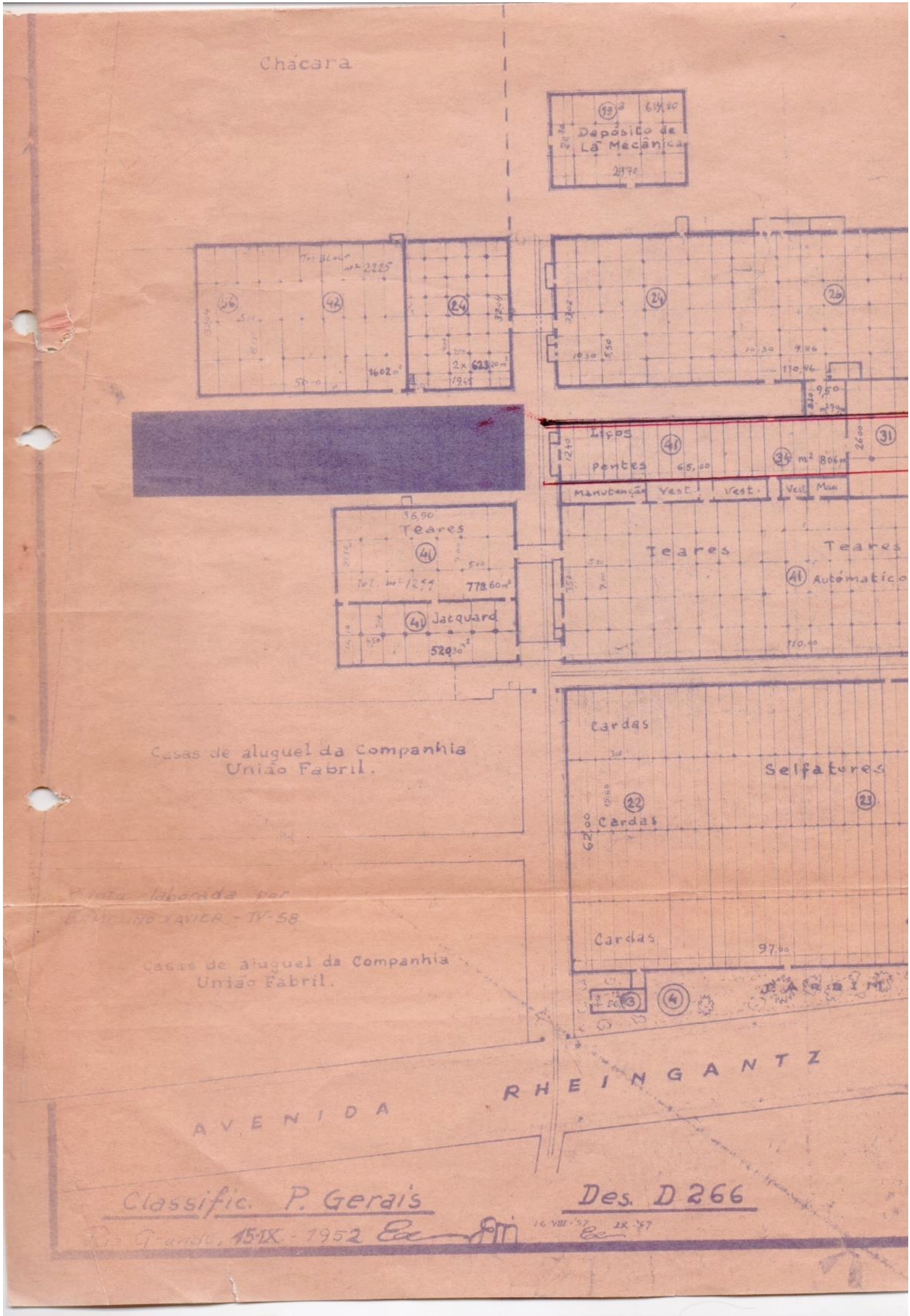


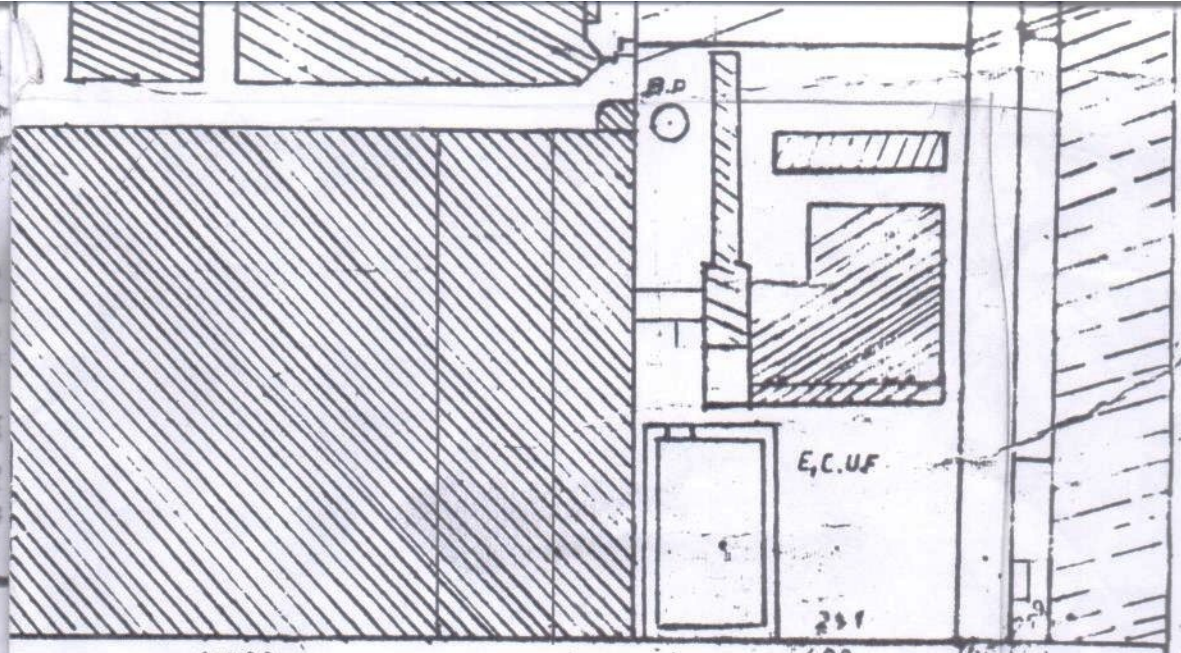
A PRESIDENTE VARGAS

AVENIDA

Classific. P. Gerais

10. . . . . 155,000 m²
cios. . . . 39.700 m²
zres . . . . 4.070 m²
feitos . . . . 715 m²
44.485 m²


Chácara
Depósito de Lã Mecânica
Liços
Pentes
Manutenção
Vest.
Vest.
Vest.
Mac.
Teares
Teares
Teares
Automático
Jacquard
Cardas
Selfatores
Cardas
Cardas
Casas de aluguel da Companhia União Fabril.
Casas de aluguel da Companhia União Fabril.
AVENIDA RHEINGANTZ
Classific. P. Gerais
Des. D 266
Rio Grande, 15-IX-1952



VENIDA PRESIDENTE VARGAS

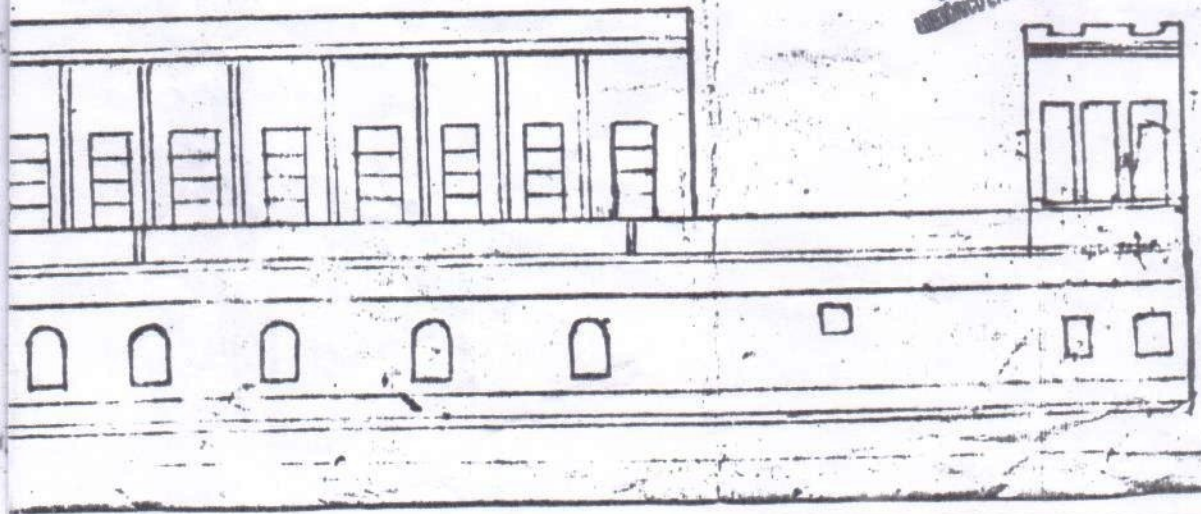
fl389

PROC: 2778-11.00/95-4

Desenho

CLASSIFICAÇÃO: xxxrn-rs B 217

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO



FL. 390

PROC: 2778 - 11.00/95.1

1 - Portaria
2 - Escritórios
3 - Bomba
4 - Caixa d'água - 100m³
5 - Almoxarifado
11 - Depósito de lã bruta
11'- Depósito de lã lavada
12 - Lavagem de lã
13 - Tinturaria de lã
13'- Branquearia
14 - Carbonização
15 - Lã Mecânica
15'- Depósito de lã Mecânica
21- Abridores de Lã
22-23 - Fiação Cardada
24-26 - Fiação Penteada
31 - Tapume
34 - Urdume - Engomador
25-35 - Tinturaria de fio
36 - Preparo e Depódito de fio
41 - Tecelagem
42-56 - Tapetes, Passadeiras
52 - Preparo de Peças
53 - Revisório
54 - Tinturaria de peças
55 - Enfardagem
59 - Cobertores - Capas
60 - Tratamento d'água
61 - Usina Elétrica
62 - Caldeiras
64 - Garagem
65 - Oficina Mecânica
66 - Carpintaria
67 - Pedreiros
68 - Bombeiros
75 - Laboratório

fl 390

Estação de Tratamento d'água

Chácara

Depósito de lã Mecânica

Futura Garagem

Casas de aluguel da Caopainha União Fabril

Expedição

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS

AVENIDA RHEINGANTZ

RUA 2 DE NOVEMBRO

Terreno	155.000 m²
Edifícios	39.700 m²
1 Pavimentos	4.070 m²
Contrafeitos	715 m²
TOTAL	44.485 m²

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

TOMBAMENTO - FÁBRICA RHEINGANTZ

RIO GRANDE - RS

PLANTA BAIXA

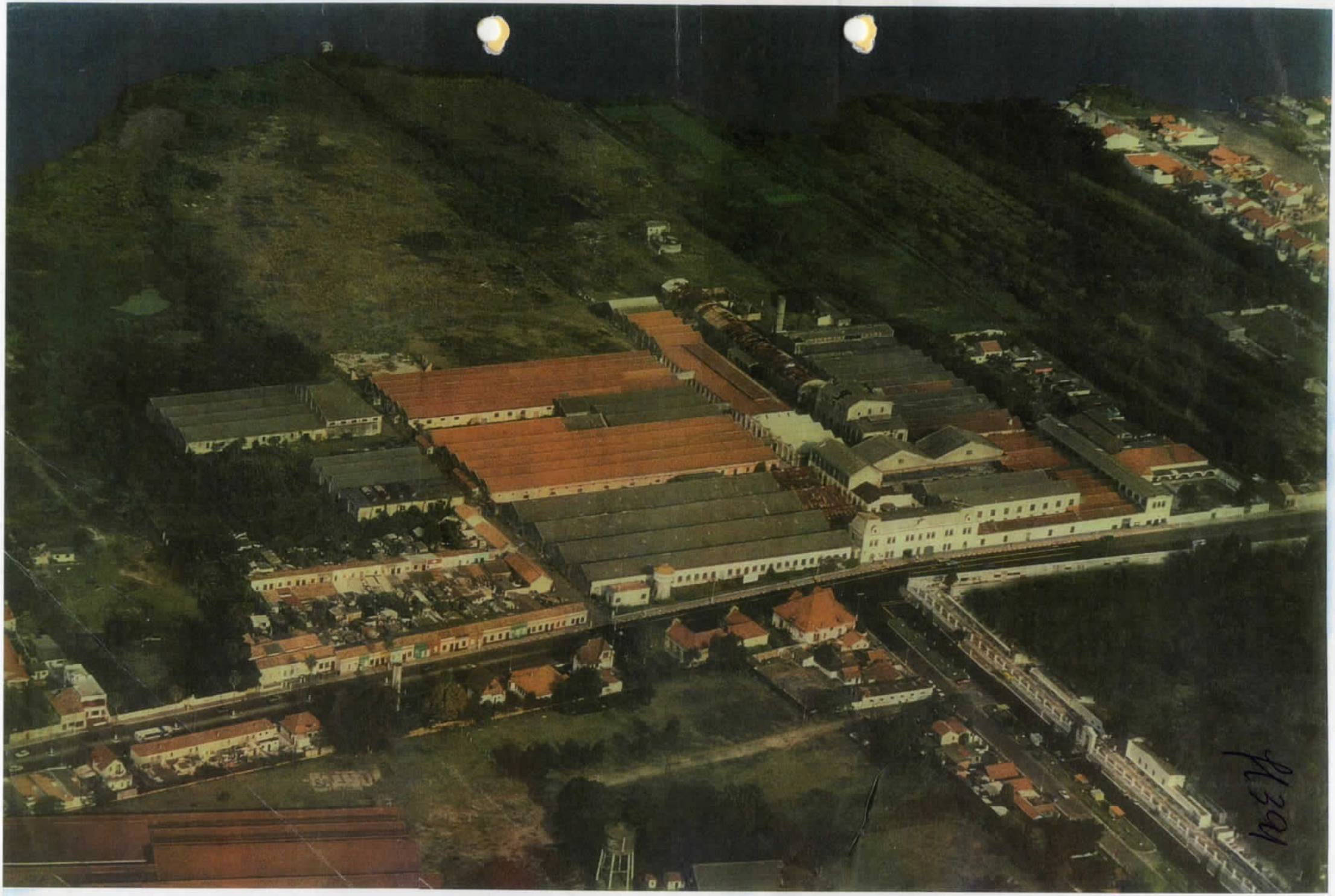
PROJETO: ARQ. ÂNGELO CARLOS SILVEIRA BRAGHIROLLI — CREA 29.221

LEVANTAMENTO

PLANTAS DIGITALIZADAS PELO IPHAE

02/02

ESCALA: 1:1000 — DATA: NOVEMBRO 08 — DESENHO: Gabriela Rieth

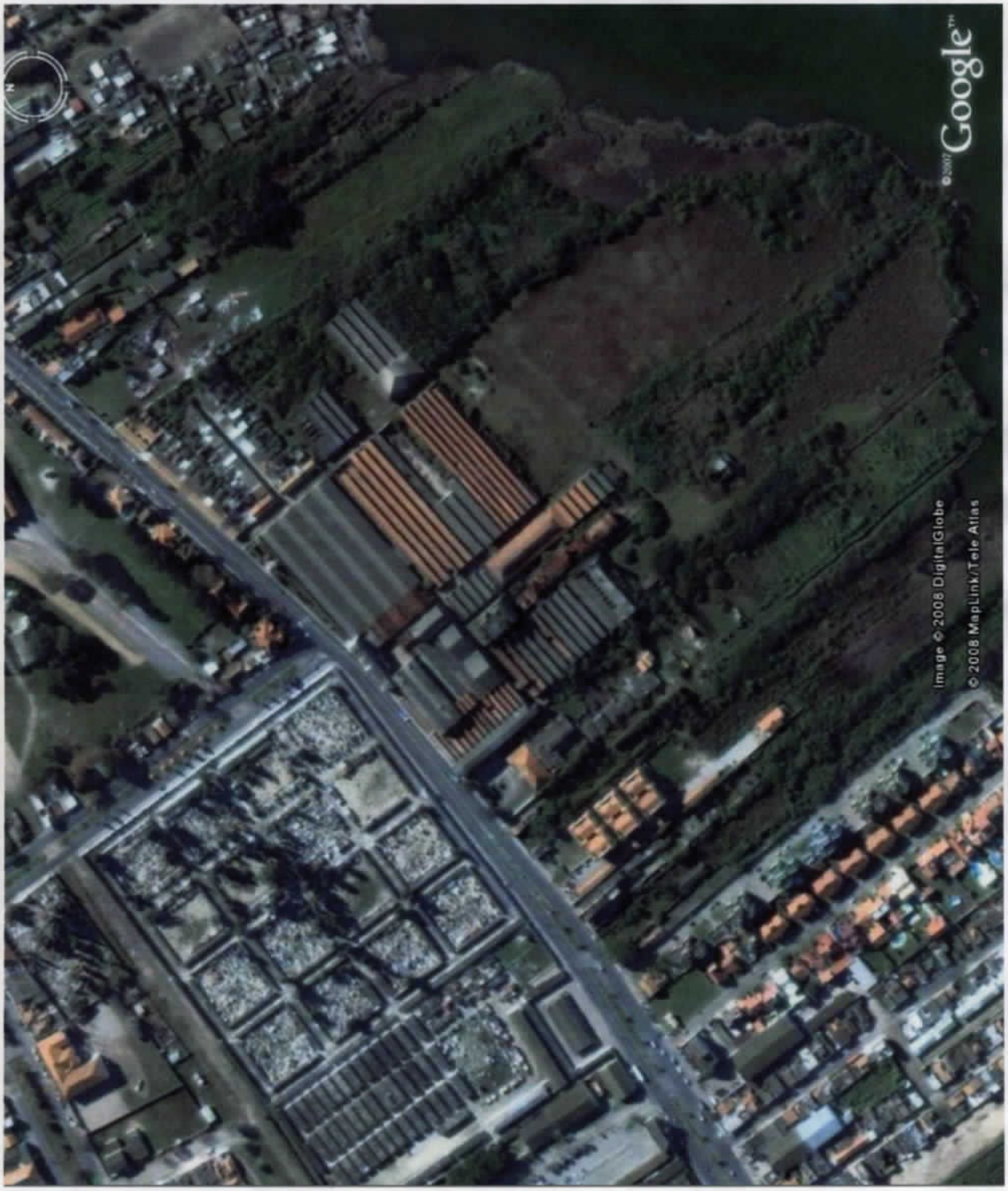


PROC: 2778-11.00/95.1

FL. 391

PROC: 2778-11.00/95.1

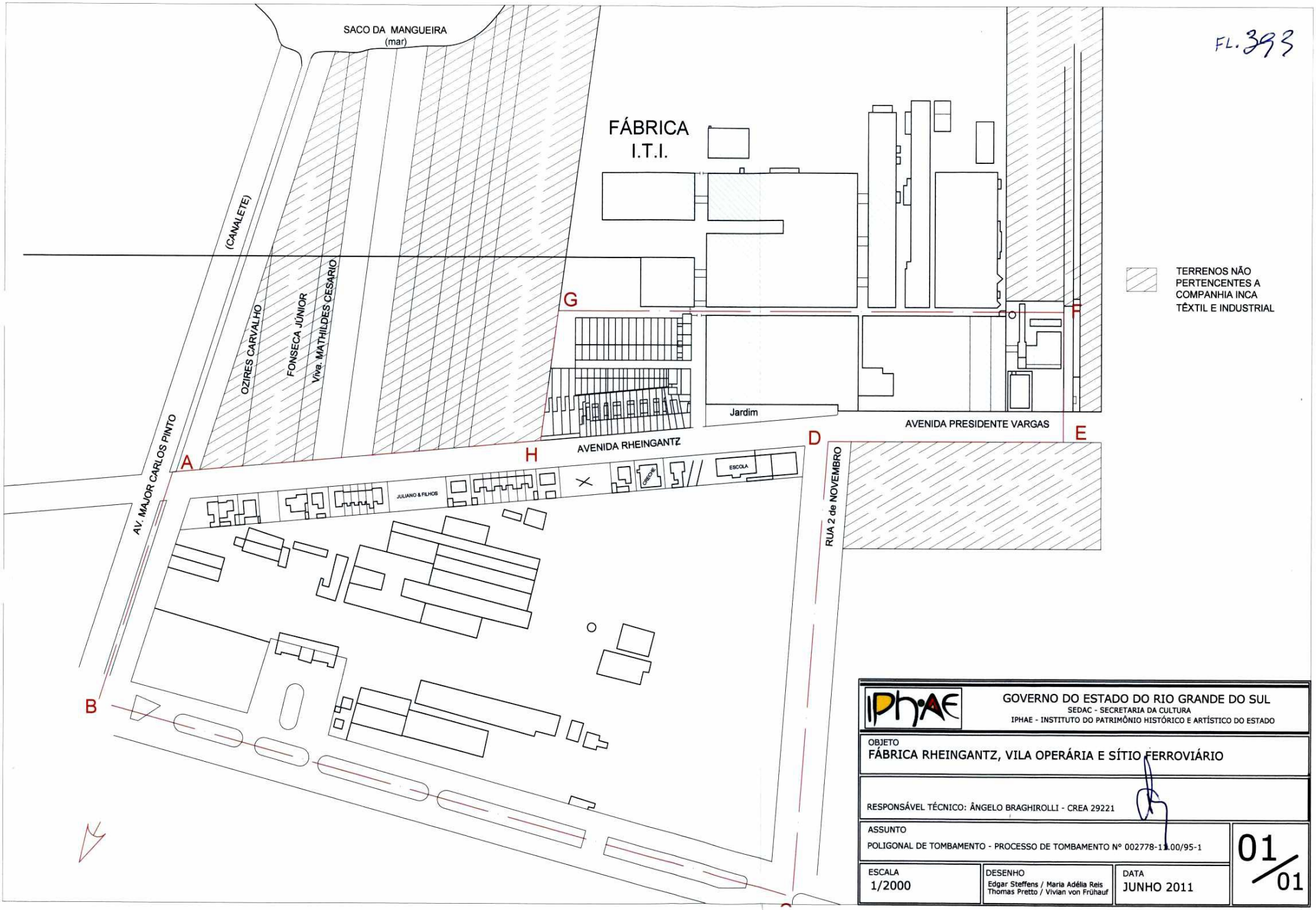
fl 392



IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

PROC: 2778-11.00/95.1

FL. 393



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SEDAC - SECRETARIA DA CULTURA
IPHAE - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

OBJETO
FÁBRICA RHEINGANTZ, VILA OPERÁRIA E SÍTIO FERROVIÁRIO

RESPONSÁVEL TÉCNICO: ÂNGELO BRAGHIROLLI - CREA 29221

ASSUNTO
POLIGONAL DE TOMBAMENTO - PROCESSO DE TOMBAMENTO Nº 002778-11.00/95-1

ESCALA	DESENHO	DATA	
1/2000	Edgar Steffens / Maria Adélia Reis Thomas Pretto / Vivian von Frühauf	JUNHO 2011	01/01

Governo do Estado
do Rio Grande do Sul
Secretaria da Cultura

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

PROCESSO DE TOMBAMENTO DA FÁBRICA RHEINGANTZ

(processo número 002778-1100/95-1)

RIO GRANDE- RS

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

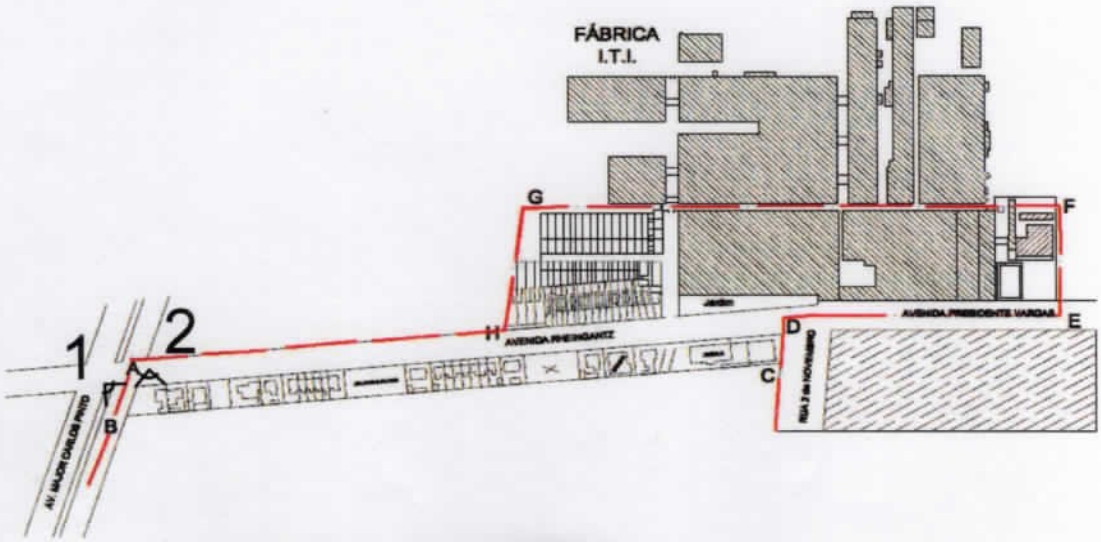
Fl. 394

Local: Exterior

Data: Julho De 2011

Responsável: Arq. Angelo Braghiroli CREA 29221

Fonte: Arquivos Da Prefeitura Municipal



1

2

Observações:
1 e 2 - Casa de Mestre

Governo do Estado
do Rio Grande do Sul
Secretaria da Cultura

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

PROCESSO DE TOMBAMENTO DA FÁBRICA RHEINGANTZ
(processo número 002778-1100/95-1)

RIO GRANDE- RS

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

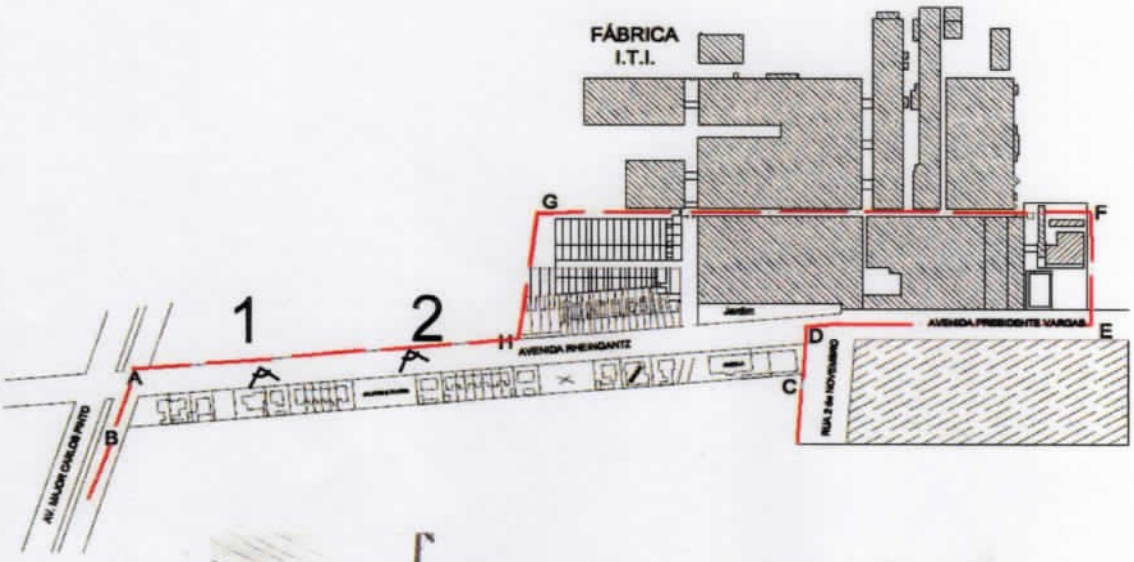
Fl. 395

Local: Exterior

Data: Julho De 2011

Responsável: Arq. Angelo Braghiroli CREA 29221

Fonte: Arquivos Da Prefeitura Municipal



1

2

Observações:
1 - Casa de Mestre
2 - Casa de Mestre

Governo do Estado
do Rio Grande do Sul
Secretaria da Cultura

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

PROCESSO DE TOMBAMENTO DA FÁBRICA RHEINGANTZ

(processo número 002778-1100/95-1)

RIO GRANDE- RS

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

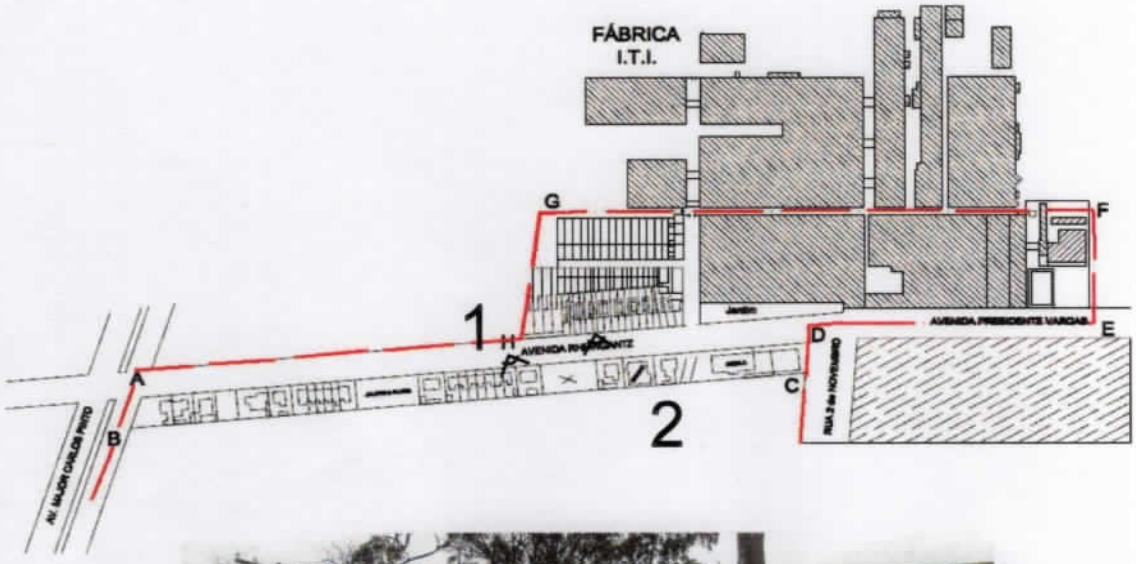
FL. 396

Local: Exterior

Data: Julho De 2011

Responsável: Arq. Angelo Braghiroli CREA 29221

Fonte: Arquivos Da Prefeitura Municipal



1

2

Observações:
1 - Casa de Mestre
2 - Casa de Mestre

Governo do Estado
do Rio Grande do Sul
Secretaria da Cultura

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

PROCESSO DE TOMBAMENTO DA FÁBRICA RHEINGANTZ

(processo número 002778-1100/95-1)

RIO GRANDE- RS

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

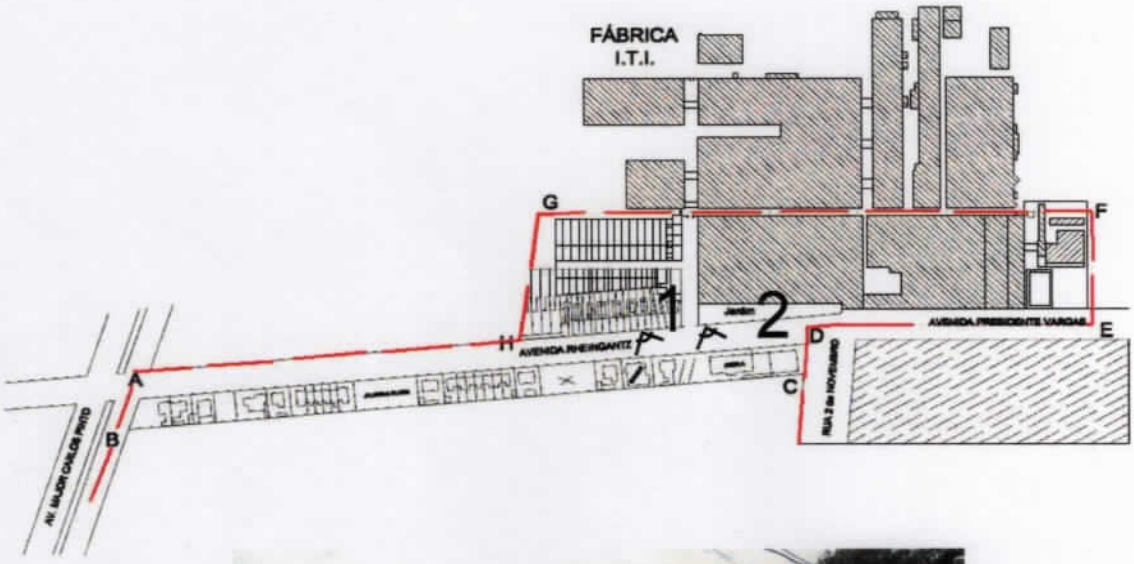
Local: Exterior

FL. 397

Data: Julho De 2011

Responsável: Arq. Angelo Braghiroli CREA 29221

Fonte: Arquivos Da Prefeitura Municipal



1

2

Observações:
1 - Casa de Mestre
2 - Escola

Governo do Estado
do Rio Grande do Sul
Secretaria da Cultura

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

PROCESSO DE TOMBAMENTO DA FÁBRICA RHEINGANTZ

(processo número 002778-1100/95-1)

RIO GRANDE- RS

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

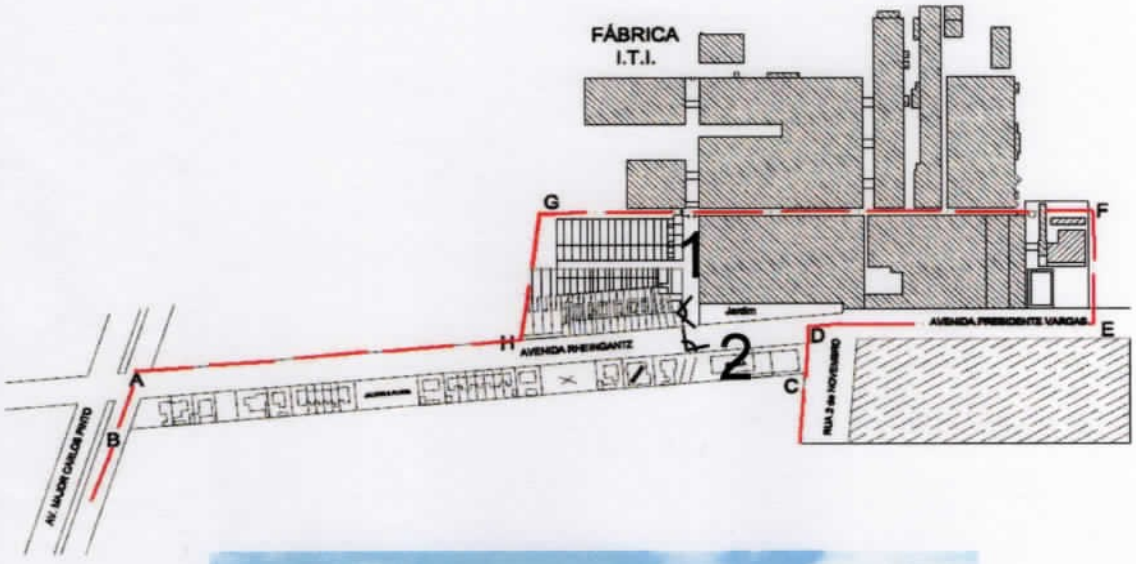
Fl. 398

Local: Exterior

Data: Julho De 2011

Responsável: Arq. Angelo Braghiroli CREA 29221

Fonte: Arquivos Da Prefeitura Municipal



1

2

Observações:
1 - Fábrica Rheingantz
2 - Fábrica Rheingantz a partir da avenida Presidente Vargas

Governo do Estado
do Rio Grande do Sul
Secretaria da Cultura

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

PROCESSO DE TOMBAMENTO DA FÁBRICA RHEINGANTZ

(processo número 002778-1100/95-1)

RIO GRANDE- RS

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

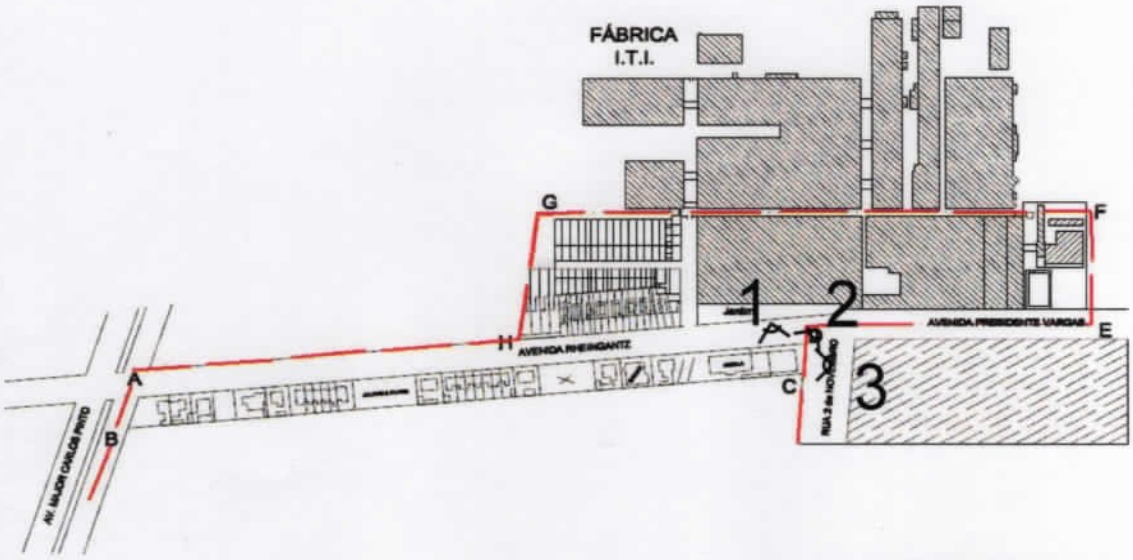
Fl. 399

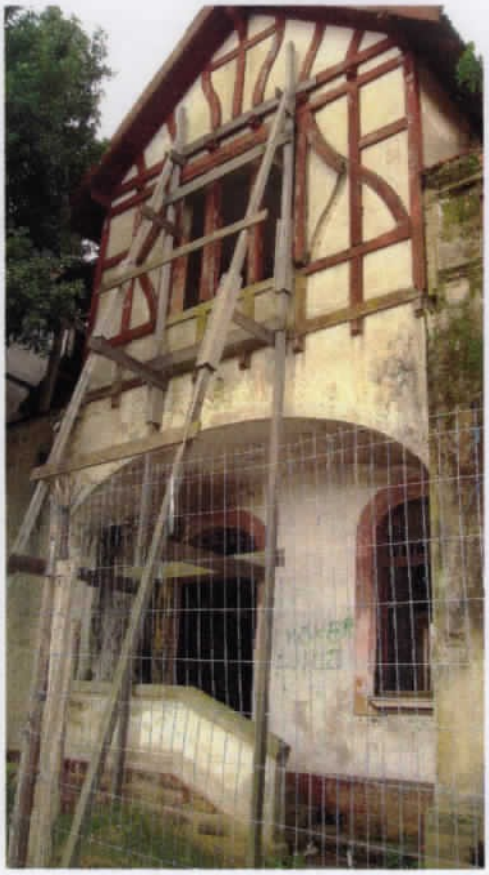
Local: Exterior

Data: Julho De 2011

Responsável: Arq. Angelo Braghiroli CREA 29221

Fonte: Arquivos Da Prefeitura Municipal




1

2

3

Observações:
1, 2 e 3 - Casino dos Mestres

Governo do Estado
do Rio Grande do Sul
Secretaria da Cultura

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

PROCESSO DE TOMBAMENTO DA FÁBRICA RHEINGANTZ

(processo número 002778-1100/95-1)

RIO GRANDE- RS

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

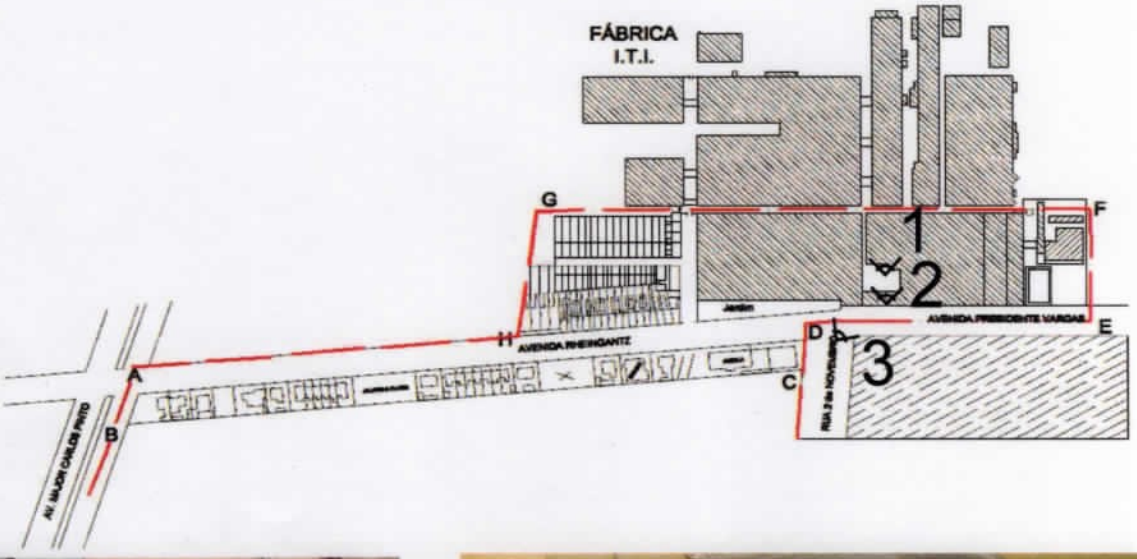
Local: Exterior

Fl. 400

Data: Julho De 2011

Responsável: Arq. Angelo Braghiroli CREA 29221

Fonte: Arquivos Da Prefeitura Municipal



1

2

3

Observações:
1 e 2 - Interior da Fábrica Rheingantz
3 - Fábrica Rheingantz

Governo do Estado
do Rio Grande do Sul
Secretaria da Cultura

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

PROCESSO DE TOMBAMENTO DA FÁBRICA RHEINGANTZ

(processo número 002778-1100/95-1)

RIO GRANDE- RS

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

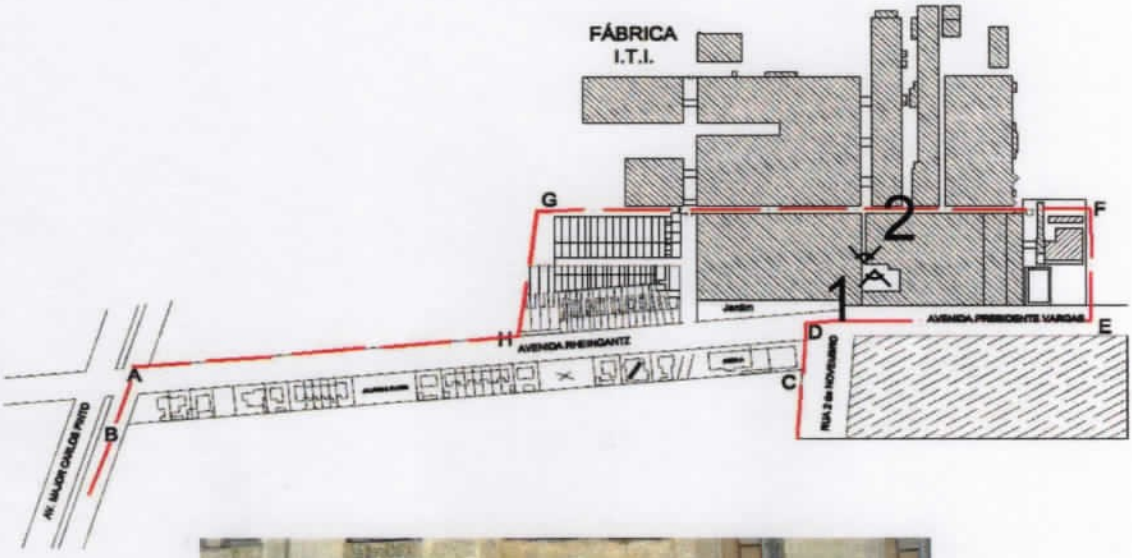
FL. 401

Local: Exterior

Data: Julho De 2011

Responsável: Arq. Angelo Braghiroli CREA 29221

Fonte: Arquivos Da Prefeitura Municipal



1

2

Observações:
1 e 2 - Interior da Fábrica Rheingantz

Governo do Estado
do Rio Grande do Sul
Secretaria da Cultura

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

PROCESSO DE TOMBAMENTO DA FÁBRICA RHEINGANTZ

(processo número 002778-1100/95-1)

RIO GRANDE- RS

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

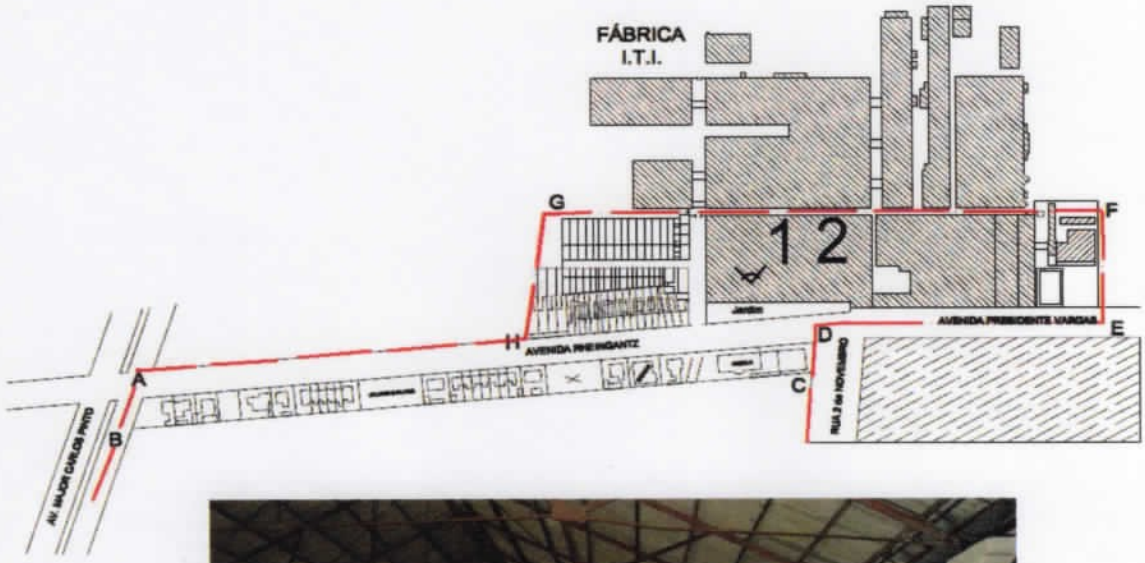
Local: Exterior

402

Data: Julho De 2011

Responsável: Arq. Angelo Braghiroli CREA 29221

Fonte: Arquivos Da Prefeitura Municipal



1

2

Observações:
1 e 2 - Interior da Fábrica Rheingantz - Pavilhão de Fiação e Carda

Governo do Estado
do Rio Grande do Sul
Secretaria da Cultura

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

PROCESSO DE TOMBAMENTO DA FÁBRICA RHEINGANTZ

(processo número 002778-1100/95-1)

RIO GRANDE- RS

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

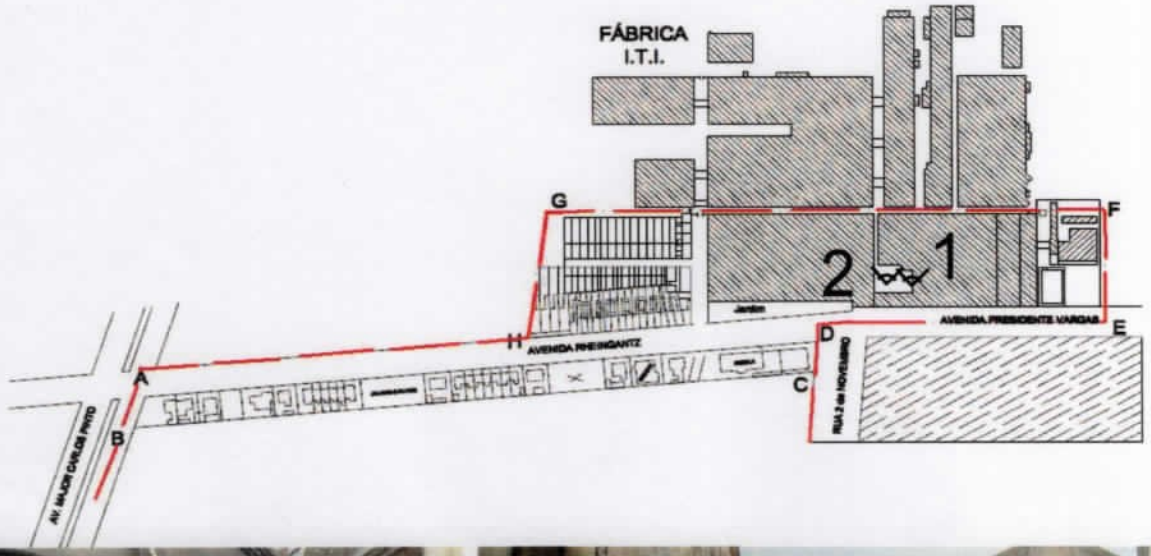
Fl. 403

Local: Exterior

Data: Julho De 2011

Responsável: Arq. Angelo Braghiroli CREA 29221

Fonte: Arquivos Da Prefeitura Municipal



1

2

Observações:
1 e 2 - Interior da Fábrica Rheingantz

Governo do Estado
do Rio Grande do Sul
Secretaria da Cultura

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

PROCESSO DE TOMBAMENTO DA FÁBRICA RHEINGANTZ

(processo número 002778-1100/95-1)

RIO GRANDE- RS

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

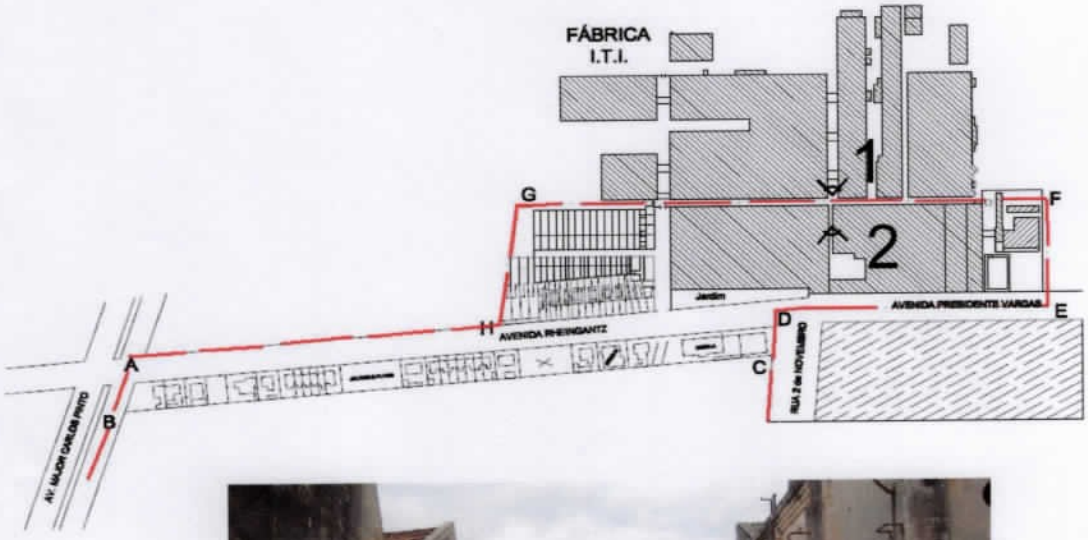
Fl. 404

Local: Exterior

Data: Julho De 2011

Responsável: Arq. Angelo Braghiroli CREA 29221

Fonte: Arquivos Da Prefeitura Municipal



1

2

Observações:
1 e 2 - Interior da Fábrica Rheingantz

Governo do Estado
do Rio Grande do Sul
Secretaria da Cultura

IPHAE
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

PROCESSO DE TOMBAMENTO DA FÁBRICA RHEINGANTZ

(processo número 002778-1100/95-1)

RIO GRANDE- RS

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

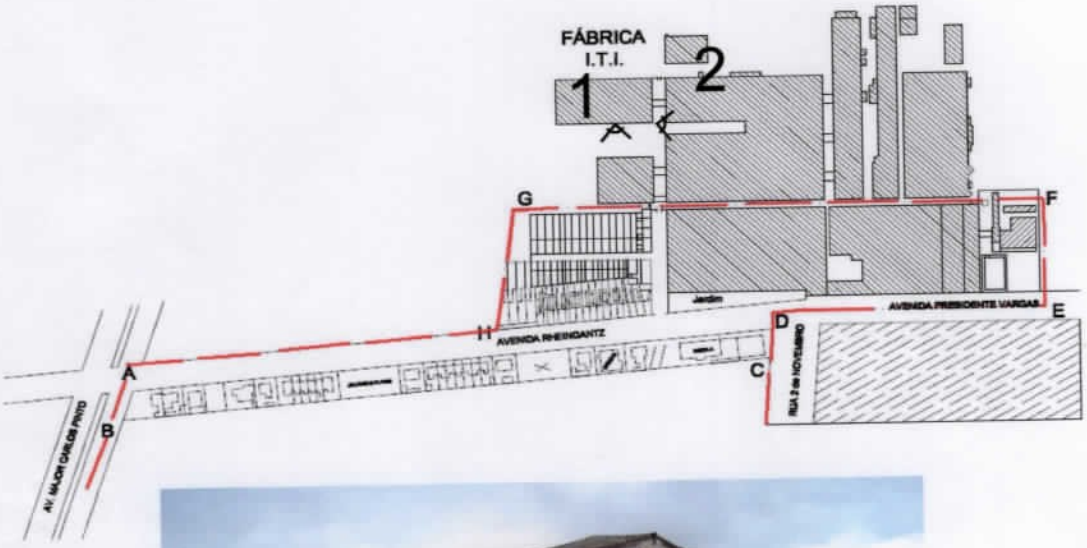
Local: Exterior

FL. ~~406~~ ~~405~~ 405

Data: Julho De 2011

Responsável: Arq. Angelo Braghiroli CREA 29221

Fonte: Arquivos Da Prefeitura Municipal



1

2

Observações:
1 e 2 - Pavilhões Industriais

Secretaria da Cultura

FL. 406 Rb. ____

PROC: 2778-11.00/95.1

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA

TERMO DE ENCERRAMENTO

Encerro, nesta data, o volume I

destes autos à folha 406 .

Data: 16/9/2013

Ass: Giovanni